

Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Quotas Seniores do
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ENERGISA
CNPJ/MF nº 09.147.693/0001-14

Classificação de Risco das Quotas Seniores: brAAAF pela Standard & Poor's Rating Services
Código ISIN nºs: BRFENECTF004 (Quotas Seniores) - BRFENECTF012 (Quotas Subordinadas)



DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE 300 (TREZENTAS) QUOTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ENERGISA, TOTALIZANDO:

R\$ 150.000.000,00

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa ("FIDC II") destina-se a adquirir, preponderantemente, direitos creditórios de titularidade das seguintes companhias: Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina - CFLCL, Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF, Empresa Energética de Sergipe S.A. - ENERGEPE, Companhia Energética da Borborema - CELB, e Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba - SAELPA, originados da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica por tais distribuidoras aos seus respectivos Consumidores (conforme definido neste Prospecto).

As Quotas Seniores da 1ª Série serão objeto de distribuição pública por meio da CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP") e serão registradas para negociação na CETIP e na Sociedade Operadora do Mercado de Ativos - SOMAFIX, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na ICVM 400. O Valor Unitário de Emissão de cada Quota Sênior é R\$ R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). O FIDC II também emitirá 1.579 (mil quinhentas e setenta e nove) Quotas Subordinadas, com Valor Unitário de Emissão de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), perfazendo o valor total de R\$7.895.000,00 (sete milhões oitocentos e noventa e cinco mil reais), que não serão objeto da Oferta e serão integralmente subscritas e integralizadas pelas Cedentes, nos termos do "Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças" a ser celebrado entre as Cedentes e o FIDC II.

O FIDC II foi constituído em 17 de outubro de 2007 e seu regulamento, conforme aditado de tempos em tempos, (o "Regulamento") e respectivo ato de constituição, foram registrados no 7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital da Cidade de São Paulo, em 18 de outubro de 2007, sob o nº 1640276. O Regulamento foi aditado em 19 de novembro de 2007, aditamento este registrado no 7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital da Cidade de São Paulo, em 23 de novembro de 2007, sob o nº 1647974. A Oferta foi registrada na CVM, em 29 de novembro de 2007, sob o nº CVM/SRE/RFD/2007/067, nos termos da ICVM 356. O FIDC II é administrado pela INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O investimento no FIDC II sujeita o investidor a riscos, conforme descrito na seção "FATORES DE RISCO" deste Prospecto, que começa na página 39. Ainda que a Administradora mantenha um sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do FIDC II (a "Carteira do FIDC II"), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas no FIDC II ou para o investidor. Eventual rentabilidade obtida no passado não representará garantia de rentabilidade futura. O FIDC II não conta com garantia de sua Administradora, de seu Custodiante, de suas Partes Relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Qualquer Quotista, ao ingressar no FIDC II, deverá atestar, por meio de Termo de Adesão, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do FIDC II, da sua política de investimento, da composição da Carteira do FIDC II, da taxa de administração devida à Administradora, dos riscos associados ao investimento no FIDC II e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no Patrimônio Líquido do FIDC II, e, conseqüentemente, de perda do capital, parcial ou total, investido pelo Quotista.

O FIDC II não utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. Antes de decidir aplicar recursos no FIDC II, ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa deste Prospecto e do Regulamento, com especial atenção às informações que tratam do objetivo e da política de investimento do FIDC II, da composição da Carteira do FIDC II, e das disposições deste Prospecto e do Regulamento que tratam dos Fatores de Risco.

A CVM não garante a veracidade das informações prestadas, e tampouco, faz julgamento sobre a qualidade das Quotas Seniores a serem distribuídas.



"Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das normas emanadas pela CVM, bem como às disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para a indústria dos fundos de investimento. A autorização para funcionamento e/ou venda das Quotas não implica, por parte da CVM e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a validade do fundo, da Administradora e demais instituições prestadoras de serviços ao fundo."

COORDENADORES



Coordenador Líder



Coordenador



Administradora



Custodiante

SOUZA, CESCON AVEISSIAN, BARRIEU E FLESCH
Advogados

Assessor Legal

A Data deste Prospecto Definitivo é 04 de dezembro de 2007

ÍNDICE

DEFINIÇÕES	7
SUMÁRIO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA	20
CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FIDC II E DAS QUOTAS	22
O FIDC II	22
Base Legal	22
Público Alvo	22
Aplicação dos Recursos e Objetivo de Investimento	22
Política de Investimento e Composição da Carteira do FIDC II	23
Patrimônio Líquido	23
Características das Quotas	24
Enquadramento à Razão de Garantia	28
Ordem de Alocação de Recursos	29
Publicação de Informações Relativas ao FIDC II	29
Atendimento aos Quotistas	30
Taxa de Administração e Encargos do FIDC II	31
Custos de Cobrança	31
Regras de Tributação do FIDC II	31
Administração	34
Custódia, Controladoria e Escrituração	34
Agência de Classificação de Risco	35
Auditoria	35
Declaração do Administrador e do Coordenador Líder	35
PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES DA 1 ^A SÉRIE	36
Regime de Colocação	36
Procedimento de Distribuição	36
Encerramento da Distribuição	36
Subscrição e Integralização	36
Negociação	37
Cronograma Tentativo	37
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação	38
Custos de Distribuição	38
FATORES DE RISCO	39
Riscos Relativos ao Investimento no FIDC II	39
Riscos Relativos aos Direitos Creditórios FIDC II	43
Riscos Relativos às Cedentes	47
Riscos Relativos ao Setor de Energia Elétrica	49
Riscos Diversos	52
ESTRUTURA DA OPERAÇÃO	54
Desenho Esquemático da Operação	54
Histórico relativo ao Fluxo de Recebíveis	55

(Esta página foi intensionalmente deixada em branco)

Direitos Creditórios FIDC II	60
Originação e Formalização dos Direitos Creditórios FIDC II.....	60
Cessão dos Direitos Creditórios FIDC II	61
Crítérios de Elegibilidade FIDC II	62
Titularidade dos Direitos Creditórios FIDC II	62
Formalização da Entrega dos Direitos Creditórios FIDC II	62
Preço e Pagamento dos Direitos Creditórios FIDC II	62
Eventos de Revisão e Eventos de Liquidação FIDC II	63
Permuta dos Direitos Creditórios FIDC II.....	63
Rescisão e Restituição do Preço de Aquisição FIDC II	64
Faturamento e Procedimentos de Cobrança das Cedentes	65
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FIDC II.....	67
Contrato de Cessão.....	67
Compromisso de Subscrição FIDC II	68
Contrato de Custódia.....	68
Contrato de Serviços de Centralização.....	68
Contrato de Serviços de Classificação de Risco.....	68
Empresa de Auditoria.....	68
UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS	69
O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL	70
Geral.....	70
Fundamentos Históricos.....	70
Concessões	72
Multas	73
Principais Autoridades	73
O Novo Modelo para o Setor Elétrico.....	75
Ambiente de Contratação Regulada	77
Ambiente de Contratação Livre	77
Tarifas pelo Uso dos Sistemas de Distribuição e Transmissão	80
Taxas Regulatórias	82
Mecanismo de Realocação de Energia	83
Racionamento.....	83
AS CEDENTES	84
O Sistema Cataguazes-Leopoldina.....	84
Visão Geral	87
Aspectos Positivos Relevantes das Cedentes	88
Estrutura de Capital.....	90
Acionista Controlador e Administração	92
Desverticalização e Reestruturação.....	95
Atividades de Distribuição de Energia das Cedentes	99
Qualidade do Serviço Prestado	116
Consumidores.....	117
Políticas de Inadimplência e de Controle de Crédito	118
Concorrência	121

(Esta página foi intensionalmente deixada em branco)

Concessões para Distribuição de Energia Elétrica	122
Seguro	123
Meio Ambiente.....	123
Funcionários e Políticas de Recursos Humanos	124
Pendências Judiciais e Administrativas Relevantes	124
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS SELECIONADAS	126
Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina - CFLCL	126
Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF.....	130
Empresa Energética de Sergipe - ENERGIPE	133
Companhia Energética de Borborema - CELB	136
Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba - SAELPA.....	140
Sistema Cataguazes Leopoldina – SCL (Consolidado).....	144
POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSES E OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	147
A ADMINISTRADORA E O CUSTODIANTE	148
A Administradora.....	148
O Custodiante	148

ANEXOS

ANEXO I - Instrumento de Constituição do FIDC II	153
ANEXO II - Regulamento do FIDC II	157
ANEXO III - Primeiro Aditamento ao Regulamento.....	237
ANEXO IV - Contrato de Cessão	239
ANEXO V - Contrato de Cessão FIDC I	314
ANEXO VI - Súmula de Classificação de Risco	384
ANEXO VII - Relatório de Revisão Especial da Carteira de Recebíveis do Sistema Cataguazes-Leopoldina preparado pela KPMG Auditores Independentes	394

(Esta página foi intensionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Prospecto (estejam no singular ou no plural), que não sejam estejam definidos neste Prospecto, têm os significados a eles atribuídos no Regulamento ou no Contrato de Cessão (conforme o caso).

Aditamentos aos Convênios de Arrecadação	São todos os aditamentos aos Convênios de Arrecadação que serão celebrados, na Data de Encerramento, entre os Agentes Arrecadadores, as Cedentes, o FIDC I e/ou o FIDC II, conforme os modelos constantes do Anexo I do Contrato de Cessão, para ratificar o depósito pelos Agentes Arrecadadores da totalidade dos recursos oriundos da liquidação das Faturas de Energia diretamente nas Contas de Centralização de Recebimentos.
Administradora	INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., ou sua sucessora a qualquer título.
Agência de Classificação de Risco	Standard & Poor's Rating Services, ou sua sucessora a qualquer título.
Agentes Arrecadadores	São os bancos e demais pessoas jurídicas, listados no Anexo II ao Contrato de Cessão, que foram contratados pelas Cedentes, nos termos dos Convênios de Arrecadação, para a realização dos serviços de arrecadação dos Direitos Creditórios FIDC II oriundos da prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica pelas Cedentes aos Consumidores nos Municípios Selecionados.
Agente de Centralização de Recebimentos	Banco Itaú, ou seu sucessor a qualquer título.
Agente Escriturador	Banco Itaú, ou seu sucessor a qualquer título.
Alliant Energy	Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda.
Alocação Mínima	Razão entre o valor contábil dos Direitos Creditórios FIDC II e o Patrimônio Líquido, que deverá ser superior a 50% (cinquenta por cento).
Amortização Periódica	Amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo FIDC II nas Datas de Amortização, calculada na forma do Capítulo XI do Regulamento.
ANBID	Associação Nacional de Bancos de Investimento.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica.

Assembléia Geral	Assembléia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do do Regulamento.
Ativos Financeiros	Bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios FIDC II, que compõem o Patrimônio Líquido do FIDC II.
Aviso de Desenquadramento	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 65 do Regulamento.
BACEN	Banco Central do Brasil.
Banco Citibank	Banco Citibank S.A.
Banco Itaú	Banco Itaú S.A.
Banco Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
BM&F	Bolsa de Mercadorias e Futuros.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
CGSE	Câmara de Gestão do Setor Elétrico.
Carteira do FIDC II	Carteira de investimentos do FIDC II.
CAT-LEO CISE	Cat-Leo Construções, Indústria e Serviços de Energia S.A.
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.
CDI	Certificado de Depósito Interbancário.
Cedentes	São a CFLCL, CENF, CELB, ENERGIPE e SAELPA.
Cedentes do Grupo 1	CFLCL, ENERGIPE e SAELPA.
Cedentes do Grupo 2	CENF e CELB.
Cedente Líder	CFLCL.

CELB	Companhia Energética da Borborema – CELB.
CENF	Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo – CENF.
Cessão FIDC I	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.2(i) do Contrato de Cessão.
Cessão FIDC II	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1 do Contrato de Cessão.
Cessão FIDC II Com Condição Suspensiva	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.2(iii) do Contrato de Cessão.
Cessão Secundária	Significa uma Cessão FIDC II e/ou uma Cessão FIDC II Com Condição Suspensiva, conjuntamente consideradas, nos termos da Cláusula 3.1 do Contrato de Cessão.
CETIP	CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.
CFLCL	Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina – CFLCL.
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética.
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.
Compromisso de Subscrição FIDC II	Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças, a ser celebrado entre o FIDC II e as Cedentes.
Condições do Contrato de Cessão FIDC I	São as condições caracterizadas como Eventos de Revisão ou Eventos de Liquidação, com os efeitos que lhes são atribuídos nos termos do Contrato de Cessão FIDC I, especialmente na Cláusula XVI desse instrumento.
Condição Suspensiva FIDC II	É o advento de qualquer um dos Eventos de Revisão FIDC II ou Eventos de Liquidação FIDC II, com os efeitos que lhes são atribuídos nos termos da Cláusula XVI do Contrato de Cessão.

Consumidores	Todos os consumidores das Cedentes, classificados como consumidores do Grupo B nos termos da Resolução ANEEL nº 456/00 e suas posteriores alterações, domiciliados nos Municípios Seleccionados.
Consumidores Livres	Consumidores com carga igual ou maior do que 10 MW, atendidos em tensão igual ou superior a 69 KV.
Contas das Cedentes	São 5 (cinco) contas-correntes, cada qual de titularidade de uma das Cedentes, mantidas junto ao Banco Itaú, agência nº 275, sob os nºs 54937-6 (de titularidade da CFLCL), 54938-4 (de titularidade da CENF), 54934-3 (de titularidade da CELB), 54935-0 (de titularidade da ENERGIPE) e 54936-8 (de titularidade da SAELPA), destinadas ao recebimento dos recursos de titularidade das Cedentes depositados nas Contas de Centralização de Recebimentos, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Cessão e no Contrato de Serviços de Centralização FIDC II.
Contas de Centralização de Recebimentos	São as 5 (cinco) contas abertas e mantidas pelo Banco Itaú, na qualidade de Agente de Centralização de Recebimentos, no próprio Banco Itaú, agência 910, cada qual destinada a receber os pagamentos da totalidade dos Direitos Creditórios FIDC II originados por cada uma das Cedentes nos Municípios Seleccionados e, se for o caso, nos Municípios Adicionados em Razão de Inadimplemento, sob as denominações de contas de compensação de nºs 09575-1 (CFLCL), 09576-9 (CENF), 09577-7 (CELB), 09578-5 (ENERGIPE) e 09579-3 (SAELPA).
Contas de Conciliação FIDC II	São as 5 (cinco) contas-correntes a serem abertas pelo FIDC II no Banco Itaú, agência nº 2001, cada qual identificada por cada Cedente e destinada ao recebimento do produto da liquidação dos Direitos Creditórios FIDC II cedidos pela respectiva Cedente ao FIDC II.
Conta de Movimentação FIDC II	Conta corrente a ser aberta e mantida pelo FIDC II no Banco Itaú, agência n 2001, destinada ao recebimento dos recursos de titularidade do FIDC II que sejam depositados nas Contas de Conciliação FIDC II.
Contrato de Cessão	Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, a ser firmado entre o FIDC II e as Cedentes, com a interveniência do Custodiante, do Agente de Centralização de Recebimentos e da Administradora, conforme aditado de tempos em tempos.
Contrato de Cessão FIDC I	Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças, firmado em 11 de julho de 2005, entre o FIDC I e as Cedentes, com a interveniência do Custodiante, do Agente de Centralização de Recebimentos e da Administradora, , conforme aditado de tempos em tempos.

Contrato de Colocação	Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Subscrição e Colocação de Quotas Seniores da 1ª Série de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa, celebrado entre a Administradora, as Cedentes e os Coordenadores em 23 de outubro de 2007, conforme aditado de tempos em tempos.
Contratos de Concessão	São os seguintes contratos: Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 40/99, celebrado entre a CFLCL e a ANEEL, em 18 de fevereiro de 1999; Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 42/99, celebrado entre a CENF e ANEEL, em 18 de junho de 1999; Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 07/97, celebrado entre a ENERGIPE e a ANEEL, em 27 de dezembro de 1997 e aditado em 9 de agosto de 2000; Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 08/2000, celebrado entre a CELB e a ANEEL, em 4 de fevereiro de 2000; e Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 19/2001, celebrado entre a SAELPA e a ANEEL, em 21 de março de 2001.
Contrato de Custódia	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, a ser firmado entre o Custodiante, o FIDC II e as Cedentes, conforme aditado de tempos em tempos.
Contrato de Serviços de Centralização	Contrato de Serviços de Centralização de Recebimentos, a ser firmado entre o Agente de Centralização de Recebimentos, as Cedentes e o FIDC II, conforme aditado de tempos em tempos.
Contrato de Serviços de Classificação de Risco	Carta mandato, a ser firmada entre a Administradora, a Agência de Classificação de Risco e a CFLCL, através da qual a Agência de Classificação de Risco será contratada para a prestação dos serviços de classificação de risco das Quotas Seniores.
Convênios de Arrecadação	São todos os contratos, instrumentos ou acordos escritos, e seus aditamentos, celebrados ou que venham a ser celebrados, por cada Cedente e os respectivos Agentes Arrecadadores, conforme identificados no Anexo II do Contrato de Cessão, conforme aditado de tempos em tempos.
Coordenador Líder	Banco Itaú BBA.
Coordenadores	Banco Itaú BBA e Banco Citibank.
Critérios de Elegibilidade FIDC II	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 27 do Regulamento.
CPMF	Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira.

Custodiante	Banco Itaú, ou seu sucessor a qualquer título.
CVA	Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A”.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Datas de Amortização	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 46 do Regulamento.
Data de Aquisição e Pagamento FIDC II	Tem o significado previsto na Cláusula 2.2 do Contrato de Cessão.
Data de Emissão	Data em que os recursos decorrentes da integralização de cada série de Quotas Seniores, ou da integralização das distribuições de Quotas Subordinadas, são colocados pelos Investidores Qualificados e/ou pelas Cedentes, conforme o caso, à disposição do FIDC II, e que deverá ser, necessariamente, um dia útil.
Data de Encerramento	É a data na qual ocorrerá o resgate integral e respectiva liquidação das quotas seniores da 1ª e única série emitida pelo FIDC I, qual seja, 13 de julho de 2008, conforme respectivo suplemento.
Data de Início de Originação FIDC II	É o primeiro dia útil após ter sido integralmente consumada a Cessão FIDC I com relação a cada cessão realizada nos termos do Contrato de Cessão.
Data de Resgate	Data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, indicada no Suplemento da respectiva série.
Data de Verificação	Tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 1º do Artigo 48 do Regulamento.
Desverticalização	Processo pelo qual as concessionárias de serviço público que atuam de forma verticalmente integrada, deverão segregar (ou já segregaram) suas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, conforme determinado pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.
Direitos Creditórios FIDC II	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1 do Contrato de Cessão, observado o disposto na Cláusula 2.1.6.1 daquele instrumento.
Direitos Creditórios FIDC II Adicionais	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.1 do Contrato de Cessão.

Direitos Creditórios FIDC II Cedidos em Permuta	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 8.2 do Contrato de Cessão.
Direitos Creditórios FIDC II dos Municípios Adicionais	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.5 do Contrato de Cessão.
Direitos Creditórios FIDC II dos Municípios Adicionados em Razão de Inadimplemento	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.1 do Contrato de Cessão.
Direitos Creditórios FIDC II Objeto de Cessão com Condição Suspensiva	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.2(iii) do Contrato de Cessão.
Direitos Creditórios FIDC II Permutáveis	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 8.1 do Contrato de Cessão.
Direitos Creditórios Objeto de Cessão Condicional FIDC I	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.1(ii) do Contrato de Cessão.
Direitos Creditórios Objeto de Cessão Definitiva FIDC I	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.1(i) do Contrato de Cessão.
Direitos Creditórios Objeto de Cessão FIDC II	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.2(i) do Contrato de Cessão.
Direitos Creditórios FIDC I	Significam, conjuntamente, os Direitos Creditórios Objeto de Cessão Definitiva FIDC I e os Direitos Creditórios Objeto de Cessão Condicional FIDC I.
Documentos da Operação	São os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contrato de Cessão, Regulamento, Convênios de Arrecadação (aditados pelos Aditamentos dos Convênios de Arrecadação), Contrato de Serviços de Centralização, Contrato de Custódia, Contrato de Colocação e Contrato de Serviços de Classificação de Risco.
Documentos Comprobatórios	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.3 do Contrato de Cessão.
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS.
Empresa de Auditoria	É a KPMG Auditores Independentes, ou sua sucessora a qualquer título, encarregada da revisão das demonstrações financeiras das contas do FIDC II e da análise de sua situação e da atuação da Administradora.

Encargos do FIDC II	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 33 do Regulamento.
ENERGIPE	Empresa Energética de Sergipe S.A. – ENERGIPE.
ENERGISA	Energisa S.A.
Evento(s) de Avaliação FIDC II	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 59 do Regulamento.
Evento(s) de Liquidação FIDC II	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 61 do Regulamento.
Evento(s) de Revisão	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 15.1 do Contrato de Cessão.
Evento de Revisão/Liquidação FIDC I	São os eventos descritos na Cláusula XVI do Contrato de Cessão FIDC I.
Excesso de Cobertura	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 66 do Regulamento.
Fator <i>Spread</i> :	é o fator <i>spread</i> de cada série de Quotas Seniores, aplicado sobre a Taxa DI; o Fator <i>Spread</i> é determinado com base em procedimento de <i>bookbuilding</i> , conforme previsto no Parágrafo 2º do Artigo 36 do Regulamento e deverá ser indicado no Suplemento da respectiva série de Quotas Seniores;
Faturas de Energia	São todas as contas de consumo de energia elétrica emitidas periodicamente, por cada Cedente contra seus Consumidores domiciliados nos Municípios Selecionados, em razão da distribuição de energia elétrica pela respectiva Cedente.
FGC	Fundo Garantidor de Créditos.
FIDC I	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Sistema Cataguazes-Leopoldina, constituído sob a forma de condomínio fechado, representado na forma de seu regulamento pela INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., e inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.436.093/0001-40.
FIDC II	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa, conforme caracterizado no Artigo 1º do Regulamento.
GIPAR	Gipar S.A.
Governo Federal	Governo da República Federativa do Brasil.

ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços.
IGPM	Índice Geral de Preços - Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Instituições Autorizadas	São as seguintes instituições ou as suas respectivas Partes Relacionadas: (i) Banco Santander Banespa S.A.; (ii) Banco Itaú BBA S.A.; (iii) Banco Itaú S.A.; (iv) Banco Citibank S.A.; (v) Banco Bradesco S.A.; (vi) Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.; e (vii) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo.
ICVM 356	Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.
ICVM 400	Instrução nº 400 da CVM, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Investidor Qualificado	Todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios.
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e Relativas a Títulos e Valores Mobiliários.
IR	Imposto de Renda.
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.
Itaipu	Itaipu Binacional.
Lei das Concessões	Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico	Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, conforme alterada.
Lei do Setor Elétrico	Lei nº 9.074 de 07 de julho de 1995, conforme alterada.
MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica.
MME	Ministério das Minas e Energia.
Municípios Adicionados em Razão de Inadimplemento	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.1 do Contrato de Cessão.

Municípios Selecionados	São: (a) com relação à CFLCL, municípios de Cataguases, Leopoldina, Manhuaçu e Muriaé; (b) com relação à CENF, município de Nova Friburgo; (c) com relação à CELB, município de Campina Grande; (d) com relação à ENERGIPE, município de Aracajú; e (e) com relação à SAELPA, município de João Pessoa.
Nova Lei de Falências	Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada.
Obrigações do FIDC I	Todas as obrigações do FIDC I previstas no regulamento do FIDC I e nos demais documentos relacionados ao FIDC I, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de pagamento dos encargos do FIDC I, da remuneração, da amortização e do resgate das quotas seniores emitidas pelo FIDC I, tudo conforme estabelecido no regulamento do FIDC I e nos demais documentos relacionados ao FIDC I.
Obrigações do FIDC II	Todas as obrigações do FIDC II previstas no Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de pagamento dos Encargos do FIDC II, da remuneração, da amortização e do resgate das Quotas Seniores, tudo conforme estabelecido no Regulamento e nos demais Documentos da Operação.
Oferta	A oferta de Quotas Seniores da 1ª Série no âmbito do presente Prospecto.
ONS	Operador Nacional do Sistema.
Partes Relacionadas	São: (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa, sendo que, para fins desta definição, “controle” terá o significado que lhe é atribuído no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.
Patrimônio Líquido	Patrimônio líquido do FIDC II, calculado na forma do Capítulo XXIII do Regulamento.
PCH	Pequena Central Hidrelétrica.
Período de Carência	Períodos de Originação FIDC II em que não há amortização do valor do principal das Quotas Seniores, com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo FIDC II.

Período de Originação FIDC II	Cada um dos meses calendários, a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao mês de pagamento do Preço de Aquisição FIDC II, até a integral liquidação das Obrigações do FIDC II, com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo FIDC II, sendo que, até a Data de Encerramento, o Período de Originação FIDC II somente iniciar-se-á após a integral liquidação das Obrigações do FIDC I no respectivo Período de Originação FIDC I (observado que, após a Data de Encerramento, o Período de Originação FIDC II coincidirá com o antigo Período de Originação FIDC I).
Período de Originação FIDC I	Cada um dos meses calendários, a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao mês de pagamento do Preço de Aquisição FIDC I, até a integral liquidação das Obrigações do FIDC I, com relação a cada uma das séries de quotas seniores emitidas pelo FIDC I.
PIS	Contribuição ao Programa de Integração Social.
Plano Contábil	Plano Contábil das instituições do Sistema Financeiros Nacional (COSIF), criado pela Circular nº 1.273, do BACEN, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável.
Poder Concedente	Governo Federal.
Política de Cobrança	Política de cobrança adotada por cada uma das Cedentes em face de seus respectivos Consumidores inadimplentes no pagamento das Faturas de Energia, conforme alterada de tempos em tempos nos termos do Contrato de Cessão.
Preço de Aquisição FIDC II	Tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1 do Contrato de Cessão.
Preço de Aquisição FIDC I	Valor pago pelo FIDC I às respectivas Cedentes em razão da Cessão FIDC I.
Prospecto	O presente Prospecto e suas alterações posteriores
Quotas	Quotas Seniores e Quotas Subordinadas.
Quotas Seniores	Quotas de classe sênior, emitidas pelo FIDC II em uma ou mais séries, incluindo as Quotas Seniores da 1ª Série.
Quotas Seniores da 1ª Série	300 (trezentas) Quotas Seniores da 1ª Série.

Quotas Subordinadas	Quotas de classe subordinada, emitidas pelo FIDC II, em uma única série.
Quotistas	Titulares das Quotas.
Razão de Garantia	Relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do FIDC II.
Regulamento	Regulamento do FIDC II.
Reserva de Recursos	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 48 do Regulamento.
Resolução CMN 2.907	Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, conforme alterada.
SAELPA	Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – SAELPA.
SOMAFIX	Sistema eletrônico mantido pela Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. – SOMA para negociação de títulos e valores mobiliários de renda fixa privados.
Suplemento	Tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 1º do Artigo 36 do Regulamento.
Taxa DI	Variação da taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, “over” extra-grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP.
Taxa DI Futura	Cotação da Taxa DI referente a contratos negociados na BM&F, com prazo de vencimento mais próximo ao prazo utilizado no cálculo em questão, sendo interpolada quando necessário para ajustar o prazo dos contratos ao prazo do referido cálculo.
Teleserv	Teleserv S.A.
Termo de Adesão ao Regulamento	Documento por meio do qual o Quotista adere ao Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no FIDC II, nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 41 do Regulamento.
TUSD	Tarifa de uso do sistema de distribuição.
TUST	Tarifa de uso do sistema de transmissão.

UHE	Usina Hidrelétrica.
UTEJF	Usina Termelétrica de Juiz de Fora.
Valor Mensal da Cessão FIDC II	É o valor correspondente, conforme o caso: (i) ao somatório do VDCC' de cada uma das Cedentes em cada um dos Períodos de Originação FIDC II durante o Período de Carência, e (ii) ao somatório do VDCC de cada uma das Cedentes em cada um dos Períodos de Originação FIDC II, exceto no Período de Carência.
Valor Mensal da Cessão FIDC II Com Condição Suspensiva	É o valor correspondente, conforme o caso: (i) ao somatório do VCCC' de cada uma das Cedentes em cada um dos Períodos de Originação FIDC II durante o Período de Carência, e (ii) ao somatório do VCCC de cada uma das Cedentes em cada um dos Períodos de Originação FIDC II, exceto no Período de Carência.
Valor Unitário de Emissão	Valor unitário de cada Quota na Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores ou na Data de Emissão das Quotas Subordinadas, conforme o caso.
VCCC	É o valor da cessão subordinada por cada Cedente sujeito à Condição Suspensiva FIDC II em cada um dos Períodos de Originação FIDC II, exceto no Período de Carência, calculado com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo FIDC II nos termos do Regulamento, de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 3.5.3 do Contrato de Cessão.
VCCC'	É o valor da cessão subordinada por cada Cedente sujeito à Condição Suspensiva FIDC II em cada um dos Períodos de Originação FIDC II dentro do Período de Carência, calculado com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo FIDC II nos termos do Regulamento, de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 3.5.4 do Contrato de Cessão.
VDCC	É o valor da cessão por cada Cedente em cada um dos Períodos de Originação FIDC II, exceto no Período de Carência, calculado com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo FIDC II nos termos do Regulamento, de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 3.5.1 do Contrato de Cessão.
VDCC'	É o valor da cessão por cada Cedente em cada um dos Períodos de Originação FIDC II dentro do Período de Carência, calculado com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo FIDC II nos termos do Regulamento, de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 3.5.2 do Contrato de Cessão.
UHE Itaipu	Usina Hidrelétrica de Itaipu.

SUMÁRIO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Este sumário não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento no FIDC II. Este Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na Seção “FATORES DE RISCO”, bem como o disposto no Regulamento, que é parte integrante deste Prospecto como Anexo II.

Emissor:	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da ICVM 356, da Resolução CMN 2.907 e do seu Regulamento.
Cedentes do Grupo 1:	Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina – CFLCL; Empresa Energética de Sergipe S.A. – ENERGEPE; e Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – SAELPA.
Cedentes do Grupo 2:	Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo – CENF; e Companhia Energética da Borborema – CELB.
Quantidade de Quotas Seniores da 1ª Série:	300.
Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores da 1ª Série:	R\$ 500.000,00.
Montante da Oferta:	R\$ 150.000.000,00.
Valor Mínimo de Investimento:	R\$ 500.000,00.
1ª Data de Emissão:	1º de novembro de 2007.
Rentabilidade Alvo das Quotas Seniores da 1ª Série:	Taxa DI acrescida de 0,80% (zero vírgula oitenta por cento) ao ano, base 252 dias úteis, conforme determinado em procedimento de <i>bookbuilding</i> , observado o disposto no Artigo 13 do Regulamento.
Classificação de Risco das Quotas Seniores da 1ª Série:	brAAAf (Standard & Poor’s Rating Services)
Público Alvo:	Investidores Qualificados.
Datas de Amortização das Quotas Seniores da 1ª Série:	No primeiro dia útil de cada Período de Originação FIDC II, observada a ordem de alocação de recursos prevista no Artigo 67 do Regulamento e desde que o Patrimônio Líquido permita e o FIDC II tenha disponibilidades para tanto, o FIDC II procederá à Amortização Periódica de cada uma das Quotas Seniores da 1ª Série, sendo certo que a 1ª Data de Amortização será o primeiro dia útil do Período de Originação FIDC II subsequente ao Período de Originação FIDC II em que ocorrer a 1ª Data de Emissão, observado o prazo mínimo de 30 dias entre a referida 1ª Data de Emissão e a respectiva Data de Amortização.

Período de Carência: Durante o Período de Carência das Quotas Seniores da 1ª Série (de 1º de novembro de 2007 até 1º de novembro de 2009, que compreende os Períodos de Originação FIDC II em que não haverá amortização do valor do principal das Quotas Seniores da 1ª Série), o FIDC II somente realizará a amortização dos rendimentos das Quotas Seniores da 1ª Série calculados de acordo com a fórmula prevista no Artigo 46 do Regulamento. Após o Período de Carência, o FIDC II iniciará a amortização do principal das Quotas Seniores da 1ª Série, também calculado de acordo com a fórmula prevista no aqui referido Artigo 46.

Data de Resgate das Quotas Seniores da 1ª Série: O resgate das Quotas Seniores da 1ª Série ocorrerá em 60 meses após a Data de Emissão, ou seja, 1º de novembro de 2012 (a “Data de Resgate”).

Maiores Informações: Para maiores informações a respeito da Oferta e do FIDC II, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM, às sedes da Administradora ou dos Coordenadores, nos endereços indicados abaixo, sendo que o Prospecto encontra-se à disposição dos investidores na CVM para consulta e reprodução apenas:

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Itaúsa

São Paulo, SP

Tel: (11) 5029-1345 / 5029-4639

Fax: (11) 5029-3408

Endereço Eletrônico: www.intrag.com.br/prospectos

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 4º andar (parte)

São Paulo, SP

Tel: (11) 3708-8715

Fax: (11) 3708-8107

Endereço eletrônico: www.itaubba.com.br

BANCO CITIBANK S.A.

Avenida Paulista, nº 1111, 10º andar - parte

São Paulo, SP

Tel: (11) 4009-3203

Fax: (11) 4009-3589

Endereço eletrônico: www.citibank.com.br

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM

Rua Sete de Setembro, nº 111

Rio de Janeiro, RJ

Tel: (21) 3233-8686

Fax: (21) 3233-8349

Rua Formosa, nº 367, 20º andar

São Paulo, SP

Endereço eletrônico: www.cvm.gov.br

Exemplares impressos do Prospecto estão disponíveis para retirada, pelos interessados, no endereço da Administradora e dos Coordenadores indicados acima.

O Prospecto está disponível para consulta e reprodução, nas páginas da rede mundial de computadores da Cedente Líder www.cataguazes.com.br e dos Coordenadores (vide acima).

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FIDC II E DAS QUOTAS

As informações contidas nesta Seção foram retiradas do Regulamento, que é um documento anexo ao presente Prospecto. Recomenda-se ao potencial investidor a leitura cuidadosa do Regulamento antes de tomar qualquer decisão de investimento com relação ao FIDC II.

Os investimentos do FIDC II se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos no Regulamento.

O FIDC II

O FIDC II foi constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas Seniores somente poderão ser resgatadas na Data de Resgate de cada série de Quotas Seniores, ou em virtude de sua liquidação antecipada. O prazo de duração do FIDC II será indeterminado.

O FIDC II poderá ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral, observado o previsto no Capítulo XV do Regulamento.

O Regulamento foi registrado no 7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital da Cidade de São Paulo, em 18 de outubro de 2007, sob o nº 1640276, conforme aditado em 19 de novembro de 2007 por meio do instrumento particular de primeiro aditamento ao Regulamento, devidamente registrado no 7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital da Cidade de São Paulo, em 23 de novembro de 2007, sob o nº 1647974.

BASE LEGAL

O FIDC II tem como base legal a ICVM 356 e a Resolução CMN 2.907.

PÚBLICO ALVO

O FIDC II é destinado a Investidores Qualificados.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS E OBJETIVO DE INVESTIMENTO

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão utilizados, pelo FIDC II, na aquisição dos Direitos Creditórios FIDC II e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição e diversificação da Carteira do FIDC II e a ordem de alocação de recursos, conforme estabelecidas no Regulamento e na regulamentação aplicável.

Desse modo, o objetivo do FIDC II é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste Capítulo, a valorização de suas Quotas, por meio da aquisição pelo FIDC II: (i) de Direitos Creditórios FIDC II (a) sob a forma de Cessão FIDC II e/ou (b) sujeitos à Condição Suspensiva FIDC II, em ambos os casos juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares dos Direitos Creditórios FIDC II, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros.

O FIDC II buscará atingir para suas Quotas Sêniores parâmetro de rentabilidade correspondente à 100% (cem por cento) da variação da Taxa DI, acrescida do Fator *Spread* (o “Benchmark”), apurado com base em processo de *bookbuilding* conduzido junto a Investidores Qualificados, processo este que consiste na verificação da demanda pelas Quotas em diferentes níveis de cupom pré-fixado de juros. O Fator *Spread* efetivamente apurado no referido processo de *bookbuilding* constará do Suplemento, conforme o modelo constante do Anexo III ao Regulamento.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DO FIDC II

Os investimentos do FIDC II se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos no Regulamento, sempre observado o disposto no Capítulo V do Regulamento e na legislação e regulamentação aplicáveis, observado que o valor total de coobrigação das Cedentes, em função da permuta obrigatória de Direitos Creditórios FIDC II prevista no Artigo 31 do Regulamento, poderá representar até 100% do Patrimônio Líquido do FIDC II.

O FIDC II deverá alocar, em até 90 dias corridos contados da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios FIDC II, observados os Critérios de Elegibilidade FIDC II estabelecidos no Capítulo VII do Regulamento, sendo que o saldo remanescente poderá ser mantido em moeda corrente nacional ou aplicado nos ativos autorizados pelo Artigo 15 do Regulamento, devendo também ser observadas as restrições ali previstas. O quadro a seguir apresenta um resumo das modalidades de investimento e dos limites de composição da Carteira do FIDC II:

Composição da Carteira do FIDC II e Percentual Máximo em Relação ao Patrimônio Líquido	Mínimo	Máximo
• Direitos Creditórios FIDC II	50%	100%
• Moeda corrente nacional	0%	50%
• Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN	0%	50%
• Certificados e recibos de depósito bancário de emissão das Instituições Autorizadas	0%	50%
• Operações compromissadas tendo como contraparte Instituições Autorizadas	0%	50%
• Fundos mútuos de investimento de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas	0%	50%

O FIDC II não poderá realizar: (a) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; (b) operações em mercado de derivativos; e (c) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o FIDC II possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

A Administradora sempre observará, quando da alocação do Patrimônio Líquido do FIDC II, as disposições do Regulamento, inclusive o disposto em seu Artigo 16, não podendo a Administradora realizar aplicações de recursos em outros ativos que não aqueles aqui referidos. Ademais, não serão realizadas aplicações de recursos do Patrimônio Líquido do FIDC II em direitos creditórios da Administradora e/ou de sua coobrigação, bem como de controlador da Administradora, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum da Administradora.

Tendo em vista a pulverização dos Direitos Creditórios FIDC II, a concentração por devedor será sempre inferior a 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido do FIDC II.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do FIDC II corresponderá ao somatório dos valores dos Direitos Creditórios FIDC II e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do FIDC II, conforme metodologia de avaliação prevista no Capítulo XIV do Regulamento, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do FIDC II e as provisões referidas nos Artigos 57 e 58 do Regulamento.

Todos os recursos que o FIDC II vier a receber, a qualquer tempo, das Cedentes e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido, observado o disposto no Artigo 92 do Regulamento.

CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS

Forma e Espécie

As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

As quotas constituem frações ideais do patrimônio do FIDC II e serão divididas em duas classes, sendo uma classe de Quotas Seniores e uma de Quotas Subordinadas.

As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento;
- Valor Unitário de Emissão de R\$ 500.000,00;
- valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, de acordo com os critérios definidos no Artigo 43 do Regulamento; e
- direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior corresponderá a 1 voto.

As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e/ou resgate, observado o disposto no Regulamento;
- somente poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas pelas Cedentes, observados os termos e condições do Compromisso de Subscrição FIDC II e do Regulamento;
- somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos Creditórios FIDC II;
- terão Valor Unitário de Emissão, relativo à primeira emissão de Quotas Subordinadas, de R\$5.000,00; os demais Valores Unitários de Emissão serão determinados de acordo com o previsto na alínea seguinte;
- seu valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, de acordo com os critérios definidos no Artigo 44 do Regulamento;
- direito de votar nas Assembléias Gerais, exclusivamente nas hipóteses previstas no Parágrafo Único do Artigo 6º e no Artigo 78 do Regulamento, sendo que cada Quota Subordinada corresponderá a 1 voto; e
- é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas.

Emissão de Quotas Seniores

O FIDC II poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que:

- a emissão de nova série é condicionada à integral colocação da série anterior ou ao cancelamento do saldo não colocado;
- somente poderão ser emitidas novas séries de Quotas Seniores para fins de aquisição de Direitos Creditórios FIDC II Adicionais ou de Direitos Creditórios FIDC II dos Municípios Adicionais, conforme previsto, respectivamente, nas Cláusulas V e 6.5 do Contrato de Cessão, exceto conforme previsto diversamente no Regulamento e/ou no Contrato de Cessão;
- deverá ter transitado nas Contas de Centralização de Recebimentos, em cada um dos 6 (seis) Períodos de Originação FIDC II imediatamente anteriores a cada emissão de nova série de Quotas Seniores, pelo menos 3 (três) vezes o Valor Mensal da Cessão FIDC II dos referidos Períodos de Originação FIDC II;
- tenha sido verificado pela Administradora que, uma vez computado *pro forma* o valor da nova emissão de série de Quotas Seniores, em cada um dos seis Períodos de Originação FIDC II imediatamente anteriores à data pretendida para tal emissão, transitaram nas Contas de Centralização de Recebimentos recursos em valor superior ao Valor Mensal da Cessão FIDC II dos referidos Períodos de Originação FIDC II, também calculado *pro forma*;
- depois de computada *pro forma* a aquisição dos Direitos Creditórios FIDC II a ser realizada com os recursos oriundos da integralização de cada série de Quotas Seniores, o FIDC II atenda à Razão de Garantia, à Alocação Mínima e à Reserva de Recursos exigidas;
- a emissão de qualquer nova série de Quotas Seniores não pode acarretar o rebaixamento da classificação de risco vigente para as Quotas Seniores das séries em circulação, e a classificação de risco mínima das Quotas Seniores das séries em circulação, atribuída pela Agência de Classificação de Risco, deve ser AA- em escala nacional;
- nenhum Evento de Avaliação FIDC II tenha ocorrido nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores e esteja em vigor;
- exceto pelos termos e condições previstos no Suplemento de cada série, as séries conferirão aos respectivos Quotistas os mesmos direitos, privilégios e vantagens, sendo expressamente vedada a emissão de série que confira aos seus titulares direitos, privilégios e vantagens distintos; e
- o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º do Regulamento.

O valor total das Quotas Seniores será equivalente ao somatório do valor das Quotas Seniores de cada série.

Nos termos do Capítulo XVIII do Regulamento, os titulares das Quotas Seniores poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o FIDC II por meio da integralização de série de Quota Seniores específica, na proporção de sua participação no valor total das Quotas Seniores em circulação, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas, sendo certo que nesta hipótese não se aplicarão as limitações e restrições à emissão de série de Quotas Seniores estabelecidas acima.

Emissão de Quotas Subordinadas

O FIDC II poderá emitir Quotas Subordinadas, a serem colocadas em uma ou mais distribuições, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas.

Após o encerramento da primeira distribuição de Quotas Subordinadas, a Administradora poderá realizar nova distribuição de Quotas Subordinadas, em número indeterminado, sem a necessidade de aprovação dos titulares das Quotas em circulação na ocasião, devendo, para tanto, serem observados todos os procedimentos de protocolo e distribuição definidos na legislação e regulamentação aplicável.

Prazo de Distribuição

As Quotas Seniores serão publicamente distribuídas no prazo máximo de 180 dias corridos, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição da Oferta.

Emissão, Integralização e Valor das Quotas

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 43 e 44 do Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos forem colocados pelos Investidores Qualificados e/ou pelas Cedentes, conforme o caso, à disposição do FIDC II (valor da Quota de D+0), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o extrato de conta corrente como recibo de quitação.

A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista. Os Investidores Qualificados poderão efetuar aplicações de recursos no FIDC II diretamente com a Administradora, observado o disposto no Artigo 40 do Regulamento e as normas e regulamentos aplicáveis.

Não serão cobradas dos Quotistas taxas de ingresso ou de saída do FIDC II pela Administradora.

A partir da 1ª Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, nos termos do Artigo 43 do Regulamento.

Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte das Cedentes, da Administradora ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas, ressalvada a hipótese do Artigo 92 do Regulamento.

A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores em circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de cálculo.

Resgate Antecipado das Quotas

As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado ocorrendo qualquer Evento de Liquidação FIDC II, conforme previsto no Regulamento.

Amortização, Resgate de Quotas e Reserva de Recursos

As Quotas Seniores de cada série serão resgatadas integralmente pelo FIDC II nas respectivas Datas de Resgate.

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 67 do Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o FIDC II tenha disponibilidades para tanto, o FIDC II procederá, nas Datas de Amortização, à Amortização Periódica de cada uma das Quotas Seniores, cujo valor será obtido nos termos do Regulamento,

em relação a cada série de Quotas Seniores, sendo certo que a primeira Data de Amortização de cada série será o primeiro dia útil do Período de Originação FIDC II subsequente ao Período de Originação FIDC II em que ocorrer a 1ª Data de Emissão, observado o prazo mínimo de 30 dias entre a referida 1ª Data de Emissão e a respectiva Data de Amortização FIDC II. O valor da Amortização Periódica será obtido pela aplicação da fórmula prevista no Artigo 46 do Regulamento.

A Amortização Periódica das Quotas Seniores, no último Período de Originação FIDC II de cada uma das séries, será realizada através do resgate integral das quotas na Data de Resgate da respectiva Série, conforme determinado em seu Suplemento.

Os titulares das Quotas não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do FIDC II a amortização ou o resgate de suas Quotas em condições diversas das previstas no Regulamento.

Desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores até a liquidação integral das Obrigações do FIDC II, a Administradora constituirá e manterá Reserva de Recursos, nos termos do Artigo 48 do Regulamento.

Observado o Percentual de Cessão de cada Cedente, cada uma das Cedentes terá o direito de subscrever Quotas Subordinadas para fins de recomposição do valor da Reserva de Recursos em cada Período de Originação FIDC II, de acordo com as condições previstas no Artigo 49 do Regulamento.

Pagamento aos Quotistas

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 67 do Regulamento, a Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros depositados na Conta de Movimentação FIDC II: (i) aos titulares das Quotas Seniores, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os Artigos 43 e 46 do Regulamento, e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas na hipótese prevista no Artigo 66 do Regulamento ou após o resgate integral das Quotas Seniores, aos titulares das Quotas Subordinadas, nos montantes apurados conforme o Artigo 44 do Regulamento.

A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Os recursos depositados nas Contas de Movimentação do FIDC II deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, nas respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 63 do Regulamento, em Direitos Creditórios FIDC II.

Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um dia útil, a Administradora efetuará o pagamento no dia útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

Negociação das Quotas

As Quotas Seniores terão registro para negociação em bolsa de valores ou sistema de balcão organizado, a critério da Administradora.

Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas, cabendo exclusivamente aos eventuais intermediários na negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

As Quotas Subordinadas somente poderão ser negociadas entre as Cedentes.

Metodologia de Avaliação dos Ativos do FIDC II

Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos Creditórios FIDC II devem ser registrados pelo valor efetivamente pago.

Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios FIDC II integrantes da Carteira do FIDC II devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores, ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora e aceitos pelo BACEN e pela CVM, e aplicáveis aos fundos de investimento.

Os Direitos Creditórios FIDC II vencidos e não pagos pelo prazo de 15 dias corridos contados da data de seu vencimento, deverão ser integralmente provisionados, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou a sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, observado que as perdas e provisões com os Direitos Creditórios FIDC II serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e os procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Eventos de Avaliação FIDC II e Eventos de Liquidação FIDC II

Ocorrendo qualquer Evento de Avaliação FIDC II previsto no Artigo 59 do Regulamento, será convocada Assembléia Geral para avaliar o grau de comprometimento das atividades do FIDC II em razão do respectivo Evento de Avaliação FIDC II, podendo a Assembléia Geral deliberar: (i) pela não liquidação do FIDC II; ou (ii) que um Evento de Avaliação FIDC II constitui um Evento de Liquidação FIDC II, estipulando os procedimentos para a liquidação do FIDC II independentemente da convocação de nova Assembléia Geral, observadas as demais condições previstas no Regulamento, especialmente nos Artigos 60 e 61 daquele instrumento.

Ocorrendo qualquer Evento de Liquidação FIDC II previsto no Artigo 61 do Regulamento, a Administradora iniciará os procedimentos de liquidação antecipada do FIDC II. Nessa hipótese, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os titulares das Quotas Seniores deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do FIDC II, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes em moeda corrente nacional.

Observada a deliberação da Assembléia Geral referida no parágrafo anterior, o FIDC II resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, conforme o procedimento estabelecido no Parágrafo 3º do Artigo 61 do Regulamento.

ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA

Desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, a Administradora verificará, em cada Data de Verificação, se a Razão de Garantia é igual ou superior a 105% (cento e cinco por cento).

Caso, em qualquer Data de Verificação, a Razão de Garantia seja inferior a 105% (cento e cinco por cento), a Administradora deverá encaminhar às Cedentes, por intermédio da Cedente Líder, o Aviso de Desenquadramento, devendo a Cedente Líder, observado o disposto no Compromisso de Subscrição FIDC II, devolver à Administradora, com cópia para o Custodiante, o Aviso de Desenquadramento, indicando: (i) que procederá à integralização de Quotas Subordinadas em moeda corrente nacional, observado o disposto no Compromisso de Subscrição FIDC II, em número suficiente para o reenquadramento do FIDC II à Razão de Garantia; ou (ii) que resiliará o Compromisso de Subscrição FIDC II, observado o disposto em tal instrumento.

Na hipótese da alínea (i) acima, a integralização das Quotas Subordinadas deverá observar os procedimentos estabelecidos no Compromisso de Subscrição FIDC II, de forma que, considerada *pro forma* a integralização pretendida, o FIDC II atenda à Razão de Garantia.

Na hipótese da alínea (ii) do acima ou caso a Cedente Líder não devolva o Aviso de Desenquadramento nos termos acima descritos, a Administradora procederá à liquidação antecipada do FIDC II, observados os procedimentos previstos nos Parágrafos do Artigo 61 do Regulamento.

Caso, em qualquer Data de Verificação, seja verificado Excesso de Cobertura, a Administradora deverá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas, até o limite do Excesso de Cobertura, mediante solicitação da(s) respectiva(s) Cedente(s), desde que não tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação FIDC II ou Evento de Liquidação FIDC II e que a referida amortização, computada *pro forma*, não acarrete o desenquadramento da Reserva de Recursos, observado o previsto nos parágrafos do Artigo 66 do Regulamento.

O montante do Excesso de Cobertura não utilizado para fins de amortização de Quotas Subordinadas deverá integrar o Patrimônio Líquido e será considerado pela Administradora para fins de cálculo do VDCC e/ou VDCC', conforme o caso, aplicáveis aos Períodos de Originação FIDC II subsequentes.

ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Diariamente, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a liquidação integral das Obrigações do FIDC II, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do FIDC II, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência: (a) pagamento dos Encargos do FIDC II; (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do FIDC II a serem incorridos no Período de Originação FIDC II imediatamente subsequente ao Período de Originação FIDC II em que for efetuado o respectivo provisionamento; (c) devolução aos Quotistas dos valores aportados ao FIDC II, nos termos do Artigo 69 do Regulamento, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas Seniores específica; (d) pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Seniores; (e) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do FIDC II, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e (f) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

PUBLICAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS AO FIDC II

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas, relativamente ao FIDC II, deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio: (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal DCI – Diário do Comércio ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; e (ii) de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista indicado na forma do Parágrafo 1º do Artigo 41 do Regulamento. Os avisos e anúncios a seguir indicados poderão ser publicados somente na edição nacional do jornal Valor Econômico: (a) aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da ICVM 400; (b) anúncio de início de distribuição; (c) anúncio de encerramento de distribuição; e (d) outros avisos relacionados a Oferta que eventualmente sejam publicados até a data de publicação do respectivo anúncio de encerramento de distribuição.

As publicações referidas no parágrafo anterior deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuírem Quotas.

Qualquer mudança em relação à publicação de assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas relativamente ao FIDC II no DCI – Diário do Comércio deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral.

ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS

Quaisquer dúvidas e/ou informações sobre a Oferta, este Prospecto e o Regulamento poderão ser esclarecidas e obtidas junto às seguintes instituições:

1. Administradora

Sr. Rogério S. Aoki
Praça Alfredo Egydio de Souza Atanha, nº 100, Torre Itaúsa
04344-902, São Paulo - SP
Telefone: (11) 5029-4693
Fac-símile: (11) 5019-8102
Correio Eletrônico: rogerio.aoki@itau.com.br
Internet: www.intrag.com.br

2. Coordenador Líder

Sr. Gustavo Bellon
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 4º andar (parte)
CEP 04538-132, São Paulo, SP
Tel: (11) 3708-8715
Fax: (11) 3708-8107
Correio Eletrônico: gtbellon@itaubba.com.br
Internet: www.itaubba.com.br

3. Coordenador

Sr. Marcelo Marotta
Avenida Paulista, nº 1111, 10º andar - parte
CEP: 01311-920, São Paulo, SP
Tel: (11) 4009-3203
Fax: (11) 4009-3589
Correio Eletrônico: marcelo.marotta@citi.com
Internet: www.citibank.com.br

4. CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar
São Paulo – SP
Tel: (11) 4009-3203
Fax: (11) 4009-3589
Endereço eletrônico: www.cetip.com.br

5. Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP

Rua XV de Novembro, n.º 275
São Paulo, SP
Tel: (11) 3233-2000
Fax: (11) 3233-2061
Endereço eletrônico: www.bovespa.com.br

6. Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, Centro
CEP 20159-900, Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (21) 3233-8686
Rua Formosa, nº 367, 20º andar, Centro
CEP 01049-000, São Paulo, SP
Tel.: (11) 2146-2000
Endereço eletrônico: www.cvm.gov.br

7. Assessor legal

Souza, Cescon Avedissian, Barriau e Flesch Advogados
Rua Funchal, nº 418, 11º andar
04551-060, São Paulo - SP
Tel.: (11) 3089-6500
Fac-símile: (11) 3089-6565
Internet: www.scbf.com.br

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FIDC II

A taxa de administração e os demais encargos do FIDC II estão descritos no Capítulo VIII do Regulamento.

CUSTOS DE COBRANÇA

Todos os custos e despesas incorridos pelo FIDC II para preservação de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios FIDC II e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do FIDC II ou dos Quotistas, não estando as Cedentes, a Administradora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao FIDC II dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. As Cedentes, a Administradora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos, que tenham sido incorridos pelo FIDC II em face de terceiros ou das Cedentes, os quais deverão ser custeados pelo próprio FIDC II ou diretamente pelos Quotistas, observado o disposto no Capítulo XVIII do Regulamento.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FIDC II

A presente análise foi feita com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao FIDC II.

Tributação Aplicável aos Quotistas

IOF

Os investimentos no FIDC II estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Títulos ou Valores Mobiliários (“IOF/Títulos”). Nos termos da legislação vigente, o IOF/Títulos será cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate (liquidação do FIDC II), cessão ou repactuação das Quotas, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 4.494/02. Segundo esse Decreto, resgates, cessões ou repactuações efetuados em prazo de até 29 dias (inclusive), sujeitam-se ao IOF/Títulos, calculado de forma percentual sobre o rendimento auferido, sendo que quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual de rendimento sujeito à incidência do imposto. O IOF/Títulos pode ser deduzido no cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte.

Imposto de Renda

Os rendimentos produzidos a partir de 1º de janeiro de 2005, decorrentes da aplicação em fundos de investimentos¹ estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras:

(i) Para o Quotista pessoa física residente no Brasil:

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do FIDC II) ou amortização das Quotas do FIDC II devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, às alíquotas regressivas abaixo indicadas:

Para fundos com carteira de longo prazo²:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo de 181 até 360 dias;
- 17,5% em aplicações com prazo de 361 até 720 dias; e
- 15% para aplicações com prazo acima de 720 dias.

A Administradora buscará manter a Carteira do FIDC II como de longo prazo, de forma a proporcionar aos Quotistas o benefício das alíquotas regressivas acima indicadas até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a Carteira do FIDC II poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

Para fundos com carteira de curto prazo³:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias; e
- 20% em aplicações com prazo acima de 180 dias.

Os ganhos auferidos na alienação das Quotas devem ser tributados à alíquota de 15%, devendo ser recolhidos pela própria pessoa física.

(ii) Para Quotista pessoa jurídica não-financeira domiciliado no Brasil⁴:

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do FIDC II) ou amortização das Quotas do FIDC II devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, mediante aplicação das alíquotas regressivas supra;
- os ganhos auferidos na alienação (realizada dentro ou fora de bolsa) das Quotas do FIDC II devem ser tributados na fonte, como ganhos de renda variável, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Quotas à alíquota de 15%;

(iii) Para os Quotistas residentes ou domiciliados no exterior, como regra geral, a tributação segue a regra aplicável ao Quotista pessoa física residente no Brasil. As exceções dizem respeito a: (a) Quotistas sediados em localidades de tributação favorecida, para os quais pode haver uma tributação de 25%; e

¹ Considerando que, no caso, se trata de fundo de investimentos em direitos creditórios sob a forma de condomínio fechado.

² Fundos de longo prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos Creditórios FIDC II) tenham prazo médio superior a 365 dias.

³ Fundos de curto prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Creditórios FIDC II) tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias.

⁴ Como regra, o imposto de renda retido na fonte – IRF será tratado como antecipação do imposto devido e a variação positiva do valor da quota integrará a base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro – CSLL da pessoa jurídica.

(b) Quotistas registrados de acordo com a Resolução nº 2.689, que não sejam residentes ou domiciliados em país com tributação favorecida. Para essa última situação, as alíquotas aplicáveis no resgate, na amortização e na alienação (realizada em bolsa) de Quotas são de 15%, ou de 0%, no caso de alienação em bolsa de valores.

Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF

Sobre os recursos entregues pelos Quotistas para aplicação no FIDC II incide Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF, atualmente à alíquota de 0,38%.

Segundo a Lei nº 10.892, de 14 de julho de 2004, as aplicações em quotas de fundos de investimento realizadas no âmbito da conta-investimento, a partir de 1º de outubro de 2004, estão sujeitas à alíquota zero da CPMF. Para movimentação financeira dos recursos por intermédio da conta-investimento, a legislação estabelece, para as aplicações financeiras realizadas até 30 de setembro de 2006, a necessidade de trânsito prévio dos valores pela conta de depósito à vista do investidor. A partir de 1º de outubro de 2006, os valores de resgate, liquidação, cessão ou repactuação de aplicações financeiras existentes em 30 de setembro de 2004 poderão ser creditados diretamente na conta-investimento.

Exceções e Outras Incidências

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos produzidos pelo FIDC II, dependendo da forma de tributação a que cada Quotista estiver sujeito.

Tributação Aplicável ao FIDC II

IOF

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do FIDC II estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos à alíquota zero.

Imposto de Renda

A atual legislação fiscal estabelece que a Carteira do FIDC II é isenta do imposto de renda.

Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF

A atual legislação fiscal estabelece que as operações realizadas pelo FIDC II estão sujeitas à incidência de Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF à alíquota zero.

Outras Incidências

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o FIDC II.

ADMINISTRAÇÃO

O FIDC II é administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, controlada diretamente pelo Banco Itaú S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, e inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.418.140/0001-31.

A Administradora deverá administrar o FIDC II cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância: (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis; (ii) do Regulamento; (iii) das deliberações da Assembléia Geral; e (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

O quadro abaixo apresenta o valor da remuneração da Administradora:

Remuneração da Administradora

• Taxa de Administração:	Maior valor entre o: (i) valor fixo mensal de R\$ 15.000,00; e (ii) percentual anual de 0,10% sobre o valor do Patrimônio Líquido do FIDC II.
• Taxa de Ingresso:	Não há.
• Taxa de Saída:	Não há.
• Taxa de Performance:	Não há.

Os deveres e obrigações da Administradora encontram-se detalhados no Regulamento.

CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO

De forma a cumprir com o artigo 38 da ICVM 356, para a prestação dos serviços de escrituração das Quotas do FIDC II e de custódia e controle dos Direitos Creditórios FIDC II integrantes da Carteira do FIDC II, o FIDC II contratou o Banco Itaú.

O Banco Itaú cobrará, pelos serviços de custódia a serem prestados ao FIDC II, o valor correspondente a 0,15% (zero vírgula quinze por cento) ao ano sobre o Patrimônio Líquido do FIDC II, limitado ao valor mínimo mensal de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

O FIDC II contratou o Agente de Centralização de Recebimentos para a prestação dos seguintes serviços, que são essenciais ao funcionamento do FIDC II: (i) o recebimento pelo Agente de Centralização de Recebimentos, em cada uma das Contas de Centralização de Recebimentos, da totalidade do produto da liquidação das Faturas de Energia, exceto dos recursos decorrentes de pagamentos efetuados por meio de cheques junto a Agentes Arrecadadores que não sejam instituições financeiras; e (ii) a transferência pelo Agente de Centralização de Recebimentos, da totalidade dos recursos depositados em cada uma das Contas de Centralização de Recebimentos, para as respectivas Contas de Conciliação FIDC II e/ou Contas das Cedentes FIDC II.

As responsabilidades do Agente de Centralização de Recebimentos e do Custodiante estão descritas no Regulamento e no Contrato de Cessão. O Agente de Centralização de Recebimentos e o Custodiante não terão qualquer responsabilidade pelo cumprimento das obrigações dos Agentes Arrecadadores decorrentes dos Convênios de Arrecadação, conforme aditados pelos Aditamentos aos Convênios de Arrecadação.

Ademais, tendo em vista o reduzido valor médio dos Direitos Creditórios FIDC II, cuja quantidade é significativa e a diversificação de devedores expressiva, não será realizada a verificação do lastro por amostragem pelo Custodiante, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 38 da ICVM 356.

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

As Quotas Seniores do FIDC II têm classificação de risco atribuída pela Standard & Poor's Rating Services, agência de classificação de risco contratada pelo FIDC II. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora.

Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas.

AUDITORIA

Para prestação de serviços de auditoria das contas do FIDC II foi contratada a empresa KPMG Auditores Independentes.

DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR E DO COORDENADOR LÍDER

Nos termos do artigo 56 da ICVM 400, a Administradora declara, por seu Diretor Estatutário, Alexandre Zákia Albert, que: (a) este Prospecto (i) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (ii) contém as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas Seniores e do FIDC II e ao investimento nas Quotas Seniores, no contexto da Oferta, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (b) as informações relativas ao FIDC II prestadas por ocasião do registro da Oferta junto à CVM e fornecidas ao mercado durante o processo de distribuição das Quotas Seniores no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

Nos termos do artigo 56 da ICVM 400, o Coordenador Líder declara, por seus Diretores Estatutários, Fernando Fontes Iunes e André E. Kok Neto, que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que: (a) este Prospecto contém as informações relevantes e necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas do FIDC II, das Cedentes e das atividades das Cedentes, bem como dos riscos inerentes às atividades das Cedentes e ao investimento nas Quotas Seniores, no contexto da Oferta; (b) as informações relativas ao FIDC II são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (c) as informações fornecidas ao mercado durante toda a Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar este Prospecto, são suficientes, e permitem que os investidores tomem uma decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Independentemente do disposto acima, determinadas informações sobre o Brasil e o setor de energia elétrica incluídas neste Prospecto foram compiladas de fontes públicas disponíveis ao mercado. Nestes casos, o Coordenador Líder e o Administrador não assumem qualquer responsabilidade pela veracidade ou precisão de tais informações.

Assunções, previsões e eventuais expectativas futuras constantes deste Prospecto estão e estarão sujeitas a incertezas de natureza econômica, política e concorrencial e não devem ser interpretadas como promessa ou garantia de resultados futuros ou desempenho das Cedentes. Os potenciais investidores deverão conduzir suas próprias investigações acerca de eventuais tendências ou previsões discutidas ou inseridas neste Prospecto, bem como acerca das metodologias e assunções em que se baseiam as discussões dessas tendências e previsões.

PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Quotas Seniores da 1ª Série conforme plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no parágrafo 3º do artigo 33 da ICVM 400, fixado nos seguintes termos:

REGIME DE COLOCAÇÃO

O montante total de emissão das Quotas Seniores da 1ª Série é de R\$150.000.000,00. As Quotas Seniores da 1ª Série serão distribuídas publicamente pelos Coordenadores, em regime de garantia firme, desde que atendidas todas as condições precedentes do Contrato de Colocação.

PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

Anteriormente ao registro da distribuição das Quotas Seniores da 1ª Série na CVM, será disponibilizado ao público o prospecto preliminar de distribuição pública das Quotas Seniores da 1ª Série, precedido da publicação do aviso de que trata o artigo 53 da ICVM 400, do qual constará data estimada para coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*).

Os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Quotas Seniores da 1ª Série em mercado de balcão organizado, mediante o resultado do procedimento de *bookbuilding*.

Será adotado o procedimento diferenciado de distribuição, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas, sendo atendidos prioritariamente os clientes dos Coordenadores. Os pedidos serão atendidos na ordem cronológica de confirmação, de acordo com a disponibilidade de Quotas Seniores da 1ª Série para subscrição.

Haverá apresentações, a serem realizadas conjuntamente pelas Cedentes e pelos Coordenadores, para os investidores interessados, a respeito das principais características do FIDC II e das Quotas Seniores da 1ª Série, com a utilização de material previamente protocolado na CVM.

Após a obtenção do registro do FIDC II e da Oferta, será publicado o anúncio de início de distribuição das Quotas Seniores da 1ª Série.

ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO

A distribuição das Quotas Seniores da 1ª Série será encerrada até o final do prazo de distribuição, prazo esse que não será prorrogado por qualquer motivo e que não será superior a 180 dias corridos a contar da data da publicação do anúncio de início de distribuição da Oferta. Será publicado anúncio de encerramento da Oferta com a finalidade de informar que a distribuição pública das Quotas Seniores da 1ª Série foi finalizada.

SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO

No ato de subscrição das Quotas Seniores da 1ª Série, o subscritor: (i) assinará o boletim de subscrição, que também será assinado pela Administradora; (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas na forma prevista no anúncio de início da respectiva distribuição de Quotas Seniores da 1ª Série, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento; e (iii) indicará um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações enviadas pela Administradora nos termos do Regulamento.

Além do disposto acima, no ato de subscrição das Quotas Seniores da 1ª Série, o subscritor também receberá exemplar do prospecto definitivo de distribuição pública das Quotas Seniores da 1ª Série e cópia do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de Termo de Adesão ao Regulamento, estar ciente: (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do FIDC II e à taxa de administração; e (b) dos riscos inerentes ao investimento no FIDC II, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

A integralização das Quotas Seniores da 1ª Série deverá ser à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição. Ademais, a integralização das Quotas Seniores da 1ª Série somente poderá ser efetuada por crédito em conta corrente indicada pelo FIDC II ou por Transferência Eletrônica Disponível – TED. Não são previstas ou oferecidas condições de financiamento para a subscrição das Quotas Seniores da 1ª Série.

NEGOCIAÇÃO

As Quotas Seniores da 1ª Série serão registradas para negociação no SOMAFIX e na CETIP, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência das Quotas Seniores da 1ª Série de sua titularidade; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários assegurar que os adquirentes das Quotas Seniores da 1ª Série sejam Investidores Qualificados.

As Quotas Subordinadas somente poderão ser: (i) subscritas, integralizadas e/ou adquiridas, a qualquer título, pelas Cedentes; e (ii) negociadas entre as Cedentes.

CRONOGRAMA TENTATIVO

A Oferta seguirá o cronograma tentativo abaixo:

Eventos	Datas Indicativas
Protocolo do pedido de registro na CVM	19.09.2007
Recebimento das exigências da Oferta da CVM com relação ao FIDC II e à Oferta	18.10.2007
Publicação do Aviso aos Investidores	23.10.2007
Protocolo do cumprimento de exigências da Oferta na CVM	24.10.2007
Disponibilização do Prospecto Preliminar	25.10.2007
Início das apresentações sobre a Oferta (<i>roadshow</i>)	25.10.2007
Encerramento das apresentações sobre a Oferta (<i>roadshow</i>)	26.10.2007
Coleta de Intenção de Investimento relativa às Quotas Seniores da 1ª Série (<i>Bookbuilding</i>)	14.11.2007
Obtenção do Registro da Oferta na CVM	29.11.2007
Disponibilização do Prospecto Definitivo	04.12.2007
Publicação do Anúncio de Início	04.12.2007
Liquidação Financeira	05.12.2007
Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta	07.12.2007

Todas as datas previstas acima são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações e adiamentos.

ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS, REVOGAÇÃO OU MODIFICAÇÃO

O FIDC II pode requerer que a CVM autorize a modificar ou revogar a Oferta, caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta existentes na data do pedido de registro da Oferta, que resultem em um aumento relevante dos riscos a serem assumidos. Adicionalmente, o FIDC II pode modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da ICVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 dias. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação da Oferta ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de publicação na edição nacional do jornal Valor Econômico, veículo também usado para a divulgação do Aviso ao Mercado e do anúncio de início de distribuição relativo à Oferta, conforme disposto no artigo 27 da ICVM 400 (o “Anúncio de Retificação”). Após a publicação do Anúncio de Retificação, o Coordenador Líder só aceitará ordens no procedimento de *bookbuilding* daqueles investidores que se declararem cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados cinco dias úteis de sua publicação, não revogarem expressamente suas ordens no procedimento de *bookbuilding*. Nesta hipótese, os Coordenadores da Oferta presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Em qualquer hipótese, a revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Quotas Seniores da 1ª Série, no prazo de 3 dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária, conforme disposto no artigo 26 da ICVM 400, sendo permitida a dedução do valor relativo à CPMF.

CUSTOS DE DISTRIBUIÇÃO

Os custos relativos à distribuição das Quotas Seniores da 1ª Série, tais como comissão de coordenação, colocação e prêmio de garantia firme serão de exclusiva responsabilidade das Cedentes.

Os custos relativos à constituição do FIDC II, tais como o recolhimento da taxa de registro para a CVM, despesas com registro em cartório de títulos e documentos, serão deduzidos do patrimônio inicial do FIDC II.

Demonstrativo do Custo da Distribuição

As tabelas abaixo demonstram os custos estimados da distribuição das Quotas Seniores da 1ª Série:

Custos da Oferta	Montante	(%) sobre o montante da Oferta
Prêmio de Garantia Firme	R\$ 450.000,00	0,300
Comissão de Coordenação	R\$ 450.000,00	0,300
Comissão de Colocação	R\$ 450.000,00	0,300
Outras Comissões (Comissão de Sucesso)	R\$755.620,01	0,504
Taxa para Registro na CVM	R\$ 82.870,00	0,055
Taxa para Registro ANBID	R\$ 5.000,00	0,003
Assessoria Jurídica	R\$ 120.000,00	0,080
Agência de Rating	R\$ 40.000,00	0,027
Auditoria Externa	R\$ 40.000,00	0,027
Impressão de Prospectos e Publicações	R\$ 70.000,00	0,047
Despesas <i>Out-of-Pocket</i>	R\$ 25.000,00	0,017
Total dos Custos	R\$ 2.488.490,01	1,659

Preço por Quota Sênior (R\$)	Custo por Quota Sênior (R\$)	(%) sobre o Valor Unitário de Emissão	Montante líquido para o FIDC II (R\$)
500.000,00	8.294,97	1,659	147.511.509,99

FATORES DE RISCO

Antes de decidir investir nas Quotas do FIDC II, os interessados devem analisar, cuidadosamente, considerando sua própria situação financeira e objetivos de investimento, todas as informações constantes deste Prospecto e, especialmente, avaliar os fatores de risco descritos nesta Seção.

Os Direitos Creditórios FIDC II e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao FIDC II e aos Quotistas, hipóteses em que as Cedentes, a Administradora, o Custodiante, ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos: (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do FIDC II; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios FIDC II e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

As aplicações dos Quotistas não contam com a garantia da Administradora, do Custodiante, de suas Partes Relacionadas ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

RISCOS RELATIVOS AO INVESTIMENTO NO FIDC II

Não existência de seguro de performance das Cedentes.

Nos termos do Contrato de Cessão, os Direitos Creditórios FIDC II entregues ao FIDC II são direitos creditórios futuros, a serem originados pelas Cedentes com o fornecimento de energia elétrica aos Consumidores. Não há contratação de seguro, pelo FIDC II, pela Administradora, pelo Custodiante, pelas Cedentes, ou por suas respectivas Partes Relacionadas, que garanta a entrega de Direitos Creditórios FIDC II, no caso das Cedentes interromperem, por qualquer motivo, a distribuição de energia elétrica aos Consumidores, e, conseqüentemente, a geração dos Direitos Creditórios FIDC II. O FIDC II somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios FIDC II sejam entregues pelas Cedentes, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo FIDC II, pela Administradora, pelo Custodiante ou pelas Cedentes, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Efeitos da política econômica do Governo Federal

O FIDC II, seus ativos, as Cedentes e seus Consumidores estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal, que intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados das Cedentes, os ativos financeiros do FIDC II, bem como a origemação e pagamento dos Direitos Creditórios FIDC II podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por:

- flutuações das taxas de câmbio;
- alterações na inflação;
- alterações nas taxas de juros;
- alterações na legislação e regulamentação aplicáveis ao setor elétrico;
- crises energéticas;

- alterações na política fiscal; e
- outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados das Cedentes, bem como a originação e liquidação dos Direitos Creditórios FIDC II pelos Consumidores.

A distribuição de energia elétrica, e, conseqüentemente, a originação dos Direitos Creditórios FIDC II, está diretamente relacionada ao crescimento econômico e ao nível de investimento e consumo no País. Assim, a retração da economia brasileira, ocasionada por crises internas ou externas ou por ações governamentais, pode afetar negativamente os negócios das Cedentes, a originação e a liquidação dos Direitos Creditórios FIDC II.

Investimento de baixa liquidez

Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do FIDC II.

Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. Não há nenhuma garantia de que existirá, no futuro, um mercado secundário desenvolvido que possibilite a negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e, conseqüentemente, das quotas do FIDC II. Ademais, o FIDC II foi constituído sob a forma de condomínio fechado, o que impede o resgate de suas Quotas a qualquer momento e pode resultar em dificuldade adicional aos Quotistas para alienar seu investimento no mercado secundário, sendo que o FIDC II, as Cedentes, a Administradora e o Custodiante não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Quotas dos Quotistas que manifestarem sua intenção de resgatar os valores por eles investidos no FIDC II. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

Inexistência de garantia de rentabilidade

O indicador de desempenho adotado pelo FIDC II para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo FIDC II, não constituindo garantia mínima de rentabilidade aos investidores. Caso os ativos do FIDC II, incluindo os Direitos Creditórios FIDC II, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio FIDC II, não representam garantia de rentabilidade futura.

Amortização e resgate condicionado das Quotas

As únicas fontes de recursos do FIDC II para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos Creditórios FIDC II pelos respectivos Consumidores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o FIDC II não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o FIDC II está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios FIDC II e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios FIDC II, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo.

Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos Creditórios FIDC II e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo FIDC II ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Descasamento entre os valores de atualização dos Direitos Creditórios FIDC II e Ativos Financeiros com relação à atualização das Quotas Seniores

O FIDC II aplicará suas disponibilidades financeiras, predominantemente, em Direitos Creditórios FIDC II e, também, em Ativos Financeiros que comporão o Patrimônio Líquido. O preço dos Direitos Creditórios FIDC II adquiridos pelo FIDC II serão atualizados anualmente conforme estabelecido no Artigo 43 do Regulamento, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação (observadas as disposições do Capítulo V do Regulamento). Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado diariamente, sempre que o Patrimônio Líquido do FIDC II permitir, utilizando-se a variação da Taxa DI, que trata-se de índice pós-fixado, há possibilidade da ocorrência de descasamento entre os parâmetros de atualização: (i) dos Direitos Creditórios FIDC II e dos Ativos Financeiros; e (ii) das Quotas Seniores. A Administradora não está autorizada a realizar quaisquer operações com instrumentos derivativos, inclusive para evitar o eventual descasamento descrito acima. A Administradora, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor do principal de suas aplicações, em virtude dessa diferença nos parâmetros de atualização.

Liquidação antecipada do FIDC II e resgate de Quotas

O Regulamento prevê hipóteses nas quais o FIDC II poderá ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo qualquer uma dessas hipóteses, o FIDC II pode não dispor de recursos para pagamento aos Quotistas na hipótese de, por exemplo, os Direitos Creditórios FIDC II ainda não terem sido originados pelas Cedentes e/ou liquidados pelos Consumidores.

Deste modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade que o FIDC II objetiva ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento não conseguindo recuperar o capital investido nas Quotas, e, ainda que recebam o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo FIDC II. Nesse caso, não será devida pelo FIDC II ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, qualquer multa ou penalidade.

Guarda dos Documentos Comprobatórios

Cada uma das Cedentes será responsável pela guarda dos respectivos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios FIDC II por ela cedidos ao FIDC II, na qualidade de fiel depositária. Apesar de o Custodiante e o FIDC II terem o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos pelas Cedentes pode representar uma limitação ao FIDC II de verificar a devida origem e formalização dos Direitos Creditórios FIDC II e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios FIDC II vencidos e não pagos.

Eventual variação do Percentual de Obrigação de cada Cedente na Carteira do FIDC II

O Contrato de Cessão prevê a possibilidade de novas cessões de Direitos Creditórios FIDC II ao FIDC II, podendo ocorrer variação no percentual de Direitos Creditórios FIDC II cedidos por cada Cedente em cada uma das cessões, implicando, nesta hipótese, variação no Percentual de Obrigação de cada Cedente com relação ao FIDC II. Assim, o Percentual de Cessão da 1ª Série não necessariamente refletirá a composição da Carteira de Direitos Creditórios FIDC II integrante do Patrimônio Líquido do FIDC II durante todo o seu prazo de duração, o que pode afetar a análise de risco do FIDC II pelos investidores.

Cobrança judicial dos Direitos Creditórios FIDC II

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios FIDC II de titularidade do FIDC II e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Quotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do FIDC II, devendo ser suportados até o limite do valor total das Quotas Subordinadas, sempre observado o que for deliberado pelos titulares das Quotas Seniores reunidos em Assembléia Geral na forma do Artigo 69 do Regulamento. As Cedentes, a Administradora, o Custodiante e quaisquer de suas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Capítulo XVIII do Regulamento.

Necessidade de realizar aporte de recursos no FIDC II em decorrência de Patrimônio Líquido negativo

Os Direitos Creditórios FIDC II cedidos ao FIDC II serão originados pelas Cedentes, preponderantemente, no futuro. Havendo a interrupção das atividades das Cedentes, os Direitos Creditórios FIDC II podem não ser originados e o FIDC II poderá apresentar Patrimônio Líquido negativo, sendo possível que os Quotistas tenham que realizar aporte de recursos no FIDC II para pagamento de Encargos do FIDC II.

Necessidade de aprovação dos titulares de Quotas Subordinadas em determinadas deliberações da Assembléia Geral

O Artigo 78 do Regulamento estabelece que determinadas deliberações relevantes da Assembléia Geral deverão ser tomadas, em conjunto, por titulares das Quotas Seniores e titulares das Quotas Subordinadas, como é o caso de eventuais alterações: (i) na política de investimentos do FIDC II; (ii) nos Critérios de Elegibilidade FIDC II; e (iii) na liquidação antecipada do FIDC II, exceto na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação FIDC II. Referido direito dos titulares das Quotas Subordinadas pode impedir a aprovação de matérias essenciais aos interesses dos titulares das Quotas Seniores, o que pode afetar negativamente o funcionamento do FIDC II, causando prejuízo aos titulares das Quotas Seniores.

Conflitos de interesses envolvendo os participantes da Oferta

O Custodiante é o controlador da Administradora e o Coordenador Líder da Oferta também faz parte do conglomerado financeiro do Custodiante. Ademais, as Cedentes, pelas características de suas operações, mantêm relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições financeiras incluindo os Coordenadores, o Custodiante e suas Partes Relacionadas (para maiores informações, vide Seção “Potenciais Conflitos de Interesse e Operações com Partes Relacionadas”, deste Prospecto). Em virtude deste conflito de interesses, decisões adotadas por essas sociedades poderão, eventualmente, ser influenciadas de forma relevante pelo relacionamento entre elas, o que poderá causar efeitos adversos ao FIDC II e aos Quotistas.

Assunção das obrigações das Cedentes por outras concessionárias de distribuição de energia elétrica com relação à cessão dos Direitos Creditórios FIDC II.

A CVM realizou consulta formal à ANEEL acerca da opinião expressada pela agência de rating Standard & Poor's de que a cessão dos direitos creditórios seria válida não apenas para o grupo das Cedentes, mas para qualquer concessionária futura que assumisse a operação originadora dos Direitos Creditórios FIDC II. A resposta proferida pela ANEEL se deu nos termos § 6º do art. 39 da Lei das Concessões, a saber: “Declarada a caducidade, não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.” Assim, caso ocorra a caducidade das concessões das Cedentes, as obrigações assumidas pelas Cedentes no tocante à cessão dos Direitos Creditórios FIDC II poderão não ser válidas com relação a futuras concessionárias de distribuição de energia elétrica que venham a assumir tais concessões. Ademais, a caducidade das concessões das Cedentes não resultará, para o poder concedente, qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados das Cedentes.

RISCOS RELATIVOS AOS DIREITOS CREDITÓRIOS FIDC II

Até a Data de Encerramento, os direitos creditórios originados pelas Cedentes com relação aos Consumidores deverão ser cedidos prioritariamente ao FIDC I.

Nos termos do Contrato de Cessão, não constituem Direitos Creditórios FIDC II: (i) os Direitos Creditórios Objeto de Cessão Definitiva FIDC I; (ii) os Direitos Creditórios Objeto de Cessão Condicional FIDC I, a partir do momento em que se der a implementação de qualquer das Condições do Contrato de Cessão FIDC I; e (iii) os Direitos Creditórios Objeto de Permuta Obrigatória FIDC I, nos termos da cláusula VIII do Contrato de Cessão FIDC I. Além disso, o fluxo de amortização do FIDC II prevê uma carência de 24 meses na amortização de principal do FIDC II, de forma a permitir a manutenção de índices de garantia adequados a sua categoria de classificação de risco (rating) durante sua existência conjunta com o FIDC I.

Ademais, de acordo com o Contrato de Cessão, durante o período compreendido entre a data de assinatura daquele instrumento e a Data de Encerramento, as Cedentes estão obrigadas, em cada Período de Originação FIDC I, a transferir prioritariamente os direitos creditórios por elas gerados com relação aos Consumidores ao FIDC I, de forma que serão cedidos ao FIDC II apenas os direitos creditórios gerados pelas Cedentes com relação aos Consumidores que sobejarem à Cessão FIDC I e que, por consequência, tenham sido originados durante o Período de Originação FIDC II. Além disso, a cessão de Direitos Creditórios Objeto de Cessão Condicional FIDC I ao FIDC I deve ser realizada previamente à Cessão FIDC II, sendo seu produto transferido pelo Agente de Centralização de Recebimentos para as Contas de Conciliação do FIDC II somente quando não houver sido implementada, no respectivo Período de Originação FIDC I, nenhuma das condições suspensivas previstas no Contrato de Cessão FIDC I. Da mesma forma, a Permuta Obrigatória FIDC I deve ser realizada previamente à Cessão Secundária, sendo que os Direitos Creditórios FIDC II somente poderão ser transferido pelo Agente de Centralização de Recebimentos às Contas de Conciliação do FIDC II quando estes não puderem mais ser objeto de Permuta Obrigatória FIDC I.

Desse modo, até a Data de Encerramento, caso as Cedentes não gerem direitos creditórios suficientes para cessão a ambos, FIDC I e o FIDC II, tais direitos creditórios serão cedidos prioritariamente ao FIDC I, não havendo, nesse caso, direitos creditórios para cessão ao FIDC II em quantidade suficiente para que seja atingido o Valor Mensal de Cessão Secundária no respectivo Período de Originação FIDC II. Ademais, no caso de liquidação antecipada do FIDC I, os Quotistas do FIDC II estarão subordinados à liquidação dos valores devidos aos Quotistas do FIDC I. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses poderá ocasionar atraso e/ou insuficiência de recursos para liquidação dos valores devidos aos titulares das Quotas Seniores do FIDC II, causando prejuízo ao FIDC II e aos Quotistas.

Risco de mercado

O desempenho dos Ativos Financeiros que compõem a Carteira do FIDC II está diretamente ligado a alterações nas perspectivas macroeconômicas de mercado, o que pode causar oscilações em seus preços. Tais oscilações também poderão ocorrer como consequência de eventos relacionados às Cedentes, bem como em função de alterações nas expectativas do mercado, acarretando mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos. As referidas oscilações podem afetar negativamente o desempenho do FIDC II e, conseqüentemente, a rentabilidade das Quotas.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos ativos integrantes da Carteira do FIDC II e/ou das contrapartes do FIDC II em operações com tais ativos em honrar seus compromissos, conforme contratados. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais investidores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o FIDC II e para os Quotistas. Adicionalmente, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do FIDC II, acarretará perdas para o FIDC II, podendo este, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

O Contrato de Cessão dispõe que, caso qualquer Direito Creditório FIDC II não seja liquidado na data de seu vencimento (tornando-se, caso isso ocorra, um “Direito Creditório FIDC II Permutável”), o Custodiante deverá proceder imediatamente à permuta do Direito Creditório FIDC II Permutável por um ou mais Direitos Creditórios FIDC II originados pela respectiva Cedente, com data de vencimento mais próxima da data de vencimento do respectivo Direito Creditório FIDC II Permutável e que, individualmente ou em conjunto, tenham, no mínimo, o mesmo valor nominal do Direito Creditório FIDC II Permutável. Caso a Cedente que originou o Direito Creditório FIDC II Permutável não venha a originar outros direitos creditórios para realização da permuta, o FIDC II terá de proceder à cobrança do Direito Creditório FIDC II Permutável. Nesse caso, se o crédito não for recuperado contra o Consumidor inadimplente, o Patrimônio Líquido do FIDC II será negativamente afetado.

Ademais, em certas hipóteses, o Contrato de Cessão poderá ser resolvido total ou parcialmente, ficando as Cedentes com relação as quais o Contrato de Cessão foi resolvido obrigadas à restituição do Preço de Aquisição FIDC II pago pelos Direitos Creditórios FIDC II, descontado o valor dos Direitos Creditórios FIDC II efetivamente originados. Caso as Cedentes com relação às quais o Contrato de Cessão foi resolvido não tenham capacidade de restituir os valores por elas devidos o FIDC II, o FIDC II e os seus Quotistas poderão a sofrer prejuízos substanciais.

Liquidez restrita dos principais ativos do FIDC II

Os principais ativos do FIDC II são os Direitos Creditórios FIDC II a serem originados pelas Cedentes, os quais não possuem um mercado secundário desenvolvido ou organizado. Caso o FIDC II tenha de alienar os Direitos Creditórios FIDC II de sua titularidade, é possível que não haja interessados ou que o preço de alienação resulte em perdas para o FIDC II, o que resultará em prejuízo para os Quotistas.

Eficácia da cessão dos Direitos Creditórios FIDC II das Cedentes

Os Direitos Creditórios FIDC II cedidos ao FIDC II são preponderantemente direitos creditórios futuros, a serem originados pelas Cedentes durante o prazo e sujeito às condições do Contrato de Cessão. Por essa razão, a eficácia da cessão está condicionada a um evento futuro, que é justamente a originação dos Direitos Creditórios FIDC II. Caso não haja originação, o FIDC II não disporá de recursos para amortizar ou resgatar as Quotas. Ademais, o FIDC II não contratou seguro para cobrir o risco de não originação dos Direitos Creditórios FIDC II pelas Cedentes (vide “*Não existência de Seguro de Performance das Cedentes*”, acima).

Como consequência do descrito acima, caso os Direitos Creditórios FIDC II não sejam, por qualquer motivo, originados pelas Cedentes, o FIDC II e os seus Quotistas poderão a sofrer prejuízos.

Inexistência de solidariedade entre as Cedentes

As Cedentes não são solidárias com relação às suas respectivas obrigações de originação dos Direitos Creditórios FIDC II, bem como com relação a qualquer outro tipo de obrigação assumida nos termos do Contrato de Cessão. Assim, cada Cedente está obrigada exclusivamente ao cumprimento de suas respectivas obrigações previstas no Contrato de Cessão e nos demais Documentos da Operação.

Nesse sentido, os potenciais Quotistas devem ainda notar, por exemplo, que: (i) o mecanismo de permuta obrigatória prevista na Cláusula VIII do Contrato de Cessão, principal mecanismo de mitigação dos efeitos do inadimplemento dos Direitos Creditórios FIDC II, só poderá ser implementado com relação a Direitos Creditórios FIDC II originados por uma mesma Cedente; e (ii) as obrigações assumidas por cada Cedente com o FIDC II são limitadas ao Percentual de Obrigação assumido individualmente por cada Cedente.

Inexistência de direito de regresso contra as Cedentes

A cessão ao FIDC II dos Direitos Creditórios FIDC II será realizada sem direito de regresso contra as Cedentes ou qualquer outra pessoa. As Cedentes somente são responsáveis pela originação, formalização, certeza e liquidez dos Direitos Creditórios FIDC II, bem como pela permuta dos Direitos Creditórios FIDC II Permutáveis nos termos da Cláusula VIII do Contrato de Cessão.

Caso seja impossível realizar a permuta, por qualquer razão, as Cedentes não serão responsáveis pela solvência dos Consumidores. Nesse caso, o procedimento de cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios FIDC II inadimplidos previsto no Regulamento não assegura que os valores devidos ao FIDC II relativos a tais Direitos Creditórios FIDC II inadimplentes serão recuperados. Da mesma forma, não é possível assegurar a recuperação de valores devidos ao FIDC II decorrentes de Direitos Creditórios FIDC II inadimplidos em eventual procedimento de cobrança judicial. Dessa forma, na hipótese de inadimplência dos Direitos Creditórios FIDC II é possível que o FIDC II e os seus Quotistas venham a sofrer prejuízos.

Não haverá verificação do lastro dos Direitos Creditórios FIDC II de titularidade do FIDC II.

Com base no parágrafo 3º do artigo 38 da ICVM 356, em face do reduzido valor médio dos Direitos Creditórios FIDC II, cuja quantidade é significativa e a diversificação de devedores expressiva, o Custodiante não realizará a verificação do lastro dos Direitos Creditórios FIDC II de titularidade do FIDC II. Assim, tendo em vista que os documentos que lastreiam os Direitos Creditórios FIDC II podem conter irregularidades e/ou vícios questionáveis judicialmente, que poderão obstar o pleno exercício pelo FIDC II das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios FIDC II, e uma vez que o Custodiante (ou qualquer outra pessoa) não analisará nenhum desses documentos (nem por amostragem), a possibilidade de que essas irregularidades e/ou vícios sejam detectados é menor se comparada à possibilidade de detecção de irregularidades quando há a verificação do lastro dos Direitos Creditórios FIDC II pelo Custodiante. Eventual inadimplência ou questionamento judicial relativo aos Direitos Creditórios FIDC II cujos documentos apresentem irregularidades e/ou vícios poderão acarretar prejuízos ao FIDC II e, conseqüentemente, aos Quotistas.

Risco decorrente da precificação dos Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros (“*mark-to-market*”), poderão causar variações nos valores dos Ativos Financeiros, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas. Ademais, as variações de preço dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em razão de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer alterações nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudança significativa nos cenários econômico e político nacional e internacional.

Movimentação dos valores relativos aos Direitos Creditórios FIDC II de titularidade do FIDC II

Todos os recursos decorrentes da liquidação das Faturas de Energia serão recebidos diretamente pelos Agentes Arrecadores, e transferidos diariamente para as Contas de Centralização de Recebimentos (cada Conta de Centralização de Recebimentos será de titularidade do Banco Itaú, agindo na qualidade de Agente de Centralização de Recebimentos). O Agente de Centralização de Recebimentos transferirá diariamente os recursos de titularidade do FIDC II das Contas de Centralização de Recebimentos para as respectivas Contas de Conciliação FIDC II, com base nos relatórios disponibilizados pelo Custodiante na rede mundial de computadores. Tais relatórios serão gerados com informações dos Direitos Creditórios FIDC II que tenham sido originados e pagos, processadas com base nos arquivos fornecidos pelas Cedentes nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Custódia.

Para permitir o fluxo no pagamento dos direitos creditórios acima descrito, cada Cedente se obrigou, nos termos do Contrato de Cessão, a inserir nas Faturas de Energia, por ela emitidas contra os Consumidores, códigos de barra apropriados ao direcionamento da totalidade dos recursos oriundos da liquidação das Faturas de Energia para as respectivas Contas de Centralização de Recebimentos.

Apesar do FIDC II contar com a obrigação: (i) das Cedentes de inserir nas Faturas de Energia os códigos de barra por respectivo Município Selecionado; (ii) dos Agentes Arrecadores, assumida nos termos dos Convênios de Arrecadação, de que a totalidade dos recursos arrecadados nos Municípios Selecionados pelos Agentes Arrecadores será transferida para as respectivas Contas de Centralização de Recebimentos; (iii) do Agente de Centralização de Recebimentos, assumida nos termos do Contrato de Serviços de Centralização, de transferir diariamente os recursos de titularidade do FIDC II para as respectivas Contas de Conciliação do FIDC II, conforme descrito no parágrafo acima; e (iv) do Custodiante, assumida nos termos do Contrato de Custódia, de realizar, diariamente, os serviços de conciliação e disponibilizar os relatórios acima referidos na rede mundial de computadores para que o Agente de Centralização de Recebimentos possa transferir os recursos de

titularidade do FIDC II para as respectivas Contas de Conciliação do FIDC II, a rentabilidade das Quotas pode ser negativamente afetada, causando prejuízo ao FIDC II e aos Quotistas caso haja inadimplemento por qualquer Cedente, por qualquer Agente Arrecadador, pelo Agente de Centralização de Recebimentos ou pelo Custodiante, no cumprimento de suas respectivas obrigações, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e transferência dos pagamentos realizados pelos Consumidores. Não há qualquer garantia de cumprimento pelas Cedentes, pelos Agentes Arrecadadores, pelo Agente de Centralização de Recebimentos e/ou pelo Custodiante, de cumprimento de suas obrigações acima destacadas.

A conciliação dos valores depositados nas Contas de Conciliação do FIDC II pelo Custodiante será realizada com base nos arquivos preparados pelas próprias Cedentes, não havendo meios de o Custodiante e/ou a Administradora atestarem a veracidade das informações constantes dos referidos arquivos. Havendo inconsistência nos arquivos ou mesmo a interrupção voluntária ou involuntária no fornecimento de tais arquivos por qualquer Cedente, a rentabilidade das Quotas pode ser negativamente afetada, causando prejuízo ao FIDC II e aos Quotistas.

Ademais, ocorrendo a cessação na prestação dos serviços por qualquer Agente Arrecadador ou pelo Agente de Centralização de Recebimentos, e não sendo possível realizar a sua substituição em tempo hábil, o fluxo dos pagamentos dos direitos creditórios descrito pode ser parcialmente interrompido, causando prejuízos ao FIDC II e aos Quotistas.

Não existe seguro ou qualquer garantia de recebimento em favor das Cedentes ou do FIDC II para cobrir eventuais riscos de roubos ou furtos dos recursos arrecadados pelos Agentes Arrecadadores (que não sejam instituições financeiras) oriundos de pagamento dos direitos creditórios originados pelas Cedentes nos Municípios Selecionados. Dessa forma, ocorrendo furto ou roubo de eventuais valores oriundos de pagamentos aos Agentes Arrecadadores de Direitos Creditórios FIDC II de titularidade do FIDC II, pode haver atraso ou mesmo o não recebimento dos recursos pelo FIDC II, causando prejuízos ao FIDC II e a seus Quotistas.

Eventual limitação do Contrato de Cessão.

O Despacho nº 3.102, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, que dispõe sobre a anuência à cessão dos direitos creditórios ao FIDC II, traz a seguinte redação: “(...) I – anuir com a cessão de recebíveis das empresas constantes da tabela a seguir, nos limites financeiros respectivamente descritos, para constituição de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, denominado “FIDC II”, destinado à rolagem de dívidas aplicadas originalmente no objeto da concessão, na forma e observados os termos e as condições estabelecidas no Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e outras Avenças e no Regulamento do fundo; (...)”. Tendo em vista tal despacho, caso venha a ser interpretado que o Contrato de Cessão está limitado a 6,3% da receita líquida anual da CFLCL, 11,0% da receita líquida anual da CENF, 3,7% da receita líquida anual da ENERGEPE, 1,3% da receita líquida anual da SAELPA e 6,7% da receita líquida anual da CELB, tal fato poderá restringir o direito do FIDC II de receber parte do produto dos recursos advindos dos Direitos Creditórios FIDC II cedidos ao FIDC II temporariamente.

RISCOS RELATIVOS ÀS CEDENTES

Risco de não originação dos Direitos Creditórios FIDC II

Os Direitos Creditórios FIDC II a serem adquiridos pelo FIDC II serão originados pelas Cedentes preponderantemente no futuro. Portanto, o investimento no FIDC II está sujeito ao risco de não originação, no futuro, dos Direitos Creditórios FIDC II pelas Cedentes contra os Consumidores. Não há como assegurar que não haverá diminuição ou descontinuidade ou até mesmo incapacidade, total ou parcial, das Cedentes na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica nos Municípios Seleccionados, ou, ainda, a distração da receita de pagamentos decorrentes das Faturas de Energia em virtude da interrupção do uso de energia elétrica pelos Consumidores. Caso isto ocorra, a originação dos Direitos Creditórios FIDC II pelas Cedentes pode ser negativamente afetada ou até mesmo impossibilitada, implicando prejuízo ao FIDC II e aos Quotistas uma vez que a amortização e/ou o resgate das Quotas está sujeita à liquidação dos Direitos Creditórios FIDC II e/ou dos Ativos Financeiros (vide “*Amortização e Resgate Condicionado das Quotas*” acima).

Inexistência de uma política de crédito específica

Tendo em vista que as Cedentes são concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, estas são obrigadas, nos termos dos Contratos de Concessão, a fornecer energia para os consumidores residentes ou domiciliados em suas respectivas áreas de concessão, tendo à sua disposição instrumentos regulatórios para o controle da inadimplência referente à prestação de tais serviços. Por este motivo, não há uma política de crédito específica para o início de distribuição de energia elétrica aos seus Consumidores, o que pode impactar negativamente na capacidade de originação dos Direitos Creditórios FIDC II pelas Cedentes.

Percentual de atraso e inadimplência no pagamento dos Direitos Creditórios FIDC II

Nos 36 meses imediatamente anteriores a 28 de fevereiro de 2007, as Cedentes acumulavam, em conjunto, Faturas de Energia vencidas e não pagas em valor equivalente a 5,9% de seu faturamento consolidado no mesmo período, sendo 4,2% no caso da CFLCL, 4,0% no caso da CENF, 10,6% no caso da CELB, 5,1% no caso da ENERGIPE e 6,8% no caso da SAELPA. Do montante total de Faturas de Energia vencidas e não pagas (5,9%), 3,5% corresponde a atrasos superiores a cento e oitenta dias, sendo 2,8% no caso da CFLCL, 2,7% no caso da CENF, 5,6% no caso da CELB, 3,3% no caso da ENERGIPE e 3,9% no caso da SAELPA.

O atraso e a inadimplência no pagamento dos Direitos Creditórios FIDC II pelos Consumidores dos Municípios Seleccionados poderá causar prejuízos ao FIDC II e aos Quotistas.

Um aumento do índice de perdas das Cedentes pode afetar adversamente a originação dos Direitos Creditórios FIDC II

As Cedentes estão sujeitas a perdas técnicas e comerciais no desenvolvimento de suas atividades de distribuição. As perdas técnicas ocorrem no curso normal da atividade de distribuição de energia elétrica. Já as perdas comerciais decorrem de fraudes e ligações clandestinas de energia. Em virtude das medidas de racionamento impostas pelo Governo Federal em 2001 e 2002, que puniam o consumo de energia acima dos limites estabelecidos, o número de fraudes aumentou. Medidas dessa natureza podem contribuir para um aumento nas perdas comerciais. Em 30 de setembro de 2007, o índice de perdas totais relativo aos 12 meses anteriores a tal data era de 9,4% na CFLCL, 7,9% na CELB, 20,4% na SAELPA, 12,7% na ENERGIPE e 7,2% na CENF. Um aumento nas perdas de energia elétrica poderá afetar negativamente a situação financeira, o resultado das operações das Cedentes e, conseqüentemente, sua capacidade de originação dos Direitos Creditórios FIDC II.

Vencimento antecipado e “cross-default”

Em virtude de contratos celebrados para a captação de recursos, as Cedentes estão sujeitas a certas cláusulas e condições que determinam o vencimento antecipado da respectiva dívida contratada. Na hipótese de descumprimento de qualquer disposição dos referidos contratos, tornar-se-ão exigíveis os valores vincendos (principal, juros e multa) objeto dos referidos contratos. O vencimento antecipado das obrigações das Cedentes poderá acarretar sérios efeitos sobre sua situação financeira, considerando-se inclusive a previsão de vencimento cruzado de outras obrigações das Cedentes, conforme cláusulas presentes em diversos contratos de empréstimos e financiamento por elas celebrados com terceiros, o que pode afetar as atividades operacionais das Cedentes e a sua respectiva capacidade de originação dos Direitos Creditórios FIDC II.

A cobertura de seguro das Cedentes pode ser insuficiente

As Cedentes contratam seus seguros de acordo com suas respectivas políticas de seguros. Os seguros contratados pelas Cedentes podem ser insuficientes para o ressarcimento de eventuais danos. A ocorrência de sinistros que ultrapassem o valor segurado ou que não sejam cobertos pelos seguros contratados pode acarretar custos adicionais inesperados e significativos para as Cedentes, acarretando um efeito adverso em suas atividades, resultados operacionais e condições financeiras, bem como afetando a originação dos Direitos Creditórios FIDC II.

Alteração do controle acionário das Cedentes e suas possíveis consequências

As ações que representam o controle acionário de algumas das Cedentes foram dadas em garantia de obrigações financeiras, o que permite a certos credores, em caso de inadimplência das obrigações garantidas, executar referida garantia e, conseqüentemente, transferir o controle acionário dessas Cedentes a terceiros. A alteração do controle acionário das Cedentes depende de prévia autorização da ANEEL, que se não for obtida, poderá levar à extinção das suas respectivas concessões, o que poderá impossibilitar as Cedentes de originar os Direitos Creditórios FIDC II.

Respeito aos padrões de qualidade dos serviços previstos nos Contratos de Concessão e na regulamentação

Os Contratos de Concessão celebrados pelas Cedentes estabelecem padrões de qualidade que devem ser observados na prestação do serviço objeto das respectivas concessões, entre os quais a constante melhoria dos padrões de qualidade. A natureza e a extensão de tais melhorias são previstas nos referidos Contratos de Concessão e as penalidades aplicáveis a um desempenho inferior aos níveis estabelecidos de qualidade dos serviços estão previstas na Resolução ANEEL nº 063, de 12.5.04 e incluem multa de até 2% do valor dos respectivos faturamentos, nos doze meses anteriores à ocorrência da infração. Em caso de não cumprimento das penalidades ou determinações do Poder Concedente, para regularizar a prestação de serviços, este último poderá decretar a caducidade das concessões, hipótese na qual as Cedentes que tiveram as concessões cassadas deixarão de ser capazes de originar os Direitos Creditórios FIDC II. Tal fato poderá causar prejuízo ao FIDC II e aos Quotistas.

As Cedentes podem perder suas condições de concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e, conseqüentemente, a capacidade de originação dos Direitos Creditórios FIDC II.

A capacidade das Cedentes de originar os Direitos Creditórios FIDC II está diretamente ligada às suas condições de concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. No entanto, as concessões detidas pelas Cedentes poderão ser extintas antes do termo final dos respectivos Contratos de Concessão, nas seguintes hipóteses: (i) a encampação, pela União; do serviço público de distribuição de energia elétrica; (ii) a decretação da caducidade da concessão pela União; (iii) a anulação dos Contratos de Concessão, decorrente de vício ou irregularidade constatados no procedimento ou no ato de outorga da concessão; ou (iv) a falência ou extinção das Cedentes.

O Poder Concedente poderá, caso as Cedentes não observem os respectivos padrões de qualidade e melhoria dos serviços de distribuição de energia elétrica, aplicar penalidades às Cedentes, conforme mencionado em “*Respeito aos padrões de qualidade dos serviços previstos nos Contratos de Concessão e na regulamentação*” acima.

No caso de término antecipado de suas respectivas concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica, as Cedentes esperam que, caso seja verificado o interesse público pelo Poder Concedente, o FIDC II poderá manter o direito ao recebimento do produto da cobrança dos Direitos Creditórios FIDC II. Não obstante, consultada pela CVM no processo de registro do FIDC II, a ANEEL apresentou comentários nos quais reproduz o parágrafo 6º do Artigo 38 da Lei de Concessões, que dispõe que declarada a caducidade da concessão, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária.

Por fim, as Cedentes conduzem sua atividade de distribuição de energia elétrica de acordo com Contratos de Concessões, celebrados com o Governo Federal. A Constituição Federal exige que todas as concessões de serviços públicos devem ser concedidas mediante licitação. Em 1995, em um esforço para implementar esses dispositivos constitucionais, o Governo Federal aprovou a Lei de Concessões, que rege os procedimentos de licitação. De acordo com a Lei de Concessões, mediante solicitação da concessionária, as concessões existentes poderão ser prorrogadas pelo Governo Federal, mediante requerimento efetuado pela concessionária, independentemente de sujeição ao processo de licitação, contanto que a concessionária tenha atendido aos padrões mínimos de desempenho e que a proposta seja aceitável ao Governo Federal. Devido ao grau de discricionariedade conferido ao Governo Federal pela Lei de Concessões no que diz respeito à prorrogação de concessões existentes e dada a ausência de precedentes quanto ao exercício, pelo Governo Federal, de seu poder discricionário de interpretação e aplicação da Lei de Concessões, não há como garantir que as concessões atuais das Cedentes não serão prorrogadas em termos que venham a ser menos favoráveis do que aqueles atualmente em vigor.

A ocorrência de qualquer dos riscos acima descritos poderá resultar em prejuízos para o FIDC II e os Quotistas ou mesmo na perda integral do investimento nas Quotas ainda não amortizadas pelo FIDC II.

Impenhorabilidade de certos ativos das Cedentes utilizados em serviços por elas prestados

A legislação aplicável dispõe que os bens das Cedentes, que sejam essenciais para a prestação dos serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como alguns bens utilizados na geração, devem ser revertidos ao Poder Concedente ao fim da respectiva concessão, não sendo passíveis de penhora ou execução judicial. Assim, no caso de inadimplemento das Cedentes de suas respectivas obrigações constantes do Contrato de Concessão ou de outros contratos e documentos relativos ao FIDC II de que são signatárias, parte dos bens que compõem os ativos das Cedentes não poderá ser utilizado para satisfazer os direitos do FIDC II ou dos Quotistas à indenização devida em razão do inadimplemento.

RISCOS RELATIVOS AO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

A nova lei do setor elétrico

O Governo Federal vem implementando um processo de reestruturação do setor elétrico brasileiro que resultou em mudanças significativas na legislação desse setor durante os últimos anos. Como parte dessa reestruturação, em 15 de março de 2004, o Governo Federal editou a Lei nº 10.848, que alterou substancialmente as diretrizes até então vigentes e implementou o novo modelo do setor elétrico no Brasil. Na mesma data, foi editada a Lei nº 10.847, que autorizou a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, que tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor elétrico nacional. Em agosto de 2004, foram promulgados os Decretos nº 5.163, 5.175, 5.177 e 5.184 que regulamentam as Leis nº 10.847 e 10.848.

Dentre as regras do novo marco regulatório estão incluídas: (i) a criação de um Ambiente de Contratação Regulada – ACR para as operações de compra e venda de energia envolvendo as distribuidoras, onde estas deverão comprar, por meio de leilões, a energia necessária ao atendimento de sua demanda com até cinco anos de antecedência, estabelecendo penalidades em caso de não concretização das estimativas de mercado; (ii) a Desverticalização das atividades, não permitindo que as distribuidoras realizem atividades de geração, transmissão e comercialização, salvo se previsto nos contratos de concessão; (iii) a extinção do chamado “*self-dealing*” (compra de energia pela distribuidora junto a partes relacionadas), exceto com base em contratos já existentes, os quais não poderão ser aditados; e (iv) as licitações de novas concessões de geração hidráulica para atendimento ao ACR serão realizadas pelo critério de menor tarifa e por blocos de energia, onde os respectivos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs serão compartilhados por todas as distribuidoras do SIN - Sistema Interligado Nacional.

A nova lei do setor elétrico continua sujeita à regulamentação e, atualmente, tem sua constitucionalidade contestada perante o Supremo Tribunal Federal, por meio de ação direta de inconstitucionalidade (“ADIN”). Em 11 de outubro de 2006, o Supremo Tribunal Federal julgou em medida liminar, por 7 votos a 4, que a edição da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico para reger o setor elétrico não confrontava com a Constituição Federal. Não obstante o julgamento da Liminar considerar o novo modelo válido, não foi apreciado de forma definitiva o

mérito da ação e uma decisão final sobre o tema depende do voto favorável da maioria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Não existe ainda uma decisão firme sobre este mérito e, portanto, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua em vigor.

Se a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, ou parte dela, for considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, o marco regulatório introduzido pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico poderá perder a sua eficácia, gerando incertezas a respeito de quando e como o Governo Federal introduzirá novas mudanças no setor elétrico. Não é possível prever os eventuais efeitos adversos da declaração de inconstitucionalidade da referida lei e do resultado do julgamento da ADIN no setor em que as Cedentes atuam e no cumprimento das obrigações das Cedentes para com os Consumidores, bem como na origem e entrega dos Direitos Creditórios FIDC II ao FIDC II.

Obrigatoriedade de planejamento de mercado

Conforme previsto no novo modelo do setor elétrico brasileiro, as distribuidoras de energia elétrica devem planejar, com antecedência de até cinco anos, a compra de energia no mercado regulado necessária para o atendimento de sua demanda nesse período. Da mesma forma, o novo modelo prevê a aplicação de penalidades para o caso de insuficiência de contratação e permite o repasse de até 103% da carga adquirida para o caso de contratações acima das necessidades das distribuidoras. Além destas penalidades, existem limitações de repasse às tarifas dos preços de compra de energia, as quais variam em função da antecedência com que ocorre a aquisição. Erros no planejamento do mercado pelas Cedentes poderão acarretar penalidades ou a obrigação de adquirir energia adicional por preços ou condições menos vantajosas em relação às aquisições anteriores, sem o direito de repasse desse custo, no todo ou em parte, às tarifas, o que pode afetar as condições financeiras das Cedentes e, eventualmente, as suas respectivas capacidades de origem dos Direitos Creditórios FIDC II.

Reajuste tarifário

Os reajustes das tarifas de distribuição cobradas pelas Cedentes são fixados pela ANEEL por meio da aplicação de uma fórmula paramétrica, que consta do contrato de concessão de distribuição. De acordo com essa fórmula e com as normas que regulam os contratos de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas praticadas por quaisquer distribuidoras de energia elétrica são reajustadas anualmente mediante prévia autorização da ANEEL. Revisões extraordinárias das tarifas praticadas por distribuidoras de energia somente podem ocorrer quando fatos específicos afetarem os custos das concessionárias, prejudicando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, estando, assim, tais revisões fora do controle da administração de qualquer empresa do setor elétrico.

Existem regras específicas que limitam o repasse aos consumidores dos aumentos de custos relacionados à compra de energia elétrica de forma que as distribuidoras de energia podem não conseguir repassar aos consumidores eventuais aumentos nos preços de aquisição de energia elétrica, não obstante a previsão de revisão de tarifas constante dos contratos de concessão.

Além disso, um ano após o quinto reajuste anual, a partir da assinatura dos respectivos Contratos de Concessão, as tarifas praticadas pelas distribuidoras de energia elétrica sofrerão o efeito do chamado “Fator X”, que é determinado segundo regras estabelecidas pela ANEEL e subtraído do IGPM, indexador dos custos gerenciáveis da concessionária de distribuição (a Parcela B). A aplicação desse fator tem por finalidade compartilhar com os consumidores os ganhos de produtividade (fator Xe), e remunerar os custos de mão de obra pela variação do IPCA (fator Xa). Conforme a metodologia adotada pela ANEEL para o atual ciclo de revisão tarifária, não é mais apreciável o fator Xc, ligado à percepção dos consumidores em relação à finalidade do serviço prestado.

Não se pode garantir que a ANEEL estabeleça as tarifas conforme os reajustes e revisões pleiteadas pelas Cedentes ou que essa fixação seja feita tempestivamente. Quaisquer alterações adicionais na estrutura de fixação tarifária para distribuição de energia elétrica realizadas pelo Governo Federal ou pela ANEEL, bem como qualquer ajuste negativo das contas de energia para os próximos períodos de revisão, especialmente com relação ao “Fator X”, poderão afetar negativamente as condições operacionais e financeiras das Cedentes, o que pode afetar, eventualmente, as suas respectivas capacidades de origem dos Direitos Creditórios FIDC II e sua cessão ao FIDC II.

Estrutura do setor elétrico é muito concentrada em geração hidráulica

O setor elétrico brasileiro é muito concentrado em geração hidráulica de energia e enfrenta uma restrição natural à sua capacidade de geração. As usinas hidrelétricas não podem gerar energia além da capacidade possibilitada pelos recursos hídricos do País. O controle do nível dos reservatórios efetuado pelo ONS busca otimizar o nível de água disponível para geração hidrelétrica em cada uma das usinas associadas aos respectivos reservatórios, além de manter uma certa quantidade de água em reserva, para situações de emergência.

A imposição de restrições à capacidade de geração ou distribuição de energia decorrentes de situações hidrológicas ou climáticas adversas poderão afetar negativamente as operações das Cedentes e a sua capacidade de originação dos Direitos Creditórios FIDC II.

Riscos decorrentes de escassez de energia e conseqüente racionamento de energia

As Cedentes dependem das condições hidrológicas predominantes no sistema interligado nacional no qual operam. Em 2006, de acordo com dados do ONS, aproximadamente 91,08% da oferta de energia elétrica no Brasil veio de usinas hidrelétricas. Ademais, o ONS prevê que o Brasil necessita atrair investimentos médios da ordem de R\$ 10 bilhões por ano para adicionar 3,000 MW/ano de capacidade de geração de energia para evitar problemas na oferta de energia elétrica entre 2010 e 2012. Condições hidrológicas que resultem em baixa oferta de energia elétrica no mercado brasileiro podem causar, entre outras coisas, a implementação de amplos programas de conservação de eletricidade, incluindo reduções obrigatórias do consumo de eletricidade, como ocorreu durante o programa de racionamento de energia elétrica nos anos de 2001 e 2002, quando o Governo Federal estabeleceu índices de redução de consumo de energia para consumidores industriais, comerciais e residenciais, que variavam de 15% a 25%. Para mais informações, vide “O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL – RACIONAMENTO”. Tal fato poderá ocorrer tendo em vista que a expansão estrutural da oferta de energia elétrica do sistema interligado nacional admite um nível de risco de suprimento igual a 5%. Se houver previsão de um balanço energético (oferta *versus* demanda) muito justo em um determinado período, decorrente de outra escassez de oferta de energia elétrica no Brasil, o governo poderá implementar políticas que incluam o racionamento do consumo e a restrição no volume de energia gerada e ofertada ao mercado, o que poderá afetar negativamente a originação dos Direitos Creditórios FIDC II cedidos ao FIDC II, implicando prejuízo ao FIDC II e aos Quotistas.

Imposições e restrições dos órgãos ambientais poderão implicar custos adicionais às Cedentes

As atividades e instalações relacionadas à transmissão e distribuição de energia elétrica das Cedentes estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento, relacionadas à proteção da saúde e do meio ambiente.

A inobservância das leis e regulamentos ambientais pode implicar, independentemente da obrigação de reparação de danos que eventualmente sejam causados, a aplicação de sanções de natureza penal, administrativa e privativas de liberdade. As sanções podem variar desde a imposição de advertências e multas, até a suspensão parcial ou total de atividades, podendo também incluir a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público.

Custos incorridos pelas Cedentes relativos à adequação para o cumprimento da legislação ambiental, ou decorrentes do descumprimento de referida legislação, tais como obrigação de indenizar, imposição de multas e outros, poderão resultar em efeitos negativos sobre suas atividades, condição financeira e resultados operacionais das Cedentes e sua capacidade de originar os Direitos Creditórios FIDC II.

Riscos decorrentes da regulamentação e fiscalização pela ANEEL

A ANEEL pode impor penalidades às Cedentes caso estas deixem de cumprir com qualquer disposição da Lei de Concessões ou dos Contratos de Concessão. Tais penalidades variam de acordo com a gravidade do descumprimento, e incluem: (i) advertências; (ii) multas (sendo a multa limitada a, no máximo, 2% da receita de cada Cedente no exercício encerrado imediatamente antes da data da respectiva infração); (iii) embargo à construção de novas instalações e equipamentos; (iv) restrições à operação das instalações e equipamentos

existentes; (v) suspensão temporária de participação em processos licitatórios de novas concessões; (vi) intervenção da ANEEL; (vii) extinção da concessão por caducidade. Ademais, o Poder Concedente detém poderes para extinguir as concessões detidas pelas Cedentes antes do final de seu prazo, na hipótese de falência ou liquidação das Cedentes, ou por meio de encampação. As Cedentes, a Administradora, ou qualquer de suas Partes Relacionadas não podem garantir que as Cedentes não serão penalizadas pela ANEEL por descumprimentos dos Contratos de Concessão ou que as concessões de que as Cedentes são titulares não serão extintas no futuro. A indenização a que as Cedentes têm direito na ocorrência de eventual extinção da concessão pode não ser suficiente para recuperar o valor integral de certos ativos. Caso qualquer das concessões das Cedentes seja rescindida em virtude de descumprimento das obrigações das Cedentes, o valor efetivo de compensação pelo Poder Concedente pode ser reduzido de forma significativa por meio da imposição de multas ou outras penalidades. Por conseguinte, a imposição de multas ou penalidades a qualquer Cedente, ou a extinção de qualquer concessão, pode afetar negativamente a originação dos Direitos Creditórios FIDC II cedidos ao FIDC II, implicando prejuízo ao FIDC II e aos Quotistas.

RISCOS DIVERSOS

Propriedade das Quotas e não dos Direitos Creditórios FIDC II

Apesar da Carteira do FIDC II ser constituída, predominantemente, pelos Direitos Creditórios FIDC II, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos Creditórios FIDC II. Os direitos dos Quotistas não são exercidos sobre os ativos da Carteira do FIDC II de modo individualizado, mas sim de maneira proporcional, de acordo com o número de Quotas possuídas pelos Quotista individualmente.

Inexistência de jurisprudência consolidada acerca da validade da Cessão dos Direitos Creditórios FIDC II em caso de insolvência das Cedentes

A redação do parágrafo 1º do artigo 136 da Lei 11.101/05 (Nova Lei de Falências) prevê que, na hipótese de securitização de créditos, não será declarada a ineficácia ou revogado o ato de cessão em prejuízo dos direitos dos titulares de valores mobiliários neles lastreados. Considerando que a cessão de créditos ao FIDC II tem por objeto recebíveis, relativos à contraprestação pelo fornecimento de energia elétrica ainda não efetuado pelas Cedentes, bem como a inexistência de decisões judiciais sobre a aplicação do referido dispositivo legal, os Quotistas devem analisar o risco de eventual contencioso judicial sobre a aplicação de referida norma com relação aos Direitos Creditórios FIDC II cedidos em caso de falência das Cedentes.

Emissão de Novas Quotas Subordinadas

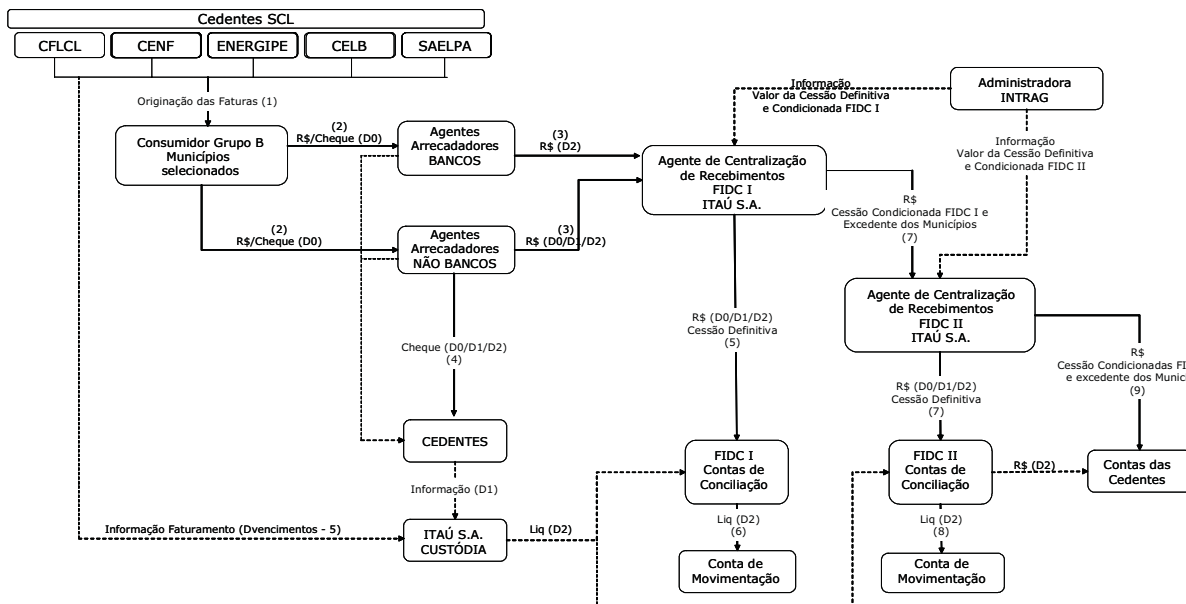
Em determinadas situações previstas no Regulamento, a Administradora poderá realizar diversas emissões de Quotas Subordinadas adicionais sem a emissão de Quotas Seniores adicionais, para fins de enquadramento da Razão de Garantia ou dos critérios de composição e diversificação da Carteira do FIDC II. Por essa razão, o Patrimônio Líquido do FIDC II poderá vir a ser representado por uma quantidade maior de Quotas Subordinadas do que de Quotas Seniores. Nesta hipótese, poderá haver uma diluição dos Quotistas titulares de Quotas Seniores no patrimônio do FIDC II o que, inclusive, poderá afetar o poder decisório dos Quotistas titulares das Quotas Seniores em Assembléia Geral.

As informações acerca do futuro das Cedentes contidas no Prospecto podem não ser precisas

Este Prospecto pode conter informações acerca das perspectivas do futuro das Cedentes que refletem suas opiniões em relação ao desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolvem riscos e incertezas. Não há garantias de que o desempenho futuro das Cedentes seja consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta Seção “FATORES DE RISCO” e em outras seções deste Prospecto. Os potenciais adquirentes das Quotas são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações acerca do futuro das Cedentes e não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. As Cedentes não assumem nenhuma obrigação de atualizar ou revisar qualquer informação acerca das perspectivas de seus futuros, exceto pelo que dispõem os artigos 8º e 13º da Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada, e a ICVM 400.

ESTRUTURA DA OPERAÇÃO

DESENHO ESQUEMÁTICO DA OPERAÇÃO



- 1) As Cedentes emitem periodicamente faturas de energia contra seus consumidores do Grupo B domiciliados nos Municípios Selecionados.
- 2) Os Agentes Arrecadadores são responsáveis pela arrecadação da totalidade do produto da liquidação dos direitos de crédito oriundos do fornecimento de energia elétrica pelas Cedentes aos seus consumidores do Grupo B nos Municípios Selecionados.
- 3) Os Agentes Arrecadadores transferem diariamente os recursos indicados em (2) acima para as respectivas Contas de Centralização de Recebimentos, observado o previsto em (4) abaixo.
- 4) Os valores pagos em cheques pelos consumidores, que sejam arrecadados por Agentes Arrecadadores que não são Instituições Financeiras, são transferidos para as respectivas Contas das Cedentes, havendo a permuta por outro direito creditório permutável.
- 5) O Agente de Centralização de Recebimentos do FIDC I transfere diariamente das Contas de Centralização de Recebimentos para as respectivas Contas de Conciliação, os recursos de titularidade do FIDC I.
- 6) O custodiante transfere diariamente os valores depositados nas Contas de Conciliação do FIDC I para sua Conta de Movimentação.
- 7) O Agente de Centralização de Recebimentos do FIDC I transfere diariamente das Contas de Centralização de Recebimentos para o Agente de Centralização de Recebimentos do FIDC II, os valores relativos à Cessão Condicionada do FIDC I e o excedente dos Municípios.
- 8) O custodiante transfere diariamente os valores depositados nas Contas de Conciliação do FIDC II para sua Conta de Movimentação.
- 9) O Agente de Centralização de Recebimentos do FIDC II transfere diariamente das Contas de Centralização de Recebimentos para a Conta das Cedentes os valores relativos à Cessão Condicionada do FIDC II e o excedente dos Municípios.

Observada a estrutura descrita acima, pode-se constatar que haverá a cessão, ao FIDC II, dos direitos creditórios de titularidade das Cedentes, oriundos da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica por essas distribuidoras aos Consumidores domiciliados nos Municípios Selecionados. Abaixo são apresentados gráficos contendo previsões referentes ao volume dos Direitos Creditórios FIDC II a serem gerados e cedidos, além de outras informações relativas à operação.

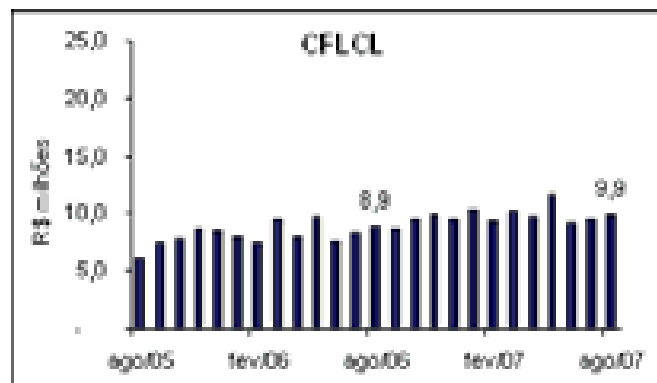
HISTÓRICO RELATIVO AO FLUXO DE RECEBÍVEIS

Entre julho de 2005 e agosto de 2007, o fluxo de pagamentos total transferido para as Contas de Centralização de Recebimentos foi de R\$1.385,8 milhões, conforme detalhado na tabela abaixo:

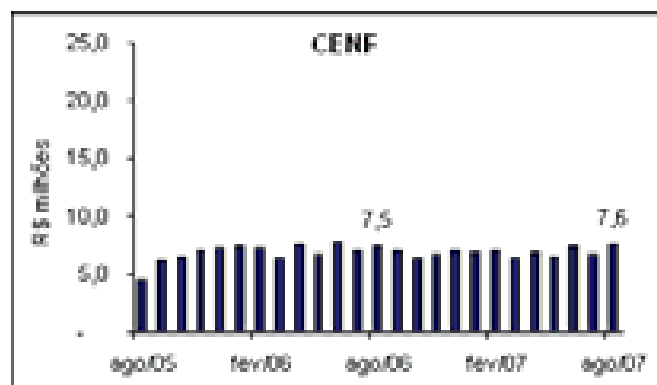
Conta Centralizadora - R\$ MM						
R\$ milhões	CFLCL	CENF	ENERGIPE	CELB	SAELPA	CONSOLIDADO
jul/05	3,4	4,5	0,3	0,1	0,2	8,6
ago/05	6,1	6,3	8,2	2,9	8,5	32,1
set/05	7,5	6,6	11,2	4,4	12,7	42,4
out/05	7,9	7,1	12,5	5,1	14,2	46,8
nov/05	8,7	7,3	13,5	5,6	17,3	52,4
dez/05	8,5	7,4	14,4	5,4	19,0	54,6
jan/06	8,0	7,3	16,0	5,7	20,3	57,3
fev/06	7,4	6,3	13,9	5,1	15,8	48,5
mar/06	9,5	7,6	17,0	6,2	22,6	62,9
abr/06	7,9	6,7	13,8	4,9	16,3	49,7
mai/06	9,8	7,8	16,1	6,9	23,1	63,7
jun/06	7,7	7,1	15,1	5,9	18,9	54,6
jul/06	8,4	7,5	13,6	6,1	18,1	53,7
ago/06	8,9	7,0	14,6	5,9	19,1	55,4
set/06	8,7	6,3	13,1	5,9	17,4	51,4
out/06	9,6	6,7	13,2	5,9	17,6	53,0
nov/06	9,9	7,1	13,9	6,4	21,6	58,9
dez/06	9,5	6,9	13,9	5,9	19,3	55,5
jan/07	10,5	7,0	16,9	6,9	24,6	65,9
fev/07	9,3	6,4	14,0	5,8	20,2	55,8
mar/07	10,2	6,9	16,9	6,8	22,4	63,3
abr/07	9,7	6,5	14,4	6,0	21,2	57,9
mai/07	11,7	7,4	16,7	6,5	23,3	65,7
jun/07	9,2	6,7	15,0	6,6	20,6	58,2
jul/07	9,6	7,6	15,0	6,8	20,9	59,8
ago/07	9,9	6,8	14,8	6,0	20,4	57,9
Total	227,5	178,8	358,0	145,8	475,6	1.385,8

Fonte: Tesouraria das Distribuidoras (extratos das contas centralizadoras)

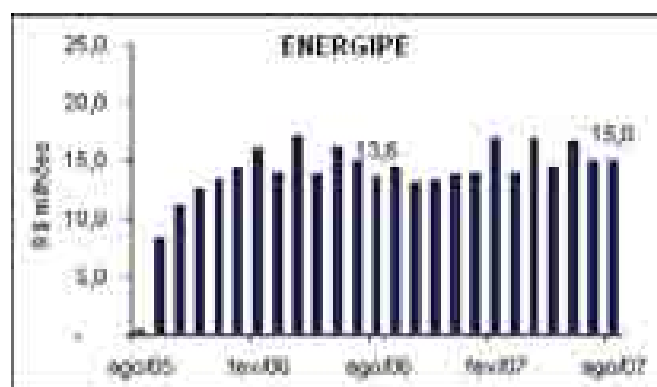
As informações descritas na tabela acima são evidenciadas abaixo (por Cedente), em forma de gráfico, para os períodos ali mencionados:



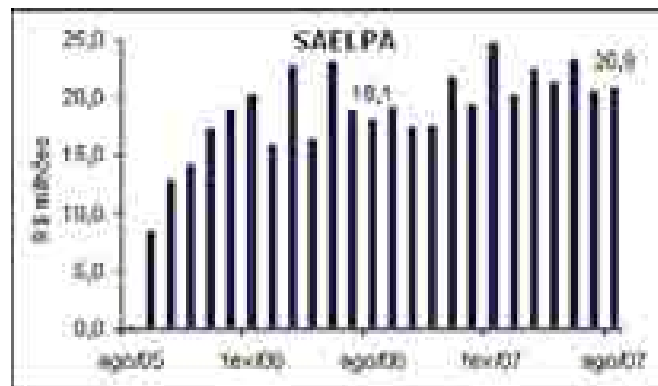
Fonte: Tesouraria das Distribuidoras (extratos das contas centralizadoras)



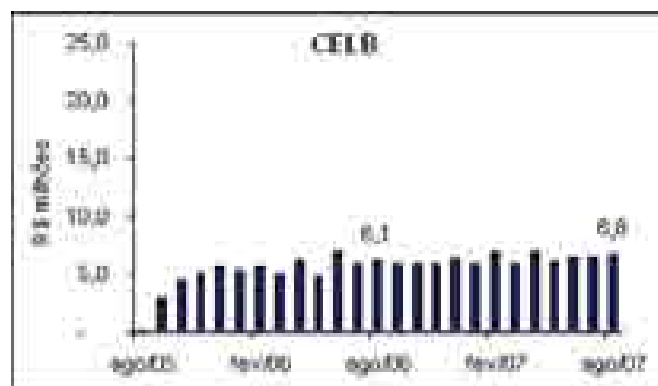
Fonte: Tesouraria das Distribuidoras (extratos das contas centralizadoras)



Fonte: Tesouraria das Distribuidoras (extratos das contas centralizadoras)



Fonte: Tesouraria das Distribuidoras (extratos das contas centralizadoras)

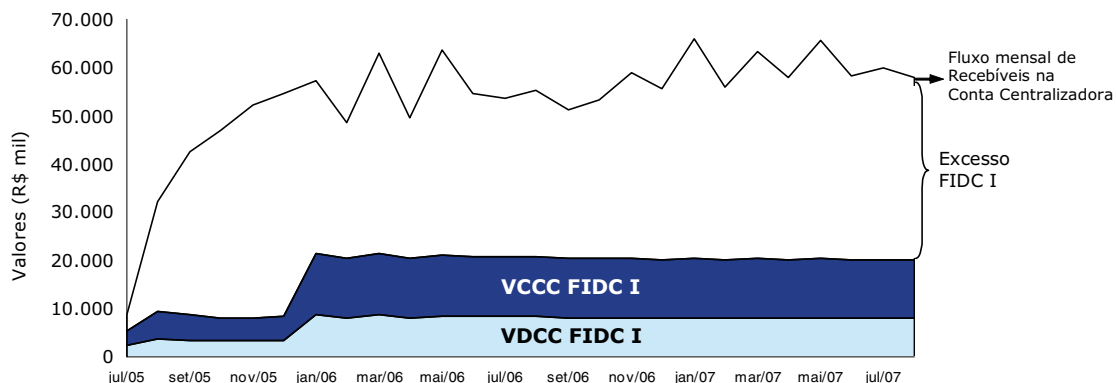


Fonte: Tesouraria das Distribuidoras (extratos das contas centralizadoras)

A tabela e o gráfico abaixo representam as informações relacionadas com a evolução do fluxo de pagamentos nas Contas de Centralização de Recebimentos (consolidado) em comparação com os valores de cessão mensal, no período de julho 2005 e agosto 2007, do FIDC I:

MÊS	CONSOLIDADO - R\$ milhões					
	CONTAS		CESSÃO			
	Conta Centralizadora	Transferido para FIDC I	VDCC	VCCC	VDCC + VCCC	Excesso FIDC I
jul/05	8,6	4,1	2,2	3,3	5,5	3,1
ago/05	32,1	15,6	3,8	5,7	9,4	22,6
set/05	42,4	4,8	3,4	5,2	8,6	33,8
out/05	46,8	1,4	3,2	4,8	8,0	38,8
nov/05	52,4	0,1	3,2	4,7	7,9	44,5
dez/05	54,6	0,0	3,4	5,0	8,4	46,2
jan/06	57,3	19,7	8,6	12,9	21,5	35,8
fev/06	48,5	3,7	8,2	12,3	20,5	28,0
mar/06	62,9	0,7	8,6	12,9	21,4	41,5
abr/06	49,7	12,2	8,1	12,2	20,4	29,3
mai/06	63,7	12,5	8,4	12,6	21,0	42,7
jun/06	54,6	2,1	8,3	12,4	20,7	33,9
jul/06	53,7	9,7	8,3	12,4	20,7	33,0
ago/06	55,4	8,1	8,3	12,5	20,9	34,6
set/06	51,4	5,6	8,1	12,2	20,4	31,0
out/06	53,0	7,6	8,2	12,3	20,5	32,6
nov/06	58,9	9,0	8,1	12,2	20,3	38,6
dez/06	55,5	8,0	8,1	12,1	20,2	35,3
jan/07	65,9	8,8	8,2	12,3	20,4	45,5
fev/07	55,8	9,1	8,0	12,0	20,0	35,8
mar/07	63,3	8,6	8,1	12,2	20,3	43,0
abr/07	57,9	8,2	8,1	12,1	20,1	37,7
mai/07	65,7	8,6	8,1	12,2	20,3	45,4
jun/07	58,2	8,9	8,0	12,1	20,1	38,1
jul/07	59,8	8,3	8,1	12,1	20,2	39,6
ago/07	57,9	8,1	8,1	12,1	20,2	37,7
TOTAL	1.385,8	193,4	183,1	274,7	457,8	928,0

Fonte: Tesouraria das Distribuidoras (extratos das contas centralizadoras)

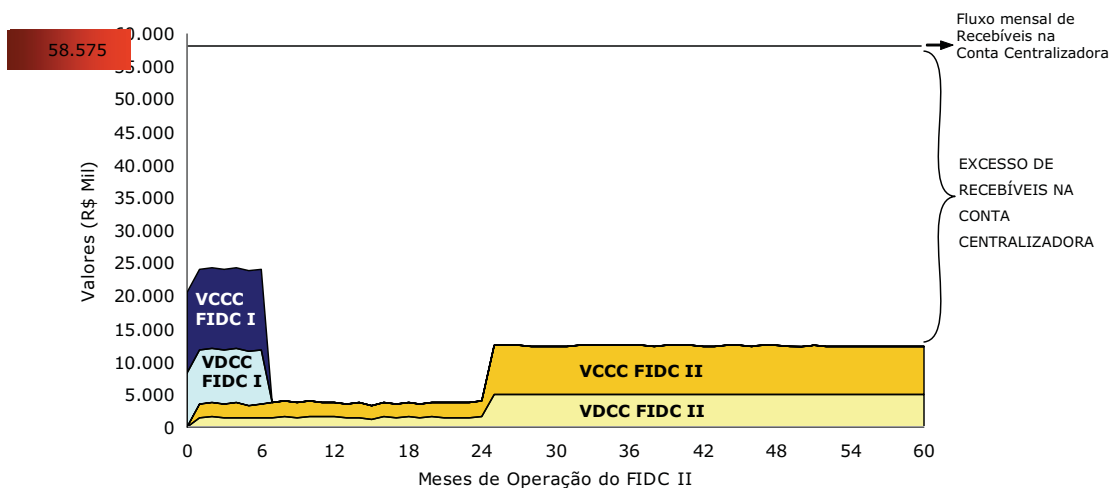


Fonte: Tesouraria das Cedentes (extratos nas contas centralizadoras)

Projeção Fluxo de Pagamentos FIDC II

O gráfico abaixo mostra o fluxo de amortizações programadas do FIDC II, para o qual foram utilizadas as seguintes premissas:

- Fluxo da Conta Centralizadora constante, R\$ 58.575 mil, sem reajuste, com base na média mensal do valor circulado nesta conta no período de set/06 a ago/07 (12 meses);
- Data de emissão do FIDC II em dezembro de 2007;
- Valores mensais das amortizações considerando um cupom pré-fixado de 1,40% a.a. corrigidos pelo CDI (10,50% a.a. para todo o fluxo).



DIREITOS CREDITÓRIOS FIDC II

Nos termos do Contrato de Cessão, o FIDC II adquiriu das Cedentes direitos creditórios oriundos da distribuição de energia elétrica pelas Cedentes aos seus Consumidores domiciliados nos Municípios Selecionados.

A Cedente obteve a aprovação da ANEEL para a realização da cessão dos Direitos Creditórios FIDC II, por meio do Despacho do seu Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira nº 3.102, datado de 9 de outubro de 2007, na forma e observados os termos e as condições estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento.

ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS FIDC II

A cessão realizada nos termos do Contrato de Cessão compreende os Direitos Creditórios FIDC II vincendos existentes na Data de Início de Originação FIDC II, mesmo que tenham sido originados e formalizados antes de tal data, e os Direitos Creditórios FIDC II a serem originados pelas Cedentes a partir da Data de Início de Originação FIDC II até a integral liquidação das Obrigações do FIDC II, observadas as condições previstas nas Cláusula II e III do Contrato de Cessão, em especial, as preferências e prioridades do FIDC I.

Os Direitos Creditórios FIDC II serão originados nos termos dos contratos de distribuição de energia elétrica existentes entre as Cedentes e os Consumidores e deverão ser periodicamente formalizados por meio de Faturas de Energia, as quais, em conjunto com os contratos de distribuição de energia elétrica, constituem os documentos comprobatórios da existência dos Direitos Creditórios FIDC II (os “Documentos Comprobatórios”).

Não constituem objeto da Cessão Secundária os Direitos Creditórios Objeto de Cessão Definitiva FIDC I e os Direitos Creditórios Objeto de Cessão Condicional FIDC I, estes últimos a partir do momento em que se der a implementação de qualquer das condições previstas no Contrato de Cessão FIDC I.

As Cedentes se responsabilizam pela origemação, existência e correta formalização dos Direitos Creditórios FIDC II, bem como pela liquidez e certeza dos valores a eles referentes.

Além das informações referidas acima, as Cedentes recebem pagamentos de suas contas de energia elétrica antes da data de vencimento das respectivas faturas. A tabela abaixo apresenta informações sobre o pagamento efetuado anteriormente à data de vencimento das respectivas faturas (consolidado), no período compreendido entre 1º de março de 2007 e 31 de agosto de 2007:

Faixas	Consolidado	
	R\$	%
Liquidadas antecipadamente		
1 a 5 dias	48.331.000	15,6
6 a 10 dias	11.166.000	3,6
Acima de 10 dias	3.379.000	1,1
Total	<u>62.876.000</u>	<u>20,2</u>
Liquidados na data de vencimento	81.839.000	26,5
Liquidados após a data de vencimento	166.074.000	53,4
Total	<u>310.789.000</u>	<u>100</u>

Fonte: KPMG e Energisa

Eventuais pagamentos antecipados de contas de energia elétrica das Cedentes não causam qualquer efeito sobre a rentabilidade das Quotas a serem emitidas pelo FIDC II, tendo em vista a existência do mecanismo de permuta dos Direitos Creditórios FIDC II, conforme descrito abaixo.

Nos termos da Cláusula VIII do Contrato de Cessão, as Cedentes se obrigaram a realizar a permuta de Direitos Creditórios FIDC II nas seguintes hipóteses: (a) caso os Direitos Creditórios FIDC II tenham sido pagos total ou parcialmente em cheques, excluindo-se aqueles pagos em cheques nos Agentes Arrecadadores que sejam instituições financeiras; (b) caso o Direito Creditório FIDC II não tenha sido pago pelo Consumidor, por qualquer motivo, nos Agentes Arrecadadores, **na sua respectiva data de vencimento**; ou (c) caso os Direitos Creditórios FIDC II tenham suas respectivas Faturas de Energia canceladas pela respectiva Cedente.

A permuta será sempre realizada por um ou mais direitos creditórios com datas de vencimento mais próximas da data de vencimento dos respectivos Direitos Creditórios FIDC II Permutáveis previstos em (a), (b), ou (c) acima, e que, individualmente ou em conjunto, tenham, no mínimo, o mesmo valor nominal dos referidos Direitos Creditórios FIDC II Permutáveis (os “**Direitos Creditórios FIDC II Cedidos em Permuta**”). Desse modo, caso o Consumidor não pague, por qualquer motivo, os Direitos Creditórios FIDC II na sua respectiva data de vencimento, inclusive no casos de pagamentos antecipados de contas de energia elétrica, será realizada a permuta dos Direitos Creditórios FIDC conforme mencionado acima e detalhado no Contrato de Cessão.

Para maiores informações sobre o mecanismo da permuta dos Direitos Creditórios FIDC II, vide item “Permuta Dos Direitos Creditórios FIDC II” abaixo.

CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS FIDC II

Para todas as cessões de Direitos Creditórios FIDC II realizadas nos termos do Contrato de Cessão, as Cedentes obrigam-se, em cada Período de Originação FIDC II, a partir da Data de Início de Originação FIDC II, a originar e formalizar os respectivos Direitos Creditórios FIDC II: (i) objeto de Cessão FIDC II e (ii) objeto de Cessão FIDC II Com Condição Suspensiva, de acordo com o Valor Mensal da Cessão Secundária aplicável ao respectivo Período de Originação FIDC II, de modo a permitir ao FIDC II o recebimento dos recursos necessários à integral liquidação das Obrigações do FIDC II.

Em cada Período de Originação FIDC I, as Cedentes transferirão prioritariamente, em ordem cronológica de vencimento, os Direitos Creditórios FIDC I ao FIDC I, cabendo ao FIDC II os direitos creditórios que sobejarem à Cessão FIDC I e que atendam aos Critérios de Elegibilidade FIDC II, em quantidade suficiente a atingir o Valor Mensal da Cessão FIDC II, observado o previsto nas Cláusulas 2.1.6 e 3.4 do Contrato de Cessão.

Observado o disposto na Cláusula II do Contrato de Cessão, e uma vez atingido o valor dos Direitos Creditórios Objeto de Cessão FIDC II em cada Período de Originação FIDC II, os próximos Direitos Creditórios vincendos por ordem cronológica de vencimento, que atendam aos Critérios de Elegibilidade FIDC II, até o Valor Mensal da Cessão FIDC II Com Condição Suspensiva, estarão sujeitos à Cessão FIDC II Com Condição Suspensiva. O valor dos Direitos Creditórios Objeto de Cessão FIDC II Com Condição Suspensiva somado ao valor dos Direitos Creditórios Objeto de Cessão Secundária deverão atingir o Valor Mensal da Cessão FIDC II em cada Período de Originação FIDC II, observado o previsto na Cláusula 3.4 do Contrato de Cessão, e as preferências e prioridades do FIDC I.

O Percentual de Cessão do FIDC II é o percentual de Direitos Creditórios FIDC II cedidos por cada Cedente, calculado sobre o respectivo valor total de cessão, com relação a cada cessão. O Percentual de Cessão referente ao VDCC de cada Cedente, bem como uma previsão de seus respectivos VDCCs são apresentados abaixo:

Cedente	% do VDCC	Valor Médio do VDCC (R\$ mil)		Fluxo Histórico na Conta Centralizadora*
		No Período de Carência	Após Período de Carência	
CFLCL	33,333%	495,9	1.655,4	9.816,7
ENERGIPE	26,667%	396,7	1.324,3	14.816,7
SAELPA	13,333%	198,4	662,1	20.791,7
CENF	13,333%	198,4	662,1	6.858,3
CELB	13,333%	198,4	662,1	6.291,7
Total	100,00%	1.487,7	4.966,1	58.575,0

* Fluxo Médio Mensal de Set/06 a Ago/07

Fonte: Energisa e Coordenadores

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE FIDC II

O FIDC II somente adquirirá direitos creditórios que atendam, na Data de Aquisição e Pagamento FIDC II, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade FIDC II estabelecidos no Artigo 27 do Regulamento.

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios aos Critérios de Elegibilidade FIDC II será de responsabilidade exclusiva do Custodiante.

TITULARIDADE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS FIDC II

Exceto pelos Direitos Creditórios FIDC II Objeto de Cessão com Condição Suspensiva, que dependem da implementação da Condição Suspensiva FIDC II para se tornarem de titularidade do FIDC II, todas as cessões de Direitos Creditórios FIDC II são celebradas, nos termos do Contrato de Cessão, em caráter irrevogável e irretratável, transferindo para o FIDC II, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos Creditórios FIDC II cedidos, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, observadas, porém, as preferências do FIDC I conforme previsto no Contrato de Cessão, especialmente em suas Cláusulas II e III.

FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS FIDC II

Cada uma das Cedentes será responsável pela originação e formalização, em cada Período de Originação FIDC II, dos Direitos Creditórios FIDC II correspondentes ao seu respectivo VDCC, VDCC', VCCC ou VCCC', conforme o caso, observado o disposto na Cláusula XXII do Contrato de Cessão.

Tendo em vista o reduzido valor médio dos Direitos Creditórios FIDC II, cuja quantidade é significativa e a diversificação de devedores expressiva, o Custodiante não realizará a verificação do lastro dos Direitos Creditórios FIDC II de titularidade do FIDC II, nos termos do parágrafo 3º do artigo 38 da ICVM 356.

PREÇO E PAGAMENTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS FIDC II

Para cada uma das cessões realizadas será celebrado um Termo de Cessão FIDC II, que estabelecerá, dentre outras condições de pagamento não previstas na Cláusula IV do Contrato de Cessão, o respectivo Preço de Aquisição FIDC II a ser pago pelo FIDC II para cada uma das Cedentes em razão da respectiva cessão de Direitos Creditórios FIDC II.

Encontra-se entre as obrigações da Administradora evidenciar que as operações realizadas pelo FIDC II estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação de carteira prevista no Regulamento e que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado.

Vale ressaltar que não haverá qualquer taxa de desconto para a aquisição dos Direitos Creditórios FIDC II, uma vez que os Direitos Creditórios FIDC II tratam-se de direitos creditórios não performados (*i.e.*, futuros), não fazendo parte da estrutura do FIDC II a aquisição de Direitos Creditórios FIDC II com taxas de desconto. Portanto, no âmbito da presente estrutura, as Cedentes obrigam-se, nos termos do Contrato de Cessão, a entregar ao FIDC II tantos Direitos Creditórios FIDC II quantos forem necessários para que o FIDC II cumpra integralmente com todas as Obrigações do FIDC II no respectivo período, sendo que os Direitos Creditórios FIDC II serão cedidos pelas Cedentes ao FIDC II com base ***em seus respectivos valores nominais***. Nesse sentido, conforme descrito no item “Cessão dos Direitos Creditórios FIDC II” acima, para todas as cessões de Direitos Creditórios FIDC II realizadas nos termos do Contrato de Cessão, as Cedentes obrigam-se, em cada Período de Originação FIDC II, a partir da Data de Início de Originação FIDC II, a originar e formalizar os respectivos Direitos Creditórios FIDC II: (i) objeto de Cessão FIDC II; e (ii) objeto de Cessão FIDC II Com Condição Suspensiva, de acordo com o Valor Mensal da Cessão Secundária aplicável ao respectivo Período de Originação FIDC II, de modo a permitir ao FIDC II o recebimento dos recursos necessários à integral liquidação das Obrigações do FIDC II.

EVENTOS DE REVISÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO FIDC II

A ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão ou dos Eventos de Liquidação FIDC II caracterizará a implementação de uma Condição Suspensiva FIDC II, passando os Direitos Creditórios FIDC II Objeto de Cessão com Condição Suspensiva de cada uma das Cedentes automaticamente ao patrimônio do FIDC II em cada um dos Períodos de Originação FIDC II remanescentes, inclusive no Período de Originação FIDC II em que o Evento de Avaliação FIDC II ou Evento de Liquidação FIDC II ocorrer, observadas as preferências e prioridades do FIDC I, nos termos da Cláusula 3.1.1 do Contrato de Cessão, bem como as deliberações da Assembléia Geral nos termos do Artigo 60 e do Parágrafo 2º do Artigo 61 do Regulamento.

PERMUTA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS FIDC II

Observada a prioridade prevista na Cláusula 3.1.1 do Contrato de Cessão, bem como o limite do Percentual de Obrigação de cada Cedente, as Cedentes se obrigaram, nos termos da Cláusula VIII do Contrato de Cessão, a realizar a permuta de Direitos Creditórios FIDC II nas seguintes hipóteses: (a) caso os Direitos Creditórios FIDC II tenham sido pagos total ou parcialmente em cheques, excluindo-se aqueles pagos em cheques nos Agentes Arrecadadores que sejam instituições financeiras; (b) caso o Direito Creditório FIDC II não tenha sido pago pelo Consumidor, por qualquer motivo, nos Agentes Arrecadadores, na sua respectiva data de vencimento; ou (c) caso os Direitos Creditórios FIDC II tenham suas respectivas Faturas de Energia canceladas pela respectiva Cedente. A permuta será sempre realizada por um ou mais direitos creditórios com datas de vencimento mais próximas da data de vencimento dos respectivos Direitos Creditórios FIDC II Permutáveis previstos em (a), (b), ou (c) acima, e que, individualmente ou em conjunto, tenham, no mínimo, o mesmo valor nominal dos referidos Direitos Creditórios FIDC II Permutáveis (os “Direitos Creditórios FIDC II Cedidos em Permuta”).

Excluem-se dos Direitos Creditórios FIDC II Cedidos em Permuta: (i) Direitos Creditórios cedidos em caráter definitivo ao FIDC I; (ii) os Direitos Creditórios Objeto de Cessão Condicional FIDC I a partir do momento em que se der a implementação de qualquer das condições previstas no Contrato de Cessão FIDC I; (iii) os Direitos Creditórios Objeto de Permuta Obrigatória FIDC I.

A permuta será realizada entre Direitos Creditórios FIDC II Permutáveis e Direitos Creditórios FIDC II Cedidos em Permuta com data de vencimento em um mesmo Período de Originação FIDC II, sendo que em qualquer hipótese, a permuta somente poderá ser realizada entre Direitos Creditórios FIDC II Permutáveis e Direitos Creditórios FIDC II Cedidos em Permuta de titularidade de uma mesma Cedente.

O Custodiante foi autorizado pelas Cedentes e pelo FIDC II a realizar as permutas de acordo com as condições e procedimentos estabelecidos na Cláusula VIII do Contrato de Cessão.

As permutas descritas neste item serão realizadas sob condição resolutiva, extinguindo-se cada permuta, para todos os fins do Contrato de Cessão, caso o Direito Creditório FIDC II Permutável seja pago antes do pagamento do correspondente Direito Creditório FIDC II Cedido em Permuta com data de vencimento mais próxima da data de vencimento do referido Direito Creditório FIDC II Permutável.

Observado o disposto na Cláusula IX do Contrato de Cessão, não sendo possível a realização da permuta no caso de vencimento e não pagamento dos respectivos direitos creditórios, a(s) respectiva(s) Cedente(s) deverá(ão) adotar os competentes procedimentos de cobrança contra o Consumidor inadimplente de acordo com sua respectiva Política de Cobrança, sem prejuízo do direito do FIDC II de adotar outros procedimentos ou medidas de cobrança, judiciais ou extrajudiciais, necessárias à salvaguarda e cobrança de seus direitos e prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios FIDC II.

RESCISÃO E RESTITUIÇÃO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO FIDC II

Ocorrendo um Evento de Liquidação FIDC II nos termos do Regulamento, o Contrato de Cessão poderá ser rescindido com relação à(s) Cedente(s) inadimplente(s), mediante simples notificação pela Administradora à Cedente Líder, com cópia para a respectiva Cedente inadimplente, ficando todas as Cedentes, ou a(s) Cedente(s) com relação à(s) qual(ais) o Contrato de Cessão foi rescindido, conforme o caso, obrigada(s) a restituir ao FIDC II, imediatamente, o saldo correspondente à diferença entre o valor total do Preço de Aquisição FIDC II por ela(s) recebido e o valor equivalente aos Direitos Creditórios FIDC II efetivamente originados e formalizados até a data da rescisão, devendo tais valores serem ajustados pelo parâmetro de remuneração das respectivas Quotas Seniores de cada série até a data da rescisão, observadas as demais condições da Cláusula XVII do Contrato de Cessão.

A decisão de rescisão do Contrato de Cessão nas hipóteses previstas acima caberá exclusivamente à Assembléia Geral, nos termos do Regulamento.

FATURAMENTO E PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA DAS CEDENTES

Os clientes das Cedentes são faturados de acordo com um dos seguintes sistemas de tarifas: (1) o sistema de tarifa convencional, que se aplica tanto a consumidores do Grupo A como do Grupo B; ou (2) o sistema de tarifa horária sazonal, que se aplica apenas a consumidores do Grupo A. O sistema de tarifa convencional aplica uma tarifa fixa independentemente de quaisquer variações sazonais ou de horário do dia.

Os consumidores pagam suas contas com base na energia consumida em cada mês, que são calculadas, como regra geral, por meio de equipamentos de medição instalados nas unidades consumidoras ou, quando tais medidores não são instalados, com base em uma quantidade presumida de energia consumida.

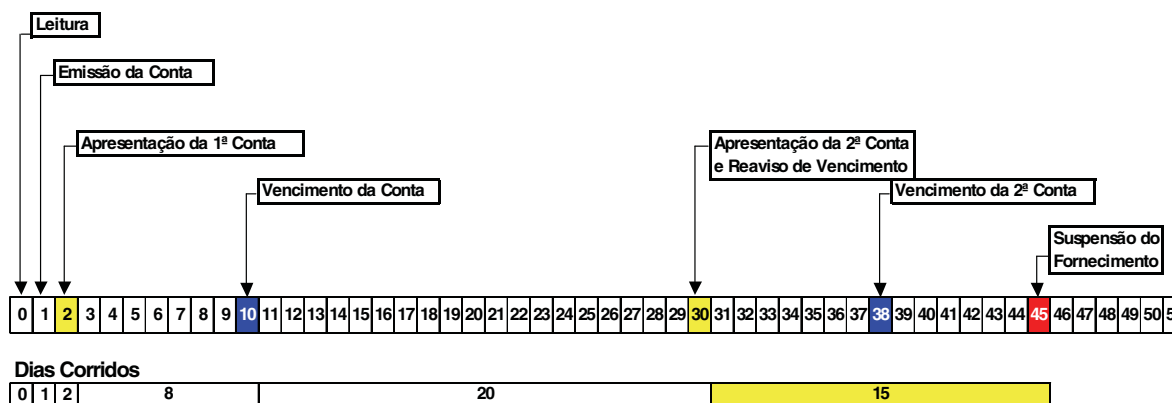
As leituras de medidores e a emissão das faturas aos consumidores são feitas mensalmente, à exceção de consumidores rurais cujos medidores são lidos a intervalos que variam de 1 a 3 meses (embora estes consumidores rurais ainda sejam faturados mensalmente com base em seu consumo médio recente). As faturas são preparadas a partir de leituras de medidores ou com base no uso estimado, aplicando-se as tarifas estabelecidas pela ANEEL e os demais encargos e tributos previstos na legislação vigente. Na hipótese de uma unidade consumidora permanecer por mais de 30 dias sem equipamento de medição, por qualquer motivo de responsabilidade das Cedentes, a cobrança é feita pelo valor mínimo faturável da categoria a que pertencer o referido consumidor.

Os consumidores recebem as faturas em até 3 (três) dias úteis após a leitura do medidor, com vencimento em 5 (cinco) dias úteis após a data de apresentação da fatura. Em caso de falta de pagamento, para faturas inferiores a R\$ 200,00, um reaviso de falta de pagamento dentro da próxima fatura é enviado ao consumidor informando que, caso a fatura continue pendente, a unidade poderá ter o fornecimento de energia elétrica suspenso no prazo de 15 dias.

Para faturas superiores a R\$ 200,00 e consumidores de alta tensão, em caso de falta de pagamento, um reaviso avulso é enviado ao consumidor 4 (quatro) dias úteis após a data de vencimento, e caso a fatura continue pendente, a unidade poderá ter o fornecimento de energia elétrica suspenso no prazo de 15 (quinze) dias.

O quadro abaixo demonstra os prazos médios adotados para cada evento do faturamento e cobrança somente com relação aos consumidores do Grupos B das Cedentes, tendo em vista que estes originarão os Direitos Creditórios FIDC II que irão compor o patrimônio do FIDC II:

Grupo B



A legislação determina que as Cedentes somente poderão suspender o fornecimento de energia elétrica a um consumidor inadimplente após 15 dias, contados a partir da data da apresentação do reaviso. O reaviso pode ser feito de duas formas: entrega protocolada ou faturas de energia. O sistema das Cedentes acusa, automaticamente, os consumidores para corte depois de cumprido o período definido na legislação.

Para os consumidores do Grupo B, o reaviso é feito na próxima fatura enviada ao consumidor inadimplente, tendo em vista o volume e os custos para a entrega protocolada, com exceção da CFLCL que antecipa a entrega do reaviso protocolado a esses consumidores.

Não obstante o disposto acima, o Anexo II ao Regulamento contém a descrição detalhada da atual Política de Cobrança adotada por cada Cedente.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FIDC II

CONTRATO DE CESSÃO

O principal contrato firmado pelo FIDC II é o Contrato de Cessão, cujas principais características são as seguintes:

- (i) o FIDC II adquiriu a totalidade dos Direitos Creditórios FIDC II, conforme previsto na Cláusula II do Contrato de Cessão;
- (ii) parte da cessão foi realizada em caráter definitivo e a outra parte sob condição suspensiva;
- (iii) ocorrendo qualquer um dos Eventos de Revisão previstos no Contrato de Cessão, ou qualquer um dos Eventos de Liquidação FIDC II previstos no Regulamento, a Condição Suspensiva FIDC II é implementada, passando os Direitos Creditórios FIDC II Objeto de Cessão com Condição Suspensiva de cada uma das Cedentes automaticamente ao patrimônio do FIDC II em cada um dos Períodos de Originação FIDC II remanescentes, inclusive no Período de Originação FIDC II em que o Evento de Revisão ou Evento de Liquidação FIDC II ocorrer, observadas as deliberações da Assembléia Geral nos termos do Artigo 60 e do Parágrafo 2º do Artigo 61, ambos do Regulamento;
- (iv) não constituem objeto da cessão prevista no Contrato de Cessão, os seguintes Direitos Creditórios: (a) os Direitos Creditórios Objeto de Cessão Definitiva FIDC I; (b) os Direitos Creditórios Objeto de Cessão Condicional FIDC I, a partir do momento em que se der a implementação de qualquer das condições previstas no Contrato de Cessão FIDC I; e (c) os Direitos Creditórios Objeto de Permuta Obrigatória FIDC I.
- (v) a cessão dos Direitos Creditórios FIDC II, durante o período compreendido entre a data de assinatura do Contrato de Cessão e a Data de Encerramento, está sujeita a certas prioridades do FIDC I, conforme mencionado na Clausula 2.1.2 do Contrato de Cessão;
- (vi) as Cedentes têm o direito de ceder novos direitos creditórios de sua titularidade contra Consumidores domiciliados nos Municípios Selecionados, desde que observadas as condições previstas na Cláusula V do Contrato de Cessão;
- (vii) as Cedentes têm o direito de ceder direitos creditórios de sua titularidade contra Consumidores domiciliados em municípios diversos dos Municípios Selecionados, desde que sejam observadas as condições previstas na Cláusula VI do Contrato de Cessão;
- (viii) as Cedentes se obrigaram a permutar Direitos Creditórios FIDC II de titularidade do FIDC II nas hipóteses e observadas as demais condições previstas na Cláusula VIII do Contrato de Cessão; e
- (ix) o FIDC II nomeou cada Cedente, nos termos da Cláusula IX do Contrato de Cessão, como seu agente de cobrança relativamente aos Direitos Creditórios FIDC II adquiridos pelo FIDC II, que não sejam pagos nas datas de seus vencimentos, e não tenham sido permutados por qualquer motivo.

No Contrato de Cessão poderão ser encontradas as definições do Valor Mensal da Cessão FIDC II, do Valor Mensal de Cessão FIDC II com Condição Suspensiva, dos Percentuais de Cessão de cada Cedente e do Percentual de Obrigação de cada Cedente.

COMPROMISSO DE SUBSCRIÇÃO FIDC II

Por meio do Compromisso de Subscrição FIDC II, cada Cedente se comprometeu a subscrever e integralizar Quotas Subordinadas, em moeda corrente nacional, para que o FIDC II continue atendendo à Razão de Garantia na hipótese de emissão de novas séries de Quotas Seniores, e ainda para promover o reenquadramento do FIDC II à Razão de Garantia exigida.

CONTRATO DE CUSTÓDIA

Por meio do Contrato de Custódia, o Custodiante se obrigou a prestar ao FIDC II os serviços de custódia, controladoria e controle dos Direitos Creditórios FIDC II e Ativos Financeiros.

CONTRATO DE SERVIÇOS DE CENTRALIZAÇÃO

Por meio do Contrato de Serviços de Centralização, o Agente de Centralização de Recebimentos se comprometeu a prestar ao FIDC II os Serviços de Centralização de Recebimentos, que compreendem: (i) o recebimento pelo Agente de Centralização de Recebimentos, em cada uma das Contas de Centralização de Recebimentos, da totalidade do produto da liquidação das Faturas de Energia, exceto dos recursos decorrentes de pagamentos efetuados por meio de cheques junto a Agentes Arrecadadores que não sejam instituições financeiras; e (ii) a transferência pelo Agente de Centralização de Recebimentos, da totalidade dos recursos depositados em cada uma das Contas de Centralização de Recebimentos, para as respectivas Contas de Conciliação FIDC II e/ou Contas das Cedentes .

CONTRATO DE SERVIÇOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Por meio do Contrato de Serviços de Classificação de Risco, a Agência de Classificação de Risco foi contratada para a prestação dos serviços de classificação de risco das Quotas Seniores da 1ª Série.

EMPRESA DE AUDITORIA

A Empresa de Auditoria foi contratada para a revisão das demonstrações financeiras e das contas do FIDC II, e pela análise de sua situação e da atuação da Administradora.

UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Utilização dos Recursos pelo FIDC II

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão utilizados, pelo FIDC II, na aquisição dos Direitos Creditórios FIDC II e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da Carteira do FIDC II e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.

Utilização dos Recursos pelas Cedentes

As Cedentes utilizarão os recursos obtidos com o pagamento do Preço de Aquisição FIDC II dos Direitos Creditórios FIDC II na amortização de dívidas existentes, aplicadas originalmente no objeto das respectivas concessões e para investimentos nas Cedentes.

O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

GERAL

O setor elétrico brasileiro abrange os negócios de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica. O sistema elétrico brasileiro é composto por um sistema interligado nacional, constituído por quatro sub-sistemas elétricos, e por vários sistemas individuais menores na região norte. Esses quatro sub-sistemas elétricos (os quais representam, juntos, 98,0% da capacidade energética do Brasil) estão interligados por uma rede de linhas de transmissão de alta tensão.

A Eletrobrás, sociedade de economia mista controlada pelo Governo Federal, detém juntamente com suas controladas, 61,0% da capacidade instalada no Brasil, e mais de 60% da transmissão de energia acima de 230 kV. Além disso, alguns estados brasileiros controlam empresas geradoras, distribuidoras ou de transmissão de energia elétrica, incluindo, mas não se limitando à Companhia Energética de São Paulo (CESP), Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) e Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

O consumo de energia no Brasil registrou no período de janeiro a abril de 2007 um total de 122.330 GWh, valor 4,7% superior ao mesmo período de 2006, que foi de 116.870 GWh (de acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética – EPE). Para os próximos anos espera-se que o crescimento no consumo de energia permaneça correlacionado com o desempenho econômico do País. A capacidade instalada no país em 2005 e 2006 foi de 82,1 GW e 87,9 GW, respectivamente, com crescimento anual de 7,1%.

Atualmente, empresas privadas possuem aproximadamente 30,0%, 29,0% e 63,0% do mercado de geração, transmissão (rede básica), e distribuição, respectivamente, em termos de capacidade total, de acordo com dados da ANEEL.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS

A Constituição brasileira prevê que a exploração dos serviços e instalações de energia elétrica pode ser realizada diretamente pelo Governo Federal ou indiretamente por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, o setor elétrico brasileiro foi explorado principalmente por concessionárias de geração, transmissão e distribuição controladas pelo Governo Federal. Nos últimos anos, o Governo Federal adotou diversas medidas para reformular o setor elétrico. Em geral, essas medidas visaram aumentar o investimento privado e eliminar restrições aos investimentos estrangeiros, elevando, dessa forma, a concorrência no setor elétrico.

Em particular, o Governo Federal adotou as seguintes medidas:

- Em 1995, por meio de uma emenda constitucional, foi autorizado o investimento estrangeiro em geração de energia elétrica. Anteriormente a essa emenda, praticamente todas as concessões de geração eram detidas pelos Governos Federal ou Estadual.
- Em 1995, o Governo Federal promulgou a Lei de Concessões e a Lei de Concessões de Serviços de Energia Elétrica que, em conjunto: (1) exigiram que todas as concessões para prestação de serviços relacionados a energia elétrica fossem outorgadas por meio de processos licitatórios, (2) gradualmente permitiram que certos consumidores de energia elétrica que apresentassem demanda significativa, denominados consumidores livres, adquirissem energia elétrica diretamente de fornecedores concessionários, permissionários ou autorizados, (3) trataram da criação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, que, por meio de concessão, permissão ou autorização, podem gerar e vender, por sua conta e risco, a totalidade ou parte de sua energia elétrica a consumidores livres, distribuidoras e comercializadores, entre outros, (4) concederam aos consumidores livres e fornecedores de energia elétrica livre acesso aos sistemas de distribuição e transmissão e (5) eliminaram a necessidade, por parte das concessionárias, de obter concessão, por meio de licitações, para construção e operação de usinas hidrelétricas com capacidade de 1 MW a 30 MW, as chamadas PCHs.

- A partir de 1995, uma parcela das participações representativas do bloco de controle de geradoras e distribuidoras detidas pela Eletrobrás e por vários estados foi vendida a investidores privados. Ao mesmo tempo, alguns governos estaduais também venderam suas participações em importantes distribuidoras.

Em 1998, o Governo Federal promulgou a Lei do Setor Elétrico, destinada a reformar a estrutura básica do setor elétrico. A Lei do Setor Elétrico dispôs sobre as seguintes matérias:

- criação de um órgão auto-regulador responsável pela operação do mercado atacadista de energia elétrica e pela determinação dos preços de curto prazo, o MAE (atual CCEE), que substituiu o sistema anterior de preços de geração e contratos de fornecimento regulados;
- exigência de que as distribuidoras e geradoras firmassem os Contratos Iniciais, via de regra compromissos de *take-or-pay*, com preços e quantidades determinados pela ANEEL e previsão de decréscimo das quantidades contratadas em 25,0% ao ano, de 2002 a 2005, com o intuito de possibilitar a transição ao mercado de livre negociação;
- criação do ONS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, responsável pela administração operacional das atividades de geração e transmissão do Sistema Interligado; e
- estabelecimento de processos licitatórios para outorga de concessões para construção e operação de usinas e instalações de transmissão de energia elétrica.

Em 2001, o país enfrentou uma grave crise energética que perdurou até o final do primeiro bimestre de 2002. Em consequência, o Governo Federal implementou medidas que incluíram:

- a instituição do Programa de Racionamento nas regiões mais afetadas pela escassez de energia elétrica, a saber, as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil; e
- a criação da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, que aprovou uma série de medidas de emergência prevendo metas de redução do consumo de energia elétrica para consumidores residenciais, comerciais e industriais situados nas regiões afetadas pelo racionamento, por meio da introdução de regimes tarifários especiais que incentivavam a redução do consumo de energia elétrica.

Em março de 2002, a GCE suspendeu as medidas emergenciais e o Programa de Racionamento, em razão do aumento da oferta (devido à elevação significativa dos níveis dos reservatórios) e da redução da demanda. Em 29 de abril de 2002, o Governo Federal promulgou o Acordo Geral do Setor Elétrico, um acordo firmado entre geradoras e distribuidoras com o objetivo de definir regras para compensação das perdas financeiras geradas pelo Programa de Racionamento. O acordo, fechado em dezembro de 2001, prevê financiamento de até R\$7,5 bilhões do BNDES às empresas e o pagamento de uma RTE de 2,9% pelos consumidores rurais e residenciais, com exceção dos Consumidores de Baixa Renda, e de 7,9% pelos consumidores de outras classes, a título de recomposição das perdas.

Em 15 de março de 2004, o Governo Federal promulgou a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, em um esforço para reestruturar o setor elétrico, tendo por meta precípua proporcionar aos consumidores fornecimento seguro de energia elétrica com modicidade tarifária. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico foi regulamentada por diversos decretos editados pelo Governo Federal em julho e agosto de 2004 e continua sujeita à regulamentação adicional a ser editada no futuro. Para obter informações adicionais sobre a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, ver – “*Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico*”.

Ainda em 2004, os principais aspectos relativos à comercialização de energia elétrica foram regulamentados pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho. A regulamentação por parte da ANEEL e do MME é emitida, específica e periodicamente, de acordo com a ocorrência dos leilões de energia.

CONCESSÕES

As empresas ou consórcios que desejam construir ou operar instalações para geração, transmissão ou distribuição de energia no Brasil devem solicitar ao MME ou à ANEEL, uma concessão, permissão ou autorização, conforme o caso. Concessões dão o direito de gerar, transmitir ou distribuir energia em determinada área de concessão por um período determinado. Esse período é normalmente 35 anos para novas concessões de geração, e 30 anos para novas concessões de transmissão ou distribuição. As concessões existentes poderão ser renovadas a critério do poder concedente.

A Lei de Concessões estabelece, entre outras coisas, as condições de fornecimento de serviços de energia, os direitos dos consumidores, e as obrigações da concessionária. Os principais dispositivos da Lei de Concessões estão resumidos como segue:

- *Serviço adequado.* A concessionária deve prestar adequadamente serviço regular, contínuo, eficiente e seguro.
- *Uso de terrenos.* A concessionária poderá usar terrenos públicos ou solicitar que o poder concedente desapropriar terrenos privados necessários em benefício da concessionária. Em tal caso, a concessionária deve indenizar os proprietários dos terrenos desapropriados.
- *Responsabilidade objetiva.* A concessionária é objetivamente responsável pelos danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada dos serviços de distribuição de energia, tais como interrupções abruptas no fornecimento e variações na voltagem.
- *Alterações no controle acionário.* O poder concedente deve aprovar qualquer alteração direta ou indireta de controle acionário da concessionária.
- *Intervenção pelo poder concedente.* O poder concedente poderá intervir na concessão a fim de garantir o desempenho adequado dos serviços e o cumprimento integral das disposições contratuais e regulatórias. Dentro de 30 dias da data do decreto autorizando a intervenção, o poder concedente deve dar início a um processo administrativo em que a concessionária tem direito de contestar a intervenção. Durante o processo administrativo, um interventor nomeado pelo poder concedente passa a ser responsável por administrar a concessão. Caso o processo administrativo não seja concluído dentro de 180 dias da data do decreto, a intervenção cessa e a administração da concessão é devolvida à concessionária. A administração da concessão é também devolvida à concessionária se o interventor decidir não terminar a concessão.
- *Término antecipado da concessão.* O término do contrato de concessão poderá ser antecipado por meio de encampação ou caducidade. Encampação consiste no término prematuro de uma concessão por razões relacionadas ao interesse público que devem ser expressamente declaradas por lei. A caducidade deve ser declarada pelo poder concedente depois de a ANEEL ou o MME ter emitido um despacho administrativo final dizendo que a concessionária, entre outras coisas: (1) deixou de prestar serviços adequados ou de cumprir a legislação ou regulamentação aplicável, ou (2) não ter mais capacidade técnica financeira ou econômica para fornecer serviços adequados. A concessionária pode contestar a encampação ou caducidade em juízo. A concessionária tem direito à indenização por seus investimentos em ativos reversíveis que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados, após dedução de quaisquer multas e danos devidos pela concessionária.
- *Término por decurso do prazo.* Quando a concessão expira, todos os ativos, que são relacionados à prestação dos serviços de energia são revertidos ao governo. Depois do término, a concessionária tem direito de indenização por seus investimentos em ativos revertidos que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados.

Para informações referentes aos contrato de concessão das Cedentes, ver “As Cedentes—Concessões.”

MULTAS

A regulamentação da ANEEL prevê a imposição de sanções contra os agentes do setor e classifica as multas com base na natureza e severidade da infração (inclusive advertências, multas, suspensão temporária do direito de participar de processos de licitação para novas concessões, permissões ou autorizações e caducidade). Para cada infração, as multas podem chegar a até dois por cento da receita (líquida de impostos) da concessionária no período de 12 meses. Algumas infrações que podem resultar em multas referem-se à falha das concessionárias em solicitar a aprovação da ANEEL, inclusive:

- celebração de contratos entre partes relacionadas;
- venda ou cessão de ativos relacionados a serviços prestados, assim como a imposição de qualquer ônus sobre esses ativos; e
- alterações no controle societário.

PRINCIPAIS AUTORIDADES

Ministério de Minas e Energia - MME

Após a aprovação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o Governo Federal, atuando basicamente por meio do MME, assume certas obrigações que estavam previamente sob a responsabilidade da ANEEL, destacando-se a outorga de concessões e a emissão de instruções regulando o processo de licitação para concessões referentes aos serviços públicos.

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

O Setor de Energia Elétrica brasileiro está também regulado pela ANEEL. Depois da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a principal responsabilidade da ANEEL passou a ser de regular e supervisionar o Setor de Energia Elétrica em linha com a política a ser ditada pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras:

- administrar concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia, inclusive com a aprovação de tarifas;
- supervisionar a prestação de serviços pelas concessionárias e impor as multas aplicáveis;
- promulgar normas para o setor elétrico;
- implantar e regular a exploração de fontes de energia, inclusive o uso de energia hidrelétrica;
- promover licitações para novas concessões;
- resolver disputas administrativas entre os agentes do setor; e
- definir os critérios e a metodologia para determinação de tarifas de transmissão.

Conselho Nacional de Política de Energia

Em agosto de 1997, o Conselho Nacional de Política Energética, ou CNPE, foi criado para assessorar o Presidente da República no desenvolvimento da política nacional de energia. O CNPE é presidido pelo MME, e a maioria de seus membros é formada por ministros do Governo Federal. O CNPE foi criado para otimizar o uso dos recursos de energia do Brasil e para garantir o fornecimento de energia no País.

ONS

Criado em 1998, o ONS é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos constituída por geradores, transmissores, Distribuidores, consumidores livres e comercializadores. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico concedeu ao governo poder para indicar três diretores para a Diretoria Executiva do ONS. O papel básico do ONS é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão do Sistema Elétrico Interligado Nacional, sujeito à regulamentação e supervisão da ANEEL.

Os objetivos e as principais responsabilidades do ONS incluem:

- planejamento operacional para o setor de geração;
- organização do uso do Sistema Elétrico Interligado Nacional e interligações internacionais;
- garantir aos agentes do setor acesso à rede de transmissão de maneira não discriminatória;
- assistência na expansão do sistema energético;
- propor ao MME os planos e diretrizes para extensões da Rede; e
- apresentação de regras para operação do sistema de transmissão para aprovação da ANEEL.

Mercado Atacadista de Energia (MAE) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Originalmente uma entidade auto-regulada, o Mercado Atacadista de Energia (MAE), a partir de 2002, passou a estar sujeito à autorização, supervisão e regulamentação da ANEEL, sendo responsável pela contabilização e pela liquidação das diferenças no mercado de energia de curto-prazo entre seus agentes participantes.

Em 12 de agosto de 2004, o Governo editou um decreto estabelecendo a regulamentação aplicável à nova Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e, dessa forma, em 10 de novembro de 2004, o MAE foi sucedido pela CCEE e suas atividades e ativos foram absorvidos por esse novo órgão de mercado.

Um dos principais papéis da CCEE é realizar leilões públicos no Ambiente de Contratação Regulada, tal como o leilão realizado em 7 de dezembro de 2004. Além disso, a CCEE é responsável, entre outras coisas, por: (1) registrar o volume de todos os contratos de comercialização de energia no Ambiente de Contratação Regulada, e dos contratos resultantes de contratações no Ambiente de Contratação Livre; e (2) contabilizar e liquidar as transações de curto prazo.

A CCEE é constituída por agentes de geração, distribuição, comercialização e consumidores livres. Seu Conselho de Administração é formado por quatro membros nomeados por esses agentes e um pelo MME, sendo este último o Presidente do Conselho de Administração.

Empresa de Pesquisa Energética—EPE

Criada em agosto de 2004, a Empresa de Pesquisa Energética, ou EPE é responsável por conduzir pesquisas estratégicas no Setor Elétrico, inclusive com relação à energia elétrica, petróleo, gás, carvão e fontes energéticas renováveis. As pesquisas realizadas pela EPE serão usadas para subsidiar o MME em seu papel de elaborador programas para o Setor Elétrico.

Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico autorizou a criação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, ou CMSE, que atua sob a direção do MME. O CMSE é responsável pelo monitoramento das condições de fornecimento do sistema e pela indicação das providências necessárias para a correção de problemas identificados.

O NOVO MODELO PARA O SETOR ELÉTRICO

Sumário

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico introduziu alterações relevantes na regulamentação do Setor Elétrico visando: (1) fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração; e (2) garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas reduzidas por meio de processos de leilões públicos de energia elétrica. As principais características da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem:

- criação de dois ambientes paralelos para comercialização de energia, com: (1) um para empresas de distribuição, chamado Ambiente de Contratação Regulada; e (2) um outro mercado para consumidores livres e empresas de comercialização de energia, em que será permitida a concorrência;
- restrições a certas atividades de Distribuidoras, de forma a garantir que estejam voltadas apenas a seu principal negócio, assegurando, assim, serviços mais eficientes e confiáveis a seus consumidores;
- restrição ao *self-dealing*, para fornecer um incentivo para que Distribuidoras contratem energia a preços mais baixos disponíveis no mercado, ao invés de comprar energia de partes relacionadas;
- cumprimento dos contratos assinados antes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a fim de proporcionar estabilidade às transações realizadas antes de sua promulgação; e
- proibição de as Distribuidoras venderem eletricidade aos consumidores livres a preços não regulados.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico excluiu a Eletrobrás e suas subsidiárias do Plano Nacional de Privatização, criado pelo governo em 1990 visando promover o processo de privatização das empresas estatais.

Contestações à Constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

O Novo Modelo do Setor Elétrico, instituído pela Medida Provisória nº 144 – posteriormente convertida pelo Congresso Nacional na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 (“MP 144”) – teve sua constitucionalidade contestada perante o Supremo Tribunal Federal (“STF”) por meio de ações diretas de inconstitucionalidade, ajuizadas em dezembro de 2003 (ADIN’s nº 3090 e 3100).

Os autores das ações alegavam invalidade da MP 144 em face do disposto no artigo 246 da Constituição Federal, segundo o qual é proibida a adoção de medida provisória na regulamentação de dispositivo constitucional cuja redação tenha sido “alterada por meio de emenda promulgada entre 1º de janeiro de 1995 até a promulgação desta emenda” (Emenda 32, de 11 de setembro de 2001). Segundo a tese da ação, a MP 44 teria regulamentado o artigo 176 parágrafo 1º da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 6, de 15 de agosto de 1995.

Em 11 de outubro de 2006, o STF julgou em medida liminar, por 7 votos a 4, que a edição da MP 144 para reger o setor elétrico não confrontava com o artigo 246 da Constituição Federal. O entendimento do STF foi que o artigo 176, parágrafo 1º não foi substancialmente alterado quanto à possibilidade de concessões para exploração e aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e que a emenda à Constituição realizada não tinha por objetivo proibir o uso de medidas provisórias para regulamentar o setor elétrico.

Não obstante o julgamento da medida liminar considerar o novo modelo válido, não foi apreciado o mérito da ação e uma decisão final sobre o tema depende do voto favorável da maioria dos ministros do STF, em sessão cujo *quorum* mínimo seja de 8 ministros (neste caso, com maioria qualificada de 6 ministros). Não existe ainda uma decisão sobre este mérito e, portanto, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua em vigor. Independentemente da decisão do STF, acreditamos que certas disposições da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico relacionadas à proibição da prática de atividades não atinentes à distribuição de energia elétrica pelas distribuidoras, incluindo vendas de energia elétrica para consumidores livres, e a eliminação do direito à auto-contratação, continuem em vigor.

Se a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico for considerada inconstitucional pelo STF, o marco regulatório introduzido pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico poderá perder a sua eficácia, gerando incertezas a respeito de quando e como o Governo Federal introduzirá novas mudanças no setor elétrico.

Desverticalização do Setor Elétrico

A desverticalização no setor de energia elétrica é um processo aplicável às empresas que atuam de forma verticalmente integrada, tendo como objeto a segregação das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e vem sendo implementada no Brasil desde 1995. Basicamente, o processo de desverticalização tem como objetivos: (1) evitar a existência de subsídios cruzados entre as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, isto é, evitar que as tarifas auferidas por uma das referidas atividades subsidiem qualquer das demais; e (2) efetivar e estimular a competição no setor elétrico nos segmentos nos quais a competição é possível (geração e comercialização), bem como aprimorar o sistema de regulação dos segmentos nos quais há monopólio de rede (transmissão e distribuição).

A Lei do Novo Modelo de Setor Elétrico, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, determina que as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica que atuem no SIN, não poderão desenvolver atividades: (1) de geração; (2) de transmissão, (3) de venda de energia a Consumidores Livres; (4) de participação em outras sociedades, direta ou indiretamente; ou (5) estranhas ao objeto social, exceto nos casos previstos em lei e nos respectivos contratos de concessão. Tais restrições não se aplicam: (i) ao fornecimento de energia a sistemas elétricos isolados; (ii) ao atendimento de seu próprio mercado desde que inferior a 500GWh/ano; e (iii) na captação, aplicação ou empréstimo destinados à própria distribuidora ou a sociedade do mesmo grupo econômico, mediante prévia anuência da ANEEL. As atividades estranhas aos serviços públicos de distribuição de energia elétrica desenvolvidas por concessionárias de acordo com os respectivos contratos de concessão deverão ser incluídas como fontes alternativas de receita da concessionária e os rendimentos advindos de tais atividades serão considerados para a determinação dos valores das tarifas aplicáveis, com vistas à modicidade tarifária dos serviços de energia elétrica.

Da mesma forma, as concessionárias e as autorizadas de geração que atuem no SIN não poderão ser coligadas ou controladoras de sociedades que desenvolvam atividades de distribuição de energia elétrica no SIN.

O Sistema Cataguazes-Leopoldina completou seu processo de desverticalização em fevereiro de 2007. Para informações sobre a Desverticalização do Sistema Cataguazes-Leopoldina vide Seção “AS CEDENTES – DESVERTICALIZAÇÃO” deste Prospecto.

Coexistência de Dois Ambientes de Contratação de Energia

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, negócios de compra e venda de energia serão realizados em dois mercados: (1) o Ambiente de Contratação Regulada, que inclui a contratação de energia elétrica pelas empresas de distribuição por meio de leilões para o atendimento a todo o seu mercado; e (2) Ambiente de Contratação Livre, que inclui compras de energia por agentes não regulados, tais como consumidores livres e comercializadores.

A energia gerada por: (1) projetos de geração de baixa capacidade localizados próximos a pontos de consumo (tais como usinas de co-geração e pequenas centrais hidrelétricas); (2) usinas qualificadas de acordo com o PROINFA; e (3) UHE Itaipu, não estarão sujeitos a processo de leilão para fornecimento de energia ao Ambiente de Contratação Regulada. A energia gerada pela UHE Itaipu é comercializada pela Eletrobrás e os volumes que devem ser comprados por cada concessionária de distribuição são estabelecidos por meio de quotas definidas pela ANEEL. A tarifa pela qual a energia gerada pela UHE Itaipu é comercializada é denominada em Dólar e estabelecida conforme tratado firmado entre Brasil e Paraguai. Como consequência, a tarifa da UHE Itaipu aumenta ou diminui, em conformidade com a variação da taxa de Dólar/Real. Alterações no preço da energia gerada pela UHE Itaipu estão, entretanto, sujeitas ao mecanismo de ressarcimento das variações dos custos da Parcela A discutido abaixo em “Tarifas de Distribuição”.

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA

No Ambiente de Contratação Regulada, empresas de distribuição compram energia para consumidores cativos por meio de leilões públicos regulados pela ANEEL, e operacionalizados pela CCEE. Compras de energia serão feitas por meio de dois tipos de contratos: (1) Contratos de Quantidade de Energia; e (2) Contratos de Disponibilidade de Energia.

De acordo com o Contrato de Quantidade de Energia, a geradora compromete-se a fornecer determinado volume de energia e assume o risco de que esse fornecimento de energia seja afetado por condições hidrológicas e níveis baixos dos reservatórios, entre outras condições, que poderiam interromper o fornecimento, hipótese na qual a geradora é obrigada a comprar energia de outra fonte a fim de cumprir seu compromisso de fornecimento. De acordo com o Contrato de Disponibilidade de Energia, a geradora compromete-se a disponibilizar um volume específico de capacidade ao Ambiente de Contratação Regulada. Nesse caso, a receita da geradora está garantida e possíveis riscos hidrológicos são imputados às Distribuidoras. Entretanto, eventuais custos adicionais incorridos pelas Distribuidoras serão repassados aos consumidores. Juntos, esses contratos constituem os CCEARs.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a previsão de mercado de cada Distribuidora é o principal fator na determinação do volume de energia a ser contratado pelo sistema. De acordo com o novo modelo, as Distribuidoras são obrigadas a contratar 100% de suas necessidades projetadas de energia, e não mais os 95% estabelecidos pelo modelo anterior. O não atendimento da totalidade dos seus mercados pode resultar em multas para as Distribuidoras. Ver *“Fatores de Risco—Riscos Relacionados às cedentes e Riscos Relacionados ao Setor de Energia Elétrica”*.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as empresas de distribuição terão o direito de repassar aos seus consumidores os custos relacionados à energia que compram por meio de leilões.

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE

No Ambiente de Contratação Livre a energia elétrica é comercializada entre concessionárias de geração, Produtores Independentes de Energia, auto-produtores, agentes de comercialização, importadores de energia e consumidores livres.

Consumidores potencialmente livres são aqueles cuja demanda excede 3 MW, em tensão, igual ou superior a 69 kV ou em qualquer nível de tensão, se o fornecimento começou após 7 de julho de 1995. Além disso, consumidores com demanda contratada igual ou superior a 500 kW poderão ser servidos por fornecedores, que não sua empresa local de distribuição, contratando energia de fontes energéticas alternativas, tais como energia eólica, biomassa ou pequenas centrais hidrelétricas.

Uma vez que um consumidor tenha optado pelo Ambiente de Contratação Livre, este somente poderá retornar ao ambiente regulado se notificar seu Distribuidor local com cinco anos de antecedência, ou em menor prazo a critério do Distribuidor. Tal exigência prévia busca garantir que, se necessário, a construção de nova geração eficiente em termos de custo possa ser finalizada a fim de atender o regresso de consumidores livres ao Ambiente de Contratação Regulada. A fim de minimizar os efeitos de perdas resultantes de consumidores que escolhem se tornar consumidores livres, as Distribuidoras podem reduzir o montante de energia contratado junto à geradoras de acordo com o volume de energia que não irão mais distribuir aos consumidores livres. Geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas diferentemente das geradoras privadas, são obrigadas a fazê-lo por meio de um processo público, que garante transparência e acesso igual a todas as partes interessadas.

Atualmente, clientes de alta tensão que compram energia de Distribuidores no Ambiente de Contratação Regulado o fazem a preços subsidiados. Esse subsídio, conhecido por “subsídio cruzado”, começou a ser gradualmente retirado a partir de julho de 2003 e será totalmente eliminado até o final de 2007.

Atividades Restritas

Distribuidoras do Sistema Elétrico Interligado Nacional não podem: (1) desenvolver atividades relacionadas a geração e transmissão de energia (desverticalização); (2) vender energia a consumidores livres; (3) deter, direta ou indiretamente, qualquer participação em qualquer outra empresa; ou (4) desenvolver atividades que não estejam relacionadas às suas respectivas concessões, exceto aquelas permitidas por lei ou constantes do contrato de concessão. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico concedeu um período de transição de 18 meses para as empresas se ajustarem a essas regras, e a ANEEL pode prorrogar esse prazo por outros 18 meses (uma única vez) na hipótese de as empresas não serem capazes de cumprir as exigências dentro do período prescrito.

Eliminação do self-dealing

Uma vez que a compra de energia para consumidores cativos será realizada no Ambiente de Contratação Regulada, a contratação entre partes relacionadas (*self-dealing*), por meio da qual as Distribuidoras podem atender até 30% de suas necessidades de energia por meio da energia adquirida de empresas afiliadas, não será mais permitida, exceto no contexto dos contratos que foram devidamente aprovados pela ANEEL antes da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

Contratos Assinados Antes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que contratos assinados por empresas de distribuição e aprovados pela ANEEL antes da edição da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não podem ser alterados em seus prazos, preços ou volumes já contratados, com exceção dos contratos iniciais, conforme descrito abaixo.

Durante o período de transição (1998-2005) para o mercado de energia livre e competitivo estabelecido pela legislação anterior, compra e venda de energia entre concessionárias de geração e de distribuição deveriam ocorrer por meio dos contratos iniciais. O objetivo do período de transição era o de permitir a introdução gradual da concorrência no setor e proteger os participantes do mercado contra a exposição aos preços do mercado de curto prazo, potencialmente voláteis. Durante esse período, os contratos iniciais foram gradualmente reduzidos em 25% ao ano, a partir de 2003, e até em 31 de dezembro de 2005.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as empresas de geração podem comercializar sua energia não contratada no Ambiente de Contratação Regulada ou no Ambiente de Contratação Livre. A partir do final de 2005, quando os contratos iniciais venceram, toda a energia descontratada passou a ser negociada no Ambiente de Contratação Regulada ou no Ambiente de Contratação Livre. Entretanto, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico permitiu que empresas públicas e privadas de geração, inclusive produtoras independentes de energia, aditassem seus contratos iniciais em vigor em março de 2004, recontratando suprimindo até 31 de dezembro de 2004.

Compras de Energia de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

Em 30 de julho de 2004, o governo editou regulamentação relativa a compra e venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada e no Ambiente de Contratação Livre, assim como a outorga de autorizações e concessões para projetos de geração de energia. Essa regulamentação inclui regras referentes aos leilões, aos contratos de comercialização de energia e ao método de repasse de custos aos consumidores finais.

A regulamentação determina que todos os agentes compradores de eletricidade devem contratar toda a demanda de energia necessária para o atendimento de 100% de seus mercados ou cargas de acordo com as diretrizes do novo modelo. Os agentes vendedores de energia devem fornecer suporte comprobatório (lastro) ligando a energia a ser vendida às instalações de geração de energia existentes ou planejadas. Os agentes que não cumprirem tais exigências estão sujeitos a multas impostas pela ANEEL.

A partir de 2005, todas as empresas de distribuição são obrigadas a notificar ao MME, até 1º de agosto de cada ano, a respeito de sua demanda estimada de energia para cada um dos cinco anos subsequentes. Além disso, as empresas de distribuição são obrigadas a especificar a parte do montante que pretendem contratar para atender seus consumidores potencialmente livres.

O MME estabelece o montante total de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Regulada e a lista das instalações de geração que terão permissão para participar dos leilões a cada ano.

A nova regulamentação determina que as empresas de distribuição de energia cumpram suas obrigações de fornecimento de energia basicamente por meio de leilões públicos, em conformidade com os procedimentos descritos em “O Leilão de 2004” e “Leilões Subseqüentes”, abaixo.

Além desses leilões, a empresa de distribuição pode comprar energia de: (1) geração distribuída, empresas de geração ligadas diretamente à rede da empresa de distribuição que não sejam hidrelétricas com capacidade maior que 30 MW e algumas companhias geradoras térmicas; (2) projetos de geração de energia participantes da fase inicial do PROINFA; e (3) Itaipu.

Redução do Nível de Energia Contratada

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regula a comercialização de energia de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, permite que empresas de distribuição reduzam seus CCEARs de energia existente: (1) para compensar a saída de consumidores potencialmente livres do Ambiente de Contratação Regulada, conforme declaração de necessidade de contratação encaminhada ao MME; (2) até 4% ao ano do montante inicialmente contratado devido a desvios das projeções estimadas do mercado, a critério das empresas de distribuição, começando dois anos após a demanda inicial de energia ter sido declarada; e (3) na hipótese de aumentos nos montantes de energia adquirida nos termos dos contratos firmados antes de 17 de março de 2004.

As circunstâncias em que a redução do nível de energia contratada ocorrerá serão devidamente estabelecidas nos CCEARs, e poderão ser exercidas a critério exclusivo da empresa de distribuição e em conformidade com as disposições descritas acima e regulamentação da ANEEL.

Limitação de Repasse

As regras estabelecem também limites para repasse dos custos com a compra de energia aos consumidores finais. O Valor de Referência Anual (VR), que corresponde à média ponderada dos preços da energia nos leilões A-5 e A-3 calculado para todas as empresas de distribuição, cria um incentivo para empresas de distribuição contratarem suas demandas esperadas de energia nos leilões A-5 que, acredita-se, terão preços inferiores aos dos leilões A-3. O VR será aplicado nos primeiros três anos dos contratos de comercialização de energia dos novos projetos de geração de energia. Do quarto ano em diante, os custos de aquisição da energia desses projetos serão integralmente repassados. O decreto estabelece as seguintes restrições na capacidade de empresas de distribuição de repassar os custos aos consumidores:

- não repasse dos custos referentes aos volumes que excedam 103% da demanda real;
- repasse limitado dos custos para compras de energia feitas em um leilão “A-3”, se o volume da energia adquirida exceder 2% da demanda verificada 2 anos antes (ou seja, em A-5”);
- repasse limitado dos custos de aquisição de energia de novos projetos de geração de energia se o volume recontratado por meio de CCEARs de instalações existentes de geração estiver abaixo do “Limite Inferior de Contratação” definido pelo Decreto Nº 5.163/04;
- de 2006 a 2009, compras de energia das instalações existentes no leilão “A-1” estão limitadas a 1% da demanda das empresas de distribuição. Se a energia adquirida no leilão “A-1” exceder este limite de 1%, o repasse de custos da parcela excedente aos consumidores finais está limitado a 70% do valor médio de tais custos de aquisição de energia gerada pelas instalações existentes de geração. O MME estabelecerá o preço máximo de aquisição para a energia gerada pelos projetos existentes; e
- se as Distribuidoras não cumprirem a obrigação de contratarem integralmente suas demandas, o repasse dos custos de energia adquirida no mercado de curto-prazo será equivalente ao menor valor entre o PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) e o VR.

Índice para Repasse de Energia Fornecida pela UHE Itaipu

A ANEEL determina anualmente o Índice para Repasse de Energia Fornecida pela UHE Itaipu, em Dólar. Em dezembro de 2005, o índice para o exercício de 2006 foi estabelecido em um montante igual a US\$21,5311/kW e em dezembro de 2006 o índice para o exercício de 2007 foi estabelecido em um montante igual a US\$23,7524/kW.

TARIFAS PELO USO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO

A ANEEL homologa tarifas pelo uso e acesso aos sistemas de distribuição e de transmissão. As tarifas são: (i) tarifas de distribuição (TUSD), (ii) transmissão ou ambas (TUST), compreendendo a Rede Básica e suas instalações auxiliares. Além disso, as empresas de distribuição do sistema interligado no Sul e no SE/CO pagam taxas específicas pela transmissão de eletricidade gerada na UHE Itaipu. Nos últimos anos, o governo teve por meta a melhoria do sistema de transmissão nacional e, como resultado, algumas empresas de transmissão se envolveram em programas de expansão significativos, que foram custeados por aumentos nas tarifas de transmissão. O aumento nas tarifas de transmissão e taxas pagas pelas Concessionárias de Distribuição é repassado aos seus respectivos clientes através dos Reajustes de Tarifas Anuais. Abaixo se encontra um resumo de cada tarifa ou taxa.

TUSD - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição

A TUSD paga por concessionárias e consumidores livres pelo uso do sistema de distribuição de uma empresa de distribuição à qual estão conectados, é revisada anualmente de acordo com a variação de seus componentes. Atualmente a TUSD é composta por duas parcelas. Uma denominada “TUSD encargos” cobrada com base no consumo de energia, e outra, a “TUSD fio” cobrada pela demanda contratada.

O Decreto nº 5.597 (“Decreto 5.597/2005”), publicado em 29 de novembro de 2005, concedeu aos consumidores atendidos em tensão igual ou superior a 230 kV o acesso à rede básica de transmissão de energia elétrica mediante construção das instalações necessárias para o acesso diretamente pelo próprio consumidor.

Em outras palavras, os consumidores livres foram autorizados a acessar diretamente a rede básica sem o intermédio de empresas de transmissão e distribuição. De acordo com o Decreto 5.597/2005, o acesso de consumidores pelo próprio consumidor será objeto de autorização a ser expedida pela ANEEL. A autorização da ANEEL apenas será concedida em casos de (i) ligação de nova unidade consumidora não conectada anteriormente, desde que tecnicamente compatível com o nível de tensão igual ou superior a 230 kV e (ii) alteração da forma de conexão de unidade consumidora já atendida em tensão inferior a 230 kV, em decorrência de aumento de carga ou necessidade de melhoria de qualidade devidamente comprovada.

O pagamento da TUSD, bem como o de encargos e tributos como a recomposição tarifária extraordinária (RTE), que também deixarão de ser pagos pelos consumidores livres, recairá agora exclusivamente sob os consumidores cativos, que não têm a opção de se desvincular da rede.

Além de permitir o acesso à rede por meio de investimento próprio, o Decreto 5.597/2005 determina também que as instalações de transmissão para uso exclusivo de um consumidor ou de um agente poderão ser acessadas por outro agente ou consumidor interessado que atenda às condições legais e à regulação expedida pela ANEEL. Esta forma de acesso será ressarcida ao construtor da obra e remunerada ao agente de transmissão de acordo com regulação a ser expedida pela ANEEL.

Nos termos do Decreto 5.597/2005, parte de uso comum das instalações de transmissão acessada deverá ser doada sem ônus à concessionária de transmissão que celebrou o contrato de conexão com o consumidor e passará a integrar a rede básica. No caso específico da CEMIG, todos os consumidores de 230kV já estavam ligados à Rede Básica, não trazendo o Decreto qualquer impacto para as Cedentes.

TUST

A TUST é paga por empresas de distribuição, geradoras e consumidores livres pelo uso da Rede Básica e é revisada anualmente de acordo com: (i) a inflação e (ii) a receita anual das empresas de transmissão (que incorpora custos de expansão da própria rede). De acordo com critérios estabelecidos pela ANEEL, proprietários das diferentes partes da rede de transmissão transferiram a coordenação de suas instalações para o ONS em contrapartida do recebimento de pagamentos de usuários do sistema de transmissão. Usuários da rede, inclusive empresas de geração, empresas de distribuição e consumidores livres, assinaram contratos com o ONS que lhes conferem o direito de usar a rede de transmissão mediante o pagamento de tarifas. Outras partes da rede que são de propriedade de empresas de transmissão, mas não são consideradas como parte da rede de transmissão, são disponibilizadas diretamente aos usuários interessados que pagam uma taxa específica para a empresa de transmissão.

Taxa de Transporte da UHE Itaipu

A UHE Itaipu possui uma rede de transmissão exclusiva operada em corrente contínua e alternada, que não é considerada como parte da Rede Básica ou do sistema de conexão intermediário. O uso deste sistema é remunerado por uma taxa específica chamada de taxa de transporte da UHE Itaipu, paga pelas empresas que compulsoriamente compram energia da UHE Itaipu, proporcionalmente às respectivas quotas.

Tarifas de Distribuição

Os valores das tarifas de distribuição são reajustados anualmente pela ANEEL, conforme fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão. Ao ajustar tarifas de distribuição, a ANEEL divide os custos de concessionárias de distribuição entre: (1) custos fora do controle da Distribuidora (“não gerenciáveis”), ou Parcela A, e (2) custos sob o controle das Distribuidoras (“gerenciáveis”), ou Parcela B. Os custos da Parcela A incluem, entre outros:

- Custos de energia comprada da UHE Itaipu;
- Custos de energia comprada de acordo com contratos bilaterais livremente negociados entre as partes;
- Custos de energia comprada em leilões públicos;
- Determinadas taxas regulatórias; e
- Custos de uso e conexão para transmissões de terceiros e sistemas de distribuição.

A Parcela B compreende os itens de custo que estão sob o controle das concessionárias e incluem, entre outros:

- Retorno sobre o investimento relacionado à área de concessão;
- Impostos sobre receitas;
- Custos de depreciação; e
- Custos de operação e manutenção do sistema de distribuição.

O contrato de concessão de cada empresa de distribuição estabelece um Reajuste de Tarifa Anual. Neste momento, a meta é que todos os custos da Parcela A sejam repassados aos clientes. Os custos da Parcela B, entretanto, são corrigidos de acordo com o índice IGPM, ajustado por um fator de eficiência conhecido por fator X.

As empresas de distribuição de energia elétrica, conforme o contrato de concessão, também têm direito à revisão periódica das tarifas com intervalos que podem variar entre três e cinco anos. Nestas revisões: (1) todos os custos da Parcela B são recalculados; e (2) o fator X é calculado com base em três componentes: (i) Xc estabelecido a cada ano, é baseado na satisfação do cliente conforme pesquisa da ANEEL; (ii) Xa, também estabelecido a cada ano, é calculado considerando a diferença entre os índices de inflação IPC-A e o IGPM multiplicada pelos custos

totais com pessoal da Distribuidora (uma vez que os aumentos de salários se baseiam no IPC-A e os aumentos da Parcela B se baseiam no IGPM); e (3) Xe, estabelecido a cada revisão periódica, é um fator baseado em ganhos de produtividade da concessionária devido ao crescimento de mercado.

O fator X é usado para ajustar a proporção da mudança no índice IGPM que deve ser aplicada ao componente da Parcela B nos reajustes anuais. Dessa forma, quando da conclusão de cada revisão periódica, a aplicação do fator X (devido a aplicação do Xe) determina o compartilhamento dos ganhos de produtividade das empresas de distribuição com os clientes finais.

Além disso, concessionárias de distribuição de energia têm direito à revisão extraordinária, analisadas caso a caso, para assegurar seu equilíbrio econômico-financeiro e compensá-las por custos imprevisíveis, inclusive impostos, que alterem significativamente sua estrutura de custos.

Desde 2002, clientes de baixa renda têm se beneficiado de uma tarifa especial estabelecida pelo Governo Federal através da ANEEL. Durante o ano de 2002, o déficit gerado pela aplicação desta tarifa especial foi financiado pela Eletrobrás com fundos da RGR. Em 2002, de acordo com o Decreto nº 4.336/02, foi determinado que as empresas de distribuição seriam compensadas pela perda de receitas resultante da Tarifa Especial pelo Governo Federal com fundos derivados de dividendos pagos pela Eletrobrás e outras empresas estatais federais e do CDE.

TAXAS REGULATÓRIAS

Em determinadas circunstâncias, as empresas de energia são compensadas por ativos ainda não depreciados, usados na concessão caso a mesma seja revogada ou não renovada ao final do contrato de concessão. Em 1971, o Congresso Brasileiro criou o Fundo de Reserva Global de Reversão, ou Fundo RGR, destinado a prover fundos para essa compensação. Em Fevereiro de 1999, a ANEEL revisou a cobrança de uma taxa exigindo que todas as Distribuidoras e determinadas geradoras que operam sob regimes de serviço público fizessem contribuições mensais ao Fundo RGR a uma taxa anual equivalente a 2,5% dos ativos fixos da empresa em serviço, até um teto de 3% do total das receitas operacionais em cada ano. Nos últimos anos, o Fundo RGR tem sido usado, principalmente, para financiar projetos de geração e distribuição. O Fundo RGR está programado para ser suspenso até 2010, e a ANEEL está obrigada a revisar a tarifa de tal forma que o consumidor receba algum benefício pelo término do Fundo RGR.

O governo impôs uma taxa aos Produtores Independentes de Energia baseada em recursos hídricos, exceto por pequenas usinas hidrelétricas, similar à taxa cobrada de empresas do setor público em associação como Fundo RGR. Produtores Independentes de Energia são obrigados a fazer contribuições ao Fundo de Uso de Bem Público, ou Fundo UBP, de acordo com as regras do processo de licitação pública correspondente para a outorga de concessões.

Empresas de distribuição, e empresas de geração que vendem diretamente a clientes finais, são obrigadas a contribuir para a Conta de Consumo de Combustível - CCC que foi criada em 1973 com o objetivo de gerar reservas financeiras para cobertura de custos de combustíveis associados ao aumento do uso de usinas de energia termoeletrica. As contribuições anuais são calculadas com base em estimativas do custo de combustível necessário para a geração de energia pelas usinas termelétricas no ano seguinte. A CCC é administrada pela Eletrobrás.

Em fevereiro de 1998, o governo estabeleceu a extinção da CCC. Estes subsídios serão gradualmente extintos durante um período de três anos a partir de 2003 para usinas de energia termoeletrica construídas até fevereiro de 1998 e atualmente pertencentes ao Sistema Elétrico Interligado Nacional. Usinas termoeletricas construídas depois daquela data não terão direito a subsídios da CCC. Em abril de 2002, o governo estabeleceu que os subsídios da CCC continuariam a ser pagos às usinas termelétricas localizadas em sistemas isolados por um período de 20 anos com o intuito de promover a geração de energia nestas regiões.

À exceção de algumas pequenas usinas de energia hidrelétrica, todas as instalações hidrelétricas no Brasil devem pagar uma taxa a estados e municípios pelo uso de recursos hídricos, a Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos, ou COFURH, que foi introduzida em 1989. As taxas são determinadas com base no volume de energia gerado por cada empresa e são pagas aos estados e municípios onde a usina ou o reservatório da usina está localizado.

Em 2002, o governo instituiu a CDE, que é financiada através de pagamentos anuais feitos por concessionárias pelo uso de ativos públicos, penalidades e multas impostas pela ANEEL e, desde 2003, pelas taxas anuais pagas por agentes que oferecem energia a usuários finais, por meio de uma taxa a ser adicionada às tarifas pelo uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Estas taxas são reajustadas anualmente. A CDE foi criada para dar suporte: (1) ao desenvolvimento da produção de energia em todo o país; (2) à produção de energia por fontes alternativas; e (3) à universalização de serviços de energia em todo o Brasil. A CDE permanecerá em vigor por 25 anos e é administrada pela Eletrobrás.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que a falta de pagamento da contribuição ao RGR, PROINFA, CDE, CCC, compensação financeira por utilização de recursos hídricos, ou de pagamentos devidos em virtude da compra de energia e no Ambiente de Contratação Regulada ou da UHE Itaipu impedirá que a parte inadimplente receba reajuste de tarifa (exceto a revisão extraordinária) ou receba recursos advindos do RGR, CDE ou CCC.

MECANISMO DE REALOCAÇÃO DE ENERGIA

De acordo com as regras de comercialização em vigor, a proteção contra riscos hidrológicos para usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente é garantida através de um Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que procura mitigar os riscos envolvidos, determinando que usinas hidrelétricas compartilhem os riscos hidrológicos do Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN). De acordo com a legislação em vigor, a receita da venda de energia por empresas de geração hidrelétrica não depende da energia gerada por estas, e sim da Energia Assegurada de cada usina que é determinada em cada ato de autorização. Qualquer desequilíbrio entre a energia efetivamente gerada e a Energia Assegurada é coberto pelo MRE. A finalidade do MRE é a de mitigar riscos hidrológicos, garantindo que todas as usinas do MRE recebam as receitas relativas às suas Energias Asseguradas. Em outras palavras, o MRE realoca a energia, transferindo (ou alocando) a energia excedente daquelas que geraram acima de suas Energias Asseguradas para aquelas que geraram abaixo de suas Energias Asseguradas. O despacho das usinas é determinado pelo ONS, que leva em conta a demanda de energia, as condições hidrológicas do sistema interligado nacional e as limitações da transmissão. O volume de energia efetivamente gerado por usina participante do MRE é precificado de acordo com uma tarifa denominada “Tarifa de Energia de Otimização”, que cobre os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional é contabilizada mensalmente para cada geradora.

RACIONAMENTO

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que, na hipótese de decretação de uma redução compulsória no consumo de energia numa determinada região, todos os CCEARs por quantidade de energia, cujos compradores estejam localizados nessa mesma região, terão seus volumes ajustados na proporção da redução de consumo verificada.

AS CEDENTES

O SISTEMA CATAGUAZES-LEOPOLDINA

Histórico

A CFLCL foi constituída em fevereiro de 1905, juntamente com a Companhia Fiação e Tecelagem de Cataguases, pelos empreendedores José Monteiro Ribeiro Junqueira, Norberto Custódio Ferreira e João Duarte Ferreira, dando início à formação do Sistema Cataguazes-Leopoldina. Essas empresas foram criadas com a finalidade de redirecionar os investimentos desses empreendedores para o setor industrial, já que o mercado agrícola, sobretudo a cultura do café, passava por uma forte crise.

Em maio de 1907, objetivando concluir o projeto de sua primeira usina, denominada Usina Maurício, a CFLCL obteve o registro de companhia aberta de número 3 na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

A partir dessa data e até meados da década de 1990, o Sistema Cataguazes-Leopoldina desenvolveu atividades relacionadas principalmente à geração e distribuição de energia elétrica na região da Zona da Mata, no Estado de Minas Gerais, com o objetivo de manter sua participação no setor elétrico regional, destacando-se em razão da utilização de PCHs para a geração de energia elétrica e a modernização de seus sistemas de controle e manutenção das linhas de distribuição de energia.

A CFLCL deu, então, início a um processo agressivo de expansão, adquirindo em junho de 1997, pelo valor de R\$56,2 milhões, o controle acionário da CENF, concessionária de energia elétrica do município de Nova Friburgo (RJ) que atende, aproximadamente, 85 mil consumidores numa área de 1.000 km².

Em dezembro de 1997, por meio da sociedade de propósito específico CAT-LEO Distribuidora Ltda., a CFLCL adquiriu em processo de desestatização, pelo valor de R\$577,1 milhões, o controle acionário da ENERGIPE, concessionária de distribuição de energia elétrica que atua em 63 municípios do Estado de Sergipe e atende, aproximadamente, 490 mil clientes com consumo anual de cerca de 1.800 GWh.

Em novembro de 1999, por meio da empresa de propósito específico PBPART, a CFLCL adquiriu o controle acionário da CELB, concessionária localizada no Estado da Paraíba, distribuidora de energia elétrica para os municípios de Campina Grande, Massaranduba, Lagoa Seca, Queimadas, Boa Vista e Fagundes, que atende a, aproximadamente, 146 mil consumidores que demandam cerca de 520 GWh por ano. A aquisição também ocorreu em leilão de desestatização, no qual foi alienado 75,3% do capital social total da CELB pelo valor de R\$87,4 milhões.

Em novembro de 2000, por meio da empresa de propósito específico PBPART SE 2, a CFLCL adquiriu o controle acionário da SAELPA, distribuidora que atua em 217 municípios no Estado da Paraíba. Sua área de atuação corresponde a 54.595 km² com cerca de 927 mil clientes, que consomem anualmente cerca de 2.300 GWh. A aquisição se deu em leilão de desestatização no qual foi alienado 87,6% do capital social votante da SAELPA pelo valor de R\$363,0 milhões.

Em dezembro de 2000, foi construída a UTEJF, fruto de uma associação entre CAT-LEO Energia e *Alliant Energy*, com potência instalada de 87 MW com capacidade de geração anual de energia de 670 GWh.

O Sistema Cataguazes-Leopoldina, com o objetivo de atingir as determinações da Lei nº 10.848/04, concluiu o processo de desverticalização com relação à ENERGIPE no final de 2006 e com relação à CFLCL no início de 2007, segregando as operações de geração e distribuição de energia elétrica até então mantidas em uma única empresa operacional. Para maiores informações sobre desverticalização de companhias do setor elétrico e o processo de desverticalização do Sistema Cataguazes-Leopoldina, vide as seções “O SETOR ELÉTRICO” e “AS CEDENTES – DESVERTICALIZAÇÃO” deste Prospecto.

Em julho de 2007, a Energisa finalizou o processo de alienação de ativos de geração de energia elétrica integrantes do Sistema Cataguazes-Leopoldina. Para realização dessa operação, foram firmados contratos de compra e venda de: (i) 100% (cem por cento) do capital social da Zona da Mata Geração S.A., sociedade detentora de 11 PCHs em operação, que detêm 45 MW de capacidade instalada (Pequena Central Hidrelétrica Maurício; Pequena Central Hidrelétrica Cachoeira Alta; Pequena Central Hidrelétrica Matipó; Pequena Central

Hidrelétrica Roça Grande; Pequena Central Hidrelétrica Sinceridade; Pequena Central Hidrelétrica Neblina; Pequena Central Hidrelétrica Emboque; Pequena Central Hidrelétrica Coronel Domiciano; Pequena Central Hidrelétrica Miguel Pereira; Pequena Central Hidrelétrica Santa Cecília; e Pequena Central Hidrelétrica Ervália); (ii) 3 estudos e projetos de geração de energia elétrica em desenvolvimento, alocados em suas subsidiárias Cat-Leo Construções, Indústria e Serviços de Energia S.A. e Barra do Braúna Energética S.A. (ainda em análise pela ANEEL cujo valor envolvido é de, aproximadamente, R\$ 55,6 milhões); e (iii) direitos sobre a comercialização de energia, por meio de sua controlada Cat-Leo Comercializadora de Energia Ltda.

Após o cumprimento das “Condições Precedentes ao Fechamento”, foi consumada, em agosto de 2007, a alienação das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Zona da Mata Geração S.A. e a liquidação parcial da cessão onerosa de direitos de comercialização de energia elétrica em sua controlada Cat-Leo Comercializadora de Energia Ltda., mediante o recebimento do total de R\$ 246,9 milhões.

Além disso, após o cumprimento das “Condições Precedentes ao Fechamento”, foi consumada, em outubro de 2007, a alienação de 100% (cem por cento) do capital social da Barra do Braúna Energética S.A. e a liquidação parcial da cessão onerosa de direitos de comercialização de energia elétrica em sua controlada Cat-Leo Comercializadora de Energia Ltda. pelo valor total de R\$29,3 milhões.

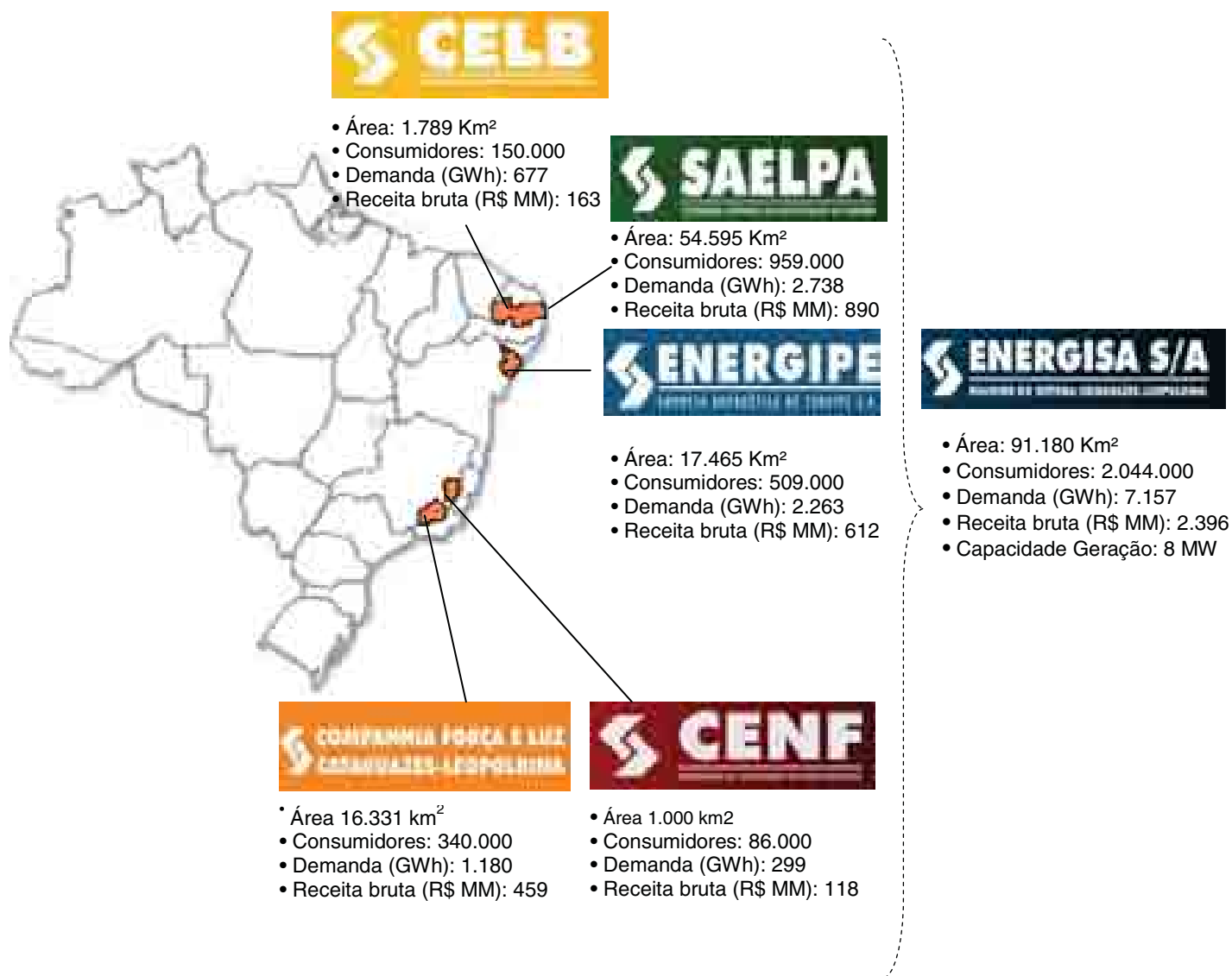
Também em outubro de 2007, foi consumada, após o cumprimento das “Condições Precedentes ao Fechamento”, a alienação de projeto de geração de energia elétrica Baú e a liquidação parcial da cessão onerosa de direitos de comercialização de energia elétrica em sua controlada Cat-Leo Comercializadora de Energia Ltda. pelo valor total de R\$5,2 milhões.

Foi firmado em 24 de julho de 2007, contrato e compra e venda de 100% das ações Teleserv S/A para o Grupo ACOM, por R\$ 7 milhões. A operação foi submetida à ANATEL e, tão logo seja aprovada, terá a liquidação financeira e a efetivação da transferência das ações.

Em 4 de outubro de 2007, a Energisa firmou: (i) com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras contrato de compra e venda de 100% das ações da UTEJF e (ii) com a Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. contrato envolvendo direitos sobre a comercialização de energia com suas subsidiárias localizadas na região nordeste, pelo valor total transacionado de aproximadamente R\$ 204 milhões, dos quais R\$ 50 milhões referem-se a dívidas líquidas transferidas ou que serão pagas diretamente pela Petrobras. A operação foi submetida à ANEEL e, tão logo seja aprovada, terá a liquidação financeira e a efetivação da transferência das ações.

Área de Atuação das Cedentes

O mapa abaixo apresenta as áreas de atuação das Cedentes, bem como informações sobre o número de consumidores, a população atendida por cada uma das Cedentes e a participação de mercado do Sistema Cataguazes-Leopoldina:



(*) Dados referentes ao 3º trimestre de 2007 (anualizado)

(**) Demanda de Energia = Mercado Próprio + Consumidores Livres

(***) Considera a venda da PCH's da ZM Geração (45 MW) e UTE-JF (87 MW)

Fonte: Demonstrativos Financeiros das empresas do Grupo Energisa

VISÃO GERAL

ENERGISA

A principal atividade das empresas que compõem o Sistema Cataguazes-Leopoldina é a prestação de serviços de distribuição de energia elétrica nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Sergipe e Paraíba. A Energisa, constituída em 1997, atua hoje como *holding* não operacional do Sistema Cataguazes-Leopoldina, controlando, de forma direta, as seguintes empresas do grupo: CFLCL, CENF, ENERGIPE, CELB, SAELPA (todas estas atuando no setor de distribuição de energia elétrica), UTE Juiz de Fora (atuando na área de geração de energia elétrica) e CAT-LEO CISE e Teleserv.

CFLCL

A CFLCL atua como empresa distribuidora de energia elétrica do Sistema Cataguazes-Leopoldina para a Região Sudeste (em diversos municípios nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro), e o foco de seus negócios envolve a distribuição de energia elétrica naquelas regiões. A CFLCL distribui energia elétrica a aproximadamente 340.000 consumidores, abrangendo uma área total de 16.331 Km². Em 2004, 2005 e 2006, a CFLCL vendeu, no seu mercado de varejo, 948 GWh, 923 GWh e 948 GWh de energia elétrica, respectivamente, e gerou receita líquida de R\$226,8 milhões, R\$270,9 milhões e R\$290,0 milhões, respectivamente. Em sua área de concessão, a CFLCL registrou consumo de 1.143 GWh em 31 de dezembro de 2006. Em 31 de dezembro de 2006, a CFLCL possuía um total de ativos de R\$876,8 milhões.

CENF

A CENF atua como empresa distribuidora de energia elétrica do Sistema Cataguazes-Leopoldina para a Região Sudeste (no município de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro), e o foco de seus negócios envolve a distribuição de energia elétrica naquela região. A CENF distribui energia elétrica a aproximadamente 86.000 consumidores, abrangendo uma área total de 1000 Km². Em 2004, 2005 e 2006, a CENF vendeu, no seu mercado de varejo, 280 GWh, 279 GWh e 275 GWh de energia elétrica, respectivamente, e gerou receita líquida de R\$58,4 milhões, R\$70,4 milhões e R\$67,4 milhões, respectivamente. Em sua área de concessão, a CENF registrou consumo de 286 GWh em 31 de dezembro de 2006. Em 31 de dezembro de 2006, a CENF possuía um total de ativos de R\$86,3 milhões.

ENERGIPE

A ENERGIPE foi criada por lei estadual em 1959 e adquirida pelo Sistema Cataguazes-Leopoldina em dezembro de 1997, durante o processo de privatização do sistema elétrico brasileiro. A ENERGIPE atua como empresa distribuidora de energia elétrica do Sistema Cataguazes-Leopoldina para a Região Nordeste, e o foco de seus negócios envolve a distribuição de energia elétrica no Estado de Sergipe. Este Estado foi o primeiro Estado brasileiro a fornecer eletricidade para todos os seus municípios, e é uma das áreas de crescimento mais acelerado no Nordeste brasileiro, com o maior PIB per capita na Região Nordeste. A ENERGIPE distribui energia elétrica a aproximadamente 509.000 consumidores, abrangendo uma área total de 17.465 Km². Em 2004, 2005 e 2006, a ENERGIPE vendeu, no seu mercado de varejo, 1.633 GWh, 1.647 GWh e 1.642 GWh de energia elétrica, respectivamente, e gerou receita líquida de R\$326,3 milhões, R\$356,8 milhões e R\$388,6 milhões, respectivamente. Em sua área de concessão, a ENERGIPE registrou consumo de 2.260 GWh em 31 de dezembro de 2006. Em 31 de dezembro de 2006, a ENERGIPE possuía um total de ativos de R\$992,2 milhões.

CELB

A CELB foi criada por lei municipal em 1966 e adquirida pelo Sistema Cataguazes-Leopoldina em novembro de 1999, durante o processo de privatização do sistema elétrico brasileiro. A CELB atua como empresa distribuidora de energia elétrica do Sistema Cataguazes-Leopoldina para a Região Nordeste, e o foco de seus negócios envolve a distribuição de energia elétrica no Estado da Paraíba. A CELB distribui energia elétrica a aproximadamente 150.000 consumidores, abrangendo uma área total de 1.789 Km². Em 2004, 2005 e 2006, a CELB vendeu, no seu mercado de varejo, 544 GWh, 477 GWh e 510 GWh de energia elétrica, respectivamente, e gerou receita líquida de R\$76,5 milhões, R\$77,7 milhões e R\$93,2 milhões, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2006, a CELB possuía um total de ativos de R\$154,4 milhões. Em sua área de concessão a CELB registrou consumo de 614 GWh em 31 de dezembro de 2006.

SAELPA

A SAELPA foi criada por lei federal em 1964 e adquirida pelo Sistema Cataguazes-Leopoldina em novembro de 2000, durante o processo de privatização do sistema elétrico brasileiro. A SAELPA atua como empresa distribuidora de energia elétrica do Sistema Cataguazes-Leopoldina para a Região Nordeste, e o foco de seus negócios envolve a distribuição de energia elétrica no Estado da Paraíba. A SAELPA distribui energia elétrica a aproximadamente 959.000 consumidores, abrangendo uma área total de 54.595 Km². Em 2004, 2005 e 2006, a SAELPA vendeu, no seu mercado de varejo, 2.294 GWh, 2.227 GWh e 2.274 GWh de energia elétrica, respectivamente, e gerou receita líquida de R\$393,9 milhões, R\$453,3 milhões e R\$546,3 milhões, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2006, a SAELPA possuía um total de ativos de R\$ 1.037,8 milhões. Em sua área de concessão a SAELPA registrou demanda de 2.663 GWh em 31 de dezembro de 2006.

ASPECTOS POSITIVOS RELEVANTES DAS CEDENTES

As Cedentes acreditam, como parte do Sistema Cataguazes-Leopoldina, que possuem os aspectos relevantes positivos abaixo descritos. Ademais, as Cedentes pretendem aprimorar suas atividades de forma a incrementar seu desempenho financeiro.

- Concessões Localizadas em Áreas de Crescimento Acelerado. As Cedentes possuem concessões de distribuição localizadas em áreas com alto potencial de crescimento de consumo de energia elétrica. O consumo consolidado de eletricidade nas áreas de concessão em que as Cedentes atuam (incluindo a carga dos clientes livres) apresenta crescimento superior à média de consumo de eletricidade no Brasil até 2006. O crescimento do consumo de eletricidade nas áreas de concessão em que as Cedentes atuam foi de 6,5%, 5,9% e 4,1% em 2005, 2006 e acumulado até setembro de 2007, respectivamente. Tais médias foram superiores às médias de crescimento de consumo de eletricidade no Brasil durante o mesmo período até 2006, que foram de 4,6%, 3,8% e 4,8% em 2005, 2006 e acumulado até setembro de 2007, respectivamente. A razão do crescimento inferior à média nacional em 2007 deveu-se à migração de um grande consumidor livre para a rede básica no mês de março de 2007. Excluindo este efeito, a média do crescimento do grupo consolidado seria de 6,3% contra 4,8% da média nacional no mesmo período.
- Base de Consumidores Cativos. A receita operacional bruta e volume de vendas da CFLCL, CENF, ENERGIPE, SAELPA e CELB advêm preponderantemente de vendas de energia elétrica a tarifas reguladas a consumidores cativos. Além disso, a quantidade de consumidores da CFLCL, CENF, ENERGIPE, SAELPA e CELB potencialmente livres, em comparação com a quantidade de seus consumidores cativos, é baixa em número e em volume. Em 30 de setembro de 2007, as vendas da CFLCL, CENF, ENERGIPE, SAELPA e CELB de eletricidade por volume feitas a consumidores potencialmente livres e parcialmente livres foi de aproximadamente de 3,2%, 0,0%, 5,8%, 9,9% e 19,8%, respectivamente. Atualmente, as distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa (consolidado) têm uma base de 7,6% de clientes potencialmente livres em seu mercado cativo. Da energia total distribuída, cerca de 19,9% é destinada a clientes livres.
- Serviços de Alta Qualidade. Em geral, as distribuidoras brasileiras de energia elétrica medem a qualidade de seus serviços pela: (i) duração de interrupção, ou DEC, que mostra o tempo médio de falta de energia por consumidor (considerando apenas interrupções iguais ou superiores a um minuto); e pela (ii) frequência de interrupção, ou FEC, que mostra o número médio de interrupções sofrido por cada consumidor (também considerando apenas interrupções iguais ou superiores a um minuto). Exceto pelo que diz respeito à SAELPA, foram cumpridas de maneira consistente as exigências determinadas nos respectivos Contratos de Concessão, tanto para o indicador DEC quanto para o FEC.
- Capacidade Financeira e Fluxo de Caixa Constante de Operações. O fluxo de caixa constante de operações da CFLCL, CENF, ENERGIPE, SAELPA e CELB e as suas capacidades financeiras as permitem ter acesso a fontes de financiamento em termos e condições favoráveis para implementar a estratégia de crescimento de seus negócios. Como resultado de eficiência operacional, as

Cedentes têm uma das margens EBITDA ajustadas mais altas entre as empresas que atuam no setor elétrico brasileiro. Os EBITDAs ajustados da CFLCL, CENF, ENERGIPE, SAELPA e CELB, foram de R\$70,6 milhões, R\$24,4 milhões, R\$146,2 milhões, R\$159,7 milhões e R\$24,0 milhões, respectivamente, no acumulado nove meses de 2007, de R\$104,8 milhões, R\$24,1 milhões, R\$187,0 milhões, R\$213,4 milhões e R\$28,8 milhões, respectivamente, no ano de 2006, de R\$87,1 milhões, R\$24,7 milhões, R\$170,4 milhões, R\$216,9 milhões e R\$20,5 milhões, respectivamente, em 2005 e de R\$63,6 milhões, R\$14,9 milhões, R\$143,2 milhões, R\$122,7 milhões e R\$19,6 milhões, respectivamente em 2004. Assim, no terceiro trimestre de 2007 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004, as margens EBITDA ajustadas para as Cedentes foram: (i) CFLCL – 31,6%, 36,1%, 32,2% e 28,1%, (ii) CENF – 45,8%, 35,8%, 35,1% e 25,5%, (iii) ENERGIPE – 47,7%, 48,1%, 47,8% e 43,9%, (iv) SAELPA – 37,7%, 39,1%, 47,8% e 31,1%, e (v) CELB – 29,4%, 30,9%, 24,4% e 25,6%, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2006, o endividamento financeiro líquido da CFLCL, CENF, ENERGIPE, SAELPA e CELB chegou a R\$267,5 milhões, R\$19,4 milhões, R\$546,9 milhões, R\$317,3 milhões e R\$12,8 milhões, respectivamente, o equivalente a 2,6, 0,8, 2,9, 1,5 e 0,4 vezes, respectivamente, o EBITDA ajustado. Este nível de alavancagem é relativamente baixo se comparado com muitos dos concorrentes da CFLCL, CENF, ENERGIPE, SAELPA e CELB.

- Fornecedor de Baixo Custo com uma Concentração de Vendas em Consumidores de Margens Elevadas. Dados comparativos das revisões tarifárias das distribuidoras brasileiras demonstram que as Cedentes operam suas concessões de distribuição de energia elétrica com baixos custos, o que confere vantagem competitiva no mercado em que operam. Além disso, as vendas da CFLCL, CENF, ENERGIPE, SAELPA e CELB concentram-se em consumidores residenciais e comerciais, que juntos responderam por 49,1%, 66,6%, 51,3%, 53,3% e 43,3%, respectivamente, de suas vendas de energia elétrica por volume e por 60,7%, 73,7%, 65,2%, 63,4% e 58,5%, respectivamente, de suas vendas de energia elétrica a consumidores finais por receita em 2006. Normalmente, consumidores residenciais e comerciais geram margens mais elevadas do que outras classes de consumidores (isto é, industriais e rurais), em virtude das tarifas mais altas associadas a estas classes de consumidores.
- Administração Experiente. Os administradores das Cedentes têm vasta experiência em atividades de distribuição de energia elétrica. A maioria dos diretores mais antigos tem em média 20 anos cada de experiência no negócio de distribuição de energia elétrica no Brasil. A equipe de profissionais é altamente treinada e especializada, e está constantemente procurando reduzir custos operacionais e aumentar as receitas. As Cedentes dispõem de ferramentas de gestão de recursos humanos que priorizam a integração e motivação de seus profissionais, com o objetivo de maximizar qualidade e eficiência. Além disso, a Família Botelho, principal acionista (indireta) das Cedentes, tem mais de 100 anos de experiência de gestão na área de distribuição e geração de energia elétrica. O *know-how* e experiência desse acionista controlador indireto permitem que se obtenha retornos atraentes sobre os investimentos das Cedentes e que gerem maior valor para os seus acionistas.
- Práticas Socialmente Responsáveis. As Cedentes cumprem ininterruptamente suas obrigações de contribuição ao desenvolvimento econômico, social e cultural, e realizam esforços de preservação ambiental das áreas nas quais as empresas detêm concessões. Estes projetos já receberam diversos prêmios, incluindo o Certificado e Selo de Responsabilidade Cultural concedido pelo governador do Estado da Paraíba.

ESTRUTURA DE CAPITAL

Segue abaixo descrição detalhada da estrutura de capital das Cedentes.

CFLCL

O valor do capital social da CFLCL é de R\$44.171.258,35, dividido de acordo com a tabela abaixo:

<u>Composição Acionária do Capital Social em 30 de setembro de 2007</u>			
<u>Tipo</u>	<u>Quantidade de Ações Nominativas</u>	<u>Valor do Capital Social</u>	<u>Capital Autorizado (Em Ações)</u>
Ordinárias	370.676.009.271	36.327.355,36	493.452.395.000
Preferenciais "A"	79.783.895.791	7.819.059,94	106.547.605.000
Preferenciais "B"	253.492.770	24.843,05	-
<u>Total</u>	450.713.397.832	44.171.258,35	600.000.000.000

A tabela a seguir apresenta os principais acionistas e a composição do capital social da CFLCL em 30 de setembro de 2007:

<u>Quantidade de Ações</u>						
<u>Acionistas</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>%</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>%</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Energisa	370.676.009.264	100,0	80.037.388.561	100,0	450.713.397.825	100,0
Outros	7	0,0	0	0,0	7	0,0
<u>Total do capital social</u>	370.676.009.271	100,0	80.037.388.561	100,0	450.713.397.832	100,0

CENF

O valor do capital social da CENF é de R\$30.000.441,72, dividido de acordo com a tabela abaixo:

<u>Composição Acionária do Capital Social em 30 de setembro de 2007</u>		
<u>Tipo</u>	<u>Quantidade de Ações Nominativas</u>	<u>Valor do Capital Social</u>
Ordinárias	10.825	25.506.973,10
Preferenciais	1.907	4.493.468,61
<u>Total</u>	12.732	30.000.441,72

A tabela a seguir apresenta os principais acionistas e a composição do capital social da CENF em 30 de setembro de 2007:

<u>Quantidade de Ações</u>						
<u>Acionistas</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>%</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>%</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Energisa	9.838	90,88	459	24,07	10.297	80,87
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo	554	5,12	1.448	75,93	2.002	15,72
Outros	433	4,00	0	0,00	433	4,00
<u>Total do capital social</u>	10.825	100,00	1.907	100	9.669	100,00

ENERGIPE

O capital social da ENERGIPE é de R\$149.191.899,03, dividido de acordo com a tabela abaixo:

<u>Composição Acionária do Capital Social em 30 de setembro de 2007</u>			
<u>Tipo</u>	<u>Quantidade de Ações</u> <u>Nominativas</u>	<u>Valor do Capital Social</u>	<u>Capital Autorizado</u> <u>(Em Ações)</u>
Ordinárias	122.147	146.501.559,61	150.000
Preferenciais	2.388	2.690.339,42	300.000
<u>Total</u>	124.535	149.191.899,03	450.000

A tabela a seguir apresenta os principais acionistas, a composição atual do capital social da ENERGIPE em 30 de setembro de 2007:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de Ações</u>					
	<u>Ordinárias</u>	<u>%</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>%</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Energisa	122.008	99,89	2.388	100,00	124.396	99,89
Outros	139	0,11	0	0,00	139	0,11
<u>Total do capital social</u>	122.147	100,00	2.388	100,00	124.535	100,00

CELB

O valor do capital social da CELB é de R\$42.370.876,31, dividido de acordo com a tabela abaixo:

<u>Composição Acionária do Capital Social em 30 de setembro de 2007</u>			
<u>Tipo</u>	<u>Quantidade de Ações</u> <u>Nominativas</u>	<u>Valor do Capital Social</u>	<u>Capital Autorizado</u> <u>(Em Ações)</u>
Ordinárias	215.731	32.221.478,28	180.000.000
Preferenciais	69.911	10.149.398,03	360.000.000
<u>Total</u>	285.642	42.370.876,31	540.000.000

A tabela a seguir apresenta os principais acionistas e a composição do capital social da CELB em 30 de setembro de 2007:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de Ações</u>					
	<u>Ordinárias</u>	<u>%</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>%</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Energisa	214.635	99,49	65.689	93,96	280.634	98,14
Eletrobrás	813	0,38	544	0,78	1.357	0,48
Outros	283	0,13	3.678	5,26	3.961	1,38
<u>Total do capital social</u>	215.731	100,00	69.911	100,00	285.642	100,00

SAELPA

O valor do capital social da SAELPA é de R\$215.315.883,97, dividido de acordo com a tabela abaixo:

Composição Acionária do Capital Social em 30 de setembro de 2007			
<u>Tipo</u>	<u>Quantidade de Ações</u> <u>Nominativas</u>	<u>Valor do Capital Social</u>	<u>Capital Autorizado</u> <u>(Em Ações)</u>
Ordinárias	619.889	182.536.724,26	-
Preferenciais "A"	111.170	32.735.873,09	-
Preferenciais "B"	147	43.286,62	-
<u>Total</u>	731.206	215.315.883,97	-

A tabela a seguir apresenta os principais acionistas e a composição do capital social da SAELPA, em 30 de setembro de 2007:

Quantidade de Ações						
<u>Acionistas</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>%</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>%</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Energisa	606.250	97,80	3.273	2,94	609.523	83,36
Eletrobrás	122	0,02	95.805	86,07	95.927	13,12
Outros	13.517	2,18	12.239	10,99	25.756	3,52
<u>Total do capital social</u>	619.889	100,00	111.317	100,00	731.206	100,00

ACIONISTA CONTROLADOR E ADMINISTRAÇÃO

Todas as empresas do Grupo Energisa são controladas direta ou indiretamente pela Energisa. O relacionamento entre as empresas e seus respectivos controladores se dá por meio de decisões dos Conselhos de Administração de cada uma delas. A Administração do Grupo Energisa é realizada por uma estrutura corporativa que permite padronizar ações técnicas, comerciais, administrativas e financeiras, além da efetivação de importante economia por meio de processos sinérgicos mais eficientes. Abaixo é apresentada composição atual dos Conselhos de Administração e Diretorias das Cedentes:

CFLCL

Conselho de Administração			
<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>Data da Nomeação</u>	<u>Validade do Mandato</u>
Ivan Müller Botelho	Presidente	AGO-E 23/04/07	23/04/2010
Ricardo Perez Botelho	Vice Presidente	AGO-E 23/04/07	23/04/2010
Marcílio Marques Moreira	Conselheiro	AGO-E 23/04/07	23/04/2010
Antônio José de Almeida Carneiro	Conselheiro	AGO-E 23/04/07	23/04/2010
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho	Conselheiro	AGO-E 23/04/07	23/04/2010
Francisco Ferreira Quinteiro	Suplente	AGO-E 23/04/07	23/04/2010
Maurício Perez Botelho	Suplente	AGO-E 23/04/07	23/04/2010

Diretoria

Nome	Cargo	Data da Nomeação	Validade do Mandato
José Antônio da Silva Marques	Diretor Presidente e Técnico	RCA 02/05/07	02/05/2010
José Marcelo Gonçalves Reis	Diretor Administrativo	RCA 02/05/07	02/05/2010
Maurício Perez Botelho	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	RCA 02/05/07	02/05/2010
Danilo de Souza Dias	Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia	RCA 02/05/07	02/05/2010
Gioreli de Sousa Filho	Diretor Comercial e de Distribuição	RCA 02/05/07	02/05/2010

CENF

Conselho de Administração: não há.

Diretoria

Nome	Cargo	Data da Nomeação	Validade do Mandato
José Antônio da Silva Marques	Diretor Presidente	AGO 29/04/05	AGO 2008
Maurício Perez Botelho	Diretor	AGO 29/04/05	AGO 2008
Danilo de Souza Dias	Diretor	AGO 29/04/05	AGO 2008
Gioreli de Sousa Filho	Diretor	AGO 29/04/05	AGO 2008

ENERGIPE**Conselho de Administração**

Nome	Cargo	Data da Nomeação	Validade do Mandato
Ivan Müller Botelho	Presidente	AGO-E 24/04/07	AGO 2010
Ricardo Perez Botelho	Vice Presidente	AGO-E 24/04/07	AGO 2010
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho	Conselheiro	AGO-E 24/04/07	AGO 2010
Marcílio Marques Moreira	Conselheiro	AGO-E 24/04/07	AGO 2010
Sérgio Alves de Souza	Conselheiro	AGO-E 24/04/07	AGO 2010
Antônio José de Almeida Carneiro	Conselheiro	AGO-E 24/04/07	AGO 2010
Maurício Perez Botelho	Suplente	AGO-E 24/04/07	AGO 2010
Francisco Ferreira Quinteiro	Suplente	AGO-E 24/04/07	AGO 2010

Diretoria

Nome	Cargo	Data da Nomeação	Validade do Mandato
Marcelo Silveira da Rocha	Diretor Presidente	RCA 02/05/07	02/05/2010
Maurício Perez Botelho	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	RCA 02/05/07	02/05/2010
Antônio José Maciel de Medina	Diretor Administrativo	RCA 02/05/07	02/05/2010
Eduardo Alves Mantovani	Diretor Técnico e de Distribuição	RCA 02/05/07	02/05/2010
Danilo de Souza Dias	Diretor Assuntos Regulatórios e Estratégia	RCA 02/05/07	02/05/2010

SAELPA**Conselho de Administração**

Nome	Cargo	Data da Nomeação	Validade do Mandato
Ivan Müller Botelho	Presidente	AGO-E 25/04/07	AGO 2010
Ricardo Perez Botelho	Vice-Presidente	AGO-E 25/04/07	AGO 2010
Marcelo Silveira da Rocha	Conselheiro	AGO-E 25/04/07	AGO 2010
Marcílio Marques Moreira	Conselheiro	AGO-E 25/04/07	AGO 2010
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho	Conselheiro	AGO-E 25/04/07	AGO 2010
Antônio José de Almeida Carneiro	Conselheiro	AGO-E 25/04/07	AGO 2010
Maurício Perez Botelho	Suplente	AGO-E 25/04/07	AGO 2010
Francisco Ferreira Quinteiro	Suplente	AGO-E 25/04/07	AGO 2010

Diretoria

Nome	Cargo	Data da Nomeação	Validade do Mandato
Gabriel Alves Pereira Junior	Diretor Presidente	RCA 02/05/07	02/05/2010
Luiz Augusto Mendonça	Diretor Administrativo	RCA 02/05/07	02/05/2010
Marcos Aurélio Madureira da Silva	Diretor Comercial e de Distribuição	RCA 02/05/07	02/05/2010
Luiz de Moraes Guerra Filho	Diretor Técnico	RCA 02/05/07	02/05/2010
Maurício Perez Botelho	Diretor Financeiro	RCA 02/05/07	02/05/2010
Danilo de Souza Dias	Diretor de Assuntos Estratégicos	RCA 02/05/07	02/05/2010

CELB**Conselho de Administração**

Nome	Cargo	Data da Nomeação	Validade do Mandato
Ivan Müller Botelho	Presidente	AGO 25/04/07	AGO 2010
Ricardo Perez Botelho	Vice Presidente	AGO 25/04/07	AGO 2010
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho	Conselheiro	AGO 25/04/07	AGO 2010
Marcílio Marques Moreira	Conselheiro	AGO 25/04/07	AGO 2010
Marcelo Silveira da Rocha	Conselheiro	AGO 25/04/07	AGO 2010
Antônio José de Almeida Carneiro	Conselheiro	AGO 25/04/07	AGO 2010
Maurício Perez Botelho	Suplente	AGO 25/04/07	AGO 2010
Francisco Ferreira Quinteiro	Suplente	AGO 25/04/07	AGO 2010

Diretoria

Nome	Cargo	Data da Nomeação	Validade do Mandato
Gabriel Alves Pereira Junior	Diretor Presidente	RCA 02/05/07	02/05/2010
Luiz Augusto Mendonça	Diretor Administrativo	RCA 02/05/07	02/05/2010
Maurício Perez Botelho	Diretor Financeiro	RCA 02/05/07	02/05/2010
Luiz de Moraes Guerra Filho	Diretor Técnico	RCA 02/05/07	02/05/2010
Marcos Aurélio Madureira da Silva	Diretor Comercial e de Distribuição	RCA 02/05/07	02/05/2010
Danilo de Souza Dias	Diretor Assuntos Regulatórios e Estratégia	RCA 02/05/07	02/05/2010

Não existem, nesta data, acordos de acionistas entre a Família Botelho e Sobrapar com relação à ENERGISA ou à GIPAR.

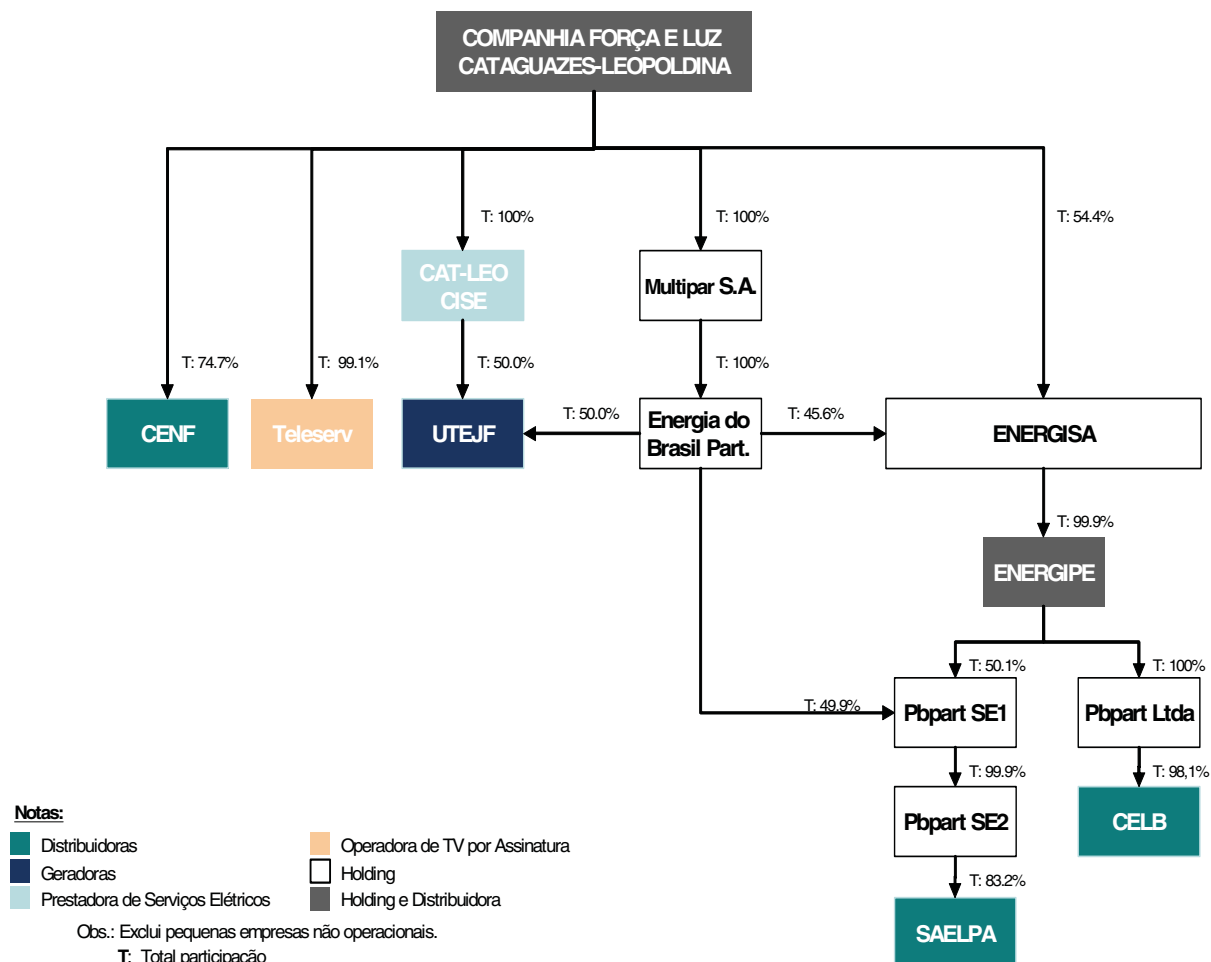
DESVERTICALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO

No âmbito da Lei nº 10.848/04, as concessionárias de serviço público que combinam operações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em uma única empresa operacional, ou mesmo aquelas empresas que possuem participações em outras sociedades que realizem referidas atividades, deverão promover sua Desverticalização, nos prazos estabelecidos.

Tendo em vista que a CFLCL atuava de forma verticalmente integrada, realizando atividades de geração e distribuição de energia elétrica, bem como detinha participação em outras sociedades que também realizam referidas atividades, a CFLCL teria que implementar a desverticalização de suas operações para segregação das atividades de geração e distribuição de energia elétrica. O mesmo aplicava-se à ENERGIPE, que também possuía participação em outras sociedades que realizavam atividades de geração e distribuição de energia elétrica. Por esta razão, e também com a finalidade de tornar mais simples a estrutura societária do Sistema Cataguazes-Leopoldina, foi implementada, em 28 fevereiro de 2007, a desverticalização e reestruturação das empresas integrantes do Sistema Cataguazes-Leopoldina. Descrição detalhada dessas operações é fornecida abaixo.

Vale ressaltar que, diferentemente da CFLCL e ENERGIPE, a SAELPA e a CELB não precisaram implementar processos de desverticalização, uma vez que se enquadram no parágrafo 5º do artigo 4º da Lei do Setor Elétrico, tendo em vista que não desenvolvem atividades atípicas ao objeto de sua concessão. Embora a SAELPA seja detentora de 4,1% do capital social da Companhia de Desenvolvimento da Paraíba – CINEP, e tendo em vista que referida participação foi adquirida antes de sua privatização por meio de aplicação financeira oriunda de incentivo fiscal, a SAELPA entende que está em conformidade com o disposto na Lei nº 10.848/04. Além disso, a CENF também não precisou passar pelo processo de desverticalização, tendo em vista que possui mercado próprio inferior a 500 GWh/ano, destinando toda a energia elétrica gerada sob a forma de serviço público para seu mercado próprio, sem desenvolver atividade atípica ao objeto de sua concessão.

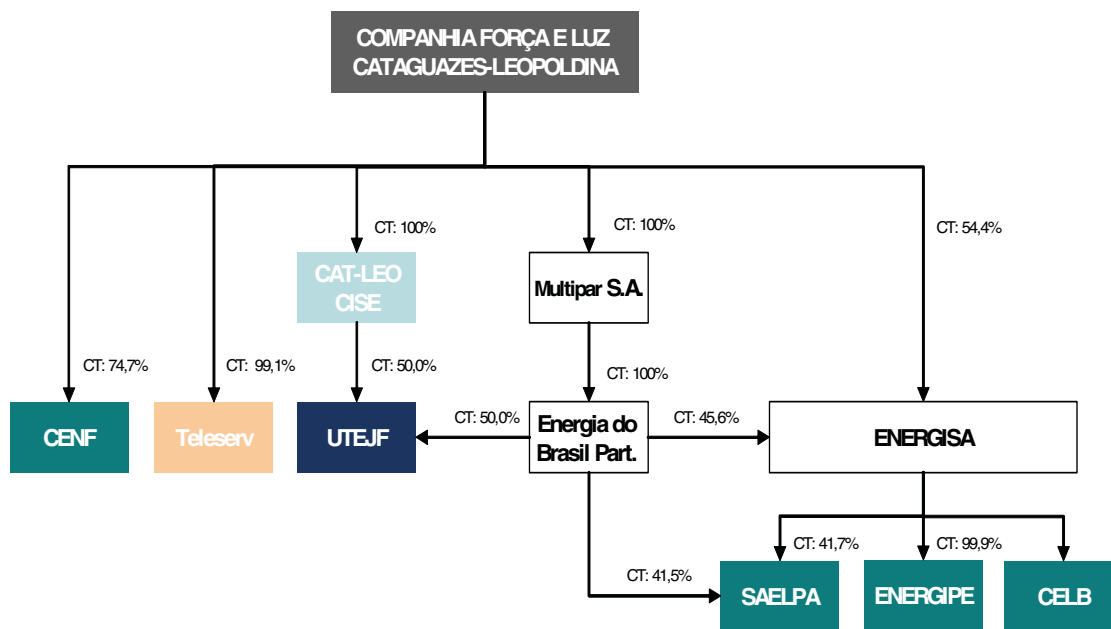
A estrutura corporativa do Sistema Cataguazes-Leopoldina antes da reestruturação societária (data base 30 de novembro de 2006) era a seguinte:



Visando facilitar a implementação do processo de desverticalização da CFLCL e da ENERGEIPE, bem como a simplificação da estrutura corporativa do Sistema Cataguazes-Leopoldina, a reestruturação foi dividida em duas etapas principais, quais sejam: (i) a reorganização societária da ENERGEIPE e conseqüente desverticalização dessa sociedade; e (ii) a subsequente reestruturação societária e desverticalização da CFLCL (que até então controlava, indiretamente, a ENERGEIPE e as controladas da ENERGEIPE).

Etapa 1 – Desverticalização e Reorganização da ENERGIPE

Inicialmente, foi implementada a incorporação, pela CELB, de sua controladora direta PBpart Ltda. Foi também realizada, nesse momento, a incorporação, pela PBpartSE-2 Ltda. de sua controladora direta PBpartSE-1 S.A. e, subsequentemente, a incorporação, pela SAELPA, de sua controladora direta PBpartSE-2 Ltda. Uma vez ocorridas essas incorporações, houve a redução do capital social da ENERGIPE mediante entrega aos seus acionistas das ações representativas do capital social da SAELPA e CELB, de sua titularidade, passando assim a ENERGISA a ser a acionista controladora direta de SAELPA e CELB. A estrutura corporativa do Grupo, após a implementação desta primeira etapa, passou então a ser a seguinte:



Notas:

- | | |
|--|--|
| Distribuidoras | Operadora de TV por Assinatura |
| Geradoras | Holding |
| Prestadora de Serviços Elétricos | Holding e Distribuidora |

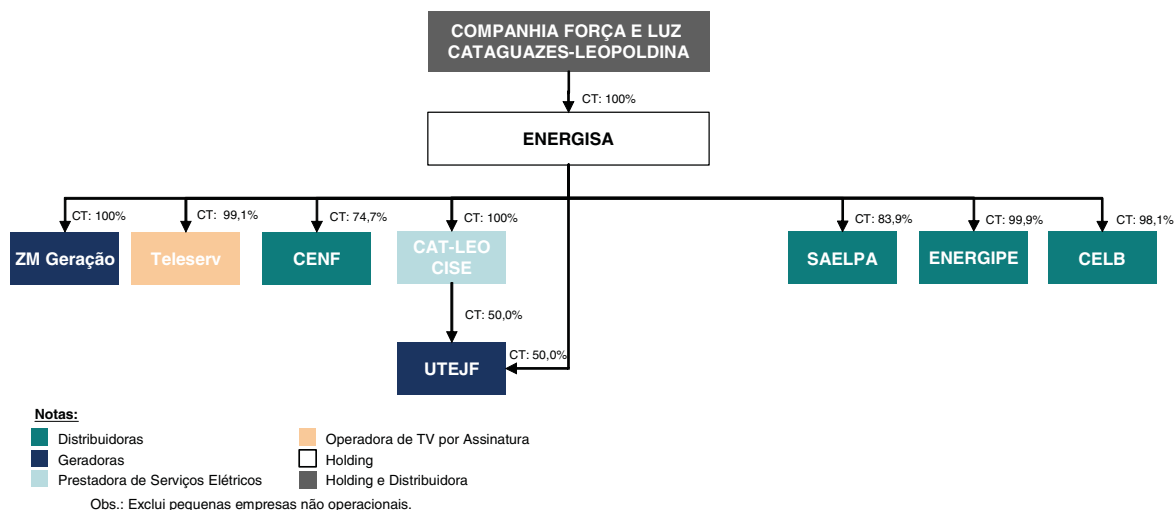
Obs.: Exclui pequenas empresas não operacionais.

Etapa 2 – Desverticalização e Reorganização da CFLCL

A reestruturação da CFLCL foi um pouco mais complexa, envolvendo etapas adicionais quando comparada ao processo da ENERGIPE. Inicialmente, a CFLCL conferiu à Multipar S.A. os ativos e passivos que ela detinha com partes relacionadas (exceto com relação à CENF), bem como os ativos e financiamentos não relacionados à concessão de distribuição de energia elétrica, dentre eles a participação que a CFLCL detinha na ENERGISA. Após ocorrido esse passo inicial, a Multipar S.A. incorporou a Energia do Brasil Participações Ltda. e, subsequentemente, a ENERGISA incorporou a Multipar S.A., tornando-se aquela a empresa *holding* de todos os ativos do Sistema Cataguazes-Leopoldina, exceto da CFLCL.

Concomitantemente ao disposto acima, a CFLCL fez a conferência de seus ativos de geração ao capital social de uma nova sociedade, constituída especialmente para este fim, denominada Zona da Mata Geração (“ZM Geração”). Após ocorrida essa conferência de bens, a CFLCL reduziu seu capital, entregando à ENERGISA a totalidade das ações da ZM Geração por ela detidas.

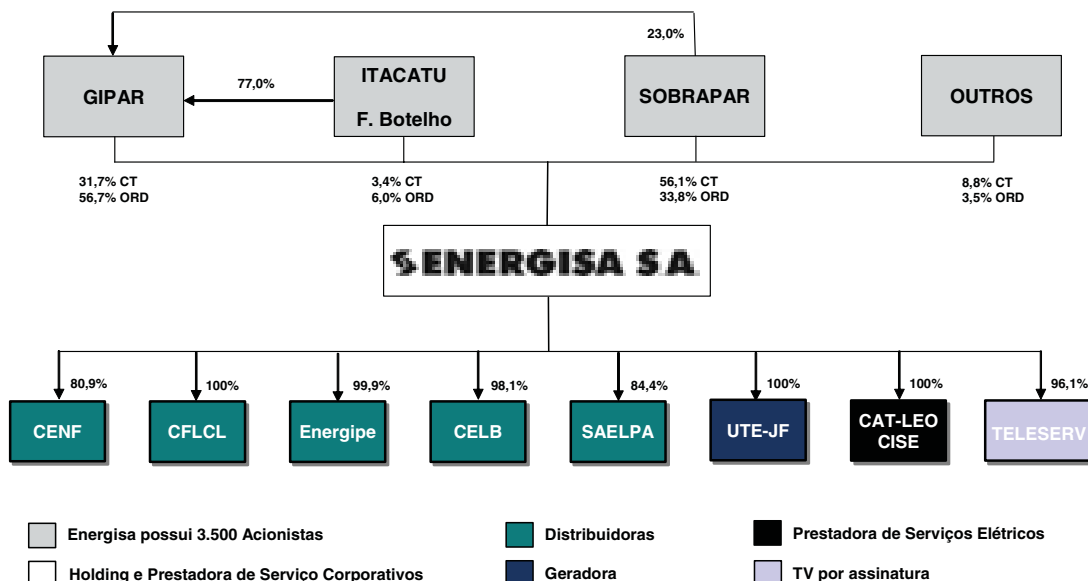
Ademais, foi criada uma empresa de propósito específico denominada CENF Participações, controlada pela CFLCL, que recebeu as ações de emissão da CENF, então de propriedade da CFLCL. Uma vez ocorrida a contribuição das ações na CENF Participações, a CFLCL reduziu seu capital, entregando à ENERGISA a totalidade das ações de CENF Participações por ela detidas. Por fim, a CENF incorporou sua então controladora, a CENF Participações.



Com a finalidade de segregar o investimento detido pela CAT-LEO CISE na UTEJF, a ENERGISA incorporou as ações de propriedade da CAT-LEO CISE na UTEJF, de forma que a UTEJF passou a ser controlada diretamente pela ENERGISA.

Como último passo da reestruturação ocorrida no Sistema Cataguazes-Leopoldina, as ações da CFLCL foram incorporadas pela ENERGISA, passando a ENERGISA a deter a totalidade das ações de emissão da CFLCL. Em decorrência dessa incorporação de ações, os atuais acionistas da CFLCL passarão a deter seus investimentos na ENERGISA, que permanecerá como companhia aberta e *holding* do Sistema Cataguazes-Leopoldina.

O organograma abaixo apresenta a atual estrutura societária das empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina e seus controladores, após a implementação dos processos de desverticalização e reestruturação mencionados acima e a alienação de ativos referida no item “O SISTEMA CATAGUAZES-LEOPOLDINA – HISTÓRICO” desta seção. As sociedades UTE-JF e Teleserv estão em processo de alienação pela Energisa.



Para maiores informações sobre a Desverticalização das empresas do setor elétrico, vide a Seção “O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL” deste Prospecto.

ATIVIDADES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DAS CEDENTES

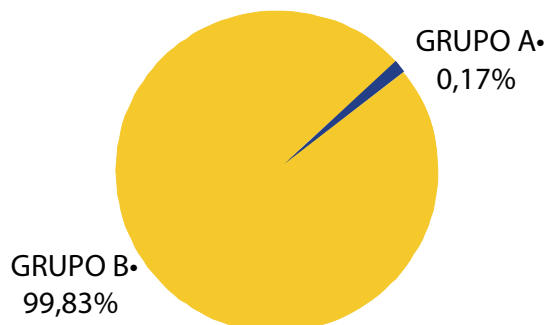
A distribuição de energia elétrica é realizada diretamente pelas Cedentes aos seus Consumidores, subdivididos em várias classes de acordo com os níveis de tensão e de consumo, classificados de acordo com a Resolução ANEEL nº 456, de 29 de novembro de 2000, e alterações posteriores (a “Resolução ANEEL nº 456/00”). Os Consumidores são assim classificados:

- **Consumidores Grupo “A”:** grupamento composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão igual ou superior a 2,3 kV, ou, ainda, atendidas em tensão inferior a 2,3 kV a partir de sistema subterrâneo de distribuição e faturadas neste Grupo, caracterizado pela estruturação tarifária binômia e subdividido nos seguintes subgrupos: “A1”: tensão de fornecimento igual ou superior a 230 kV; “A2”: tensão de fornecimento de 88 kV a 138 kV; “A3”: tensão de fornecimento de 69 kV; “A3a”: tensão de fornecimento de 30 kV a 44 kV; “A4”: tensão de fornecimento de 2,3 kV a 25 kV; e “A5”: tensão de fornecimento inferior a 2,3 kV, atendido a partir de sistema subterrâneo de distribuição e faturadas neste Grupo em caráter opcional.
- **Consumidores Grupo “B”:** nos termos da Resolução ANEEL nº 456/00, grupamento composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão inferior a 2,3 kV, ou, ainda, atendidas em tensão superior a 2,3 kV e faturadas neste Grupo, caracterizado e classificado em subgrupos pela renda: “B1”: residencial e residencial baixa renda; “B2”: rural, cooperativa de eletrificação rural e serviço público de irrigação; “B3”: demais classes; e “B4”: iluminação pública. De acordo com a regulamentação aplicável, entende-se como (i) “residencial” do subgrupo “B1”, a unidade consumidora com fim residencial sujeita ao fornecimento para instalações de uso comum, de prédio ou conjunto de edificações, com predominância de unidades consumidoras residenciais; (ii) “residencial baixa renda” do subgrupo “B1”, os consumidores residenciais que se enquadram nos critérios das seguintes Resoluções: (A) Resolução ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002: (1) unidades consumidoras residenciais; (2) ligação monofásica; (3) consumo médio mensal de 80 kWh nos 12 (doze) últimos meses, excluídas as unidades que tiverem 2 consumos superiores a 120 kWh no período; (B) Resolução

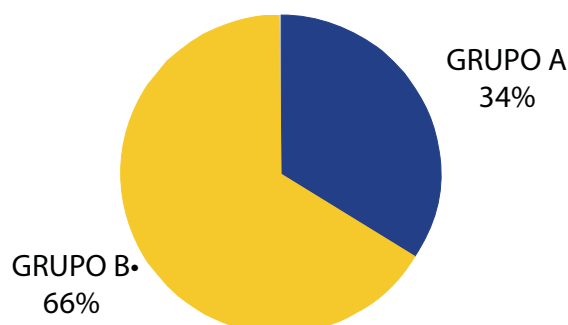
ANEEL nº 485, de 29 de agosto de 2002: (1) ligação monofásica; (2) consumo médio mensal de até 220kWh; (3) inscrição em um dos programas sociais do Governo Federal, como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação ou Cartão Cidadão do Governo Federal (diferente do Cartão Cidadão da Caixa Econômica, utilizado para o recebimento de FGTS e PIS/PASEP); e (iii) “demais classes” do subgrupo “B3”: comercial, serviços e outras atividades, industrial, poder público, serviço público, e consumo próprio.

Os gráficos abaixo apresentam em percentuais a composição e distribuição dos consumidores do Grupo Energisa por Grupo em quantidade e participação no faturamento (R\$), tendo como base o faturamento de julho/2007:

Participação do Número de Consumidores



Participação do Faturamento



Em 31 de dezembro de 2006, o total de redes e linhas de distribuição do Sistema Cataguazes-Leopoldina cobria mais de 100.233,2 quilômetros.

A tabela abaixo apresenta informações relativas aos serviços prestados pela CFLCL em 31 de dezembro de 2006.

População atendida (milhões).....	1,0
Área de concessão (em km²).....	16.331
Municípios atendidos	66
Transmissão associada à Distribuição	
Número de subestações	61
Subestações MVA	976,0
Km de linhas 69 kV	639
Km de linhas 138 kV	614
Km de linhas 230 kV	-
Total de Km de linhas.....	968,0
Distribuição	
Km de linhas e redes de Distribuição	21.701
Postes de rede de Distribuição.....	196.906
Alimentadores	157
Transformadores de Distribuição.....	43.509
Capacidade Instalada MVA (Transf.).....	978.2

A tabela abaixo apresenta informações relativas aos serviços prestados pela CENF em 31 de dezembro de 2006.

População atendida (milhões)	0,3
Área de concessão (em km ²)	1.000
Municípios atendidos	1
Transmissão associada à Distribuição	
Número de subestações	7
Subestações MVA	177,0
Km de linhas 69 kV	38,0
Km de linhas 138 kV	-
Km de linhas 230 kV	-
Total de Km de linhas	38,0
Distribuição	
Km de linhas e redes de Distribuição	2.073
Postes de rede de Distribuição	33.170
Alimentadores	25
Transformadores de Distribuição	3.414
Capacidade Instalada MVA (Transf.)	227,2

A tabela abaixo apresenta informações relativas aos serviços prestados pela ENERGIPE em 31 de dezembro de 2006.

População atendida (mil)	1,7
Área de concessão (em km ²)	17.465
Municípios atendidos	63
Transmissão associada à Distribuição	
Número de subestações	23
Subestações MVA	463,5
Km de linhas 69 kV	962
Km de linhas 138 kV	-
Km de linhas 230 kV	7
Total de Km de linhas	969
Distribuição	
Km de linhas e redes de Distribuição	17.976
Postes de rede de Distribuição	257.496
Alimentadores	112
Transformadores de Distribuição	21.653
Capacidade Instalada MVA (Transf.)	506,0

A tabela abaixo apresenta informações relativas aos serviços prestados pela SAELPA em 31 de dezembro de 2006.

População atendida (mil)	3,1
Área de concessão (em km ²)	54.595
Municípios atendidos	216
Transmissão associada à Distribuição	
Número de subestações	54
Subestações MVA	747
Km de linhas 69 kV	1.766
Km de linhas 138 kV	-
Km de linhas 230 kV	-
Total de Km de linhas	1.766
Distribuição	
Km de linhas e redes de Distribuição	56.326
Postes de rede de Distribuição	750.423
Alimentadores	235
Transformadores de Distribuição	36.702
Capacidade Instalada MVA (Transf.)	817,0

A tabela abaixo apresenta informações relativas aos serviços prestados pela CELB em 31 de dezembro de 2006.

População atendida (mil)	0,5
Área de concessão (em km ²).....	1.789
Municípios atendidos	6
Transmissão associada à Distribuição	
Número de subestações	1
Subestações MVA	25,0
Km de linhas 69 kV	3,5
Km de linhas 138 kV.....	-
Km de linhas 230 kV.....	-
Total de Km de linhas.....	3,5
Distribuição	
Km de linhas e redes de Distribuição	4.247
Postes de rede de Distribuição.....	77.763
Alimentadores	21
Transformadores de Distribuição.....	2.483
Capacidade Instalada MVA (Transf.).....	94,4

Desempenho do Sistema

A tabela a seguir mostra as vendas e perdas consolidadas das Cedentes em volume (GWh) no terceiro trimestre de 2007 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004.

Descrição	3º Trimestre	Exercício Encerrado em 31 de Dezembro		
	2007	2006	2005	2004
Vendas				
Residenciais	1.517,7	1.931,0	1.834,4	1.756,8
Industriais.....	952,3	1.319,7	1.442,4	1.838,8
Comerciais	769,2	993,2	938,1	877,1
Rurais	295,2	398,1	380,5	327,8
Outras.....	765,9	1.007,7	957,8	899,7
Subtotal	4.300,3	5.649,8	5.553,2	5.700,1
	(37,0)	951,1	673,8	800,1
SUPRIMENTO DE				
ENERGIA E				
FORNECIMENTO				
NÃO FATURADO				
Total de Vendas	4.263,3	6.600,8	6.227,0	6.500,2
Perdas (técnicas e comerciais).....	1.302,9	1.241,4	1.234,4	1.110,5
Energia solicitada.....	6.603,4	8.608,6	8.311,6	7.655,8
Energia comprada	5.467,0	7.078,2	7.141,0	7.134,2

A tabela a seguir mostra as vendas e perdas consolidadas da CFLCL em volume (GWh) no terceiro trimestre de 2007 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004.

Descrição	3º Trimestre	Exercício Encerrado em 31 de Dezembro		
	2007	2006	2005	2004
Vendas				
Residenciais	245,4	316,3	307,2	295,6
Industriais.....	174,2	244,9	243,4	299,3
Comerciais	117,2	149,0	142,1	132,1
Rurais	92,2	118,3	114,8	109,1
Outras.....	91,7	119,9	116,1	112,5
Subtotal	720,7	948,4	923,5	948,6
Suprimento de	(5,0)	40,8	18,2	116,6
Energia e Fornecimento não faturado				
Total de Vendas	715,7	989,2	941,7	1.065,3
Perdas (técnicas e comerciais).....	137,8	131,1	141,0	125,1
Energia solicitada.....	1.072,5	1.383,9	1.447,0	1.279,4
Energia comprada	833,8	916,7	873,5	962,2

A tabela a seguir mostra as vendas e perdas consolidadas da CENF em volume (GWh) no terceiro trimestre de 2007 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004.

Descrição	3º Trimestre	Exercício Encerrado em 31 de Dezembro		
	2007	2006	2005	2004
Vendas				
Residenciais	100,4	128,0	125,3	123,3
Industriais.....	39,0	49,1	53,8	58,4
Comerciais	42,4	55,4	57,4	56,9
Rurais	6,0	7,0	6,6	6,8
Outras.....	26,6	35,7	35,8	35,1
Subtotal	214,4	275,3	278,9	280,4
Suprimento de	(1,5)	3,1	3,0	41,9
Energia e Fornecimento não faturado				
Total de Vendas	213,0	278,4	282,0	322,3
Perdas (técnicas e comerciais).....	24,7	26,5	27,4	27,6
Energia solicitada.....	254,2	330,9	326,0	322,9
Energia comprada	204,6	255,1	252,8	291,6

A tabela a seguir mostra as vendas e perdas consolidadas da ENERGIPE em volume (GWh) no terceiro trimestre de 2007 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004.

Descrição	3º Trimestre	Exercício Encerrado em 31 de Dezembro		
	2007	2006	2005	2004
Vendas				
Residenciais	417,8	525,0	497,9	473,3
Industriais.....	228,8	371,8	449,2	512,2
Comerciais	246,0	316,9	295,9	275,3
Rurais	51,7	76,1	75,9	72,6
Outras.....	269,7	352,6	328,5	299,5
Subtotal	1.214,0	1.642,4	1.647,3	1.632,9
Suprimento de Energia e Fornecimento não faturado	(12,9)	197,6	207,4	272,2
Total de Vendas	1.201,1	1.840,0	1.854,7	1.905,1
Perdas (técnicas e comerciais).....	366,4	331,2	313,9	295,7
Energia solicitada.....	2.125,0	2.819,8	2.648,5	2.465,4
Energia comprada	1.649,6	2.215,8	2.278,9	2.176,2

A tabela a seguir mostra as vendas e perdas consolidadas da SAELPA em volume (GWh) no terceiro trimestre de 2007 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004.

Descrição	3º Trimestre	Exercício Encerrado em 31 de Dezembro		
	2007	2006	2005	2004
Vendas				
Residenciais	642,7	821,1	775,2	743,2
Industriais.....	338,2	430,4	481,4	672,3
Comerciais	300,1	391,6	370,4	342,7
Rurais	132,9	180,1	168,1	126,1
Outras.....	340,9	451,0	431,6	409,9
Subtotal	1.754,8	2.274,3	2.226,6	2.294,1
Suprimento de Energia e Fornecimento não faturado	(15,9)	43,5	104,8	102,1
Total de Vendas	1.738,8	2.317,7	2.331,4	2.396,2
Perdas (técnicas e comerciais).....	716,4	695,0	695,8	610,3
Energia solicitada.....	2.602,4	3.401,5	3.262,2	2.992,6
Energia comprada	2.330,8	3.106,7	3.162,6	3.085,8

A tabela a seguir mostra as vendas e perdas consolidadas da CELB em volume (GWh) no terceiro trimestre de 2007 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004.

Descrição	3º Trimestre	Exercício Encerrado em 31 de Dezembro		
	2007	2006	2005	2004
Vendas				
Residenciais	111,4	140,6	128,9	121,3
Industriais.....	172,1	223,6	214,5	296,7
Comerciais	63,4	80,2	72,4	70,2
Rurais	12,3	16,6	15,2	13,2
Outras.....	37,1	48,4	45,9	42,8
Subtotal	396,3	509,4	476,8	544,1
Suprimento de	(1,7)	8,7	13,9	6,8
Energia e Fornecimento não faturado				
Total de Vendas	394,7	518,1	490,8	550,9
Perdas (técnicas e comerciais).....	57,5	57,6	56,3	51,9
Energia solicitada.....	549,4	672,1	627,9	595,5
Energia comprada	448,3	583,9	573,2	618,5

Perdas de Energia

As Cedentes sofrem dois tipos de perdas de energia: técnicas e comerciais. Perdas técnicas são aquelas que ocorrem no curso regular da distribuição de energia elétrica pelas Cedentes, incluindo perdas em todos os equipamentos e rede elétrica. Perdas comerciais resultam de ligações ilegais, erros de cadastro e de medição e furto.

A tabela abaixo determina o valor das perdas de energia (técnicas e comerciais) para cada uma das Cedentes em 2006, 2005 e 2004.

Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de						
2006		2005		2004		
MWh	%	MWh	%	MWh	%	
CELB:						
Total de perdas no final do período						
Técnicas.....	57.617	8,57	56.289	8,97	51.891	8,71
Comerciais.....	28.329	4,21	26.504	4,22	24.575	4,29
	29.288	4,36	29.785	4,75	26.316	4,42
SAELPA:						
Total de perdas no final do período						
Técnicas.....	694.981	20,43	695.845	21,33	610.992	20,39
Comerciais.....	361.251	10,62	351.965	10,79	314.908	10,42
	333.730	9,81	343.880	10,54	296.084	9,97
ENERGIPE:						
Total de perdas no final do período						
Técnicas.....	331.208	11,75	313.873	11,85	295.650	11,99
Comerciais.....	263.403	9,34	239.699	9,05	222.004	9,00
	67.805	2,41	74.174	2,80	73.646	2,99
CFLCL						
Total de perdas no final do período						
Técnicas.....	131.097	9,47	140.963	9,74	125.144	9,78
Comerciais.....	125.933	9,10	136.445	9,43	118.779	9,28
	5.164	0,37	4.517	0,31	6.365	0,50
CENF						
Total de perdas no final do período						
Técnicas.....	26.481	8,00	27.405	8,41	27.569	8,54
Comerciais.....	21.441	6,48	21.930	6,73	21.262	6,58
	5.039	1,52	5.474	1,68	6.306	1,95
Perdas totais consolidadas.....	1.241.384	14,42	1.234.375	14,85	1.110.522	14,51
Perdas Técnicas.....	800.358	9,30	776.545	9,34	701.176	9,16
Perdas Comerciais.....	441.026	5,12	457.830	5,51	409.345	5,35

Compras de Energia

Fornecimento de Energia

As Cedentes compram energia de outros fornecedores para distribuição. Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 2005, o custo da energia comprada pelas distribuidoras do Sistema Cataguazes-Leopoldina correspondeu a, aproximadamente, R\$539 milhões e R\$475 milhões, respectivamente, a um preço médio de R\$76,1/MWh e R\$66,5/MWh, respectivamente.

As tabelas a seguir demonstram, para os períodos e datas lá indicadas, determinadas informações de taxa e volume relativas às principais compras totais de eletricidade por parte da CFLCL, CENF, ENERGEIPE, SAELPA e CELB, respectivamente. O quadro abaixo refere-se a CFLCL.

CFLCL

	Energia Comprada (GWh)									
	<u>3º Trimestre</u>		<u>Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de</u>							
	<u>de 2007</u>	<u>%</u>	<u>2006</u>	<u>%</u>	<u>2005</u>	<u>%</u>	<u>2004</u>	<u>%</u>	<u>2003</u>	<u>%</u>
Leilões										
Leilão (2002)	-	-	52,6	5,7%	52,6	6,0%	109,8	11,4%	109,5	12,5%
Leilão 2005 (2005-2012)	219,0	26,1%	292,6	31,9%	123,7	14,2%	-	-	-	-
Leilão 2006 (2007 - 2014)	48,3	5,8%	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	267,3	31,8%	345,2	37,7%	176,3	20,2%	109,8	11,4%	109,5	12,5%
Contratos de Fornecimento Iniciais										
AMPLA (CERJ)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FURMAS	-	-	-	-	116,1	13,3%	232,8	24,2%	348,2	39,6%
CEMIG	-	-	-	-	19,2	2,2%	38,3	4,0%	57,5	6,5%
CHESF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CELPE / COELCE / COSEM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SAELPA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CELB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	135,3	15,5%	271,1	28,2%	405,7	46,2%
Contratos Bilaterais										
UTE JF	19,7	2,3%	9,4	1,0%	6,1	0,7%	126,8	13,2%	126,5	14,4%
Cat-Leo Energia S.A. (atual BESA)	240,4	28,6%	357,5	39,0%	349,4	40,0%	253,7	26,4%	162,4	18,5%
Grapon	145,9	17,4%	200,3	21,8%	200,3	22,9%	200,8	20,9%	-	-
Petróleo Brasileiro S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Zona da Mata Geração Ampla (CERJ)	118,2	14,1%	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	35,97	0,04	-	-	-	-	-	-	13,4	1,5%
Total	560,1	66,7%	567,2	61,9%	555,8	63,6%	581,3	60,4%	302,3	34,4%
Proinfa	8,2	1,0%	4,4	0,5%	-	-	-	-	-	-
CCEE (MAE)	3,8	0,4%	-	-	-	-	-	-	-	-
Exposição	0,0	0,0%	-	0,0%	6,3	0,7%	-	0,0%	60,8	6,9%
Total (GWh)	839,4	100,0%	916,8	100,0%	873,7	100,0%	962,2	100,0%	878,3	100,0%

CENF

	Energia Comprada (GWh)									
	3º		Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de							
	<u>Trimestre</u>	%	<u>2006</u>	%	<u>2005</u>	%	<u>2004</u>	%	<u>2003</u>	%
Leilões										
Leilão (2002)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Leilão 2005 (2005–2012)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Leilão 2006 (2007 - 2014)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratos de Fornecimento Iniciais										
AMPLA (CERJ)	-	-	-	-	76,2	30,1%	152,4	52,2%	228,5	79,2%
FURNAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CEMIG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CHESF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CELPE / COELCE / COSEM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SAELPA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CELB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	76,18	30,1%	152,40	52,2%	228,53	79,2%
Contratos Bilaterais										
UTE JF	-	-	-	-	4,4	1,7%	60,2	20,6%	60,0	20,8%
Cat-Leo Energia S.A. (atual BESA)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Grapon	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Petróleo Brasileiro S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Zona da Mata Geração Ampla (CERJ)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento	202,0	98,8%	253,7	99,5%	172,2	68,1%	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	0,0%	79,1	27,1%	-	-
Total	202,0	98,8%	253,7	99,5%	176,6	69,9%	139,3	47,8%	60,0	20,8%
Proinfa	2,4	1,2%	1,3	0,5%	-	-	-	-	-	-
CCEE (MAE)										
Exposição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total (GWh)	204,4	100,0%	255,0	100,0%	252,8	100,0%	291,7	100,0%	288,5	100,0%

ENERGIPE

	Energia Comprada (GWh)									
	<u>3º</u>		<u>Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de</u>							
	<u>Trimestre</u>									
	<u>de 2007</u>	<u>%</u>	<u>2006</u>	<u>%</u>	<u>2005</u>	<u>%</u>	<u>2004</u>	<u>%</u>	<u>2003</u>	<u>%</u>
Leilões										
Leilão (2002)	376,1	22,6%	516,8	23,3%	516,8	22,7%	518,3	23,8%	516,8	21,1%
Leilão 2005 (2005–2012)	1.082,0	65,1%	1.522,9	68,7%	987,0	43,3%	-	-	-	-
Leilão 2006 (2007 - 2014)	80,9		-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.539,0	92,5%	2.039,7	92,0%	1.503,8	66,0%	518,3	23,8%	516,8	21,1%
Contratos de Fornecimento Iniciais										
AMPLA (CERJ)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FURNAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CEMIG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CHESF	-	-	-	-	586,9	25,8%	1.517,5	69,7%	1.763,7	72,1%
CELPE / COELCE / COSEM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SAELPA	-	-	-	-	-	-	-	-	20,0	0,8%
CELB	-	-	-	-	-	-	-	-	9,0	0,4%
Total	-	-	-	-	586,9	25,8%	1.517,5	69,7%	1.792,7	73,2%
Contratos Bilaterais										
UTE JF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cat-Leo Energia S.A. (atual BESA)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Grapon	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Petróleo Brasileiro S.A.	96,4	5,8%	128,9	5,8%	128,9	5,7%	116,3	5,3%	116,3	4,8%
Zona da Mata										
Geração Ampla (CERJ)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	13,2	0,5%
Total	96,4	5,8%	128,9	5,8%	128,9	5,7%	116,3	5,3%	129,5	5,3%
Proinfra	14,1	0,9%	7,3	0,3%	-	-	-	-	-	-
CCEE (MAE)	13,4	0,8%								
Exposição	-	0,0%	40,0	1,8%	59,3	2,6%	24,1	1,1%	8,6	0,4%
Total (GWh)	1.663,0	100,0%	2.215,9	100,0%	2.278,9	100,0%	2.176,2	100,0%	2.447,6	100,0%

SAELPA

	Energia Comprada (GWh)									
	3º Trimestre		Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de							
	de 2007	%	2006	%	2005	%	2004	%	2003	%
Leilões										
Leilão (2002)	31,7	1,3%	43,80	1,4%	43,80	1,4%	43,90	1,4%	43,90	1,4%
Leilão 2005 (2005–2012)	1.850,5	78,6%	2.573,10	82,8%	1.699,90	53,8%	-	-	-	-
Leilão 2006 (2007 - 2014)	100,6	4,3%	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.982,8	84,3%	2.616,9	84,2%	1.743,7	55,1%	43,9	1,4%	43,9	1,4%
Contratos de Fornecimento Iniciais										
AMPLA (CERJ)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FURNAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CEMIG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CHESF	-	-	-	-	867,20	27,4%	2.670,30	86,5%	2.621,60	85,6%
CELPE / COELCE / COSEM	-	-	-	-	17,90	0,6%	35,80	1,2%	53,60	1,8%
SAELPA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CELB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	885,10	28,0%	2.706,10	87,7%	2.675,20	87,4%
Contratos Bilaterais										
UTE JF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cat-Leo Energia S.A. (atual BESA)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Grapon	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Petróleo Brasileiro S.A.	328,4	14,0%	439,00	14,1%	439,00	13,9%	310,80	10,1%	310,00	10,1%
Zona da Mata Geração Ampla (CERJ)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	21,30	0,7%
Total	328,4	14,0%	439,0	14,1%	439,0	13,9%	310,8	10,1%	331,3	10,8%
Proinfa	19,6	0,8%	10,70	0,3%	-	-	-	-	-	-
CCEE (MAE)	22,0	0,9%								
Exposição	-	0,0%	40,10	1,3%	94,80	3,0%	25,00	0,8%	12,00	0,4%
Total (GWh)	2.352,8	100,0%	3.106,7	100,0%	3.162,6	100,0%	3.085,8	100,0%	3.062,4	100,0%

CELB

	Energia Comprada (GWh)									
	3º Trimestre		Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de							
	de 2007	%	2006	%	2005	%	2004	%	2003	%
Leilões										
Leilão (2002)	38,0	8,5%	52,6	9,0%	52,6	9,2%	53,1	8,6%	52,6	8,3%
Leilão 2005 (2005–2012)	325,0	72,5%	431,9	74,0%	241,7	42,2%	-	-	-	-
Leilão 2006 (2007 - 2014)	8,3	1,9%	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	371,3	82,9%	484,5	83,0%	294,3	51,3%	53,1	8,6%	52,6	8,3%
Contratos de Fornecimento Iniciais										
AMPLA (CERJ)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FURNAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CEMIG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CHESF	-	-	-	-	173,0	30,2%	496,3	80,2%	519,0	81,5%
CELPE / COELCE / COSEM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SAELPA	-	-	-	-	3,0	0,5%	6,0	1,0%	9,0	1,4%
CELB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	176,00	30,7%	502,30	81,2%	528,00	82,9%
Contratos Bilaterais										
UTE JF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cat-Leo Energia S.A. (atual BESA)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Grapon	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Petróleo Brasileiro S.A.	66,7	14,9%	89,2	15,3%	89,2	15,6%	54,8	8,9%	55,0	8,6%
Zona da Mata Geração Ampla (CERJ)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	66,7	14,9%	89,2	15,3%	89,2	15,6%	54,8	8,9%	55,0	8,6%
Proinfa	4,3	1,0%	2,4	0,4%	-	-	-	-	-	-
CCEE (MAE)	5,7	1,3%	-	-	-	-	-	-	-	-
Exposição	-	0,0%	7,9	1,4%	13,7	2,4%	8,3	1,3%	1,0	0,2%
Total (GWh)	448,1	100,0%	584,0	100,0%	573,2	100,0%	618,5	100,0%	636,6	100,0%

CCEE

CCEE refere-se a compras no mercado a vista, que foram responsáveis por 2,4% e 1,2% do fornecimento de energia (consolidado) das Cedentes para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 2005, respectivamente.

Acordo de Fornecimento no Ambiente de Contratação Regulado

As Cedentes pretendem comprar suas necessidades futuras de eletricidade por meio de contratos de longo prazo firmados de acordo com leilões públicos que envolvam todo o setor. De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, todas as empresas distribuidoras de eletricidade e consumidores livres no Brasil deverão ter contratos de longo prazo (definidos como seis meses ou mais) para a compra de ao menos 100% de suas necessidades previstas de energia para cinco anos. Durante cada exercício, as empresas distribuidoras de energia elétrica deverão revelar todos os contratos com prazo igual ou superior a um ano, e os consumidores poderão rever esses contratos.

A tabela a seguir demonstra a quantidade de energia contratada para os anos de 2007 a 2016, bem como as tarifas pagas pela CFLCL nos leilões públicos de 2004 a 2006.

Vendedora	Produto 2005-2012 (Leilão de 07.12.2004)			Produto 2006-2013 (Leilão de 07.12.2004)			Produto 2007-2014 (Leilão de 07.12.2004)			Produto 2007-2014 (Leilão de 14.12.2006)		
	Energia Comprada		Preço	Energia Comprada		Preço	Energia Comprada		Preço	Energia Comprada		Preço
	MWmed	MWh	(R\$/MWh)	MWmed	MWh	(R\$/MWh)	MWmed	MWh	(R\$/MWh)	MWmed	MWh	(R\$/MWh)
CEEE-G	0,43	22.796,74	57,47	0,42	25.544,72	67,87	0,00	0,00	-	0,04	2.465,28	104,49
CEMIG G	0,00	0,00	-	2,54	155.789,19	69,58	0,00	0,00	-	0,00	0,00	
CESP G	1,33	70.143,85	62,10	3,23	197.971,59	68,37	0,12	8.404,90	77,70	0,00	0,00	
CHESF G	4,17	219.199,50	52,79	2,89	177.132,48	60,35	0,83	57.993,82	66,05	0,30	21.365,77	105,00
COPEL G	1,63	85.926,21	57,50	1,01	61.845,12	67,62	0,49	34.039,85	75,44	0,00	0,00	
DUKE	0,36	18.763,48	59,98	0,16	9.747,33	69,98	1,31	91.613,43	75,98	0,00	0,00	
PARANAPAN G												
ELETRONORTE G	1,12	58.920,83	56,00	0,90	55.122,82	63,90	3,30	231.134,79	77,00	0,12	8.217,59	105,00
EMAE G	0,14	7.452,79	60,84	0,09	5.545,89	69,21	0,03	2.101,23	75,75	0,00	0,00	
ENERGEST G	0,14	7.628,14	57,00	0,07	4.537,55	64,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	
FURNAS G	5,13	269.703,07	60,94	6,92	424.681,01	69,58	0,90	63.036,74	77,70	0,00	0,00	
LIGHT												
ENERGIA G	0,63	33.318,33	51,73	0,36	21.847,46	61,12	0	0,00	-	0,00	0,00	
TRACTEBEL	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,06	4.202,44	70,89	0,00	0,00	
CELG	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,02	1.479,16	100,00
TOTAL	15,09	793.852,93	-	18,57	1.139.765,15	-	7,02	492.527,21	-	0,48	33.527,80	-

Vendedora	Produto 2008-2015 (Leilão de 02.04.2005)		
	Energia Comprada		Preço
	MWmed	MWh	(R\$/MWh)
CDSA	0,13	8.938,69	83,48
CELPA	0,02	1.545,79	83,50
CEMIG G	0,10	7.056,86	83,50
CESP G	0,16	11.425,40	83,50
CGTEE	0,10	6.989,66	83,50
CHESF G	0,43	30.243,69	83,50
COPEL G	0,08	5.376,66	82,32
ELETRONORTE G	0,09	6.048,74	83,47
ENERGEST G	0,02	1.344,16	78,50
TEC	0,14	10.081,23	81,55
TOTAL	1,27	89.050,87	-

A CFLCL não participou do Leilão de 11 de outubro de 2005, com início de vigência em janeiro de 2009.

A tabela a seguir demonstra a quantidade de energia contratada para os anos de 2007 a 2014, bem como as tarifas pagas pela CENF.

Vendedora	Produto 2007-2014		
	Energia Comprada		Preço
	MWmed	MWh	(R\$/MWh)
AMPLA	30,4887	2.138.111,35	106,98

A tabela a seguir demonstra a quantidade de energia contratada para os anos de 2007 a 2016, bem como as tarifas pagas pela ENERGEIPE nos leilões públicos de 2004 a 2006.

Vendedora	Produto 2005-2012 (Leilão de 07.12.2004)			Produto 2006-2013 (Leilão de 07.12.2004)			Produto 2007-2014 (Leilão de 07.12.2004)		
	Energia Comprada		Preço	Energia Comprada		Preço	Energia Comprada		Preço
	MWmed	MWh	(R\$/MWh)	MWmed	MWh	(R\$/MWh)	MWmed	MWh	(R\$/MWh)
CEEE-G	2,89	151.957,49	57,47	1,49	91.318,86	67,87	0,00	0,00	-
CEMIG G	0,00	0,00	-	9,08	556.924,94	69,58	0,00	0,00	-
CESP G	8,89	467.561,51	62,10	11,53	707.721,23	68,37	0,21	14.936,31	77,70
CHESF G	27,77	1.461.129,71	52,79	10,32	633.224,26	60,35	1,47	103.060,51	66,05
COPEL G	10,89	572.762,84	57,50	3,60	221.087,79	67,62	0,86	60.492,04	75,44
DUKE	2,38	125.072,70	59,98	0,57	34.845,36	69,98	2,32	162.805,74	75,98
PARANAPAN G	7,47	392.751,67	56,00	3,21	197.056,50	63,90	5,86	410.748,41	77,00
ELETRONORTE G	0,94	49.678,41	60,84	0,32	19.825,81	69,21	0,05	3.734,07	75,75
ENERGEST G	0,97	50.847,31	57,00	0,26	16.221,12	64,00	0,00	0,00	-
FURNAS G	34,17	1.797.773,99	60,94	24,74	1.518.176,18	69,58	1,60	112.022,30	77,70
LIGHT	4,22	222.091,72	51,73	1,27	78.101,66	61,12	0,00	0,00	-
ENERGIA G	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,11	7.468,16	70,89
TRACTEBEL	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,11	7.468,16	70,89
TOTAL	100,59	5.291.627,34	-	66,39	4.074.503,71	-	12,48	875.267,52	

Vendedora	Produto 2008-2015 (Leilão de 02.04.2005)			Produto 2009-2016 (Leilão de 11.10.2005)		
	Energia Comprada		Preço	Energia Comprada		Preço
	MWmed	MWh	(R\$/MWh)	MWmed	MWh	(R\$/MWh)
CEB	0,00	0,00	0,00	0,36	25.205,05	94,49
CDSA	0,98	68.529,97	83,48	0,00	0,00	0,00
CEEE	0,00	0,00	0,00	0,27	18.903,79	94,28
CELPA	0,17	11.851,05	83,50	0,00	0,00	0,00
CEMIG GERACAO	0,77	54.102,61	83,50	0,00	0,00	0,00
CESP	1,25	87.594,70	83,50	3,59	252.050,51	93,43
CGTEE	0,76	53.587,34	83,50	1,05	73.514,73	91,80
CHESF	3,31	231.868,31	83,50	2,40	168.033,68	96,00
COPEL GERACAO	0,59	41.221,03	82,32	7,34	514.603,13	95,95
EMAE	0,00	0,00	0,00	0,09	6.301,26	96,00
ELETRONORTE	0,66	46.373,66	83,47	8,42	0,00	0,00
ENERGEST	0,15	10.305,26	78,50	0,00	0,00	0,00
FURNAS	0,00	0,00	0,00	8,42	590.218,28	96,00
TEC	1,10	77.289,44	81,55	5,69	399.079,98	94,96
TRACTEBEL	0,00	0,00	0,00	5,72	401.180,40	93,03
TOTAL	9,74	682.723,36	-	34,92	2.449.090,82	-

A tabela a seguir demonstra a quantidade de energia contratada para os anos de 2007 a 2016, bem como as tarifas pagas pela SAELPA nos leilões públicos de 2004 a 2006.

Vendedora	Produto 2005-2012 (Leilão de 07.12.2004)			Produto 2006-2013 (Leilão de 07.12.2004)			Produto 2007-2014 (Leilão de 07.12.2004)		
	Energia Comprada		Preço (R\$/MWh)	Energia Comprada		Preço (R\$/MWh)	Energia Comprada		Preço (R\$/MWh)
	MWmed	MWh		MWmed	MWh		MWmed	MWh	
CEEE-G	5,27	276.998,60	57,47	2,33	142.769,49	67,87	0,00	0,00	-
CEMIG G	0,00	0,00	-	14,19	870.705,98	69,58	0,00	0,00	-
CESP G	16,20	852.303,42	62,10	18,03	1.106.463,47	68,37	0,27	18.713,07	77,70
CHESF G	50,63	2.663.448,13	52,79	16,13	989.993,64	60,35	1,84	129.120,21	66,05
COPEL G	19,85	1.044.071,64	57,50	5,63	345.652,42	67,62	1,08	75.787,95	75,44
DUKE									
PARANAPAN G	4,33	227.991,17	59,98	0,89	54.477,82	69,98	2,91	203.972,50	75,98
ELETRONORTE G	13,61	715.934,84	56,00	5,02	308.081,51	63,90	7,34	514.609,51	77,00
EMAE G	1,72	90.557,23	60,84	0,51	30.996,00	69,21	0,07	4.678,27	75,75
ENERGEST G	1,76	92.688,00	57,00	0,41	25.360,37	64,00	0,00	0,00	-
FURNAS G	62,29	3.277.106,56	60,94	38,68	2.373.542,63	69,58	2,00	140.348,06	77,70
LIGHT									
ENERGIA G	7,70	404.844,10	51,73	1,99	122.105,48	61,12	0,00	0,00	-
TRACTEBEL	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,13	9.356,53	70,89
TOTAL	183,36	9.645.943,70	-	103,80	6.370.148,80	-	15,64	1.096.586,09	

Vendedora	Produto 2008-2015 (Leilão de 02.04.2005)			Produto 2009-2016 (Leilão de 11.10.2005)		
	Energia Comprada		Preço (R\$/MWh)	Energia Comprada		Preço (R\$/MWh)
	MWmed	MWh		MWmed	MWh	
CEB	0,00	0,00	0,00	0,03	2.136,02	94,49
CDSA	1,44	101.305,17	83,48	0,00	0,00	0,00
CEEE	0,00	0,00	0,00	0,02	1.602,02	94,28
CELPA	0,25	17.518,94	83,50	0,00	0,00	0,00
CEMIG GERACAO	1,14	79.977,77	83,50	0,00	0,00	0,00
CESP	1,85	129.487,81	83,50	0,30	21.360,21	93,43
CGTEE	1,13	79.216,08	83,50	0,09	6.230,06	91,80
CHESF	4,89	342.761,86	83,50	0,20	14.240,14	96,00
COPEL GERACAO	0,87	60.935,44	82,32	0,62	43.610,43	95,95
EMAE	0,00	0,00	0,00	0,01	534,00	96,00
ELETRONORTE	0,98	68.552,37	83,47	0,71	0,00	0,00
ENERGEST	0,22	15.233,86	78,50	0,00	0,00	0,00
FURNAS	0,00	0,00	0,00	0,71	50.018,50	96,00
TEC	1,63	114.253,95	81,55	0,48	33.820,34	94,96
TRACTEBEL	0,00	0,00	0,00	0,48	33.998,34	93,03
TOTAL	14,39	1.009.243,24	-	2,96	207.550,07	-

A tabela a seguir demonstra a quantidade de energia contratada para os anos de 2007 a 2014, bem como as tarifas pagas pela CELB nos leilões públicos de 2004 a 2006.

Vendedora	Produto 2005-2012 (Leilão de 07.12.2004)			Produto 2006-2013 (Leilão de 07.12.2004)			Produto 2007-2014 (Leilão de 07.12.2004)			Produto 2007-2014 (Leilão de 14.12.2006)		
	Energia Comprada		Preço	Energia Comprada		Preço	Energia Comprada		Preço	Energia Comprada		Preço
	MWmed	MWh	(R\$/MWh)	MWmed	MWh	(R\$/MWh)	MWmed	MWh	(R\$/MWh)	MWmed	MWh	(R\$/MWh)
CEEE-G	0,81	42.474,73	57,47	0,49	29.895,03	67,87	0,00	0,00	-	0,02	1.232,64	104,49
CEMIG G	0,00	0,00	-	2,97	182.324,79	69,58	0,00	0,00	-	0,00	0,00	
CESP G	2,48	130.692,12	62,10	3,78	231.687,88	68,37	0,02	1.236,95	77,70	0,00	0,00	
CHESF G	7,76	408.435,02	52,79	3,38	207.318,71	60,35	0,12	8.538,07	66,05	0,15	10.682,87	105,00
COPEL G	3,04	160.097,08	57,50	1,18	72.377,36	67,62	0,07	5.009,56	75,44	0,00	0,00	
DUKE PARANAPAN G	0,66	34.960,10	59,98	0,19	11.407,51	69,98	0,19	13.483,29	75,98	0,00	0,00	
ELETRONORTE G	2,09	109.780,87	56,00	1,05	64.510,30	63,90	0,49	34.015,70	77,00	0,06	4.108,80	105,00
EMAE G	0,26	13.885,97	60,84	0,11	6.490,36	69,21	0,00	309,21	75,75	0,00	0,00	
ENERGEST G	0,27	14.212,70	57,00	0,09	5.310,29	64,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	
FURNAS G	9,55	502.493,12	60,94	8,10	496.988,02	69,58	0,13	9.275,57	77,70	0,00	0,00	
LIGHT ENERGIA G	1,18	62.078,77	51,73	0,42	25.568,26	61,12	0,00	0,00	-	0,00	0,00	
TRACTEBEL	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,01	618,46	70,89	0,00	0,00	
CELG	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,01	739,59	100,00
TOTAL	28,12	1.479.110,49	-	21,74	1.333.878,50	-	1,03	72.486,81	-	0,24	16.763,89	

Vendedora	Produto 2008-2015 (Leilão de 02.04.2005)			Produto 2009-2016 (Leilão de 11.10.2005)		
	Energia Comprada		Preço	Energia Comprada		Preço
	MWmed	MWh	(R\$/MWh)	MWmed	MWh	(R\$/MWh)
CEB	0,00	0,00	0,00	0,04	2.563,23	94,49
CDSA	0,25	17.877,38	83,48	0,00	0,00	0,00
CEEE	0,00	0,00	0,00	0,03	1.922,42	94,28
CELPA	0,04	3.091,57	83,50	0,00	0,00	0,00
CEMIG GERACAO	0,20	14.113,72	83,50	0,00	0,00	0,00
CESP	0,33	22.850,79	83,50	0,37	25.632,26	93,43
CGTEE	0,20	13.979,30	83,50	0,11	7.476,08	91,80
CHESF	0,86	60.487,39	83,50	0,24	17.088,17	96,00
COPEL GERACAO	0,15	10.753,31	82,32	0,75	52.332,52	95,95
EMAE	0,00	0,00	0,00	0,01	640,81	96,00
ELETRONORTE	0,17	12.097,48	83,47	0,86	0,00	0,00
ENERGEST	0,04	2.688,33	78,50	0,00	0,00	0,00
FURNAS	0,00	0,00	0,00	0,86	60.022,20	96,00
TEC	0,29	20.162,46	81,55	0,58	40.584,40	94,96
TRACTEBEL	0,00	0,00	0,00	0,58	40.798,01	93,03
TOTAL	2,54	178.101,74	-	3,55	249.060,08	-

Com relação aos Leilões de Energia Nova a tabela abaixo resume a energia contratada das empresas da ENERGISA. Têm sido ofertadas neste tipo de Leilão duas fontes de energia, hidráulica e térmica, sendo que para a fonte hidráulica o período de suprimento é de 30 anos e a térmica de 15 anos.

Leilões de Energia Nova	Início de Suprimento	Preço Médio (R\$)	Energia Contratada (MW médios)			
			CFLCL	ENERGIPE	SAELPA	CELB
1º Leilão (16.12.05)	2008	127,15	1,17	0,00	1,17	0,00
	2009	127,02	1,73	5,89	6,57	1,04
	2010	116,94	4,18	12,55	19,87	3,14
2º Leilão (29.06.06)	2009	128,55	0,00	31,03	8,27	3,10
3º Leilão (10.10.06)	2011	126,16	0,00	9,77	12,43	2,66
4º Leilão (26.07.07)	2010	134,67	0,68	2,31	2,58	0,41

A CENF não participou do leilão mantendo a estratégia de comprar energia da AMPLA.

QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO

A ANEEL utiliza dois testes para verificar a qualidade do serviço prestado por concessionárias no setor elétrico. O primeiro teste é o de duração de interrupção, ou DEC, que indica o tempo médio que cada consumidor fica sem eletricidade quando ocorre uma interrupção. Apenas interrupções iguais ou superiores a um minuto são consideradas.

O segundo teste é o de frequência da interrupção, ou FEC, que indica o número médio de interrupções sofrido por cada consumidor. Apenas interrupções iguais ou superiores a um minuto são consideradas.

A tabela abaixo determina a duração e frequência de interrupções da ENERGIPE, da SAELPA, da CELB, da CENF e da CFLCL na rede de distribuição para os anos de 2006, 2005, 2004 e 2003.

	ENERGIPE		CELB		SAELPA		CENF		CFLCL	
	Limite Anual	Efetivo	Limite Anual	Efetivo	Limite Anual	Efetivo	Limite Anual	Efetivo	Limite Anual	Efetivo
31.12.2006										
DEC (horas por ano) ..	19,25	14,42	21,15	21,00	37,90	50,78	19,00	18,77	12,43	10,90
FEC (nº. de interrupções).....	18,80	9,57	21,24	18,22	35,40	19,04	23,00	12,34	14,08	9,20
31.12.2005										
DEC (horas por ano) ..	19,35	13,60	21,15	21,56 ⁽¹⁾	37,90	47,28 ⁽¹⁾	20,00	18,77	12,43	9,70
FEC (nº. de interrupções).....	18,98	9,85	21,24	14,97	35,40	18,83	25,00	14,96	14,25	8,48
31.12.2004										
DEC (horas por ano) ..	19,59	13,70	21,15	18,96	37,90	38,14	17,00	14,47	11,45	9,45
FEC (nº. de interrupções).....	19,27	10,46	21,24	11,90	33,94	14,14	31,00	11,20	14,35	8,59
31.12.2003										
DEC (horas por ano) ..	19,19	12,86	22,25	12,56	44,21	25,47	19,00	18,53	11,74	9,30
FEC (nº. de interrupções).....	17,53	10,25	25,19	9,58	39,91	9,96	31,00	11,28	15,42	8,84

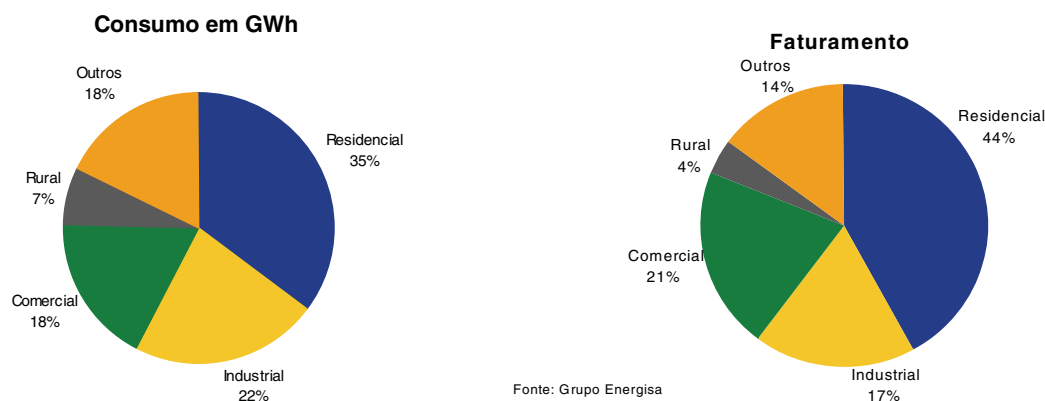
A ANEEL utiliza esta informação para determinar se a concessionária está cumprindo adequadamente seus deveres sob a concessão. A inobservância dos limites anuais resultará em multas a serem impostas pela ANEEL.

CONSUMIDORES

Os principais clientes das Cedentes são clientes residenciais, industriais, comerciais e rurais, incluindo o Poder Público.

Em 2006, as Cedentes, conjuntamente, foram responsáveis por um volume de vendas aos seus consumidores finais de 5.650 GWh, ante aos 5.553 GWh em 2005 e 5.700 GWh em 2004. Em decorrência dessa distribuição de energia as Cedentes registraram uma receita bruta de fornecimento de energia de R\$ 1.998 milhões em 2006, ante aos R\$1.752 milhões em 2005 e R\$1.477 milhões em 2004.

Os principais clientes das Cedentes são clientes residenciais, industriais, comerciais e rurais, incluindo o Poder Público. Os gráficos abaixo correspondem ao consumo da Energisa (consolidada) em 2006.



A tabela abaixo corresponde aos consumidores da Energisa (consolidada):

	Número de consumidores		MWh		R\$	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Residencial	1.663.028	1.593.398	1.931.019	1.834.403	828.915	717.275
Industrial	11.948	11.766	1.319.744	1.442.367	348.845	327.672
Comercial	138.993	134.761	993.202	938.083	413.878	349.174
Rural	139.417	126.325	398.143	380.535	85.006	73.486
Outros	25.898	24.958	1.007.655	957.825	277.907	232.938
<i>Federal</i>	776	750	70.957	65.769	38.891	31.487
<i>Estadual</i>	7.821	7.534	109.206	101.859	41.741	34.498
<i>Municipal</i>	13.801	13.284	105.256	98.304	33.617	27.934
<i>Iluminação pública</i>	1.497	1.466	341.525	342.190	77.255	68.417
<i>Serviço público</i>	1.681	1.616	371.051	340.591	86.403	70.602
<i>Consumo próprio</i>	322	308	9.660	9.112	-	-
Subtotal	1.979.284	1.891.208	5.649.763	5.553.213	1.954.551	1.700.545
Suprimento de energia elétrica	7	7	941.721	668.343	109.438	71.701
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	9.332	5.430	5.301	10.664
Reposição tarifária periódica	-	-	-	-	37.766	40.650
Disponib. do sist. de transm. e de distrib.	-	-	-	-	129.619	82.495
Outros serviços taxados	-	-	-	-	60.353	65.865
Total	1.979.291	1.891.215	6.600.816	6.226.986	2.297.028	1.971.920

POLÍTICAS DE INADIMPLÊNCIA E DE CONTROLE DE CRÉDITO

As Cedentes consideram o gerenciamento e controle do não cumprimento de obrigações de pagamento por seus Consumidores como uma prioridade. As Cedentes utilizam três indicadores para medir o controle do não cumprimento de obrigações de pagamento:

- inadimplência nos últimos 12 meses (a diferença entre valores faturados e valores recebidos nos últimos 12 meses dividida pelo total faturado nos últimos 12 meses);
- pendências (a soma do valor de contas vencidas, de contas a serem cortadas e de contas de pagamento renegociado dividida pela média faturada nos últimos 12 meses); e
- pagamentos no prazo (valor total pago no prazo em um mês dividido pelo valor total faturado em um mês).

As Cedentes estabelecem metas para reduzir o valor do inadimplemento e aumentar o valor recebido. Desde 2001, vem sendo adotado um plano para redução de inadimplemento que envolve ações para encorajar pagamentos no prazo. Dois incentivos que são utilizados pelas Cedentes para encorajar o pagamento no prazo são a participação automática no sorteio de prêmios de eletrodomésticos quando a conta é paga no prazo e descontos nas contas se estas são pagas no prazo por três meses consecutivos.

Antes de exercer seu direito de suspender o fornecimento de eletricidade a Consumidores inadimplentes, as Cedentes procuram negociar o pagamento de dívidas. Como recurso final, o fornecimento de eletricidade é suspenso. Entretanto, como é impossível suspender o fornecimento a todos os consumidores inadimplentes, as Cedentes priorizam a suspensão de forma que o fornecimento de eletricidade seja interrompido primeiramente para os consumidores com maior dívida.

Além da suspensão, as Cedentes também utilizam os seguintes métodos para a cobrança de pagamentos em atraso:

- Cobranças de Dívidas – Consumidores com fornecimento suspenso e dívidas vencidas há 90 dias ou mais são repassados a empresas de cobrança de dívidas para recobrar o pagamento; e
- Pagamentos em etapas – em determinados casos, os Consumidores podem negociar para quitar suas dívidas em etapas, normalmente pagando um valor inicial de 30% a 40% das dívidas. Sobre estas contas incidem juros e multas.

Como resultado das políticas das Cedentes para inadimplência e de controle de crédito, os últimos três anos encerrados em 31 de dezembro de 2006, as Cedentes obtiveram uma melhora significativa, de 5,4%, na redução da inadimplência. Isto reflete a melhoria da gestão de inadimplência. O quadro abaixo estabelece a porcentagem de inadimplência para as Cedentes nos anos de 2006, 2005, 2004.

	Inadimplência como uma % de valores faturados		
	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2006	2005	2004
CFLCL	1,82	2,85	3,67
CENF	2,26	2,48	2,10
ENERGIPE	1,48	2,9	2,9
SAELPA	4,82	5,6	5,7
CELB	14,93	3,9	3,3

A tabela abaixo apresenta maiores detalhes sobre inadimplimento e prazo médio de recebimento das sociedades do Sistema Cataguazes-Leopoldina (consolidado) nos Municípios Selecionados, nos prazos de 1º março de 2004 a 30 de agosto de 2007. Vale ressaltar que o maior índice de inadimplência das Cedentes é proveniente de Consumidores do setor público.

Faixas	Consolidado		
	R\$ mil	%	% acum.
Total	2.242.356		
A vencer	71.958		
Saldo vencido e ou liquidado	2.170.398	100,0%	
Liquidados antecipadamente			
1 a 5 dias	309.763	14,3%	14,3%
6 a 10 dias	75.061	3,5%	17,7%
+ de 10 dias	21.701	1,0%	18,7%
Liquidadas no vencimento	599.540	27,6%	46,4%
Liquidadas com atraso			
1 a 5 dias	216.205	10,0%	56,3%
6 a 10 dias	136.114	6,3%	62,6%
11 a 15 dias	113.048	5,2%	67,8%
16 a 30 dias	295.586	13,6%	81,4%
30 a 60 dias	257.855	11,9%	93,3%
60 a 90 dias	25.699	1,2%	94,5%
90 a 120 dias	8.259	0,4%	94,9%
120 a 150 dias	3.693	0,2%	95,0%
150 a 180 dias	2.664	0,1%	95,2%
+ de 180 dias	8.233	0,4%	95,5%
Vencidas e não liquidadas			
1 a 5 dias	6.941	0,3%	95,9%
6 a 10 dias	8.871	0,4%	96,3%
11 a 15 dias	7.784	0,4%	96,6%
16 a 30 dias	14.257	0,7%	97,3%
30 a 60 dias	9.461	0,4%	97,7%
60 a 90 dias	3.938	0,2%	97,9%
90 a 120 dias	2.820	0,1%	98,0%
120 a 150 dias	2.895	0,1%	98,2%
150 a 180 dias	1.954	0,1%	98,2%
+ de 180 dias	38.060	1,8%	100,0%

O Anexo V a este Prospecto apresenta uma análise detalhada da Empresa de Auditoria do índice de inadimplência dos consumidores das Cedentes no pagamento das Faturas de Energia.

CONCORRÊNCIA

Nos últimos anos, o setor elétrico brasileiro sofreu um expressivo impacto resultante de inovações legislativas e tecnológicas significativas. Como consequência, os negócios de distribuição de eletricidade das Cedentes deverão enfrentar um acirramento da concorrência.

Nos termos da nova legislação do setor elétrico, as concorrentes das Cedentes poderão ser capazes de fornecer a alguns de seus consumidores de energia elétrica tarifas mais baixas do que as aplicadas por outras concessionárias de distribuição. Além disso, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, ou da Lei de Concessões, todas as empresas de distribuição e transmissão de energia elétrica devem permitir que determinados grandes consumidores, ou consumidores potencialmente livres, utilizem seus sistemas e instalações auxiliares para a distribuição e transmissão de eletricidade mediante o pagamento de tarifas aplicáveis por tais terceiros. A Lei de Concessões também autoriza consumidores de eletricidade com demanda significativa a firmar contratos com outras distribuidoras para fornecimento de energia. Como consequência, os principais consumidores de eletricidade podem, atualmente, utilizar várias formas distintas de distribuição, tais como:

- Conectar sua própria rede a uma empresa geradora de energia;
- Pagar taxas a uma empresa de distribuição e transmissão enquanto negocia o contrato de fornecimento de energia diretamente com uma empresa de geração de energia;
- Negociar um contrato de fornecimento de energia diretamente com uma empresa distribuidora; ou
- Produção própria.

Salvo no caso incomum de produção própria, o efeito econômico de um consumidor potencialmente livre decidir comprar suas necessidades de eletricidade de outra empresa distribuidora são desprezíveis, pois a redução no lucro decorrente da perda de vendas é parcialmente compensada pelas tarifas pagas por este consumidor livre para utilizar a rede de transmissão das Cedentes.

CONCESSÕES PARA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A seguir são indicados os contratos de concessões de serviço público mantidos pelas Cedentes junto a ANEEL para a distribuição de energia elétrica.

Contrato de Concessão nº	Concessionária	Contrato de Concessão Estado / Município	Data de Assinatura	Prazo
40/99	CFLCL	Diversos municípios do Estado de Minas Gerais e Rio de Janeiro.	18 de fevereiro de 1999	Em vigor até o dia 7 de julho de 2015, podendo, mediante solicitação da CFLCL, ser renovado por mais 20 anos.
42/99	CENF	Município de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro.	18 de junho de 1999	Em vigor até o dia 7 de julho de 2015, podendo, mediante solicitação da CENF, ser renovado por mais 20 anos.
07/97	ENERGIPE	Diversos municípios do Estado de Sergipe.	23 de dezembro de 1997	Em vigor por 30 anos a partir da data de assinatura. Poderá ser renovado por um prazo adicional de 30 anos mediante solicitação da ENERGIPE.
08/2000	CELB	Municípios de Boa Vista, Campina Grande, Fagundes, Lagoa Seca, Massaranduba e Queimadas, localizados no Estado da Paraíba.	4 de fevereiro de 2000	Em vigor por 30 anos a partir da data de assinatura. Poderá ser renovado por um prazo adicional de 30 anos mediante solicitação da CELB.
19/2001	SAELPA	Diversos municípios do Estado da Paraíba.	21 de março de 2001	Em vigor por 30 anos a partir da data de assinatura. Poderá ser renovado por um prazo adicional de 30 anos mediante solicitação da SAELPA.

Os Contratos de Concessão das Cedentes impõem amplas exigências em relação às suas operações e negócios. Estas exigências incluem a manutenção e/ou aprimoramento de determinados padrões de serviço, incluindo o número e duração de blecautes. As Cedentes também são obrigadas a instalar dispositivos e equipamentos, incluindo linhas de distribuição e medidores, para fornecer eletricidade a novos Consumidores.

Penalidades e Término de Concessões

Caso as Cedentes não cumpram com as obrigações previstas nos respectivos Contratos de Concessão e nas leis e normas aplicáveis aos seus negócios, a ANEEL poderá impor penalidades às Cedentes por meio da instauração de processos administrativos. As Cedentes poderão contestar estes processos.

As penalidades que podem ser impostas às Cedentes incluem a emissão de uma advertência pela ANEEL e a imposição de multas, podendo atingir até um máximo de 2,0% de suas receitas durante o período de 12 meses que precede o mês no qual a multa é imposta por violação, nos termos dos Contratos de Concessão e regulamentação aplicável.

A ANEEL também pode intervir na concessão por meio de resolução, que indicará o prazo, objetivos e limites da intervenção, em função das razões que a ensejaram, designando o interventor. Declarada a intervenção, a ANEEL instaurará, no prazo de trinta dias, procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades. Tais procedimentos devem ser concluídos no prazo de até cento e oitenta dias, salvo se a intervenção for anulada.

A ANEEL também tem o poder de terminar a concessão das Cedentes antes do final do prazo da concessão, por meio de desapropriação ou caducidade, se qualquer das Cedentes for dissolvida ou se tiver falência decretada. A desapropriação é o término antecipado da concessão por razões de interesse público (encampação). A caducidade é o término antecipado da concessão como resultado da falha total ou parcial em cumprir de obrigações sob o Contrato de Concessão (caducidade). No caso de uma falha total ou parcial em cumprir com suas obrigações sob o Contrato de Concessão, a ANEEL também poderá limitar a área de concessão, impor uma sub-concessão no todo ou em parte desta área de concessão, encampar as ações detidas por acionistas controladores das Cedentes e vendê-las em um leilão público, ou terminar o Contrato de Concessão antes do termo final da concessão.

Em caso de término de qualquer dos Contratos de Concessão, ou no caso de encampação ou caducidade, há o direito de receber indenização da ANEEL por investimentos efetuados em ativos relacionados aos serviços prestados pelas Cedentes, na medida em que tais ativos que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados no momento do término, da encampação ou da caducidade.

SEGURO

A política das Cedentes para contratação de cobertura de seguro baseia-se no valor considerado adequado, por suas administrações, para cobrir prejuízos e seus ativos, responsabilidade civil por danos involuntários, danos materiais e/ou lesões físicas causadas a terceiros. Apólices de seguro de responsabilidade civil são contratadas e a indenização máxima limita-se aos valores incluídos na apólice de seguro.

As Cedentes acreditam que mantêm seguros habitualmente utilizados no Brasil para o tipo de negócio que operam. Em 2006, as Cedentes, conjuntamente, gastaram um total de R\$3,1 milhões em prêmios de seguro. Cada uma das Cedentes esperam renovar todas as suas apólices de seguro quando estas expirarem.

MEIO AMBIENTE

As atividades de distribuição de energia elétrica das Cedentes estão sujeitas à legislação federal e estadual de ampla cobertura referente à preservação do meio ambiente. O procedimento para instalação de novas linhas de transmissão e distribuição, ou subestações, exige o cumprimento de diversas normas ambientais, nos termos da Constituição Federal e da legislação federal, estadual e municipal pertinente.

A distribuição de eletricidade das Cedentes está sujeita a auditorias internas e externas que visam verificar a conformidade de suas atividades com a ISO 14001. As Cedentes continuam a desenvolver o gerenciamento ambiental de suas atividades, levando em consideração seus orçamentos e estimativas realistas e esforçando-se, sempre, para obter melhores resultados financeiros, sociais e ambientais.

As Cedentes detêm todas as licenças operacionais relevantes para o desenvolvimento de suas atividades, mas poderão, de tempos em tempos, ser obrigadas a obter certas licenças ambientais em decorrência da implementação de novos projetos, planos de expansão, entre outras atividades. Qualquer falha por parte das Cedentes em obter as licenças ambientais necessárias ou em cumprir as leis e regulamentação ambiental aplicável poderá resultar em responsabilidades civis ou criminais, incluindo uma obrigação de indenizar terceiros por danos ambientais. Estas falhas também poderão sujeitar as Cedentes a penalidades administrativas, tais como multas, suspensão de subsídios de órgãos públicos ou a suspensão, temporária ou permanente, de atividades infratoras.

Qualquer impacto ambiental decorrente da operação dos negócios das Cedentes poderá sujeitá-las não apenas a penalidades administrativas, mas também a responsabilizações civis e/ou criminais. As Cedentes são objetivamente responsáveis por danos ambientais que decorram de suas atividades, e podem ser obrigadas a indenizar terceiros por tais danos.

FUNCIONÁRIOS E POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2006, o Sistema Cataguazes-Leopoldina possuía mais de 4.500 empregados (diretos e indiretos). A política de recursos humanos do Sistema Cataguazes-Leopoldina compreende a concessão de benefícios que incluem, entre outros, assistência médico-hospitalar, assistência odontológica, reembolso creche, auxílio excepcional, auxílio alimentação, seguro de vida, complementação auxílio doença, bolsa de estudos, prêmio aposentadoria, plano de complementação de aposentadoria e ajuda transferência. Os benefícios são concedidos por meio de ajustes com os respectivos sindicatos da categoria para cada empresa do Sistema Cataguazes-Leopoldina, mediante a assinatura de Acordos Coletivos de Trabalho.

PENDÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS RELEVANTES

Processos de Natureza Trabalhista

O passivo trabalhista das Cedentes, em 30 de setembro de 2007, envolvia cerca de 1.623 ações de natureza trabalhista, cujo valor econômico estimado corresponde a, aproximadamente, R\$43 milhões, concentradas nas Cedentes ENERGIPE e SAELPA. As empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina mantêm provisão de praticamente o mesmo valor para fazer frente a essas contingências. A maioria dessas ações tem por objeto pedidos de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais. Deste total: (i) 22 ações, no valor total de R\$ 1.436 mil, envolvem a CFLCL, sendo R\$3.458 mil de êxito remoto, com R\$3.498 mil de valor provisionado; (ii) 13 ações, no valor total de R\$ 186 mil, envolvem a CENF, sendo R\$ 41 mil de êxito provável e R\$ 145 mil de êxito remoto, havendo provisão de R\$ 145 mil; (iii) 361 ações, no valor total de R\$11.054 mil, envolvem a ENERGIPE, estando todas integralmente provisionadas; (iv) 129 ações, no valor total de R\$ 831 mil, envolvem a CELB, e estão integralmente provisionadas; e (v) 1.098 ações, no valor total de R\$ 27.466 mil, envolvem a SAELPA, e também estão integralmente provisionadas.

Processos de Natureza Fiscal

As contingências fiscais das Cedentes envolvem, basicamente, os tributos PIS, COFINS e ICMS, correspondendo, em 30 de setembro de 2007, a 228 ações, cujo valor econômico estimado corresponde a R\$56 milhões, havendo aproximadamente R\$14.7 milhões provisionados para fazer frente a estas contingências. Deste total: (i) 7 ações, no valor de R\$4.500 mil, envolvem a CFLCL, sendo R\$2.393 mil de êxito provável e R\$600 mil de êxito remoto, conforme auditoria legal, havendo provisão de R\$600 mil; (ii) 53 ações, no valor de R\$2.585 mil, envolvem a CENF, sendo R\$771 mil de êxito possível e R\$1.814 mil de êxito remoto, havendo provisão de R\$1.628 mil; (iii) 34 ações envolvendo a ENERGIPE, no valor de R\$37.500 mil, sendo R\$28.000 mil de êxito provável, R\$9.300 mil de êxito possível e R\$250 mil de êxito remoto, conforme auditoria legal, havendo provisão de R\$250 mil; (iv) 22 ações envolvendo a CELB, no valor total de R\$ 615 mil, que estão todas provisionadas; e (v) 112 ações envolvendo a SAELPA, no valor de R\$ 10.4 mil, que estão integralmente provisionadas, mais R\$1.2 milhão provisionado para futuras ações.

Processos Administrativos

As Cedentes não são parte em nenhum processo administrativo perante a ANEEL, tendo pago todas as multas que lhe foram impostas em decorrência de processos administrativos instaurados.

Há apenas em andamento, perante a ANEEL, o processo administrativo punitivo nº. 48500.005199/2005, através do qual se analisa suposto descumprimento pela SAELPA das metas anuais de DEC e FEC no ano de 2004. Valor envolvido: R\$ 1.800 mil em setembro de 2005. Não há provisão para esta autuação, cujo prognóstico de perda é possível.

Processos de Natureza Cível

Em 30 de setembro de 2007, as Cedentes eram parte passiva em 6.203 ações de natureza cível, cujo valor estimado era de, aproximadamente, R\$ 67 milhões, nas quais são discutidas principalmente indenizações por danos morais e/ou materiais e reclamações de consumidores. As empresas integrantes do Sistema Cataguazes-Leopoldina têm aproximadamente R\$46 milhões provisionados para fazer frente a essas contingências. A ENERGIPE e a SAELPA concentram o maior passivo de ações dessa natureza. Deste total: (i) 129 ações envolvem a CFLCL, sendo R\$ 505 mil de êxito provável, R\$3.983 mil de êxito possível e R\$2.019 mil de êxito remoto, com R\$2.157 mil de valor provisionado; (ii) 675 ações, no valor total de R\$18.908 mil, envolvem a CENF, sendo, R\$11.480 mil de êxito provável, R\$7.135 de êxito possível e R\$ 293 mil de êxito remoto, havendo provisão de R\$1.628 mil; (iii) 468 ações, no valor total de R\$3.889 mil, envolvem a ENERGIPE, estando provisionados 64 processos no valor de R\$ 3.946 mil; (iv) 748 ações, no valor total de R\$ 1.854 mil, envolvem a CELB, e estão totalmente provisionadas; e (v) 4.183 ações, no valor total de R\$ 36.466 mil, envolvem a SAELPA, e estão totalmente provisionadas.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS SELECIONADAS

Os quadros a seguir exibem dados financeiros e operacionais selecionados das Cedentes (individualmente) e do Sistema Cataguazes-Leopoldina (consolidado). Os dados financeiros selecionados originaram-se das demonstrações financeiras para os respectivos exercícios e períodos indicados, elaboradas de acordo com a legislação societária aplicável. As demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, e para o período relativo ao 1º trimestre de 2006 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu e as demonstrações financeiras relativas ao 1º trimestre de 2007 foram auditadas pela Empresa de Auditoria.

COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA - CFLCL

Demonstrações de Resultados

				Var. %	Var. %	3º Trim	3º Trim	Var. %
Demonstrações de Resultados	2004	2005	2006	2004/2005	2005/2006	2006	2007	3º Trim 2006/2007
Residencial	131.703	146.163	164.055	11,0%	12,2%	119.440	135.224	13,2%
Industrial	68.762	67.144	78.790	-2,4%	17,3%	55.436	59.484	7,3%
Comercial	49.823	56.923	65.957	14,3%	15,9%	47.450	55.012	15,9%
Rural	27.328	30.443	34.341	11,4%	12,8%	25.232	28.430	12,7%
Outras Classes	28.324	31.405	35.976	10,9%	14,6%	26.650	27.675	3,8%
Outras Receitas	27.191	72.250	69.441	165,7%	-3,9%	48.968	38.203	-22,0%
RECEITA BRUTA	333.131	404.328	448.560	21,4%	10,9%	323.175	344.028	6,5%
PIS / COFINS / ISS	25.531	35.534	42.150	39,2%	18,6%	30.497	33.288	9,2%
RGR	3.807	3.713	3.812	-2,5%	2,7%	2.866	2.040	-28,8%
ICMS	62.232	73.426	83.488	18,0%	13,7%	60.504	67.619	11,8%
CCC / CDE	14.194	18.028	25.908	27,0%	43,7%	18.984	15.632	-17,7%
P&D / PEE	583	2.700	3.183	363,4%	17,9%	2.358	2.130	-9,7%
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	106.347	133.401	158.541	25,4%	18,8%	115.209	120.709	4,8%
RECEITA LÍQUIDA	226.784	270.927	290.019	19,5%	7,0%	207.966	223.319	7,4%
Pessoal	26.495	27.341	29.237	3,2%	6,9%	21.211	14.100	-33,5%
Material	4.031	3.751	3.801	-6,9%	1,3%	2.716	2.284	-15,9%
Serviço de Terceiros	17.508	23.930	15.783	36,7%	-34,0%	12.758	24.424	91,4%
Energia Comprada	102.293	98.863	101.666	-3,4%	2,8%	69.926	86.888	24,3%
Transporte de Potência Elétrica	10.956	18.752	26.181	71,2%	39,6%	20.025	17.416	-13,0%
Depreciação	14.412	16.677	18.016	15,7%	8,0%	13.278	12.849	-3,2%
Provisões contingências/devedores dubiosos (Reversão)	4.113	8.559	6.524	108,1%	-23,8%	5.776	3.994	-30,9%
Outras Despesas	6.975	6.790	6.699	-2,7%	-1,3%	4.943	7.900	59,8%
DESPESAS OPERACIONAIS	186.783	204.663	207.907	9,6%	1,6%	150.633	169.855	12,8%

MARGEM OPERACIONAL	40.001	66.264	82.112	65,7%	23,9%	57.333	53.464	-6,7%
Receitas Financeiras	3.290	4.158	8.830	26,4%	112,4%	13.915	8.142	-41,5%
Despesas Financeiras	(100.640)	(124.081)	(110.792)	23,3%	-10,7%	(95.638)	(33.284)	-65,2%
Receitas de Multas por Atraso	3.822	3.852	4.709	0,8%	22,2%	3.471	4.341	25,1%
Juros sobre Capital Próprio	13	2.119	-	0,0%	0,0%	-	-	
RESULTADO FINANCEIRO	(93.515)	(113.952)	(97.253)	21,9%	-14,7%	(78.252)	(20.801)	-73,4%
Resultado Antes da Equivalência	(53.514)	(47.688)	(15.141)	-10,9%	-68,2%	(20.919)	32.663	256,1%
Amortização de Ágio	(894)	(1.199)	(1.406)	34,1%	17,3%	(1.054)	(428)	-59,4%
Resultado Equivalência Patrimonial	37.099	57.985	57.898	56,3%	-0,2%	50.447	10.333	-79,5%
Lucro operacional (prejuízo)	(17.309)	9.098	41.351	-152,6%	354,5%	28.474	42.568	49,5%
Receitas Não Operacionais	1.373	177.838	3.905	12852,5%	-97,8%	3.368	1.680	-50,1%
Despesas Não Operacionais	(4.099)	(144.382)	(3.115)	3422,4%	-97,8%	(2.952)	(276)	-90,7%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(2.726)	33.456	790	-1327,3%	-97,6%	416	1.404	237,5%
Lucro Antes Contr. Social e I.Renda	(20.035)	42.554	42.141	-312,4%	-1,0%	28.890	43.972	52,2%
Contribuição Social	-	-	9.581	-	-	-	(1.120)	-
Imposto de Renda	-	(93)	25.883	-	-	-	(9.628)	-
Participação Adm. e Empregados	-	(1.797)	(2.525)	-	40,5%	-	-	-
Reversão de juros sobre o capital próprio	(13)	(2.119)	-	16200,0%	-	-	-	-
Participações Minoritárias	-	-	-	-	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	(20.048)	38.545	75.080	-292,3%	94,8%	28.890	33.223	15,0%

<u>Balanço Patrimonial em R\$ mil</u>	<u>31 de dezembro de</u>			<u>30 de setembro de</u>	
R\$ mil em legislação societária	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>
ATIVO CIRCULANTE:	<u>96.707</u>	<u>155.315</u>	<u>131.361</u>	<u>221.026</u>	<u>122.694</u>
Disponibilidades	26.333	46.365	10.018	4.318	8.743
Contas a Receber	45.516	55.442	68.460	65.772	69.482
Outros a Receber	3.524	3.354	4.253	3.886	4.696
Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	-	-	-
Provisão p/ Duvidosos	(9.872)	(16.679)	(22.392)	(22.047)	(24.565)
Estoques	310	425	501	449	494
Outros	30.896	66.408	70.521	168.648	63.844
REALIZÁVEL LONGO PRAZO:	<u>123.260</u>	<u>174.096</u>	<u>116.427</u>	<u>162.139</u>	<u>97.007</u>
Títulos a Receber	7.749	7.872	7.299	16.111	16.090
Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	-	-	-
Monetária, Judiciais e Outros	115.511	166.224	109.128	146.028	80.917
PERMANENTE:	<u>758.011</u>	<u>703.563</u>	<u>628.974</u>	<u>773.425</u>	<u>123.571</u>
Investimentos	578.751	517.108	438.387	580.577	437
Imobilizado	177.185	185.981	190.499	189.867	123.134
Diferido	2.075	474	88	2.981	-
ATIVO TOTAL	<u>977.978</u>	<u>1.032.974</u>	<u>876.762</u>	<u>1.156.590</u>	<u>343.272</u>

R\$ mil em legislação societária	<u>31 de dezembro de</u>			<u>30 de setembro de</u>	
	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>
PASSIVO CIRCULANTE:	<u>321.341</u>	<u>221.240</u>	<u>222.791</u>	<u>302.065</u>	<u>158.677</u>
Fornecedores	28.896	22.750	18.694	21.924	23.387
Empréstimos e Financiamentos	165.824	113.963	130.417	216.407	96.017
Debêntures	93.655	51.836	-	29.123	-
Impostos, Taxas e Contribuições	21.189	14.384	19.000	19.862	20.131
Juros sobre o capital próprio/Dividendos	5.423	5.351	36.656	93	135
Outras	6.354	12.956	18.024	14.656	19.007
EXIGÍVEL LONGO PRAZO:	<u>348.962</u>	<u>482.832</u>	<u>186.926</u>	<u>397.108</u>	<u>97.631</u>
Empréstimos e Financiamentos	44.459	154.823	94.965	101.139	76.001
Debêntures	88.101	28.735	52.181	25.164	-
Impostos a Recolher	8.709	8.531	9.130	9.586	7.974
Outras	207.693	290.743	30.650	261.219	13.656
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS:					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:	<u>307.675</u>	<u>328.902</u>	<u>467.045</u>	<u>457.417</u>	<u>86.964</u>
Capital Social Realizado	279.977	279.977	379.603	379.602	44.171
Reservas de Capital	27.698	27.698	27.698	27.698	7.922
Reservas de Lucros	-	21.227	59.744	21.227	6.448
Lucros (prejuízos) acumulados	-	-	-	28.890	28.423
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	-	-
PASSIVO TOTAL	<u>977.978</u>	<u>1.032.974</u>	<u>876.762</u>	<u>1.156.590</u>	<u>343.272</u>

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE NOVA FRIBURGO - CENF

Demonstrações de Resultados

				Var. %	Var. %	3º Trim	3º Trim	Var. %
Demonstrações de Resultados	2004	2005	2006	2004/2005	2005/2006	2006	2007	3º Trim 2006/2007
Residencial	44.957	53.927	57.716	20,0%	7,0%	44.283	43.475	-1,8%
Industrial	15.090	16.448	16.671	9,0%	1,4%	12.403	13.118	5,8%
Comercial	19.924	23.746	24.337	19,2%	2,5%	18.401	17.795	-3,3%
Rural	1.236	1.421	1.587	15,0%	11,7%	1.216	1.242	2,1%
Outras Classes	8.358	10.256	10.999	22,7%	7,2%	7.813	7.100	-9,1%
Outras Receitas	3.828	9.122	5.138	138,3%	-43,7%	3.461	5.851	69,1%
RECEITA BRUTA	93.393	114.920	116.448	23,0%	1,3%	87.577	88.581	1,1%
PIS / COFINS /ISS	7.212	10.403	11.731	44,2%	12,8%	8.817	8.902	1,0%
RGR	748	715	709	-4,4%	-0,8%	526	589	12,0%
ICMS	22.687	27.582	28.915	21,6%	4,8%	21.925	21.081	-3,8%
CCC / CDE	4.240	5.091	6.875	20,1%	35,0%	5.052	4.191	-17,0%
P&D / PEE	128	751	806	487,9%	7,3%	670	556	
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	35.015	44.542	49.036	27,2%	10,1%	36.990	35.319	-4,5%
RECEITA LÍQUIDA	58.378	70.378	67.412	20,6%	-4,2%	50.587	53.262	5,3%
Pessoal	3.821	4.462	5.218	16,8%	16,9%	3.876	4.053	4,6%
Material	568	671	664	18,1%	-1,0%	455	570	25,3%
Serviço de Terceiros	7.699	8.783	8.849	14,1%	0,8%	6.457	8.315	28,8%
Energia Comprada	24.672	18.175	9.144	-26,3%	-49,7%	3.801	12.270	222,8%
Transporte de Potência Elétrica	9.636	17.001	20.724	76,4%	21,9%	15.233	6.783	-55,5%
Depreciação	2.654	3.053	3.266	15,0%	7,0%	2.423	2.661	9,8%
Provisões contingências/devedores duvidosos (Reversão)	402	927	2.358	130,6%	154,4%	2.039	(362)	-117,8%
Outras Despesas	1.151	1.411	1.999	22,6%	41,7%	1.237	1.274	3,0%
DESPESAS OPERACIONAIS	50.603	54.483	52.222	7,7%	-4,1%	35.521	35.564	0,1%
MARGEM OPERACIONAL	7.775	15.895	15.190	104,4%	-4,4%	15.066	17.698	17,5%
Receitas Financeiras	2.694	3.680	6.249	36,6%	69,8%	5.548	1.514	-72,7%
Despesas Financeiras	(3.665)	(5.101)	(9.650)	39,2%	89,2%	(7.553)	(4.255)	-43,7%
Receitas de Multas por Atraso	1.302	2.035	1.516	56,3%	-25,5%	729	1.092	49,8%
Juros sobre Capital Próprio	-	(3.539)	-		-100,0%	-	-	
RESULTADO FINANCEIRO	331	(2.925)	(1.885)	-983,7%	-35,6%	(1.276)	(1.649)	29,2%
Resultado Antes da Equivalência	8.106	12.970	13.305	60,0%	2,6%	13.790	16.049	16,4%
Amortização de Ágio	-	-	-			-	(1.984)	
Resultado Equivalência Patrimonial	-	-	-			-	-	

Lucro operacional (prejuízo)	8.106	12.970	13.305	60,0%	2,6%	13.790	14.065	2,0%
Receitas Não Operacionais	587	782	553	33,2%	-29,3%	327	54	-83,5%
Despesas Não Operacionais	(122)	(300)	(158)	145,9%	-47,3%	(50)	(163)	226,0%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	465	482	395	3,7%	-18,0%	277	(109)	-139,4%
Lucro Antes Contr. Social e I.Renda	8.571	13.452	13.700	56,9%	1,8%	14.067	13.956	-0,8%
Contribuição Social	(766)	(1.131)	(1.230)	47,7%	8,8%	(1.337)	(880)	-34,2%
Imposto de Renda	(2.082)	(3.038)	(3.215)	45,9%	5,8%	(3.454)	(2.029)	-41,3%
Participação Adm. e Empregados	(584)	(1.057)	(1.188)	81,0%	12,4%	-	-	
Reversão de juros sobre o capital próprio	-	3.539	-			-	-	
Participações Minoritárias	-					-	-	
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	5.139	11.765	8.067	128,9%	-31,4%	9.275	11.047	19,1%

Balanco Patrimonial em R\$ mil	31 de dezembro de			30 de setembro de	
R\$ mil em legislação societária	2004	2005	2006	2006	2007
ATIVO CIRCULANTE:	24.344	40.071	40.385	46.457	39.096
Disponibilidades	816	11.977	4.659	9.186	4.645
Contas a Receber	13.594	14.327	14.038	14.075	15.621
Outros a Receber	524	826	634	1.232	387
Recomposição Tarifária Extraordinária	3.675	4.710	5.690	6.421	3.231
Provisão p/ Duvidosos	(820)	(826)	(1.122)	(1.110)	(1.112)
Estoques	159	96	114	128	120
Outros	6.396	8.961	16.372	16.525	16.204
REALIZÁVEL LONGO PRAZO:	30.587	39.111	6.892	7.764	5.052
Títulos a Receber	-	-	-	527	368
Recomposição Tarifária Extraordinária	8.172	5.464	-	-	-
Monetária, Judiciais e Outros	22.415	33.647	6.892	7.237	4.684
PERMANENTE:	35.850	36.944	38.987	38.412	53.869
Investimentos	126	138	153	167	157
Imobilizado	34.970	36.021	38.121	37.494	53.007
Diferido	754	785	713	751	705
ATIVO TOTAL	90.781	116.126	86.264	92.633	98.018

R\$ mil em legislação societária	<u>31 de dezembro de</u>		<u>30 de setembro de</u>		
	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>
PASSIVO CIRCULANTE:	<u>31.646</u>	<u>37.555</u>	<u>40.612</u>	<u>41.607</u>	<u>27.079</u>
Fornecedores	7.289	6.758	14.189	9.248	5.174
Empréstimos e Financiamentos	8.603	15.547	16.110	13.922	13.286
Debêntures	-	-	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	6.569	4.833	4.939	5.464	2.964
Juros sobre o capital próprio/Dividendos	6.632	6.893	754	6.156	754
Outras	2.553	3.524	4.620	6.818	4.901
EXIGÍVEL LONGO PRAZO:	<u>19.540</u>	<u>38.886</u>	<u>17.240</u>	<u>21.405</u>	<u>8.768</u>
Empréstimos e Financiamentos	5.193	29.029	7.951	11.625	1.456
Debêntures	-	-	-	-	-
Impostos a Recolher	8.507	6.607	5.376	5.522	4.860
Outras	5.840	3.250	3.913	4.258	2.452
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS:					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:	<u>39.595</u>	<u>39.685</u>	<u>28.412</u>	<u>29.620</u>	<u>62.171</u>
Capital Social Realizado	21.000	21.000	21.000	21.000	30.000
Reservas de Capital	183	183	183	184	13.896
Reservas de Lucros	18.412	18.502	7.229	2.580	7.227
Lucros (prejuízos) acumulados	-	-	-	5.856	11.047
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	-	-
PASSIVO TOTAL	<u>90.781</u>	<u>116.126</u>	<u>86.264</u>	<u>92.633</u>	<u>98.018</u>

EMPRESA ENERGÉTICA DE SERGIPE - ENERGIPE

Demonstrações de Resultados

				Var.%	Var.%	3º Trim	3º Trim	Var.%
	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	2004/2005	2005/2006	2006	2007	3ºTrim 2006/2007
Demonstrações de Resultados								
Residencial	165.185	194.197	215.649	17,6%	11,0%	160.183	171.669	7,2%
Industrial	92.611	99.930	91.008	7,9%	-8,9%	66.946	62.367	-6,8%
Comercial	91.028	113.132	130.195	24,3%	15,1%	96.687	101.497	5,0%
Rural	12.123	13.974	15.211	15,3%	8,9%	11.064	11.755	6,2%
Outras Classes	52.532	67.563	78.419	28,6%	16,1%	54.452	58.254	7,0%
Outras Receitas	56.601	54.757	76.252	-3,3%	39,3%	54.581	53.768	-1,5%
RECEITA BRUTA	470.080	543.553	606.734	15,6%	11,6%	443.912	459.310	3,5%
PIS / COFINS /ISS	33.741	55.444	61.694	64,3%	11,3%	45.874	45.252	-1,4%
RGR	3.894	3.720	4.002	-4,5%	7,6%	3.128	2.806	-10,3%
ICMS	89.129	103.230	113.164	15,8%	9,6%	84.727	84.005	-0,9%
CCC / CDE	16.257	20.595	35.038	26,7%	70,1%	25.591	17.563	-31,4%
P&D / PEE	773	3.718	4.286	381,0%	15,3%	3.282	3.037	-7,5%
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	143.794	186.707	218.184	29,8%	16,9%	162.602	152.663	-6,1%
RECEITA LÍQUIDA	326.286	356.846	388.550	9,4%	8,9%	281.310	306.647	9,0%
Pessoal	40.533	39.790	40.884	-1,8%	2,7%	29.752	34.641	16,4%
Material	4.150	4.420	5.413	6,5%	22,5%	3.346	3.850	15,1%
Serviço de Terceiros	12.195	12.776	13.863	4,8%	8,5%	9.681	15.594	61,1%
Energia Comprada	120.621	130.092	138.082	7,9%	6,1%	99.210	105.309	6,1%
Transporte de Potência Elétrica	24.036	26.439	20.343	10,0%	-23,1%	19.431	3.360	-82,7%
Depreciação	14.107	15.566	18.526	10,3%	19,0%	13.500	17.341	28,5%
Provisões contingências/devedores duvidosos (Reversão)	5.993	4.089	5.023	-31,8%	22,8%	2.646	(2.515)	-195,0%
Outras Despesas	4.836	2.168	5.773	-55,2%	166,3%	5.169	10.404	101,3%
DESPESAS OPERACIONAIS	226.471	235.340	247.907	3,9%	5,3%	182.735	187.984	2,9%
MARGEM OPERACIONAL	99.815	121.506	140.643	21,7%	15,7%	98.575	118.663	20,4%
Receitas Financeiras	2.348	2.672	15.786	13,8%	490,8%	13.855	11.899	-14,1%
Despesas Financeiras	(77.581)	(104.924)	(107.233)	35,2%	2,2%	(86.389)	(58.235)	-32,6%
Receitas de Multas por Atraso	5.314	6.449	8.016	21,4%	24,3%	3.812	6.359	66,8%
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-			(0)	-	

RESULTADO FINANCEIRO	(69.919)	(95.803)	(83.431)	37,0%	-12,9%	(68.722)	(39.977)	-41,8%
Resultado Antes da Equivalência	29.896	25.703	57.212	-14,0%	122,6%	29.853	78.686	163,6%
Amortização de Ágio	(10.631)	(13.053)	(15.290)	22,8%	17,1%	(11.466)	(11.871)	3,5%
Resultado Equivalência Patrimonial	10.207	44.080	49.862	331,9%	13,1%	41.144	-	-100,0%
Lucro operacional (prejuízo)	29.472	56.730	91.784	92,5%	61,8%	59.531	66.815	12,2%
Receitas Não Operacionais	1.907	4.174	1.838	118,9%	-56,0%	1.150	3.003	161,1%
Despesas Não Operacionais	(480)	(354)	(311)	-26,3%	-12,1%	(221)	(140)	-36,7%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.427	3.820	1.527	167,7%	-60,0%	929	2.863	208,2%
Lucro Antes Contr. Social e I.Renda	30.899	60.550	93.311	96,0%	54,1%	60.460	69.678	15,2%
Contribuição Social	(3.554)	5.210	(3.800)	-246,6%	-172,9%	(1.740)	(7.512)	331,6%
Imposto de Renda	(9.767)	2.766	(10.499)	-128,3%	-479,6%	(4.641)	(14.557)	213,6%
Participação Adm. e Empregados	-	(1.215)	(1.409)		16,0%	-	-	
Reversão de juros sobre o capital próprio	-	-				-	-	
Participações Minoritárias	-	-				-	-	
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	17.578	67.311	77.603	282,9%	15,3%	54.078	47.609	-12,0%

Balanco Patrimonial em R\$ mil	31 de dezembro de			30 de setembro de	
R\$ mil em legislação societária	2004	2005	2006	2006	2007
ATIVO CIRCULANTE:	136.518	190.313	180.629	167.734	167.443
Disponibilidades	14.733	48.444	44.523	29.329	41.281
Contas a Receber	73.539	77.474	87.025	77.738	84.470
Outros a Receber	16.366	19.285	16.265	16.896	18.345
Recomposição Tarifária Extraordinária	18.849	14.174	1.026	992	2.525
Provisão p/ Duvidosos	(9.781)	(11.972)	(19.426)	(15.873)	(18.196)
Estoques	448	477	1.418	557	1.540
Outros	22.364	42.431	49.798	58.095	37.478
REALIZÁVEL LONGO PRAZO:	405.085	469.414	154.405	367.757	115.009
Títulos a Receber	8.810	5.239	7.124	-	25.052
Recomposição Tarifária Extraordinária	10.095	-	-	-	-
Monetária, Judiciais e Outros	386.180	464.175	147.281	367.757	89.957
PERMANENTE:	779.576	832.387	657.144	1.008.771	660.740
Investimentos	123.424	167.449	-	341.813	-
Imobilizado	654.784	663.016	657.144	664.610	660.740
Diferido	1.368	1.922	-	2.348	-
ATIVO TOTAL	1.321.179	1.492.114	992.178	1.544.262	943.192

R\$ mil em legislação societária	<u>31 de dezembro de</u>		<u>2006</u>	<u>30 de setembro de</u>	
	<u>2004</u>	<u>2005</u>		<u>2006</u>	<u>2007</u>
PASSIVO CIRCULANTE:	<u>359.759</u>	<u>342.153</u>	<u>263.539</u>	<u>157.299</u>	<u>215.601</u>
Fornecedores	55.129	47.233	36.095	32.889	32.491
Empréstimos e Financiamentos	252.644	236.357	114.786	63.408	125.730
Debêntures	-	-	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	33.632	25.185	33.692	22.647	21.503
Juros sobre o capital próprio/Dividendos	-	14.608	45.777	15	100
Outras	18.354	18.770	33.189	38.340	35.777
EXIGÍVEL LONGO PRAZO:	<u>264.538</u>	<u>386.290</u>	<u>525.398</u>	<u>544.142</u>	<u>436.917</u>
Empréstimos e Financiamentos	199.099	286.289	481.605	483.136	392.970
Debêntures	-	-	-	-	-
Impostos a Recolher	24.024	19.704	13.733	14.483	12.389
Outras	41.415	83.297	30.060	46.523	31.558
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS:	-	-	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:	<u>696.882</u>	<u>763.671</u>	<u>203.241</u>	<u>842.821</u>	<u>290.674</u>
Capital Social Realizado	437.815	707.872	114.328	707.872	149.192
Reservas de Capital	3.348	8.899	16.247	33.971	14.518
Reservas de Lucros	-	46.900	50.780	46.900	50.780
Lucros (prejuízos) acumulados	(4.402)	-	-	54.078	47.609
Recursos destinados a aumento de capital	260.121	-	21.886	-	28.575
PASSIVO TOTAL	<u>1.321.179</u>	<u>1.492.114</u>	<u>992.178</u>	<u>1.544.262</u>	<u>943.192</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BORBOREMA - CELB

Demonstrações de Resultados

				Var. %	Var. %	3° Trim	3° Trim	Var. %
Demonstrações de Resultados	2004	2005	2006	2004/2005	2005/2006	2006	2007	3°Trim 2006/2007
Residencial	36.861	44.639	52.111	21,1%	16,7%	38.391	39.701	3,4%
Industrial	36.813	30.632	40.482	-16,8%	32,2%	29.549	33.597	13,7%
Comercial	19.758	23.167	28.158	17,3%	21,5%	20.636	22.017	6,7%
Rural	2.044	2.534	2.956	24,0%	16,7%	2.150	2.167	0,8%
Outras Classes	9.226	11.402	13.546	23,6%	18,8%	9.720	9.736	0,2%
Outras Receitas	2.795	4.904	11.328	75,5%	131,0%	7.579	14.964	97,4%
RECEITA BRUTA	107.497	117.278	148.581	9,1%	26,7%	108.025	122.182	13,1%
PIS / COFINS /ISS	8.630	9.455	14.931	9,6%	57,9%	10.909	12.487	14,5%
RGR	449	441	519	-1,8%	17,7%	388	342	-11,9%
ICMS	16.365	23.731	28.698	45,0%	20,9%	21.131	22.173	4,9%
CCC / CDE	5.376	4.838	10.303	-10,0%	113,0%	7.680	4.713	-38,6%
P&D / PEE	165	1.096	967	564,1%	-11,8%	810	845	4,3%
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	30.985	39.561	55.418	27,7%	40,1%	40.918	40.560	-0,9%
RECEITA LÍQUIDA	76.512	77.717	93.163	1,6%	19,9%	67.107	81.622	21,6%
Pessoal	7.412	7.547	8.659	1,8%	14,7%	6.155	6.215	1,0%
Material	1.068	1.097	1.023	2,7%	-6,7%	698	774	10,9%
Serviço de Terceiros	4.559	4.627	4.761	1,5%	2,9%	3.648	5.646	54,8%
Energia Comprada	35.362	37.810	41.572	6,9%	9,9%	30.637	32.192	5,1%
Transporte de Potência Elétrica	6.451	8.681	10.126	34,6%	16,6%	7.735	6.315	-18,4%
Depreciação	3.209	3.305	3.462	3,0%	4,8%	2.579	2.800	8,6%
Provisões contingências/devedores duvidosos (Reversão)	4.522	2.271	3.909	-49,8%	72,1%	(1.803)	9.145	-607,2%
Outras Despesas	3.030	1.085	2.409	-64,2%	122,0%	1.450	2.498	72,3%
DESPESAS OPERACIONAIS	65.613	66.423	75.921	1,2%	14,3%	51.099	65.585	28,3%
MARGEM OPERACIONAL	10.899	11.294	17.242	3,6%	52,7%	16.008	16.037	0,2%
Receitas Financeiras	1.268	5.357	7.863	322,5%	46,8%	6.491	3.543	-45,4%
Despesas Financeiras	(9.985)	(10.486)	(12.717)	5,0%	21,3%	(10.544)	(5.124)	-51,4%
Receitas de Multas por Atraso	1.272	997	2.004	-21,6%	101,0%	1.489	1.506	1,1%
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	(7.445)	(4.132)	(2.850)	-44,5%	-31,0%	(2.564)	(75)	-97,1%
Resultado Antes da Equivalência	3.454	7.162	14.392	107,4%	100,9%	13.444	15.962	18,7%
Amortização de Ágio	-	-	(149)	-	-	-	(1.348)	-
Resultado Equivalência	-	-	-	-	-	-	-	-

Patrimonial

Lucro operacional (prejuízo)	3.454	7.162	14.243	107,4%	98,9%	13.444	14.614	8,7%
Receitas Não Operacionais	2.015	1.109	403	-45,0%	-63,7%	317	91	-71,3%
Despesas Não Operacionais	(387)	(306)	(1.210)	-20,9%	295,4%	(1.107)	(25)	-97,7%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.628	803	(807)	-50,7%	-200,5%	(790)	66	-108,4%
Lucro Antes Contr. Social e I.Renda	5.082	7.965	13.436	56,7%	68,7%	12.654	14.680	16,0%
Contribuição Social	(494)	(701)	(1.142)	41,9%	62,9%	(1.151)	(1.094)	-5,0%
Imposto de Renda	(1.341)	(1.973)	(3.275)	47,1%	66,0%	(3.127)	(2.824)	-9,7%
Participação Adm. e Empregados	(251)	(356)	(654)	41,8%	83,7%	-	-	-
Reversão de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações Minoritárias	-	-	-	-	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	2.996	4.935	8.365	64,7%	69,5%	8.375	10.761	28,5%

Balço Patrimonial em R\$ mil	31 de dezembro de			30 de setembro de	
R\$ mil em legislação societária	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>
ATIVO CIRCULANTE:	<u>31.081</u>	<u>44.339</u>	<u>77.429</u>	<u>59.830</u>	<u>66.182</u>
Disponibilidades	3.912	9.690	13.786	13.236	11.635
Contas a Receber	19.748	16.617	36.990	30.473	43.925
Outros a Receber	2.213	2.120	3.086	2.436	3.374
Recomposição Tarifária Extraordinária	5.885	8.109	10.090	10.142	5.400
Provisão p/ Duvidosos	(7.338)	(2.821)	(8.751)	(2.661)	(15.660)
Estoques	190	136	201	150	149
Outros	6.471	10.488	22.027	6.054	17.360
REALIZÁVEL LONGO PRAZO:	<u>51.382</u>	<u>55.043</u>	<u>43.024</u>	<u>24.111</u>	<u>23.001</u>
Títulos a Receber	727	1.228	1.189	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária	15.774	7.022	2.458	3.345	2.679
Monetária, Judiciais e Outros	34.881	46.793	39.377	20.766	20.321
PERMANENTE:	<u>26.867</u>	<u>31.125</u>	<u>33.930</u>	<u>33.332</u>	<u>60.641</u>
Investimentos	97	35	-	49	(15)
Imobilizado	25.729	30.082	32.932	32.323	59.873
Diferido	1.041	1.008	998	960	783
ATIVO TOTAL	<u>109.330</u>	<u>130.507</u>	<u>154.383</u>	<u>117.273</u>	<u>149.824</u>

R\$ mil em legislação societária	<u>31 de dezembro de</u>		<u>30 de setembro de</u>		
	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>
PASSIVO CIRCULANTE:	<u>44.231</u>	<u>49.627</u>	<u>64.267</u>	<u>47.238</u>	<u>45.934</u>
Fornecedores	12.975	9.052	17.911	10.220	10.799
Empréstimos e Financiamentos	18.080	26.180	15.076	14.751	11.750
Debêntures	-	-	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	7.758	7.036	10.556	11.322	6.964
Juros sobre o capital próprio/Dividendos	1.265	1.667	12.273	624	8.469
Outras	4.153	5.692	8.451	10.320	7.953
EXIGÍVEL LONGO PRAZO:	<u>37.203</u>	<u>48.305</u>	<u>17.603</u>	<u>27.134</u>	<u>19.825</u>
Empréstimos e Financiamentos	14.993	30.232	11.486	13.777	9.604
Debêntures	-	-	-	-	-
Impostos a Recolher	10.703	9.620	4.547	4.948	4.211
Outras	11.507	8.453	1.570	8.409	6.010
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS:					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:	<u>27.896</u>	<u>32.575</u>	<u>72.513</u>	<u>42.901</u>	<u>84.065</u>
Capital Social Realizado	12.665	24.665	35.919	24.665	42.371
Reservas de Capital	887	2.100	30.426	4.052	28.407
Reservas de Lucros	2.344	5.810	2.526	5.810	2.526
Lucros (prejuízos) acumulados		-		8.375	10.762
Recursos destinados a aumento de capital	12.000	-	3.642	-	
PASSIVO TOTAL	<u>109.330</u>	<u>130.507</u>	<u>154.383</u>	<u>117.273</u>	<u>149.824</u>

SOCIEDADE ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAÍBA - SAELPA

Demonstrações de Resultados

				Var. %	Var. %	3º Trim	3º Trim	Var. %
				2004/ 2005	2005/ 2006	2006	2007	3º Trim 2006/ 2007
Demonstrações de Resultados	2004	2005	2006					
Residencial	225.234	278.349	339.386	23,6%	21,9%	250.160	270.222	8,0%
Industrial	118.773	113.518	121.894	-4,4%	7,4%	89.987	94.499	5,0%
Comercial	101.081	132.207	165.230	30,8%	25,0%	120.999	128.363	6,1%
Rural	17.406	25.114	30.910	44,3%	23,1%	21.309	24.156	13,4%
Outras Classes	88.901	112.310	138.967	26,3%	23,7%	98.192	101.711	3,6%
Outras Receitas	20.229	49.574	72.889	145,1%	47,0%	52.946	48.463	-8,5%
RECEITA BRUTA	571.624	711.072	869.276	24,4%	22,2%	633.592	667.414	5,3%
PIS / COFINS /ISS	46.345	64.092	86.560	38,3%	35,1%	64.613	64.513	-0,2%
RGR	4.655	5.287	5.752	13,6%	8,8%	4.392	4.749	8,1%
ICMS	100.370	149.142	181.340	48,6%	21,6%	132.472	141.109	6,5%
CCC / CDE	25.400	33.021	44.068	30,0%	33,5%	31.879	29.117	-8,7%
P&D / PEE	945	6.279	5.260	564,5%	-16,2%	4.594	4.434	-3,5%
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	177.715	257.821	322.980	45,1%	25,3%	237.950	243.922	2,5%
RECEITA LÍQUIDA	393.909	453.251	546.296	15,1%	20,5%	395.642	423.492	7,0%
Pessoal	38.173	46.922	49.526	22,9%	5,5%	35.942	40.002	11,3%
Material	6.424	7.263	6.309	13,1%	-13,1%	4.190	4.900	16,9%
Serviço de Terceiros	26.118	32.304	35.315	23,7%	9,3%	25.153	40.774	62,1%
Energia Comprada	181.401	184.989	219.568	2,0%	18,7%	158.174	170.444	7,8%
Transporte de Potência Elétrica	40.326	37.991	43.544	-5,8%	14,6%	33.026	28.219	-14,6%
Depreciação	18.653	22.486	25.427	20,5%	13,1%	18.827	22.164	17,7%
Provisões contingências/devedores duvidosos (Reversão)	16.474	(30.760)	18.818	-286,7%	-161,2%	1.490	6.417	330,7%
Outras Despesas	11.668	7.281	10.986	-37,6%	50,9%	6.665	14.717	120,8%
DESPESAS OPERACIONAIS	339.237	308.476	409.493	-9,1%	32,7%	283.467	327.637	15,6%

MARGEM OPERACIONAL	54.672	144.776	136.803	164,8%	-5,5%	112.175	95.855	-14,5%
Receitas Financeiras	307	1.963	29.640	539,4%	1409,9%	23.092	16.656	-27,9%
Despesas Financeiras	(45.351)	(59.196)	(76.218)	30,5%	28,8%	(59.161)	(53.587)	-9,4%
Receitas de Multas por Atraso	20.133	18.572	14.768	-7,8%	-20,5%	10.714	12.234	14,2%
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	(24.911)	(38.661)	(31.810)	55,2%	-17,7%	(25.355)	(24.697)	-2,6%
Resultado Antes da Equivalência	29.761	106.115	104.993	256,6%	-1,1%	86.820	71.158	-18,0%
Amortização de Ágio	-	-	(454)	-	-	-	(4.083)	-
Resultado Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro operacional (prejuízo)	29.761	106.115	104.539	256,6%	-1,5%	86.820	67.075	-22,7%
Receitas Não Operacionais	2.504	5.227	3.375	108,7%	-35,4%	2.528	894	-64,6%
Despesas Não Operacionais	(1.898)	(632)	(2.254)	-66,7%	256,6%	(1.642)	(487)	-70,3%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	606	4.595	1.121	658,3%	-75,6%	886	407	-54,1%
Lucro Antes Contr. Social e I.Renda	30.367	110.710	105.660	264,6%	-4,6%	87.706	67.482	-23,1%
Contribuição Social	(2.408)	(10.023)	(9.630)	316,2%	-3,9%	(8.030)	(5.447)	-32,2%
Imposto de Renda	(7.073)	(27.099)	(23.433)	283,1%	-13,5%	(21.645)	(14.362)	-33,7%
Participação Adm. e Empregados	-	(1.530)	(2.384)	-	55,8%	-	-	-
Reversão de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações Minoritárias	-	-	-	-	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	20.886	72.058	70.213	245,0%	-2,6%	58.031	47.673	-17,8%

Balço Patrimonial em R\$ mil	31 de dezembro de			30 de setembro de	
R\$ mil em legislação societária	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>
ATIVO CIRCULANTE:	<u>169.134</u>	<u>282.070</u>	<u>337.333</u>	<u>311.461</u>	<u>306.172</u>
Disponibilidades	17.200	39.747	61.782	40.151	48.380
Contas a Receber	126.745	129.437	137.528	124.643	133.947
Outros a Receber	12.901	25.276	41.618	34.964	33.215
Recomposição Tarifária Extraordinária	21.030	25.700	28.681	28.885	6.500
Provisão p/ Duvidosos	(47.681)	(23.391)	(37.118)	(26.053)	(32.923)
Estoques	771	570	766	457	868
Outros	38.168	84.731	104.076	108.414	116.185
REALIZÁVEL LONGO PRAZO:	<u>342.484</u>	<u>280.599</u>	<u>378.133</u>	<u>325.627</u>	<u>336.119</u>
Títulos a Receber	71.159	70.261	67.989	72.022	61.314
Recomposição Tarifária Extraordinária	41.804	25.337	-	6.799	-
Monetária, Judiciais e Outros	229.521	185.001	310.144	246.806	274.805
PERMANENTE:	<u>252.384</u>	<u>286.401</u>	<u>322.353</u>	<u>319.289</u>	<u>354.749</u>
Investimentos	105	113	12	169	59
Imobilizado	249.717	285.918	322.053	312.360	354.347
Diferido	2.562	370	288	6.760	343
ATIVO TOTAL	<u>764.002</u>	<u>849.070</u>	<u>1.037.819</u>	<u>956.377</u>	<u>997.040</u>

	31 de dezembro de			30 de setembro de	
R\$ mil em legislação societária	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>
PASSIVO CIRCULANTE:	<u>261.124</u>	<u>280.916</u>	<u>297.002</u>	<u>203.382</u>	<u>223.673</u>
Fornecedores	71.061	57.831	60.943	56.441	55.763
Empréstimos e Financiamentos	113.727	134.089	86.240	70.912	88.437
Debêntures	-	-	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	48.959	38.913	43.983	40.434	35.189
Juros sobre o capital próprio/Dividendos	-	16.406	66.903	201	479
Outras	27.377	33.677	38.933	35.394	43.806

EXIGÍVEL LONGO PRAZO:	<u>314.326</u>	<u>312.685</u>	<u>368.980</u>	<u>430.975</u>	<u>316.877</u>
Empréstimos e Financiamentos	43.954	149.288	292.856	300.122	239.858
Debêntures	-	-	-	-	-
Impostos a Recolher	121.270	27.474	10.538	13.991	6.377
Outras	149.102	135.923	65.586	116.862	70.642
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS:					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:	<u>188.552</u>	<u>255.469</u>	<u>371.837</u>	<u>322.020</u>	<u>456.490</u>
Capital Social Realizado	181.401	181.401	181.401	178.769	212.684
Reservas de Capital	8.814	21.397	134.254	32.549	110.555
Reservas de Lucros	(1.663)	52.671	56.182	52.671	56.182
Lucros (prejuízos) acumulados	-	-		58.031	47.675
Recursos destinados a aumento de capital	-	-		-	29.394
PASSIVO TOTAL	<u>764.002</u>	<u>849.070</u>	<u>1.037.819</u>	<u>956.377</u>	<u>1.034.103</u>

SISTEMA CATAGUAZES LEOPOLDINA – SCL (CONSOLIDADO)

Demonstrações de Resultados

				Var. %	Var. %	3º Trim	3º Trim	Var. %
Demonstrações de Resultados	2004	2005	2006	2004/2005	2005/2006	2006	2007	3º Trim 2006/2007
Residencial	603.940	717.275	828.915	18,8%	15,6%	611.874	659.008	7,7%
Industrial	332.049	327.672	348.845	-1,3%	6,5%	254.320	262.934	3,4%
Comercial	281.614	349.174	413.878	24,0%	18,5%	304.172	324.507	6,7%
Rural	60.137	73.486	85.006	22,2%	15,7%	60.971	67.738	11,1%
Outras Classes	187.341	232.938	277.907	24,3%	19,3%	196.827	204.397	3,8%
Outras Receitas	154.066	271.375	342.477	76,1%	26,2%	246.437	278.724	13,1%
RECEITA BRUTA	1.619.147	1.971.920	2.297.028	21,8%	16,5%	1.674.600	1.797.308	7,3%
PIS / COFINS /ISS	128.019	178.924	222.153	39,8%	24,2%	164.427	174.904	6,4%
RGR	13.586	13.914	14.916	2,4%	7,2%	11.406	10.920	-4,3%
ICMS	291.155	377.615	436.393	29,7%	15,6%	321.389	336.155	4,6%
CCC / CDE	65.465	81.572	122.192	24,6%	49,8%	89.188	71.218	-20,1%
P&D / PEE	2.593	14.544	14.502	460,8%	-0,3%	11.713	11.002	-6,1%
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	500.818	666.569	810.156	33,1%	21,5%	598.123	604.199	1,0%
RECEITA LÍQUIDA	1.118.329	1.305.351	1.486.872	16,7%	13,9%	1.076.477	1.193.109	10,8%
Pessoal	128.331	142.203	151.462	10,8%	6,5%	102.777	115.338	12,2%
Material	17.670	22.234	19.351	25,8%	-13,0%	12.262	13.191	7,6%
Serviço de Terceiros	64.333	84.048	78.531	30,6%	-6,6%	53.660	73.843	37,6%
Energia Comprada	425.520	474.641	538.746	11,5%	13,5%	379.967	428.486	12,8%
Transporte de Potência Elétrica	86.007	109.940	122.753	27,8%	11,7%	96.874	63.839	-34,1%
Combustível para produção de Energia Elétrica	18.504	23.982	23.315	29,6%	-2,8%	13.824	9.010	-34,8%
Depreciação	60.167	66.407	77.405	10,4%	16,6%	56.260	65.714	16,8%
Provisões contingências/devedores duvidosos (Reversão)	33.184	(14.117)	30.901	-142,5%	-318,9%	10.690	17.377	62,6%
Outras Despesas	26.877	26.842	36.194	-0,1%	34,8%	39.530	48.548	22,8%
DESPESAS OPERACIONAIS	860.593	936.180	1.078.658	8,8%	15,2%	765.844	835.346	9,1%
MARGEM OPERACIONAL	257.736	369.171	408.214	43,2%	10,6%	310.633	357.763	15,2%
Receitas Financeiras	9.781	15.336	19.680	56,8%	28,3%	48.873	56.466	15,5%
Despesas Financeiras	(240.527)	(271.508)	(297.393)	12,9%	9,5%	(262.992)	(232.852)	-11,5%
Receitas de Multas por Atraso	31.843	31.906	31.013	0,2%	-2,8%	22.629	25.532	12,8%
Juros sobre Capital Próprio	(51)	(1.440)	-	2723,5%	-100,0%	-	-	

RESULTADO FINANCEIRO	(198.954)	(225.706)	(246.700)	13,4%	9,3%	(191.490)	(150.854)	-21,2%
Resultado Antes da Equivalência	58.782	143.465	161.514	144,1%	12,6%	119.143	206.909	73,7%
Amortização de Ágio	(15.055)	(20.488)	(24.865)	36,1%	21,4%	(17.860)	(33.930)	90,0%
Resultado Equivalência Patrimonial	145	10.441	-	7100,7%	-100,0%	(219)	4.912	-2342,9%
Lucro operacional (prejuízo)	43.872	133.418	136.649	204,1%	2,4%	101.064	177.891	76,0%
Receitas Não Operacionais	8.337	193.113	11.403	2216,3%	-94,1%	9.013	193.767	2049,9%
Despesas Não Operacionais	(7.873)	(151.944)	(12.076)	1829,9%	-92,1%	(9.612)	(39.294)	308,8%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	464	41.169	(673)	8772,6%	-101,6%	(599)	154.473	25888,5%
Lucro Antes Contr. Social e I.Renda	44.336	174.587	135.976	293,8%	-22,1%	100.465	332.364	230,8%
Contribuição Social	(10.037)	(10.339)	(10.389)	3,0%	0,5%	(15.472)	(26.043)	68,3%
Imposto de Renda	(22.250)	(19.720)	(2.785)	-11,4%	-85,9%	(27.879)	(52.462)	88,2%
Participação Adm. e Empregados	(1.052)	(6.059)	(8.359)	476,0%	38,0%	-	-	-
Reversão de juros sobre o capital próprio	51	1.440	-	2723,5%	-100,0%	-	-	-
Participações Minoritárias	(29.666)	(98.651)	(38.203)	232,5%	-61,3%	(27.341)	(10.560)	-61,4%
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	(18.618)	41.258	76.240	-321,6%	84,8%	29.773	243.300	717,2%

Balanco Patrimonial em R\$ mil

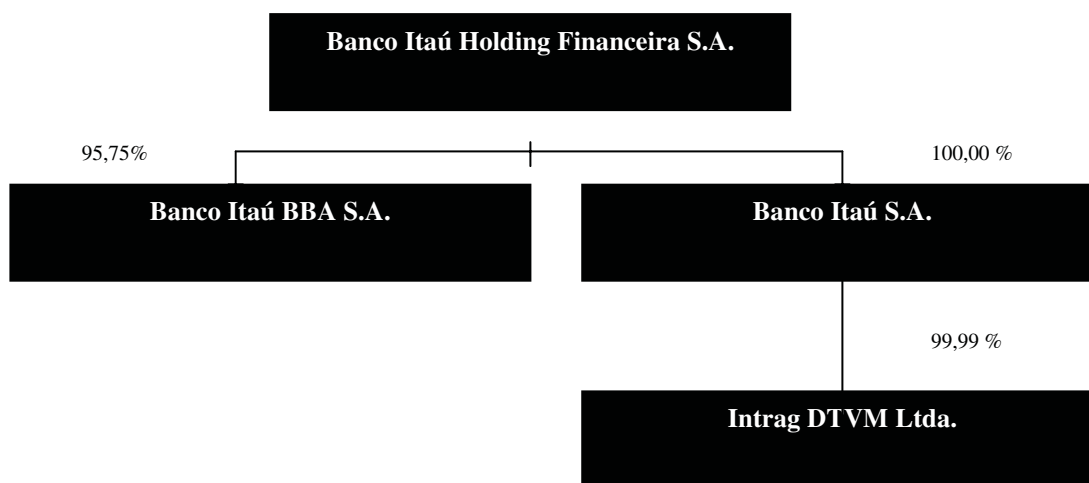
	<u>31 de dezembro de</u>			<u>30 de setembro de</u>	
R\$ mil em legislação societária	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>
ATIVO CIRCULANTE:	<u>505.850</u>	<u>776.255</u>	<u>832.250</u>	<u>882.056</u>	<u>833.502</u>
Disponibilidades	84.904	196.819	169.704	94.850	199.105
Contas a Receber	292.699	304.765	360.692	328.137	370.058
Outros a Receber	35.205	50.869	65.864	59.422	60.025
Recomposição Tarifária Extraordinária	49.439	52.693	45.487	46.439	17.656
Provisão p/ Duvidosos	(75.851)	(56.175)	(83.419)	(68.322)	(93.146)
Estoques	2.506	2.492	6.230	1.926	6.359
Outros	116.948	224.792	267.692	419.604	273.445
REALIZÁVEL LONGO PRAZO:	<u>588.975</u>	<u>466.046</u>	<u>630.840</u>	<u>545.507</u>	<u>594.769</u>
Títulos a Receber	88.846	84.621	83.631	116.208	104.371
Recomposição Tarifária Extraordinária	75.845	37.823	2.458	10.144	2.679
Monetária, Judiciais e Outros	424.284	343.602	544.751	419.155	487.719
PERMANENTE:	<u>1.882.296</u>	<u>1.729.062</u>	<u>1.372.523</u>	<u>1.511.916</u>	<u>1.325.378</u>
Investimentos	10.014	9.909	10.268	10.497	10.942
Imobilizado	1.863.270	1.716.617	1.361.041	1.486.540	1.313.009
Diferido	9.012	2.536	1.214	14.879	1.427
ATIVO TOTAL	<u>2.977.121</u>	<u>2.971.363</u>	<u>2.835.613</u>	<u>2.939.479</u>	<u>2.753.649</u>

R\$ mil em legislação societária	<u>31 de dezembro de</u>		<u>30 de setembro de</u>		
	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2006</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>
PASSIVO CIRCULANTE:	<u>1.061.653</u>	<u>939.613</u>	<u>863.592</u>	<u>840.632</u>	<u>775.778</u>
Fornecedores	181.544	162.018	186.632	170.749	153.274
Empréstimos e Financiamentos	588.195	533.023	365.701	413.534	377.404
Debêntures	93.655	51.836	34.945	29.123	28.249
Impostos, Taxas e Contribuições	125.955	96.655	117.018	112.685	98.381
Juros sobre o capital próprio/Dividendos	10.062	18.397	49.805	7.088	2.327
Outras	62.242	77.684	109.491	107.453	116.143
EXIGÍVEL LONGO PRAZO:	<u>1.112.997</u>	<u>1.125.546</u>	<u>1.482.095</u>	<u>1.609.612</u>	<u>1.302.952</u>
Empréstimos e Financiamentos	470.657	692.160	970.041	1.368.209	1.081.756
Debêntures	88.101	28.735	353.778	25.164	72.430
Impostos a Recolher	175.401	73.357	44.930	50.308	37.040
Outras	378.838	331.294	113.346	165.931	111.726
Resultados de Exercícios Futuros				497	-
PARTICIPAÇÕES					
MINORITÁRIAS:	<u>528.864</u>	<u>609.978</u>	<u>54.397</u>	<u>63.114</u>	<u>62.313</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:	<u>273.607</u>	<u>296.226</u>	<u>435.529</u>	<u>425.624</u>	<u>612.606</u>
Capital Social Realizado	279.977	279.977	379.603	379.602	368.335
Reservas de Capital	27.698	27.698	27.698	27.698	-
Reservas de Lucros	-	-	28.228	-	71.828
Lucros (prejuízos) acumulados	(34.068)	(11.449)		18.324	172.443
Recursos destinados a aumento de capital	-				
PASSIVO TOTAL	<u>2.977.121</u>	<u>2.971.363</u>	<u>2.835.613</u>	<u>2.939.479</u>	<u>2.753.649</u>

POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSES E OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Custodiante é o controlador da Administradora. Ademais, um dos Coordenadores (Banco Itaú BBA) também faz parte do conglomerado financeiro do Custodiante (ver o organograma relativo ao grupo Itaú abaixo).

Organograma Simplificado do Grupo Itaú



As Cedentes, pelas características de suas operações, mantêm relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições financeiras incluindo os Coordenadores, o Custodiante e suas Partes Relacionadas. Tais relações comerciais incluem a estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, derivativos, investimentos, serviços bancários, seguros entre outros.

A Administradora, até a data deste Prospecto, não presta nenhum serviço ou mantém relacionamento comercial com as Cedentes além dos serviços de administração relativos ao FIDC I, bem como aqueles descritos neste Prospecto.

A ADMINISTRADORA E O CUSTODIANTE

A ADMINISTRADORA

Histórico

A Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob o nº 62.418.140/0001-31, é uma sociedade limitada validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a participar do mercado de capitais brasileiro.

A Intrag é controlada diretamente pelo Banco Itaú S.A., que detém 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) das quotas representativas do seu capital social e integra um dos maiores grupos na administração de fundos de investimento no país. Em 30 de setembro de 2007, a Intrag administrava cerca de R\$27,9 bilhões de recursos de terceiros, dos quais cerca de R\$5,6 bilhões referiam-se à administração de fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

Sistema de Gerenciamento de Riscos e *Compliance*

A administração do FIDC II orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente. A política de investimento, bem como o nível desejável de exposição a risco, são determinados em comitês, dos quais participam os principais executivos da diretoria de administração de recursos de terceiros da Administradora.

A Administradora privilegia, como forma de controle de riscos, decisões tomadas por diferentes comitês, que traçam os parâmetros de atuação do FIDC II acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Os riscos a que está exposto o FIDC II e o cumprimento de suas políticas de investimento são monitorados por área de gerenciamento de risco completamente separada da área de gestão, que utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco. A utilização desses mecanismos de controle de riscos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas.

O CUSTODIANTE

Introdução

O Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, presta serviços no mercado de capitais brasileiro há mais de 30 anos e controla atualmente mais de R\$ 1,35 trilhões em ativos. É o maior custodiante do país, conforme dados da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (dados de fevereiro de 2007).

O Banco Itaú obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de (i) ativos de investidores não residentes; (ii) Recibos de Depósitos Americanos (ADRs); e (iii) fundos *offshore*. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a (i) custódia e controladoria para fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios.

Histórico

O Custodiante tem uma tradição de mais 30 anos na prestação de serviços para o mercado de capitais. No serviço de custódia e controladoria para fundos e carteiras (serviços para terceiros) o Custodiante atua há mais de 10 anos, sendo um dos pioneiros no desenvolvimento deste segmento.

O Custodiante tem realizado nos últimos anos contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas com o objetivo de ampliar e aprimorar a prestação de serviços ao mercado de capitais.

Atualmente, o Custodiante controla mais de R\$ 1,35 trilhões em ativos de terceiros com mais de 1.300 contratos firmados, e é líder na prestação de serviços de custódia e controladoria para fundos de investimento e fundações, com cerca de 7.000 fundos/carteiras patrimoniais de clientes processadas diariamente. Na prestação de serviços relacionados à operações com direitos creditórios (*servicer*), o Custodiante tem sob sua responsabilidade mais de R\$ 10 bilhões em ativos.

Tecnologia e sistemas

O Custodiante possui uma estrutura tecnológica que reduz consideravelmente os custos administrativos, técnicos e operacionais, e, ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas. A aplicação dessa experiência na área de serviços para o mercado de capitais procura minimizar a execução de atividades manuais. A interação com os clientes processa-se tanto pela digitação em seus sistemas quanto pela integração em tempo real.

A área de prestação de serviços para o mercado de capitais tem estrutura independente de processamento, tanto em termos de equipe quanto em termos de ambiente de sistemas de informação. A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais subcontrata a área de tecnologia do Grupo Itaú, representada pelo Centro Técnico e Operacional (“CTO”), para alguns processos e desenvolvimento de sistemas. O CTO mantém equipes e ambientes de tecnologia segregados para os sistemas relativos à prestação de serviços para o mercado de capitais.

Os aplicativos de uso corporativo (normalmente em ambiente de grande porte) contam com estrutura de segregação de acesso. Desta forma, os usuários da área de serviços a terceiros não acessam informações referentes aos fundos de investimento e carteiras sob a gestão do Banco Itaú S.A. e/ou suas Partes Relacionadas e vice-versa. Além disso, os aplicativos de uso mais específico normalmente trabalham em estrutura de servidores de banco de dados independentes.

Sistemas de *back-up*

O Custodiante utiliza-se de recursos de *back-up* baseados em *softwares* empresariais, utilizando fitotecas e robôs automatizados, com políticas de retenção adequadas a cada necessidade, incluindo cofre predial resistente a catástrofes. Nos ambientes críticos existe estrutura de *disaster recovery on-line*, utilizando duplicidade de *hardware* e *software* e replicação *online* de dados.

Existe um ambiente de contingência (endereço distinto tanto dos escritórios de operações, quanto do grupo de sistemas) para alocação de pessoal, com recursos de *hardware* e *software* dedicados para uma situação emergencial. Tanto a estrutura de *back-up* como a de *disaster recovery* estão montadas de forma a apresentar o menor tempo possível de latência. O plano de *disaster recovery* consiste em servidores replicados que ficam em ambiente fisicamente distante do *site* normal, garantindo a continuidade do funcionamento dos sistemas respectivos em situações limite.

Políticas de *compliance* e controles internos

A Área de Mercado de Capitais possui uma superintendência de *compliance* própria para o estabelecimento de diretrizes e normas corporativas, bem como as normas aplicáveis definidas pelo BACEN.

Os processos de custódia e controladoria de fundos de investimento foram recentemente re-certificados pela norma ISO9000. Os processos de gestão contínua e revisão de procedimentos e respectivos manuais são realizados regularmente, sendo alvo de auditoria trimestral.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO FIDC II

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

18 OUT. 2007

MICROFILMAGEM
1640276

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
CNPJ/MF n.º 62.418.140/0001-31

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ENERGISA

Pelo presente instrumento particular, a **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, neste ato representada de acordo com seu contrato social, nos termos da legislação e regulamentação vigentes (a "Administradora"), resolve:

1. Constituir um fundo de investimento em direitos creditórios nos termos da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001 (conforme alterada), em regime de condomínio fechado, que será denominado FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ENERGISA (o "FIDC II");
2. Designar como responsável pela gestão, supervisão e acompanhamento do FIDC II o Sr. Alexandre Zákia Albert, natural de São Paulo, economista, casado, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itaúsa, portador da cédula de identidade RG n.º 6.862.397, inscrito no CPF/MF sob o n.º 896.758.868-20, que é diretor da Administradora;
3. Aprovar o Regulamento do FIDC II, o qual faz parte integrante do presente instrumento particular de constituição;
4. Assumir as funções de administração e gestão do FIDC II;
5. Contratar: (i) o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Egydio de Souza Aranha, n.º 100 - Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, para prestação dos serviços de custódia e controladoria de ativos do FIDC II; (ii) a Standard & Poor's Rating Services, agência classificadora de risco, para prestar os serviços de classificação de risco (*rating*) das quotas seniores do FIDC II; (iii) a KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria, para prestar serviços de auditoria independente ao FIDC II; e (iv) o Banco Itaú BBA S.A. e o Banco Citibank S.A., para prestar os serviços de coordenação da distribuição pública das quotas seniores da 1ª série do FIDC II, conforme indicado no item 6 abaixo (os "Coordenadores").
6. Deliberar sobre: (i) a primeira emissão do FIDC II, composta de quotas seniores da 1ª série (as "Quotas Seniores da 1ª Série") e quotas subordinadas (as "Quotas Subordinadas"), e em conjunto com as Quotas Seniores da 1ª Série, as "Quotas"), correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do FIDC II, sendo as Quotas Seniores da 1ª Série emitidas com valor

unitário de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), e as Quotas Subordinadas emitidas com valor unitário de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); e (ii) a aprovação do primeiro suplemento ao Regulamento do FIDC II, com os termos e condições das Quotas Seniores da 1ª Série do FIDC II, o qual também encontra-se anexo ao presente. As Quotas Seniores da 1ª Série serão distribuídas publicamente no mercado de balcão organizado (a "Oferta"), com a intermediação dos Coordenadores, e as Quotas Subordinadas serão subscritas de forma privada para aquisição pelas seguintes sociedades: Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina - CFLCL (a "CFLCL"), Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF (a "CENF"), Companhia Energética da Borborema - CELB (a "CELB"), Empresa Energética de Sergipe S.A. - ENERGIPE (a "ENERGIPE") e Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba - SAELPA (a "SAELPA", e, em conjunto com a CFLCL, a CENF, a CELB e a ENERGIPE, as "Cedentes"), nos termos do "Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças", a ser celebrado entre as Cedentes e o FIDC II; e

7. Submeter à aprovação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM a presente deliberação de constituição do FIDC II e os demais documentos exigidos pela regulamentação aplicável para a obtenção de aprovação da CVM relativa ao funcionamento do FIDC II e à Oferta das Quotas Seniores da 1ª Série do FIDC II.

Estando assim deliberada a constituição do FIDC II, é firmada a presente em 3 (três) vias de igual teor e forma:

São Paulo, 17 de outubro de 2007.

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Por:

Cargo:

João Estanislau F. de Castro
Diretor
INTRAG DTVM LTDA.

Por:

Cargo:

Jorge Eric Sierra Rojas
INTRAG DTVM LTDA.
RNE W067804-3
CPF: 127.839.088-08



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua XV de Novembro, 261 6º andar - São Paulo - SP - Tel.: 3377-7677
Apresentado hoje, Protocolado e Registrado em MICROFILME sob
nº 1.840.276

São Paulo, 18 de outubro de 2007
Oficial Bel JOSÉ ANTONIO MICHALLUAT
Selo e Taxas recolhidos pela guia
Total pago R\$ 788,70

Supratratado R\$	493,56
Do Estado R\$	140,27
IPESP R\$	103,91
Registro Civil R\$	25,98
TJ R\$	25,98



ANEXO II

REGULAMENTO DO FIDC II

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

18 OUT. 2007

MICROFILMAGEM

1640276

REGULAMENTO

DO

“FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ENERGISA”

Datado de

17 de outubro de 2007

[Handwritten signature]

18 OUT. 2007

MICROFILMAGEM

1640276

REGULAMENTO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ENERGISA

CAPÍTULO I - FUNDO

Artigo 1º O "FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ENERGISA", disciplinado pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (o "CMN") nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, e pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada (a "ICVM 356"), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (o "FIDC II"), será regido pelo presente regulamento (o "Regulamento").

Parágrafo 1º Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Regulamento, que não sejam de outra forma definidos no Anexo I ao presente Regulamento, terão os mesmos significados a eles atribuídos no "Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças", a ser firmado entre as Cedentes, o FIDC II, a Administradora e o Banco Itaú (o "Contrato de Cessão"), aplicáveis tanto no singular quanto no plural.

Parágrafo 2º No prazo de até 10 (dez) dias corridos contados: (i) de sua aprovação pela Administradora, o Regulamento e os Suplementos, e (ii) de sua aprovação pela Assembléia Geral, os eventuais aditamentos ao Regulamento, serão levados a registro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Artigo 2º O FIDC II é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas somente poderão ser resgatadas na Data de Resgate de cada série de Quotas Seniores, ou em virtude de sua liquidação antecipada conforme o previsto no Artigo 61 deste Regulamento.

Parágrafo Único É admitida, ainda, a amortização de Quotas, nos termos do Capítulo XI deste Regulamento ou por decisão da Assembléia Geral.

Artigo 3º Somente podem participar do FIDC II, na qualidade de Quotistas, Investidores Qualificados, nos termos da regulamentação em vigor.

CAPÍTULO II - PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

Artigo 4º O FIDC II terá prazo de duração indeterminado.

Parágrafo Único O FIDC II poderá ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral, observado o previsto nos Capítulos XV e XXI deste Regulamento.

CAPÍTULO III - ADMINISTRADORA

Artigo 5º O FIDC II é administrado pela INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade controlada diretamente pelo Banco Itaú S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, e inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.418.140/0001-31 (a "Administradora").

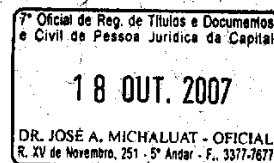
Parágrafo 1º A Administradora deverá administrar o FIDC II cumprindo suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância: (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis; (ii) deste Regulamento; (iii) das deliberações da Assembléia Geral; e (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Parágrafo 2º Observada a regulamentação em vigor e as limitações deste Regulamento, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do FIDC II e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios FIDC II e aos Ativos Financeiros que integrem a Carteira do FIDC II.

Parágrafo 3º Observados os termos e as condições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, a Administradora, ou prestadores de serviços por ela contratados nos termos deste Regulamento, independentemente de qualquer procedimento adicional, podem:

- (a) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos Direitos Creditórios FIDC II e Ativos Financeiros ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos, observado o disposto no Capítulo XVIII deste Regulamento;
- (b) celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação ou transferência, no todo ou em parte, relacionado aos Direitos Creditórios FIDC II ou aos Ativos Financeiros, sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas;
- (c) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da Carteira do FIDC II, sendo que todas as procurações outorgadas pela Administradora, em nome do FIDC II, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses, contados da data de sua outorga, com exceção das procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica;
- (d) contratar, às suas expensas, serviços de gestão da Carteira do FIDC II com suas Partes Relacionadas;
- (e) contratar, às expensas do FIDC II, o Custodiante, ou qualquer terceiro para a prestação dos correspondentes serviços de custódia, nos termos da ICVM 356, desde que o terceiro seja uma Instituição Autorizada; e
- (f) contratar, juntamente com as Cedentes e às expensas destas, o Agente de Centralização de Recebimentos para a prestação dos serviços de centralização de recebimentos, nos termos do Contrato de Serviços de Centralização.

Parágrafo 4º Caso eventualmente ocorra, por qualquer meio, a perda da atual situação de controle acionário, direto ou indireto, da Administradora, observado o disposto no *caput* deste Artigo, para uma instituição que não seja uma Instituição Autorizada, a Administradora deverá comunicar esse fato aos titulares das Quotas Seniores, na forma deste Regulamento, e convocar uma Assembléia Geral para que seja deliberada a sua substituição por uma Instituição Autorizada,



observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 6º deste Regulamento.

Artigo 6º A Administradora poderá ser substituída, a qualquer tempo, pelos titulares das Quotas Seniores reunidos em Assembleia Geral, na forma do Capítulo XXI deste Regulamento, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o FIDC II.

Parágrafo Único Caso a instituição financeira escolhida pelos titulares das Quotas Seniores para substituir a Administradora, nos termos previstos no Artigo 6º acima, não seja uma Instituição Autorizada, a eficácia da deliberação ficará condicionada à sua ratificação pelos titulares da maioria das Quotas Subordinadas em circulação, cuja deliberação ocorrerá, em votação em separado, na Assembleia Geral que deliberar sobre a substituição da Administradora.

Artigo 7º A Administradora, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, sempre com aviso prévio de 30 (trinta) dias corridos, pode renunciar à administração do FIDC II, desde que a Administradora convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre a sua substituição, devendo ser observado o *quorum* de deliberação de que trata o Capítulo XXI deste Regulamento.

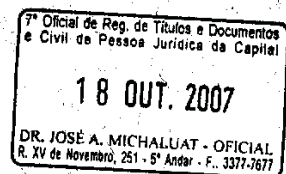
Parágrafo 1º Na hipótese de a Administradora renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de que trata o *caput* deste Artigo: (i) não nomear Instituição Autorizada para substituir a Administradora, ou nomear instituição administradora que não seja ratificada pelos Quotistas Subordinados, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 6º acima, ou (ii) não obtiver *quorum* suficiente, observado o disposto no Capítulo XXI abaixo, para deliberar sobre a substituição da Administradora, a Administradora dará início à liquidação do FIDC II, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, observados os procedimentos previstos no Capítulo XV abaixo.

Parágrafo 2º Na hipótese de renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembleia Geral, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração e gestão do FIDC II até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral.

Parágrafo 3º Caso a nova instituição administradora nomeada não dê início às atividades de administração do FIDC II dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos, estabelecido no Parágrafo 2º acima, a Administradora procederá à liquidação antecipada do FIDC II até o 40º (quadragésimo) dia contado da data de realização da Assembleia Geral que tiver nomeado a nova instituição administradora, observados os procedimentos previstos no Capítulo XV abaixo.

Artigo 8º A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o FIDC II, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o FIDC II e sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do FIDC II, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

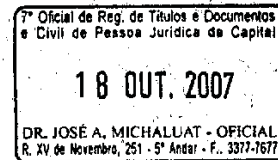
8



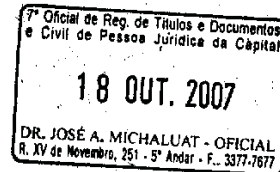
CAPÍTULO IV - RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA

Artigo 9º A Administradora tem as seguintes obrigações, sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável, neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação:

- (a) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
 - (i) a documentação relativa às operações do FIDC II;
 - (ii) o registro dos Quotistas;
 - (iii) o livro de atas de Assembléias Gerais;
 - (iv) o livro de presença de Quotistas;
 - (v) os demonstrativos trimestrais do FIDC II a que se refere o Artigo 12 deste Regulamento;
 - (vi) os registros contábeis do FIDC II; e
 - (vii) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco;
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores do FIDC II, diretamente ou por meio do Custodiante ou do Agente de Centralização de Recebimentos;
- (c) disponibilizar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e do Prospecto, bem como cientificá-los : (i) do nome do jornal utilizado para divulgação de informações do FIDC II; e (ii) da taxa de administração cobrada;
- (d) divulgar, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados do encerramento de cada trimestre civil, no jornal referido no Artigo 85 deste Regulamento, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão de Garantia, apurada nos termos do Artigo 64 abaixo, e o último relatório sobre o FIDC II e suas Quotas disponibilizado pela Agência de Classificação de Risco;
- (e) colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências, e nas instituições que distribuam Quotas, neste caso durante essa distribuição, as demonstrações financeiras do FIDC II, bem como os relatórios preparados pela Empresa de Auditoria, observado o disposto no Artigo 82 deste Regulamento;
- (f) custear as despesas de propaganda do FIDC II;
- (g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do FIDC II, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o FIDC II;



- (h) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Quotas Seniores pela Agência de Classificação de Risco;
- (i) assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações relativas ao FIDC II, elabore os demonstrativos trimestrais referidos no Artigo 12 deste Regulamento;
- (j) observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação da Carteira do FIDC II, conforme o disposto no Capítulo V;
- (k) proceder, em nome do FIDC II, à contratação dos serviços do Custodiante, do Agente de Centralização de Recebimentos, da Agência de Classificação de Risco, da Empresa de Auditoria e à celebração do Contrato de Custódia, do Contrato de Serviços de Centralização, do Contrato de Serviços de Classificação de Risco, do Compromisso de Subscrição FIDC II e do Contrato de Colocação;
- (l) celebrar, em nome do FIDC II, o Contrato de Cessão, seus eventuais aditamentos, e todos os Termos de Cessão FIDC II;
- (m) executar, diretamente ou por meio da contratação do Agente Escriturador, serviços que incluem, dentre outras obrigações: (i) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas; (ii) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas; (iii) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e (iv) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas, sua propriedade e respectivo valor;
- (n) fazer a guarda física ou escritural dos documentos abaixo listados, por si ou por terceiros contratados, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal:
 - (i) extratos das Contas de Conciliação FIDC II e da Conta de Movimentação FIDC II, e dos comprovantes de movimentações de valores em tais contas;
 - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento, no Compromisso de Subscrição FIDC II, ou no Contrato de Custódia;
 - (iii) documentos referentes aos Ativos Financeiros; e
 - (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do FIDC II.
- (o) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco:
 - (i) a substituição da Administradora, da Empresa de Auditoria, do Custodiante ou do Agente de Centralização de Recebimentos;



- (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação FIDC II ou Evento de Liquidação FIDC II; e
 - (iii) a celebração de aditamentos ao Contrato de Cessão, Contrato de Custódia, Compromisso de Subscrição FIDC II e/ou Contrato de Serviços de Centralização.
- (p) providenciar o registro, nos cartórios competentes: (i) deste Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 1º deste Regulamento, e (ii) do Contrato de Cessão, seus eventuais aditamentos, e dos Termos de Cessão FIDC II;
- (q) comunicar por escrito aos Quotistas a ocorrência da hipótese prevista no Parágrafo 4º do Artigo 5º deste Regulamento; e
- (r) comunicar por escrito ao Custodiante, com cópia para a Cedente Líder, até o último dia útil de cada Período de Originação FIDC II, o VDCC e VCCC e/ou VDCC' e VCCC', conforme o caso, relativos ao Período de Originação FIDC II imediatamente subsequente, juntamente com sua respectiva memória de cálculo, devendo fornecer ao Custodiante o valor do VDCC' e VCCC' aplicável ao primeiro Período de Originação FIDC II, referente a cada série de Quotas Seniores, até o último dia útil do mês de pagamento do respectivo Preço de Aquisição FIDC II.

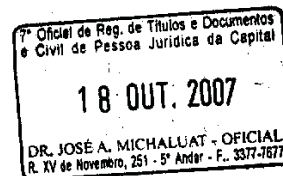
Artigo 10 É vedado à Administradora, em nome próprio:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo FIDC II, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações em mercados de derivativos;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo FIDC II; e
- (c) efetuar aportes de recursos no FIDC II, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

Parágrafo Único As vedações de que tratam as alíneas (a) a (c) do *caput* deste Artigo abrangem as Partes Relacionadas da Administradora, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Artigo 11 É vedado à Administradora, em nome do FIDC II:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma;
- (b) realizar operações e negociar com ativos financeiros em desacordo com a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista no Capítulo V deste Regulamento;
- (c) aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
- (d) adquirir Quotas do FIDC II;

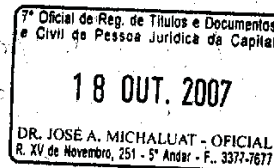


- (e) pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão de descumprimento de normas previstas na legislação aplicável;
- (f) vender Quotas do FIDC II a prestação;
- (g) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio, ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (h) obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa;
- (i) efetuar locação ou empréstimo, a qualquer título, dos Direitos Creditórios FIDC II e Ativos Financeiros, no todo ou em parte;
- (j) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios FIDC II e os Ativos Financeiros; e
- (k) emitir qualquer classe ou série de Quotas em desacordo com este Regulamento.

Parágrafo Único Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou pelos titulares das Quotas Seniores, reunidos em Assembléia Geral, é vedado à Administradora, em nome do FIDC II:

- (a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o FIDC II, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços;
- (b) distratar, rescindir ou aditar o Contrato de Cessão;
- (c) distratar, rescindir ou aditar o Contrato de Custódia, o Compromisso de Subscrição FIDC II, o Contrato de Serviços de Centralização, o Contrato de Colocação ou o Contrato de Serviços de Classificação de Risco, ressalvadas as alterações de caráter operacional em tais contratos que não acarretem qualquer prejuízo ao FIDC II; e
- (d) proceder à abertura de contas-correntes bancárias, de investimento e de custódia, além daquelas previstas neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e à movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão, no Compromisso de Subscrição FIDC II e no Contrato de Custódia.

Artigo 12 O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do FIDC II, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos Quotistas, bem como submetido à auditoria independente anual, que evidencie que as operações realizadas pelo FIDC II estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente, e que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado.



CAPÍTULO V - OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DE COMPOSIÇÃO, E DE DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 13 O objetivo do FIDC II é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste Capítulo, a valorização de suas Quotas, por meio da aquisição pelo FIDC II: (i) de Direitos Creditórios FIDC II (a) sob a forma de Cessão FIDC II e/ou (b) sujeitos à Condição Suspensiva FIDC II, em ambos os casos juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares dos Direitos Creditórios FIDC II, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros.

Parágrafo Único. O FIDC II buscará atingir para suas Quotas Seniores parâmetro de rentabilidade correspondente à 100% (cem por cento) da variação da Taxa DI, acrescida do Fator *Spread* (o "**Benchmark**"), apurado com base em processo de *bookbuilding* conduzido junto a Investidores Qualificados, processo este que consiste na verificação da demanda pelas Quotas em diferentes níveis de cupom pré-fixado de juros. O Fator *Spread* efetivamente apurado no referido processo de *bookbuilding* constará do Suplemento, conforme o modelo constante do Anexo III ao Regulamento.

Artigo 14 Os investimentos do FIDC II sujeitar-se-ão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos neste Regulamento, sempre observado o disposto neste Capítulo e na legislação e regulamentação aplicáveis, observado que o total de coobrigação das Cedentes, em função da permuta obrigatória de Direitos Creditórios FIDC II prevista no Artigo 31 deste Regulamento, pode representar até 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido do FIDC II.

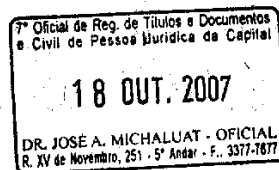
Artigo 15 O FIDC II deverá alocar, em até 90 (noventa) dias corridos contados da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios FIDC II, observados os Critérios de Elegibilidade FIDC II estabelecidos no Capítulo VII deste Regulamento. O FIDC II poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios FIDC II, em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em: (i) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN; (ii) operações compromissadas tendo como contraparte Instituições Autorizadas, cujo lastro sejam títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN; ou (iii) fundos mútuos de investimento de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, e que sejam administrados por qualquer Instituição Autorizada. Todos os resultados auferidos pelo FIDC II serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

Artigo 16 O FIDC II não poderá realizar:

- (a) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial;
- (b) operações em mercado de derivativos; e
- (c) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o FIDC II possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Artigo 17 A Administradora e o Custodiante, assim como suas respectivas Partes Relacionadas, não respondem pela solvência dos Consumidores ou pela origem, formalização, existência, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios FIDC II.

9



Artigo 18 As Cedentes são responsáveis pela originação, existência e correta formalização dos Direitos Creditórios FIDC II, bem como pela liquidez e certeza dos valores a eles referentes.

Artigo 19 Os Direitos Creditórios FIDC II e Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos, conforme o caso, em conta de depósito diretamente em nome do FIDC II, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM, excetuando-se as aplicações do FIDC II em quotas de fundos de investimento financeiro.

Parágrafo Único Os Documentos Comprobatórios ficarão sob a guarda de cada uma das Cedentes, conforme indicado na Cláusula X do Contrato de Cessão, de acordo com o previsto na referida Cláusula X.

Artigo 20 Os percentuais e limites referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior.

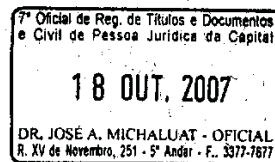
CAPÍTULO VI - FATORES DE RISCO

Artigo 21 Os Direitos Creditórios FIDC II e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao FIDC II e aos Quotistas, hipóteses em que as Cedentes, a Administradora, o Custodiante, ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos: (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do FIDC II; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios FIDC II e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo Único As aplicações dos Quotistas não contam com a garantia da Administradora, do Custodiante, de suas Partes Relacionadas, ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Artigo 22 Quanto aos riscos associados ao investimento no FIDC II, destacam-se, de forma não exaustiva, os seguintes:

- (a) Efeitos da política econômica do Governo Federal. O FIDC II, seus ativos, as Cedentes e seus Consumidores estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal, que intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados das Cedentes, os ativos financeiros do FIDC II, bem como a originação e pagamento dos Direitos Creditórios FIDC II podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na legislação e



regulamentação aplicáveis ao setor elétrico; (v) crises energéticas; (vi) alterações na política fiscal; e (vii) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados das Cedentes, bem como a originação e liquidação dos Direitos Creditórios FIDC II pelos Consumidores.

A distribuição de energia elétrica e, conseqüentemente, a originação dos Direitos Creditórios FIDC II, está diretamente relacionada ao crescimento econômico e ao nível de investimento e consumo no País. Assim, a retração da economia brasileira, ocasionada por crises internas ou externas ou por ações governamentais, pode afetar negativamente os negócios das Cedentes, a originação e a liquidação dos Direitos Creditórios FIDC II.

- (b) Investimento de baixa liquidez. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando tal fato, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do FIDC II.

Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. O FIDC II foi constituído sob a forma de condomínio fechado, o que impede o resgate de suas Quotas a qualquer momento e pode resultar em dificuldade adicional aos Quotistas para alienar seu investimento no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

- (c) Inexistência de garantia de rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo FIDC II para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo FIDC II, não constituindo garantia mínima de rentabilidade aos investidores. Caso os ativos do FIDC II, incluindo os Direitos Creditórios FIDC II, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada neste Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio FIDC II, não representam garantia de rentabilidade futura.

- (d) Amortização e resgate condicionado das Quotas. As únicas fontes de recursos do FIDC II para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas são a liquidação: (i) dos Direitos Creditórios FIDC II pelos respectivos Consumidores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a

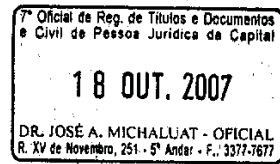
cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o FIDC II não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o FIDC II está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios FIDC II e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios FIDC II, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos Creditórios FIDC II e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo FIDC II ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- (e) Descasamento entre os Valores de Atualização dos Direitos Creditórios FIDC II e Ativos Financeiros com relação à Atualização das Quotas Seniores. O FIDC II aplicará suas disponibilidades financeiras, predominantemente, em Direitos Creditórios FIDC II e, também, em Ativos Financeiros que compõem o Patrimônio Líquido. O preço dos Direitos Creditórios FIDC II adquiridos pelo FIDC II serão atualizados anualmente conforme estabelecido no Artigo 43 deste Regulamento, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação (observadas as disposições do Capítulo V deste Regulamento). Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado diariamente, sempre que o Patrimônio Líquido do FIDC II permitir, utilizando-se a variação da Taxa DI, que trata-se de índice pós-fixado, há possibilidade da ocorrência de descasamento entre os parâmetros de atualização: (i) dos Direitos Creditórios FIDC II e dos Ativos Financeiros; e (ii) das Quotas Seniores. A Administradora não está autorizada a realizar quaisquer operações com instrumentos derivativos, inclusive para evitar o eventual descasamento descrito acima. A Administradora, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor do principal de suas aplicações, em virtude dessa diferença nos parâmetros de atualização.

- (f) Liquidação antecipada do FIDC II e resgate de Quotas. Este Regulamento prevê hipóteses nas quais o FIDC II poderá ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo qualquer uma dessas hipóteses, o FIDC II pode não dispor de recursos para pagamento aos Quotistas na hipótese de, por exemplo, os Direitos Creditórios FIDC II ainda não terem sido originados pelas Cedentes e/ou liquidados pelos Consumidores.

Deste modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade que o FIDC II objetiva, ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento não conseguindo recuperar o capital investido nas Quotas, e, ainda que recebam o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo FIDC II. Nesse caso, não será devida pelo FIDC II ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, qualquer multa ou penalidade.



- (g) Guarda dos Documentos Comprobatórios. Cada uma das Cedentes será responsável pela guarda dos respectivos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios FIDC II, por ela cedidos ao FIDC II na qualidade de fiel depositária. Apesar de o Custodiante e o FIDC II terem o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos pelas Cedentes pode representar uma limitação ao FIDC II de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios FIDC II vencidos e não pagos.
- (h) Eventual variação do Percentual de Obrigação de cada Cedente na Carteira do FIDC II. O Contrato de Cessão prevê a possibilidade de novas cessões de Direitos Creditórios FIDC II ao FIDC II, podendo ocorrer variação no percentual de Direitos Creditórios FIDC II cedidos por cada Cedente em cada uma das cessões, implicando, nesta hipótese, variação no Percentual de Obrigação de cada Cedente com relação ao FIDC II. Assim, o Percentual de Cessão da 1ª Série não necessariamente refletirá a composição da carteira de Direitos Creditórios FIDC II integrante do Patrimônio Líquido do FIDC II durante todo o seu prazo de duração, o que pode afetar a análise de risco do FIDC II pelos investidores.
- (i) Cobrança judicial dos Direitos Creditórios FIDC II. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios FIDC II de titularidade do FIDC II e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Quotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do FIDC II, devendo ser suportados até o limite do valor total das Quotas Subordinadas, sempre observando o que for deliberado pelos titulares das Quotas Seniores reunidos em Assembleia Geral na forma do Artigo 69 deste Regulamento. As Cedentes, a Administradora, o Custodiante e quaisquer de suas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Capítulo XVIII deste Regulamento.
- (j) Necessidade de realizar aporte de recursos no FIDC II em decorrência de Patrimônio Líquido negativo. Os Direitos Creditórios FIDC II cedidos ao FIDC II serão originados pelas Cedentes, preponderantemente, no futuro. Havendo a interrupção das atividades das Cedentes, os Direitos Creditórios FIDC II podem não ser originados e o FIDC II poderá apresentar Patrimônio Líquido negativo, sendo possível que os Quotistas tenham que realizar aporte de recursos no FIDC II para pagamento de Encargos do FIDC II.
- (k) Necessidade de aprovação dos titulares de Quotas Subordinadas em determinadas deliberações da Assembleia Geral. O Artigo 78 deste Regulamento estabelece a necessidade de aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas em determinadas deliberações relevantes da Assembleia Geral, como é o caso de eventuais alterações: (i) na política de investimentos do FIDC II; (ii) nos Critérios de Elegibilidade FIDC II; e (iii) na liquidação antecipada do FIDC II, exceto na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação FIDC II. Tal direito dos titulares das Quotas Subordinadas é mais amplo do que a regra geral de *quorum* de deliberação nas assembleias gerais de quotistas prevista no *caput* do Artigo 29 da ICVM 356 e em seu §1º, que estabelecem, respectivamente, que as deliberações são tomadas: (x) pela maioria de quotas dos quotistas presentes na assembleia geral; ou

(v) no caso das deliberações constantes dos incisos III a V do Artigo 26 da ICVM 356 (equivalentes ao Parágrafo 4º do Artigo 5º e ao Artigo 6º, e alíneas (d) e (e) do Artigo 73 deste Regulamento), pela maioria das quotas emitidas, em primeira convocação, e pela maioria de quotas dos quotistas presentes na assembléia geral, em segunda convocação. Referido direito dos titulares das Quotas Subordinadas pode impedir a aprovação de matérias essenciais aos interesses dos titulares das Quotas Seniores, o que pode afetar negativamente o funcionamento do FIDC II, causando prejuízo aos titulares das Quotas Seniores.

Artigo 23 Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios FIDC II e outros riscos diversos, destacam-se, de forma não taxativa, os seguintes:

- (a) Até a Data de Encerramento, os direitos creditórios originados pelas Cedentes com relação aos Consumidores deverão ser cedidos prioritariamente ao FIDC I. Nos termos do Contrato de Cessão, não constituem Direitos Creditórios FIDC II: (i) os Direitos Creditórios Objeto de Cessão Definitiva FIDC I; (ii) os Direitos Creditórios Objeto de Cessão Condicional FIDC I, a partir do momento em que se der a implementação de qualquer das Condições do Contrato de Cessão FIDC I; e (iii) os Direitos Creditórios Objeto de Permuta Obrigatória FIDC I, nos termos da Cláusula VIII do Contrato de Cessão FIDC I.

De acordo com o Contrato de Cessão, durante o período compreendido entre a data de assinatura daquele instrumento e a Data de Encerramento, as Cedentes estão obrigadas, em cada Período de Originação FIDC I, a transferir prioritariamente os direitos creditórios por elas gerados com relação aos Consumidores ao FIDC I, de forma que serão cedidos ao FIDC II apenas os direitos creditórios gerados pelas Cedentes com relação aos Consumidores que sobejarem à Cessão FIDC I e que, por consequência, tenham sido originados durante o Período de Originação FIDC II.

Além disso, a cessão de Direitos Creditórios Objeto de Cessão Condicional FIDC I ao FIDC I deve ser realizada previamente à Cessão FIDC II, sendo seu produto transferido pelo Agente de Centralização de Recebimentos para as Contas de Conciliação do FIDC II somente quando não houver sido implementada, no respectivo Período de Originação FIDC I, nenhuma das condições suspensivas previstas no Contrato de Cessão FIDC I. Da mesma forma, a Permuta Obrigatória FIDC I deve ser realizada previamente à Cessão Secundária, sendo que os Direitos Creditórios FIDC II somente poderão ser transferidos pelo Agente de Centralização de Recebimentos às Contas de Conciliação do FIDC II quando estes não puderem mais ser objeto de Permuta Obrigatória FIDC I.

Desse modo, até a Data de Encerramento, caso as Cedentes não gerem direitos creditórios suficientes para cessão a ambos, FIDC I e FIDC II, tais direitos creditórios serão cedidos prioritariamente ao FIDC I, não havendo, nesse caso, direitos creditórios para cessão ao FIDC II em quantidade suficiente para que seja atingido o Valor Mensal de Cessão Secundária no respectivo Período de Originação FIDC II. Ademais, no caso de liquidação antecipada do FIDC I, os Quotistas do FIDC II estarão subordinados à liquidação dos valores devidos aos Quotistas do FIDC I. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses poderá ocasionar atraso e/ou insuficiência de recursos para liquidação dos valores devidos aos titulares das Quotas Seniores do FIDC II, causando prejuízo ao FIDC II e aos Quotistas.

- (b) Risco de mercado. O desempenho dos Ativos Financeiros que compõem a Carteira do FIDC II está diretamente ligado a alterações nas perspectivas macroeconômicas de mercado, o que pode causar oscilações em seus preços. Tais oscilações também poderão ocorrer como consequência de eventos relacionados às Cedentes, bem como em função de alterações nas expectativas do mercado, acarretando mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos. As referidas oscilações podem afetar negativamente o desempenho do FIDC II e, conseqüentemente, a rentabilidade das Quotas.
- (c) Risco de crédito. O risco de crédito decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos ativos integrantes da Carteira do FIDC II e/ou das contrapartes do FIDC II em operações com tais ativos em honrar seus compromissos, conforme contratados. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais investidores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o FIDC II e para os Quotistas. Adicionalmente, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do FIDC II, acarretará perdas para o FIDC II, podendo este, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

O Contrato de Cessão dispõe que, caso qualquer Direito Creditório FIDC II não seja liquidado na data de seu vencimento, o Custodiante deverá proceder imediatamente à permuta do Direito Creditório FIDC II Permutável por um ou mais Direitos Creditórios FIDC II originados pela respectiva Cedente, com data de vencimento mais próxima da data de vencimento do respectivo Direito Creditório FIDC II Permutável e que, individualmente ou em conjunto, tenham, no mínimo, o mesmo valor nominal do Direito Creditório FIDC II Permutável. Caso a Cedente que originou o Direito Creditório FIDC II Permutável não venha a originar outros direitos creditórios para realização da permuta, o FIDC II terá de proceder à cobrança do Direito Creditório FIDC II Permutável. Nesse caso, se o crédito não for recuperado contra o Consumidor inadimplente, o Patrimônio Líquido do FIDC II será negativamente afetado.

Ademais, em certas hipóteses, o Contrato de Cessão poderá ser resolvido total ou parcialmente, ficando as Cedentes com relação às quais o Contrato de Cessão foi resolvido obrigadas à restituição do Preço de Aquisição FIDC II pago pelos Direitos Creditórios FIDC II, descontado o valor dos Direitos Creditórios FIDC II efetivamente originados. Caso as Cedentes com relação às quais o Contrato de Cessão foi resolvido não tenham capacidade de restituir os valores por elas devidos ao FIDC II, o FIDC II e os seus Quotistas poderão sofrer prejuízos substanciais.

- (d) Liquidez restrita dos principais ativos do FIDC II. Os principais ativos do FIDC II são os Direitos Creditórios FIDC II a serem originados pelas Cedentes, os quais não possuem um mercado secundário desenvolvido ou organizado. Caso o FIDC II tenha de alienar os Direitos Creditórios FIDC II de sua titularidade, é possível que não haja interessados ou que o preço de alienação resulte em perdas para o FIDC II, o que resultará em prejuízo para os Quotistas.

- (e) Eficácia da cessão dos Direitos Creditórios FIDC II e inexistência de seguro de performance (seguro garantia) das Cedentes. Os Direitos Creditórios FIDC II cedidos ao FIDC II são preponderantemente direitos creditórios futuros, a serem originados pelas Cedentes durante o prazo e sujeito às condições do Contrato de Cessão. Por essa razão, a eficácia da cessão está condicionada a um evento futuro, que é justamente a originação dos Direitos Creditórios FIDC II. Caso não haja originação, o FIDC II não disporá de recursos para amortizar ou resgatar as Quotas.

Ademais, não há contratação de seguro, pelo FIDC II, pela Administradora, pelo Custodiante, pelas Cedentes, ou por suas respectivas Partes Relacionadas, que garanta a entrega de Direitos Creditórios FIDC II, no caso das Cedentes interromperem, por qualquer motivo, a distribuição de energia elétrica aos Consumidores, e, conseqüentemente, a geração dos Direitos Creditórios FIDC II. O FIDC II somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios FIDC II sejam entregues pelas Cedentes, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo FIDC II, pela Administradora, pelo Custodiante ou pelas Cedentes, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Como conseqüência do descrito acima, caso os Direitos Creditórios FIDC II não sejam, por qualquer motivo, originados pelas Cedentes, o FIDC II e os seus Quotistas poderão sofrer prejuízos.

- (f) Inexistência de solidariedade entre as Cedentes. As Cedentes não são solidárias com relação às suas respectivas obrigações de originação dos Direitos Creditórios FIDC II, bem como com relação a qualquer outro tipo de obrigação assumida nos termos do Contrato de Cessão. Assim, cada Cedente está obrigada exclusivamente ao cumprimento de suas respectivas obrigações previstas no Contrato de Cessão e nos demais Documentos da Operação.

Nesse sentido, os potenciais Quotistas devem ainda notar, por exemplo, que: (i) o mecanismo de permuta obrigatória prevista na Cláusula VIII do Contrato de Cessão, principal mecanismo de mitigação dos efeitos do inadimplemento dos Direitos Creditórios FIDC II, só poderá ser implementado com relação a Direitos Creditórios FIDC II originados por uma mesma Cedente; e (ii) as obrigações assumidas por cada Cedente com o FIDC II são limitadas ao Percentual de Obrigação assumido individualmente por cada Cedente.

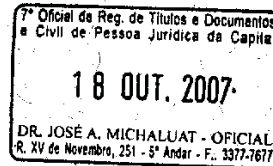
- (g) Inexistência de direito de regresso contras as Cedentes. A cessão ao FIDC II dos Direitos Creditórios FIDC II será realizada sem direito de regresso contra as Cedentes ou qualquer outra pessoa. As Cedentes somente são responsáveis pela originação, formalização, certeza e liquidez dos Direitos Creditórios FIDC II, bem como pela permuta dos Direitos Creditórios FIDC II Permutáveis nos termos da Cláusula VIII do Contrato de Cessão.

Caso seja impossível realizar a permuta, por qualquer razão, as Cedentes não serão responsáveis pela solvência dos Consumidores. Nesse caso, o procedimento de cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios FIDC II inadimplidos prevista neste Regulamento não assegura que os valores devidos ao FIDC II relativos a tais Direitos Creditórios FIDC II inadimplentes serão recuperados. Da mesma forma,

não é possível assegurar a recuperação de valores devidos ao FIDC II decorrentes de Direitos Creditórios FIDC II inadimplidos em eventual procedimento de cobrança judicial. Dessa forma, na hipótese de inadimplência dos Direitos Creditórios FIDC II é possível que o FIDC II e os seus Quotistas venham a sofrer prejuízos.

- (h) Não haverá verificação do lastro dos Direitos Creditórios FIDC II de titularidade do FIDC II. Em face do reduzido valor médio dos Direitos Creditórios FIDC II, com base no §3º do artigo 38 da ICVM 356, o Custodiante não realizará a verificação do lastro dos Direitos Creditórios FIDC II de titularidade do FIDC II. Assim, tendo em vista que os documentos que lastreiam os Direitos Creditórios FIDC II podem conter irregularidades e/ou vícios questionáveis judicialmente, que poderão obstar o pleno exercício pelo FIDC II das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios FIDC II, e uma vez que o Custodiante (ou qualquer outra pessoa) não analisará nenhum desses documentos (nem por amostragem), a possibilidade de que essas irregularidades e/ou vícios sejam detectados é menor se comparada à possibilidade de detecção de irregularidades quando há a verificação do lastro dos Direitos Creditórios FIDC II pelo Custodiante. Eventual inadimplência ou questionamento judicial relativo aos Direitos Creditórios FIDC II cujos documentos apresentem irregularidades e/ou vícios poderão acarretar prejuízos ao FIDC II e, conseqüentemente, aos Quotistas.
- (i) Risco decorrente da precificação dos Ativos Financeiros. Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros ("mark-to-market"), poderão causar variações nos valores dos Ativos Financeiros, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas. Ademais, as variações de preço dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em razão de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer alterações nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudança significativa nos cenários econômico e político nacional e internacional.
- (j) Movimentação dos valores relativos aos Direitos Creditórios FIDC II de titularidade do FIDC II. Todos os recursos decorrentes da liquidação das Faturas de Energia serão recebidos diretamente pelos Agentes Arrecadores, e transferidos diariamente para as Contas de Centralização de Recebimentos (cada Conta de Centralização de Recebimentos será de titularidade do Banco Itaú, agindo na qualidade de Agente de Centralização de Recebimentos). O Agente de Centralização de Recebimentos transferirá diariamente os recursos de titularidade do FIDC II das Contas de Centralização de Recebimentos para as respectivas Contas de Conciliação FIDC II, com base nos relatórios disponibilizados pelo Custodiante na rede mundial de computadores. Tais relatórios serão gerados com informações dos Direitos Creditórios FIDC II que tenham sido originados e pagos, processadas com base nos arquivos fornecidos pelas Cedentes nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Custódia.

Para permitir o fluxo no pagamento dos Direitos Creditórios FIDC II acima descrito, cada Cedente se obrigou, nos termos do Contrato de Cessão, a inserir nas Faturas de Energia, por ela emitidas contra os Consumidores, códigos de barra apropriados ao direcionamento da totalidade dos recursos oriundos da liquidação



das Faturas de Energia para as respectivas Contas de Centralização de Recebimentos.

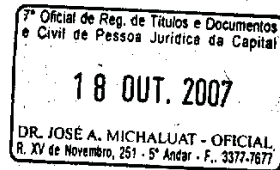
Apesar de o FIDC II contar com a obrigação: (i) das Cedentes de inserir nas Faturas de Energia os códigos de barra por respectivo Município Selecionado; (ii) dos Agentes Arrecadadores, assumida nos termos dos Convênios de Arrecadação, de que a totalidade dos recursos arrecadados nos Municípios Selecionados pelos Agentes Arrecadadores será transferida para as respectivas Contas de Centralização de Recebimentos; (iii) do Agente de Centralização de Recebimentos, assumida nos termos do Contrato de Serviços de Centralização, de transferir diariamente os recursos de titularidade do FIDC II para as respectivas Contas de Conciliação FIDC II, conforme descrito no parágrafo acima; e (iv) do Custodiante, assumida nos termos do Contrato de Custódia, de realizar, diariamente, os serviços de conciliação e disponibilizar os relatórios acima referidos na rede mundial de computadores para que o Agente de Centralização de Recebimentos possa transferir os recursos de titularidade do FIDC II para as respectivas Contas de Conciliação FIDC II, a rentabilidade das Quotas pode ser negativamente afetada, causando prejuízo ao FIDC II e aos Quotistas, caso haja inadimplemento por qualquer Cedente, por qualquer Agente Arrecadador, pelo Agente de Centralização de Recebimentos ou pelo Custodiante, no cumprimento de suas respectivas obrigações, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e transferência dos pagamentos realizados pelos Consumidores. Não há qualquer garantia de cumprimento pelas Cedentes, pelos Agentes Arrecadadores, pelo Agente de Centralização de Recebimentos e/ou pelo Custodiante, de cumprimento de suas obrigações acima destacadas.

A conciliação dos valores depositados nas Contas de Conciliação FIDC II pelo Custodiante será realizada com base nos arquivos preparados pelas próprias Cedentes, não havendo meios de o Custodiante e/ou a Administradora atestarem a veracidade das informações constantes dos referidos arquivos. Havendo inconsistência nos arquivos ou mesmo a interrupção voluntária ou involuntária no fornecimento de tais arquivos por qualquer Cedente, a rentabilidade das Quotas pode ser negativamente afetada, causando prejuízo ao FIDC II e aos Quotistas.

Ademais, ocorrendo a cessação na prestação dos serviços por qualquer Agente Arrecadador ou pelo Agente de Centralização de Recebimentos, e não sendo possível realizar a sua substituição em tempo hábil, o fluxo dos pagamentos dos Direitos Creditórios FIDC II descrito pode ser parcialmente interrompido, causando prejuízos ao FIDC II e aos Quotistas.

Não existe seguro ou qualquer garantia de recebimento em favor das Cedentes ou do FIDC II para cobrir eventuais riscos de roubos ou furtos dos recursos arrecadados pelos Agentes Arrecadadores (que não sejam instituições financeiras) oriundos de pagamento dos Direitos Creditórios FIDC II originados pelas Cedentes nos Municípios Selecionados. Dessa forma, ocorrendo furto ou roubo de eventuais valores oriundos de pagamentos aos Agentes Arrecadadores de Direitos Creditórios FIDC II de titularidade do FIDC II, pode haver atraso ou mesmo o não recebimento dos recursos pelo FIDC II, causando prejuízos ao FIDC II.

- (k) Propriedade das Quotas e não dos Direitos Creditórios FIDC II. Apesar da Carteira do FIDC II ser constituída, predominantemente, pelos Direitos Creditórios FIDC II,

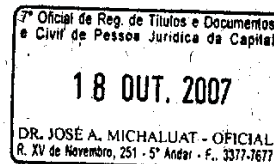


a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos Creditórios FIDC II. Os direitos dos Quotistas não são exercidos sobre os ativos da Carteira do FIDC II de modo individualizado, mas sim de maneira proporcional, de acordo com o número de Quotas possuídas pelos Quotista individualmente.

- (l) Inexistência de jurisprudência consolidada acerca da validade da Cessão dos Direitos Creditórios FIDC II em caso de insolvência das Cedentes. O §1º do artigo 136 da Lei nº 11.101/05 ("Nova Lei de Falências") estabelece que, na hipótese de securitização de créditos do falido, não será declarada a ineficácia ou revogado o ato de cessão em prejuízo dos direitos dos titulares de valores mobiliários neles lastreados. Considerando que a cessão de créditos ao FIDC II tem por objeto recebíveis, relativos à contraprestação por fornecimento de energia ainda não efetuado pelas Cedentes, bem como a inexistência de decisões judiciais sobre a aplicação do referido dispositivo legal, os Quotistas devem analisar o risco de eventual contencioso judicial sobre a aplicação de referida norma com relação aos Direitos Creditórios FIDC II cedidos em caso de falência das Cedentes.
- (m) Emissão de Novas Quotas Subordinadas. Em determinadas situações previstas neste Regulamento, a Administradora poderá realizar diversas emissões de Quotas Subordinadas adicionais sem a emissão de Quotas Seniores adicionais, para fins de enquadramento da Razão de Garantia ou dos critérios de composição e diversificação da Carteira do FIDC II. Por essa razão, o Patrimônio Líquido do FIDC II poderá vir a ser representado por uma quantidade maior de Quotas Subordinadas do que de Quotas Seniores. Nesta hipótese, poderá haver uma diluição dos Quotistas titulares de Quotas Seniores no patrimônio do FIDC II o que, inclusive, poderá afetar o poder decisório dos Quotistas titulares das Quotas Seniores em Assembleia Geral.
- (n) As informações acerca do futuro das Cedentes contidas no Prospecto podem não ser precisas. O Prospecto pode conter informações acerca das perspectivas do futuro das Cedentes que refletem suas opiniões em relação ao desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolvem riscos e incertezas. Não há garantias de que o desempenho futuro das Cedentes seja consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências indicadas no Prospecto, dependendo de vários fatores discutidos no Prospecto. Os Quotistas são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações acerca do futuro das Cedentes e não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. As Cedentes não assumem nenhuma obrigação de atualizar ou revisar qualquer informação acerca das perspectivas de seus futuros, exceto pelo que dispõem os artigos 8º e 13º da Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada, e a Instrução CVM 400, de 29 de dezembro de 2003.

Artigo 24 Quanto aos riscos associados às Cedentes, destacam-se, de forma não taxativa, os seguintes:

- (a) Risco de não originação dos Direitos Creditórios FIDC II. Os Direitos Creditórios FIDC II a serem adquiridos pelo FIDC II serão originados pelas Cedentes preponderantemente no futuro. Portanto, o investimento no FIDC II está sujeito ao risco de não originação, no futuro, dos Direitos Creditórios FIDC II pelas Cedentes



contra os Consumidores. Não há como assegurar que não haverá diminuição ou descontinuidade ou até mesmo incapacidade, total ou parcial, das Cedentes na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica nos Municípios Seleccionados, o que pode afetar negativamente ou impossibilitar a originação dos Direitos Creditórios FIDC II pelas Cedentes, implicando prejuízo ao FIDC II e aos Quotistas uma vez que a amortização e/ou o resgate das Quotas está sujeita à liquidação dos Direitos Creditórios FIDC II e/ou dos Ativos Financeiros.

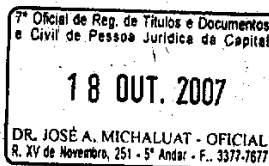
- (b) Inexistência de uma política de crédito específica. Tendo em vista que as Cedentes são concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, estas são obrigadas, nos termos dos Contratos de Concessão, a fornecer energia para os consumidores residentes ou domiciliados em suas respectivas áreas de concessão, tendo à sua disposição instrumentos regulatórios para o controle da inadimplência referente à prestação de tais serviços. Por este motivo, não há uma política de crédito específica para o início de distribuição de energia elétrica aos seus Consumidores, o que pode impactar negativamente na capacidade de originação dos Direitos Creditórios FIDC II pelas Cedentes.

- (c) Percentual de atraso e inadimplência no pagamento dos Direitos Creditórios FIDC II. Nos 36 (trinta e seis) meses imediatamente anteriores a 28 de fevereiro de 2007, as Cedentes acumulavam, em conjunto, Faturas de Energia vencidas e não pagas em valor equivalente a 5,9% de seu faturamento consolidado no mesmo período, sendo 4,2% no caso da CFLCL, 4,0% no caso da CENF, 10,6% no caso da CELB, 5,1% no caso da ENERGIPE e 6,8% no caso da SAELPA. Do montante total de Faturas de Energia vencidas e não pagas (5,9%), 3,5% corresponde a atrasos superiores a 180 (cento e oitenta) dias, sendo 2,8% no caso da CFLCL, 2,7% no caso da CENF, 5,6% no caso da CELB, 3,3% no caso da ENERGIPE e 3,9% no caso da SAELPA.

O atraso e a inadimplência no pagamento dos Direitos Creditórios FIDC II pelos Consumidores dos Municípios Seleccionados poderá causar prejuízos ao FIDC II e aos Quotistas.

- (d) Um aumento do índice de perdas das Cedentes pode afetar adversamente a originação dos Direitos Creditórios FIDC II. As Cedentes estão sujeitas a perdas técnicas e comerciais no desenvolvimento de suas atividades de distribuição. As perdas técnicas ocorrem no curso normal da atividade de distribuição de energia elétrica. Já as perdas comerciais decorrem de fraudes e ligações clandestinas de energia. Em virtude das medidas de racionamento impostas pelo Governo Federal em 2001 e 2002, que puniam o consumo de energia acima dos limites estabelecidos, o número de fraudes aumentou. Medidas dessa natureza podem contribuir para um aumento nas perdas comerciais. Em 31 de março de 2007, o índice de perdas totais relativo aos 12 meses anteriores a tal data era de 9,58% na CFLCL, 8,38% na CELB, 20,46% na SAELPA, 12,40% na ENERGIPE e 7,85% na CENF. Um aumento nas perdas de energia elétrica poderá afetar negativamente a situação financeira, o resultado das operações das Cedentes e, conseqüentemente, sua capacidade de originação dos Direitos Creditórios FIDC II.

- (e) Vencimento antecipado e "cross-default". Em virtude de contratos celebrados para a captação de recursos, as Cedentes estão sujeitas a certas cláusulas e condições que determinam o vencimento antecipado da respectiva dívida contratada. Na hipótese de descumprimento de qualquer disposição dos referidos contratos, tornar-se-ão

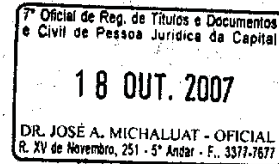


exigíveis os valores vincendos (principal, juros e multa) objeto dos referidos contratos. O vencimento antecipado das obrigações das Cedentes poderá acarretar sérios efeitos sobre sua situação financeira, considerando-se inclusive a previsão de vencimento cruzado de outras obrigações das Cedentes, conforme cláusulas presentes em diversos contratos de empréstimos e financiamento por elas celebrados com terceiros, o que pode afetar as atividades operacionais das Cedentes e a suas respectivas capacidades de originação dos Direitos Creditórios FIDC II.

- (f) A cobertura de seguro das Cedentes pode ser insuficiente. As Cedentes contratam seus seguros de acordo com suas respectivas políticas de seguros. Os seguros contratados pelas Cedentes podem ser insuficientes para o ressarcimento de eventuais danos. A ocorrência de sinistros que ultrapassem o valor segurado ou que não sejam cobertos pelos seguros contratados pode acarretar custos adicionais inesperados e significativos para as Cedentes, acarretando um efeito adverso em suas atividades, resultados operacionais e condições financeiras, bem como afetando a originação dos Direitos Creditórios FIDC II.
- (g) Alteração do controle acionário das Cedentes e suas possíveis consequências. As ações que representam o controle acionário de algumas das Cedentes foram dadas em garantia de obrigações financeiras, o que permite a certos credores, em caso de inadimplência das obrigações garantidas, a executar a garantia real e, conseqüentemente, transferir o controle acionário de tais Cedentes a terceiros.

A alteração do controle acionário das Cedentes depende de prévia autorização da ANEEL, que se não for obtida, poderá levar à extinção das suas respectivas concessões, o que poderá impossibilitar as Cedentes de originar os Direitos Creditórios FIDC II.

- (h) Respeito aos padrões de qualidade dos serviços previstos nos Contratos de Concessão e na regulamentação. Os Contratos de Concessão celebrados pelas Cedentes estabelecem padrões de qualidade que devem ser observados na prestação do serviço objeto das respectivas concessões, entre os quais a constante melhoria dos padrões de qualidade. A natureza e a extensão de tais melhorias são previstas nos referidos Contratos de Concessão e as penalidades aplicáveis a um desempenho inferior aos níveis estabelecidos de qualidade dos serviços estão previstas na Resolução ANEEL nº 063, de 12.5.04 e incluem multa de até 2% do valor dos respectivos faturamentos, nos 12 (doze) meses anteriores à ocorrência da infração. Em caso de não cumprimento das penalidades ou determinações do Poder Concedente, para regularizar a prestação de serviços, este último poderá decretar a caducidade das concessões, hipótese na qual as Cedentes que tiveram as concessões cassadas deixarão de ser capazes de originar os Direitos Creditórios FIDC II. Tal fato poderá causar prejuízo ao FIDC II e aos Quotistas.
- (i) As Cedentes podem perder a capacidade de originação dos Direitos Creditórios FIDC II. A capacidade das Cedentes de originar os Direitos Creditórios FIDC II está diretamente ligada às suas condições de concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. No entanto, as concessões detidas pelas Cedentes poderão ser extintas antes do termo final dos respectivos Contratos de Concessão, nas seguintes hipóteses: (i) a encampação, pela União, do serviço público de distribuição de energia elétrica; (ii) a decretação da caducidade da concessão pela União; (iii) a anulação dos Contratos de Concessão, decorrente de vício ou



irregularidade constatados no procedimento ou no ato de outorga da concessão; ou (iv) a falência ou extinção das Cedentes.

O Poder Concedente poderá, caso as Cedentes não observem os respectivos padrões de qualidade e melhoria dos serviços de distribuição de energia elétrica, aplicar penalidades às Cedentes e, observada a legislação em vigor, decretar a caducidade das concessões, o que impossibilitará as Cedentes de originar os Direitos Creditórios FIDC II. Ademais, o completo atendimento desses padrões de serviços é requisito essencial para a renovação das concessões nos termos da Lei de Concessões e, portanto, para que as Cedentes sejam capazes de continuar a prestar serviços de distribuição de energia elétrica.

No caso de término antecipado de suas respectivas concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica, as Cedentes esperam que, caso seja verificado o interesse público pelo Poder Concedente, o FIDC II poderá manter o direito ao recebimento do produto da cobrança dos Direitos Creditórios FIDC II. Não obstante, consultada pela CVM no processo de registro do FIDC II, a ANEEL apresentou comentários nos quais reproduz o § 6º do Artigo 38 da Lei de Concessões, que dispõe que declarada a caducidade da concessão, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária.

Por fim, as Cedentes conduzem sua atividade de distribuição de energia elétrica de acordo com os Contratos de Concessão. A Constituição Federal da República Federativa do Brasil exige que todas as concessões de serviços públicos devem ser concedidas mediante licitação. Em 1995, em um esforço para implementar esses dispositivos constitucionais, o Governo Federal aprovou a Lei de Concessões, que rege os procedimentos de licitação. De acordo com a Lei de Concessões, mediante solicitação da concessionária, as concessões existentes poderão ser prorrogadas pelo Governo Federal, mediante requerimento efetuado pela concessionária, independentemente de sujeição ao processo de licitação, contanto que a concessionária tenha atendido aos padrões mínimos de desempenho e que a proposta seja aceitável ao Governo Federal. Devido ao grau de discricionariedade conferido ao Governo Federal pela Lei de Concessões no que diz respeito à prorrogação de concessões existentes e dada a ausência de precedentes quanto ao exercício, pelo Governo Federal, de seu poder discricionário de interpretação e aplicação da Lei de Concessões, não há como garantir que as concessões atuais das Cedentes não serão prorrogadas em termos que venham a ser menos favoráveis do que aqueles atualmente em vigor.

A ocorrência de qualquer dos riscos acima descritos poderá resultar em prejuízos para o FIDC II e para os Quotistas ou mesmo a perda integral do investimento nas Quotas ainda não amortizadas pelo FIDC II.

- (j) Impenhorabilidade de certos ativos das Cedentes utilizados em serviços por elas prestados. A legislação aplicável dispõe que os bens das Cedentes, que sejam essenciais para a prestação dos serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como alguns bens utilizados na geração, devem ser revertidos ao Poder Concedente ao fim da respectiva concessão, não sendo passíveis de penhora ou execução judicial. Assim, no caso de inadimplemento das Cedentes de suas

respectivas obrigações constantes do Contrato de Cessão ou de outros contratos e documentos relativos ao FIDC II de que são signatários, parte dos bens que compõe os ativos das Cedentes não poderá ser utilizado para satisfazer os direitos do FIDC II ou dos Quotistas à indenização devida em razão do inadimplemento.

Artigo 25 Quanto aos riscos associados ao setor de energia elétrica brasileiro, destacam-se, de forma não taxativa, os seguintes:

- (a) A nova lei do setor elétrico. O Governo Federal vem implementando um processo de reestruturação do setor elétrico brasileiro que resultou em mudanças significativas na legislação desse setor durante os últimos anos. Como parte dessa reestruturação, em 15 de março de 2004, o Governo Federal editou a Lei nº 10.848, que alterou substancialmente as diretrizes até então vigentes e implementou o novo modelo do setor elétrico no Brasil. Na mesma data, foi editada a Lei nº 10.847, que autorizou a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, que tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor elétrico nacional. Em agosto de 2004, foram promulgados os Decretos nº 5.163, 5.175, 5.177 e 5.184 que regulamentam as Leis nº 10.847 e 10.848.

Dentre as regras do novo marco regulatório estão incluídas: (i) a criação de um Ambiente de Contratação Regulada – ACR para as operações de compra e venda de energia envolvendo as distribuidoras, onde estas deverão comprar, por meio de leilões, a energia necessária ao atendimento de sua demanda com até cinco anos de antecedência, estabelecendo penalidades em caso de não concretização das estimativas de mercado; (ii) a desverticalização das atividades, não permitindo que as distribuidoras realizem atividades de geração, transmissão e comercialização, salvo se previsto nos contratos de concessão; (iii) a extinção do chamado “self-dealing” (compra de energia pela distribuidora junto a partes relacionadas), exceto com base em contratos já existentes, os quais não poderão ser aditados; e (iv) as licitações de novas concessões de geração hidráulica para atendimento ao ACR serão realizadas pelo critério de menor tarifa e por blocos de energia, onde os respectivos CCEARs - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado serão compartilhados por todas as distribuidoras do SIN - Sistema Interligado Nacional.

- A nova lei do setor elétrico continua sujeita à regulamentação e, atualmente, tem sua constitucionalidade contestada perante o Supremo Tribunal Federal, por meio de ação direta de inconstitucionalidade (“ADIN”). Em 11 de outubro de 2006, o Supremo Tribunal Federal julgou em medida liminar, por 7 votos a 4, que a edição da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico para reger o setor elétrico não confrontava com a Constituição Federal. Não obstante, o julgamento da liminar considerar o novo modelo válido, não foi apreciado de forma definitiva o mérito da ação e uma decisão final sobre o tema depende do voto favorável da maioria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Não existe ainda uma decisão final sobre este mérito e, portanto, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua em vigor.

Se a nova lei do setor elétrico, ou parte dela, for considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, o marco regulatório introduzido pela nova lei do setor elétrico poderá perder a sua validade, gerando incertezas a respeito de quando e como o Governo Federal introduzirá novas mudanças no setor elétrico. Não é

possível prever eventuais efeitos adversos da declaração de inconstitucionalidade da referida lei e do resultado do julgamento da ADIN no setor em que as Cedentes atuam e no cumprimento das obrigações das Cedentes para com os Consumidores, bem como na originação e entrega dos Direitos Creditórios FIDC II ao FIDC II.

- (b) Obrigatoriedade de planejamento de mercado. Conforme previsto no novo modelo do setor elétrico brasileiro, as distribuidoras de energia elétrica devem planejar, com antecedência de até cinco anos, a compra de energia no mercado regulado necessária para o atendimento de sua demanda nesse período. Da mesma forma, o novo modelo prevê a aplicação de penalidades para o caso de insuficiência de contratação e permite o repasse de até 103% da carga adquirida para o caso de contratações acima das necessidades das distribuidoras. Além destas penalidades, existem limitações de repasse às tarifas dos preços de compra de energia, as quais variam em função da antecedência com que ocorre a aquisição. Erros no planejamento do mercado pelas Cedentes poderão acarretar penalidades ou a obrigação de adquirir energia adicional por preços ou condições menos vantajosas em relação às aquisições anteriores, sem o direito de repasse desse custo, no todo ou em parte, às tarifas, o que pode afetar as condições financeiras das Cedentes e, eventualmente, as suas respectivas capacidades de originação dos Direitos Creditórios FIDC II.
- (c) Reajuste tarifário. Os reajustes das tarifas de distribuição cobradas pelas Cedentes são fixados pela ANEEL por meio da aplicação de uma fórmula paramétrica, que consta do contrato de concessão de distribuição. De acordo com essa fórmula e com as normas que regulam os contratos de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas praticadas por quaisquer distribuidoras de energia elétrica são reajustadas anualmente mediante prévia autorização da ANEEL. Revisões extraordinárias das tarifas praticadas por distribuidoras de energia somente podem ocorrer quando fatos específicos afetarem os custos das concessionárias, prejudicando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, estando, assim, tais revisões fora do controle da administração de qualquer empresa do setor elétrico.

Existem regras específicas que limitam o repasse aos consumidores dos aumentos de custos relacionados à compra de energia elétrica de forma que as distribuidoras de energia podem não conseguir repassar aos consumidores eventuais aumentos nos preços de aquisição de energia elétrica, não obstante a previsão de revisão de tarifas constante dos contratos de concessão.

Além disso, um ano após o quinto reajuste anual, a partir da assinatura dos respectivos Contratos de Concessão, as tarifas praticadas pelas distribuidoras de energia elétrica sofrerão o efeito do chamado "Fator X", que é determinado segundo regras estabelecidas pela ANEEL e subtraído do IGPM, indexador dos custos gerenciáveis da concessionária de distribuição (a Parcela B). A aplicação desse fator tem por finalidade compartilhar com os Consumidores os ganhos de produtividade (fator Xe), e a remunerar os custos de mão-de-obra pela variação do IPCA (fator Xa). Conforme a metodologia adotada pela ANEEL para o atual ciclo de revisão tarifária, não é mais apreciável o fator Xc, ligado a percepção dos Consumidores em relação à finalidade do serviço prestado.

Não se pode garantir que a ANEEL estabeleça as tarifas conforme os reajustes e

revisões pleiteadas pelas Cedentes ou que essa fixação seja feita tempestivamente. Quaisquer alterações adicionais na estrutura de fixação tarifária para distribuição de energia elétrica realizadas pelo Governo Federal ou pela ANEEL poderão afetar negativamente as condições operacionais e financeiras das Cedentes, o que pode afetar, eventualmente, as suas respectivas capacidades de originação dos Direitos Creditórios FIDC II.

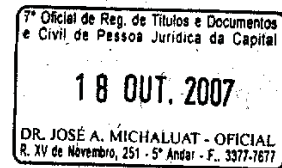
- (d) Estrutura do setor elétrico é concentrada em geração hidráulica. O setor elétrico brasileiro é, muito concentrado em geração hidráulica de energia, e enfrenta uma restrição natural à sua capacidade de geração. As usinas hidrelétricas não podem gerar energia além da capacidade possibilitada pelos recursos hídricos do País. O controle do nível dos reservatórios efetuado pelo ONS busca otimizar o nível de água disponível para geração hidrelétrica em cada uma das usinas associadas aos respectivos reservatórios, além de manter certa quantidade de água em reserva, para situações de emergência.

A imposição de restrições à capacidade de geração ou distribuição de energia decorrentes de situações hidrológicas ou climáticas adversas poderão afetar negativamente as operações das Cedentes e a sua capacidade de originação dos Direitos Creditórios FIDC II.

- (e) Riscos decorrentes de escassez de energia e conseqüente racionamento de energia. As Cedentes dependem das condições hidrológicas predominantes no sistema interligado nacional no qual operam. Em 2006, de acordo com dados do ONS, aproximadamente 91,08% da oferta de energia elétrica no Brasil veio de usinas hidrelétricas. Condições hidrológicas que resultem em baixa oferta de energia elétrica no mercado brasileiro podem causar, entre outros, a implementação de amplos programas de conservação de eletricidade, incluindo reduções obrigatórias do consumo de eletricidade, como ocorreu durante o programa de racionamento de energia elétrica nos anos de 2001 e 2002, quando o Governo Federal estabeleceu índices de redução de consumo de energia para consumidores industriais, comerciais e residenciais, que variavam de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento). Tal fato poderá ocorrer porque a expansão estrutural da oferta de energia elétrica do sistema interligado nacional admite a um nível de risco de suprimento igual a 5% (cinco por cento). Se o Brasil sofrer outra escassez de oferta de energia elétrica, o governo poderá implementar políticas que incluam o racionamento do consumo, o que poderá afetar negativamente a originação dos Direitos Creditórios FIDC II cedidos ao FIDC II, implicando prejuízo ao FIDC II e aos Quotistas.

- (f) Imposições e restrições dos órgãos ambientais poderão implicar custos adicionais às Cedentes. As atividades e instalações relacionadas à transmissão e distribuição de energia elétrica das Cedentes estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento, relacionadas à proteção da saúde e do meio ambiente.

A inobservância das leis e regulamentos ambientais pode implicar, independentemente da obrigação de reparação de danos que eventualmente sejam causados, a aplicação de sanções de natureza penal, administrativa e privativas de liberdade. As sanções podem variar desde a imposição de advertências e multas, até a suspensão parcial ou total de atividades, podendo também incluir a perda ou



restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público.

Custos incorridos pelas Cedentes relativos à adequação para o cumprimento da legislação ambiental, ou decorrentes do descumprimento de referida legislação, tais como obrigação de indenizar, imposição de multas e outros, poderão resultar em efeitos negativos sobre suas atividades, condição financeira e resultados operacionais das Cedentes e sua capacidade de originar os Direitos Creditórios FIDC II.

- (g) Riscos decorrentes da regulamentação e fiscalização pela ANEEL. A ANEEL pode impor penalidades às Cedentes caso estas deixem de cumprir com qualquer disposição da Lei de Concessões ou dos Contratos de Concessão. Tais penalidades variam de acordo com a gravidade do descumprimento, e incluem: (i) advertências; (ii) multas (sendo a multa limitada a, no máximo, 2% da receita anual líquida de cada Cedente no exercício encerrado imediatamente antes da data da respectiva infração); (iii) embargo à construção de novas instalações e equipamentos; (iv) restrições à operação das instalações e equipamentos existentes; (v) suspensão temporária de participação em processos licitatórios de novas concessões; (vi) intervenção da ANEEL; (vii) extinção da concessão por caducidade. Ademais, o Poder Concedente detém poderes para extinguir as concessões detidas pelas Cedentes antes do final de seu prazo, na hipótese de falência ou liquidação das Cedentes, ou por meio de encampação. As Cedentes, a Administradora, ou qualquer de suas Partes Relacionadas não podem garantir que as Cedentes não serão penalizadas pela ANEEL por descumprimentos dos Contratos de Concessão ou que as concessões de que as Cedentes são titulares não serão extintas no futuro. A indenização a que as Cedentes têm direito na ocorrência de eventual extinção da concessão pode não ser suficiente para recuperar o valor integral de certos ativos. Caso qualquer das concessões das Cedentes seja rescindida em virtude de descumprimento das obrigações das Cedentes, o valor efetivo de compensação pelo Poder Concedente pode ser reduzido de forma significativa por meio da imposição de multas ou outras penalidades. Por conseguinte, a imposição de multas ou penalidades a qualquer Cedente, ou a extinção de qualquer concessão, pode afetar negativamente a originação dos Direitos Creditórios FIDC II cedidos ao FIDC II, implicando prejuízo ao FIDC II e aos Quotistas.

CAPÍTULO VII - DIREITOS CREDITÓRIOS E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 26 Os Direitos Creditórios FIDC II cedidos e transferidos ao FIDC II, nos termos do Contrato de Cessão, compreendem os Direitos Creditórios FIDC II vincendos existentes na Data de Início de Originação FIDC II, mesmo que tenham sido originados e formalizados antes de tal data, e os Direitos Creditórios FIDC II a serem originados pelas Cedentes a partir da Data de Início de Originação FIDC II até a integral liquidação das Obrigações do FIDC II, observadas as condições previstas nas Cláusulas II e III do Contrato de Cessão.

Parágrafo 1º Os Direitos Creditórios FIDC II serão originados nos termos dos contratos de distribuição de energia elétrica existentes entre as Cedentes e os Consumidores, e periodicamente formalizados por meio de Faturas de Energia.

Parágrafo 2º O FIDC II adquirirá de cada uma das Cedentes, na Data de Aquisição e Pagamento FIDC II, Direitos Creditórios FIDC II em valor correspondente ao montante captado pelo FIDC II com a distribuição da respectiva série de Quotas Seniores, multiplicado pelo Percentual de Cessão de cada Cedente.

Artigo 27 O FIDC II somente adquirirá Direitos Creditórios FIDC II que atendam, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade (os "Crêditos de Elegibilidade FIDC II"):

- (a) devem ser direitos creditórios de titularidade das Cedentes originados ou a serem originados em decorrência da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica aos Consumidores domiciliados nos Municípios Selecionados, ou nos Municípios Adicionados em Razão de Inadimplemento, neste caso exclusivamente na hipótese de cessão de Direitos Creditórios FIDC II dos Municípios Adicionados em Razão de Inadimplemento prevista na Cláusula VI do Contrato de Cessão;
- (b) a Administradora deverá ter confirmado, na Data de Encerramento, por escrito, ao Custodiante, que os Aditamentos aos Convênios de Arrecadação foram firmados por cada uma das Cedentes, os respectivos Agentes Arrecadores e o Agente de Centralização de Recebimentos, ratificando o depósito, pelos Agentes Arrecadores, da totalidade dos recursos oriundos da liquidação das Faturas de Energia nas Contas de Centralização de Recebimentos;
- (c) a autorização da ANEEL para a cessão dos Direitos Creditórios FIDC II, cuja comprovação deverá ter sido fornecida pela Administradora ao Custodiante, deve ter sido obtida até a Data de Aquisição e Pagamento FIDC II; e
- (d) devem ser atendidos os requisitos e restrições previstos no Parágrafo 1º abaixo.

Parágrafo 1º A cessão de Direitos Creditórios FIDC II deverá observar o seguinte:

(a) O FIDC II não poderá adquirir os seguintes direitos creditórios:

- (i) os Direitos Creditórios cedidos ao FIDC I a título definitivo (os "Direitos Creditórios Objeto de Cessão Definitiva FIDC I");
 - (ii) os Direitos Creditórios cedidos ao FIDC I sob condição suspensiva (os "Direitos Creditórios Objeto de Cessão Condicional FIDC I") a partir do momento em que se verificar a implementação de qualquer das condições previstas no Contrato de Cessão FIDC I; e
 - (iii) os Direitos Creditórios permutados nos termos da Cláusula VIII do Contrato de Cessão FIDC I (os "Direitos Creditórios Objeto de Permuta Obrigatória FIDC I" e a "Permuta Obrigatória FIDC I", respectivamente).
- (b) Salvo o disposto na nos itens (c) e (d) abaixo, em cada Período de Originação FIDC I, as Cedentes transferirão prioritariamente, em ordem cronológica de vencimento, os direitos creditórios ao FIDC I (a "Cessão FIDC I"), de forma que serão cedidos ao FIDC II apenas os direitos creditórios que sobejarem à Cessão FIDC I e que, por consequência, tenham sido originados durante o Período de Originação FIDC II (a "Cessão FIDC II" e os "Direitos Creditórios Objeto de Cessão FIDC II", respectivamente).

(c) Os Direitos Creditórios Objeto de Cessão Condicional FIDC I poderão ser transferidos ao FIDC II, desde que não tenha sido verificada nenhuma condição que implemente a Cessão Condicional FIDC I, sendo considerados, para os efeitos do Contrato de Cessão e deste Regulamento, como Direitos Creditórios FIDC II.

(d) Uma vez atingido o Valor Mensal da Cessão FIDC II em cada Período de Originação FIDC II, os próximos Direitos Creditórios FIDC II vincendos por ordem cronológica de vencimento, que atendam aos Critérios de Elegibilidade FIDC II, até o Valor Mensal da Cessão FIDC II Com Condição Suspensiva, estarão sujeitos à cessão sob condição suspensiva, nos termos da Cláusula 3.1.2 do Contrato de Cessão (a "Cessão FIDC II Com Condição Suspensiva" e os "Direitos Creditórios FIDC II Objeto de Cessão Com Condição Suspensiva", respectivamente).

(e) Após a Data de Encerramento, a Cessão FIDC I extinguir-se-á de pleno direito passando as Cedentes a transferir prioritariamente ao FIDC II, em ordem cronológica de vencimento, os Direitos Creditórios FIDC II originados durante o respectivo Período de Originação FIDC II.

Parágrafo 2º A verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios FIDC II aos Critérios de Elegibilidade FIDC II será de responsabilidade exclusiva do Custodiante e, desde que observados os termos e condições deste Regulamento e do Contrato de Cessão, será definitiva.

Artigo 28 Nos termos do Contrato de Cessão, a cessão engloba, em cada Período de Originação FIDC II até a integral liquidação das Obrigações do FIDC II, os Direitos Creditórios Objeto de Cessão FIDC II e os Direitos Creditórios FIDC II Objeto de Cessão Com Condição Suspensiva, observado o Percentual de Cessão de cada Cedente na Cessão Secundária.

Parágrafo 1º Os Direitos Creditórios Objeto de Cessão FIDC II que atendam aos Critérios de Elegibilidade FIDC II serão cedidos ao FIDC II em quantidade suficiente a atingir o Valor Mensal da Cessão FIDC II, cabendo ao Agente de Centralização de Recebimentos transferir seu produto para as Contas de Conciliação FIDC II.

Parágrafo 2º A cessão de Direitos Creditórios Objeto de Cessão Condicional FIDC I prefere à Cessão FIDC II, sujeitando-se esta aos termos e condições daquela, devendo ser realizada previamente à Cessão FIDC II, sendo seu produto transferido pelo Agente de Centralização de Recebimento para as Contas de Conciliação FIDC II somente quando não houver sido implementada, no respectivo Período de Originação I, nenhuma das condições suspensivas previstas no Contrato de Cessão FIDC I.

Parágrafo 3º Da mesma forma, a Permuta Obrigatória FIDC I deve ser realizada previamente à Cessão Secundária, sujeitando-se esta aos termos e condições daquela, sendo que o produto dos Direitos Creditórios FIDC II somente poderá ser transferido pelo Agente de Centralização de Recebimentos para as Contas de Conciliação FIDC II quando tais Direitos Creditórios FIDC II não puderem mais ser objeto de Permuta Obrigatória FIDC I.

Parágrafo 4º Após a Data de Encerramento, a cessão compreenderá todos os Direitos Creditórios FIDC II existentes na Data de Início de Originação FIDC II, mesmo que tenham sido originados e formalizados antes de tal data, e os Direitos Creditórios FIDC II a serem originados pelas Cedentes a partir da Data de Início de Originação FIDC II até a integral liquidação das Obrigações do FIDC II, observado o disposto no Contrato de Cessão.

Artigo 29 Os Direitos Creditórios FIDC II cedidos ao FIDC II, nos termos da Cláusula 2.4.1. do Contrato de Cessão, dependem da verificação das condições suspensivas previstas na Cláusula 16.1 do Contrato de Cessão para se tornarem de titularidade do Cessionário (as "Condições Suspensivas FIDC II").

Artigo 30 As Cedentes responsabilizaram-se, nos termos do Contrato de Cessão, pela originação, existência e correta formalização dos Direitos Creditórios FIDC II, bem como pela liquidez e certeza dos valores a eles referentes.

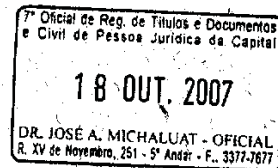
Artigo 31 As Cedentes obrigaram-se e autorizaram o Custodiante, nos termos da Cláusula VIII do Contrato de Cessão, a realizar a permuta de: (a) Direitos Creditórios FIDC II que tenham sido pagos total ou parcialmente em cheques, exceto aqueles pagos em cheques junto a Agentes Arrecadores que sejam instituições financeiras; (b) Direitos Creditórios FIDC II que não tenham sido pagos pelos Consumidores, por qualquer motivo, junto aos Agentes Arrecadores na respectiva data de vencimento; (c) Direitos Creditórios Objeto de Cessão FIDC II, quando implementada qualquer dos eventos de avaliação e/ou de liquidação previstos no Contrato de Cessão FIDC I, sendo tal permuta realizada em benefício do FIDC I; e (d) Direitos Creditórios FIDC II cujas respectivas Faturas de Energia tenham sido canceladas, por um ou mais direitos creditórios que tenham, individualmente ou em conjunto, no mínimo o mesmo valor nominal dos Direitos Creditórios FIDC II Permutáveis mencionados nos itens (a), (b) (c) e (d) deste Artigo, e com data de vencimento mais próxima da data de vencimento dos referidos Direitos Creditórios FIDC II Permutáveis.

Parágrafo 1º A permuta descrita no *caput* deste Artigo será realizada entre Direitos Creditórios FIDC II Permutáveis e Direitos Creditórios FIDC II Cedidos em Permuta com data de vencimento em um mesmo Período de Originação FIDC II.

Parágrafo 2º As permutas realizadas nos termos da Cláusula VIII do Contrato de Cessão serão realizadas sob condição resolutiva, extinguindo-se cada permuta, para todos os fins do Contrato de Cessão, caso o Direito Creditório FIDC II Permutável seja pago antes do pagamento do correspondente Direito Creditório FIDC II Cedido em Permuta com data de vencimento mais próxima da data de vencimento do referido Direito Creditório FIDC II Permutável.

Parágrafo 3º Na hipótese de não pagamento dos Direitos Creditórios FIDC II nas suas respectivas datas de vencimento, desde que não seja possível a realização da permuta prevista no *caput* deste Artigo, observadas as demais condições previstas na Cláusula VIII do Contrato de Cessão, a(s) respectiva(s) Cedente(s) deverá(ão) adotar, a partir do 1º (primeiro) dia útil do Período de Originação FIDC II subsequente ao Período de Originação FIDC II em que se verificar o vencimento e não pagamento do respectivo Direito Creditório FIDC II, os competentes procedimentos de cobrança contra o Consumidor inadimplente de acordo com sua respectiva Política de Cobrança, sem prejuízo do direito do FIDC II de adotar outros procedimentos ou medidas de cobrança, judiciais ou extrajudiciais, necessárias à salvaguarda e cobrança de seus direitos e prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios FIDC II.

Parágrafo 4º O Anexo II a este Regulamento contém a descrição detalhada da atual Política de Cobrança adotada por cada Cedente, e deverá ser aditado e registrado na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º acima sempre que houver qualquer alteração relevante na Política de Cobrança de qualquer das Cedentes, a critério exclusivo da Administradora, desde que a Administradora tenha sido informada da respectiva alteração nos termos do item 9.4 do Contrato de Cessão.



Parágrafo 5º O Custodiante será responsável pelo fornecimento às Cedentes, no 1º (primeiro) dia útil de cada Período de Originação FIDC II, da relação dos Direitos Creditórios FIDC II inadimplidos que não tenham sido objeto de permuta no Período de Originação FIDC II imediatamente anterior.

CAPÍTULO VIII - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 32 Pela administração e gestão do FIDC II, a Administradora receberá taxa de administração equivalente ao maior valor entre o: (i) valor fixo mensal de R\$ 15.000 (quinze mil reais); e (ii) percentual anual de 0,10% (zero vírgula dez por cento) sobre o valor do Patrimônio Líquido do FIDC II:

Parágrafo 1º A taxa de administração será paga à Administradora em cada Período de Originação FIDC II, por período vencido, até o 5º (quinto) dia útil do Período de Originação FIDC II subsequente ao dos serviços prestados.

Parágrafo 2º A taxa de administração será calculada sobre o valor diário do Patrimônio Líquido do FIDC II do dia anterior à realização do referido cálculo, à taxa de "1/252" (um sobre duzentos e cinquenta e dois avos) de forma linear, da porcentagem referida acima, e informada ao Custodiante em cada Período de Originação FIDC II.

Parágrafo 3º A Administradora não receberá taxa de performance.

Parágrafo 4º Os valores em reais mencionados neste Artigo serão reajustados anualmente, a partir da 1ª Data de Emissão das Quotas, pela variação do IGPM ou de outro índice de mercado, na hipótese de extinção do IGPM, que venha a ser aprovado pela Assembléia Geral.

Artigo 33 Constituem encargos do FIDC II, além da taxa de administração, as seguintes despesas (os "Encargos do FIDC II"):

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FIDC II;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (c) despesas com correspondência de interesse do FIDC II, inclusive comunicação aos Quotistas;
- (d) honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria;
- (e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do FIDC II, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do FIDC II, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido, observado o disposto no Capítulo XVIII;

- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do FIDC II ou à realização de Assembleia Geral, inclusive despesas com a abertura e manutenção das Contas de Centralização de Recebimentos, das Contas de Conciliação FIDC II e da Conta de Movimentação FIDC II;
- (h) taxas de custódia dos ativos integrantes da Carteira do FIDC II;
- (i) contribuição anual devida às bolsas de valores ou a entidade do mercado de balcão organizado em que o FIDC II tenha suas Quotas admitidas a negociação; e
- (j) despesas com a contratação da Agência de Classificação de Risco.

Parágrafo Único Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como Encargos do FIDC II correrão por conta da Administradora.

Artigo 34 A Administradora poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo FIDC II aos prestadores de serviços por este contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração fixada no Artigo 32 deste Regulamento.

Artigo 35 Sem prejuízo das responsabilidades da Administradora e do Diretor Designado, poderão ser constituídos conselhos consultivos, por iniciativa dos Quotistas ou da própria Administradora, observado que tais órgãos não poderão ser remunerados.

CAPÍTULO IX - QUOTAS

Artigo 36 O FIDC II poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que:

- (a) a emissão de nova série é condicionada à integral colocação da série anterior ou ao cancelamento do saldo não colocado;
- (b) somente poderão ser emitidas novas séries de Quotas Seniores para fins de aquisição de Direitos Creditórios FIDC II Adicionais ou de Direitos Creditórios FIDC II dos Municípios Adicionais, conforme previsto, respectivamente, nas Cláusulas V e 6.5 do Contrato de Cessão, exceto conforme previsto diversamente neste Regulamento e/ou no Contrato de Cessão;
- (c) deve ter transitado nas Contas de Centralização de Recebimentos, em cada um dos 6 (seis) Períodos de Originação FIDC II imediatamente anteriores a cada emissão de nova série de Quotas Seniores, pelo menos 3 (três) vezes o Valor Mensal da Cessão FIDC II dos referidos Períodos de Originação FIDC II;
- (d) tenha sido verificado pela Administradora que, uma vez computado *pro forma* o valor da nova emissão de série de Quotas Seniores, em cada um dos 6 (seis) Períodos de Originação FIDC II imediatamente anteriores à data pretendida para tal emissão, transitaram nas Contas de Centralização de Recebimentos recursos em valor superior ao Valor Mensal da Cessão FIDC II dos referidos Períodos de Originação FIDC II, também calculado *pro forma*;

- (e) depois de computada *pro forma* a aquisição dos Direitos Creditórios FIDC II a ser realizada com os recursos oriundos da integralização de cada série de Quotas Seniores, o FIDC II atenda à Razão de Garantia, à Alocação Mínima e à Reserva de Recursos exigidas;
- (f) a emissão de qualquer nova série de Quotas Seniores não pode acarretar o rebaixamento da classificação de risco vigente para as Quotas Seniores das séries em circulação, e a classificação de risco mínima das Quotas Seniores das séries em circulação, atribuída pela Agência de Classificação de Risco, deve ser AA- em escala nacional;
- (g) nenhum Evento de Avaliação FIDC II tenha ocorrido nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores e esteja em vigor;
- (h) exceto pelos termos e condições previstos no Suplemento de cada série, as séries conferirão aos respectivos Quotistas os mesmos direitos, privilégios e vantagens, sendo expressamente vedada a emissão de série que confira aos seus titulares direitos, privilégios e vantagens distintos; e
- (i) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º deste Regulamento.

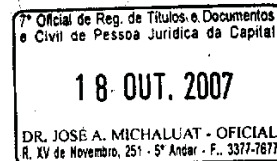
Parágrafo 1º Cada emissão de séries de Quotas Seniores pelo FIDC II deverá ser, necessariamente, precedida do preenchimento do Suplemento da respectiva série, na forma do Anexo III a este Regulamento, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à série: (a) quantidade mínima e máxima de Quotas Seniores; (b) Data de Emissão; (c) Período de Carência; (d) Data de Resgate; e (e) Fator *Spread* (cada um desses documentos doravante denominado "Suplemento").

Parágrafo 2º O Fator *Spread* de cada série de Quotas Seniores deverá ser apurado por instituição financeira integrante do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários, de acordo com o disposto no Contrato de Colocação, ou em qualquer outro instrumento semelhante celebrado entre o FIDC II e tal instituição financeira.

Parágrafo 3º As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (c) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, de acordo com os critérios definidos no Artigo 43 deste Regulamento; e
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

Parágrafo 4º O valor total das Quotas Seniores é equivalente ao somatório do valor das Quotas Seniores de cada série.



Parágrafo 5º Nos termos do Capítulo XVIII deste Regulamento, os titulares das Quotas Seniores poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o FIDC II por meio da integralização de série de Quotas Seniores específica, na proporção de sua participação no valor total das Quotas Seniores em circulação, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas, sendo certo que nesta hipótese não se aplicarão as limitações e restrições à emissão de série de Quotas Seniores estabelecidas no *caput* deste Artigo.

Parágrafo 6º As Quotas Seniores serão publicamente distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data do registro da distribuição na CVM de cada série.

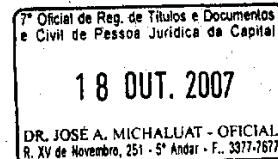
Parágrafo 7º Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Quotas Seniores emitidas pelo FIDC II.

Artigo 37 O FIDC II poderá emitir Quotas Subordinadas, a serem colocadas em uma ou mais distribuições, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas.

Parágrafo 1º As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e/ou resgate observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas pelas Cedentes, observados os termos e condições do Compromisso de Subscrição FIDC II e deste Regulamento;
- (c) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos Creditórios FIDC II;
- (d) Valor Unitário de Emissão, relativo à primeira emissão de Quotas Subordinadas, de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Os demais Valores Unitários de Emissão das Quotas Subordinadas serão determinados de acordo com o previsto na alínea (e) abaixo;
- (e) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, de acordo com os critérios definidos no Artigo 44 deste Regulamento;
- (f) direito de votar nas Assembléias Gerais exclusivamente nas hipóteses previstas no Parágrafo Único do Artigo 6º e no Artigo 78 deste Regulamento, sendo que a cada Quota FIDC II corresponderá 1 (um) voto; e
- (g) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas.

Parágrafo 2º Após o encerramento da primeira distribuição de Quotas Subordinadas, a Administradora poderá realizar nova distribuição de Quotas Subordinadas, em número indeterminado, sem a necessidade de aprovação dos titulares das Quotas em circulação na ocasião,



devendo, para tanto, serem observados todos os procedimentos de protocolo e distribuição definidos na legislação e regulamentação aplicável.

Artigo 38 As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

Artigo 39 As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação FIDC II.

CAPÍTULO X - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

Artigo 40 As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 43 e 44 deste Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados e/ou pelas Cedentes, conforme o caso, à disposição do FIDC II (valor da Quota de D + 0), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o extrato de conta corrente como recibo de quitação.

Artigo 41 A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista. Os Investidores Qualificados poderão efetuar aplicações de recursos no FIDC II diretamente com a Administradora, observado o disposto no Artigo 40 acima e as normas e regulamentos aplicáveis.

Parágrafo 1º Quando de seu ingresso no FIDC II, cada Quotista deverá assinar o Termo de Adesão ao Regulamento, e indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora nos termos deste Regulamento.

Parágrafo 2º No ato de subscrição de Quotas Seniores, o subscritor: (i) assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pela Administradora); e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas na forma prevista no anúncio de início de distribuição da respectiva série de Quotas Seniores, respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento.

Parágrafo 3º O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar: (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao FIDC II; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Artigo 42 Não serão cobradas dos Quotistas taxas de ingresso ou de saída do FIDC II pela Administradora.

Artigo 43 A partir da 1ª Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação; e (ii) o valor obtido através da seguinte fórmula:

$$VQS_d = (VQS_{(d-1)} - VAP_{(d-1)}) \times \text{FatorDI}$$

onde:

VQS_d é o valor unitário da Quota Sênior da respectiva série na data de cálculo d , calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$VQS_{(d-1)}$ é o valor unitário da Quota Sênior da respectiva série no dia útil imediatamente anterior à data de cálculo d , calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$VAP_{(d-1)}$ é o valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago por Quota Sênior da respectiva série, no dia útil imediatamente anterior à data de cálculo d ;

Fator DI é o fator correspondente à Taxa DI, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{FatorDI} = \left[\left(1 + (TDI_k) \right) \times \left(\frac{FS}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}, \text{ onde:}$$

TDI_k é a Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, sendo:

$$TDI_k = \left(\frac{\text{Taxa DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

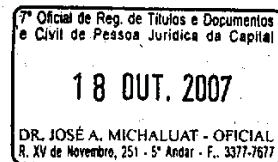
k 1, 2, ..., n; e

Taxa DI_k é a Taxa DI, utilizada com 2 (duas) casas decimais, válida para o dia " k " imediatamente anterior à data de cálculo d ; e

FS é o Fator *Spread* informado no Suplemento de Cada Série de Quotas Seniores.

Parágrafo 1º No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da apuração do valor das Quotas Seniores, será utilizada, em substituição, a última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do FIDC II quanto pelos titulares de Quotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

Parágrafo 2º Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI para definição do valor das Quotas Seniores, ou de ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis consecutivos, ou a 15 (quinze) dias úteis alternados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência de qualquer desses eventos, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para que seja deliberado pelos titulares das Quotas Seniores o novo parâmetro a ser utilizado para a definição do valor das Quotas Seniores. Neste caso, os titulares de Quotas Subordinadas poderão sugerir um parâmetro alternativo, sendo certo, entretanto, que caso não concordem com o parâmetro aprovado na Assembleia Geral, terão o poder de vetar a adoção do referido parâmetro. Até a data de deliberação do novo parâmetro será utilizada, para cálculo do



valor das Quotas Seniores, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do FIDC II quanto pelos titulares de Quotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

Parágrafo 3º Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores, definidos no *caput* deste Artigo, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte das Cedentes, da Administradora, do FIDC II ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas, ressalvada a hipótese do Artigo 92 deste Regulamento.

Artigo 44 A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores em circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de cálculo.

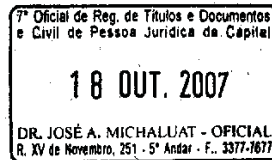
CAPÍTULO XI - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS E RESERVA DE RECURSOS

Artigo 45 As Quotas Seniores de cada série serão resgatadas integralmente pelo FIDC II nas respectivas Datas de Resgate.

Artigo 46 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 67 deste Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o FIDC II tenha disponibilidades para tanto, o FIDC II procederá, no primeiro dia útil de cada Período de Originação FIDC II (as "Datas de Amortização"), à Amortização Periódica de cada uma das Quotas Seniores, sendo certo que a primeira Data de Amortização de cada série será o primeiro dia útil do Período de Originação FIDC II subsequente ao Período de Originação FIDC II em que ocorrer a 1ª Data de Emissão, observado o prazo mínimo de 30 (trinta) dias entre a referida 1ª Data de Emissão e a respectiva Data de Amortização. O valor da Amortização Periódica será obtido pela aplicação da seguinte fórmula, em relação a cada série de Quotas Seniores:

$$VAP_p = VQS \times FatorPMT$$

onde:



VAP_p

é o valor unitário da Amortização Periódica da Quota Sênior da respectiva série, na Data de Amortização referente ao Período de Originação FIDC II "P";

VQS

é o valor unitário da Quota Sênior da respectiva série, no primeiro dia útil do Período de Originação FIDC II "P", subtraído o valor da Amortização Periódica efetivamente pago na mesma data, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

FatorPMT

é o fator correspondente à amortização, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo, observado que no Período de Carência aplicável a cada série de Quotas Seniores o *Fator PMT* será igual a SDI - 1:

$$\text{FatorPMT} = \frac{(\text{SDI} - 1) \times \text{SDI}^t}{\text{SDI}^t - 1}, \text{ onde:}$$

8

t é o número inteiro de Períodos de Originação FIDC II restantes até a Data de Resgate da respectiva série de Quotas Seniores, acrescido do Período de Originação FIDC II anterior à data de cálculo do valor da Amortização Periódica;

SDI é o resultado da seguinte fórmula, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento:

$$SDI = \prod_{k=1}^n \left[(1 + TDI_k) \times \left(\frac{FS}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} \right], \text{ onde:}$$

n é o último dia útil do Período de Originação FIDC II "P";

TDI_k é a Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, sendo:

$$TDI_k = \left(\frac{\text{Taxa DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

k 1, 2, ..., n;

FS é o Fator *Spread* informado no Suplemento de Cada Série de Quotas Seniores.

Taxa DI_k é a Taxa DI, utilizada com 2 (duas) casas decimais, válida para o dia "k".

Artigo 47 Os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do FIDC II a amortização ou o resgate de suas Quotas em condições diversas das previstas neste Regulamento.

Artigo 48 Desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores até a liquidação integral das Obrigações do FIDC II, a Administradora constituirá e manterá reserva de recursos (a "Reserva de Recursos"), cujo valor será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

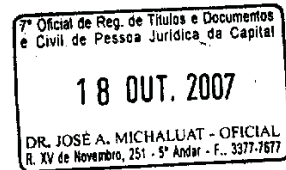
$$\text{Reserva de Recursos} = \sum_{P=1}^3 (VAP_P + DEF_P)$$

P é cada Período de Originação FIDC II;

VAP_P é o valor estimado da Amortização Periódica da série de Quotas Seniores, calculada de acordo com o Artigo 46 deste Regulamento;

DEF_P é o valor dos Encargos do FIDC II estimado pela Administradora para cada Período de Originação FIDC II "P".

Parágrafo 1º No 20º (vigésimo) dia de cada Período de Originação FIDC II (a "Data de Verificação"), a Administradora verificará o saldo da Reserva de Recursos e realizará o cálculo do valor necessário à sua recomposição (o "VNR") de acordo com a fórmula abaixo prevista.



VNR = Reserva de Recursos – Ativos Financeiros

Parágrafo 2º O VNR calculado em cada Período de Originação FIDC II deverá compor o VDCC e/ou VDCC', conforme o caso, do Período de Originação FIDC II subsequente, conforme previsto no item 3.5 do Contrato de Cessão.

Artigo 49 Observado o Percentual de Cessão de cada Cedente, cada uma das Cedentes terá o direito de subscrever Quotas Subordinadas para fins de recomposição do valor da Reserva de Recursos em cada Período de Originação FIDC II, sempre que for verificado pela Administradora que o VNR aplicável a cada um dos Períodos de Originação FIDC II, obtido através da aplicação da fórmula prevista no Parágrafo 1º do Artigo 48 deste Regulamento, é superior a zero.

Parágrafo 1º Para fins do previsto no *caput* deste Artigo, em cada Período de Originação FIDC II, a Administradora deverá comunicar à Cedente Líder o VNR aplicável ao Período de Originação FIDC II subsequente, em até 2 (dois) dias úteis após a respectiva Data de Verificação.

Parágrafo 2º A Cedente Líder deverá comunicar à Administradora, em até 2 (dois) dias úteis contados da comunicação prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a quantidade de Quotas Subordinadas que cada Cedente está disposta a subscrever e a respectiva data de subscrição, observado o previsto no Parágrafo 3º deste Artigo.

Parágrafo 3º A subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas pelas Cedentes, para fins do previsto neste Artigo, deve ser realizada, em moeda corrente nacional, até o último dia útil do Período de Originação FIDC II anterior ao Período de Originação FIDC II a que se refere o VNR. Caso a subscrição e integralização das novas Quotas Subordinadas não ocorra de acordo com o previsto neste Parágrafo 3º, o VNR será considerado pela Administradora para fins de cálculo do VDCC e/ou VDCC', conforme o caso, do Período de Originação FIDC II subsequente.

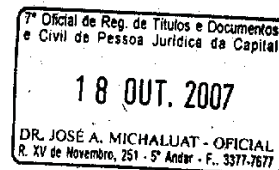
CAPÍTULO XII - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Artigo 50 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 67 deste Regulamento, a Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros depositados na Conta de Movimentação FIDC II: (i) aos titulares das Quotas Seniores, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os Artigos 43 e 46 deste Regulamento; e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas na hipótese prevista no Artigo 66 deste Regulamento, ou após o resgate integral das Quotas Seniores, nos montantes apurados conforme o Artigo 44 deste Regulamento.

Parágrafo 1º A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Parágrafo 2º Os recursos depositados na Conta de Movimentação FIDC II deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, nas respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

Parágrafo 3º Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 63 deste Regulamento, em Direitos Creditórios FIDC II.



Parágrafo 4º Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um dia útil, a Administradora efetuará o pagamento no dia útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

CAPÍTULO XIII - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 51 As Quotas Seniores serão registradas para negociação em bolsa de valores ou sistema de balcão organizado, a critério da Administradora, tais como o SOMAFIX e/ou a CETIP, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

Artigo 52 Na hipótese de negociação de Quotas, a transferência de titularidade ocorrerá concomitantemente à efetiva liquidação da operação, de acordo com o disposto na regulamentação aplicável e com os procedimentos de liquidação das respectivas entidades nas quais as Quotas serão negociadas.

Artigo 53 As Quotas Subordinadas somente poderão ser negociadas entre as Cedentes.

CAPÍTULO XIV - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 54 Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos Creditórios FIDC II devem ser registrados pelo valor efetivamente pago.

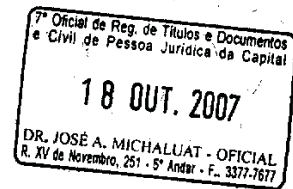
Artigo 55 Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios FIDC II integrantes da Carteira do FIDC II devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 56 Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora e aceitos pelo BACEN e pela CVM, e aplicáveis aos fundos de investimento.

Parágrafo Único Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos neste Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 57 Os Direitos Creditórios FIDC II vencidos e não pagos pelo prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data de seu vencimento, deverão ser integralmente provisionados, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou a sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, observado o previsto no Artigo 58 abaixo.

Artigo 58 As perdas e provisões com os Direitos Creditórios FIDC II serão, conforme previsto no Artigo 57 acima, reconhecidas no resultado do período conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2682, de 21 de dezembro de 1999. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões



passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

CAPÍTULO XV - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

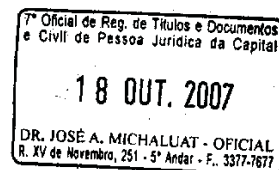
Artigo 59 São considerados eventos de avaliação do FIDC II (os "Eventos de Avaliação FIDC II") quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) caso a Razão de Garantia não seja atendida em qualquer Data de Verificação, observado o prazo para o reenquadramento nos termos do Capítulo XVI deste Regulamento e do Compromisso de Subscrição FIDC II;
- (b) caso não sejam depositados na Conta de Centralização de Recebimentos de cada uma das Cedentes, por: (i) 2 (dois) Períodos de Originação FIDC II consecutivos ou (ii) 4 (quatro) Períodos de Originação FIDC II alternados, valores que correspondam ao Valor Mensal da Cessão Secundária;
- (c) redução de mais de 2 (dois) níveis na classificação de risco inicial das Quotas Seniores de qualquer série em circulação;
- (d) caso ocorra qualquer dos Eventos de Revisão nos termos do Contrato de Cessão;
- (e) caso ocorra qualquer dos Eventos de Avaliação nos termos do Contrato de Cessão FIDC I; e
- (f) não recomposição da Reserva de Recursos por um período superior a 30 (trinta) dias contados da não manutenção do valor da Reserva de Recursos calculado nos termos do Artigo 48 acima.

Artigo 60 Ocorrendo qualquer Evento de Avaliação FIDC II, será convocada Assembleia Geral, nos termos do Capítulo XXI deste Regulamento, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do FIDC II em razão do respectivo Evento de Avaliação FIDC II, podendo a Assembleia Geral deliberar: (a) pela não liquidação do FIDC II, aplicando-se, nesse caso, o disposto no Parágrafo 1º deste Artigo; ou (b) que um Evento de Avaliação FIDC II constitui um Evento de Liquidação FIDC II, estipulando os procedimentos para a liquidação do FIDC II independentemente da convocação de nova Assembleia Geral, e aplicando-se o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 61 deste Regulamento.

Parágrafo 1º Caso a Assembleia Geral decida que o Evento de Avaliação FIDC II não constitui um Evento de Liquidação FIDC II, ainda que com a necessidade de ajustes para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do FIDC II, a Condição Suspensiva FIDC II deixará de vigorar no Período de Originação FIDC II subsequente à deliberação, e os Direitos Creditórios Objeto de Cessão Com Condição Suspensiva FIDC II, que tenham sido convertidos em Direitos Creditórios Objeto de Cessão FIDC II em razão do advento da Condição Suspensiva FIDC II, serão considerados para fins de cálculo do VDCC e/ou VDCC', conforme o caso, para os Períodos de Originação FIDC II subsequentes à deliberação da Assembleia Geral.

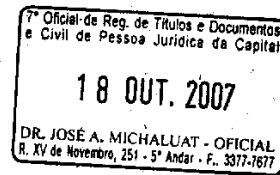
Parágrafo 2º Mesmo que o Evento de Avaliação FIDC II seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista no *caput* deste Artigo, a referida Assembleia Geral será instalada e



deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do FIDC II.

Artigo 61 São considerados eventos de liquidação antecipada do FIDC II (os “Eventos de Liquidação FIDC II”) quaisquer dos seguintes eventos, sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável:

- (a) cessação ou renúncia pela Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do FIDC II previstos neste Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Regulamento;
- (b) cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos do referido contrato;
- (c) cessação pelo Agente de Centralização de Recebimentos, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços previstos no Contrato de Serviços de Centralização, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos do referido contrato;
- (d) ajuizamento de pedido de falência contra qualquer Cedente que não seja cancelado, elidido ou suspenso em até 10 (dez) dias corridos;
- (e) início de procedimento de dissolução e/ou liquidação ou decretação de falência de qualquer Cedente ou apresentação de pedido de autofalência por qualquer Cedente;
- (f) extinção, por qualquer motivo, de qualquer concessão de distribuição de energia elétrica de titularidade de qualquer das Cedentes, incluindo, sem limitação, em decorrência da decretação de encampação ou caducidade da concessão, nos termos dos Contratos de Concessão, de qualquer concessão;
- (g) revogação de qualquer dos mandatos outorgados pelas Cedentes ao Custodiante, ao Agente de Centralização de Recebimentos ou ao FIDC II, nos termos do Contrato de Custódia, do Contrato de Serviços de Centralização ou deste Regulamento;
- (h) caso não sejam depositados na Conta de Centralização de Recebimentos de cada Cedente, em qualquer Período de Originação FIDC II, valores que correspondam ao VDCC e/ou VDCC* (conforme o caso) da respectiva Cedente;
- (i) caso qualquer uma das Cedentes deixe de comunicar à Administradora, na forma do Contrato de Cessão, a ocorrência de um Evento de Avaliação FIDC II, sanado ou não, que seja do conhecimento de qualquer Cedente;
- (j) caso não seja determinado pelos Quotistas um novo parâmetro de apuração do valor das Quotas Seniores, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI, conforme previsto no Parágrafo 2º do Artigo 43 deste Regulamento;
- (k) caso quaisquer dos titulares das Quotas Seniores não disponibilizem ao FIDC II os recursos aprovados em Assembléia Geral para a adoção dos procedimentos referidos no Capítulo XVIII deste Regulamento, na forma ali estabelecida;



- (l) caso os titulares das Quotas Seniores deliberem que um Evento de Avaliação FIDC II constitui um Evento de Liquidação FIDC II nos termos do Artigo 60 (b) deste Regulamento; e
- (m) liquidação antecipada do FIDC I.

Parágrafo 1º Ocorrendo qualquer dos Eventos de Liquidação FIDC II, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do FIDC II definidos nos próximos Parágrafos deste Artigo.

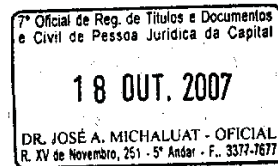
Parágrafo 2º Na hipótese prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os titulares das Quotas Seniores deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do FIDC II, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes em moeda corrente nacional.

Parágrafo 3º Observada a deliberação da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º deste Artigo, o FIDC II resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora liquidará todos os investimentos e aplicações do FIDC II, inclusive aqueles realizados com recursos da Reserva de Recursos, transferindo todos os recursos para a Conta de Movimentação FIDC II;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo FIDC II, dos valores dos Direitos Creditórios FIDC II, serão imediatamente destinados à Conta de Movimentação FIDC II;
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XVII deste Regulamento, quando os recursos depositados na Conta de Movimentação FIDC II forem equivalentes ao menor valor entre: (i) o valor de resgate das Quotas Seniores; e (ii) R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a Administradora debitará a Conta de Movimentação FIDC II e procederá à amortização ou ao resgate antecipado, conforme o caso, das Quotas Seniores em circulação, observados os critérios para determinação do valor das Quotas Seniores estabelecido no Artigo 43 deste Regulamento.

Artigo 62 Os recursos auferidos pelo FIDC II nos termos do Parágrafo 3º do Artigo 61 acima, serão utilizados para o pagamento das Obrigações do FIDC II de acordo a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XVII deste Regulamento. Os procedimentos descritos no Parágrafo 3º do Artigo 61 acima somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o FIDC II poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas.

Artigo 63 Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Liquidação FIDC II e observadas as deliberações da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º do Artigo 61 deste Regulamento, o FIDC II não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores, será constituído pelos titulares das Quotas Seniores em circulação um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e ss. do Código Civil, que sucederá o FIDC II em todos os seus direitos e obrigações,



inclusive quanto à titularidade dos Direitos Creditórios FIDC II existentes na data de constituição do referido condomínio.

Parágrafo 1º Mediante a constituição do condomínio previsto no *caput* deste Artigo, a Administradora promoverá o resgate da totalidade das Quotas em circulação em Direitos Creditórios FIDC II, nos termos da regulamentação em vigor, transferindo ao referido condomínio todos os direitos e ações originalmente de titularidade do FIDC II sobre tais Direitos Creditórios FIDC II.

Parágrafo 2º As frações ideais de cada titular de Quotas Seniores no condomínio referido no *caput* deste Artigo serão calculadas de acordo com a proporção de Quotas Seniores detida por cada um deles sobre o valor total das Quotas Seniores em circulação. A Administradora deverá notificar os representantes dos titulares das Quotas Seniores, conforme previsto no Parágrafo 1º do Artigo 41 deste Regulamento, para que procedam a eleição de um administrador para o referido condomínio, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil, informando a fração ideal no condomínio a que cada titular de Quotas Seniores faz jus.

Parágrafo 3º Caso os titulares das Quotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria das Quotas Seniores em circulação.

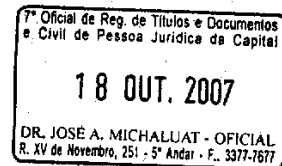
Parágrafo 4º O Custodiante fará a guarda dos arquivos eletrônicos dos Direitos Creditórios FIDC II, conforme previsto no Contrato de Custódia, pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias corridos da data de constituição do referido condomínio, dentro do qual o administrador do condomínio eleito pelo titulares das Quotas Seniores, ou ao qual essa função tenha sido atribuída nos termos do Parágrafo 2º deste Artigo, indicará à Administradora e ao Custodiante hora e local para que lhe seja realizada a entrega de tais arquivos eletrônicos. Expirado o referido prazo sem que sejam entregues referidos arquivos eletrônicos, a Administradora poderá promover a sua consignação, na forma do Artigo 334 do Código Civil.

CAPÍTULO XVI - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA

Artigo 64 Desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, a Administradora verificará, em cada Data de Verificação, se a Razão de Garantia é igual ou superior a 105% (cento e cinco por cento).

Artigo 65 Caso, em qualquer Data de Verificação, a Razão de Garantia for inferior a 105% (cento e cinco por cento), a Administradora deverá notificar as Cedentes, por intermédio da Cedente Líder, de acordo com o modelo constante do Anexo I ao Compromisso de Subscrição FIDC II (a “**Aviso de Desenquadramento**”). A Cedente Líder deverá, observado o disposto no Compromisso de Subscrição FIDC II, inclusive com relação (i) ao prazo para envio do Aviso de Desenquadramento pela Administradora; (ii) ao prazo para devolução do Aviso de Desenquadramento pela Cedente Líder; e (iii) ao prazo para integralização de Quotas Subordinadas pelas Cedentes, conforme o caso, devolver à Administradora, com cópia para o Custodiante, o Aviso de Desenquadramento, indicando:

- (a) se procederá à integralização de Quotas Subordinadas em moeda corrente nacional, observado o disposto no Compromisso de Subscrição FIDC II, em número suficiente para o reenquadramento do FIDC II à Razão de Garantia; ou



- (b) se resiliará o Compromisso de Subscrição FIDC II, observado o disposto em tal instrumento.

Parágrafo 1º Na hipótese da alínea (a) do *caput* deste Artigo, a integralização das Quotas Subordinadas deverá observar os procedimentos estabelecidos no Compromisso de Subscrição FIDC II, de forma que, considerada *pro forma* a integralização pretendida, o FIDC II atenda à Razão de Garantia.

Parágrafo 2º Na hipótese da alínea (b) do *caput* deste Artigo ou caso a Cedente Líder não devolva o Aviso de Desenquadramento nos termos do *caput* deste Artigo, a Administradora procederá à liquidação antecipada do FIDC II, observados os procedimentos previstos nos Parágrafos do Artigo 61 deste Regulamento.

Artigo 66 Caso, em qualquer Data de Verificação, a Razão de Garantia seja superior a 105% (cento e cinco por cento) (o "Excesso de Cobertura"), a Administradora deverá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas, até o limite do Excesso de Cobertura, mediante solicitação da(s) respectiva(s) Cedente(s), desde que não tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação FIDC II ou Evento de Liquidação FIDC II e que a referida amortização, computada *pro forma*, não acarrete o desenquadramento da Reserva de Recursos, observado o previsto nos Parágrafos deste Artigo.

Parágrafo 1º Para fins do previsto no *caput* deste Artigo, em cada Período de Originação FIDC II, a Administradora deverá comunicar à Cedente Líder o montante do Excesso de Cobertura, em até 2 (dois) dias úteis da respectiva Data de Verificação.

Parágrafo 2º A Cedente Líder deverá comunicar à Administradora, em até 2 (dois) dias úteis contados da comunicação prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a quantidade de Quotas Subordinadas de cada Cedente que deverá ser amortizada.

Parágrafo 3º A Administradora deverá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da comunicação da Cedente Líder prevista no Parágrafo 2º deste Artigo.

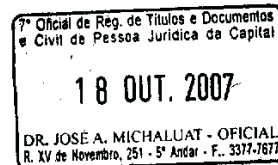
Parágrafo 4º O montante do Excesso de Cobertura não utilizado para fins de amortização de Quotas Subordinadas, na forma deste Artigo, deverá integrar o Patrimônio Líquido e será considerado pela Administradora para fins de cálculo do VDCC e/ou VDCC', conforme o caso, aplicáveis aos Períodos de Originação FIDC II subseqüentes.

Parágrafo 5º Na hipótese prevista no "caput" deste Artigo, a amortização recairá prioritariamente sobre o valor principal investido.

CAPÍTULO XVII - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 67 Diariamente, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a liquidação integral das Obrigações do FIDC II, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do FIDC II, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do FIDC II;



- (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do FIDC II a serem incorridos no Período de Originação FIDC II imediatamente subsequente ao Período de Originação FIDC II em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (c) devolução aos Quotistas dos valores aportados ao FIDC II, nos termos do Artigo 69 deste Regulamento, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas Seniores específica;
- (d) pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- (e) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do FIDC II, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (f) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

CAPÍTULO XVIII - CUSTOS DE COBRANÇA

Artigo 68 Todos os custos e despesas incorridos pelo FIDC II para preservação de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios FIDC II e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do FIDC II ou dos Quotistas, não estando as Cedentes, a Administradora ou o Custodiante de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao FIDC II dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. As Cedentes, a Administradora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos, que tenham sido incorridos pelo FIDC II em face de terceiros ou das Cedentes, os quais deverão ser custeados pelo próprio FIDC II ou diretamente pelos Quotistas, observado o disposto no Artigo 69 deste Regulamento.

Artigo 69 As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à preservação dos direitos e prerrogativas do FIDC II e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios FIDC II e dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo FIDC II até o limite do valor das Quotas Subordinadas em circulação. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Quotas Seniores em Assembléia Geral convocada especialmente para esse fim e, se for o caso, será por eles aportada diretamente ao FIDC II por meio da subscrição e integralização de série de Quotas Seniores específica, considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, na data da respectiva aprovação. Os recursos aportados ao FIDC II pelos titulares das Quotas Seniores serão reembolsados por meio do resgate ou amortização da respectiva série de Quotas Seniores específica, de acordo com os procedimentos previstos neste Regulamento.

Parágrafo 1º Fica estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do FIDC II, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo FIDC II antes: (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o *caput* deste Artigo; e (ii) da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o FIDC II venha a ser condenado. A Administradora e o Custodiante não

serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo FIDC II e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo FIDC II, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à preservação de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.

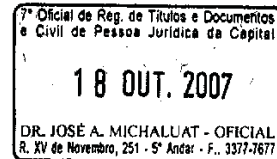
Parágrafo 2º As despesas a que se refere o *caput* deste Artigo são aquelas mencionadas na alínea (f) do Artigo 33 deste Regulamento.

Parágrafo 3º Todos os valores aportados pelos Quotistas ao FIDC II nos termos do *caput* deste Artigo deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e de forma que o FIDC II receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o FIDC II possa honrar integralmente com suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO XIX - CUSTODIANTE

Artigo 70 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos nos Documentos da Operação, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) zelar pela boa ordem, operacionalizar e executar, por meio de sistema especialmente elaborado para tal fim, todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Operação dos quais o Custodiante seja parte;
- (b) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural, por si ou por terceiros, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, dos registros eletrônicos da Base de Dados e dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios FIDC II adquiridos pelo FIDC II;
- (c) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo listados, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo FIDC II, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Administradora, que ocorrerá, no máximo, anualmente:
 - (i) extratos das Contas de Conciliação FIDC II, da Conta de Movimentação FIDC II;
 - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia;
 - (iii) documentos referentes aos Ativos Financeiros; e
 - (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do FIDC II;



- (d) efetuar a liquidação financeira dos Ativos Financeiros e receber quaisquer rendimentos ou valores referentes a esses ativos;
- (e) receber e realizar a cobrança dos valores relativos aos Direitos Creditórios FIDC II integrantes da Carteira do FIDC II, por si ou por terceiros, nos termos do Contrato de Custódia;
- (f) verificar o enquadramento dos Direitos Creditórios FIDC II a serem ofertados pelas Cedentes ao FIDC II aos Critérios de Elegibilidade FIDC II;
- (g) informar à Agência de Classificação de Risco, tão logo chegue ao seu conhecimento, a ocorrência: (i) de qualquer Evento de Avaliação FIDC II ou Evento de Liquidação FIDC II; e (ii) o descumprimento, pela Administradora, de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos neste Regulamento, no Contrato de Cessão ou no Contrato de Custódia;
- (h) notificar a Administradora, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência do fato, a respeito do qualquer descumprimento, pelas Cedentes, de suas obrigações originárias do Contrato de Cessão ou do Contrato de Custódia;
- (i) realizar a conciliação dos valores depositados nas Contas de Conciliação FIDC II, de acordo com as condições estabelecidas no Contrato de Custódia e no Contrato de Cessão;
- (j) realizar o controle e a transferência de recursos das Contas de Conciliação FIDC II para a Conta de Movimentação FIDC II, conforme previsto no Contrato de Custódia e no Contrato de Cessão;
- (k) elaborar e fornecer à Administradora os relatórios e arquivos referentes aos Direitos Creditórios FIDC II cedidos e pagos ao FIDC II, e aos Direitos Creditórios Cedidos em Permuta FIDC II, de acordo com as condições previstas no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia; e
- (l) informar, por meio de relatório disponibilizado na rede mundial de computadores, ao Agente de Centralização de Recebimentos, os valores relativos à liquidação dos Direitos Creditórios FIDC II.

Parágrafo único Tendo em vista o reduzido valor médio dos Direitos Creditórios FIDC II, o Custodiante encontra-se dispensado de verificar seu lastro, nos termos do Artigo 38, § 3º, da ICVM 356.

Artigo 71 No exercício de suas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora a:

- (a) abrir e movimentar, em nome do FIDC II: (i) as Contas de Conciliação FIDC II; (ii) a Conta de Movimentação FIDC II; (iii) as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do FIDC II (1) no SELIC; (2) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; ou (3) em instituições ou entidades autorizadas a prestação desses pelo BACEN ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância deste Regulamento e do Contrato de Cessão;

- (b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Ativos Financeiros;
e
- (c) efetuar o pagamento dos Encargos do FIDC II, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto.

CAPÍTULO XX - AGENTE DE CENTRALIZAÇÃO DE RECEBIMENTOS

Artigo 72 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Serviços de Centralização e no Contrato de Cessão, o Agente de Centralização de Recebimentos será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) abrir e manter as Contas de Centralização de Recebimentos;
- (b) informar mensalmente, até o 3º dia útil após o término de cada Período de Originação FIDC II, à Administradora, por meio de extratos, o volume de recursos que transitaram nas Contas de Centralização de Recebimentos; e
- (c) realizar, com base no relatório disponibilizado pelo Custodiante nos termos da alínea (I) do Artigo 70 acima, as transferências, das Contas de Centralização de Recebimentos: (i) para as respectivas Contas de Conciliação FIDC II, dos recursos de titularidade do FIDC II; e (ii) para as respectivas Contas das Cedentes, dos demais valores relativos à liquidação das Faturas de Energia.

CAPÍTULO XXI - ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 73 Sem prejuízo das demais competências previstas neste Regulamento, a Assembleia Geral compete privativamente, observados os respectivos *quora* de deliberação definidos neste Regulamento:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao FIDC II e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) alterar o Regulamento e o Contrato de Cessão;
- (c) deliberar sobre a substituição da Administradora, do Custodiante ou do Agente de Centralização de Recebimentos;
- (d) deliberar sobre a elevação da taxa de administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento da que tenha sido objeto de redução; e
- (e) deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação do FIDC II.

Artigo 74 Este Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo

correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

Artigo 75 A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no periódico, mencionado no Artigo 85 deste Regulamento e enviado por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

Parágrafo 1º A Assembléia Geral poderá ser convocada: (i) pela Administradora; ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

Parágrafo 2º A Assembléia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 3º A presidência da Assembléia Geral caberá à Administradora.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

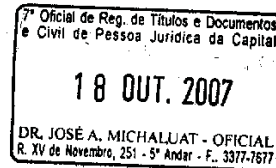
Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Artigo 76 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Artigo 77 Ressalvado o disposto no Parágrafo 1º deste Artigo e no Artigo 78 abaixo, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes à Assembléia Geral:

Parágrafo 1º As seguintes deliberações das Assembléias Gerais dependerão dos votos favoráveis de Quotistas que representem:

- (a) 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Seniores em circulação, para alteração dos Capítulos V, VII, IX, X, XI e XV deste Regulamento, desta alínea (a) e da alínea (b) abaixo; e
- (b) mais da metade das Quotas Seniores em circulação para: (i) a aprovação de alteração dos Capítulos VIII, XVI e XVII; (ii) as deliberações a que se referem o



Parágrafo 4º do Artigo 5º, o Artigo 6º, e as alíneas (d) e (e) do Artigo 73, todos deste Regulamento; (iii) aprovação de alteração dos *quora* de instalação ou deliberação estabelecidos neste Regulamento, ressalvado o disposto na alínea (a) acima; e (iv) qualificação de nova instituição financeira como Instituição Autorizada.

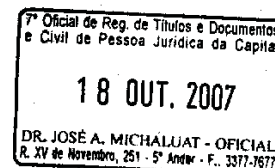
Parágrafo 2º Para efeito da constituição de quaisquer dos *quora* de deliberação da Assembléia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores de titularidade das Cedentes e de suas Partes Relacionadas, assim como de agentes ou representantes de quaisquer dessas pessoas.

Artigo 78 A alteração das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas e o aumento da remuneração da Administradora (inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução) dependerão da aprovação dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas em circulação. Adicionalmente, sem prejuízo do disposto no Artigo 77 acima, as seguintes matérias estão sujeitas a aprovação dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas em circulação:

- (a) alteração das disposições dos Capítulos II, V, VII, IX, XI, XV, XVI, dos Artigos (e respectivos Parágrafos) 40, 43, 44, 73 (a), (d) e (e), 78 e do Anexo I, todos deste Regulamento;
- (b) substituição da Administradora por pessoa jurídica que não seja Instituição Autorizada, do Custodiante, da Agência Classificadora de Risco, do Agente de Centralização de Recebimentos e da Empresa de Auditoria;
- (c) distrato, rescisão ou aditamento do Contrato de Serviços de Centralização, do Contrato de Custódia e do Compromisso de Subscrição FIDC II;
- (d) incorporação, fusão, cisão ou liquidação do FIDC II (exceto no caso de um Evento de Liquidação FIDC II);
- (e) cobrança de taxas pela Administradora que não estejam expressamente previstas neste Regulamento; e
- (f) aumento das despesas e encargos ordinários do FIDC II, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas neste Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar.

Artigo 79 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os *quora* estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o FIDC II e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

Artigo 80 Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação e deliberação previstos neste Regulamento.



CAPÍTULO XXII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 81 O FIDC II terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do FIDC II estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

Artigo 82 As demonstrações financeiras do FIDC II serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- (a) opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do FIDC II, de acordo com as regras do Plano Contábil;
- (b) demonstrações financeiras do FIDC II, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
- (c) notas explicativas contendo informações julgadas, pela Empresa de Auditoria, como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

Parágrafo Único A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Artigo 12 deste Regulamento.

Artigo 83 O exercício social do FIDC II terá a duração de 1 (um) ano e se encerrará no dia 30 de abril de cada ano.

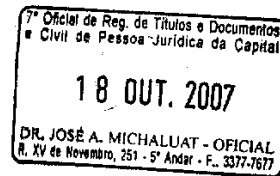
CAPÍTULO XXIII - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 84 O Patrimônio Líquido corresponderá ao somatório dos valores dos Direitos Creditórios FIDC II e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do FIDC II, apurados na forma do Capítulo XIV acima, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do FIDC II e as provisões referidas nos Artigos 57 e 58 deste Regulamento.

Parágrafo Único Todos os recursos que o FIDC II vier a receber, a qualquer tempo, das Cedentes e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido, observado o disposto no Artigo 92 deste Regulamento.

CAPÍTULO XXIV - PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 85 Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos fatos decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio: (a) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal DCI – Comércio, Indústria & Serviços ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; e (b) de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista indicado na forma do Parágrafo 1º do Artigo 41 deste Regulamento.



Parágrafo 1º As publicações referidas no *caput* deste Artigo deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuírem Quotas.

Parágrafo 2º Qualquer mudança no periódico referido no *caput* deste Artigo deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral.

Artigo 86 No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada mês, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências da Administradora, informações sobre:

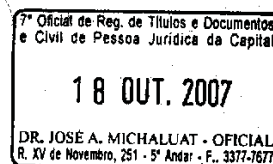
- (a) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- (b) a rentabilidade do FIDC II, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir; e
- (c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios FIDC II do FIDC II e dos Ativos Financeiros.

Artigo 87 Todo o material de divulgação do FIDC II deverá apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

Artigo 88 A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do FIDC II à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- (a) de 20 (vinte) dias corridos após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (b) de 60 (sessenta) dias corridos após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 89 As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do FIDC II não podem estar em desacordo com este Regulamento e com o Prospecto.



CAPÍTULO XXV - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Artigo 90 A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco às Quotas Seniores. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede e agências do Administrador.

Parágrafo Único Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas.

CAPÍTULO XXVI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 91 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo FIDC II, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

Artigo 92 Toda e qualquer multa ou outra penalidade incorrida e paga por qualquer Cedente ao FIDC II nos termos dos Documentos da Operação reverterá em benefício exclusivo dos titulares das Quotas Seniores de todas as séries em circulação, mediante a incorporação do valor da multa, ou de qualquer outra penalidade paga, ao valor das referidas Quotas Seniores em circulação, independentemente da remuneração alvo de tais Quotas Seniores prevista nos respectivos Suplementos. Nesse caso, o FIDC II realizará uma amortização extraordinária das Quotas Seniores em circulação em até 2 (dois) úteis após o recebimento da multa ou outra penalidade.

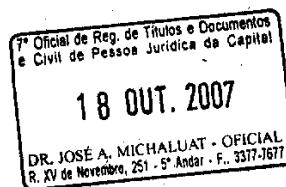
Artigo 93 Sem prejuízo do disposto neste Regulamento e no Contrato de Cessão, poderá ser realizada uma nova cessão subordinada à Cessão FIDC I e à Cessão Secundária para fins de implementação de um fundo de investimento em de direitos creditórios não-padronizado relacionado ao setor de energia elétrica, a ser constituído nos termos da regulamentação aplicável e que deverá ter sua carteira composta, dentre outros ativos, por direitos creditórios originados pelas Cedentes (o "FIDC NP Energia Elétrica")

Artigo 94 Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por "dia útil" segunda a sexta-feira, exceto: (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na Cidade de São Paulo; e (ii) feriados de âmbito nacional.

Artigo 95 A Administradora e/ou suas Partes Relacionadas poderão realizar qualquer outra atividade na consecução de seu objeto social, inclusive assessorar e prestar serviços remunerados às Cedentes e suas Partes Relacionadas.

Artigo 96 Os Anexos a este Regulamento constituem parte integrante e inseparável do presente Regulamento, e em caso de divergência entre o previsto neste Regulamento e em qualquer de seus Anexos, prevalecerão as disposições deste Regulamento.

Artigo 97 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



ANEXO I Definições

<u>Aditamentos dos Convênios de Arrecadação:</u>	são todos os aditamentos dos Convênios de Arrecadação celebrados entre os Agentes Arrecadores, as Cedentes, o FIDC I e/ou o FIDC II, conforme os modelos constantes do Anexo I do Contrato de Cessão, para prever o depósito pelos Agentes Arrecadores da totalidade dos recursos oriundos da liquidação das Faturas de Energia diretamente nas Contas de Centralização de Recebimentos;
<u>Administradora:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 5º deste Regulamento;
<u>Agência de Classificação de Risco:</u>	é a Standard & Poor's Rating Services, ou sua sucessora a qualquer título;
<u>Agente de Centralização de Recebimentos:</u>	é o Banco Itaú, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>Agente Escriturador:</u>	é o Banco Itaú, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>Agentes Arrecadores:</u>	são os bancos e demais pessoas jurídicas, listados no Anexo II do Contrato de Cessão, que foram contratados pelas Cedentes, nos termos dos Convênios de Arrecadação, para a realização dos serviços de arrecadação dos Direitos Creditórios FIDC II oriundos da prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica pelas Cedentes aos Consumidores nos Municípios Selecionados;
<u>Alocação Mínima:</u>	é a razão entre o valor contábil dos Direitos Creditórios FIDC II e o Patrimônio Líquido, que deverá ser superior a 50% (cinquenta por cento);
<u>Amortização Periódica:</u>	é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo FIDC II nas Datas de Amortização, calculada na forma do Capítulo XI deste Regulamento;
<u>ANEEL:</u>	é a Agência Nacional de Energia Elétrica;
<u>Assembleia Geral:</u>	é a Assembleia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI;
<u>Ativos Financeiros:</u>	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios FIDC II, que compõem o Patrimônio Líquido do FIDC II;
<u>Aviso de Desenquadramento:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 65 deste

	Regulamento;
<u>BACEN:</u>	é o Banco Central do Brasil;
<u>Banco Itaú:</u>	é o Banco Itaú S.A.;
<u>Banco Itaú BBA:</u>	é o Banco Itaú BBA S.A.;
<u>Base de Dados:</u>	é a base de dados que contém dados e informações relativas aos Direitos Creditórios FIDC II e aos Consumidores, mantida pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
<u>BM&F:</u>	é a Bolsa de Mercadorias e Futuros;
<u>Carteira do FIDC II:</u>	é a carteira de investimentos do FIDC II;
<u>Cedentes:</u>	são a CFLCL, CENF, CELB, ENERGIPE, e SAELPA;
<u>Cedente Líder:</u>	é a CFLCL;
<u>CELB:</u>	é a Companhia Energética da Borborema – CELB;
<u>CENF:</u>	é a Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo – CENF;
<u>Cessão FIDC I:</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.2(i) do Contrato de Cessão;
<u>Cessão FIDC II:</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1. do Contrato de Cessão;
<u>Cessão FIDC II Com Condição Suspensiva:</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.2(iii) do Contrato de Cessão;
<u>Cessão Secundária:</u>	significa uma Cessão FIDC II e/ou uma Cessão FIDC II Com Condição Suspensiva, conjuntamente consideradas, nos termos da Cláusula 3.1 do Contrato de Cessão;
<u>CETIP:</u>	é a CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação;
<u>CFLCL:</u>	é a Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina – CFLCL;
<u>Citibank:</u>	é o Banco Citibank S.A.;
<u>Compromisso de Subscrição FIDC II:</u>	é o “Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças”, a ser celebrado entre o FIDC II e as Cedentes;

<u>Condição Suspensiva FIDC II:</u>	é o advento de qualquer um dos Eventos de Revisão FIDC II ou Eventos de Liquidação FIDC II, com os efeitos que lhes são atribuídos nos termos da Cláusula XVI do Contrato de Cessão;
<u>Condições do Contrato de Cessão FIDC I:</u>	são as condições caracterizadas como Eventos de Revisão ou Eventos de Liquidação, com os efeitos que lhes são atribuídos nos termos do Contrato de Cessão FIDC I, especialmente na Cláusula XVI desse instrumento;
<u>Consumidores:</u>	são todos os consumidores das Cedentes, classificados como consumidores do Grupo B nos termos da Resolução ANEEL nº 456/00 e suas posteriores alterações, domiciliados nos Municípios Seleccionados;
<u>Contas das Cedentes:</u>	são as 5 (cinco) contas-correntes, cada qual de titularidade de uma das Cedentes, mantidas junto ao Banco Itaú, agência nº 275, sob os nºs 54937-6 (de titularidade da CFLCL), 54938-4 (de titularidade da CENF), 54934-3 (de titularidade da CELB), 54935-0 (de titularidade da ENERGIPE) e 54936-8 (de titularidade da SAELPA), destinadas ao recebimento dos recursos de titularidade das Cedentes depositados nas Contas de Centralização de Recebimentos, de acordo com os procedimentos previstos neste Contrato de Cessão e no Contrato de Serviços de Centralização;
<u>Contas de Centralização de Recebimentos:</u>	são as 5 (cinco) contas abertas e mantidas pelo Banco Itaú, na qualidade de Agente de Centralização de Recebimentos, no próprio Banco Itaú, agência 910, cada qual destinada a receber os pagamentos da totalidade dos Direitos Creditórios FIDC II originados por cada uma das Cedentes nos Municípios Seleccionados e nos Municípios Adicionados em Razão de Inadimplemento, sob as denominações de contas de compensação de nºs 09575-1 (CFLCL), 09576-9 (CENF), 09577-7 (CELB), 09578-5 (ENERGIPE) e 09579-3 (SAELPA);
<u>Contas de Conciliação FIDC II:</u>	são as 5 (cinco) contas-correntes a serem abertas pelo FIDC II no Banco Itaú, agência nº 2001, cada qual identificada por cada Cedente e destinada ao recebimento do produto da liquidação dos Direitos Creditórios FIDC II cedidos pela respectiva Cedente ao FIDC II;
<u>Conta de Movimentação FIDC II:</u>	é a conta corrente a ser aberta e mantida pelo FIDC II no Banco Itaú, agência nº 2001, destinada ao recebimento dos recursos de titularidade do FIDC II que sejam depositados nas Contas de Conciliação FIDC II;

18 OUT. 2007

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL
R. XV de Novembro, 251 - 5º Andar - F. 3377-7677

Contrato de Cessão:

é o "Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças", a ser firmado entre o FIDC II e as Cedentes, com a interveniência do Custodiante, do Agente de Centralização de Recebimentos e da Administradora;

Contrato de Cessão
FIDC I:

tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo do Contrato de Cessão;

Contrato de Colocação:

é o "Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Subscrição e Colocação de Quotas Seniores da 1ª Série de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa", celebrado entre a Administradora, as Cedentes e os Coordenadores;

Contratos de Concessão:

são os seguintes contratos: Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 40/99, celebrado entre a CFLCL e a ANEEL, em 18 de fevereiro de 1999; Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 42/99, celebrado entre a CENF e ANEEL, em 18 de junho de 1999; Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 07/97, celebrado entre a ENERGIPE e a ANEEL, em 27 de dezembro de 1997 e aditado em 9 de agosto de 2000; Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 08/2000, celebrado entre a CELB e a ANEEL, em 4 de fevereiro de 2000; e Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 19/2001, celebrado entre a SAELPA e a ANEEL, em 21 de março de 2001;

Contrato de Custódia:

é o "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios", a ser firmado entre o Custodiante, o FIDC II e as Cedentes;

Contrato de Serviços
de Centralização:

é o "Contrato de Serviços de Centralização de Recebimentos", a ser firmado entre o Agente de Centralização de Recebimentos, as Cedentes e o FIDC II;

Contrato de Serviços
de Classificação de Risco:

é a carta mandato, a ser firmada entre a Administradora, a Agência de Classificação de Risco e a CFLCL, através da qual a Agência de Classificação de Risco será contratada para a prestação dos serviços de classificação de risco das Quotas Seniores;

Convênios de Arrecadação:

são todos os contratos, instrumentos ou acordos escritos, celebrados ou que venham a ser celebrados, por cada Cedente e os respectivos Agentes Arrecadadores, conforme identificados no Anexo II do Contrato de

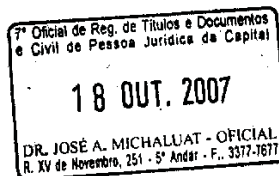
	Cessão;
<u>Coordenadores:</u>	são o Citibank e o Banco Itaú BBA;
<u>Crêterios de Elegibilidade FIDC II:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 27 deste Regulamento;
<u>Custodiante:</u>	é o Banco Itaú, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>CVM:</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Datas de Amortização:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 46 deste Regulamento;
<u>Data de Aquisição e Pagamento FIDC II:</u>	é cada data em que ocorrer: (i) a verificação pelo Custodiante do atendimento, pelos Direitos Creditórios FIDC II, dos Crêterios de Elegibilidade FIDC II; e (ii) o pagamento do Preço de Aquisição FIDC II;
<u>Data de Emissão:</u>	é a data em que os recursos decorrentes da integralização de cada série de Quotas Seniores, ou da integralização das distribuições de Quotas Subordinadas, são colocados pelos Investidores Qualificados e/ou pelas Cedentes, conforme o caso, à disposição do FIDC II, e que deverá ser, necessariamente, um dia útil;
<u>Data de Encerramento</u>	é a data de encerramento do FIDC I;
<u>Data de Início de Originação FIDC II:</u>	é o primeiro dia útil após ter sido integralmente consumada a Cessão FIDC I, com relação a cada cessão realizada nos termos do Contrato de Cessão;
<u>Data de Integralização das Quotas Seniores:</u>	é a data de integralização das Quotas Seniores de cada série;
<u>Data de Resgate:</u>	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, indicada no Suplemento da respectiva série;
<u>Data de Verificação:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 1º do Artigo 48 deste Regulamento;
<u>Diretor Designado:</u>	é o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do FIDC II, bem como pela prestação de informações relativas ao FIDC II;
<u>Direitos Creditórios FIDC II:</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1 do Contrato de Cessão, observado o disposto na Cláusula 2.1.6.1 daquele instrumento;

<u>Direitos Creditórios FIDC II Adicionais:</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.1 do Contrato de Cessão;
<u>Direitos Creditórios FIDC II Cedidos em Permuta:</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 8.2 do Contrato de Cessão;
<u>Direitos Creditórios FIDC II dos Municípios Adicionais:</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.5 do Contrato de Cessão;
<u>Direitos Creditórios FIDC II dos Municípios Adicionados em Razão de Inadimplemento:</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.1 do Contrato de Cessão;
<u>Direitos Creditórios FIDC II Objeto de Cessão Com Condição Suspensiva:</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.2(iii) do Contrato de Cessão;
<u>Direitos Creditórios FIDC II Permutáveis:</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 8.1 do Contrato de Cessão;
<u>Direitos Creditórios Objeto de Cessão Condicional FIDC I:</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.1(ii) do Contrato de Cessão;
<u>Direitos Creditórios Objeto de Cessão Definitiva FIDC I:</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.1(i) do Contrato de Cessão;
<u>Direitos Creditórios Objeto de Cessão FIDC II:</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.2(i) do Contrato de Cessão;
<u>Documentos Comprobatórios:</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.3 do Contrato de Cessão;
<u>Documentos da Operação:</u>	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contrato de Cessão, Regulamento, Convênios de Arrecadação (aditados pelos Aditamentos dos Convênios de Arrecadação), Contrato de Serviços de Centralização, Contrato de Custódia, Contrato de Colocação e Contrato de Serviços de Classificação de Risco;
<u>Encargos do FIDC II:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 33 deste Regulamento;
<u>ENERGIPE:</u>	é a Empresa Energética de Sergipe S.A. – ENERGIPE;
<u>Empresa de Auditoria:</u>	é a KPMG Auditores Independentes, ou sua sucessora a qualquer título, encarregada da revisão das demonstrações financeiras, das contas do FIDC II e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;

18 OUT. 2007

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL
R. XV de Novembro, 251 - 5º Andar - F. 3377-7677

<u>Eventos de Avaliação FIDC II:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 59 deste Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação FIDC II:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 61 deste Regulamento;
<u>Excesso de Cobertura:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 66 deste Regulamento;
<u>Fator Spread:</u>	é o fator <i>spread</i> de cada série de Quotas Seniores, aplicado sobre a Taxa DI; o Fator <i>Spread</i> é determinado com base em procedimento de <i>bookbuilding</i> , conforme previsto no Parágrafo 2º do Artigo 36 deste Regulamento e deverá ser indicado no Suplemento da respectiva série de Quotas Seniores;
<u>Faturas de Energia:</u>	são todas as contas de consumo de energia elétrica emitidas periodicamente por cada Cedente contra seus Consumidores domiciliados nos Municípios Seleccionados, em razão da distribuição de energia elétrica pela respectiva Cedente;
<u>FIDC I:</u>	é o "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Sistema Cataguazes-Leopoldina", fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, representado na forma do seu regulamento pela INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.436.093/0001-40;
<u>FIDC II:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º deste Regulamento;
<u>FIDC NP Energia Elétrica</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 93 deste Regulamento;
<u>ICVM 356:</u>	é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pelas Instruções CVM nº 393, datada de 22 de julho de 2003, nº 435, de 5 de julho de 2006, nº 442, de 08 de dezembro de 2006, e nº 446, de 29 de dezembro de 2006;
<u>IGPM:</u>	é o Índice Geral de Preços – Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
<u>Instituição Autorizada:</u>	são as seguintes instituições ou as suas respectivas Partes Relacionadas: (i) Banco Santander Banespa S.A.; (ii) Banco Itaú BBA S.A.; (iii) Banco Itaú S.A.; (iv) Banco Citibank S.A.; (v) Banco Bradesco S.A.; (vi) Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.; e (vii) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo.

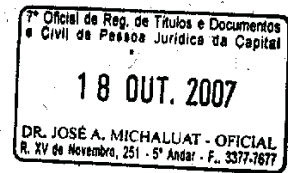


<u>Investidor Qualificado:</u>	é todo investidor autorizado nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
<u>Lei das Sociedades por Ações:</u>	é a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;
<u>Lei de Concessões</u>	é a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada;
<u>Municípios Adicionados em Razão de Inadimplemento:</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.1 do Contrato de Cessão;
<u>Municípios selecionados:</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1 do Contrato de Cessão;
<u>Obrigações do FIDC I:</u>	todas as obrigações do FIDC I previstas no regulamento do FIDC I e nos demais documentos relacionados ao FIDC I, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de pagamento dos encargos do FIDC I, da remuneração, da amortização e do resgate das quotas seniores emitidas pelo FIDC I, tudo conforme estabelecido no regulamento do FIDC I e nos demais documentos relacionados ao FIDC I;
<u>Obrigações do FIDC II:</u>	são todas as obrigações do FIDC II previstas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de pagamento dos Encargos do FIDC II, da remuneração, da amortização e do resgate das Quotas Seniores, tudo conforme estabelecido neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação;
<u>Partes Relacionadas:</u>	são: (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinadas pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa;
<u>Patrimônio Líquido:</u>	é o patrimônio líquido do FIDC II, calculado na forma do Capítulo XXIII deste Regulamento;

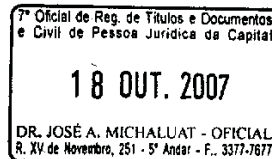
<u>Percentual de Cessão da 1ª Série:</u>	é o Percentual de Cessão de cada Cedente, relativo à cessão realizada nos termos da Cláusula II do Contrato de Cessão, conforme segue: (i) CFLCL: 33,333%; (ii) CENF: 13,333%; (iii) CELB: 13,333%; (iv) ENERGIPE: 26,667%; e (v) SAELPA: 13,333%;
<u>Percentual de Cessão:</u>	é o percentual de Direitos Creditórios cedidos por cada Cedente, calculado sobre o respectivo valor total de cessão, com relação a cada cessão realizada nos termos do Contrato de Cessão, que será fixado nos respectivos Termos de Cessão, observados os Percentuais de Cessão da 1ª Série e a Variação Permitida do Percentual de Cessão Secundária aplicável a cada Cedente;
<u>Percentual de Obrigação:</u>	é o percentual de obrigações de cada Cedente sobre a totalidade das Obrigações do FIDC II, que será ajustado e fixado no respectivo Termo de Cessão FIDC II sempre que houver uma cessão nos termos do Contrato de Cessão (com exceção da cessão realizada nos termos da Cláusula II do Contrato de Cessão, cujos respectivos Percentuais de Obrigação são equivalentes aos Percentuais de Cessão da 1ª Série), de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 5.6 do Contrato de Cessão;
<u>Período de Carência:</u>	são os Períodos de Originação FIDC II em que não há amortização do valor do principal das Quotas Seniores, com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo FIDC II;
<u>Período de Originação FIDC I:</u>	é cada um dos meses calendários, a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao mês de pagamento do Preço de Aquisição FIDC I, até a integral liquidação das Obrigações do FIDC I, com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo FIDC I;
<u>Período de Originação FIDC II:</u>	é cada um dos meses calendários, a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao mês de pagamento do Preço de Aquisição FIDC II, até a integral liquidação das Obrigações do FIDC II, com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo FIDC II, sendo que, até a Data de Encerramento, o Período de Originação FIDC II somente iniciar-se-á após a integral liquidação das Obrigações do FIDC I no respectivo Período de Originação FIDC I (observado que, após a Data de Encerramento, o Período de Originação FIDC II coincidirá com o antigo Período de Originação FIDC I);

<u>Permuta Obrigatória FIDC I</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.1(iii) do Contrato de Cessão;
<u>Permuta Obrigatória FIDC II:</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 8.1 do Contrato de Cessão;
<u>Plano Contábil:</u>	é o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular nº 1.273, do BACEN, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;
<u>Poder Concedente</u>	é o Governo Federal;
<u>Política de Cobrança:</u>	é a política de cobrança adotada por cada uma das Cedentes em face de seus respectivos Consumidores inadimplentes no pagamento das Faturas de Energia, conforme alterada de tempos em tempos nos termos do Contrato de Cessão;
<u>Preço de Aquisição FIDC II:</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.1 do Contrato de Cessão;
<u>Prospecto:</u>	é o prospecto definitivo relativo à oferta pública das Quotas Seniores da 1ª Série;
<u>Quotas:</u>	são as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas;
<u>Quotas Seniores:</u>	são as quotas de classe sênior, emitidas pelo FIDC II em uma ou mais séries, incluindo as Quotas Seniores da 1ª Série;
<u>Quotas Seniores da 1ª Série:</u>	são as 300 (trezentas) Quotas Seniores da primeira série;
<u>Quotas Subordinadas:</u>	são as quotas de classe subordinada, emitidas pelo FIDC II, em uma única série;
<u>Quotistas:</u>	são os titulares das Quotas;
<u>Razão de Garantia:</u>	é a relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do FIDC II;
<u>Reserva de Recursos:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 48 deste Regulamento;
<u>Resolução CMN 2.907:</u>	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
<u>SAELPA:</u>	é a Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba – SAELPA;

<u>SELIC:</u>	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
<u>SOMAFIX</u>	é o sistema eletrônico mantido pela Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. – SOMA para negociação de títulos e valores mobiliários de renda fixa privados;
<u>Suplemento:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 1º do Artigo 36 deste Regulamento;
<u>Termo de Adesão ao Regulamento:</u>	é o documento por meio do qual o Quotista adere a este Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no FIDC II, nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 41 do presente Regulamento;
<u>Valor Mensal da Cessão FIDC II:</u>	é o valor correspondente, conforme o caso: (i) ao somatório do VDCC' de cada uma das Cedentes em cada um dos Períodos de Originação FIDC II durante o Período de Carência; e (ii) ao somatório do VDCC de cada uma das Cedentes em cada um dos Períodos de Originação FIDC II, exceto no Período de Carência;
<u>Valor Mensal da Cessão Secundária:</u>	é o valor correspondente, conforme o caso: (i) ao somatório do VDCC' e do VCCC' de cada uma das Cedentes em cada um dos Períodos de Originação FIDC II durante o Período de Carência; e (ii) ao somatório do VDCC e do VCCC de cada uma das Cedentes em cada um dos Períodos de Originação FIDC II, exceto no Período de Carência;
<u>Valor Unitário de Emissão:</u>	é o valor unitário de cada Quota na Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores ou na Data de Emissão das Quotas Subordinadas, conforme o caso;
<u>VCCC:</u>	é o valor da cessão por cada Cedente sujeito à Condição Suspensiva FIDC II em cada um dos Períodos de Originação FIDC II, exceto no Período de Carência, calculado com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo FIDC II nos termos deste Regulamento, de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 3.5.3 do Contrato de Cessão;
<u>VCCC':</u>	é o valor da cessão por cada Cedente sujeito à Condição Suspensiva FIDC II em cada um dos Períodos de Originação FIDC II dentro do Período de Carência, calculado com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo FIDC II nos termos deste Regulamento, de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 3.5.4 do Contrato de Cessão;



<u>VDCC:</u>	é o valor da cessão subordinada por cada Cedente em cada um dos Períodos de Originação FIDC II, exceto no Período de Carência, calculado com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo FIDC II nos termos deste Regulamento, de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 3.5.1 do Contrato de Cessão;
<u>VDCC':</u>	é o valor da cessão subordinada por cada Cedente em cada um dos Períodos de Originação FIDC II dentro do Período de Carência, calculado com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo FIDC II nos termos deste Regulamento, de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 3.5.2 do Contrato de Cessão; e
<u>VNR:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 1º do Artigo 48 deste Regulamento.



ANEXO II - Política de Cobrança

Objetivo

Este documento visa apresentar, em linhas gerais, as políticas e procedimentos adotados pelas empresas do Sistema Cataguazes Leopoldina no tocante ao gerenciamento e controle da cobrança de débitos e gerenciamento da inadimplência.

Os procedimentos ora apresentados estão em consonância com as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica – Resolução 456 de 29/11/2000 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Conceitos

Consumidores do Grupo A: são consumidores com fornecimento de tensão igual ou superior a 2,3 kV. Exemplo grandes indústrias.

Consumidores do Grupo B: são consumidores com fornecimento em tensão inferior a 2,3 kV. Exemplo: consumidores residenciais, comerciais, etc.

Políticas de Contratação de Energia pelos Consumidores

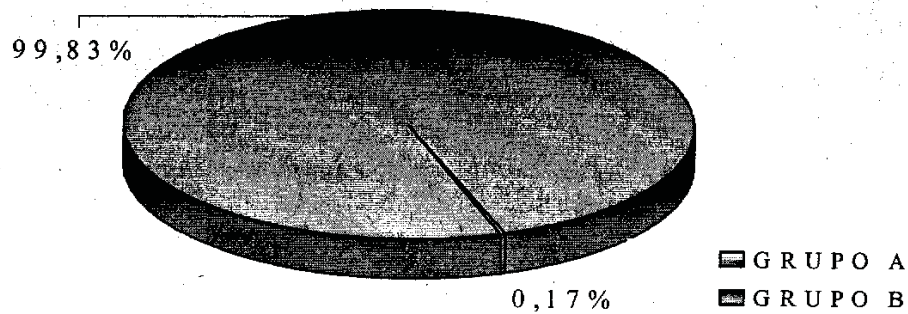
De acordo com a legislação, consumidor é uma pessoa física ou jurídica, ou comunhão de fato ou de direito, legalmente representada, que solicitar à distribuidora o fornecimento de energia elétrica e assumir responsabilidades pelo pagamento das faturas e demais obrigações fixadas em normas e regulamentos da ANEEL, assim vinculando-se aos contratos de fornecimento ou de adesão conforme o caso.

Para que os consumidores do Grupo B sejam conectados ao sistema de distribuição da concessionária distribuidora de energia elétrica, depois de cumpridas exigências técnicas, o Poder Concedente (ANEEL) definiu um Contrato de Adesão **padrão** (Anexo 1), válido para todas as classes de consumidores de todas as distribuidoras do país.

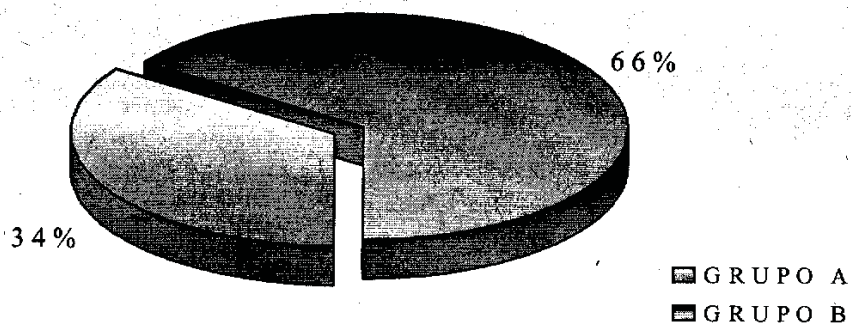
Composição dos consumidores do Sistema Cataguazes Leopoldina por Grupo de Fornecimento

Os gráficos abaixo apresentam em percentuais a composição e distribuição dos consumidores do SCL por Grupo em quantidade e participação no faturamento (R\$), tendo como base o faturamento de julho/2007:

PARTICIPAÇÃO DO N° CONSUMIDORES



PARTICIPAÇÃO DO FATURAMENTO

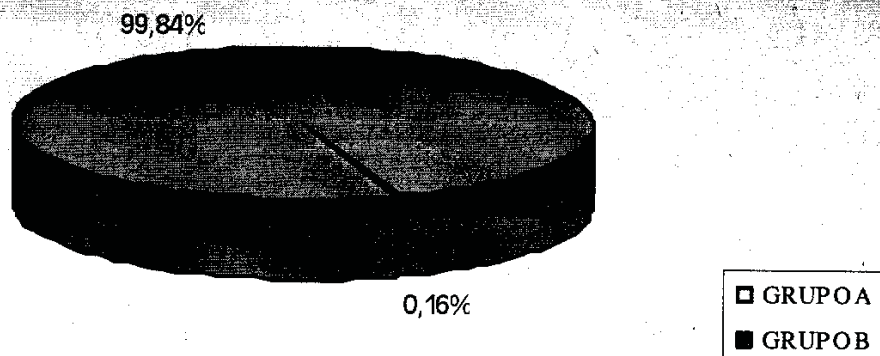


8

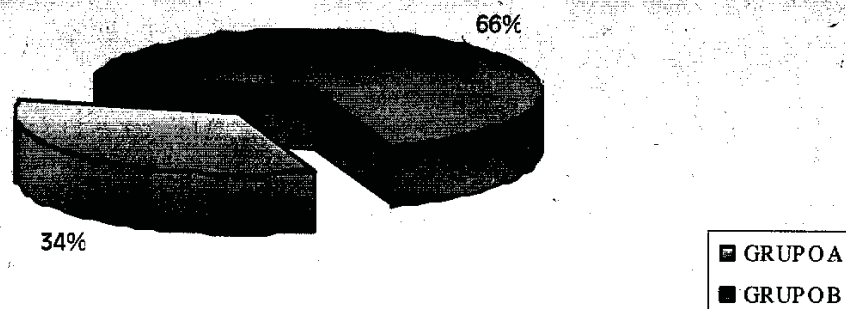
18 OUT. 2007

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL
R. XV de Novembro, 251 - 5º Andar - F. 3377-7677

PARTICIPAÇÃO DO Nº CONSUMIDORES



PARTICIPAÇÃO DO FATURAMENTO



Ciclo de Faturamento e Cobrança

O ciclo de faturamento dos consumidores pode ser resumido da seguinte forma:

- Apuração da energia consumida através da leitura do medidor;
- Emissão da fatura de energia;
- Apresentação da fatura ao consumidor;
- Vencimento da fatura.

8

O ciclo de cobrança dos consumidores inadimplentes pode ser resumido da seguinte forma:

- Apresentação do reaviso das faturas vencidas e não pagas;
- Suspensão (corte) das unidades inadimplentes;
- Outras formas de cobrança.

O quadro abaixo simula os prazos médios praticados para cada evento do faturamento e cobrança:

GRUPOS ↓	EVENTOS →					
	Leitura do Medidor	Emissão da Fatura	Apresentação da Fatura	Vencimento da Fatura	Emissão do Reaviso*	Consumidor sujeito a corte
Grupo B	01/05/2007	03/05/2007	06/05/2007	11/05/2007	03/08/2007	18/08/2007

O sistema computacional das empresas disponibiliza automaticamente os consumidores para corte depois de cumprido o período definido na legislação. A legislação determina que a distribuidora somente poderá suspender o fornecimento de energia elétrica a um consumidor inadimplente após 15 dias, contados a partir da data da apresentação do reaviso. O reaviso pode ser feito de duas formas:

- Através de entrega protocolada; e
- Através das faturas de energia.

Para os consumidores do Grupo B o reaviso está sendo feito através da próxima fatura do consumidor inadimplente, tendo em vista o volume e os custos para a entrega protocolada, com exceção da CFLCL que também antecipa a entrega do reaviso protocolado.

Políticas e Gestão de Cobrança

A gestão e o controle da inadimplência são tratados com prioridade pelas empresas do SCL. Para tanto foram estabelecidos três indicadores de controle:

- Inadimplência nos últimos doze meses (diferença entre os valores faturados e arrecadados nos últimos 12 meses, dividido pelo faturamento total dos últimos 12 meses);
- Pendente (somatório do contas a receber vencidas, contas impedidas de corte por força judicial e contas parceladas, dividido pelo faturamento médio dos últimos 12 meses); e
- Adimplência (valor total recebido no mês até o vencimento dividido pelo valor total do faturamento vencido no mês).

Cada empresa possui metas para redução dos índices de inadimplência e pendente e aumento do indicador de adimplência, desenvolvendo planos de medidas específicos para atingir estas metas. Esses índices e planos são acompanhados mensalmente e são utilizados para avaliar a gestão das empresas.

Ações de Cobrança

8

As empresas antes de utilizarem o direito de suspender o fornecimento aos consumidores inadimplentes, procuram negociar com os mesmos o pagamento dos débitos. Depois de cumpridas as etapas acima, como último recurso as empresas partem para a suspensão do fornecimento de energia aos consumidores inadimplentes.

Porém, considerando a incapacidade de suspender o fornecimento de todos os consumidores, o critério utilizado para priorizar a suspensão é o valor do débito, ou seja, são priorizados os consumidores com débitos maiores.

Além da suspensão do fornecimento aos consumidores inadimplentes, as empresas do SCL utilizam outros métodos visando o recebimento de débitos vencidos:

- **Terceirização:** Os consumidores que foram desligados e que tenham débitos vencidos há mais de 90 dias estão sendo cobrados através de terceiros, com boa recuperação;
- **Parcelamento:** Para alguns casos específicos, é possível o consumidor negociar um parcelamento de seus débitos, mediante o pagamento de uma entrada (30 a 40% do débito) e a cobrança de juros e multas.

Existem estudos preliminares para inclusão dos consumidores inadimplentes no Serviço de Proteção ao Crédito – SPC, visando reduzir ainda mais os índices de inadimplência.

Perspectivas Futuras

Recentemente foi aprovada a Lei 10.848, denominada Novo Modelo do Setor Elétrico, que em um dos seus artigos, buscou-se a redução do inadimplemento dos consumidores junto às distribuidoras. Abaixo transcrevemos o artigo da referida lei.

Art. 23 “As concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica poderão, conforme disciplina a ser estabelecida pela ANEEL, condicionar a continuidade do fornecimento aos usuários inadimplentes de mais de uma fatura mensal em um período de doze meses:

I - ao oferecimento de depósito-caução, limitado ao valor inadimplido, não se aplicando o disposto neste inciso ao consumidor integrante da Classe Residencial; ou

II - à comprovação de vínculo entre o titular da unidade consumidora e o imóvel onde ela se encontra, não se aplicando o disposto neste inciso ao consumidor integrante da Subclasse Residencial Baixa Renda;

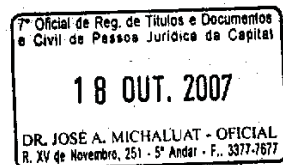
§ 1º Em se tratando de inadimplência de usuário apto à livre aquisição de energia, poderá a concessionária ou permissionária do serviço público de distribuição de energia elétrica exigir que o usuário inadimplente, para utilizar-se do serviço de distribuição, apresente contrato de compra de energia junto a outro agente comercializador.

§ 2º Não se aplica o disposto nos incisos I e II deste artigo aos consumidores que prestam serviços públicos essenciais, conforme disciplina específica da ANEEL.”

Anexo 1 - Modelo do Contrato de Adesão

CONTRATO DE ADESÃO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA UNIDADES CONSUMIDORAS DE BAIXA TENSÃO



A (nome da CONCESSIONÁRIA), CNPJ ° (00.000.000/000-00), com sede (endereço completo), doravante denominada CONCESSIONÁRIA, em conformidade com a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e (nome do CONSUMIDOR), (documento de identificação e número), (CPF se houver, ou CNPJ), doravante denominado CONSUMIDOR, responsável pela unidade consumidora nº (número de referência), situada no (a) (endereço completo da unidade consumidora), aderem, de forma integral, a este Contrato de Prestação de Serviço Público de Energia Elétrica para Unidades Consumidoras atendidas em Baixa Tensão, na forma de Contrato de Adesão, com base nas condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, e pelos demais regulamentos presentes e futuros que disciplinam a prestação do serviço público de energia elétrica.

DAS DEFINIÇÕES

Para os fins e efeitos deste Contrato são adotadas as seguintes definições:

CARGA INSTALADA: soma das potências de cada equipamento elétrico, ou eletrodoméstico, que esteja instalado na unidade consumidora, expressa em quilowatt (kW);

CONCESSIONÁRIA : empresa distribuidora de energia elétrica, responsável pela prestação de serviços públicos de energia elétrica;

CONSUMIDORA: pessoa física (indivíduo) ou jurídica (empresa) que solicitar à CONCESSIONÁRIA o fornecimento de energia elétrica e assumir a responsabilidade pelas obrigações fixadas em regulamentos que dispõem sobre a prestação do serviço público de energia elétrica;

ENERGIA ELÉTRICA CONSUMIDA total da energia elétrica utilizada pelos equipamentos elétricos, ou eletrodomésticos, da unidade consumidora, medida em quilowatt-hora (kWh);

GRUPO B: grupamento de unidades consumidoras com fornecimento em tensão inferior a 2,3 quilovolts (kV) e faturadas neste Grupo;

INDICADOR DE CONTINUIDADE: valor que expressa a duração em horas e o número de interrupções ocorridas na unidade consumidora em um determinado período de tempo;

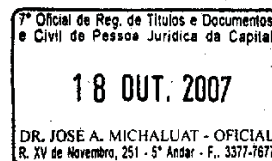
INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO: desligamento temporário da energia elétrica para conservação e manutenção da rede elétrica e em situações de casos fortuitos ou de força maior;

PADRÃO DE TENSÃO: níveis máximos e mínimos de tensão, expressos em Volts (v), em que a CONCESSIONÁRIA deve entregar a energia elétrica na unidade consumidora, de acordo com os valores estabelecidos pela ANEEL;

PONTO DE ENTREGA; é o ponto de conexão do sistema elétrico da CONCESSIONÁRIA com as instalações elétricas da unidade consumidora;

POTENCIA DISPONIBILIZADA: potência de que o sistema elétrico da CONCESSIONÁRIA deve dispor para atender os equipamentos elétricos, ou eletrodomésticos, da unidade consumidora;

POTÊNCIA ELÉTRICA: é a quantidade de energia elétrica que cada equipamento elétrico ou eletrodoméstico pode consumir, por unidade de tempo, medida em quilowatt (kW)



SUSPENSÃO DE FORNECIMENTO: é o desligamento de energia elétrica da unidade consumidora, sempre que o consumidor não cumprir com as suas obrigações definidas na Cláusula Quinta.

TARIFA: valor monetário fixado em Reais, por unidade de energia elétrica consumida;

UNIDADE CONSUMIDORA: residência, estabelecimento comercial, de serviços, industrial, rural ou do poder público, composto de instalações e equipamentos elétricos, caracterizados pelo recebimento de energia elétrica em um só ponto de entrega, com medição individualizada.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Este instrumento contém as principais condições da prestação e utilização do serviço público de energia elétrica entre a CONCESSIONÁRIA e o CONSUMIDOR, de acordo com as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, e sem prejuízo dos demais regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ABRANGÊNCIA

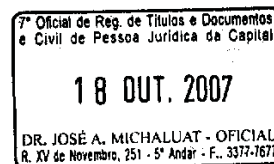
Este contrato aplica-se aos consumidores pertencentes ao Grupo B, com fornecimento de energia elétrica em Baixa Tensão.

DAS CONDIÇÕES BÁSICAS DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRINCIPAIS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Os principais direitos do CONSUMIDOR são

1. Receber energia elétrica em sua unidade consumidora, nos padrões de tensão e de índices de continuidade estabelecidos;
2. Ser orientado sobre o uso eficiente da energia elétrica, de modo a reduzir desperdícios e garantir a segurança na sua utilização;
3. Escolher uma entre pelo menos 6 (seis) datas disponibilizadas pela CONCESSIONÁRIA para o vencimento da fatura;
4. Receber a fatura com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data do vencimento e de 10 (dez) dias úteis, da mesma data, quando a unidade consumidora for classificada como Poder Público ou Serviço Público;
5. Responder apenas por débitos relativos à fatura de energia elétrica de sua responsabilidade;
6. ter o serviço de atendimento telefônico gratuito disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia para a solução de problemas emergenciais;
7. ser atendido em suas solicitações e reclamações feitas à CONCESSIONÁRIA sem ter que se deslocar do município onde se encontra a unidade consumidora;
8. ser informado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sobre providências quanto às solicitações ou reclamações;

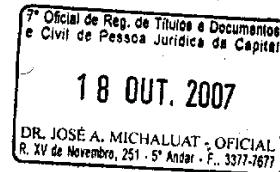


9. Ser informado, na fatura, sobre a existência de faturas não pagas;
10. Ser informado, na fatura, do percentual de reajuste da tarifa de energia elétrica e a data de início de sua vigência;
11. Ser ressarcido, em dobro, por valores cobrados e pagos indevidamente, salvo hipótese de engano justificável;
12. Ser informado, por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sobre a possibilidade da suspensão de fornecimento por falta de pagamento;
13. Ter a energia elétrica religada, no caso de suspensão indevida, sem quaisquer despesas, no prazo máximo de até quatro (quatro) horas, a partir da constatação da CONCESSIONÁRIA ou da informação do CONSUMIDOR;
14. Receber, em caso de suspensão indevida do fornecimento, o maior valor entre o dobro da religação de urgência ou 20% (vinte por cento) do líquido da primeira fatura após a religação da unidade consumidora;
15. Ter a energia elétrica religada, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após informar o pagamento de fatura pendente;
16. Ser ressarcido, quando couber, pelo conserto a reposição de equipamentos elétricos ou eletrodomésticos danificados em função da prestação do serviço inadequado do fornecimento de energia elétrica, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a partir da respectiva data de solicitação;
17. Ser informado sobre a ocorrência de interrupções programadas, por meio de jornais, revistas, rádio, televisão, ou outro meio de comunicação, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas;
18. Ser informado por documento escrito e individual, sobre as interrupções programadas, com antecedência mínima de cinco (cinco) dias úteis, quando existir na unidade consumidora pessoa que dependa de equipamentos elétricos indispensáveis à vida; e.
19. Ter, para fins de consulta, nos locais de atendimento, acesso às Normas e Padrões da CONCESSIONÁRIA e as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica.
20. Ter a unidade consumidora classificada de modo a proporcionar a aplicação da tarifa mais vantajosa a que o consumidor tiver direito, em especial quanto a Subclasse Residencial Baixa Renda e Classe Rural.

CLÁUSULA QUARTA: DOS PRINCIPAIS DEVERES DO CONSUMIDOR

Os principais deveres do CONSUMIDOR são:

- Manter a adequação técnica e a segurança das instalações elétricas internas da unidade consumidora, de acordo com as normas oficiais brasileiras;
- Responder pela guarda e integridade dos equipamentos de medição quando instalados no interior da unidade consumidora;



- Manter livre a entrada de empregados e representantes da CONCESSIONÁRIA para fins de inspeção e leitura dos medidores de energia;
- Pagar pela fatura de energia elétrica até a data do vencimento, sujeitando-se às penalidades cabíveis em caso de atraso;
- Informar à Concessionária sobre a existência de pessoa, na unidade consumidora, que use equipamentos elétricos indispensáveis à vida;
- Manter os dados cadastrais atualizados junto à CONCESSIONÁRIA;
- Informar as alterações da atividade exercida (comércio, residência, rural, serviços) na unidade consumidora;
- Consultar a CONCESSIONÁRIA quando o aumento da carga instalada da unidade consumidora exigir elevação da potência disponibilizada.

CLÁUSULA QUINTA: DA SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO

Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situações de emergência, conforme itens 1 a 3 abaixo, ou após prévio aviso, conforme os itens 4 e 5:

Razões de ordem técnica ou de segurança das instalações;

Procedimentos irregulares constatados na unidade consumidora;

Revenda ou fornecimento de energia elétrica a terceiros,

Impedimento do acesso de empregados e representantes da CONCESSIONÁRIA, para a leitura e inspeção necessárias; e

Falta de pagamento da fatura de energia elétrica.

CLÁUSULA SEXTA: DA EXECUÇÃO E COBRANÇA DE OUTROS SERVIÇOS

A CONCESSIONÁRIA poderá:

Executar outros serviços que não estejam vinculados à prestação de serviços públicos de energia elétrica, desde que o CONSUMIDOR, por sua livre escolha, decida contratar;

Incluir na fatura, de forma discriminada, a cobrança de outros serviços, desde que autorizada antecipadamente pelo CONSUMIDOR;

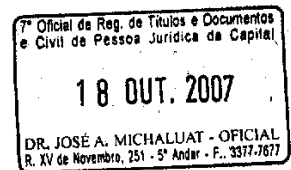
CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESCISÃO

Este Contrato poderá ser rescindido nas seguintes situações:

Por ação do CONSUMIDOR: mediante pedido de desligamento ou alteração da titularidade da unidade consumidora;

Por ação da CONCESSIONÁRIA: quando houver solicitação de alteração de responsabilidade da unidade consumidora por novo interessado.

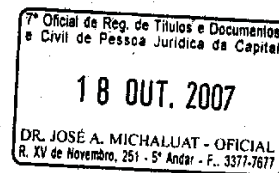
CLÁUSULA OITAVA: DOS RECURSOS E DA COMPETÊNCIA



Caso o CONSUMIDOR tenha solicitações ou reclamações sobre a prestação do serviço deverá fazê-las à CONCESSIONÁRIA, e não concordando com o resultado obtido tem o direito de apresentar recurso à Agência Estadual conveniada. Caso não haja Agência conveniada no Estado o consumidor poderá recorrer à ANEEL.

LOGOMARCA da CONCESSIONÁRIA	LOGOMARCA da Agência Estadual	LOGOMARCA da ANEEL
Telefone: 0800 XX XXXX www.concessionária.xxx.br	Telefone: 0800 XX XXXX www.agência.xxx.br	Telefone: 0800 XX XXXX www.aneel.gov.br

ANEXO III
Modelo de Suplemento



Suplemento da [--] série de Quotas Seniores

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa

C.N.P.J. nº [•]

A [--] série de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa (o "FIDC II"), emitida nos termos do Regulamento do FIDC II, registrado em [•] de [•] de [•] no [•]º Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo sob nº [•], terá as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas Seniores: [•] ([•]);
- b) Data de Emissão: [•] de [•] de [•];
- c) Período de Carência: de [•] de [•] de [•] até [•] de [•] de [•];
- d) Data de Resgate: [•] de [•] e [--]; e
- e) Fator *Spread*: CDI + [•]% ao ano, calculado com base em um ano de 252 dias úteis.

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, [•] de [•] de [•]

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa

Por:

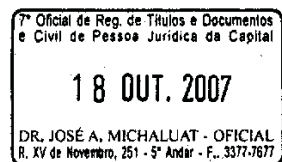
Cargo:

Testemunhas:

1. _____
Nome:
RG:
C.P.F.:

2. _____
Nome:
RG:
C.P.F.:

São Paulo, [●] de 2007.



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa
Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

A handwritten mark, possibly a signature or initials, consisting of a large, stylized letter 'J' or 'I' with a loop.

ANEXO III

PRIMEIRO ADITAMENTO AO REGULAMENTO DO FIDC II

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

23 NOV. 2007

MICROFILMAGEM

1647974

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADILAMENTO AO REGULAMENTO
DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ENERGISA"**

Estado de

19 de novembro de 2007

4

2.3. Inclusão do parágrafo único do artigo 21 do Regulamento, tendo em vista que o conteúdo do mesmo foi incluído como parágrafo terceiro no artigo 15 do Regulamento. Assim, o artigo 21 do Regulamento passa a vigorar com a seguinte nova redação:

Artigo 21 Os Direitos Creditórios FIDC II e as Ações Fundamentais, por sua própria natureza, estão sujeitos à flutuação de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao FIDC II e aos Quotistas, além de em que os Credores, a Administradora, a Custodiante ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda de valor das ações integrantes da Carteira do FIDC II, ou pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios FIDC II e as Ações Fundamentais, ou ainda por eventos propícios incorridos pelas Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento."

2.4. Alteração no "caput" do artigo 22 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"Artigo 22 Quando nos termos associados ao investimento do FIDC II, determinarem-se as seguintes ():"

2.5. Alteração da alínea "I" do artigo 22 do Regulamento, tendo em vista as mudanças realizadas no artigo 18 do Regulamento, bem como a inclusão das alíneas "II" e "III" no artigo 22 do Regulamento, conforme segue:

"I)

a) Necessidade de aprovação dos titulares de Quotas Subordinadas, por determinação deliberatória da Assembleia Geral. O Artigo 28 deste Regulamento estabelece que determinadas deliberações relativas da Assembleia Geral deverão ser tomadas, em conjunto, por titulares das Quotas Seniores e titulares das Quotas Subordinadas, como é o caso de eventual diferença (i) na política de investimento do FIDC II, ou nos Critérios de Elegibilidade FIDC II, e (ii) na liquidação antecipada do FIDC II. Assim, no âmbito de ocorrência de um Evento de Liquidação FIDC II, referido direito dos titulares das Quotas Subordinadas pode impedir a aprovação de medidas essenciais nos termos das deliberações das Quotas Seniores, o que pode afetar negativamente o funcionamento do FIDC II, causando prejuízo aos titulares das Quotas Seniores;

b) Conflito de Interesses. O Custodiante e o controlador da Administradora Admistra, os Credores, pelas características de suas operações, mantêm relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições financeiras incluindo aquelas integrantes do conglomerado financeiro da Custodiante. Por este razão, há potenciais conflitos de interesse entre essas sociedades. Em virtude desse conflito de interesses, decisões tomadas por essas sociedades poderão, eventualmente, ser influenciadas de forma relevante pelo relacionamento entre elas, o que poderá causar efeitos adversos ao FIDC II e aos Quotistas;

c) Ausência de transparência dos Custódios, por serem responsáveis de distribuição de energia elétrica com relação à gestão dos Direitos Creditórios FIDC II. A CEF realizou consulta formal à ANEEL acerca da opinião expressada pela agência de rating Standard & Poor's de que a credibilidade dos direitos creditórios seria válida não apenas para o grupo dos Credores, mas para qualquer concessionária futura que assumisse a operação originadora dos Direitos Creditórios FIDC II. A resposta proferida pela ANEEL se deu nos termos § 5º do art. 39 da Lei das

risco de não originação, no futuro, dos Direitos Creditários FIDC II pelas Cedentes contra os Consumidores. Não há como assegurar que não haverá diminuição ou descontinuidade ou até mesmo incapacidade, total ou parcial, das Cedentes na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica nos Municípios selecionados ou, ainda, a diminuição da receita de pagamentos decorrentes das Faturas de Energia em virtude da interrupção do uso de energia elétrica pelos Consumidores. Como isso ocorrerá, a originação dos Direitos Creditários FIDC II pelas Cedentes poderá ser negativamente afetada ou até mesmo impossibilitada, implicando prejuízo ao FIDC II e aos Quotistas uma vez que a interrupção ou o resgate das Quotas está sujeito à liquidação dos Direitos Creditários FIDC II com os Ativos Financieros.

(...)

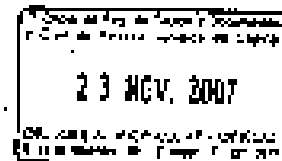
2.8. Alteração no "caput" do artigo 25 do Regulamento, bem como do último parágrafo da alínea "c" do artigo 25 do Regulamento (permanecendo os demais parágrafos dessa alínea "c" válidos e sem qualquer alteração) e da alínea "c" do artigo 25 do Regulamento, na conformidade disposto a seguir:

"Artigo 25. Quanto aos riscos associados ao setor de energia elétrica brasileira, distribuídos de os seguintes: "

"a) Risco tarifário (...)

Não se pode garantir que a ANEEL estabeleça as tarifas conforme os requisitos e metas previstas pelas Cedentes ou que essa fixação seja feita temporariamente. Quaisquer alterações adicionais na estrutura de fixação tarifária para distribuição de energia elétrica realizadas pelo Governo Federal ou pela ANEEL, bem como qualquer ajuste negativo das contas de energia para os próximos períodos de revisão, especialmente com relação ao "Fator X", poderão afetar negativamente as condições operacionais e financeiras das Cedentes, o que pode afetar, eventualmente, as suas respectivas capacidades de originação dos Direitos Creditários FIDC II e sua atuação ao FIDC II."

"b) Risco decorrente de excessos de oferta e consequente congestionamento de energia. As Cedentes dependem das condições hidrológicas predominantes no sistema interligado nacional no qual operam. Em 2000, de acordo com dados do CNS, aproximadamente 91 00% da oferta de energia elétrica no Brasil veio de fontes hidrelétricas. Ademais, o CNS prevê que o Brasil necessita atrair investimentos médios da ordem de R\$ 16 bilhões por ano para alcançar 3 000 MW de capacidade de geração de energia para evitar problemas na oferta de energia elétrica entre 2010 e 2012. Condições hidrológicas que resultem em baixa oferta de energia elétrica no mercado brasileiro podem causar, entre outras, a implementação de amplos programas de conservação de eletricidade, incluindo redução obrigatória do consumo de eletricidade como recurso durante o programa de racionamento de energia elétrica nos anos de 2001 e 2002, quando o Governo Federal estabeleceu índices de redução de consumo de energia para consumidores residenciais, comerciais e industriais, que variaram de 15% (quinta parte) para 25% (um quinto e cinco por cento). Tal fato poderá ocorrer porque a expansão estrutural da oferta de energia elétrica do sistema interligado nacional sobre a sua base de custo de suprimento igual a 30, cento por cento. Se houver pressão de um balanço energético (oferta versus demanda) muito justo em um determinado período, decorrente de outras respostas de oferta de energia elétrica no Brasil, o governo poderá implementar políticas que incluam o racionamento do consumo e a restrição no volume de energia gerada e ofertada no mercado, o que poderá afetar negativamente a originação dos Direitos Creditários FIDC II cedidos ao FIDC II, implicando prejuízo ao FIDC II e aos



Quotiana”

2.9. Incluiu das parágrafos terceiro, quarto e quinto do artigo 26 do Regulamento, conforme segue:

“3.)

Parágrafo 3º Em complementação ao disposto nos parágrafos primeiro e segundo deste Artigo 26, referentes ao processo de originadora e concessão dos Direitos Creditários FIDC II, o crédito realizado nos termos do Contrato de Cessão compreende os Direitos Creditários FIDC II vinculados existentes na Data de Início de Originação FIDC II, mesmo que tenham sido originados e formalizados antes de tal data, e os Direitos Creditários FIDC II a serem originados pela Cedeira a partir da Data de Início de Originação FIDC II.

Parágrafo 4º Para todos os efeitos de Direitos Creditários FIDC II realizados nos termos do Contrato de Cessão, os Cédulas obrigam-se, em cada Período de Originação FIDC II a partir da Data de Início de Originação FIDC II, a originar e formalizar os respectivos Direitos Creditários FIDC II no objeto de Cessão FIDC II e no objeto de Cessão FIDC II Com Cessão Suspensiva, de acordo com o Valor Nominal da Cessão Secundária, quinof e ao respectivo Período de Originação FIDC II, de modo a permitir ao FIDC II o recebimento das receitas necessárias à integral liquidação das Obrigações do FIDC II.

Parágrafo 5º Não haverá qualquer taxa de descaço para a aquisição dos Direitos Creditários FIDC II, uma vez que os Direitos Creditários FIDC II tratam-se de direitos creditários não performados. As taxas do Contrato de Cessão serão cobradas pelas Cédulas no FIDC II todos os Direitos Creditários FIDC II quinof forem necessários para que o FIDC II cumpra integralmente com todas as Obrigações do FIDC II no respectivo período, sendo que os Direitos Creditários FIDC II serão cedidos pelas Cédulas do FIDC II com base em seus respectivos valores nominais.”

2.10. Alteração na alínea (d) do parágrafo primeiro do artigo 33 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

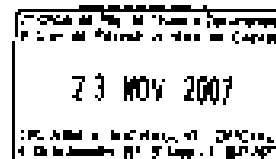
“f.)

(d) Valor Nominal de Emissão, relativo à primeira emissão de Quotas Subordinadas de R\$ 3.040.000 (três mil reais). Os demais Valores Nominais de Emissão das Quotas Subordinadas serão determinados de acordo com o previsto no alínea (e) abaixo.

[...].”

2.11. Alteração no “caput” do artigo 73 do Regulamento e suas alíneas, que passam a vigorar com a seguinte nova redação:

Artigo 73 A alteração das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas, assim como a substituição da Administradora por pessoa jurídica que não seja Instituição Autorizada, o aumento da remuneração da Administradora vinculada na hipótese de substituição de uma que tenha sido objeto de redução ou incorporação, não é objeto de liquidação do FIDC II (exceto no caso de um Evento de Liquidação FIDC II), dependendo de aprovação, no processo convocatório, dos titulares da maioria das Quotas em circulação, e de um segundo



orientação, das deliberações da maioria das Quóruns presentes à respectiva assembleia. Adicionalmente, sem prejuízo do disposto no Artigo 77 acima, as seguintes matérias serão sujeitas à aprovação dos titulares da maioria das Quóruns em circulação:

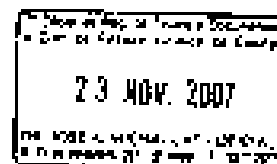
- (a) alteração das disposições dos Capítulos II, V, VII, IX, XI, XII, XIII, dos Anexos e respectivos Parágrafos 40, 43, 44, 73 (a), (b) e (c), 78 e do Anexo I todos deste Regulamento;
- (b) substituição do Presidente, da Agência e do Substituto de Reser, do Agente de Centralização de Recrutamento e da Empresa de Auditoria;
- (c) alteração, renovação ou prolongamento do Contrato de Serviços de Centralização, do Contrato de Custódia e do Contrato de Serviço FIDC II;
- (d) cobrança de honorários pela Administração que não estejam expressamente previstos neste Regulamento; e
- (e) aumento das despesas e encargos ordinários do FIDC II, incluindo a contratação de prestadores de serviços e renovação de despesas não expressamente previstas neste Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar."

2.12. Alteração no "caput" do artigo 55 do Regulamento, que passa a vigiar com a seguinte nova redação:

"Artigo 55. Salvo quando outro meio de comunicação entre as Quóruns seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses das Quóruns deverão ser divulgados e imediatamente divulgados por meio de anúncio publicado em forma de aviso, no jornal *DO Comércio*, ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente, e (ii) de correio eletrónico enviado ao representante de cada Quóruna indicado na forma do Parágrafo 1º do Artigo 41 deste Regulamento. Os avisos e anúncios a seguir indicados, necessários quando da distribuição pública de valores mobiliários, poderão ser publicados somente na edição matutina do jornal *Valor Econômico*, sempre que realizada oferta pública de Quóruns Seriores do FIDC II, independentemente da aver de emissão de aviso ao mercado o que se refere o artigo 53 da Instrução CVM 490, de 29 de dezembro de 2003 (anteriormente alterada); (iii) anúncio de início de distribuição, (iv) anúncio de encerramento de distribuição, e (v) outros avisos aos investidores que eventualmente sejam publicados até a data de publicação do respectivo anúncio de encerramento de distribuição."

2.13. Alteração do artigo 92 do Regulamento, que passa a vigiar com a seguinte nova redação:

"Artigo 92. Sem prejuízo do disposto neste Regulamento e no Contrato de Cessão, poderá ser realizada uma nova cessão, que será subordinada a, portanto, subseqüente a efetiva realização da Cessão FIDC I e da Cessão Secundária para fins de implementação de um fundo de investimento em de direitos explícitos não padronizados relacionado ao setor de energia elétrica, a ser concluído nos termos da regulamentação aplicável e que deverá ter sua estrutura composta, dentre outros itens, por direitos explícitos originados pelas Cédulas do "FIDC SP Energia Elétrica"."



Capítulo 3. Consolidação do Regulamento: Em razão das alterações aqui estabelecidas, e para maior conveniência, versão consolidada do Regulamento com as modificações realizadas por meio deste Aditamento é apresentada abaixo:

REGULAMENTO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ENERGISA

CAPÍTULO I - FUNDO

Artigo 1º O "FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ENERGISA", disciplinado pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (a "CMN") nº 1907, de 29 de novembro de 2001, e pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") nº 156, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada (a "ICVM 356"), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (o "EBC_II"), será regido pelo presente regulamento ("Regulamento").

Parágrafo 1º Os termos usados em letra maiúscula e utilizados neste Regulamento, que não sejam de outra forma definidos no Anexo I ao presente Regulamento, terão os mesmos significados a eles atribuídos no "Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças", a ser firmado entre as Cédentes, o FIDC II, a Administradora e o Banco Itaú (o "Contrato de Cessão"), aplicáveis tanto no singular quanto no plural.

Parágrafo 2º Na forma de até 10 (dez) dias corridos contados (i) de sua aprovação pela Administradora, o Regulamento e os Suplementos, e (ii) de sua aprovação pela Assembleia Geral, os eventuais aditamentos ao Regulamento, serão levados a registro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Artigo 2º O FIDC II é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas somente poderão ser resgatadas na Data de Resgate de cada série de Quotas Seniores, ou em virtude de sua liquidação antecipada conforme o previsto no Artigo 61 deste Regulamento.

Parágrafo Único A admissão, venda, a amostração de Quotas, nos termos do Capítulo XI deste Regulamento ou por decisão da Assembleia Geral.

Artigo 3º Somente podem participar do FIDC II, na qualidade de Quotistas, Investidores Qualificados, nos termos da regulamentação em vigor.

CAPÍTULO II - PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

Artigo 4º O FIDC II terá prazo de duração indeterminado.

Parágrafo Único O FIDC II poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral, observando o previsto nos Capítulos XV e XXI deste Regulamento.

CAPÍTULO III - ADMINISTRADORA

Artigo 5º O FIDC II é administrado pela INTILAC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade controlada diretamente pelo Banco Itaú S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 109, Torre Itaú, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.418.140/0001-31 (a "Administradora").

Parágrafo 1º A Administração deverá administrar o FIDC II cumprindo suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no sentido como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da Lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) deste Regulamento; (iii) das deliberações da Assembleia Geral; e (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Parágrafo 2º Observada a regulamentação em vigor e as limitações deste Regulamento, a Administração terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração do FIDC II e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios FIDC II e aos Ativos Financeiros que integram a Carteira do FIDC II.

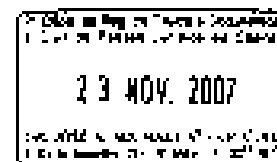
Parágrafo 3º Observados os termos e as condições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, a Administração, ou prestadores de serviços por ela contratados nos termos deste Regulamento, independentemente de qualquer procedimento adicional, poderão:

- (a) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos Direitos Creditórios FIDC II e Ativos Financeiros ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas cautelares e de preservação de direitos, observado o disposto no Capítulo XVIII deste Regulamento;
- (b) celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação ou transferência, total ou em parte, relacionado aos Direitos Creditórios FIDC II ou aos Ativos Financeiros, sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas;
- (c) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da Carteira do FIDC II, sendo que todas as procurações outorgadas pela Administração, em nome do FIDC II, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses, contados da data de sua outorga, com exceção das procurações com poderes de representação em geral, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica;
- (d) contratar, às suas expensas, serviços de gestão da Carteira do FIDC II com suas Partes Relacionadas;
- (e) contratar, às expensas do FIDC II, o Custodiante, ou qualquer terceiro para a prestação dos correspondentes serviços de custódia, nos termos da ICVM 136, desde que o terceiro seja uma Instituição Autorizada; e
- (f) contratar, juntamente com as Cedentes e às expensas destas, o Agente de Centralização de Recebimentos para a prestação dos serviços de centralização de recebimentos, nos termos do Contrato de Serviços de Centralização.

Parágrafo 4º Caso eventualmente ocorra, por qualquer meio, a perda da atual situação de controle acionário, direto ou indireto, da Administração, observado o disposto no caput deste Artigo, para uma instituição que não seja uma Instituição Autorizada, a Administração deverá comunicar esse fato aos titulares das Quotas Nominais, no termo deste Regulamento, e convocar uma Assembleia Geral para que seja deliberada a sua substituição por uma Instituição Autorizada, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 6º deste Regulamento.



40



Artigo 6º A Administração poderá ser substituída, a qualquer tempo, pelos titulares das Quotas Seriores reunidos em Assembleia Geral, na forma do Capítulo XXI deste Regulamento, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o FIDC II.

Parágrafo Único Caso a instituição financeira escolhida pelos titulares das Quotas Seriores para substituir a Administração, nos termos previstos no Artigo 6º acima, não seja uma Instituição Autorizada, a eficácia da deliberação ficará condicionada à sua ratificação pelos titulares da maioria das Quotas Subordinadas em circulação, cuja deliberação ocorrerá, em votação em separado, na Assembleia Geral que deliberar sobre a substituição da Administração.

Artigo 7º A Administração, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, sempre com aviso prévio de 30 (trinta) dias corridos, pode renunciar a administração do FIDC II, desde que a Administração convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre a sua substituição, devendo ser observado o quórum de deliberação de que trata o Capítulo XXI deste Regulamento.

Parágrafo 1º Na hipótese de a Administração renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de que trata o caput deste Artigo, (i) não nomear Instituição Autorizada para substituir a Administração, ou nomear instituição administradora que não seja qualificada pelas Quotas Subordinadas, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 6º acima, ou (ii) não obter quórum suficiente, observado o disposto no Capítulo XXI acima, para deliberar sobre a substituição da Administração, a Administração dará início à liquidação do FIDC II, no prazo máximo de 180 (dezoito) dias corridos, observados os procedimentos previstos no Capítulo XV abaixo.

Parágrafo 2º Na hipótese de renúncia da Administração e nomeação de nova instituição administradora em Assembleia Geral, a Administração continuará obrigada a prestar os serviços de administração e gestão do FIDC II até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral.

Parágrafo 3º Caso a nova instituição administradora nomeada não dê início às atividades de administração do FIDC II dentro do prazo de 90 (noventa) dias corridos, estabelecido no Parágrafo 2º acima, a Administração providenciará a liquidação antecipada do FIDC II até o 40º (quadragésimo) dia contado da data de realização da Assembleia Geral que tiver nomeado a nova instituição administradora, observados os procedimentos previstos no Capítulo XV abaixo.

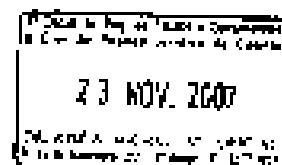
Artigo 8º A Administração deverá, sem qualquer custo adicional para o FIDC II, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data da deliberação de sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bases de dados e demais informações sobre o FIDC II e sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administração, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do FIDC II, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administração, nos termos deste Regulamento.

CAPÍTULO IV - RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 9º A Administração tem as seguintes obrigações, sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável, neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação:

- (a) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:

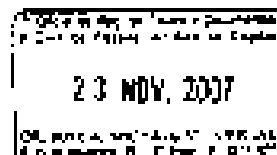
4



- (i) a documentação relativa às operações do FIDC II;
 - (ii) o registro dos Quotistas;
 - (iii) o livro de atas de Assembleias Gerais;
 - (iv) o livro de presença de Quotistas;
 - (v) as demonstrações trimestrais do FIDC II a que se refere o Artigo 12 deste Regulamento;
 - (vi) os registros contábeis do FIDC II, e
 - (vii) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco.
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores do FIDC II, diretamente ou por meio do Distribuidor ou da Agência de Centralização de Recebimentos;
- (c) disponibilizar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e do Prospecto, bem como identificá-los (i) do nome do jornal utilizado para divulgação de informações do FIDC II, e (ii) da taxa de administração cobrada;
- (d) divulgar, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados do encerramento de cada trimestre civil, no jornal referido no Artigo 85 deste Regulamento, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuem Quotas, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referem, a Razão de Garantia, apurada nos termos do Artigo 84 abaixo, e o último relatório sobre o FIDC II e suas Quotas disponibilizado pela Agência de Classificação de Risco;
- (e) colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências, e nas instituições que distribuem Quotas, neste caso durante essa distribuição, as demonstrações financeiras do FIDC II, bem como os relatórios preparados pela Empresa de Auditoria, observando o disposto no Artigo 82 deste Regulamento;
- (f) custear as despesas de propaganda do FIDC II;
- (g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do FIDC II, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o FIDC II;
- (h) providenciar imediatamente, no momento, a solicitação de classificação de risco das Quotas Seniores pela Agência de Classificação de Risco;
- (i) assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações relativas ao FIDC II, elabore as demonstrações trimestrais referidos no Artigo 12 deste Regulamento;
- (j) observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação da Carteira do FIDC II, conforme o disposto no Capítulo V;

- (k) proceder, em nome do FIDC II, à contratação dos serviços do Custodiante, do Agente de Centralização de Recebimentos, da Agência de Classificação de Risco, da Empresa de Auditoria e à celebração do Contrato de Custódia, do Contrato de Serviços de Centralização, do Contrato de Serviços de Classificação de Risco, do Compromisso de Subscrição FIDC II e do Contrato de Colocação;
- (l) celebrar, em nome do FIDC II, o Contrato de Cessão, seus eventuais aditamentos, e todos os Termos de Cessão FIDC II;
- (m) executar, diretamente ou por meio da contratação do Agente Escriturador, serviços que incluam, dentre outras obrigações: (i) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome das Quotas; (ii) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome das Quotas; (iii) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado das Quotas, em perfeita ordem; e (iv) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas, sua propriedade e respectivo valor;
- (n) fazer a guarda física ou escritural dos documentos abaixo listados, por si ou por terceiros contratados, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal:
 - (i) extratos das Contas de Conciliação FIDC II e da Conta de Movimentação FIDC II, e dos comprovantes de movimentações de valores em tais contas;
 - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às ordens e aos procedimentos definidos neste Regulamento, no Compromisso de Subscrição FIDC II, ou no Contrato de Custódia;
 - (iii) documentos referentes aos Ativos Financeiros; e
 - (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do FIDC II;
- (o) informar imediatamente a Agência de Classificação de Risco:
 - (i) a substituição da Administradora, da Empresa de Auditoria, do Custodiante ou do Agente de Centralização de Recebimentos;
 - (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação FIDC II ou Evento de Liquidação FIDC II; e
 - (iii) a celebração de aditamentos ao Contrato de Cessão, Contrato de Custódia, Compromisso de Subscrição FIDC II e ao Contrato de Serviços de Centralização;
- (p) providenciar o registro, nos cartórios competentes (i) deste Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 1º deste Regulamento; e (ii) do Contrato de Cessão, seus eventuais aditamentos, e dos Termos de Cessão FIDC II;

U



- (iq) comunicar por escrito às Quotistas a ocorrência da hipótese prevista no Parágrafo 4º do Artigo 5º deste Regulamento, e
- (j) comunicar por escrito ao Custodiante, com copia para a Cliente FIDC, até o último dia útil de cada Período de Originação FIDC II, o VDCC e VDCC e no VDCC e VDCC, conforme o caso, relativos ao Período de Originação FIDC II imediatamente subsequente, juntamente com sua respectiva mensura de alienação, devendo fornecer ao Custodiante o valor do VDCC e VDCC aplicável ao próximo Período de Originação FIDC II, referente a cada série de Quotas Seriores, até o último dia útil do mês de pagamento do respectivo Preço de Aquisição FIDC II.

Artigo 10 É vedado à Administradora, em nome próprio:

- (a) prestar fiança, aval, acerto ou contragar-se sob quaisquer outra forma nas operações realizadas pelo FIDC II, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações em mercados de derivativos;
- (b) utilizar ativos de sua própria carteira ou obrigação como garantia das operações realizadas pelo FIDC II; e
- (c) efetuar aportes de recursos no FIDC II, de forma direta ou indireta, a qualquer título, resultada a hipótese de aquisição de Quotas.

Parágrafo Único As vedações de que tratam as alíneas (a) a (c) do caput deste Artigo abrangem as Partes Relacionadas da Administradora, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de custódia ou contrapartida dessas.

Artigo 11 É vedado à Administradora, em nome do FIDC II:

- (a) prestar fiança, aval, acerto ou contragar-se de qualquer outra forma;
- (b) realizar operações e negociar com ativos financeiros em desacordo com a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista no Capítulo V deste Regulamento;
- (c) aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
- (d) adquirir Quotas do FIDC II;
- (e) pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão de descumprimento de normas previstas na legislação aplicável;
- (f) vender Quotas do FIDC II a prelação;
- (g) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de rendidas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio, ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (h) obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa;
- (i) efetuar locação ou empréstimo, a qualquer título, dos Direitos Creditórios FIDC

II e Ativos Financeiros, no todo ou em parte;

- (j) criar qualquer tipo de gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios FIDC II e os Ativos Financeiros; e
- (k) emitir qualquer classe ou série de Quotas em desconformidade com este Regulamento.

Parágrafo Único. Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou pelas reuniões das Quotas Seniores, reunidas em Assembleia Geral, é vedado à Administração, em nome do FIDC II:

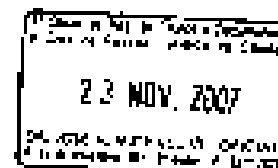
- (a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que possam gerar obrigações e deveres para o FIDC II, incluindo a contratação de quaisquer prestação de serviços;
- (b) dissolver, rescindir ou aditar o Contrato de Cessão;
- (c) dissolver, rescindir ou aditar o Contrato de Custódia, o Compromisso de Subscrição FIDC II, o Contrato de Serviços de Centralização, o Contrato de Colocação ou o Contrato de Serviços de Classificação de Risco, resultadas as alterações de caráter operacional em tais contratos que não acarretem qualquer prejuízo ao FIDC II; e
- (d) fornecer à abertura de contas-correntes bancárias, de investimento e de custódia, além daquelas previstas neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e à movimentação destas contas de forma diversa da para fins outros que não os especificamente previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão, no Compromisso de Subscrição FIDC II e no Contrato de Custódia.

Artigo 12. O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do FIDC II, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos Quotistas, bem como submeter à auditoria independente anual, que evidencie que as operações realizadas pelo FIDC II estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente, e que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado.

CAPÍTULO V - OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DE COMPOSIÇÃO, E DE DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 13. O objetivo do FIDC II é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste Capítulo, a valorização de suas Quotas, por meio da aquisição pelo FIDC II (i) de Direitos Creditórios FIDC II (ajustos a forma de Cessão FIDC II) e (ii) sujeitos à condição Suspensiva FIDC II, em ambos os casos juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações associados aos títulos dos Direitos Creditórios FIDC II, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e (iii) de Ativos Financeiros.

Parágrafo Único. O FIDC II buscará atingir para suas Quotas Seniores parâmetro de rentabilidade correspondente à 100% (cem por cento) da variação da Taxa DI, aferida do *Factor Spread* (o "Benchmark"), apurada com base em processo de *benchmarking* conduzido junto a investidores Qualificados, processo este que consiste na verificação da demanda pelas Quotas em diferentes níveis de cupem pré-fixado de juro. O *Factor Spread* efetivamente



Créditos - FIDC.

Artigo 18 As Credientes são responsáveis pela origem, existência e correta formulação dos Direitos Creditórios FIDC II, bem como pela liquidez e certeza dos valores a elas referentes.

Artigo 19 Os Direitos Creditórios FIDC II e Ativos Financeiros devem ser representados, custodiados ou mantidos, conforme o caso, em conta de depósito diretamente em nome do FIDC II, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM, reservando-se as aplicações do FIDC II em quotas de fundos de investimento financeiro.

Parágrafo Único Os Documentos Impondores ficam sob a guarda de cada uma das Credientes, conforme indicado na Cláusula X do Contrato de Cessão, de acordo com o previsto na referida Cláusula X.

Artigo 20 Os percentuais e limites referidos neste Capítulo serão cumpridos diretamente, com base no Patrimônio Líquido de cada um dos participantes ativos.

CAPÍTULO VI - FATORES DE RISCO

Artigo 21 Os Direitos Creditórios FIDC II e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações do mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao FIDC II e aos Quotistas, hipóteses em que as Credientes, a Administradora, a Custodiante, ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizadas, entre outros eventos: (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do FIDC II; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios FIDC II e os Ativos Financeiros, ou (iii) por equívocos próprios incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

Artigo 22 Quanto aos riscos associados ao investimento no FIDC II, destacam-se os seguintes:

- (a) Efeitos da política econômica do Governo Federal: O FIDC II, seus ativos, as Credientes e seus Corredores estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal, que intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações ao comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados das Credientes, os ativos financeiros do FIDC II, bem como a origem e o pagamento dos Direitos Creditórios FIDC II podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na legislação e regulamentação aplicáveis ao setor elétrico; (v) crises energéticas; (vi) alterações na política fiscal; e (vii) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventos nos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade do mercado de capitais.

-40

nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados das Cedentes, bem como a origem e liquidação dos Direitos Creditórios FIDC II pelos Consumidores.

A distribuição de energia elétrica e, conseqüentemente, a origem dos Direitos Creditórios FIDC II, está diretamente relacionada ao crescimento econômico e ao nível de investimento e consumo no País. Assim, a retração da economia brasileira, ocasionada por crises internas ou externas ou por ações governamentais, pode afetar negativamente os negócios das Cedentes, a origem e a liquidação dos Direitos Creditórios FIDC II.

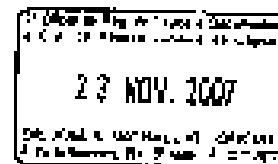
- (b) baixa liquidez Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando tal fato, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afeta de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimentos, inclusive a liquidez das Quotas do FIDC II.

Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. O FIDC II foi constituído sob a forma de condomínio fechado, o que impede o resgate de suas Quotas a qualquer momento e pode resultar em dificuldade adicional aos Quotistas para alienar seu investimento no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

- (c) Inexistência de garantia de rentabilidade O indicador de desempenho adotado pelo FIDC II para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo FIDC II, não constituindo garantia mínima de rentabilidade aos investidores. Caso as ações do FIDC II, incluindo os Direitos Creditórios FIDC II, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, a rentabilidade das Quotas será inferior à meta indicada neste Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio FIDC II, não representam garantia de rentabilidade futura.

- (d) Amortização e resgate condicionados às Quotas As únicas fontes de recursos do FIDC II para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas são a liquidação (i) dos Direitos Creditórios FIDC II pelos respectivos Consumidores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o FIDC II não dispõe de quaisquer outros recursos para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o FIDC II está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios FIDC II e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios FIDC II, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a



sugestão de antecipação em respeito das Quotas à liquidação dos Direitos Creditórios FIDC II e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as antecipações em respeito das Quotas ocorram nas datas originalmente previstas, não sendo devida, nessa hipótese, pelo FIDC II ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza.

- (c) Descausamento entre os Valores de Atualização dos Direitos Creditórios FIDC II e Ativos Financeiros em relação à Antecipação das Quotas Seniores. O FIDC II aplicará suas disponibilidades financeiras, predominantemente, em Direitos Creditórios FIDC II e, também, em Ativos Financeiros que compõem o Patrimônio Líquido. O preço dos Direitos Creditórios FIDC II adquiridos pelo FIDC II serão atualizados anualmente conforme estabelecido no Artigo 43 deste Regulamento, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação (observadas as disposições do Capítulo V deste Regulamento). Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado diariamente, sempre que o Patrimônio Líquido do FIDC II permitir, utilizando-se a variação da Taxa DI, que traça-se de índice pós-fixado, há possibilidade da ocorrência de descausamento entre os parâmetros de atualização (i) dos Direitos Creditórios FIDC II e dos Ativos Financeiros, e (ii) das Quotas Seniores. A Administradora não está autorizada a realizar quaisquer operações com instrumentos derivativos, inclusive para evitar o eventual descausamento descrito acima. A Administradora, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor do principal de suas aplicações, em virtude dessa diferença nos parâmetros de atualização.

- (d) Liquidação antecipada do FIDC II e resgate de Quotas. Este Regulamento prevê a hipótese nas quais o FIDC II poderá ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo qualquer uma dessas hipóteses, o FIDC II pode não dispor de recursos para pagamento às Quotas na hipótese de, por exemplo, os Direitos Creditórios FIDC II ainda não terem sido originados pelas Cederes e/ou liquidados pelas Consumidoras.

Deste modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade que o FIDC II objetiva, ou mesmo sofrer prejuízo do seu investimento não conseguindo recuperar o capital investido nas Quotas, e, ainda que recebam o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo FIDC II. Nesse caso, não será devida pelo FIDC II ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, qualquer multa ou penalidade.

- (e) Guarda dos Documentos Comprobatórios. Cada uma das Cederes será responsável pela guarda dos respectivos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios FIDC II, por ela cedidos ao FIDC II na qualidade de fiel depositária. Apesar de o Custodiante e o FIDC II terem o direito contratual de acesso restrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos pelas Cederes pode representar uma limitação ao FIDC II de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios FIDC II vencidos e não pagos.

- (f) Verificação da Existência de Obrigação de cada Cederes na Carteira de

- 4

Créditores FIDC II, por outras concessionárias de distribuição de energia elétrica. A CVG realizou consulta formal à ANEEL, acerca de opinião expressada pela agência de rating Standard & Poor's de que a cessão dos direitos creditórios seria válida não apenas para o grupo das Cedeiras, mas para qualquer concessionária futura que assumisse a operação originadora dos Direitos Creditórios FIDC II. A resposta proferida pela ANEEL, se deu nos termos do art. 19 da Lei das Concessões, a saber: "Diretorado: a autoridade não responde para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados das Concessionárias". Assim, caso ocorra a redução das concessões das Cedeiras, as obrigações assumidas pelas Cedeiras perante a cessão dos Direitos Creditórios FIDC II poderão não ser válidas com relação a futuras concessionárias de distribuição de energia elétrica que venham a assumir tais concessões. Ademais, a existência das concessões das Cedeiras não resultará, para o poder concedente, qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados das Cedeiras.

Artigo 25 Quando aos riscos associados aos Direitos Creditórios FIDC II e outros riscos diversos, destacam-se os seguintes:

- (a) Até a Data de Encerramento, os direitos originários originados pelas Cedeiras classificadas em Consumidores deverão ser cedidos propriamente ao FIDC I. Nos termos do Contrato de Cessão, não constituem Direitos Creditórios FIDC II: (i) os Direitos Creditórios Objeto de Cessão Definitiva FIDC I, (ii) os Direitos Creditórios Objeto de Cessão Condicional FIDC I, a partir do momento em que se der a implementação de qualquer das Condições do Contrato de Cessão FIDC I, e (iii) os Direitos Creditórios Objeto de Permuta Obrigatória FIDC I, nos termos da Cláusula VIII do Contrato de Cessão FIDC I. Além disso, o fluxo de amortização do FIDC II prevê uma carência de 24 meses na amortização de principal do FIDC II, de forma a permitir a manutenção de índices de garantia adequados a sua categoria de classificação de risco (rating) durante sua existência enquanto FIDC II.

De acordo com o Contrato de Cessão, durante o período compreendido entre a data de assinatura daquele instrumento e a Data de Encerramento, as Cedeiras estão obrigadas, em cada Período de Originação FIDC I, a transferir prioritariamente os direitos creditórios por elas gerados, com relação aos Consumidores ao FIDC I, de forma que serão cedidos ao FIDC II apenas os direitos creditórios gerados pelas Cedeiras com relação aos Consumidores que subjeitaram à Cessão FIDC I e que, por consequência, tenham sido originados durante o Período de Originação FIDC II.

Além disso, a cessão de Direitos Creditórios Objeto de Cessão Condicional FIDC I ao FIDC I deve ser realizada previamente à Cessão FIDC II, sendo seu pendente transferido pela Agência de Centralização de Recebimentos para as Contas de Conciliação do FIDC II somente quando não houver sido implementada, no respectivo Período de Originação FIDC I, nenhuma das condições suspensivas previstas no Contrato de Cessão FIDC I. Da mesma forma, a Permuta Obrigatória FIDC I deve ser realizada previamente à Cessão Secundária, sendo que os Direitos Creditórios FIDC II somente poderão ser transferidos pela Agência de Centralização de Recebimentos às Contas de Conciliação do FIDC II quando estes não puderem mais ser objeto de Permuta Obrigatória FIDC I.

Desse modo, até a Data do Encerramento, caso as Cederes não tenham direitos creditórios suficientes para cessar a carteira FIDC I e FIDC II, tais direitos creditórios serão cedidos prioritariamente ao FIDC I, não havendo, nesse caso, direitos creditórios para cessar ao FIDC II em quantidade suficiente para que seja atingido o Valor Mensal de Cessão Secundária no respectivo Período de Originação FIDC II. Ademais, no caso de liquidação antecipada do FIDC I, as Quotas do FIDC II estarão subordinadas à liquidação dos valores devidos aos Quotistas do FIDC I. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses poderá ocasionar atraso em manifestação de recursos para liquidação dos valores devidos aos titulares das Quotas Seniores do FIDC II, causando prejuízo ao FIDC II e aos Quotistas.

- (a) **Risco de mercado:** O desempenho dos Ativos Financieros que compõem a Carteira do FIDC II está diretamente ligado a alterações nas perspectivas macroeconômicas de mercado, o que pode causar oscilações em seus preços. Tais oscilações também poderão ocorrer como consequência de eventos relacionados às Cederes, bem como em função de alterações nas expectativas do mercado, acarretando mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos. As referidas oscilações podem afetar negativamente o desempenho do FIDC II e, consequentemente, a rentabilidade das Quotas.
- (b) **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre da capacidade das emissoras e ou emissoras dos ativos integrantes da Carteira do FIDC II e ou das contrapartes do FIDC II em operações com tais ativos em honrar em seus compromissos, conforme contratados. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras das emissoras dos referidos ativos e ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos dessas emissoras, provocando perdas para o FIDC II e para os Quotistas. Adicionalmente, a falta de capacidade e ou disponibilidade de pagamento de qualquer das emissoras dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do FIDC II, acarretará perdas para o FIDC II, podendo esse, inclusive, impedir em certos casos, a recuperação dos seus créditos.

O Contrato de Cessão dispõe que, caso qualquer Direito Creditório FIDC II não seja liquidado na data de seu vencimento, o Custodiante deverá proceder imediatamente à penhora do Direito Creditório FIDC II Permutável por um ou mais Direitos Creditórios FIDC II originados pela respectiva Cedente, com data de vencimento mais próxima da data de vencimento do respectivo Direito Creditório FIDC II Permutável e que, individualmente ou em conjunto, tenham, no mínimo, o mesmo valor nominal do Direito Creditório FIDC II Permutável. Caso a Cedente que originou o Direito Creditório FIDC II Permutável não venha a originar outros direitos creditórios para restituição da penhora, o FIDC II terá de proceder à cobrança do Direito Creditório FIDC II Permutável. Nesse caso, se o crédito não for recuperado contra o Devedor inadimplente, o Patrimônio Líquido do FIDC II será negativamente afetado.

Ademais, em certas hipóteses, o Contrato de Cessão poderá ser resolvido total ou parcialmente, ficando as Cederes com relação às quais o Contrato de Cessão foi resolvido obrigadas à restituição do Preço de Aquisição FIDC II pago pelas Diretas Creditórias FIDC II descaídas o valor dos Direitos Creditórios FIDC II efetivamente originados. Caso as Cederes com relação às quais o Contrato de Cessão foi resolvido não tenham capacidade de restituir os valores por elas devidos ao FIDC II, o FIDC II e os seus Quotistas poderão

sofrer prejuízos substanciais.

- (d) Liquidez das principais fontes de FIDC II. Os principais ativos do FIDC II são os Direitos Creditórios FIDC II a serem originados pelas Cedentes, os quais não possuem um mercado secundário desenvolvido ou organizada. Caso o FIDC II tenha de alienar os Direitos Creditórios FIDC II de sua titularidade, é possível que não haja interessados ou que o preço de alienação resulte em perdas para o FIDC II, o que resultará em prejuízo para os Quotistas.

- (e) Eficácia da cessão dos Direitos Creditórios FIDC II e inexistência de seguro de crédito (seguro garantia) das Cedentes. Os Direitos Creditórios FIDC II cedidos ao FIDC II são predominantemente direitos creditórios futuros, a serem originados pelas Cedentes durante o prazo e sujeito às condições do Contrato de Cessão. Por essa razão, a eficácia da cessão está condicionada a um evento futuro, que é justamente a origem dos Direitos Creditórios FIDC II. Caso não haja origem, o FIDC II não disporá de recursos para sustentar ou resgatar as Quotas.

Ademais, não há contratação de seguro pelo FIDC II, pela Administradora, pela Custodiante, pelas Cedentes, ou por suas respectivas Partes Relacionadas, que garanta a entrega de Direitos Creditórios FIDC II, no caso das Cedentes interromperem, por qualquer motivo, a distribuição de energia elétrica aos Consumidores, e, conseqüentemente, a geração dos Direitos Creditórios FIDC II. O FIDC II somente procederá à amortização ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios FIDC II sejam entregues pelas Cedentes, não havendo garantia de que as amortizações e o resgate ocorrerão integralmente nas datas programadas. Nessas hipóteses, não será devido pelo FIDC II, pela Administradora, pela Custodiante ou pelas Cedentes, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

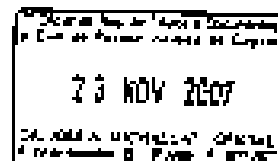
Caso contrário do descrito acima, caso os Direitos Creditórios FIDC II não sejam, por qualquer motivo, originados pelas Cedentes, o FIDC II e os seus Quotistas poderão sofrer prejuízos.

- (f) Inexistência de solidariedade entre as Cedentes. As Cedentes não são solidárias com relação às suas respectivas obrigações de origem dos Direitos Creditórios FIDC II, bem como com relação a qualquer outro tipo de obrigação assumida nos termos do Contrato de Cessão. Assim, cada Cedente está obrigada exclusivamente ao cumprimento de suas respectivas obrigações previstas no Contrato de Cessão e nos demais Documentos da Operação.

Nesse sentido, os potenciais Quotistas devem ainda notar, por exemplo, que: (i) o mecanismo de permuta obrigatória prevista na Cláusula VIII do Contrato de Cessão, principal mecanismo de mitigação dos efeitos do inadimplemento dos Direitos Creditórios FIDC II, só poderá ser implementado com relação a Direitos Creditórios FIDC II originados por uma mesma Cedente; e (ii) as obrigações assumidas por cada Cedente com o FIDC II são limitadas ao Percentual de Obrigação assumido individualmente por cada Cedente.

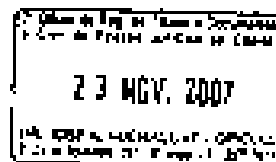
- (g) Inexistência de direito de regresso contra as Cedentes. A cessão ao FIDC II dos Direitos Creditórios FIDC II será realizada sem direito de regresso contra as Cedentes ou qualquer outra pessoa. As Cedentes somente são responsáveis pela origem, formulação, verificação e liquidez dos Direitos Creditórios FIDC II, bem como pela permuta dos Direitos Creditórios FIDC II. Permutaveis na

termos da Cláusula VIII do Contrato de Cessão.



Caso seja impossível realizar a permuta, por qualquer razão, as Credentes não serão responsáveis pela solvência dos Consumidores. Nesse caso, o procedimento de cobrança extrajudicial dos Direitos Creditórios FIDC II inadimplidos prevista neste Regulamento não assegura que os valores devidos ao FIDC II relativos a tais Direitos Creditórios FIDC II inadimplidos serão recuperados. Da mesma forma, não é possível assegurar a recuperação de valores devidos ao FIDC II decorrentes de Direitos Creditórios FIDC II inadimplidos em eventual procedimento de cobrança judicial. Dessa forma, na hipótese de inadimplência dos Direitos Creditórios FIDC II é possível que o FIDC II e os seus Quotistas venham a sofrer prejuízos.

- (b) Não haverá verificação do Inteiro dos Direitos Creditórios FIDC II de titularidade do FIDC II. Em face de ser devido valor médio dos Direitos Creditórios FIDC II, com base no qd do artigo 15 da RCM 159, o Custodiante não realizará a verificação do lastro dos Direitos Creditórios FIDC II de titularidade do FIDC II. Assim, tendo em vista que os documentos que lastrejam os Direitos Creditórios FIDC II podem conter irregularidades ou os vícios questionáveis judicialmente, que poderão obstar o pleno exercício pelo FIDC II das prerrogativas decorrentes de titularidade dos Direitos Creditórios FIDC II, e uma vez que o Custodiante (ou qualquer outra pessoa não autuada) sempre desses documentos (sem por desconhecimento a possibilidade de que essas irregularidades ou vícios sejam detectados e corrigidos se verificada a possibilidade de detecção de irregularidades quando há a verificação do lastro dos Direitos Creditórios FIDC II pelo Custodiante. Eventual inadimplência ou questionamento judicial relativo aos Direitos Creditórios FIDC II cujos documentos apresentem irregularidades ou vícios poderão acarretar prejuízos ao FIDC II e, consequentemente, aos Quotistas.
- (c) Risco decorrente da precificação dos Ativos Financeiros. Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, regras como as de precificação o mercado dos Ativos Financeiros ("mark-to-market"), poderão causar variações nos valores dos Ativos Financeiros, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas. Ademais, as variações de preço dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em razão de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer alterações nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudança significativa nos cenários econômico e político nacional e internacional.
- (d) Movimentação dos valores relativos aos Direitos Creditórios FIDC II de titularidade do FIDC II. Todos os recursos decorrentes da liquidação das Letras de Renda serão recebidos diretamente pelas Agências Arrecadoras, e transferidos diretamente para as Contas de Centralização de Recebimentos (cada Conta de Centralização de Recebimentos será de titularidade do Banco Itaú, agindo na qualidade de Agente de Centralização de Recebimentos). A Agência de Centralização de Recebimentos transferirá diretamente os recursos de titularidade do FIDC II das Contas de Centralização de Recebimentos para as respectivas Contas de Centralização FIDC II, com base nos relatórios disponibilizados pelo Custodiante na rede mundial de computadores. Tais relatórios serão gerados com informações dos Direitos Creditórios FIDC II que tenham sido originados e pagos, processadas com base nos arquivos fornecidos pelas Credentes nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Custódia.



FIDC II.

- (k) Propriedade das Quotas e dos Direitos Creditórios FIDC II. Apesar da Câmara do FIDC II ser constituída predominantemente pelos Direitos Creditórios FIDC II, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Direitos Creditórios FIDC II. Os direitos dos Quotistas não são exercidos sobre os ativos da Câmara do FIDC II de modo individualizado, mas sim de maneira proporcional, de acordo com o número de Quotas possuídas pelos Quotistas individualmente.
- (l) Inexistência de responsabilidade dos Quotistas acerca da validade da Cessão dos Direitos Creditórios FIDC II em caso de insolvência das Cedentes. O § 1º do artigo 136 da Lei nº 11.101/05 ("Nova Lei de Falências") estabelece que, na hipótese de securitização de créditos do falido, não será declarada a nulidade ou revogado o ato de cessão em prejuízo das diretrizes dos estatutos de valores mobiliários nestes lastreados. Considerando que a cessão de créditos ao FIDC II tem por objeto objetivos relativos à contraprestação por fornecimento de energia elétrica efetuada pelas Cedentes, bem como a inexistência de decisões judiciais sobre a aplicação do referido dispositivo legal, os Quotistas devem avaliar o risco de eventual contencioso judicial sobre a aplicação do referido norma com relação aos Direitos Creditórios FIDC II cedidos em caso de falência das Cedentes.
- (m) Emissão de Novas Quotas Subordinadas. Em determinadas situações previstas neste Regulamento, a Administradora poderá realizar diversas emissões de Quotas Subordinadas adicionais sem a emissão de Quotas Seniores adicionais, para fins de empadronamento da Base de Garantia e dos critérios de composição e diversificação da Câmara do FIDC II. Por esta razão, o Patrimônio Líquido do FIDC II poderá vir a ser representado por uma quantidade maior de Quotas Subordinadas do que de Quotas Seniores. Nessa hipótese, poderá haver uma diluição dos Quotistas titulares de Quotas Seniores no patrimônio do FIDC II a que, inclusive, poderá afetar o poder decisório dos Quotistas titulares das Quotas Seniores em Assembleia Geral.
- (n) As informações acerca do futuro das Cedentes contidas no Prospecto podem não ser precisas. O Prospecto pode conter informações acerca das perspectivas do futuro das Cedentes que refletem suas opiniões em relação ao desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolvem riscos e incertezas. Não há garantias de que o desempenho futuro das Cedentes seja consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das rendimentos indicadas no Prospecto, dependendo de vários fatores descritos no Prospecto. Os Quotistas são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações acerca do futuro das Cedentes e não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. As Cedentes não assumem nenhuma obrigação de atualizar ou revisar qualquer informação acerca das perspectivas de seus futuros, exceto pela que dispõem os artigos 8º e 13º da Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada, e a Instrução CVM 400, de 24 de dezembro de 2003.
- (o) Exatidão da Informação da Comissão de Cessão. O Despacho nº 2.102, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, que dispõe sobre a outorga e a venda dos direitos creditórios ao FIDC II, traz a seguinte redação: "Cada uma das empresas integrantes do grupo, nos limites financeiros respectivamente descritos

- (e) Leve aumento do índice de perdas das Cidades pode atingir adversamente a origem dos Direitos Creditórios FIDC II. As Cidades estão sujeitas a perdas técnicas e comerciais no desenvolvimento de suas atividades de distribuição. As perdas técnicas ocorrem no curso normal da atividade de distribuição de energia elétrica. Já as perdas comerciais decorrem de fraudes e ligações clandestinas de energia. Em virtude das medidas de racionalização impostas pelo Governo Federal em 2001 e 2002, que punam o consumo de energia acima dos limites estabelecidos, o número de fraudes aumentou. Medidas dessa natureza podem contribuir para um aumento nas perdas comerciais. Em 30 de setembro de 2007, o índice de perdas brutas relativo aos 12 meses anteriores a tal data era de 9,4% na CIELL, 3,6% na CIEH, 20,4% na SAELPA, 12,7% na ENERGIPI e 7,2% na CENF. Um aumento nas perdas de energia elétrica poderá afetar negativamente a situação financeira, o resultado das operações das Cidades e, conseqüentemente, sua capacidade de originar os Direitos Creditórios FIDC II.
- (f) Vencimento antecipado e "cross-default". Em virtude de contratos celebrados para a captação de recursos, as Cidades estão sujeitas a certas cláusulas e condições que determinam o vencimento antecipado da respectiva dívida contratual. Na hipótese de descumprimento de qualquer disposição dos referidos contratos, tomar-se-ão exigíveis os valores contratados (principal, juros e multa) objeto dos referidos contratos. O vencimento antecipado das obrigações das Cidades poderá acarretar sérios efeitos sobre sua situação financeira, considerando-se inclusive a prestação de vencimentos cruzado de outras obrigações das Cidades, conforme cláusulas presentes em diversos contratos de empréstimos e financiamentos por elas celebrados com terceiros, o que pode afetar as atividades operacionais das Cidades e a suas respectivas capacidades de originar os Direitos Creditórios FIDC II.
- (g) A cobertura de seguro das Cidades pode ser insuficiente. As Cidades mantêm seus seguros de acordo com suas respectivas políticas de seguros. Os seguros contratados pelas Cidades podem ser insuficientes para o resarcimento de eventuais danos. A ocorrência de sinistros que ultrapassem o valor segurado ou que não sejam cobertos pelos seguros contratados pode acarretar custos adicionais inesperados e significativos para as Cidades, acarretando um efeito adverso em suas atividades, resultados operacionais e condições financeiras, bem como afetando a origem dos Direitos Creditórios FIDC II.
- (h) Alteração do controle econômico das Cidades e suas possíveis consequências. As ações que representam o controle econômico de algumas das Cidades foram dadas em garantia de obrigações financeiras, o que permite a certos credores, em caso de inadimplência das obrigações garantidas, a executar a garantia real e, conseqüentemente, transferir o controle econômico de tais Cidades a terceiros.
- A alteração do controle econômico das Cidades depende da prévia autorização da ANEEL, que se não for obtida, poderá levar à extinção das suas respectivas concessões, o que poderá impossibilitar as Cidades de originar os Direitos Creditórios FIDC II.
- (i) Respeito aos padrões de qualidade dos serviços prestados nos Contratos de Concessão de prestação de serviços. Os Contratos de Concessão celebrados pelas Cidades estabelecem padrões de qualidade que devem ser observados na prestação de serviços objeto das respectivas concessões, entre os quais a constante melhoria dos padrões de qualidade. A natureza e a extensão de tais

melhorias dos serviços nos referidos Contratos de Concessão e as penalidades aplicáveis a um desempenho inferior aos níveis estabelecidos de qualidade dos serviços estão previstas na Resolução ANEEL nº 063, de 12.5.04 e incluem multa de até 2% do valor dos respectivos faturamentos, nos 12 (doze) meses anteriores à ocorrência da infração. Em caso de não cumprimento das penalidades ou determinações do Poder Concedente, para regularizar a prestação de serviços, este último poderá decretar a caducidade das concessões, hipótese na qual as Cederes que detêm as concessões passadas deixando de ser capazes de originar os Direitos Creditórios FIDC II (a) não poderá emitir prêmio ao FIDC II e aos Quilistas.

- (i) As Cederes podem perder a capacidade de originação dos Direitos Creditórios FIDC II. A capacidade das Cederes de originar os Direitos Creditórios FIDC II está diretamente ligada às suas condições de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica. No entanto, as concessões decididas pelas Cederes poderão ser extintas antes do termo final dos respectivos Contratos de Concessão nas seguintes hipóteses: (i) a encampação, pelo União, do serviço público de distribuição de energia elétrica; (ii) a decretação da caducidade da concessão pela União; (iii) a anulação dos Contratos de Concessão, decorrente de vício ou irregularidade constatados no procedimento ou no ato de outorga da concessão, ou fim da existência ou extinção das Cederes.

O Poder Concedente poderá, caso as Cederes não observem os respectivos padrões de qualidade e melhoria dos serviços de distribuição de energia elétrica, aplicar penalidades às Cederes e, observada a legislação em vigor, decretar a caducidade das concessões, o que impossibilitará as Cederes de originar os Direitos Creditórios FIDC II. Ademais, o completo atendimento desses padrões de serviços é requisito essencial para a renovação das concessões nos termos da Lei de Concessões e, portanto, para que as Cederes sejam capazes de continuar a prestar serviços de distribuição de energia elétrica.

No caso de término antecipado de suas respectivas concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica, as Cederes esperam que, caso seja verificada o interesse público pelo Poder Concedente, o FIDC II poderá manter o direito ao recebimento do produto da cobrança dos Direitos Creditórios FIDC II. Não obstante, consoante pela LVM no processo de registro do FIDC II, a ANEEL apresentou comentários nos quais introduz o § 5º do Artigo 15 da Lei de Concessões, que dispõe que declarada a caducidade da concessão, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária.

Por fim, as Cederes conduzem sua atividade de distribuição de energia elétrica de acordo com os Contratos de Concessão. A Constituição Federal da República Federativa do Brasil exige que todos as concessões de serviços públicos devam ser concedidas mediante licitação. Em 1995, em um esforço para implementar estes dispositivos constitucionais, o Governo Federal aprovou a Lei de Concessões, que rege os procedimentos de licitação. De acordo com a Lei de Concessões, mediante solicitação da concessionária, as concessões existentes poderão ser promovidas pelo Governo Federal, mediante requerimento efetuado pela concessionária, independentemente de ingresso no processo de licitação, contanto que a concessionária tenha atendido aos padrões mínimos de desempenho e que a proposta seja aceitável ao Governo Federal. Devido ao grau de discricionariedade conferido ao Governo Federal pela Lei de Concessões no que diz respeito à promoção de concessões existentes e dada a

A ocorrência de qualquer dos riscos acima descritos poderá resultar em prejuízos para o FIDC II e para os Quotistas ou mesmo a perda integral do investimento nos Quotas, que não são protegidas pelo FIDC II.

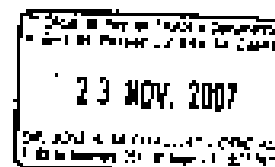
-

Artigo 35 Quando aos custos associados ao setor de energia elétrica brasileira.

- (a) A 3030-21-00, setor elétrico. O Governo Federal vem implementando um processo de reestruturação do setor elétrico brasileiro que resultou em mudanças significativas na legislação desse setor durante os últimos anos. Como parte dessa reestruturação, em 15 de março de 2004, o Governo Federal editou a Lei nº 10.848, que altera substancialmente as diretrizes até então vigentes e implementou o novo modelo do setor elétrico no Brasil. Na mesma data, foi editada a Lei nº 10.847, que autorizou a criação da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, que tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor elétrico nacional. Em agosto de 2004, foram promulgados os Decretos nº 4.163, 4.175, 4.177 e 4.184 que regulamentam as Leis nº 10.847 e 10.848.

✦

4



2006, o Supremo Tribunal Federal julgou em medida liminar, por 7 votos a 4, que a edição da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico para reger o setor elétrico não afrontava com a Constituição Federal. Não obstante, o julgamento da liminar considerou o novo modelo válido, não foi apreciado de forma definitiva o mérito da ação e uma decisão final sobre o tema depende do voto favorável da maioria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Não existe ainda uma decisão final sobre esse mérito e, portanto, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua em vigor.

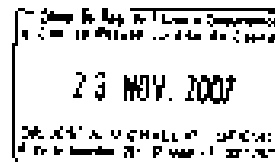
Se a nova lei do setor elétrico, ou parte dela, for considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, o marco regulatório introduzido pela nova lei do setor elétrico poderá perder a sua validade, gerando incertezas a respeito de quando e como o Governo Federal introduzirá novas mudanças no setor elétrico. Não é possível prever eventuais efeitos adversos da declaração de inconstitucionalidade da referida lei e do resultado do julgamento da ADIN no setor em que as Cederes atuam e no cumprimento das obrigações das Cederes para com os Concessionários, bem como na aquisição e entrega dos Direitos Creditórios EDC II ao FIDC II.

- (b) Obrigações de planejamento de mercado. Conforme previsto no novo modelo do setor elétrico brasileiro, os distribuidores de energia elétrica devem planejar, com antecedência de até cinco anos, a compra de energia no mercado regulado necessária para o atendimento de sua demanda nesse período. Da mesma forma, o novo modelo prevê a aplicação de penalidades para o caso de insatisfação de contratação e permite o repasse de até 103% da carga adquirida para o caso de contrapontos acima das necessidades dos distribuidores. Além dessas penalidades, existem limitações de repasse às tarifas dos preços de compra de energia, as quais variam em função da antecedência com que ocorre a aquisição. Fritas no planejamento do mercado pelas Cederes, poderão ocorrer penalidades ou a obrigação de adquirir energia adicional por preços ou condições menos vantajosas em relação às aquisições anteriores, sem o direito de repasse desse custo, no todo ou em parte, às tarifas, o que pode afetar as condições financeiras das Cederes e, eventualmente, as suas respectivas capacidades de compra dos Direitos Creditórios EDC II.

- (c) Revisão tarifária. Os reajustes das tarifas de distribuição cobradas pelas Cederes são fixados pela ANEEL, por meio da aplicação de uma fórmula paramétrica, que consta do contrato de concessão de distribuição. De acordo com essa fórmula e com as normas que regulam os contratos de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas praticadas por quaisquer distribuidores de energia elétrica são reajustadas automaticamente mediante prévia autorização da ANEEL. Revisões extraordinárias das tarifas praticadas por distribuidores de energia somente podem ocorrer quando fatos específicos afetarem os custos das concessionárias, prejudicando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, estando, assim, tais revisões fora do controle da administração de qualquer empresa do setor elétrico.

Existem regras específicas que limitam o repasse aos concessionários dos aumentos de custos relacionados à compra de energia elétrica de forma que as distribuidoras de energia podem não conseguir repassar aos concessionários eventuais aumentos nos preços de aquisição de energia elétrica. Não obstante a previsão de revisão de tarifas constantes dos contratos de concessão,

Além disso, um ano após o quinto reajuste anual, a partir da assinatura dos respectivos Contratos de Concessão, as tarifas praticadas pelas distribuidoras de



dos Diretos Creditários FIDC II cedidos ao FIDC II, implicando prejuízo ao FIDC II e aos Quotistas.

- (f) Imposições e restrições dos órgãos ambientais poderão implicar custos adicionais às Cedentes. As atividades e instalações relacionadas à transmissão e distribuição de energia elétrica das Cedentes estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento, relacionadas à proteção da saúde e do meio ambiente.

A inobservância das leis e regulamentos ambientais pode implicar, independentemente da obrigação de reparação de danos que eventualmente sejam exigidos, a aplicação de sanções de natureza penal, administrativa e privativa de liberdade. As sanções podem variar desde a imposição de advertências e multas, até a suspensão parcial ou total de atividades, podendo também incluir a perda ou restrição de determinados direitos e o cancelamento e suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de continuar com o poder público.

Custos incorridos pelas Cedentes relativos à adequação para o cumprimento da legislação ambiental, ou decorrentes do descumprimento de referida legislação, tais como obrigação de indenizar, imposição de multas e outras, poderão resultar em efeitos negativos sobre suas atividades, produção financeira e resultados operacionais das Cedentes e sua capacidade de originar os Direitos Creditários FIDC II.

- (g) Riscos decorrentes da regulamentação e fiscalização pelo ANEEL. A ANEEL pode impor penalidades às Cedentes caso estas deixem de cumprir com qualquer disposição da Lei de Concessões ou dos Contratos de Concessão. Tais penalidades variam de acordo com a gravidade do descumprimento, e incluem: (i) advertências; (ii) multas (semelhante a multa limitada a, no máximo, 2% da receita anual líquida de cada Cedente no exercício encerrado imediatamente antes da data da respectiva infração); (iii) embargo à construção de novas instalações e equipamentos; (iv) restrições à operação das instalações e equipamentos existentes; (v) suspensão temporária de participação em processos licitatórios de novas concessões; (vi) intervenção da ANEEL; (vii) extinção da concessão por caducidade. Ademais, o Poder Concedente detém poderes para extinguir as concessões devida pelas Cedentes antes do final de seu prazo, no hipótese de falência ou liquidação das Cedentes, ou por meio de encampação. As Cedentes, a Administradora, ou qualquer de seus Partes Relacionadas não podem garantir que as Cedentes não serão penalizadas pela ANEEL por descumprimentos dos Contratos de Concessão ou que as concessões de que as Cedentes são titulares não serão extintas no futuro. A indenização a que as Cedentes têm direito na ocorrência de eventual extinção da concessão pode não ser suficiente para recuperar o valor integral de certos ativos. Caso qualquer das concessões das Cedentes seja revogada em virtude de descumprimento das obrigações das Cedentes, o valor efetivo de compensação pelo Poder Concedente pode ser reduzido de forma significativa por meio da imposição de multas ou outras penalidades. Por consequente, a imposição de multas ou penalidades a qualquer Cedente, ou a extinção de qualquer concessão, pode afetar negativamente a origem dos Direitos Creditários FIDC II cedidos ao FIDC II, implicando prejuízo ao FIDC II e aos Quotistas.

4

106

CAPÍTULO VII - DIREITOS CREDITÓRIOS E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 26 Os Direitos Creditórios FIDC II cedidos e transferidos ao FIDC II, nos termos do Contrato de Cessão, compreendem os Direitos Creditórios FIDC II vinculados existentes na Data de Início de Originação FIDC II, mesmo que tenham sido originados e formalizados antes de tal data, e os Direitos Creditórios FIDC II a serem originados pelas Cedentes a partir da Data de Início de Originação FIDC II na integral liquidação das Obrigações do FIDC II, observadas as condições previstas nas Cláusulas II e III do Contrato de Cessão.

Parágrafo 1º Os Direitos Creditórios FIDC II serão originados nos termos dos contratos de distribuição de energia elétrica existentes entre as Cedentes e os Consumidores, e periodicamente formalizados por meio de Faturas de Energia.

Parágrafo 2º O FIDC II adquirentes de cada uma das Cedentes, na Data de Aquisição e Pagamento FIDC II, Direitos Creditórios FIDC II em valor correspondente ao montante devido pelo FIDC II com a distribuição da respectiva série de Quotas Seriores, multiplicado pelo Percentual de Cessão de cada Cedente.

Parágrafo 3º Em complementação ao disposto nos parágrafos primeiro e segundo deste Artigo 26, referentes ao processo de origemção e concessão dos Direitos Creditórios FIDC II, a cessão realizada nos termos do Contrato de Cessão compreende os Direitos Creditórios FIDC II vinculados existentes na Data de Início de Originação FIDC II, mesmo que tenham sido originados e formalizados antes de tal data, e os Direitos Creditórios FIDC II a serem originados pelas Cedentes a partir da Data de Início de Originação FIDC II.

Parágrafo 4º Para todas as cessões de Direitos Creditórios FIDC II realizadas nos termos do Contrato de Cessão, as Cedentes obrigam-se, em cada Período de Originação FIDC II, a partir da Data de Início de Originação FIDC II, a originar e formalizar os respectivos Direitos Creditórios FIDC II (i) objeto de Cessão FIDC II e (ii) objeto de Cessão FIDC II Com Condição Suspensiva, de acordo com o Valor Mensal da Cessão Semestral aplicável ao respectivo Período de Originação FIDC II, de modo a permitir ao FIDC II o recebimento dos recursos necessários à integral liquidação das Obrigações do FIDC II.

Parágrafo 5º Não haverá qualquer taxa de desconto para a aquisição dos Direitos Creditórios FIDC II, uma vez que os Direitos Creditórios FIDC II tratam-se de direitos creditórios não perigosos. Nos termos do Contrato de Cessão, serão entregues pelas Cedentes ao FIDC II tantos Direitos Creditórios FIDC II quantos forem necessários para que o FIDC II cumpra integralmente com todas as Obrigações do FIDC II no respectivo período, sendo que os Direitos Creditórios FIDC II serão cedidos pelas Cedentes ao FIDC II com base em seus respectivos valores nominais.

Artigo 27 O FIDC II somente adquirentes Direitos Creditórios FIDC II que atendam, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade (os "Critérios de Elegibilidade FIDC II"):

- (a) deverá ser direitos creditórios de titularidade das Cedentes originados ou a serem originados em decorrência da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica aos Consumidores domiciliados nos Municípios Selecionados, ou nos Municípios Adicionadas em Razão de Inadimplência, desde que exclusivamente na hipótese de cessão de Direitos Creditórios FIDC II (os Municípios Adicionadas em Razão de Inadimplência prevista na Cláusula VI do Contrato de Cessão);
- (b) a Administradora deverá ter confirmado, na Data de Encerramento por escrito:

ao Custodiante, que os Adiantamentos aos Contratos de Arrendamento foram efetuados por cada uma das Cedentes, os respectivos Agentes Arrendadores e o Agente de Centralização de Recebimentos, satisfazendo os depósitos, pelos Agentes Arrendadores, da totalidade dos recursos oriundos da liquidação das Faturas de Energia nas Contas de Centralização de Recebimentos.

- (c) a autorização da ANEEL para a cessão dos Direitos Creditórios FIDC II, cuja comprovação deverá ter sido fornecida pela Administradora ao Custodiante, deve ter sido obtida até a Data de Arrecação e Pagamento FIDC II; e
- (d) devem ser atendidos os requisitos e condições previstos no Parágrafo 1º abaixo.

Parágrafo 1º A cessão de Direitos Creditórios FIDC II deverá observar o seguinte:

- (a) CH FIDC II não poderá adquirir os seguintes direitos creditórios:

(i) os Direitos Creditórios cedidos ao FIDC I a título definitivo nos "Direitos Creditórios Objeto de Cessão Definitiva FIDC I";

(ii) os Direitos Creditórios cedidos ao FIDC I sob condição suspensiva nos "Direitos Creditórios Objeto de Cessão Condicional FIDC I" a partir do momento em que se verificar a implementação de qualquer das condições previstas no Contrato de Cessão FIDC I; e

(iii) os Direitos Creditórios pertencentes nos termos da Cláusula VIII do Contrato de Cessão FIDC I (os "Direitos Creditórios Objeto de Permuta Obrigatória FIDC I" e a "Permuta Obrigatória FIDC I", respectivamente)

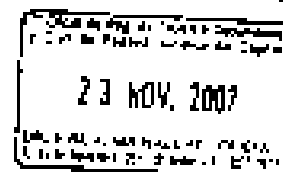
(b) Salvo o disposto em dos itens (c) e (d) acima, em cada Período de Originação FIDC I, as Cedentes transferem prioritariamente, em ordem cronológica de vencimento, os direitos creditórios ao FIDC I (a "Cessão FIDC I"), de forma que serão cedidos ao FIDC II apenas os direitos creditórios que sobejarem à Cessão FIDC I e que, por consequência, também são originados durante o Período de Originação FIDC II (a "Cessão FIDC II" e os "Direitos Creditórios Objeto de Cessão FIDC II", respectivamente).

(c) Os Direitos Creditórios Objeto de Cessão Condicional FIDC I poderão ser transferidos ao FIDC II, desde que não tenha sido verificada nenhuma condição que impeça a Cessão Condicional FIDC I, sendo considerados, para os efeitos do Contrato de Cessão e desta Regulamentação, como Direitos Creditórios FIDC II.

(d) Uma vez atingido o Valor Mensal da Cessão FIDC II em cada Período de Originação FIDC II, os próximos Direitos Creditórios FIDC II vindentes por ordem cronológica de vencimento, que atendam aos Critérios de Elegibilidade FIDC II, até o Valor Mensal da Cessão FIDC II Com Condição Suspensiva, estarão sujeitos à cessão sob condição suspensiva, nos termos da Cláusula 3.1.2 do Contrato de Cessão (a "Cessão FIDC II Com Condição Suspensiva" e os "Direitos Creditórios FIDC II Objeto de Cessão Com Condição Suspensiva", respectivamente).

(e) Após a Data de Fiquermimento, a Cessão FIDC I extingue-se de pleno direito, passando as Cedentes a transferir prioritariamente ao FIDC I, em ordem cronológica de vencimento, os Direitos Creditórios FIDC II originados durante o respectivo Período de Originação FIDC II.

Parágrafo 2º A verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios FIDC II aos



Condições de Elegibilidade FIDC II será de responsabilidade exclusiva do Custodiante e, desde que observados os termos e condições deste Regulamento e do Contrato de Cessão, será definitiva.

Artigo 28 Nos termos do Contrato de Cessão, a Cessão engloba, em cada Período de Originação FIDC II até a integral liquidação das Obrigações do FIDC II, os Direitos Creditórios Objeto de Cessão FIDC II e os Direitos Creditórios FIDC II Objeto de Cessão Com Condição Suspensiva, observado o Percentual de Cessão de cada Cedente na Cessão Secundária.

Parágrafo 1º Os Direitos Creditórios Objeto de Cessão FIDC II que atendam aos Condições de Elegibilidade FIDC II serão cedidos ao FIDC II em quantidade suficiente a atingir o Valor Mensal da Cessão FIDC II, cabendo ao Agente de Centralização de Recebimentos transferir seu produto para as Contas de Consolidação FIDC II.

Parágrafo 2º A Cessão de Direitos Creditórios Objeto de Cessão Condicional FIDC I preferir à Cessão FIDC II, sujeitando-se esta aos termos e condições daquela, devendo ser realizada previamente à Cessão FIDC II, sendo seu produto transferido pelo Agente de Centralização de Recebimentos para as Contas de Consolidação FIDC II somente quando não houver sido implementada, no respectivo Período de Originação I, nenhuma das condições suspensivas previstas no Contrato de Cessão FIDC I.

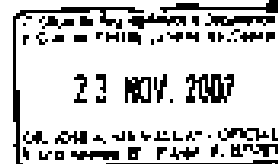
Parágrafo 3º Da mesma forma, a Permuta Obrigatória FIDC I deve ser realizada previamente à Cessão Secundária, sujeitando-se esta aos termos e condições daquela, sendo que o produto dos Direitos Creditórios FIDC II somente poderá ser transferido pelo Agente de Centralização de Recebimentos para as Contas de Consolidação FIDC II quando tais Direitos Creditórios FIDC II não puderem mais ser objeto de Permuta Obrigatória FIDC I.

Parágrafo 4º Após a Data de Encerramento, a Cessão compreenderá todos os Direitos Creditórios FIDC II existentes na Data de Início de Originação FIDC II, mesmo que tenham sido originados e formalizados antes de tal data, e os Direitos Creditórios FIDC II a serem originados pelos Cedentes a partir da Data de Início de Originação FIDC II até a integral liquidação das Obrigações do FIDC II, observado o disposto no Contrato de Cessão.

Artigo 29 Os Direitos Creditórios FIDC II cedidos ao FIDC II, nos termos da Cláusula 2.4.1. do Contrato de Cessão, dependem da verificação das condições suspensivas previstas na Cláusula 16.1 do Contrato de Cessão para se somarem de titularidade do Cessionário (as "Condições Suspensivas FIDC II").

Artigo 30 As Cedentes responsabilizam-se, nos termos do Contrato de Cessão, pela origemação, existência e correta formalização dos Direitos Creditórios FIDC II, bem como pela liquidez e certeza dos valores a eles referentes.

Artigo 31 As Cedentes obrigam-se e autorizam o Custodiante, nos termos da Cláusula VIII do Contrato de Cessão, a realizar a permuta de: (a) Direitos Creditórios FIDC II que tenham sido pagos total ou parcialmente em cheques, exceto aqueles pagos em cheques junto a Agências Americanas que sejam instituições financeiras; (b) Direitos Creditórios FIDC II que não tenham sido pagos pelos Consumidores, por qualquer motivo, junto aos Agentes Aceceptadores, na respectiva data de vencimento; (c) Direitos Creditórios Objeto de Cessão FIDC II, quando implementada qualquer dos eventos de avaliação e ou de liquidação previstos no Contrato de Cessão FIDC I, sendo (a) permuta realizada em benefício do FIDC I, e (c) Direitos Creditórios FIDC II cujas respectivas faturas de fôlego tenham sido canceladas, por um ou mais desses eventos que tenham, individualmente ou em conjunto, no mínimo o mesmo valor nominal dos Direitos Creditórios FIDC II Permutáveis mencionados nos itens (a), (b), (c) e (d) deste Artigo, e com data de vencimento mais próxima da data de vencimento dos



referência Direitos Creditícios FIDC II Permutáveis.

Parágrafo 1º A permuta prevista no caput deste Artigo será realizada entre Direitos Creditícios FIDC II Permutáveis e Direitos Creditícios FIDC II Cedidos em Permuta com data de vencimento em um mesmo Período de Originação FIDC II.

Parágrafo 2º As permutas realizadas nos termos da Clausula VIII do Contrato de Cessão serão realizadas sob condição resolutiva, extinguindo-se cada permuta, para todos os fins do Contrato de Cessão, caso o Direito Creditício FIDC II Permutável, seja paga antes do pagamento do correspondente Direito Creditício FIDC II Cedido em Permuta com data de vencimento mais próxima da data de vencimento do referido Direito Creditício FIDC II Permutável.

Parágrafo 3º Na hipótese de não pagamento dos Direitos Creditícios FIDC II nas suas respectivas datas de vencimento, desde que não seja possível a realização da permuta prevista no caput deste Artigo, observadas as demais condições previstas na Clausula VIII do Contrato de Cessão, as(a) respectiva(s) Cedente(s) deverão(ão) adotar, a partir do 1º (primeiro) dia útil do Período de Originação FIDC II subsequente ao Período de Originação FIDC II em que se verificar o vencimento e não pagamento do respectivo Direito Creditício FIDC II, os competentes procedimentos de cobrança contra o Consumidor inadimplente de acordo com sua respectiva Política de Cobrança, sem prejuízo do direito do FIDC II de adotar outros procedimentos ou medidas de cobrança, judiciais ou extrajudiciais, necessárias à salvaguarda e cobrança de seus direitos e prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditícios FIDC II.

Parágrafo 4º O Anexo II a este Regulamento contém a descrição detalhada da atual Política de Cobrança adotada por cada Cedente, e deverá ser adotada e registrada na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º sempre que houver qualquer alteração relevante na Política de Cobrança de qualquer das Cedentes, a critério exclusivo da Administradora, desde que a Administradora tenha sido informada da respectiva alteração nos termos do item 9.4 do Contrato de Cessão.

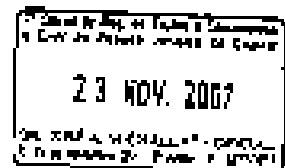
Parágrafo 5º O Custodiante será responsável pelo fornecimento às Cedentes, no 1º (primeiro) dia útil de cada Período de Originação FIDC II, de seleção dos Direitos Creditícios FIDC II inadimplentes que não tenham sido objeto de permuta no Período de Originação FIDC II imediatamente anterior.

CAPÍTULO VIII - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 32 Pela administração e gestão do FIDC II, a Administradora receberá taxa de administração equivalente ao maior valor entre o: (i) valor fixo mensal de R\$ 15.000 (quinze mil reais); e (ii) percentual anual de 0,10% (zero vírgula dez por cento) sobre o valor do Patrimônio Líquido do FIDC II.

Parágrafo 1º A taxa de administração será paga à Administradora em cada Período de Originação FIDC II, por período vencido, até o 5º (quinto) dia útil do Período de Originação FIDC II subsequente ao dos serviços prestados.

Parágrafo 2º A taxa de administração será calculada sobre o valor diário do Patrimônio Líquido do FIDC II do dia anterior à realização do referido cálculo, à taxa de "1/152" (um sobre duzentos e cinquenta e dois anos) de forma linear, de percentagem referida acima, e informada ao Custodiante em cada Período de Originação FIDC II.



Parágrafo 1º A Administradora não receberá taxa de performance.

Parágrafo 2º Os valores em reais mencionados neste Artigo serão reajustados anualmente, a partir da 1ª Data de Entrada das Quotas, pela variação do IGP-M ou de outro índice de mercado, na hipótese de extinção do IGP-M, que venha a ser aprovado pela Assembleia Geral.

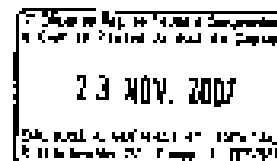
Artigo 33 Constituem encargos do FIDC II, além da taxa de administração, as seguintes despesas (as "**Encargos do FIDC II**"):

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FIDC II;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (c) despesas com correspondência de empresa do FIDC II, inclusive comunicação aos Quotistas;
- (d) honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria;
- (e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do FIDC II, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correntes feitas em defesa dos interesses do FIDC II, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser verçado, observado o disposto no Capítulo XVIII;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do FIDC II ou à realização de Assembleia Geral, inclusive despesas com a abertura e manutenção das Contas de Centralização de Recebimentos, das Contas de Consolidação FIDC II e da Conta de Movimentação FIDC II;
- (h) taxas de custódia dos ativos integrantes da Carteira do FIDC II;
- (i) contribuição anual devida às bolsas de valores ou a entidade do mercado de futuros organizado em que o FIDC II tenha suas Quotas admitidas à negociação;
- (j) despesas com a contratação da Agência de Classificação de Risco.

Parágrafo Único Qualquer despesas não previstas neste Capítulo como Encargos do FIDC II correrão por conta da Administradora.

Artigo 34 A Administradora poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo FIDC II aos prestadores de serviços por ela contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração fixada no Artigo 32 deste Regulamento.

Artigo 35 Sem prejuízo das responsabilidades da Administradora e do Diretor Designado, poderão ser constituídos comitês consultivos, por iniciativa dos Quotistas ou da própria Administradora, observado que tais órgãos não poderão ser remunerados.

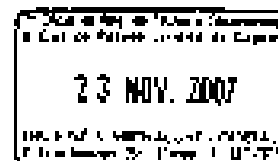


CAPÍTULO IX - QUOTAS

Artigo 36 O FIDC II poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores observando que:

- (a) a emissão de nova série é condicionada à integral colocação da série anterior ou ao cancelamento de saldo não colocado;
- (b) somente poderão ser emitidas novas séries de Quotas Seniores para fins de aquisição de Direitos Creditórios FIDC II Adicionais ou de Direitos Creditórios FIDC II dos Municípios Adicionais, conforme previsto, respectivamente, nas Cláusulas V e VI do Contrato de Cessão, exceto conforme previsto diversamente neste Regulamento e no Contrato de Cessão;
- (c) deve ser transmitido nas Centrais de Centralização de Recebimentos, em cada um dos (seis) Períodos de Originação FIDC II imediatamente anteriores à cada emissão de nova série de Quotas Seniores, pelo menos 1 (um) vezes o Valor Mensal da Cessão FIDC II dos referidos Períodos de Originação FIDC II;
- (d) tenha sido verificada pela Administradora que, uma vez computada pro forma o valor de nova emissão de série de Quotas Seniores, em cada um dos (seis) Períodos de Originação FIDC II imediatamente anteriores à data prevista para tal emissão, transmitidos nas Centrais de Centralização de Recebimentos, o mesmo em valor superior ao Valor Mensal da Cessão FIDC II dos referidos Períodos de Originação FIDC II, também calculado pro forma;
- (e) depois de computada pro forma a aquisição dos Direitos Creditórios FIDC II a ser realizada com os recursos oriundos da integralização de cada série de Quotas Seniores, o FIDC II atenda à Razão de Garantia, à Alocação Mínima e à Reserva de Recursos exigidas;
- (f) a emissão de qualquer nova série de Quotas Seniores não pode alterar o reclassamento da classificação de risco vigente para as Quotas Seniores das séries em circulação, e a classificação de risco mínima das Quotas Seniores das séries em circulação, atribuída pela Agência de Classificação de Risco, deve ser AA- em escala nacional;
- (g) nenhum Evento de Avanço FIDC II tenha ocorrido nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores e esteja em vigor;
- (h) exceto pelos termos e condições previstos no Suplemento de cada série, as séries obedecerão aos respectivos Quilistas os direitos, privilégios e vantagens, sendo expressamente vedada a emissão de série que confira aos seus titulares direitos, privilégios e vantagens distintos; e
- (i) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º deste Regulamento.

Parágrafo 1º Cada emissão de séries de Quotas Seniores pelo FIDC II deverá ser, necessariamente, precedida do preenchimento do Suplemento da respectiva série, na forma do Anexo II a este Regulamento, o qual deverá conter as seguintes informações relativas a série: (a) quantidade mínima e máxima de Quotas Seniores; (b) Data de Emissão; (c) Período de Cessão; (d) Data de Resgate; e (e) Fator Spread (cada um desses documentos doravante denominado "Suplemento").



Subordinadas, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Os demais Valores Unitários de Emissão das Quotas Subordinadas serão determinados de acordo com o previsto na alínea (c) acima.

- (c) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, antecipação ou resgate, de acordo com os critérios definidos no Artigo 44 deste Regulamento;
- (d) direito de votar nas Assembleias Gerais exclusivamente nas hipóteses previstas no Parágrafo Único do Artigo 6º e no Artigo 76 deste Regulamento, sendo que a cada Quota FIDC II (correspondência 1 (um) voto);
- (e) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas.

Parágrafo 2º Após o encerramento da primeira distribuição de Quotas Subordinadas, a Administradora poderá realizar nova distribuição de Quotas Subordinadas, em número indeterminado, sem a necessidade de aprovação dos titulares das Quotas em circulação na reunião, devendo, para tanto, serem observados todos os procedimentos de protocolo e divulgação definidos na legislação e regulamentação aplicável.

Artigo 18 As Quotas são transferíveis e terão a forma eventual, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

Artigo 19 As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação FIDC II.

CAPÍTULO X - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

Artigo 40 As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 43 e 44 deste Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados e/ou pelas Cédulas, conforme o caso, à disposição do FIDC II (valor da Quota de 10 + 0), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o extrato de conta corrente como recibo de quitação.

Artigo 41 A emissão de Quotas caracterizar-se-á pela abertura, pelo Agente Emissor, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista. Os Investidores Qualificados poderão efetuar aplicações de recursos no FIDC II diretamente com a Administração, observado o disposto no Artigo 40 acima e as normas e regulamentos aplicáveis.

Parágrafo 1º Quando de seu ingresso no FIDC II, cada Quotista deverá assinar o Termo de Adesão ao Regulamento, e indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de contato eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora nos termos deste Regulamento.

Parágrafo 2º No ato de subscrição de Quotas Seniores, o subscritor (i) assinará o boleto de subscrição (que também será assinado pela Administradora), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas na forma prevista no anúncio de início de distribuição da respectiva série de Quotas Seniores, respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento.

Parágrafo 3º O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Emissor será o

documentos habilit para entregar: (i) a obrigação da Administradora, perante o Quocista, de cumprir as prescrições constantes desse Regulamento e das demais normas aplicáveis ao FIDC II, e (ii) a perpetuidade do número de Quotas pertencentes a cada Quocista.

Artigo 42 Não serão cobradas das Quocistas taxas de ingresso no de fundo do FIDC II pela Administradora.

Artigo 43 A partir da 1ª Data de Fim de Série de Quotas Seniores, seu respectivo valor unitário será calculado toda dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação, e (ii) o valor obtido através da seguinte fórmula:

$$VQS_d = (VQS_{d-1} - VAP_{d-1}) \times Fator DI$$

onde:

VQS_d é o valor unitário da Quota Senior da respectiva série na data de cálculo *d*, entendido com 5 (cinco) casas decimais, sem arredondamento;

VQS_{d-1} é o valor unitário da Quota Senior da respectiva série no dia útil imediatamente anterior à data de cálculo *d*, calculado com 5 (cinco) casas decimais, sem arredondamento;

VAP_{d-1} é o valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago por Quota Senior da respectiva série, no dia útil imediatamente anterior à data de cálculo *d*;

Fator DI é o fator correspondente à Taxa DI, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$Fator DI = \left(1 + \left(\frac{Taxa DI}{100} \right) \right)^{\left(\frac{FS}{100} \times \frac{1}{360} \right)}, \text{ onde:}$$

Taxa DI_k é a Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, sendo:

$$Taxa DI_k = \left[\frac{Taxa DI_k}{100} + 1 \right]^{\frac{1}{360}} - 1, \text{ onde:}$$

k = 1, 2, ..., n, e

Taxa DI_k é a Taxa DI, utilizada com 2 (duas) casas decimais, válida para o dia "k" imediatamente anterior à data de cálculo *d*, e

FS é o Fator Spread informado no Suplemento de Cada Série de Quotas Seniores.

Parágrafo 1º No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do apuração do valor das Quotas Seniores, será utilizada, em substituição, a última Taxa DI

4

conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do FIDC II quanto pelos titulares de Quotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

Parágrafo 2º Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI para definição do valor das Quotas Seniores, ou de ausência de aplicação ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis consecutivos, ou a 1ª (primeira) dias úteis elapsados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência de qualquer desses eventos, a Administração deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, para que seja deliberado pelos Titulares das Quotas Seniores o novo parâmetro a ser utilizado para a definição do valor das Quotas Seniores. Neste caso, os titulares de Quotas Subordinadas poderão sugerir um parâmetro alternativo, sendo certo, entretanto, que caso não concordem com o parâmetro aprovado na Assembleia Geral, terão o poder de veto à adoção do referido parâmetro. Até a data de deliberação do novo parâmetro será utilizada, para cálculo do valor das Quotas Seniores, a mesma taxa diária ponderada pela última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do FIDC II quanto pelos titulares de Quotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

Parágrafo 3º Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores, definidos no corpo deste Artigo, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas Quotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessas ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte das Cedeiras, da Administração, do FIDC II ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não terão, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas, ressalvada a hipótese do Artigo 92 deste Regulamento.

Artigo 34 A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado com base no (n) por cento de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores em circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de cálculo.

CAPÍTULO XI - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS E RESERVA DE RECURSOS

Artigo 35 As Quotas Seniores de cada série serão resgatadas integralmente pelo FIDC II nas respectivas Datas de Resgate.

Artigo 36 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 67 deste Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o FIDC II tenha disponibilidades para tanto, o FIDC II procederá, no primeiro dia útil de cada Período de Originação FIDC II (o "Período de Amortização"), à Amortização Periódica de cada uma das Quotas Seniores, sendo certo que a primeira Data de Amortização de cada série será o primeiro dia útil do Período de Originação FIDC II subsequentemente ao Período de Originação FIDC II em que ocorrer a 1ª Data de Emissão, observada o prazo mínimo de 30 (trinta) dias entre a referida 1ª Data de Emissão e a respectiva Data de Amortização. O valor da Amortização Periódica será obtido pela aplicação da seguinte fórmula, em relação a cada série de Quotas Seniores:

$$VAP_n = PQS \times \text{FatorPMT}$$

4

onde:

VAP_p é o valor unitário da Amortização Periódica da Quota Sênior da respectiva série, na Data de Amortização referente ao Período de Originação FIIX II "P";

VQ_N é o valor unitário da Quota Sênior da respectiva série, no primeiro dia útil do Período de Originação FIIX II "P", subtraído o valor da Amortização Periódica efetivamente pago na mesma data, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

FatorPMT é o fator correspondente à amortização, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo, observando que no Período de Carência aplicável a cada série de Quotas Seniores o Fator PMT será igual a SDI = 1:

$$\text{FatorPMT} = \frac{(SDI - 1) \times SDI^N}{SDI^N - 1}, \text{ onde:}$$

N é o número inteiro de Períodos de Originação FIIX II restantes até a Data de Resgate da respectiva série de Quotas Seniores, incluindo o Período de Originação FIIX II anterior à data de cálculo do valor da Amortização Periódica;

SDI é o resultado da seguinte fórmula, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento:

$$SDI = \prod_{i=1}^N \left(1 + \frac{Taxa DI_i}{100} \right) = \frac{FS}{100} + 1, \text{ onde:}$$

N é o número de dias do Período de Originação FIIX II "P";

Taxa DI_i é a Taxa DI_i, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, sendo:

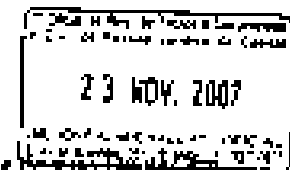
$$Taxa DI_i = \left(\frac{Taxa DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{k}} - 1, \text{ onde:}$$

k = 1, 2, ..., N;

FS é o Fator Nominal informado no Suplemento de Cada Série de Quotas Seniores;

Taxa DI_k é a Taxa DI_k, utilizada com 2 (duas) casas decimais, válida para o dia "k".

Artigo 47 Os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas não



poderão, em nenhuma hipótese, ex. gr. do FIDC II a amortização ou o resgate das Quotas Subordinadas em condições diversas das previstas neste Regulamento.

Artigo 48 – Desde a 1ª Data de Formação de Quotas Setoriais até a liquidação integral das Obrigações do FIDC II, a Administradora constituirá e manterá reserva de recursos (a “Reserva de Recursos”), cujo valor será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Reserva de Recursos} = \sum_{P=1}^n (VAP_P + DFF_P)$$

P – é cada Período de Originação FIDC II;

VAP_P – é o valor estimado da Amortização Periódica da série de Quotas Setoriais, calculada de acordo com o Artigo 46 deste Regulamento;

DFF_P – é o valor dos Encargos do FIDC II estimado pela Administradora para cada Período de Originação FIDC II (“P”).

Parágrafo 1º – No 31º (vigésimo) dia de cada Período de Originação FIDC II (a “Data de Verificação”), a Administradora verificará o saldo da Reserva de Recursos e realizará o cálculo do valor necessário à sua recomposição (o “VNR”) de acordo com a fórmula abaixo prevista:

$$\text{VNR} = \text{Reserva de Recursos} - \text{Ativos Financeiros}$$

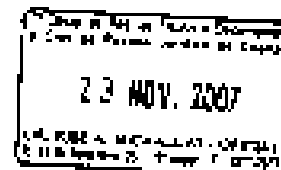
Parágrafo 2º – O VNR calculado em cada Período de Originação FIDC II deverá compor o VDCC ou o VDCC’, conforme o caso, do Período de Originação FIDC II subsequente, conforme previsto no item 3.5 do Contrato de Cessão.

Artigo 49 – Observada a Previsão de Cessão de cada Cedente, cada uma das Cedentes terá o direito de subscrever Quotas Subordinadas para fins de recomposição do valor da Reserva de Recursos em cada Período de Originação FIDC II, sempre que for verificado pela Administradora que o VNR aplicável a cada um dos Períodos de Originação FIDC II, obtido através da aplicação da fórmula prevista no Parágrafo 1º do Artigo 48 deste Regulamento, é superior a zero.

Parágrafo 1º – Para fins do previsto no caput deste Artigo, em cada Período de Originação FIDC II, a Administradora deverá comunicar à Cedente Líder o VNR aplicável ao Período de Originação FIDC II subsequente, em até 2 (dois) dias úteis após a respectiva Data de Verificação.

Parágrafo 2º – A Cedente Líder deverá comunicar à Administradora, em até 2 (dois) dias úteis contados da comunicação prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a quantidade de Quotas Subordinadas que cada Cedente está disposta a subscrever e a respectiva data de subscrição, observando o previsto no Parágrafo 3º deste Artigo.

Parágrafo 3º – A subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas pelas Cedentes, para fins do previsto neste Artigo, deve ser realizada, em modo corrente mensal, até o último dia útil do Período de Originação FIDC II anterior ao Período de Originação FIDC II a que se refere o VNR. Caso a subscrição e integralização das novas Quotas Subordinadas não ocorra de acordo com o previsto neste Parágrafo 3º, o VNR será considerado pela Administradora para fins de cálculo do VDCC ou do VDCC’, conforme o caso, do Período de Originação FIDC II subsequente.



CAPÍTULO XII - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Artigo 50 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 47 deste Regulamento, a Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros depositados na Conta de Movimentação FIDC II (i) aos titulares das Quotas Seniores, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os Artigos 42 e 46 deste Regulamento; e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas na hipótese prevista no Artigo 46 deste Regulamento ou após o resgate integral das Quotas Seniores, nos montantes apurados conforme o Artigo 44 deste Regulamento.

Parágrafo 1º A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Parágrafo 2º Os recursos depositados na Conta de Movimentação FIDC II deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Especializado, nos respectivos Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

Parágrafo 3º Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 63 deste Regulamento, em Direitos Creditórios FIDC II.

Parágrafo 4º Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um dia útil, a Administradora efetuará o pagamento no dia útil imediatamente subsequente, sem qualquer incidência nos valores devidos.

CAPÍTULO XIII - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 51 As Quotas Seniores serão registradas para negociação em bolsa de valores ou sistema de bolsa organizado, a critério da Administradora, tais como o SOMA IX ou a CBTIP, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou encargos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

Artigo 52 Na hipótese de negociação de Quotas, a transferência de titularidade ocorrerá concomitantemente à efetiva liquidação da operação, de acordo com o disposto na regulamentação aplicável e com os procedimentos de liquidação das respectivas entidades nas quais as Quotas serão negociadas.

Artigo 53 As Quotas Subordinadas somente poderão ser registradas entre as Cedentes.

CAPÍTULO XIV - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 54 Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos Creditórios FIDC II devem ser registrados pelo valor efetivamente pago.

Artigo 55 Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios FIDC II integrantes da Carteira do FIDC II deverão ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contraponto a qualquer custo de recita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Carteira.

Artigo 55 Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora e aceitos pelo HACFIN e pelo CFVM, e aplicados aos fundos de investimento.

Parágrafo Único Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos neste Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 57 Os Direitos Creditórios FIDC II vencidos e não pagos pelo prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data de seu vencimento, deverão ser integralmente provisionados, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou a sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, observada a prevista no Artigo 58 abaixo.

Artigo 58 As perdas e provisões com os Direitos Creditórios FIDC II serão, conforme previsto no Artigo 57 acima, reconhecidas no resultado do período conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2652, de 21 de dezembro de 1999. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitado aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

CAPÍTULO XV - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDACÃO

Artigo 59 São consideradas eventos de avaliação do FIDC II (os "Eventos de Avaliação FIDC II") quaisquer dos seguintes eventos:

- caso a Razão de Garantia não seja atendida em qualquer Data de Verificação, observado o prazo para o reequilíbrio nos termos do Capítulo XVI deste Regulamento e do Compromisso de Subscrição FIDC II;
- caso não sejam depositados na Conta de Centralização de Recebimentos de cada uma das Cedentes, por: (i) 2 (dois) Períodos de Originação FIDC II consecutivos ou (ii) 4 (quatro) Períodos de Originação FIDC II alternados, valores que correspondam ao Valor Menor da Cessão Secundária;
- redução de mais de 2 (dois) níveis na classificação de risco inicial das Quotas Seniores de qualquer série em circulação;
- caso ocorra qualquer dos Eventos de Revisão nos termos do Contrato de Cessão;
- caso ocorra qualquer dos Eventos de Avaliação nos termos do Contrato de Cessão FIDC I; e
- não recomposição da Reserva de Recursos por um período superior a 30 (trinta) dias corridos da não manutenção do valor da Reserva de Recursos calculado nos termos do Artigo 46 acima.

Artigo 60 Ocorrência qualquer Evento de Avaliação FIDC II, será convocada Assembleia Geral, nos termos do Capítulo XXI deste Regulamento, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do FIDC II em razão do respectivo Evento de Avaliação FIDC II.

II, poderá a Assembleia Geral deliberar: (a) pela não liquidação do FIDC II, aplicando-se, nesse caso, o disposto no Parágrafo 1º deste Artigo; ou (b) que um Evento de Avaliação FIDC II constitui um Evento de Liquidação FIDC II, esboçando os procedimentos para a liquidação do FIDC II independentemente (a) o convocado da nova Assembleia Geral, e aplicando-se o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 61 deste Regulamento.

Parágrafo 1º Caso a Assembleia Geral decida que o Evento de Avaliação FIDC II não constitui um Evento de Liquidação FIDC II, ainda que com a necessidade de ajustes para alcançar o equilíbrio econômico-financeiro do FIDC II, a Condição Suspensiva FIDC II deixará de vigorar no Período de Originação FIDC II subsequente à deliberação, e os Direitos Creditórios Objeto de Cessão e em Condição Suspensiva FIDC II, que tenham sido convertidos em Direitos Creditórios Objeto de Cessão FIDC II em razão do advento da Condição Suspensiva FIDC II, serão convertidos para fins de cálculo do VDOF e do VDOF, conforme o caso, para os Períodos de Originação FIDC II subsequentes à deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º Mesmo que o Evento de Avaliação FIDC II seja anulado antes da realização da Assembleia Geral prevista no referido Artigo, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do FIDC II.

Artigo 61 São considerados eventos de liquidação antecipada do FIDC II (os "Eventos de Liquidação FIDC II") quaisquer dos seguintes eventos, sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável:

- (a) cessação ou renúncia pela Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do FIDC II previstos neste Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Regulamento;
- (b) cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos do referido contrato;
- (c) cessação pelo Agente de Centralização de Recebimentos, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços previstos no Contrato de Serviços de Centralização, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos do referido contrato;
- (d) aquecimento de pedido de falência contra qualquer Cedente que não seja cancelado, elidido ou suspenso em até 10 (dez) dias corridos;
- (e) início de procedimento de dissolução ou liquidação ou decretação de falência de qualquer Cedente ou apresentação de pedido de falência por qualquer Cedente;
- (f) extinção, por qualquer motivo, de qualquer concessão de distribuição de energia elétrica de titularidade de qualquer das Cedentes, incluindo, sem limitação, em decorrência da decretação de encampação ou caducidade da concessão, nos termos dos Contratos de Concessão, de qualquer concessão;
- (g) renúncia de qualquer dos titulares autorizados pelas Cedentes ao Custodiante, ao Agente de Centralização de Recebimentos ou ao FIDC II, nos termos do Contrato de Custódia, do Contrato de Serviços de Centralização ou deste Regulamento;

- (b) caso não sejam depositados na Conta de Centralização de Resgate mentos de cada Cedente, em qualquer Período de Originação FIDC II, valores que correspondam ao VDCC ou VDCC* (conforme o caso) da respectiva Cedente;
- (c) caso qualquer uma das Cientes deixe de comparecer à Administradora, na forma do Contrato de Cessão, a ocorrência de um Evento de Avaliação FIDC II, sendo ou não, que seja do conhecimento de qualquer Cedente;
- (d) caso não seja determinado pelos Quorais em nome parâmetro de apuração do valor das Quotas Seniores, na hipótese de indisponibilidade, extrair-se a impossibilidade legal de utilização da Taxa DI, conforme previsto no Parágrafo 2º do Artigo 43 deste Regulamento;
- (e) caso qualquer dos titulares das Quotas Seniores não disponibilize ao FIDC II os recursos aprovados em Assembleia Geral para a adoção dos procedimentos referidos no Capítulo XVIII deste Regulamento, na forma ali estabelecida;
- (f) caso os titulares das Quotas Seniores deliberem que um Evento de Avaliação FIDC II constitui um Evento de Liquidação FIDC II nos termos do Artigo 66 (b) deste Regulamento; e
- (m) liquidação antecipada do FIDC II.

Parágrafo 1º Ocorrendo qualquer dos Eventos de Liquidação FIDC II, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do FIDC II definidos nas próximas Parágrafos deste Artigo.

Parágrafo 2º Na hipótese prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os titulares das Quotas Seniores deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do FIDC II, o resgate das Quotas Seniores Gerais pelos Quotistas dissidentes em moeda corrente nacional.

Parágrafo 3º O observada a deliberação da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º deste Artigo, o FIDC II resgatará todas as Quotas Seniores cômputo seriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora liquidará todos os investimentos e aplicações do FIDC II, inclusive aqueles realizados com recursos da Reserva de Recursos, transferindo todos os recursos para a Conta de Movimentação FIDC II;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo FIDC II, dos valores das Dívidas Creditórias FIDC II, serão imediatamente destinados à Conta de Movimentação FIDC II;
- (c) observada a ordem de abação dos recursos definida no Capítulo XVII deste Regulamento, quando os recursos depositados na Conta de Movimentação FIDC II forem equivalentes ao menor valor entre: (i) o valor de resgate das Quotas Seniores; e (ii) R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a Administradora destinará a Conta de Movimentação FIDC II e procederá à distribuição ou ao resgate antecipado, conforme o caso, das Quotas Seniores em circulação, observados os critérios para determinação do valor das Quotas Seniores estabelecidos no Artigo 43 deste Regulamento.

Artigo 62 Os recursos existentes pelo FIDC II nos termos do Parágrafo 3º do Artigo 61 acima, serão utilizados para o pagamento das Obrigações do FIDC II de acordo a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XVII deste Regulamento. Os procedimentos descritos no Parágrafo 3º do Artigo 61 acima somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o FIDC II poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas.

Artigo 63 Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Jorner de Liquidação FIDC II e observadas as deliberações da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º do Artigo 61 deste Regulamento, o FIDC II não dispuser de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores, será constituído pelos titulares das Quotas Seniores em circulação um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e ss. do Código Civil, que sunderá o FIDC II em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos Creditórios FIDC II existentes na data de constituição do referido condomínio.

Parágrafo 1º Mediante a constituição do condomínio previsto no equivoque Artigo, a Administradora promoverá o resgate da totalidade das Quotas em circulação em Direitos Creditórios FIDC II, nos termos da regulamentação em vigor, transferindo ao referido condomínio todos os direitos e ações originalmente de titularidade do FIDC II sobre tais Direitos Creditórios FIDC II.

Parágrafo 2º As fações ideais de cada titular de Quotas Seniores no condomínio referido no caput deste Artigo serão calculadas de acordo com a proporção de Quotas Seniores devida por cada um deles sobre o valor total das Quotas Seniores em circulação. A Administradora deverá notificar os representantes dos titulares das Quotas Seniores, conforme previsto no Parágrafo 1º do Artigo 41 deste Regulamento, para que procedam a eleição de um administrador para o referido condomínio na forma do Artigo 1.323 do Código Civil, informando a fração ideal no condomínio a que cada titular de Quotas Seniores faz jus.

Parágrafo 3º Caso os titulares das Quotas Seniores não procedam a eleição do administrador do condomínio, fica desde que se trata de uma função será atribuída ao titular de Quotas Seniores que detenha isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria das Quotas Seniores em circulação.

Parágrafo 4º O Custodiante fará a guarda dos arquivos eletrônicos dos Direitos Creditórios FIDC II, conforme previsto na Instrução de Custódia, pelo prazo ininterruptível de 30 (trinta) dias seguintes da data de constituição do referido condomínio, dentro do qual o administrador do condomínio eleito pelo titulares das Quotas Seniores, ou ao qual essa função tenha sido atribuída nos termos do Parágrafo 2º deste Artigo, indicará à Administradora e ao Custodiante hora e local para que lhe seja realizada a entrega de tais arquivos eletrônicos. Expirado o referido prazo sem que sejam entregues referidos arquivos eletrônicos, a Administradora poderá promover a sua recuperação, na forma do Artigo 334 do Código Civil.

CAPÍTULO XVI - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA

Artigo 64 Desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, a Administradora verificará, em cada Data de Verificação, se a Razão de Garantia é igual ou superior a 105% (cento e cinco por cento).

Artigo 65 Caso, em qualquer Data de Verificação, a Razão de Garantia for inferior a 105% (cento e cinco por cento), a Administradora deverá notificar as Cedentes, por intermédio da Cedente Líder, de acordo com o modelo constante do Anexo I ao Regulamento de Subscrição FIDC II (a "Anexo de Desagualamento"). A Cedente Líder deverá observar o

U

disposto no Compromisso de Subscrição FIDC II, inclusive com relação (i) ao prazo para envio do Aviso de Desenquadramento pela Admin. vendedora; (ii) ao prazo para devolução do Aviso de Desenquadramento pela Cedente Líder; e (iii) ao prazo para integralização de Quotas Subordinadas pelas Codêntes, conforme o caso, devolver à Administradora, com cópia para o Custodiante, o Aviso de Desenquadramento, indicando:

- (a) se procederà à integralização de Quotas Subordinadas em moeda corrente nacional, observado o disposto no Compromisso de Subscrição FIDC II, em número suficiente para o reenquadramento do FIDC II à Razão de Garantia; ou
- (b) se cessará o Compromisso de Subscrição FIDC II, observado o disposto em tal instrumento.

Parágrafo 1º Na hipótese da alínea (a) do caput deste Artigo, a integralização das Quotas Subordinadas deverá observar os procedimentos estabelecidos no Compromisso de Subscrição FIDC II, de forma que, considerada por forma a integralização pretendida, o FIDC II atenda à Razão de Garantia.

Parágrafo 2º Na hipótese da alínea (b) do caput deste Artigo ou caso a Cedente Líder não devolva o Aviso de Desenquadramento nos termos do caput deste Artigo, a Administradora procederá à liquidação antecipada do FIDC II, observado os procedimentos previstos nos Parágrafos do Artigo 6º deste Regulamento.

Artigo 6º Caso, em qualquer Data de Verificação, a Razão de Garantia seja superior a 105% (cento e cinco por cento) (o "Excesso de Cobertura"), a Administradora deverá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas, até o limite do Excesso de Cobertura, mediante solicitação das(s) respectiva(s) Codênte(s), desde que não tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Aceleração FIDC II ou Evento de Liquidação FIDC II e que a referida amortização, computada por forma, não acarrete o desenquadramento da Reserva de Retornos, observado o previsto nos Parágrafos deste Artigo.

Parágrafo 1º Para fins do previsto no caput deste Artigo, em cada Período de Originação FIDC II, a Administradora deverá comunicar à Cedente Líder o montante do Excesso de Cobertura, em até 2 (dois) dias úteis da respectiva Data de Verificação.

Parágrafo 2º A Codente Líder deverá comunicar à Administradora, em até 2 (dois) dias úteis contados da comunicação prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a quantidade de Quotas Subordinadas de cada Codente que deverá ser amortizada.

Parágrafo 3º A Administradora deverá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da comunicação da Cedente Líder prevista no Parágrafo 2º deste Artigo.

Parágrafo 4º O montante do Excesso de Cobertura não utilizado para fins de amortização de Quotas Subordinadas, na forma deste Artigo, deverá integrar o Patrimônio Líquido e será considerado pela Administradora para fins de cálculo do MDCO ou MICO, conforme o caso, aplicáveis aos Períodos de Originação FIDC II subsequentes.

Parágrafo 5º Na hipótese prevista no "caput" deste Artigo, a amortização ocorrerá prioritariamente sobre o valor principal investido.

CAPÍTULO XVIII - CRITÉRIO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 6º Diantemente a partir da 1ª Data de Formação de Quotas Seriores e até a

liquidação integral das Obrigações do FIDC II, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigências do FIDC II, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do FIDC II;
- (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do FIDC II a serem incorridos no Período de Originação FIDC II imediatamente subsequente ao Período de Originação FIDC II em que for estimado o respectivo provisionamento;
- (c) devolução aos Quotistas dos valores aportados ao FIDC II, nos termos do Artigo 69 deste Regulamento, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas Seniores específicas;
- (d) pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- (e) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do FIDC II, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (f) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

CAPÍTULO XVIII - CUSTOS DE COBRANÇA

Artigo 65 Todos os custos e despesas incorridos pelo FIDC II para preservação de seus direitos e prerrogativas em conexão a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios FIDC II e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do FIDC II ou dos Quotistas, não estando as Cedentes, a Administradora ou o Custodiante de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao FIDC II dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. As Cedentes, a Administradora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos, que tenham sido incorridos pelo FIDC II em face de terceiros ou das Cedentes, os quais deverão ser custeados pelo próprio FIDC II ou diretamente pelos Quotistas, observado o disposto no Artigo 69 deste Regulamento.

Artigo 69 As despesas relacionadas com as medidas judiciais e ou extrajudiciais necessárias à preservação dos direitos e prerrogativas do FIDC II e ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios FIDC II e dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo FIDC II até o limite do valor das Quotas Subordinadas em circulação. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Quotas Seniores em Assembleia Geral convocada especialmente para esse fim e, se for o caso, será por eles aportada diretamente ao FIDC II por meio da subscrição e utilização de série de Quotas Seniores específicas, considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, na data da respectiva aprovação. Os recursos aportados ao FIDC II pelas titulares das Quotas Seniores serão reembolsados por meio do resgate ou amortização da respectiva série de Quotas Seniores específicas, de acordo com os procedimentos previstos neste Regulamento.

Parágrafo 1º Fica estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do FIDC II, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida

1

pelo FIDC II art. 11) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o caput deste Artigo e (ii) da assunção, pelos Quotistas, de compromissos de fornecer os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o FIDC II venha a ser condenado. A Administradora e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo FIDC II ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prossecução), pelo FIDC II, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à preservação de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Quotistas não apóiem os recursos suficientes para tal ou em forma deste Capítulo.

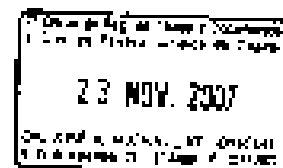
Parágrafo 2º As despesas a que se refere o caput deste Artigo são aquelas mencionadas na alínea (i) do Artigo 32 deste Regulamento.

- Parágrafo 3º** Todos os valores aportados pelos Quotistas ao FIDC II nos termos do caput deste Artigo deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas documentais de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e de forma que o FIDC II receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o FIDC II possa honrar integralmente com suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO XIX - CUSTODIANTE

Artigo 70 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos nos Documentos da Operação, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) zelar pela boa ordem, operacionalizar e executar, por meio de sistema especialmente elaborado para tal fim, todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Operação dos quais o Custodiante seja parte;
- (b) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural, por si ou por terceiros, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, dos registros eletrônicos da Base de Dados e dos Documentos Contábeis referentes aos Direitos Creditórios FIDC II adquiridos pelo FIDC II;
- (c) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo listados, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação comercial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo FIDC II, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Administradora, que ocorrerá, no máximo, anualmente.
 - (i) extratos das Contas de Consolidação FIDC II, da Conta de Movimentação FIDC II;
 - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento, no Contrato de Crédito e no Contrato de Custódia;
 - (iii) documentos referentes aos Ativos Financieros; e
 - (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do FIDC II.

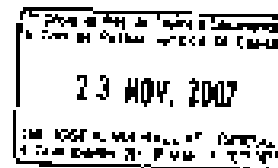


- (d) efetuar a liquidação financeira dos Ativos Financeiros e receber quaisquer rendimentos ou valores referentes a esses ativos;
- (e) receber e realizar a cobrança dos valores relativos aos Direitos Creditórios FIDC II integrantes da Carteira do FIDC II, por si ou por terceiros, nos termos do Contrato de Custódia;
- (f) verificar o cumprimento dos Direitos Creditórios FIDC II a serem efetuados pelas Emissoras ao FIDC II aos Critérios de Elegibilidade FIDC II;
- (g) informar a Agência de Classificação de Risco, do logo chegar ao seu conhecimento, a ocorrência: (i) de qualquer Evento de Avaliação FIDC II ou Evento de Elegibilidade FIDC II, e (ii) o descumprimento pela Administradora de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos neste Regulamento, no Contrato de Cessão ou no Contrato de Custódia;
- (h) notificar a Administradora, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência da fato, a respeito de qualquer descumprimento, pelas Emissoras, de suas obrigações originárias do Contrato de Cessão ou do Contrato de Custódia;
- (i) realizar a conciliação dos valores depositados nas Contas de Conciliação FIDC II, de acordo com as condições estabelecidas no Contrato de Custódia e no Contrato de Cessão;
- (j) realizar o controle e a transferência de recursos das Contas de Conciliação FIDC II para a Conta de Movimentação FIDC II, conforme previsto no Contrato de Custódia e no Contrato de Cessão;
- (k) elaborar e fornecer à Administradora as relações e arquivos referentes aos Direitos Creditórios FIDC II cedidos e pagos ao FIDC II, e aos Direitos Creditórios Céd. dos em Perpetuo FIDC II, de acordo com as condições previstas no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia; e
- (l) informar, por meio de relatório disponibilizado na rede mundial de computadores, ao Agente de Centralização de Recolhimentos, os valores relativos à liquidação dos Direitos Creditórios FIDC II.

Parágrafo único. Tendo em vista o reduzido valor médio dos Direitos Creditórios FIDC II, o Custodiante poderá-se dispensar de verificar seu íntegro, nos termos do Artigo 38, e 39, da ICVM 155.

Artigo 21. No exercício de suas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora a:

- (a) abrir e movimentar, em nome do FIDC II: (i) as Contas de Conciliação FIDC II; (ii) a Conta de Movimentação FIDC II; (iii) as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do FIDC II (i) no SELIC; (2) no sistema de liquidação financeira administrado pela CFPF; ou (3) em instituições ou entidades autorizadas a prestação desses pelo BACEN ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância deste Regulamento e do Contrato de Cessão;
- (b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Ativos



financeiras, e

- (e) efetuar o pagamento dos Encargos do FIDC II, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para isso;

CAPÍTULO XX - AGENTE DE CENTRALIZAÇÃO DE RECEBIMENTOS

Artigo 72 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Serviços de Centralização e no Contrato de Cessão, o Agente de Centralização de Recebimentos será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) abrir e manter as Contas de Centralização de Recebimentos;
- (b) informar mensalmente, até o 3º dia útil após o término de cada Período de Originação FIDC II, à Administração, por meio de relatório, o volume de recursos que transitaram nas Contas de Centralização de Recebimentos; e
- (c) realizar, com base no relatório disponibilizado pelo Custodiante nos termos da alínea (f) do Artigo 70 acima, as transferências das Contas de Centralização de Recebimentos: (i) para as respectivas Contas de Conciliação FIDC II, dos recursos de liquidação do FIDC II, e (ii) para as respectivas Contas das Cédulas, dos demais valores relativos à liquidação das Faturas de Energia.

CAPÍTULO XXI - ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 73 Sem prejuízo das demais competências previstas neste Regulamento, a Assembleia Geral compete privativamente, observados os respectivos prazos de deliberação definidos neste Regulamento:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao FIDC II e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administração;
- (b) alterar o Regulamento e o Contrato de Cessão;
- (c) deliberar sobre a substituição da Administração, do Custodiante ou do Agente de Centralização de Recebimentos;
- (d) deliberar sobre a elevação da taxa de administração cobrada pela Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento da que tenha sido objeto de redução; e
- (e) deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação do FIDC II.

Artigo 74 Este Regulamento poderá ser alterado independentemente da Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atenderem a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não substancial nas definições e os parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, improrrogavelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

4

Artigo 75 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no periódico mencionado no Artigo 85 deste Regulamento e enviado por meio de correio eletrônico aos Quoristas, dos quais constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quoristas das matérias objeto da Assembleia Geral.

Parágrafo 1º A Assembleia Geral poderá ser convocada: (i) pela Administradora ou (ii) por Quoristas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

Parágrafo 2º A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quoristas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quoristas.

Parágrafo 3º A presidência da Assembleia Geral caberá à Administradora.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora ou os Quoristas que detinham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Imprensa de Auditoria ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quoristas as informações que lhe forem solicitadas.

Artigo 76 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação da Quota por mandatos legalmente constituídos por menos de 1 (uma) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

Artigo 77 Ressalvado o disposto no Parágrafo 1º deste Artigo e no Artigo 78 abaixo, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quoristas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas Semiores presentes à Assembleia Geral.

Parágrafo 1º As seguintes deliberações das Assembleias Gerais dependerão dos votos favoráveis de Quoristas que representem:

- (a) 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Semiores em circulação, para alteração dos Capítulos V, VII, IX, X, XI e XV deste Regulamento, deva ainda: (i) e da alínea (b) abaixo, e
- (b) mais da metade das Quotas Semiores em circulação para: (i) a aprovação de alteração dos Capítulos VIII, XVI e XVII; (ii) as deliberações a que se referem o Parágrafo 4º do Artigo 5º, o Artigo 6º, e as alíneas (d) e (e) do Artigo 73, todos deste Regulamento; (iii) aprovação de alteração dos termos de instalação ou deliberação estabelecidos neste Regulamento, ressalvado o disposto na alínea (a) acima; e (iv) qualificação de nova instituição financeira como Instituição Autorizada.

J

Parágrafo 2º Para efeito de convocação de quaisquer dos quadros de deliberação da Assembleia Geral, serão incluídas as Quotas Seniores de titularidade das Cederes e de suas Partes Relacionadas, assim como de agentes ou representantes de quaisquer dessas pessoas.

Artigo 74 A alteração das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas, assim como a substituição da Administração por pessoa jurídica que não seja Entidade Antecipada, o aumento da remuneração da Administração (inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução) e a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do FIDC II (exceto no caso de um Evento de Liquidação FIDC II), dependerão da aprovação: (i) em primeira convocação, dos titulares da maioria das Quotas em circulação; e (ii) em segunda convocação, dos titulares da maioria das Quotas presentes à respectiva assembleia. Adicionalmente, sem prejuízo do disposto no Artigo 73 acima, as seguintes matérias estão sujeitas à aprovação dos titulares da maioria das Quotas em circulação:

- (a) alteração das disposições dos Capítulos II, V, VII, IX, XI, XV, XVI, dos Artigos (e respectivos Parágrafos) 40, 43, 44, 73 (a), (d) e (e), 78 e do Anexo I, todos deste Regulamento;
- (b) substituição do Destinatário, da Agência Classificadora de Risco, do Agente de Centralização de Recebimentos e da Empresa de Auditoria;
- (c) distato, rescisão ou adiamento do Contrato de Serviços de Centralização, do Contrato de Custódia e do Compromisso de Subscrição FIDC II;
- (d) cobrança de taxas pela Administradora que não estejam expressamente previstas neste Regulamento; e
- (e) aumento das despesas e encargos unitários do FIDC II, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas neste Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar.

Artigo 79 As deliberações tomadas pelas Quotas, observados os quóruns estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes perante o FIDC II e obrigatórias a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou de não profendo na matéria.

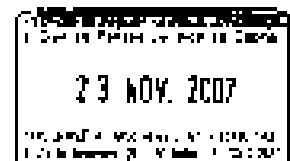
Artigo 80 Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, recorrer em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação e deliberação previstos neste Regulamento.

CAPÍTULO XXII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 81 O FIDC II tem contabilidade contábil própria. As demonstrações financeiras do FIDC II estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, retensão e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

Artigo 82 As demonstrações financeiras do FIDC II serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, devendo necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- (a) oporão se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do FIDC II, de acordo com as regras do Plano Contábil.



- (b) demonstrações financeiras da FIDC II, contendo o balanço analítico e a avaliação de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
- (c) notas explicativas contendo informações julgadas, pela Comissão de Auditoria, como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

Parágrafo Único A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Artigo 12 deste Regulamento.

Artigo 83 O exercício social da FIDC II terá a duração de (1) um) ano e se encerrará no dia 30 de abril de cada ano.

CAPÍTULO XXII - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 84 O Patrimônio Líquido corresponderá ao somatório dos valores dos Direitos Creditórios FIDC II e das Ativos Financeiros integrantes da Carteira da FIDC II, apurados na forma do Capítulo XIV acima, menos as exigibilidades referentes aos encargos da FIDC II e as provisões referidas nos Artigos 57 e 58 deste Regulamento.

Parágrafo Único Todos os recursos que a FIDC II vier a receber, a qualquer tempo, das Cedentes ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensacionais serão incorporados ao Patrimônio Líquido, observado o disposto no Artigo 92 deste Regulamento.

CAPÍTULO XXIV - PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

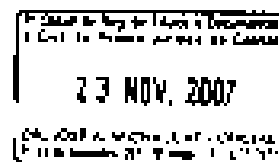
Artigo 85 Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos factos decorridos ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio: (i) de anúncio publicado, em forma de texto, no jornal LUX – Diário do Comércio ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; e (ii) de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista indicado na forma do Parágrafo 1º do Artigo 41 deste Regulamento. Os avisos e anúncios a seguir indicados, necessários quando da distribuição pública de valores mobiliários, poderão ser publicados somente na edição nacional do jornal Valor Econômico, sempre que realizada oferta pública de Quotas Reservas da FIDC II, independentemente da série de emissão: (a) aviso ou comunicado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM 480, de 29 de dezembro de 2003 (posteriormente alterada); (b) anúncio de início de distribuição; (c) anúncio de encerramento de distribuição; e (d) outros avisos aos investidores que eventualmente sejam publicados até a data de publicação da respectiva oferta de encerramento de distribuição.

Parágrafo 1º As publicações referidas no caput deste Artigo deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuem Quotas.

Parágrafo 2º Qualquer mudança no periódico referido no caput deste Artigo deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral.

Artigo 86 No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada mês, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências da Administradora, informações sobre:

u



- (a) o número e valor das Quotas de Unidade de cada Quotista;
- (b) a contabilidade do FIDC II, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se refere; e
- (c) o comprometimento da carteira de Direitos Unificados FIDC II do FIDC II e dos Ativos Financeiros.

Artigo 87 Todo o material de divulgação do FIDC II deverá apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações, e a indicação de como as Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

Artigo 88 A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do FIDC II à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados as seguintes prazos máximos:

- (a) de 20 (vinte) dias corridos após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (b) de 60 (sessenta) dias corridos após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 89 As informações prestadas em qualquer material de divulgação do FIDC II não podem estar em desacordo com este Regulamento e com o Prospecto.

CAPÍTULO XXV - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Artigo 90 A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco às Quotas Seniores. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora.

Parágrafo Único Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas.

CAPÍTULO XXVI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 91 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizarem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo FIDC II, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

Artigo 92 Toda e qualquer multa ou outra penalidade imposta e paga por qualquer Cliente ao FIDC II nos termos dos Documentos da Operação reverterá em benefício exclusivo dos titulares das Quotas Seniores de todas as séries em circulação, mediante a incorporação do valor da multa, ou de qualquer outra penalidade paga, ao valor das referidas Quotas Seniores em circulação, independentemente da remuneração a ser de tais Quotas Seniores prevista nos respectivos Suplementos. Nesse caso, o FIDC II realizará uma amortização extraordinária das Quotas Seniores em circulação em até 2 (dois) dias após o recebimento da multa ou outra penalidade.

Artigo 93 Sem prejuízo do disposto neste Regulamento e no Contrato de Cessão, poderá ser realizada uma nova cessão, que será subordinada e, portanto, estará sujeita à efetiva

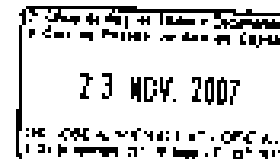
realização da Cessão FIDC I e da Cessão Secundária, para fins de implementação de um fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizado relacionado ao setor de energia elétrica, a ser constituído nos termos da regulamentação aplicável e que deverá ter sua carteira composta, dentre outros ativos, por direitos creditórios originados pelas Cederes (o "FIDC NE Energia Elétrica")."

Artigo 94 Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por "dia útil" segundo a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na União de São Paulo; e (ii) feriados de âmbito estadual.

Artigo 95 A Administradora e as suas Partes Reintegradas poderão realizar qualquer outra atividade na consecução do seu objeto social, inclusive assessorar e prestar serviços relacionados às Cederes e suas Partes Reintegradas.

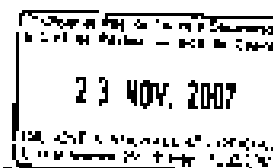
Artigo 96 Os Anexos a este Regulamento constituem parte integrante e inseparável do presente Regulamento, e em caso de divergência entre o previsto neste Regulamento e em qualquer de seus Anexos, prevalecendo as disposições deste Regulamento.

Artigo 97 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com retenção a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



ANEXO I Definições

<u>Adiantamento dos Contrôles de Amecadado:</u>	são todos os adiantamentos dos Contrôles de Amecadado celebrados entre os Agentes Amecadadores, os Contrôles, o FIDC I e/ou o FIDC II, conforme os modelos constantes do Anexo I do Contrato de Cessão, para pagar o depósito pelos Agentes Amecadadores da totalidade dos recursos oriundos da liquidação das Faturas de Energia diretamente nos Centros de Centralização de Recebimentos;
<u>Administrador:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 4º deste Regulamento;
<u>Agência de Classificação de Risco:</u>	é a Standard & Poor's Rating Services, ou sua sucessora a qualquer título;
<u>Agência de Intermediação de Recebimentos:</u>	é o Banco Itaú, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>Agente Escriturador:</u>	é o Banco Itaú, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>Agentes Amecadadores</u>	são os bancos e demais pessoas jurídicas, listados no Anexo II do Contrato de Cessão, que foram contratados pelas Cédulas, nos termos das condições de Amecadado, para a realização dos serviços de amecadado dos Direitos Creditórios FIDC II oriundos da prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica pelos Cédulas aos Consumidores nos Municípios Selecionados;
<u>Alocação Mínima:</u>	é a razão entre o valor contábil dos Direitos Creditórios FIDC II e o Patrimônio Líquido, que deverá ser superior a 50% (cinquenta por cento);
<u>Amortização Parcial:</u>	é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo FIDC II nas Datas de Amortização, calculada na forma do Capítulo XI deste Regulamento;
<u>ANPEL:</u>	é a Agência Nacional de Energia Elétrica;
<u>Assembleia Geral:</u>	é a Assembleia Geral de Quotas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI;
<u>Ativos Financeiros</u>	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, oriundos dos Direitos Creditórios FIDC II, que compõem o Patrimônio Líquido do FIDC II;
<u>Autos de Desembargamento:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 65 deste Regulamento;
<u>BACEN</u>	é o Banco Central do Brasil;



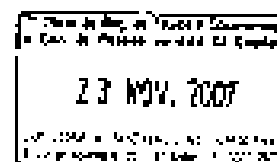
<u>Banco Itaú</u>	é o Banco Itaú S.A.;
<u>Banco Itaú FIA</u>	é o Banco Itaú FIA S.A.;
<u>Banco Itaú</u>	é a base de dados que contém dados e informações relativas aos Direitos Creditórios FIDC II e aos Consumidores, mantida pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
<u>BVM&F</u>	é a Bolsa de Mercadorias e Futuros;
<u>Carteira do FIDC II:</u>	é a carteira de investimentos do FIDC II;
<u>Cedentes:</u>	são a CEFEL, CENE, CELB, ENERGIP, e SAEI/PA;
<u>Cedente Lider</u>	é a CEFEL;
<u>CELB</u>	é a Companhia Energética da Bahia - CELB;
<u>CENE</u>	é a Companhia de Eleticidade de Nova Friburgo - CENE;
<u>Cessão FIDC I</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.26(i) do Contrato de Cessão;
<u>Cessão FIDC II:</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1 do Contrato de Cessão;
<u>Cessão FIDC II Com Condição Suspensiva</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.26(ii) do Contrato de Cessão;
<u>Cessão Secundária</u>	significa uma Cessão FIDC II e/ou uma Cessão FIDC II Com Condição Suspensiva conjuntamente consideradas, nos termos da Cláusula 3.1 do Contrato de Cessão;
<u>CEFLIP</u>	é a CEFLIP - Câmara de Custódia e Liquidação;
<u>CEFLI</u>	é a Companhia Força e Luz Cataguases-Liquidação - CEFLI;
<u>Citibank</u>	é o Banco Citibank S.A.;
<u>Compromisso de Subscrição FIDC II</u>	é o "Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas e Outras Avenças", a ser celebrado entre o FIDC II e os Cedentes;
<u>Condição Suspensiva FIDC II:</u>	é o advento de qualquer um dos Eventos de Revenda FIDC II ou Eventos de Liquidação FIDC II, com os efeitos que lhes são atribuídos nos termos da Cláusula XVI do Contrato de Cessão;
<u>Condições do Contrato de Cessão FIDC I:</u>	são as condições caracterizadas como Eventos de Revenda ou Eventos de Liquidação, com os efeitos que

	<p>tem a significação nos termos do Contrato de Fidejussão FIDC I, especialmente na Cláusula XVI desse instrumento.</p>
<u>Consumidores</u>	<p>são todos os consumidores das Cedentes, classificados como consumidores do Grupo B nos termos da Resolução ANEPF, nº 456/00 e suas posteriores alterações, domiciliados nos Municípios Seleccionados;</p>
<u>Contas das Cedentes</u>	<p>são as 5 (cinco) contas-correntes, cada qual de titularidade de uma das Cedentes, mantidas junto ao Banco Itaú, agência nº 775, sob os n.ºs 54933-0 (de titularidade da CELCEL), 54934-4 (de titularidade da CENF), 54934-3 (de titularidade da CEFIL), 54935-4 (de titularidade da ENERGIPE) e 54936-8 (de titularidade da SAEI/PA), destinadas ao recebimento dos recursos de titularidade das Cedentes depositados nas Contas de Centralização de Recebimentos, de acordo com os procedimentos previstos neste Contrato de Cessão e no Contrato de Serviços de Centralização;</p>
<u>Contas de Centralização de Recebimentos</u>	<p>são as 5 (cinco) contas abertas e mantidas pelo Banco Itaú, na qualidade de Agente de Centralização de Recebimentos, no próprio Banco Itaú, agência 918, cada qual destinada a receber os pagamentos da totalidade dos Direitos Creditórios FIDC II originados por cada uma das Cedentes nos Municípios Seleccionados e nos Municípios Adicionados em Razão de Inadimplência, sob as denominações de contas de compensação de n.ºs 09575-1 (CEFCEL), 09576-9 (CENF), 09577-7 (CECEL), 09578-5 (ENERGIPE) e 09579-3 (SAEI/PA);</p>
<u>Contas de Conciliação FIDC II</u>	<p>são as 5 (cinco) contas-correntes a serem abertas pelo FIDC II no Banco Itaú, agência nº 2001, cada qual identificada por cada Cedente e destinada ao recebimento do produto da liquidação dos Direitos Creditórios FIDC II cedidos pela respectiva Cedente ao FIDC II;</p>
<u>Conta de Movimentação FIDC II</u>	<p>é a conta corrente a ser aberta e mantida pelo FIDC II no Banco Itaú, agência nº 2001, destinada ao recebimento dos recursos de titularidade do FIDC II que sejam depositados nas Contas de Conciliação FIDC II;</p>
<u>Contrato de Cessão</u>	<p>é o "Contrato de Cessão e Aquitação de Direitos Creditórios e Outras Averbas", a ser firmado entre o FIDC II e as Cedentes, com a intervenção do Custodiante, do Agente de Centralização de Recebimentos e da Administradora;</p>
<u>Contrato de Cessão FIDC I</u>	<p>tem a significação que lhe é atribuída no Preambulo do Contrato de Cessão;</p>
<u>Contrato de Coordenação</u>	<p>é o "Contrato de Coordenação, Garantia Fidejussória de</p>

	Subscrição e Colocação de Quotas Semestres da 1ª Série de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios "Energisa", celebrado entre a Administradora, as Cederes e os Coordenadores;
<u>Contratos de Concessão:</u>	são os seguintes contratos: Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 40/99, celebrado entre a CELCEL e a ANEEL, em 18 de fevereiro de 1999; Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 42/99, celebrado entre a CENP e a ANEEL, em 18 de junho de 1999; Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 07/97, celebrado entre a ENERGIPI e a ANEEL, em 27 de dezembro de 1997 e aditado em 9 de agosto de 2000; Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 08-2000, celebrado entre a CELB e a ANEEL, em 4 de fevereiro de 2000; e Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 19/2001, celebrado entre a SAFLPA e a ANEEL, em 21 de março de 2001.
<u>Contrato de Custódia:</u>	é o "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios", a ser firmado entre o Custodiante, o FIDC II e as Cederes;
<u>Contrato de Serviços de Centralização:</u>	é o "Contrato de Serviços de Centralização de Recebimentos", a ser firmado entre o Agente de Centralização de Recebimentos, as Cederes e o FIDC II;
<u>Contrato de Serviços de Classificação de Risco:</u>	é a carta mandado, a ser firmada entre a Administradora, a Agência de Classificação de Risco e a CELCEL, através da qual a Agência de Classificação de Risco será contratada para a prestação dos serviços de classificação de risco das Quotas Semestres;
<u>Contratos de Arrecadação:</u>	são todos os contratos, instrumentos ou acordos escritos, celebrados ou que venham a ser celebrados, por cada Cedente e os respectivos Agentes Arrecadadores, conforme identificados no Anexo II do Contrato de Cessão;
<u>Coordenadores:</u>	são o Citibank e o Banco Itaú BBA;
<u>Conceito de Elegibilidade de FIDC II:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 27 deste Regulamento;
<u>Custodiante:</u>	é o Banco Itaú, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>CVVM:</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Data de Amortização:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 56 deste Regulamento;
<u>Data de Aquisição:</u>	é cada data em que ocorrer, (i) a verificação pelo

Pagamento FIDC II:	Custodiante do atendimento, pelos Direitos Creditários FIDC II, dos Contratos de Elegibilidade FIDC II, e (ii) o pagamento do Preço de Aquisição FIDC II.
Data de Emissão:	É a data em que os recursos documentais da integração de cada série de Quotas Seniores, ou da integração das distribuições de Quotas Subordinadas, são colocados pelos Investidores Qualificados, ou pelos Colômbios, conforme o caso, à disposição do FIDC II, e que deverá ser, necessariamente, em 2007.
Data de Encerramento:	É a data de encerramento do FIDC I.
Data de Início de Originação FIDC II:	É o primeiro dia em que, após ter sido integralmente consumada a Cessão FIDC I, com relação a cada cessão realizada nos termos do Contrato de Cessão;
Data de Integração das Quotas Seniores:	É a data de integração das Quotas Seniores de cada série.
Data de Resgate:	É a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, indicada no Suplemento da respectiva série.
Data de Verificação:	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 1º do Artigo 48 deste Regulamento.
Director Designado:	é o diretor da Administração designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do FIDC II, bem como pela prestação de informações relativas ao FIDC II;
Direitos Creditários FIDC II:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1 do Contrato de Cessão, observado o disposto na Cláusula 2.1.6.1 daquele instrumento.
Direitos Creditários FIDC II Adicionais:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.1 do Contrato de Cessão;
Direitos Creditários FIDC II Cediados em Penhora:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 8.2 do Contrato de Cessão;
Direitos Creditários FIDC II dos Municípios Adicionais:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.5 do Contrato de Cessão;
Direitos Creditários FIDC II dos Municípios Adicionais em Base de Indeterminação:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.1 do Contrato de Cessão;
Direitos Creditários FIDC II Contrato Cessão:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.2.1 do Contrato de Cessão;
Condição Supratativa:	
Direitos Creditários FIDC II:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 8.1 do

<u>Permutáveis:</u>	Contrato de Cessão.
<u>Direitos Reguladores Objeto de Cessão Condicionada (FIDC I):</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.III do Contrato de Cessão;
<u>Direitos Reguladores Objeto de Cessão Definitiva (FIDC I):</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.III do Contrato de Cessão;
<u>Direitos Reguladores Objeto de Cessão (FIDC II):</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.III do Contrato de Cessão.
<u>Documentos Contratuais:</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.3 do Contrato de Cessão;
<u>Documentos da Operação:</u>	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contrato de Cessão, Regulamento, Convênios de Arrecadação (elaborados pelos Administradores dos Convênios de Arrecadação), Contrato de Serviços de Centralização, Contrato de Custódia, Contrato de Colocação e Contrato de Serviços de Classificação de Risco;
<u>Encargos do FIDC II:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 32 deste Regulamento;
<u>ENERGIP:</u>	é a Empresa Energética de Sergipe S/A - ENERGIP;
<u>Empresa de Auditoria:</u>	é a KPMG Auditores Independentes, ou sua sucessora a qualquer título, encarregada da revisão das demonstrações financeiras, das contas do FIDC II e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
<u>Eventos de Amortização FIDC II:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação FIDC II:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 61 deste Regulamento;
<u>Excesso de Capacidade:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 64 deste Regulamento;
<u>Factor Spread:</u>	é o factor spread de cada série de Quotas Seniores, aplicado sobre a Taxa DE. o Factor Spread é determinado com base em procedimento de <i>bookbuilding</i> , conforme previsto no Parágrafo 2º do Artigo 36 deste Regulamento e deverá ser indicado no Suplemento de respectiva série de Quotas Seniores;
<u>Faturas de Energia:</u>	são todas as contas de consumo de energia elétrica, emitidas periodicamente por cada Cedente contra seus Consumidores domiciliados nos Municípios Selecionados, em razão da distribuição de energia elétrica pela respectiva Cedente;



<u>FIDC I</u>	é o "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Sistema Cataguazes Leopoldina", fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, representado na forma do seu regulamento pela INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.436.093/0001-40;
<u>FIDC II</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º deste Regulamento;
<u>FIDC NP Energia Elétrica</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 92 deste Regulamento;
<u>INCM 336</u>	é a Instrução nº 336 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pelas Instruções CVM nº 393, datada de 12 de julho de 2003, nº 415, de 5 de julho de 2004, nº 442, de 08 de dezembro de 2004, e nº 446, de 28 de dezembro de 2006;
<u>IGPDI</u>	é o Índice Geral de Preços - Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
<u>Instituições Autorizadas</u>	são as seguintes instituições ou as suas respectivas Partes Relacionadas: (i) Banco Santander Banespa S.A.; (ii) Banco Itaú BBA S.A.; (iii) Banco Itaú S.A.; (iv) Banco Unibank S.A.; (v) Banco Bradesco S.A.; (vi) Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.; e (vii) HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo;
<u>Investidor Qualificado</u>	é toda investidor autorizado nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
<u>Lei das Sociedades por Ações</u>	é a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;
<u>Lei de Concessões</u>	é a Lei nº 8.967, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada;
<u>Municípios Autorizados em Termo de Implantação</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.1 do Contrato de Cessão;
<u>Municípios Participantes</u>	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1 do Contrato de Cessão;
<u>Obrigações do FIDC I</u>	todas as obrigações do FIDC I previstas no regulamento do FIDC I e nos demais documentos relacionados ao FIDC I, incluindo, mas não se limitando, a obrigação de pagamento dos encargos do FIDC I, da remuneração, da

	amortização e do resgate das quotas seniores emitidas pelo FIDC I, tudo conforme estabelecido no Regulamento do FIDC I e nos demais documentos relacionados ao FIDC I;
Obrigações do FIDC II	são todas as obrigações do FIDC II previstas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, a obrigação de pagamento dos Encargos do FIDC II, da remuneração, da amortização e do resgate das Quotas Seniores, tudo conforme estabelecido neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação;
Partes Relacionadas	são: (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinadas pessoas; (ii) as sociedades controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades controladas por tal pessoa; ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa;
Patrimônio Líquido	é o patrimônio líquido do FIDC II, calculado na forma do Capítulo XXIII deste Regulamento;
Percentual de Cessão da 1ª Série	é o Percentual de Cessão de cada Cedente, relativo à cessão realizada nos termos da Cláusula II do Contrato de Cessão, conforme segue: (i) CELCEL: 13,133%; (ii) CENF: 13,133%; (iii) CELB: 13,333%; (iv) ENERGIPE: 26,667%; e (v) SAELPA: 13,133%;
Percentual de Cessão	é o percentual de Direitos Creditórios cedidos por cada Cedente, calculado sobre o respectivo valor total de cessão, com relação a cada cessão realizada nos termos do Contrato de Cessão, que será fixado nos respectivos Termos de Cessão, observados os Percentuais de Cessão da 1ª Série e a Variação Permitida do Percentual de Cessão Secundária aplicável a cada Cedente;
Percentual de Obrigação	é o percentual de obrigações de cada Cedente sobre a totalidade das Obrigações do FIDC II, que será ajustado e fixado no respectivo Termo de Cessão FIDC II sempre que houver uma cessão nos termos do Contrato de Cessão (com exceção da cessão realizada nos termos da Cláusula II do Contrato de Cessão, cujos respectivos Percentuais de Obrigação são equivalentes aos Percentuais de Cessão da 1ª Série), de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 5.6 do Contrato de Cessão;
Período de Carência	são os Períodos de Originação FIDC II em que não há amortização do valor do principal das Quotas Seniores, com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo FIDC II;
Período de Quotação FIDC I	é cada um dos meses subsequentes, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao mês de pagamento do Proje

Quotas Subordinadas:	são as quotas de classe subordinada, emitidas pelo FIDC II, em uma única série.
Quotistas:	são os titulares das Quotas.
Razão de Garantia:	é a relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do FIDC II.
Reserva de Recursos:	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 48 deste Regulamento.
Resolução CVM 2.907:	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2007.
SABELPA:	é a Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba SABELPA.
SFLEX:	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
SOMAFIX:	é o sistema eletrônico mantido pela Sociedade Operadora do Mercado de Ações S.A. - SOMA para negociação de títulos e valores mobiliários de renda fixa privados;
Suplementos:	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 1º do Artigo 36 deste Regulamento.
Termo de Adesão ao Regulamento:	é o documento por meio do qual o Quotista adere a este Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no FIDC II, nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 41 do presente Regulamento.
Valor Atual da Quota FIDC II:	é o valor correspondente, conforme o caso: (i) ao somatório do VDOCC de cada uma das Cedentes em cada um dos Períodos de Originação FIDC II durante o Período de Carência; e (ii) ao somatório do VDOCC de cada uma das Cedentes em cada um dos Períodos de Originação FIDC II, exceto no Período de Carência;
Valor Atual da Quota Subordinada:	é o valor correspondente, conforme o caso: (i) ao somatório do VDOCC e do VDOCC de cada uma das Cedentes em cada um dos Períodos de Originação FIDC II durante o Período de Carência; e (ii) ao somatório do VDOCC e do VDOCC de cada uma das Cedentes em cada um dos Períodos de Originação FIDC II, exceto no Período de Carência;
Valor Unitário de Emissão:	é o valor unitário de cada Quota na Data de Lançamento de cada série de Quotas Seniores ou na Data de Fim série das Quotas Subordinadas, conforme o caso;
VDOCC:	é o valor da cotação por cada Cedente sujeito à Condição Suspensiva FIDC II em cada um dos Períodos de Originação FIDC II, exceto no Período de Carência, calculado com relação a cada uma das séries de Quotas.

	<p>Seniores emitidas pelo FIDC II nos termos deste Regulamento, de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 3.5.3 do Contrato de Cessão;</p>
<u>YCCC</u>	<p>é o valor da cessão por cada Cedente sujeito à Condição Suspensiva FIDC II em cada um dos Períodos de Originação FIDC II dentro do Período de Carência, calculado com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo FIDC II nos termos deste Regulamento, de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 3.5.4 do Contrato de Cessão;</p>
<u>YDCC</u>	<p>é o valor da cessão subordinada por cada Cedente em cada um dos Períodos de Originação FIDC II, exceto no Período de Carência, calculado com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo FIDC II nos termos deste Regulamento, de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 3.5.1 do Contrato de Cessão;</p>
<u>YDCC</u>	<p>é o valor da cessão subordinada por cada Cedente em cada um dos Períodos de Originação FIDC II dentro do Período de Carência, calculado com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo FIDC II nos termos deste Regulamento, de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 3.5.2 do Contrato de Cessão;</p>
<u>YNR</u>	<p>tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 1º do Artigo 48 deste Regulamento</p>

E

Os procedimentos ora apresentados estão em consonância com as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica - Resolução 456 de 29/11/2000 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Consumidores do Grupo A: são consumidores com fornecimento de tensão igual ou superior a 2,3 kV. Exemplo: grandes indústrias.

Consumidores do Grupo B: são consumidores com fornecimento em tensão inferior a 2,3 kV. Exemplo: consumidores residenciais, comerciais, etc.

De acordo com a legislação, consumidor é uma pessoa física ou jurídica, ou comunidade de fato ou de direito, legalmente representada, que solicitar à distribuidora o fornecimento de energia elétrica e assumir responsabilidades pelo pagamento das faturas e demais obrigações fixadas em normas e regulamentos da ANEEL, assim vinculando-se aos contratos de fornecimento ou de adesão conforme o caso.

Para que os consumidores do Grupo B sejam conectados ao sistema de distribuição da concessionária distribuidora de energia elétrica, depois de cumpridas exigências técnicas, o Poder Concedente (ANEEL) definiu um Contrato de Adesão padrão (Anexo I), válido para todas as classes de consumidores de todas as distribuidoras de país.

Composição dos consumidores do Sistema Cataguases Leopoldina por Grupo de Envelhecimento

Os gráficos abaixo apresentam em percentuais a composição e distribuição dos consumidores do SCL por Grupo em quantidade e participação no faturamento (R\$), tendo como base o faturamento de julho 2007:

1



PARTICIPAÇÃO DO FATURAMENTO



PARTICIPAÇÃO DO N.º CONSUMIDORES



Resposta	Porcentagem
GRIPE DUA	66.9%
GRIPE COM	33.1%

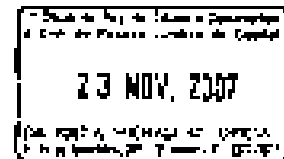
Ordem de lançamento dos computadores pode ser resumida da seguinte forma:

- O ciclo de cobrança dos consumidores inadimplentes pode ser resumido da seguinte forma:

- Apresentação do reativo das famílias vendidas e não pagas.
- Suspensão (total) das unidades multiplicantes.
- Outras formas de cobrança.

GRIPOS	EVENTOS					
	Entrega de Medalhas	Entrega de Troféus	Apresentação da Tropa	Vencimento da Tropa	Entrega do Raposo*	Comemoração Suplente à Tropa
Grupo B	01-05-2007	03-05-2007	04-05-2007	11-05-2007	01-08-2007	01-08-2007

- Através de entrega presencial;
- Através das faturas de entrega.



Políticas e Gestão de Cobrança

A gestão e o controle da inadimplência são tratados com primazia pelas empresas de SCL. Para tanto foram estabelecidos três indicadores de unidade:

- Inadimplência nos últimos doze meses (diferença entre os valores faturados e arrecadados nos últimos 12 meses, dividido pelo faturamento total dos últimos 12 meses);
- Pendente (somatório de contas a receber vencidas, contas impedidas de sorte por força judicial e contas parceladas, dividido pelo faturamento médio dos últimos 12 meses); e
- Adimplência (valor total recebido no mês até o vencimento dividido pelo valor total do faturamento vencido no mês).

Cada empresa possui metas para redução dos índices de inadimplência e pendente e aumento do indicador de adimplência, desenvolvendo planos de medidas específicos para atingir essas metas. Esses índices e planos são acompanhados mensalmente e são utilizados para avaliar a gestão das empresas.

Ações de Cobrança

As empresas antes de utilizar o direito de suspender o fornecimento aos consumidores inadimplentes, procuram negociar com os mesmos o pagamento dos débitos. Depois de cumpridas as etapas acima, como último recurso as empresas passam para a suspensão do fornecimento de energia aos consumidores inadimplentes.

Portanto, considerando a incapacidade de suspender o fornecimento de todas as consumidoras, o critério utilizado para priorizar a suspensão é o valor do débito, ou seja, são priorizadas as consumidoras com débitos maiores.

Além da suspensão do fornecimento aos consumidores inadimplentes, as empresas do SCL utilizam outros métodos visando o recebimento de débitos vencidos:

- Terceirização: Os consumidores que foram desligados e que tenham débitos vencidos há mais de 90 dias estão sendo cobrados através de terceiros, com boa recuperação.
- Parcelamento: Para alguns casos específicos, é possível o consumidor negociar um parcelamento de seus débitos, mediante o pagamento de uma entrada (30 a 40% do débito) e a cobrança de juros e multas.

Existem estudos preliminares para inclusão dos consumidores inadimplentes no Serviço de Proteção ao Crédito – SPC, visando reduzir ainda mais os índices de inadimplência.

Perspectivas Futuras

Recentemente foi aprovada a Lei 10.848, denominada Novo Modelo do Setor Elétrico, que em um dos seus artigos, buscou-se a redução do inadimplemento dos consumidores junto às distribuidoras. Abaixo transcrevemos o artigo da referida lei:

Art. 23 - As concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica poderão, conforme disciplina a ser estabelecida pela ANEEL, condicionar a continuidade do fornecimento aos usuários inadimplentes de mais de uma fatura mensal em um período de doze meses;

I - ao oferecimento de depósito-caução, limitado ao valor inadimplido, não se aplicando o disposto neste inciso ao consumidor integrante da Classe Residencial; ou

II - a consignação de valor entre o titular da unidade consumidora e o imóvel onde ela se encontra, não se aplicando o disposto neste inciso ao consumidor integrante da Subclasse Residência Baixa Tensão;

§ 1º Em se tratando de inadimplência de usuário após o fornecimento de energia, poderá a concessionária ou permissionária do serviço público de distribuição de energia elétrica exigir que o usuário inadimplente, para utilizar-se do serviço de distribuição, apresente contrato de compra de energia junto a outro agente comercializador.

§ 2º Não se aplica o disposto nos incisos I e II deste artigo aos consumidores que prestam serviços públicos essenciais, conforme disciplina específica da ANEEL. ."

Anexo 1 - Modelo do Contrato de Adesão

CONTRATO DE ADESÃO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA UNIDADES CONSUMIDORAS DE BAIXA TENSÃO

A (nome da CONCESSIONÁRIA), CNPJ nº (00.000.000/000-00), com sede (endereço completo), doravante denominada CONCESSIONÁRIA, em conformidade com a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e (nome do CONSUMIDOR), (documento de identificação e número), (CPF ou nome, ou CNPJ), doravante denominado CONSUMIDOR, responsável pela unidade consumidora nº (número de referência), situada no (a) (endereço completo da unidade consumidora), aderece, de forma integral a este Contrato de Prestação de Serviço Público de Energia Elétrica para Unidades Consumidoras atendidas em Baixa Tensão, na forma do Contrato de Adesão, com base nas condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, e pelos demais regulamentos presentes e futuros que disciplinam a prestação do serviço público de energia elétrica.

DAS DEFINIÇÕES

Para os fins e efeitos deste Contrato são adotadas as seguintes definições:

CARGA INSTALADA: soma das potências de cada equipamento elétrico, ou eletrodoméstico, que esteja instalado na unidade consumidora, expressa em quilowatt (kW);

CONCESSIONÁRIA: empresa distribuidora de energia elétrica, responsável pela prestação de serviços públicos de energia elétrica;

CONSUMIDORA: pessoa física (indivíduo) ou jurídica (empresa) que solicitar à CONCESSIONÁRIA o fornecimento de energia elétrica e assumir a responsabilidade pelas obrigações fixadas em regulamentos que dispõem sobre a prestação do serviço público de energia elétrica;

ENERGIA ELÉTRICA CONSUMIDA: total da energia elétrica utilizada pelos equipamentos elétricos, ou eletrodomésticos, da unidade consumidora, medida em quilowatt-hora (kWh);

GRUPO B: agrupamento de unidades consumidoras com fornecimento em tensão inferior a 2,3 quilovolts (kV) e situadas neste Grupo;

INDICADOR DE CONTINUIDADE: valor que expressa a duração em horas e o número de interrupções ocorridas na unidade consumidora em um determinado período de tempo.

INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO: desligamento temporário da energia elétrica para conservação e manutenção da rede elétrica e em situações de casos fortuitos ou de força maior;

PADRÃO DE TENSÃO: níveis máximos e mínimos de tensão, expressos em Volts (v), em que a CONCESSIONÁRIA deve entregar a energia elétrica na unidade consumidora, de acordo com os valores estabelecidos pela ANEEL;

PONTO DE ENTREGA: é o ponto de conexão do sistema elétrico da CONCESSIONÁRIA com as instalações elétricas da unidade consumidora;

POTÊNCIA DISPONIBILIZADA: potência de que o sistema elétrico da CONCESSIONÁRIA deve dispor para atender os equipamentos elétricos, ou eletrodomésticos, da unidade consumidora;

POTÊNCIA ELÉTRICA: é a quantidade de energia elétrica que cada equipamento elétrico ou eletrodoméstico pode consumir, por unidade de tempo, medida em quilowatt (kW);

SUSPENSÃO DE FORNECIMENTO: é o desligamento de energia elétrica da unidade consumidora, sempre que o consumidor não cumprir com as suas obrigações definidas na Clausula Quinta.

TARIFA: valor monetário fixado em Reais, por unidade de energia elétrica consumida;

UNIDADE CONSUMIDORA: residência, estabelecimento comercial, de serviços, industrial, rural ou do poder público, composto de instalações e equipamentos elétricos, caracterizados pelo recebimento de energia elétrica em um só ponto de entrega, com medição individualizada.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Este instrumento contém as principais condições da prestação e utilização do serviço público de energia elétrica entre a CONCESSIONÁRIA e o CONSUMIDOR, de acordo com as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, e sem prejuízo dos demais regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ABRANGÊNCIA

Este contrato aplica-se aos consumidores pertencentes ao Grupo B, com fornecimento de energia elétrica em Baixa Tensão.

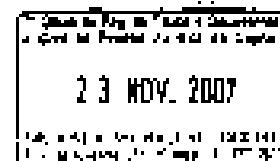
DAS CONDIÇÕES BÁSICAS DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRINCIPAIS DIREITOS DO CONSUMIDOR

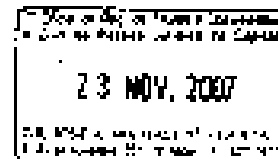
Os principais direitos do CONSUMIDOR são:

1. Receber energia elétrica em sua unidade consumidora, nos padrões de tensão e de índices de continuidade estabelecidos;

2. Ser orientado sobre o uso eficiente da energia elétrica, de modo a reduzir desperdícios e garantir a segurança na sua utilização;



3. Escolher uma entre pelo menos 6 (seis) datas disponibilizadas pela CONCESSIONÁRIA para o vencimento da fatura;
4. Receber a fatura com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data do vencimento e de 30 (dez) dias úteis, da mesma data, quando a unidade consumidora for classificada como Poder Público ou Serviço Público;
5. Responder apenas por débitos relativos à fatura de energia elétrica de sua responsabilidade;
6. Ser o serviço de atendimento telefônico gratuito disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia para a solução de problemas emergenciais;
7. Ser atendido em suas solicitações e reclamações feitas à CONCESSIONÁRIA sem ter que se deslocar da municipalidade onde se encontra a unidade consumidora;
8. Ser informado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sobre providências quanto às solicitações ou reclamações;
9. Ser informado, na fatura, sobre a existência de faturas não pagas;
10. Ser informado, na fatura, do percentual de reajuste da tarifa de energia elétrica e a data de início de sua vigência;
11. Ser ressarcido, em dobro, por valores cobrados e pagos indevidamente, salvo hipótese de engano justificável;
12. Ser informado, por escrito, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sobre a possibilidade da suspensão do fornecimento por falta de pagamento;
13. Ter a energia elétrica religada, no caso de suspensão indevida, sem quaisquer despesas, no prazo máximo de até quatro (quatro) horas, a partir da constatação da CONCESSIONÁRIA ou da informação do CONSUMIDOR;
14. Receber, em caso de suspensão indevida do fornecimento, o maior valor entre o dobro da religação de urgência ou 20% (vinte por cento) do líquido da primeira fatura após a religação da unidade consumidora;
15. Ter a energia elétrica religada, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após informar o pagamento de fatura pendente;
16. Ser ressarcido, quando couber, pelo custo a reposição de equipamentos elétricos ou eletrodomésticos danificados em função da prestação do serviço inadequado do fornecimento de energia elétrica, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a partir da respectiva data de solicitação;
17. Ser informado sobre a existência de interrupções programadas, por meio de jornais, revistas, rádio, televisão, ou outro meio de comunicação, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas;
18. Ser informado por documento escrito e individual, sobre as interrupções programadas, com antecedência mínima de cinco (cinco) dias úteis, quando ocorrer na unidade consumidora prevista que dependa de equipamentos elétricos indispensáveis à vida;
19. Ter, para fins de consulta, nos locais de atendimento, acesso às Normas e Padrões da CONCESSIONÁRIA e as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica.



30. Ter a unidade consumidora classificada de modo a proporcionar a aplicação da tarifa mais vantajosa a que o consumidor tiver direito, em especial quanto a Subclasse Residencial Baixa Renda e Classe Rural.

CLÁUSULA QUARTA: DOS PRINCIPAIS DEVERES DO CONSUMIDOR

Os principais deveres do CONSUMIDOR são:

- Manter a adequação técnica e a segurança das instalações elétricas internas da unidade consumidora, de acordo com as normas técnicas brasileiras;
- Responder pela guarda e integridade dos equipamentos de medição quando instalados no interior da unidade consumidora;
- Manter livre a entrada de empregados e representantes da CONCESSIONÁRIA para fins de inspeção e leitura dos medidores de energia;
- Pagar pela fatura de energia elétrica até a data do vencimento, sujeitando-se às penalidades cabíveis em caso de atraso;
- Informar à CONCESSIONÁRIA sobre a existência de pessoa, na unidade consumidora, que use equipamentos elétricos indispensáveis à vida;
- Manter os dados cadastrais atualizados junto à CONCESSIONÁRIA;
- Informar as alterações da atividade exercida (comércio, residência, rural, serviços) na unidade consumidora;
- Consultar a CONCESSIONÁRIA quando o aumento da carga instalada da unidade consumidora exigir elevação da potência disponibilizada.

CLÁUSULA QUINTA: DA SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO

Não se caracteriza como desconexão do serviço a sua interrupção em situações de emergência, conforme item 3 a seguir, ou após prévio aviso, conforme os itens 4 e 5:

Razões de ordem técnica ou de segurança das instalações;

Procedimentos irregulares constatados na unidade consumidora;

Revenda ou fornecimento de energia elétrica a terceiros;

Impedimento do acesso de empregados e representantes da CONCESSIONÁRIA, por a leitura e inspeção necessárias; e

Falta de pagamento da fatura de energia elétrica.

CLÁUSULA SEXTA: DA EXECUÇÃO E COBRANÇA DE OUTROS SERVIÇOS

A CONCESSIONÁRIA poderá:

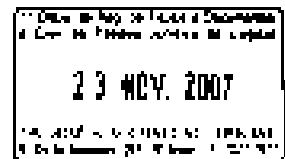
Executar outros serviços que não estejam vinculados à prestação de serviços públicos de energia elétrica, desde que o CONSUMIDOR, por sua livre escolha, decida contratar;

Incluir na fatura, de forma discriminada, a cobrança de outros serviços, desde que autorizada antecipadamente pelo CONSUMIDOR;

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESCISÃO

Este Contrato poderá ser rescindido nas seguintes situações:

1



Por ação do CONSUMIDOR: mediante pedido de desligamento ou alteração da titularidade da unidade consumidora;

Por ação da CONCESSIONÁRIA: quando houver solicitação de alteração de responsabilidade da unidade consumidora por novo interessado;

CLÁUSULA OITAVA: DOS RECURSOS E DA COMPETÊNCIA

Caso o CONSUMIDOR tenha reclamações ou reclamações sobre a prestação do serviço deverá fazê-las à CONCESSIONÁRIA, e não concordando com o resultado obtido tem o direito de apresentar recurso à Agência Estadual competente. Caso não haja Agência competente no Estado o consumidor poderá recorrer à ANEEL.

LOGOMARCA da
CONCESSIONÁRIA

LOGOMARCA da
Estadual

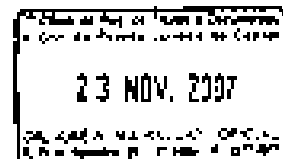
Agência LOGOMARCA da ANEEL

Telefone:
0800 XX XXXX
www.concessionária.xx.br

Telefone:
0800 XX XXXX
www.agência.xx.br

Telefone:
0800 XX XXXX
www.aneel.gov.br

ANEXO III
Modelo do Suplemento



Suplemento da [...] série de Quotas Seniores

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energia

C.N.P.J. nº [...]

A [...] série de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energia (o "FIDC II"), emitida nos termos do Regulamento do FIDC II, registrado em [...] de [...] de [...] no [...],^o Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo sob nº [...], terá as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas Seniores: [...] e [...];
- b) Data de Emissão: [...] de [...] de [...];
- c) Período de Carência: de [...] de [...] de [...] até [...] de [...] de [...];
- d) Data de Resgate: [...] de [...] de [...]; e
- e) Fator Spread (CD) = [...]%, ao ano, calculado com base em um ano de 252 dias úteis.

Os termos utilizados neste Suplemento, indicados em letras maiúsculas (excetam no singular no seu plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, [...] de [...] de [...]

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energia
Por
Cargo:

Testemunhas:

1. _____
Nome
RG:
C.P.F.:

2. _____
Nome
RG:
C.P.F.:

uf

10

Cláusula 4 - Outras Disposições. Todas as demais disposições do Regulamento que não tenham sido expressamente alteradas por este instrumento, são desde logo ratificadas e permanecem em pleno vigor e efeito.

São Paulo, 19 de novembro de 2007.

São Paulo, 19 de novembro de 2007.

Seu Estímulo Inf. de Crédito
INTERAG. DE CREDIT. E INVEST.

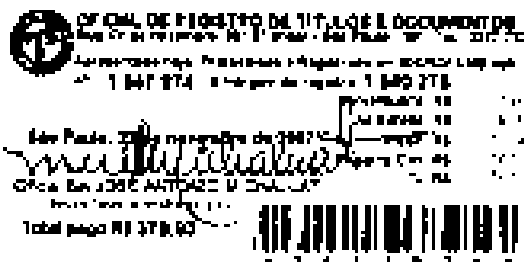
Caro Augusto Salomão,
Presidente do Conselho de Administração
da Interag. de Crédito e Investimento

Parabéns pelo investimento em Direção Creditícia, Engenharia
e Administração de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Testimonials:


Fabio Sirodo
Co-ordinator, Project for Communities
Fidelis Bank
099-264-814-18
011-26-363-7

Erik Acid Blasetto
OFF 206.144.750-41
MO 24.403.110-41



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO IV

CONTRATO DE CESSÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO
DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

entre:

COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAYOS-LEOPOLDINA – CFLCL

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE NOVA FRIBURGO – CENT

COMPANHIA ENERGÉTICA DA BORDOREMA – CELB

EMPRESA ENERGÉTICA DE SERGIPE S.A. – ENEROSPE

e

SOCIEDADE ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARABIA – SAEIPA
como Cessionária

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ENERGISA
como Cessionária

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
como Administradora

e

BANCO ITAÚ S.A.
como Consultoria e Agente de Centralização de Recebimentos

Fazem

25 de novembro de 2007

4

2

**CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO
DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente instrumento particular,

(a) **COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA - CFLCL**, sociedade por ações com sede na Praça Rui Barbosa, nº 80 - centro, na Cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.527.639/0001-58, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("CFLCL");

(b) **COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE NOVA FRIBURGO - CENF**, sociedade por ações com sede na Avenida Euterpe Friburguense, nº 111/113 - centro, na Cidade de Nova Friburgo, Estado de Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.249.046/0001-06, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("CENF");

(c) **COMPANHIA ENERGÉTICA DA BORBOREMA - CELB**, sociedade por ações com sede na Avenida Elpidio de Almeida, nº 1.111, na Cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.826.596/0001-95, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("CELB");

(d) **EMPRESA ENERGÉTICA DE SERGIPE S.A. - ENERGIPE**, sociedade por ações com sede na Rua Ministro Apolônio Sales, nº 81, na Cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.017.462/0001-63, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("ENERGIPE"); e

(e) **SOCIEDADE ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAÍBA - SAELPA**, sociedade por ações com sede na BR 230, km 25, Bairro do Cristo Redentor, na Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.095.183/0001-40, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("SAELPA" e em conjunto com CFLCL, CENF, CELB e ENERGIPE, "Cedentes");

(f) **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ENERGISA**, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, neste ato representado na forma do seu Regulamento pela INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., abaixo qualificada ("Cessionário" ou "FIDC II", e em conjunto com as Cedentes, as "Partes" e, individualmente, a "Parte");

e como intervenientes (os "Intervenientes");

(g) **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade controlada diretamente pelo Banco Itaú S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.418.140/0001-31, na qualidade de instituição administradora do FIDC II, neste ato representada na forma de seu contrato social (a "Administradora"); e

(h) **BANCO ITAÚ S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº. 100 - Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, na qualidade de Custodiante e Agente de Centralização de Recebimentos, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social.

CONSIDERANDO QUE o Cessionário é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários

(“CVM”) nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada (“ICVM 356”), cujo funcionamento encontra-se pendente de registro na CVM;

CONSIDERANDO QUE as Cedentes são titulares de concessões de prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nos termos dos respectivos Contratos de Concessão de que são partes, sendo as Cedentes capazes de originar periodicamente direitos creditórios contra seus consumidores por meio da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica;

CONSIDERANDO QUE o regulamento do FIDC II (o “Regulamento”) prevê a distribuição de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas;

CONSIDERANDO QUE os recursos a serem captados com a emissão e colocação das Quotas Seniores serão utilizados pelo Cessionário para aquisição de direitos creditórios de titularidade das Cedentes, originados da prestação de serviços de distribuição, preponderantemente futura, de energia elétrica pelas Cedentes aos seus Consumidores;

CONSIDERANDO QUE as Cedentes já realizaram, anteriormente, cessão de direitos creditórios, preponderantemente futuros, oriundos da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica pelas Cedentes aos seus Consumidores, por meio da celebração do “Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças”, celebrado em 11 de julho de 2005, entre as Cedentes e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Sistema Cataguazes-Leopoldina (o “Contrato de Cessão FIDC I” e o “FIDC I”, respectivamente);

CONSIDERANDO QUE as Cedentes encontram-se integralmente adimplentes com suas obrigações previstas no Contrato de Cessão FIDC I e que em auditoria da KPMG Auditores Independentes constatou-se a originação de direitos creditórios suficientes para realização da operação prevista neste “Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças” (o “Contrato de Cessão”);

CONSIDERANDO QUE as Cedentes obtiveram autorização expressa, conferida pela Assembléia Geral de Quotistas do FIDC I, datada de 05 de junho de 2007, para realização da presente operação;

CONSIDERANDO QUE o Banco Itaú S.A. foi contratado, tanto pelo FIDC I, como pelo FIDC II, para prestação dos serviços de custódia de que trata o artigo 38 da ICVM 356, e de centralização de recebimentos e transferência de recursos referentes às Faturas de Energia emitidas pelas Cedentes contra seus Consumidores.

ISTO POSTO, resolvem as Partes e os Intervenientes celebrar o presente Contrato de Cessão, que terá registro para cláusulas e condições e seguir disponibilidade;

Handwritten signature and a circular stamp.Handwritten signature.Handwritten signature.Handwritten signature.Handwritten signature.

CLÁUSULA I DEFINIÇÕES

1.1 Os termos iniciados em letras maiúsculas e utilizados neste Contrato (estejam no singular ou no plural), que não sejam diversamente definidos neste Contrato de Cessão, terão os seguintes significados:

Aditamentos aos
Convênios de Arrecadação:

são todos os aditamentos aos Convênios de Arrecadação que serão celebrados, na Data de Encerramento, entre os Agentes Arrecadadores, as Cedentes, o FIDC I e/ou o FIDC II, conforme os modelos constantes do Anexo I deste Contrato de Cessão, para ratificar o depósito pelos Agentes Arrecadadores da totalidade dos recursos oriundos da liquidação das Faturas de Energia diretamente nas Contas de Centralização de Recebimentos;

Administradora:

é a Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.;

Agente de Centralização
de Recebimentos:

é o Banco Itaú, ou seu sucessor a qualquer título;

Agentes Arrecadadores:

são os bancos e demais pessoas jurídicas, relacionados no Anexo II ao presente Contrato, que foram contratados pelas Cedentes, nos termos dos Convênios de Arrecadação, para a realização dos serviços de arrecadação dos Direitos Creditórios FIDC II oriundos da prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica pelas Cedentes aos Consumidores nos Municípios Selecionados;

Amortização Periódica:

é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo FIDC II nas Datas de Amortização, calculada na forma do Capítulo XI do Regulamento;

ANEEL:

é a Agência Nacional de Energia Elétrica;

Assembleia Geral:

é a Assembleia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Regulamento;

Banco Itaú:

é o Banco Itaú S.A.;

BM&F:

é a Bolsa de Mercadorias & Futuros;

Cedentes:

são a CFLCL, CENF, CELB, ENERGIPE, e SAELPA;

Cedente Líder:

40 CFLCL

Cedentes do Grupo 1:	são as seguintes Cedentes consideradas em conjunto: CFLCL, ENERGIPE e SAELPA;
Cedentes do Grupo 2:	são as seguintes Cedentes consideradas em conjunto: CENF e CELB;
CELB:	é a Companhia Energética da Borborema – CELB;
CENF:	é a Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo – CENF;
Cessão FIDC I:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.2(i) deste Contrato;
Cessão FIDC II:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1. deste Contrato;
Cessão FIDC II Com Condição Suspensiva:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.2(iii) deste Contrato;
Cessão Secundária:	significa uma Cessão FIDC II e/ou uma Cessão FIDC II Com Condição Suspensiva, conjuntamente consideradas, nos termos da Cláusula 3.1 deste Contrato;
CETIP:	é a CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação;
CFLCL:	é a Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina – CFLCL;
Condição Suspensiva FIDC II:	é o advento de qualquer um dos Eventos de Revisão ou Eventos de Liquidação FIDC II, com os efeitos que lhes são atribuídos nos termos da Cláusula XVI deste Contrato;
Consumidores:	são todos os consumidores das Cedentes, classificados como consumidores do Grupo B nos termos da Resolução ANEEL nº 456/00 e suas posteriores alterações, domiciliados nos Municípios Selecionados;
Contas das Cedentes:	são as 5 (cinco) contas-correntes, cada qual de titularidade de uma das Cedentes, mantidas junto ao Banco Itaú, agência nº 275, sob os nºs 54937-6 (de titularidade da CFLCL), 54938-4 (de titularidade da CENF), 54934-3 (de titularidade da CELB), 54935-0 (de titularidade da ENERGIPE) e 54936-8 (de titularidade da SAELPA), destinadas ao recebimento dos recursos de titularidade das Cedentes depositados nas Contas de Centralização de Recebimentos, de acordo com os procedimentos previstos neste Contrato de

Cessão e no Contrato de Serviços de Centralização;

Contas de Centralização de Recebimentos:

são as 5 (cinco) contas abertas e mantidas pelo Banco Itaú, na qualidade de Agente de Centralização de Recebimentos, no próprio Banco Itaú, agência 910, cada qual destinada a receber os pagamentos da totalidade dos Direitos Creditórios FIDC II originados por cada uma das Cedentes nos Municípios Seleccionados e nos Municípios Adicionados em Razão de Inadimplemento, sob as denominações de contas de compensação de nºs 09575-1 (CFLCL), 09576-9 (CENF), 09577-7 (CELB), 09578-5 (ENERGIPE) e 09579-3 (SAELPA);

Contas de Conciliação FIDC I:

são as 5 (cinco) contas-correntes, de titularidade do FIDC I, cada qual identificada por cada Cedente e destinada ao recebimento do produto da liquidação dos direitos creditórios cedidos pela respectiva Cedente ao FIDC I, mantidas junto ao Banco Itaú, agência nº 2001, sob os nºs 52.440-0 (CFLCL), 52.441-8 (CENF), 52.442-6 (CELB), 52.443-4 (ENERGIPE) e 52.444-2 (SAELPA);

Contas de Conciliação FIDC II:

são as 5 (cinco) contas-correntes a serem abertas pelo FIDC II no Banco Itaú, agência nº 2001, cada qual identificada por cada Cedente e destinada ao recebimento do produto da liquidação dos Direitos Creditórios FIDC II cedidos pela respectiva Cedente ao FIDC II;

Conta de Movimentação do FIDC II:

é a conta corrente a ser aberta e mantida pelo FIDC II no Banco Itaú, agência nº 2001, destinada ao recebimento dos recursos de titularidade do FIDC II que sejam depositados nas Contas de Conciliação FIDC II;

Contrato de Cessão ou Contrato:

significa este Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avencas;

Contrato de Cessão FIDC I:

tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo desde Contrato;

Contratos de Concessão:

são os seguintes contratos: Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 40/99, celebrado entre a CFLCL e a ANEEL, em 18 de fevereiro de 1999; Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 40/99, celebrado entre a CENF e

	<p>ANEEL, em 18 de junho de 1999; Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 07/97, celebrado entre a ENERGIPE e a ANEEL, em 27 de dezembro de 1997 e aditado em 9 de agosto de 2000; Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 08/2000, celebrado entre a CELB e a ANEEL, em 4 de fevereiro de 2000; e Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 19/2001, celebrado entre a SAELPA e a ANEEL, em 21 de março de 2001;</p>
Contrato de Custódia:	<p>é o “Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios”, a ser firmado entre o Custodiante, o FIDC II e as Cedentes;</p>
Contrato de Serviços de Centralização:	<p>é o “Contrato de Serviços de Centralização de Recebimentos”, a ser firmado entre o Agente de Centralização de Recebimentos, as Cedentes e o FIDC II;</p>
Convênios de Arrecadação:	<p>são todos os contratos, instrumentos ou acordos escritos, e seus aditamentos, celebrados ou que venham a ser celebrados, por cada Cedente e os respectivos Agentes Arrecadores, identificados no Anexo II deste Contrato;</p>
Critérios de Elegibilidade FIDC II:	<p>tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 27 do Regulamento;</p>
Custodiante:	<p>é o Banco Itaú, ou seu sucessor a qualquer título;</p>
CVM:	<p>é a Comissão de Valores Mobiliários;</p>
Datas de Amortização:	<p>tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 46 do Regulamento;</p>
Data de Aquisição e Pagamento FIDC II:	<p>tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.2 deste Contrato;</p>
Data de Assinatura do Termo de Cessão FIDC II:	<p>é a data em que cada Termo de Cessão FIDC II é assinado pelas Partes e os Intervenientes com relação a cada cessão de Direitos Creditórios FIDC II;</p>
Data de Encerramento:	<p>é a data de encerramento do FIDC I;</p>
Data de Início de Originação FIDC II:	<p>é o primeiro dia útil após ter sido integralmente</p>

integrado a Cessão FIDC I, com relação a

	cada cessão realizada nos termos deste Contrato;
Data de Integralização das Quotas Seniores:	é a data de integralização das Quotas Seniores de cada série;
Direitos Creditórios FIDC II:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1 deste Contrato, observado o disposto na Cláusula 2.1.6.1;
Direitos Creditórios FIDC II Adicionais:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.1 deste Contrato;
Direitos Creditórios FIDC II Cedidos em Permuta:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 8.2 deste Contrato;
Direitos Creditórios FIDC II dos Municípios Adicionais:	tem o significado que lhe é atribuído Cláusula 6.5 deste Contrato;
Direitos Creditórios FIDC II dos Municípios Adicionados em Razão de Inadimplemento:	tem o significado que lhe é atribuído Cláusula 6.1 deste Contrato;
Direitos Creditórios FIDC II Objeto de Cessão Com Condição Suspensiva:	tem o significado que lhe é atribuído Cláusula 2.1.2(iii) deste Contrato;
Direitos Creditórios FIDC II Permutáveis:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 8.1 deste Contrato;
Direitos Creditórios Objeto de Cessão Condicional FIDC I:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.1(ii) deste Contrato;
Direitos Creditórios Objeto de Cessão Definitiva FIDC I:	tem o significado que lhe é atribuído Cláusula 2.1.1(i) deste Contrato;
Direitos Creditórios Objeto de Cessão FIDC II:	tem o significado que lhe é atribuído Cláusula 2.1.2 (i) deste Contrato;
Direitos Creditórios Objeto de Permuta Obrigatória FIDC I:	tem o significado que lhe é atribuído Cláusula 2.1.1(iii) deste Contrato;
Documentos Comprobatórios:	tem o significado que lhe é atribuído Cláusula 2.3 deste Contrato;
Documentos da Operação:	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contrato de Cessão, Regulamento, Convênios de Arrecadação (aditados pelos Aditamentos dos Convênios de Arrecadação), Contrato de Serviços de Centralização, Contrato de Custódia, Contrato de Colocação e Contrato de Serviços de Classificação de Risco;

4

Encargos do FIDC II:	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 33 do Regulamento;
ENERGIPE:	é a Empresa Energética de Sergipe S.A. – ENERGIPE;
Eventos de Avaliação FIDC II:	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 59 do Regulamento;
Eventos de Liquidação FIDC II:	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 61 do Regulamento;
Evento de Revisão:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 15.1 deste Contrato;
Fator <i>Spread</i> :	é o fator <i>spread</i> de cada série de Quotas Seniores, aplicado sobre a Taxa DI; o Fator <i>Spread</i> é determinado com base em procedimento de <i>bookbuilding</i> , conforme previsto no Parágrafo 2º do Artigo 36 do Regulamento e deverá ser indicado no Suplemento da respectiva série de Quotas Seniores;
Faturas de Energia:	são todas as contas de consumo de energia elétrica emitidas periodicamente, em cada Período de Originação FIDC II por cada Cedente contra seus Consumidores domiciliados nos Municípios Selecionados, em razão da distribuição de energia elétrica pela respectiva Cedente;
FIDC I:	é o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Sistema Cataguazes-Leopoldina, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, representado na forma do seu regulamento pela INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.436.093/0001-40
FIDC II:	é o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa;
ICVM 356:	é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pelas Instruções CVM nº 393, datada de 22 de julho de 2003, nº 435, de 5 de julho de 2006, nº 442, de 08 de dezembro de 2006, e nº 446, de 29 de dezembro de 2006;

IGPM:	é o Índice Geral de Preços - Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
Informações Confidenciais:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 20.1 deste Contrato;
Lei das Sociedades por Ações:	é a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;
Mandatária:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 21.1 deste Contrato;
Municípios Adicionados em Razão de Inadimplemento:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.1 deste Contrato;
Municípios Adicionais	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.5 deste Contrato;
Municípios Selecionados:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1 deste Contrato;
Novas Quotas Seniores	tem o significado que lhe é atribuído Cláusula 6.5 deste Contrato;
Novos Convênios de Arrecadação:	tem o significado que lhe é atribuído Cláusula 13.1(a) deste Contrato;
Obrigações do FIDC I:	Todas as obrigações do FIDC I previstas no regulamento do FIDC I e nos demais documentos relacionados ao FIDC I, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de pagamento dos encargos do FIDC I, da remuneração, da amortização e do resgate das quotas seniores emitidas pelo FIDC I, tudo conforme estabelecido no regulamento do FIDC I e nos demais documentos relacionados ao FIDC I;
Obrigações do FIDC II:	são todas as obrigações do FIDC II previstas no Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de pagamento dos Encargos do FIDC II, da remuneração, da amortização e do resgate das Quotas Seniores, tudo conforme estabelecido no Regulamento e nos demais Documentos da Operação;
Partes Obrigadas:	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 20.1 deste Contrato;
Partes Relevantes:	são as seguintes sociedades: Energisa S.A., CFLCL, ENERGIPE, SAELPA, CENF e CELB;

Percentual de
Cessão da 1ª Série:

é o Percentual de Cessão de cada Cedente, relativo à cessão realizada nos termos da Cláusula II deste Contrato, conforme segue: (i) CFLCL: 33,333%; (ii) CENF: 13,333%; (iii) CELB: 13,333%; (iv) ENERGIPE: 26,667%; e (v) SAELPA: 13,333%;

Percentual de Cessão:

é o percentual de Direitos Creditórios cedidos por cada Cedente, calculado sobre o respectivo valor total de cessão, com relação a cada cessão realizada nos termos deste Contrato, que será fixado nos respectivos Termos de Cessão, observados os Percentuais de Cessão da 1ª Série e a Variação Permitida do Percentual de Cessão Secundária aplicável a cada Cedente;

Percentual de Obrigação:

é o percentual de obrigações de cada Cedente sobre a totalidade das Obrigações do FIDC II, que será ajustado e fixado no respectivo Termo de Cessão FIDC II sempre que houver uma cessão nos termos deste Contrato (com exceção da cessão realizada nos termos da Cláusula II deste Contrato, cujos respectivos Percentuais de Obrigação são equivalentes aos Percentuais de Cessão da 1ª Série), de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 5.6 deste Contrato;

Período de Carência:

são os Períodos de Originação FIDC II em que não há amortização do valor do principal das Quotas Seniores, com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo FIDC II;

Período de Originação
FIDC I:

é cada um dos meses calendários, a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao mês de pagamento do Preço de Aquisição FIDC I (conforme definido no Contrato de Cessão FIDC I), até a integral liquidação das Obrigações do FIDC I, com relação a cada uma das séries de quotas seniores emitidas pelo FIDC I;

Período de Originação
FIDC II:

é cada um dos meses calendários, a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao mês de pagamento do Preço de Aquisição FIDC II, até a integral liquidação das Obrigações do FIDC II, com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo FIDC II, sendo que, até a Data de Encerramento, o Período de Originação FIDC II somente iniciar-se-á após a integral liquidação das Obrigações do FIDC I no respectivo Período de Originação FIDC I (observado que, após a Data de Encerramento, o Período de Originação FIDC II coincidirá

Permuta Obrigatória
FIDC I:

com o antigo Período de Originação FIDC I);

tem o significado que lhe é atribuído na
Cláusula 2.1.1(iii) deste Contrato;

Permuta Obrigatória
FIDC II:

tem o significado que lhe é atribuído na
Cláusula 8.1 deste Contrato;

Política de Cobrança:

é a política de cobrança adotada por cada uma
das Cedentes em face de seus respectivos
Consumidores inadimplentes no pagamento das
Faturas de Energia, conforme alterada de
tempos em tempos nos termos deste Contrato;

Preço de Aquisição FIDC I

tem o significado que lhe é atribuído no
Contrato de Cessão FIDC I;

Preço de Aquisição FIDC II:

tem o significado que lhe é atribuído na
Cláusula 4.1 deste Contrato;

Quotas:

são as Quotas Seniores e as Quotas
Subordinadas;

Quotas Seniores:

são as quotas de classe sênior, emitidas pelo
FIDC II em uma ou mais séries, incluindo as
Quotas Seniores da 1ª Série;

Quotas Seniores da 1ª Série:

são as 300 (trezentas) Quotas Seniores da
primeira série;

Quotas Subordinadas:

são as quotas de classe subordinada, emitidas
pelo FIDC II, em uma única série;

Regulamento:

é o Regulamento do FIDC II;

Representantes:

tem o significado que lhe é atribuído na
Cláusula 20.1 deste Contrato;

Reserva de Recursos:

tem o significado que lhe é atribuído no Artigo
48 do Regulamento ;

SAELPA:

é a Sociedade Anônima de Eletrificação da
Paraíba – SAELPA;

Taxa DI Futura:

é a cotação da Taxa DI referente a contratos
negociados na BM&F, com prazo de
vencimento mais próximo ao prazo utilizado no
cálculo em questão, sendo interpolada quando
necessário para ajustar o prazo dos contratos ao
prazo do referido cálculo;

Taxa DI:

é a variação da taxa média dos depósitos
institucionais de um dia, "over" extra-grupo,
expressa na forma percentual ao ano, base 252
dias úteis e corrigida a dólar fixa, calculada a

Termo de Cessão FIDC II:

divulgada pela CETIP;

é o documento celebrado pelas Partes e os Intervenientes com relação a cada cessão de Direitos Creditórios FIDC II realizada nos termos deste Contrato, compreendendo a cessão realizada nos termos da Cláusula II deste Contrato e quaisquer cessões realizadas nos termos das Cláusulas V e VI abaixo, de acordo com os modelos previstos nos Anexo III(A) e III(B) a este Contrato;

Valor Mensal da Cessão FIDC II:

é o valor correspondente, conforme o caso: (i) ao somatório do VDCC' de cada uma das Cedentes em cada um dos Períodos de Originação FIDC II durante o Período de Carência; e (ii) ao somatório do VDCC de cada uma das Cedentes em cada um dos Períodos de Originação FIDC II, exceto no Período de Carência;

Valor Mensal da Cessão FIDC II Com Condição Suspensiva:

é o valor correspondente, conforme o caso: (i) ao somatório do VCCC' de cada uma das Cedentes em cada um dos Períodos de Originação FIDC II durante o Período de Carência; e (ii) ao somatório do VCCC de cada uma das Cedentes em cada um dos Períodos de Originação FIDC II, exceto no Período de Carência;

Valor Mensal da Cessão Secundária:

é o valor correspondente, conforme o caso: (i) ao somatório do VDCC' e do VCCC' de cada uma das Cedentes em cada um dos Períodos de Originação FIDC II durante o Período de Carência; e (ii) ao somatório do VDCC e do VCCC de cada uma das Cedentes em cada um dos Períodos de Originação FIDC II, exceto no Período de Carência;

Variação Permitida do Percentual de Cessão Secundária:

é o acréscimo ou decréscimo permitido aos Percentuais de Cessão da 1ª Série de cada Cedente, com relação a cada cessão ocorrida nos termos deste Contrato (exceto a cessão prevista na Cláusula II deste Contrato, cujos percentuais aplicáveis são os próprios Percentuais de Cessão da 1ª Série): (i) Cedentes do Grupo 1: até 10 pontos percentuais; e (ii) Cedentes do Grupo 2: até 15 pontos percentuais;

VCCC:

é o valor da cessão subordinada por cada Cedente sujeito à Condição Suspensiva FIDC II em cada um dos Períodos de Originação FIDC II, exceto no Período de Carência, calculado com relação a cada uma das séries de

Quotas Seniores emitidas pelo FIDC II nos termos do Regulamento, de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 3.5.3 deste Contrato;

VCCC’:

é o valor da cessão subordinada por cada Cedente sujeito à Condição Suspensiva FIDC II em cada um dos Períodos de Originação FIDC II dentro do Período de Carência, calculado com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo FIDC II nos termos do Regulamento, de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 3.5.4 deste Contrato;

VDCC:

é o valor da cessão subordinada por cada Cedente em cada um dos Períodos de Originação FIDC II, exceto no Período de Carência, calculado com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo FIDC II nos termos do Regulamento, de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 3.5.1 deste Contrato;

VDCC’:

é o valor da cessão subordinada por cada Cedente em cada um dos Períodos de Originação FIDC II dentro do Período de Carência, calculado com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo FIDC II nos termos do Regulamento, de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 3.5.2 deste Contrato; e

VNR:

tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 1º do Artigo 48 do Regulamento.

1.2 Os demais termos iniciados com letras maiúsculas e utilizados neste Contrato, no singular ou plural, terão os mesmos significados a eles atribuídos no Regulamento.

CLÁUSULA II OBJETO E QUALIFICAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS

2.1 Cada uma das Cedentes cede e transfere, em conformidade com o Termo de Cessão FIDC II que é celebrado pelas Partes concomitantemente com a assinatura deste Contrato (de acordo com o modelo constante do Anexo III(A) deste Contrato), ao Cessionário, que adquire de acordo com os termos, condições e limitações desta Cláusula II e da Cláusula III abaixo (a “Cessão FIDC II”), direitos creditórios de titularidade das Cedentes oriundos da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica por essas distribuidoras aos Consumidores domiciliados nas seguintes áreas de concessão de cada Cedente (os “Direitos Creditórios FIDC II”): (a) com relação à CFLCL, municípios de Cataguases, Leopoldina,

Manhuaçu e Muriaé; (b) com relação à CENF, município de Nova Friburgo; (c) com relação à CELB, município de Campina Grande; (d) com relação à ENERGIPE, município de Aracajú; e (e) com relação à SAELPA, município de João Pessoa (os “Municípios Selecionados”).

2.1.1. Não constituem objeto da presente cessão, os seguintes direitos creditórios:

(i) os direitos creditórios cedidos ao FIDC I a título definitivo (os “Direitos Creditórios Objeto de Cessão Definitiva FIDC I”);

(ii) os direitos creditórios cedidos ao FIDC I sob condição suspensiva (os “Direitos Creditórios Objeto de Cessão Condicional FIDC I”) a partir do momento em que se der a implementação de qualquer das condições previstas no Contrato de Cessão FIDC I; e

(iii) os direitos creditórios permutados nos termos da Cláusula VIII do Contrato de Cessão FIDC I (os “Permuta Obrigatória FIDC I” e a “Permuta Obrigatória FIDC I”, respectivamente).

2.1.2. A cessão dos Direitos Créditórios FIDC II, durante o período compreendido entre a data de assinatura do presente Contrato de Cessão e a Data de Encerramento, deverá observar o seguinte:

(i) salvo o disposto no item (ii) abaixo, em cada Período de Originação FIDC I, as Cedentes transferirão prioritariamente, ao FIDC I, em ordem cronológica de vencimento, os direitos creditórios de titularidade das Cedentes oriundos da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica (a “Cessão FIDC I”), de forma que serão cedidos ao FIDC II apenas os direitos creditórios que sobejarem à Cessão FIDC I e que, por consequência, tenham sido originados durante o Período de Originação FIDC II (os “Direitos Creditórios Objeto de Cessão FIDC II”, respectivamente);

(ii) os Direitos Creditórios Objeto de Cessão Condicional FIDC I poderão ser transferidos ao FIDC II, desde que não tenha sido verificada qualquer condição que implemente a Cessão Condicional FIDC I, sendo considerados, para os efeitos deste Contrato de Cessão como Direitos Creditórios FIDC II; e

(iii) uma vez atingido o Valor Mensal da Cessão FIDC II em cada Período de Originação FIDC II, os próximos Direitos Creditórios FIDC II vincendos por ordem cronológica de vencimento, que atendam aos Critérios de Elegibilidade FIDC II, até o Valor Mensal da Cessão FIDC II Com Condição Suspensiva, estarão sujeitos à cessão sob condição suspensiva, nos termos da Cláusula 3.1.2 abaixo (a “Cessão FIDC II Com Condição Suspensiva” e os “Direitos Creditórios FIDC II Objeto de Cessão Com Condição Suspensiva”, respectivamente).

2.1.3 Os Direitos Creditórios Objeto de Cessão FIDC II que atendam aos Critérios de Elegibilidade FIDC II serão cedidos ao FIDC II em quantidade suficiente a atingir o Valor Mensal da Cessão FIDC II, cabendo ao Agente de Centralização de Recebimentos transferir seu produto para as Contas de Conciliação FIDC II.

2.1.4. A cessão de Direitos Creditórios Objeto de Cessão Condicional FIDC I deve ser realizada previamente à Cessão FIDC II, sendo seu produto transferido pelo Agente de Centralização de Recebimento para as Contas de Conciliação FIDC II somente quando não houver sido implementada no respectivo Período de Originação FIDC I nenhuma das condições suspensivas previstas no Contrato de Cessão FIDC I.

2.1.5. Da mesma forma, a Permuta Obrigatória FIDC I deve ser realizada previamente à Cessão Secundária, sendo que os Direitos Creditórios FIDC II somente poderão ser

transferidos pelo Agente de Centralização de Recebimento para as Contas de Conciliação FIDC II quando estes não puderem mais ser objeto de Permuta Obrigatória FIDC I, nos termos deste Contrato.

2.1.6. Após a Data de Encerramento, a Cessão FIDC I extinguir-se-á de pleno direito, passando as Cedentes a transferir os direitos creditórios por elas originados com relação aos Consumidores, prioritariamente ao FIDC II, em ordem cronológica de vencimento, em cada Período de Originação FIDC II, observadas as demais disposições deste Contrato.

2.1.6.1. Os Direitos Creditórios Objeto de Cessão Definitiva FIDC I e os Direitos Creditórios Objeto de Cessão Condicional FIDC I, desde que não tenha sido verificada nenhuma condição que implemente a Cessão Condicional FIDC I, após a Data de Encerramento serão considerados, para efeitos deste Contrato de Cessão, como Direitos Creditórios FIDC II.

2.2 Por meio da presente cessão, a partir da data de pagamento de seu respectivo preço (a “Data de Aquisição e Pagamento FIDC II”), o Cessionário adquire a titularidade dos Direitos Creditórios FIDC II, sob as condições e até os limites estabelecidos nesta Cláusula II e na Cláusula III abaixo.

2.2.1 A cessão compreende os Direitos Creditórios FIDC II vincendos na Data de Início de Originação FIDC II, mesmo que tenham sido originados e formalizados antes de tal data, e os Direitos Creditórios FIDC II a serem originados pelas Cedentes a partir da Data de Início de Originação FIDC II até a integral liquidação das Obrigações do FIDC II, observadas as condições previstas nesta Cláusula II e na Cláusula III abaixo.

2.2.2 Após a Data de Encerramento, a cessão compreenderá todos Direitos Creditórios FIDC II existentes na Data de Início de Originação FIDC II, mesmo que tenham sido originados e formalizados antes de tal data, e os Direitos Creditórios FIDC II a serem originados pelas Cedentes a partir da Data de Início de Originação FIDC II até a integral liquidação das Obrigações do FIDC II, observado o disposto neste Contrato de Cessão.

2.3 Os Direitos Creditórios FIDC II serão originados nos termos dos contratos de distribuição de energia elétrica existentes entre as Cedentes e os Consumidores e deverão ser periodicamente formalizados por meio de Faturas de Energia, cujo modelo constitui o Anexo IV a este Contrato de Cessão, as quais, em conjunto com os contratos de distribuição de energia elétrica, constituem os documentos comprobatórios da existência dos Direitos Creditórios FIDC II (os “Documentos Comprobatórios”).

2.4. As cessões objeto do presente Contrato transferem ao Cessionário a plena titularidade dos Direitos Creditórios FIDC II, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, observado o disposto na Cláusula 2.4.1 abaixo.

2.4.1. Os Direitos Creditórios FIDC II Objeto de Cessão Com Condição Suspensiva dependem da verificação das condições suspensivas previstas na Cláusula 16.1 abaixo para se tornarem de titularidade do Cessionário (as “Condições Suspensivas FIDC II”).

2.5. As Cedentes responsabilizam-se pela originação, existência e correta formalização dos Direitos Creditórios FIDC II, bem como pela liquidação correta dos valores e dos recebimentos.

CLÁUSULA III
FORMALIZAÇÃO DAS CESSÕES
DE DIREITOS CREDITÓRIOS AO FIDC II

3.1 Para todas as Cessões FIDC II realizadas nos termos deste Contrato, compreendendo a cessão prevista na Cláusula II acima e nas Cláusulas V e VI abaixo, as Cedentes obrigam-se, em cada Período de Originação FIDC II, a partir da Data de Início de Originação FIDC II, a originar e formalizar os respectivos Direitos Creditórios FIDC II: (i) objeto de Cessão FIDC II; e (ii) objeto da Cessão FIDC II Com Condição Suspensiva, doravante denominadas em conjunto apenas a “Cessão Secundária”, de acordo com o Valor Mensal da Cessão Secundária aplicável ao respectivo Período de Originação FIDC II, de modo a permitir ao Cessionário o recebimento dos recursos necessários à integral liquidação das Obrigações do FIDC II.

3.1.1 Observado o disposto na Cláusula 2.1.6 acima, em cada Período de Originação FIDC I, as Cedentes transferirão prioritariamente, em ordem cronológica de vencimento, os Direitos Creditórios objeto da Cessão FIDC I, cabendo ao FIDC II os Direitos Creditórios que sobejarem à Cessão FIDC I e que atendam aos Critérios de Elegibilidade FIDC II, em quantidade suficiente a atingir o Valor Mensal da Cessão FIDC II, observado o previsto na Cláusula 3.4 abaixo.

3.1.2 Observado o disposto na Cláusula II acima, e uma vez atingido o valor dos Direitos Creditórios Objeto de Cessão FIDC II em cada Período de Originação FIDC II, os próximos Direitos Creditórios FIDC II vincendos por ordem cronológica de vencimento, que atendam aos Critérios de Elegibilidade FIDC II, estarão sujeitos à Cessão Com Condição Suspensiva FIDC II até o Valor Mensal da Cessão FIDC II com Condição Suspensiva. O valor dos Direitos Creditórios Objeto de Cessão Com Condição Suspensiva FIDC II somado ao valor dos Direitos Creditórios Objeto de Cessão FIDC II deverão atingir o Valor Mensal da Cessão Secundária em cada Período de Originação FIDC II, observado o previsto na Cláusula 3.4 abaixo, e as preferências e prioridades do FIDC I.

3.2 Sujeito às prioridades do FIDC I previstas neste Contrato, verificando-se o advento de uma Condição Suspensiva FIDC II, a qualquer tempo, o Cessionário tornar-se-á automaticamente titular dos Direitos Creditórios Objeto de Condição Suspensiva FIDC II durante o respectivo Período de Originação FIDC II em curso e nos Períodos de Originação FIDC II subseqüentes na forma da Cláusula XVI deste Contrato, observados os limites estabelecidos nas Cláusulas 3.3 e 3.4 abaixo.

3.2.1 Caso o advento da Condição Suspensiva FIDC II ocorra após a liquidação parcial ou total dos Direitos Creditórios Objeto de Cessão Com Condição Suspensiva FIDC II no respectivo Período de Originação FIDC II, tendo sido os referidos valores creditados para as Cedentes, o Cessionário passará a ser titular dos primeiros Direitos Creditórios FIDC II vincendos, por ordem cronológica de vencimento, que atendam aos Critérios de Elegibilidade FIDC II, durante o respectivo Período de Originação FIDC II, até o Valor Mensal da Cessão Secundária, observados os limites previstos nas Cláusulas 3.3 e 3.4 abaixo.

13 Cada uma das Cedentes será responsável pela origemação e formalização, em cada Período de Originação FIDC II, dos Direitos Creditórios FIDC II correspondentes ao seu respectivo VDCI, VDCII, VDCIII ou VDCIV, conforme o caso, observando ainda o previsto na Cláusula XXII deste Contrato.

3.4 A cessão prevista no presente Contrato está limitada ao montante de Direitos Creditórios FIDC II que, compreendendo os Direitos Creditórios Objeto de Cessão FIDC II somados a Direitos Creditórios Objeto de Cessão Com Condição Suspensiva FIDC II que vierem a ser de titularidade do Cessionário em decorrência do advento de uma Condição Suspensiva FIDC II, sejam suficientes à integral liquidação das Obrigações do FIDC II, observado sempre o Percentual de Obrigação de cada Cedente.

3.5 O VDCC, o VDCC', o VCCC e o VCCC' serão calculados pela Administradora, com relação a cada Cedente, em cada Período de Originação FIDC II, com base nas seguintes fórmulas:

$$3.5.1 \quad VDCC = \text{Percentual de Obrigação} \times \left[\left(\sum_{i=1}^n VAP_i \right) + DEF + VNR \right]$$

onde,

Percentual de Obrigação: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula I deste Contrato;

VAP_i: corresponde ao valor estimado da próxima parcela de Amortização Periódica das Quotas Seniores, calculado de acordo com o Artigo 46 do Regulamento;

DEF: corresponde aos Encargos do FIDC II previstos para o Período de Originação FIDC II subsequente, conforme estabelecidos no Artigo 33 do Regulamento; e

VNR: corresponde ao valor necessário à recomposição da Reserva de Recursos, calculado de acordo com o disposto no Artigo 48 do Regulamento.

$$3.5.2 \quad VDCC' = \text{Percentual de Obrigação} \times \left[\left(\sum_{i=1}^n VAP'_i \right) + DEF + VNR \right] \text{ onde,}$$

Percentual de Obrigação: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula I deste Contrato;

VAP': corresponde ao valor estimado da primeira parcela de Amortização Periódica da série "i" de Quotas Seniores após o término do Período de Carência, calculado de acordo com o Artigo 46 do Regulamento, considerando para o cálculo do SDI a Taxa DI Futura;

DEF: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.5.1 acima; e

VNR: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.5.1 acima.

3.5.3 O VCCC será equivalente a 1,5 x o VDCC, este último calculado conforme disposto na Cláusula 3.5.1 acima.

3.5.4 O VCCC' será equivalente a 1,5 x VDCC', este último calculado conforme disposto na Cláusula 3.5.2 acima.

3.6 O valor do VDCC e VCCC ou VDCC' e VCCC', conforme o caso, juntamente com sua respectiva memória de cálculo, será fornecido pela Administradora ao Custodiante, com cópia para a Cedente Líder, em cada Período de Originação FIDC II, até o último dia útil do Período de Originação FIDC II anterior ao Período de Originação FIDC II a que se refere o

respectivo VDCC e VCCC ou VDCC' e VCCC' (conforme o caso), sendo que os valores aplicáveis ao primeiro Período de Originação FIDC II referente a cada série de Quotas Seniores serão fornecidos ao Custodiante, com cópia para a Cedente Líder, até o último dia útil do mês de pagamento do respectivo Preço de Aquisição FIDC II.

CLÁUSULA IV PAGAMENTO DA CESSÃO

4.1 Para cada uma das transferências de Direitos Creditórios FIDC II realizadas nos termos deste Contrato, compreendendo a cessão realizada nos termos da Cláusula II acima e quaisquer cessões realizadas nos termos das Cláusulas V e VI abaixo, as Partes e os Intervenientes celebrarão um Termo de Cessão FIDC II que estabelecerá o valor a ser pago pelo Cessionário para cada uma das Cedentes em razão da respectiva cessão de Direitos Creditórios FIDC II (o "Preço de Aquisição FIDC II"), e as demais condições de pagamento não previstas nesta Cláusula IV.

4.1.1 O Preço de Aquisição FIDC II será pago à respectiva Cedente, em moeda corrente nacional, no 1º (primeiro) dia útil após a respectiva Data de Integralização das Quotas Seniores.

4.2 Os comprovantes de depósito do Preço de Aquisição FIDC II nas contas das Cedentes, indicadas em cada um dos Termos de Cessão FIDC II, servirão como comprovante de quitação em favor do Cessionário de sua obrigação de pagamento do Preço de Aquisição FIDC II, nada mais sendo devido pelo Cessionário a qualquer Cedente a esse título.

CLÁUSULA V CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS ADICIONAIS

5.1 Caso as Cedentes pretendam ceder ao Cessionário novos Direitos Creditórios FIDC II de titularidade das Cedentes contra Consumidores domiciliados nos Municípios Selecionados, a Cedente Líder deverá notificar a Administradora de tal pretensão, informando o volume adicional de Direitos Creditórios FIDC II que as Cedentes pretendem ceder ao Cessionário (os "Direitos Creditórios FIDC II Adicionais"), além do prazo e parâmetro máximo para definição do Fator *Spread* da série de Quotas Seniores a ser emitida.

5.2 Cada cessão de Direitos Creditórios FIDC II Adicionais estará sujeita ao cumprimento, cumulativamente, das seguintes condições:

- (a) os Direitos Creditórios FIDC II Adicionais deverão atender aos Critérios de Elegibilidade FIDC II;
- (b) a emissão pelo Cessionário de novas séries de Quotas Seniores na forma do Regulamento;
- (c) o volume de Direitos Creditórios FIDC II Adicionais a ser cedido por cada uma das Cedentes ao Cessionário deverá obedecer ao Percentual de Cessão de cada Cedente e a Variação Permitida do Percentual de Cessão FIDC II; e
- (d) para cada cessão de Direitos Creditórios FIDC II Adicionais deverá ser celebrado um Termo de Cessão FIDC II de acordo com o modelo constante do Anexo III(A) deste Contrato.

5.3 No prazo de 15 (quinze) dias após o recebimento da notificação referida na Cláusula 5.1 acima, a Administradora deverá, observados os termos do Regulamento e do contrato de distribuição que vier a ser celebrado entre o Cessionário e instituição(ões) legalmente habilitada(s) a executar o serviço de distribuição de Quotas, informar à Cedente Líder a quantidade de Direitos Creditórios FIDC II Adicionais que o Cessionário está apto a adquirir e em quais condições.

5.4 O valor a ser pago pelo Cessionário a cada uma das Cedentes em razão de uma cessão de Direitos Creditórios FIDC II Adicionais será equivalente ao valor total da emissão da nova série de Quotas Seniores, efetivamente integralizado, multiplicado pelo Percentual de Cessão de cada Cedente na respectiva cessão, aplicando-se ao pagamento as disposições da Cláusula IV acima.

5.5 Cada Direito Creditório FIDC II Adicional cedido nos termos desta Cláusula V será considerado um Direito Creditório FIDC II para os fins dos Documentos da Operação.

5.5.1 Aplicar-se-ão *mutatis mutandis* às cessões realizadas nos termos desta Cláusula V todas as disposições deste Contrato, em especial as disposições das Cláusulas II e III acima.

5.6 Sempre que houver uma cessão de Direitos Creditórios FIDC II Adicionais, o Percentual de Obrigação de cada Cedente será recalculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Percentual de Obrigação} = \frac{\sum_{i=1}^n (\text{Percentual de Cessão}_i \times \text{VQSC}_i)}{\sum_{i=1}^n \text{VQSC}_i}$$

onde,

Percentual de Cessão_i: é o Percentual de Cessão da respectiva Cedente na série “i” de Quotas Seniores; e

VQSC_i: é o valor das Quotas Seniores da série “i” em circulação,

calculado de acordo com o previsto no Regulamento



4





CLÁUSULA VI INCLUSÃO DE MUNICÍPIOS

6.1 Independentemente das disposições da Cláusula 6.5 abaixo, cada uma das Cedentes poderá ceder ao Cessionário, mediante notificação à Administradora, direitos creditórios de sua titularidade contra consumidores domiciliados em municípios diversos dos Municípios Selecionados (os “Municípios Adicionados em Razão de Inadimplemento”), a qualquer tempo, até a liquidação integral das Obrigações do FIDC II (os “Direitos Creditórios FIDC II dos Municípios Adicionados em Razão de Inadimplemento”), desde que sejam observadas, cumulativamente, as seguintes condições:

- (a) a Cedente deverá estar inadimplente com relação às suas obrigações assumidas nos termos deste Contrato, ou deverá comprovar a real possibilidade de inadimplemento e a necessidade da inclusão de Direitos Creditórios FIDC II dos Municípios Adicionados em Razão de Inadimplemento como forma de sanar ou evitar o inadimplemento, conforme o caso;
- (b) cada cessão de Direitos Creditórios FIDC II dos Municípios Adicionados em Razão de Inadimplemento deverá ser previamente aprovada pela Assembléia Geral nos termos do Regulamento;
- (c) os Direitos Creditórios FIDC II dos Municípios Adicionados em Razão de Inadimplemento deverão atender aos Critérios de Elegibilidade FIDC II;
- (d) todos os Convênios de Arrecadação relativos aos Municípios Adicionados em Razão de Inadimplemento, que estejam em vigor na data da celebração do respectivo Termo de Cessão FIDC II, deverão ter sido objeto de Aditamentos aos Convênios de Arrecadação; e
- (e) a Administradora deve ter recebido confirmação do Custodiante e do Agente de Centralização de Recebimentos de que estão aptos a prestar ao Cessionário todos os serviços que lhe são atribuídos nos termos dos Documentos da Operação de que sejam partes, e a cumprir com todas as obrigações dali decorrentes, com relação aos Direitos Creditórios FIDC II dos Municípios Adicionados em Razão de Inadimplemento ofertados pela(s) respectiva(s) Cedente(s).

6.1.1 A Administradora deverá comunicar o Custodiante, em até 5 (cinco) dias corridos da data de recebimento da notificação prevista na Cláusula 6.1 acima, sobre a cessão dos Direitos Creditórios FIDC II dos Municípios Adicionados em Razão de Inadimplemento.

6.1.2 A confirmação do Custodiante prevista na alínea (e) da Cláusula 6.1 acima deverá ser enviada à Administradora em até 10 (dez) dias corridos da data do recebimento, pelo Custodiante, da comunicação prevista na Cláusula 6.1.1 acima.

6.2 Cada Direito Creditório dos Municípios Adicionados em Razão de Inadimplemento cedido nos termos da Cláusula 6.1 acima será considerado um Direito Creditório FIDC II, e cada Novo Município será considerado um Município Selecionado, para todos os fins e efeitos dos Documentos da Operação, a partir da realização da respectiva cessão.

6.2.1 Aplicar-se-ão *mutatis mutandis* às cessões realizadas nos termos desta Cláusula 6.1 todas as disposições deste Contrato, em especial as disposições das Cláusulas II e III acima.

6.3 Nenhum pagamento será devido pelo Cessionário a qualquer uma das Cedentes em razão de qualquer cessão nos termos desta Cláusula VI, e não haverá alteração do Valor Mensal da Cessão Secundária, tendo em vista a finalidade da(s) cessão(ões) prevista na alínea (a) da Cláusula 6.1 acima.

6.4 Observado o previsto na Cláusula 6.3 acima, sempre que houver uma cessão de Direitos Creditórios FIDC II dos Municípios Adicionados em Razão de Inadimplemento deverá ser celebrado um Termo de Cessão FIDC II de acordo com o modelo constante do Anexo III(B) deste Contrato, inclusive para o fim de aditar o Anexo II deste Contrato com a nova lista de Convênios de Arrecadação devidamente aditados mediante a celebração dos Aditamentos aos Convênios de Arrecadação pela(s) respectiva(s) Cedente(s), os Agentes Arrecadadores e o FIDC II, conforme modelo constante do Anexo I deste contrato.

6.5 Independentemente das disposições da Cláusula 6.1 acima e da inclusão dos Municípios Adicionados em Razão de Inadimplemento, cada uma das Cedentes poderá ceder ao Cessionário, no âmbito da emissão de novas séries de Quotas Seniores (as “Novas Quotas Seniores”), direitos creditórios de sua titularidade contra consumidores domiciliados em municípios diversos dos Municípios Selecionados (os “Municípios Adicionais” e os “Direitos Creditórios FIDC II dos Municípios Adicionais”, respectivamente) desde que sejam observadas, cumulativamente, as seguintes condições:

- (a) a emissão das Novas Quotas Seniores deverá ocorrer em conformidade com o Artigo 36 do Regulamento;
- (b) cada cessão de Direitos Creditórios FIDC II dos Municípios Adicionais deverá ser previamente aprovada pela Assembléia Geral nos termos do Regulamento;
- (c) os Direitos Creditórios FIDC II dos Municípios Adicionais deverão atender aos Critérios de Elegibilidade FIDC II;
- (d) todos os Convênios de Arrecadação relativos aos Municípios Adicionais, que estejam em vigor na data da celebração do respectivo Termo de Cessão FIDC II, deverão ter sido objeto de Aditamentos aos Convênios de Arrecadação; e
- (e) a Administradora deve ter recebido confirmação do Custodiante e do Agente de Centralização de Recebimentos de que estão aptos a prestar ao Cessionário todos os serviços que lhe são atribuídos nos termos dos Documentos da Operação de que sejam partes, e a cumprir com todas as obrigações dali decorrentes, com relação aos Direitos Creditórios FIDC II dos Municípios Adicionais ofertados pela(s) respectiva(s) Cedente(s).

6.6 Aplicar-se-ão *mutatis mutandis* às cessões realizadas nos termos da Cláusula 6.5 acima todas as disposições deste Contrato, em especial as disposições das Cláusulas II e III, bem como das Cláusulas 6.1.1, 6.1.2, 6.2, 6.3 e 6.4 acima.

CLÁUSULA VII VERIFICAÇÃO DA ORIGINAÇÃO, FORMALIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

7.1 O recebimento e a análise dos arquivos eletrônicos que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios FIDC II de titularidade do Cessionário será de responsabilidade do Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia.

7.1.1. Tendo em vista o reduzido valor médio dos Direitos Creditórios FIDC II, o Custodiante encontra-se dispensado de verificar seu lastro, nos termos do Artigo 38, § 3º, da ICVM 356.

7.2 O Custodiante será responsável:

- (a) pela recepção de arquivos eletrônicos a serem fornecidos pelas Cedentes, de acordo com os modelos constantes do Anexo V a este Contrato, contendo informações sobre: (i) os Direitos Creditórios originados pelas Cedentes contra os Consumidores em cada Período de Originação FIDC II; (ii) os Direitos Creditórios cedidos para o FIDC I e para o FIDC II em cada Período de Originação FIDC I e Período de Originação FIDC II, conforme o caso; e (iii) os pagamentos das Faturas de Energia pelos Consumidores;
- (b) pela verificação do atendimento dos Critérios de Elegibilidade FIDC II com relação aos Direitos Creditórios ofertados à cessão, com base nos arquivos previstos no item (a) acima;
- (c) pelo controle, transferência e conciliação dos valores depositados nas Contas de Conciliação FIDC II;
- (d) pelo controle e transferência de recursos que sejam oriundos da liquidação de Direitos Creditórios FIDC II das Contas de Conciliação FIDC II para a Conta de Movimentação FIDC II, conforme informações fornecidas pelas Cedentes, nos termos previstos neste Contrato e no Contrato de Custódia; e
- (e) pela disponibilização de relatório, na rede mundial de computadores, ao Agente de Centralização de Recebimentos, com os valores relativos à liquidação dos Direitos Creditórios FIDC II, para fins de direcionamento dos recursos depositados nas Contas de Centralização de Recebimentos para as respectivas Contas de Conciliação FIDC II.

7.3 Todo o produto decorrente do pagamento das Faturas de Energia serão direcionados pelos Agentes Arrecadores para as Contas de Centralização de Recebimentos, exceto os pagamentos efetuados por meio de cheques nos Agentes Arrecadores que não sejam instituições financeiras (tendo em vista o previsto na alínea (a) da Cláusula 8.1 abaixo), os quais serão direcionados diretamente para as Contas das Cedentes.

7.3.1 O Agente de Centralização de Recebimentos obriga-se a estabelecer e manter as Contas de Centralização de Recebimentos, que serão exclusivamente por ele movimentadas de acordo com os termos, condições e procedimentos estabelecidos neste Contrato e no Contrato de Serviços de Centralização.

7.3.2 A transferência, pelos Agentes Arrecadores, dos recursos oriundos dos pagamentos a que se refere a Cláusula 7.3 acima para as Contas de Centralização de Recebimentos será realizada nos termos dos Convênios de Arrecadação, conforme adotados pelos respectivos Aditamentos aos Convênios de Arrecadação.

7.3.3 As Cedentes e o Cessionário constituíram o Banco Itaú como Agente de Centralização de Recebimentos nos termos do Contrato de Serviços de Centralização, para o recebimento dos valores oriundos dos pagamentos a que se refere a Cláusula 7.3 acima nas Contas de Centralização de Recebimentos, durante o período de vigência do Contrato de Serviços de Centralização.

The image shows several handwritten signatures in blue ink. There are also some circular stamps or marks, possibly from a stamping machine, interspersed among the signatures. The signatures are written in a cursive style.

7.3.4 A totalidade dos recursos recebidos nas Contas de Centralização de Recebimentos será transferida e creditada, em fundos disponíveis, pelo Agente de Centralização de Recebimentos, na mesma data de seu recebimento, nas Contas de Conciliação FIDC I, nas Contas de Conciliação FIDC II e/ou nas Contas das Cedentes, de acordo com o previsto no Contrato de Serviços de Centralização e no Regulamento.

7.3.5 Para fins das transferências previstas na Cláusula 7.3.4 acima, as Cedentes enviarão diariamente ao Custodiante, em até 2 (dois) dias úteis após a respectiva liquidação das Faturas de Energia, o arquivo previsto na alínea (a) da Cláusula 7.2 acima. Na mesma data do recebimento desse arquivo, após o processamento das informações, o Custodiante informará, por meio de relatório disponibilizado na rede mundial de computadores, ao Agente de Centralização de Recebimentos, os valores relativos à liquidação dos respectivos direitos creditórios. Com base nesse relatório, e observados os termos deste Contrato, o Agente de Centralização de Recebimentos transferirá das Contas de Centralização de Recebimentos: (i) para as Contas de Conciliação FIDC I, os recursos de titularidade do FIDC I; (ii) para as Contas de Conciliação FIDC II, os recursos de titularidade do FIDC II; e (iii) para as respectivas Contas das Cedentes, os demais valores relativos à liquidação das Faturas de Energia.

7.3.6 O Custodiante e o Agente de Centralização de Recebimentos não terão qualquer responsabilidade pelo cumprimento das obrigações dos Agentes Arrecadores decorrentes dos Convênios de Arrecadação, conforme aditados pelos Aditamentos aos Convênios de Arrecadação.

CLÁUSULA VIII PERMUTA OBRIGATÓRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS FIDC II

8.1 Até a integral liquidação das Obrigações do FIDC II, observada a prioridade prevista na Cláusula 3.1.1 acima e o limite Percentual de Obrigação de cada Cedente, cada Cedente se obriga a permutar Direitos Creditórios FIDC II de titularidade do Cessionário por novos direitos creditórios nas hipóteses abaixo previstas (os “Direitos Creditórios FIDC II Permutáveis”), e, para tanto, autoriza, de forma irrevogável e irretratável, o Custodiante a realizar a permuta em favor do Cessionário:

- (a) caso o Direito Creditório FIDC II tenha sido pago total ou parcialmente em cheques, excluindo-se aqueles pagos em cheques nos Agentes Arrecadores que sejam instituições financeiras;
- (b) caso o Direito Creditório FIDC II não tenha sido pago pelo Consumidor, por qualquer motivo, nos Agentes Arrecadores, na sua respectiva data de vencimento; ou
- (c) caso o Direito Creditório FIDC II tenha sua respectiva Fatura de Energia cancelada pela Cedente que emitiu tal Fatura de Energia.

8.2 Sempre que se verificar qualquer das hipóteses previstas na Cláusula 8.1 acima, o Custodiante acessará os arquivos de Direitos Creditórios FIDC II a ele fornecidos pelas Cedentes nos termos das Cláusulas 7.2 (a) e 14.1(t), e realizará imediatamente, observado o disposto na Cláusula 3.1.1 acima, a permuta do Direito Creditório FIDC II Permutável por um ou mais Direitos Creditórios FIDC II com datas de vencimento mais próximas da data de vencimento do respectivo Direito Creditório FIDC II Permutável e que, individualmente ou em conjunto, tenham, no mínimo, o mesmo valor nominal do Direito Creditório FIDC II Permutável (os “Direitos Creditórios FIDC II Cedidos em Permuta”).

8.2.1 Excluem-se dos Direitos Creditórios FIDC II Cedidos em Permuta:

- (a) os Direitos Creditórios Objeto de Cessão Definitiva FIDC I;
- (b) os Direitos Creditórios Objeto de Cessão Condicional FIDC I a partir do momento em que se der a implementação de qualquer das condições previstas no Contrato de Cessão FIDC I; e
- (c) os Direitos Creditórios Objeto de Permuta Obrigatória FIDC I.

8.2.2 A permuta será realizada entre Direitos Creditórios FIDC II Permutáveis e Direitos Creditórios FIDC II Cedidos em Permuta com data de vencimento em um mesmo Período de Originação FIDC II.

8.2.3 Em qualquer hipótese, a permuta somente poderá ser realizada entre Direitos Creditórios FIDC II Permutáveis e Direitos Creditórios FIDC II Cedidos em Permuta de titularidade de uma mesma Cedente.

8.3 Observado o disposto na Cláusula 8.4 abaixo e a prioridade prevista na Cláusula 3.1.1 acima, a permuta realizada nos termos desta Cláusula VIII transfere à respectiva Cedente e ao Cessionário a titularidade dos Direitos Creditórios FIDC II Permutáveis e dos Direitos Creditórios FIDC II Cedidos em Permuta, respectivamente, juntamente com todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a esses relacionados.

8.4 As permutas previstas nesta Cláusula VIII serão realizadas sob condição resolutiva, extinguindo-se cada permuta, para todos os fins deste Contrato, caso o Direito Creditório FIDC II Permutável seja pago antes do pagamento do correspondente Direito Creditório FIDC II Cedido em Permuta com data de vencimento mais próxima da data de vencimento do referido Direito Creditório FIDC II Permutável.

8.5 Cada Direito Creditório FIDC II Cedido em Permuta cedido nos termos desta Cláusula VIII, será considerado um Direito Creditório FIDC II para os fins dos Documentos da Operação.

CLÁUSULA IX COBRANÇA DE DIREITOS CREDITÓRIOS FIDC II NÃO PERMUTADOS E INADIMPLIDOS

9.1 O Cessionário, por meio deste Contrato, contrata cada Cedente para atuar como seu agente de cobrança relativamente aos Direitos Creditórios FIDC II por eles originados, que não sejam pagos nas datas de seus vencimentos e não tenham sido permutados, por qualquer motivo, nos termos da Cláusula VIII acima.

9.2 Tendo em vista o benefício econômico auferido pelas Cedentes por meio deste Contrato, as Cedentes não serão remuneradas pela prestação dos serviços de cobrança objeto desta Cláusula IX.

9.3 A partir do 1º (primeiro) dia útil do Período de Originação FIDC II subsequente ao Período de Originação FIDC II em que se verificar o vencimento e não pagamento de qualquer Direito Creditório FIDC II, desde que não tenha havido a permuta conforme previsto na Cláusula VIII acima, o Cessionário acionará a respectiva Cedente para iniciar o processo de cobrança dos Direitos Creditórios FIDC II por ela originados e inadimplidos, de acordo com a Política de Cobrança adotada pela referida Cedente constante do Anexo II do Regulamento. A

fim de possibilitar que cada Cedente adote os procedimentos de cobrança, o Custodiante deverá fornecer à respectiva Cedente, no 1º (primeiro) dia útil de cada Período de Originação FIDC II, a relação dos Direitos Creditórios FIDC II inadimplidos que não tenham sido objeto de permuta no Período de Originação FIDC II imediatamente anterior.

9.4 As Cedentes comprometem-se a envidar seus melhores esforços para recuperar os Direitos Creditórios FIDC II mencionados na Cláusula 9.1 acima, obrigando-se a informar imediatamente à Administradora sempre que houver qualquer alteração na Política de Cobrança de qualquer uma das Cedentes.

9.5 Sem prejuízo do disposto nesta Cláusula IX, o Cessionário poderá adotar outros procedimentos ou medidas de cobrança, judiciais ou extrajudiciais, necessários à salvaguarda e cobrança de seus direitos e prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios FIDC II, sendo certo que, nesta hipótese, as Cedentes não serão responsáveis por quaisquer despesas que porventura venham a ser incorridas pelo Cessionário com vistas à adoção de tais procedimentos ou medidas, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos.

9.5.1 Na hipótese prevista na Cláusula 9.5 acima, o Cessionário deverá notificar a respectiva Cedente por escrito para interromper ou suspender, conforme o caso, no prazo estabelecido pelo Cessionário, qualquer procedimento extrajudicial de cobrança que tenha sido promovido pela Cedente e esteja em curso contra o(s) respectivo(s) Consumidor(es).

CLÁUSULA X

DEPÓSITO DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

10.1 Cada Cedente, individualmente e de forma não solidária entre elas, obriga-se a manter, em meio eletrônico, ao menos uma via original dos Documentos Comprobatórios sob sua custódia, aceitando sua nomeação como depositária, nos termos e para os efeitos do Artigo 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se pela guarda de tais Documentos Comprobatórios em nome do Custodiante e do FIDC II até o pagamento integral das Obrigações do FIDC II.

10.2 As Cedentes neste ato expressamente autorizam o acesso irrestrito do Cessionário e do Custodiante, ou de qualquer pessoa que esses indicarem formalmente, aos Documentos Comprobatórios, nos endereços indicados no preâmbulo deste Contrato para cada uma das Cedentes, com o fim exclusivo de atendimento ao disposto neste Contrato, ficando quaisquer terceiros indicados pelo Cessionário e/ou pelo Custodiante obrigados pela confidencialidade prevista na Cláusula XX abaixo.

CLÁUSULA XI

DECLARAÇÕES DAS CEDENTES

11.1 Cada uma das Cedentes declara e garante (de forma não solidária), neste ato, ao Cessionário, ao Custodiante e ao Agente de Centralização de Recebimentos que:

- (a) é uma companhia validamente constituída e em funcionamento de acordo com a lei das Sociedades por Ações e, nos casos cabíveis, com as normas da CVM em vigor aplicáveis às companhias abertas;

- (b) possui todas as concessões, autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
- (c) foram obtidas todas as autorizações necessárias para a celebração deste Contrato e dos demais Documentos da Operação, e para a assunção e o cumprimento das obrigações ali previstas, inclusive por parte da ANEEL;
- (d) os representantes legais que assinam este Contrato e os demais Documentos da Operação têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações neles estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros nos termos ali definidos e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) o presente Contrato e os demais Documentos da Operação constituem obrigações lícitas, válidas e exequíveis em conformidade com seus termos e condições contra a Cedente (observada a legislação relativa à falência, recuperação judicial e extrajudicial, insolvência, e outras leis similares aplicáveis que afetem direitos de credores de modo geral);
- (f) sua situação econômica, financeira e patrimonial, refletida nas demonstrações financeiras exigíveis pela legislação societária e/ou pelas normas regulamentares da CVM, conforme aplicável, até a data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira negativa o cumprimento de suas obrigações decorrentes do presente Contrato;
- (g) não há quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra cada uma delas que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) com relação a cada Cedente do Grupo 1, ou a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) com relação a cada Cedente do Grupo 2, excetuados aqueles que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido judicial de sustação cautelar de protesto, com razoáveis fundamentos de direito, seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal;
- (h) todos os Direitos Creditórios FIDC II oriundos da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica pelas Cedentes aos Consumidores domiciliados nos Municípios Selecionados são de sua titularidade e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- (i) todos os direitos creditórios oriundos da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica pelas Cedentes aos Consumidores domiciliados nos Municípios Selecionados são de sua titularidade e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, exceto conforme previsto no FIDC I;
- (j) não existe qualquer impedimento, em qualquer contrato, instrumento ou documento de que seja parte, que vede a cessão dos Direitos Creditórios FIDC II nos termos do presente Contrato ou que, caso vedasse ou impedisse, não tenha sido objeto de necessária autorização por maioria da Assembleia;

(k) não existem limitações dispostas no contrato que não permitam a emissão de Futuros de Energia sem limitação em quantidade;

The bottom of the page features several handwritten signatures in blue ink. To the right of the signatures, there is a circular blue stamp containing a cross-like symbol. Further to the right, there is a large, stylized handwritten mark that resembles a checkmark or a large '6'.

- (l) os arquivos por ela preparados de acordo com o modelo constante do Anexo V a este Contrato e enviados por meio eletrônico ou magnético ao Custodiante não são e não serão emitidos sem o correspondente fornecimento de energia subjacente e não são e não serão passíveis de envio em duplicidade para o Custodiante;
- (m) os arquivos por ela preparados de acordo com o modelo constante do Anexo V a este Contrato, e enviados por meio eletrônico ou magnético ao Custodiante, contêm informações precisas e corretas sobre a liquidação das Faturas de Energia, os Direitos Creditórios cedidos ao FIDC I e os Direitos Creditórios FIDC II, e os valores depositados na respectiva Conta de Centralização de Recebimentos abrangem o produto da liquidação dos Direitos Creditórios FIDC II;
- (n) todas as Faturas de Energia emitidas pela Cedente contarão com códigos de barra apropriados ao direcionamento da totalidade dos recursos oriundos de sua liquidação para a respectiva Conta de Centralização de Recebimentos;
- (o) a celebração do presente Contrato e dos demais Documentos da Operação, e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam ou acarretarão, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, de: (i) quaisquer contratos, de qualquer natureza, incluindo os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, dos quais seja parte ou aos quais esteja vinculado, a qualquer título, qualquer dos bens de sua propriedade; (ii) qualquer norma legal ou regulamentar a que esteja sujeita ou a que qualquer dos direitos ou bens de sua propriedade esteja sujeito; e (iii) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial, administrativa ou arbitral que lhe afete ou que afete qualquer dos direitos ou bens de sua propriedade;
- (p) a cessão de Direitos Creditórios FIDC II nos termos do presente Contrato não estabelece, direta ou indiretamente, qualquer relação de consumo entre as Cedentes e o Cessionário e entre as Cedentes e o Banco Itaú, seja na qualidade de Custodiante ou Agente de Centralização de Recebimentos, assim como entre o Cessionário e os Consumidores;
- (q) o Anexo II ao presente Contrato contém lista identificando todos os Agentes Arrecadadores e os respectivos Convênios de Arrecadação em pleno vigor, tendo sido todos esses Convênios de Arrecadação devidamente aditados pelos respectivos Aditamentos aos Convênios de Arrecadação, não havendo nenhum outro contrato, instrumento ou acordo, verbal ou escrito celebrado com qualquer outra pessoa física ou jurídica referente à arrecadação de Faturas de Energia nos Municípios Selecionados;
- (r) a cessão dos Direitos Creditórios FIDC II, na forma prevista neste Contrato, não compromete a operacionalização e a continuidade da prestação de seus serviços de distribuição de energia elétrica;
- (s) está cumprindo todas as obrigações relevantes de seus respectivos Contratos de Concessão, bem como, em seus aspectos relevantes, a legislação, as normas administrativas e determinações da ANEEL aplicáveis à condução de seus negócios; e
- (t) não há qualquer Evento de Revisão ou Evento de Liquidação FIDC II com relação à Cedente em curso.



11.2 As declarações aqui prestadas pelas Cedentes subsistirão até a integral liquidação das Obrigações do FIDC II.

11.3 As Cedentes serão responsáveis por todos e quaisquer danos e prejuízos causados ao FIDC II decorrentes da inveracidade, omissão, incorreção ou inexatidão das declarações acima prestadas. A responsabilidade das Cedentes prevista nesta Cláusula 11.3 estará limitada ao respectivo Percentual de Cessão de cada Cedente, ficando certo e ajustado que tal responsabilidade não será solidária.

CLÁUSULA XII

DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRADORA

12.1 A Administradora, devidamente autorizada na forma do Regulamento, declara e garante, em nome do FIDC II e, conforme o caso, devidamente autorizada na forma de seus atos constitutivos, em seu próprio nome, neste ato, que:

- (a) é uma sociedade, validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente habilitada e autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a administrar fundos de investimento, possuindo todas as condições técnicas e operacionais para prestar os serviços de administração do FIDC II;
- (b) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao seu funcionamento foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados e seus livros contábeis estão regularmente abertos e registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, estando, também, devidamente atualizados;
- (c) a celebração deste Contrato e dos demais Documentos da Operação, e a assunção e o cumprimento das obrigações destes decorrentes, estão devidamente autorizados pelo Regulamento, e/ou pelos atos constitutivos da Administradora, conforme o caso;
- (d) os representantes legais que assinam o presente Contrato e os demais Documentos da Operação têm poderes estatutários e/ou legitimamente outorgados para assumir, em seu próprio nome ou por conta e ordem do Cessionário conforme o caso, as obrigações neles estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros nos termos do presente Contrato; e
- (e) o Cessionário é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, e estará validamente em funcionamento mediante o seu registro na CVM de acordo com a legislação e regulamentação em vigor.

12.2 A Administradora se obriga a obter e manter atualizadas, durante o prazo deste Contrato, todas as autorizações ou aprovações necessárias, nos termos da regulamentação aplicável, à constituição e ao funcionamento do Cessionário como um fundo de investimento em direitos creditórios.

12.3 As declarações aqui prestadas pela Administradora, em nome próprio e em nome do FIDC II, subsistirão até a integral liquidação das Obrigações do FIDC II.

The bottom of the page features several handwritten signatures in blue ink. To the right of the signatures, there is a circular stamp with a cross inside, and a small rectangular stamp with a checkmark. The page number '29' is printed at the bottom right.

CLÁUSULA XIII
OBRIGAÇÕES DE NÃO FAZER DAS CEDENTES

13.1 A partir da assinatura deste Contrato até que as Obrigações do FIDC II tenham sido integralmente liquidadas, cada uma das Cedentes se compromete, de forma não solidária, a não:

- (a) celebrar contratos, convênios ou acordos de arrecadação, verbais ou escritos, com qualquer pessoa física ou jurídica com relação aos Municípios Selecionados, exceto: (i) pelos Convênios de Arrecadação já celebrados com os Agentes Arrecadadores, conforme aditados pelos respectivos Aditamentos aos Convênios de Arrecadação; e (ii) por novos convênios que venham a ser celebrados por qualquer Cedente com novos agentes de arrecadação (os “Novos Convênios de Arrecadação”), desde que cada Novo Convênio de Arrecadação seja firmado concomitantemente com a celebração de um Aditamento do Convênio de Arrecadação. Os Novos Convênios de Arrecadação, celebrados na forma prevista nesta alínea (a), serão considerados como Convênios de Arrecadação para todos os fins dos Documentos da Operação;
- (b) alterar qualquer dos Convênios de Arrecadação ou qualquer dos códigos de barra das Faturas de Energia para o fim de modificar ou prejudicar o direcionamento dos recursos oriundos da liquidação das Faturas de Energia para a respectiva Conta de Centralização de Recebimentos, exceto mediante prévia e expressa autorização da Administradora;
- (c) alterar o Contrato de Cessão FIDC I;
- (d) onerar, ceder ou alienar os Direitos Creditórios FIDC II ora cedidos ao FIDC II, exceto conforme previsto neste Contrato; e
- (e) ceder ou alienar quaisquer direitos creditórios ao FIDC I, exceto os direitos creditórios já cedidos, ou que venham a ser cedidos, ao FIDC I, até o limite do fluxo necessário para o cumprimento de todas as obrigações das Cedentes nos termos do Contrato de Cessão FIDC I, inclusive com relação ao atendimento do Valor Mensal da Cessão (conforme definido no Contrato de Cessão FIDC I) e da Razão de Garantia (conforme definido no Contrato de Cessão FIDC I).

CLÁUSULA XIV
OBRIGAÇÕES DE FAZER DAS CEDENTES

14.1. A partir da assinatura deste Contrato até que as Obrigações do FIDC II tenham sido integralmente liquidadas, cada uma das Cedentes se compromete, de forma não solidária, a:

- (a) preservar todos os respectivos Direitos Creditórios FIDC II livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, de qualquer natureza, exceto se isso não prejudicar a Cessão FIDC I ou a Cessão Secundária, considerando-se que fica desde já expressamente autorizada a realização de uma nova cessão subordinada à Cessão FIDC I e à Cessão Secundária para fins de implementação de um fundo de investimento em direitos Creditórios não-padronizado relacionado ao setor de energia elétrica, a ser constituído nos termos da regulamentação aplicável e que deverá ter sua carteira composta, dentre outros ativos, por direitos creditórios originados pelas Cedentes (o “FIDC NP Energia Elétrica”);

- (b) comunicar imediatamente à Administradora a ocorrência de quaisquer: (i) Eventos de Revisão; ou (ii) Eventos de Liquidação FIDC II ou de quaisquer outros eventos que, após o decurso de tempo ou do recebimento de notificação pelas Cedentes, poderiam se tornar Eventos de Revisão ou Eventos de Liquidação FIDC II de que venha a tomar conhecimento;
- (c) permitir ao Cessionário e Custodiante, ou a quem for por esses indicados, por escrito, em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento de solicitação nesse sentido (prazo este que poderá ser estendido por mais 5 (cinco) dias úteis mediante apresentação de justificativa razoável pela Cedente), acesso a todos os dados e informações relacionados aos Direitos Creditórios FIDC II cedidos, bem como fornecer, sem qualquer custo adicional, todos os documentos a estes relacionados, inclusive os Documentos Comprobatórios;
- (d) praticar todos os atos que estiverem ao seu alcance para que os Consumidores honrem as obrigações relacionadas aos Direitos Creditórios FIDC II e para que os recursos oriundos da liquidação das Faturas de Energia sejam depositados na respectiva Conta de Centralização de Recebimentos nos termos deste Contrato e do Contrato de Serviços de Centralização;
- (e) emitir, ou fazer com que sejam emitidas, as Faturas de Energia com os códigos de barra apropriados ao direcionamento da totalidade dos recursos oriundos de sua liquidação para a respectiva Conta de Centralização de Recebimentos;
- (f) realizar a cobrança dos Direitos Creditórios FIDC II vencidos e não pagos, que não tenham sido objeto de permuta nos termos da Cláusula VIII acima, de acordo com sua respectiva Política de Cobrança, observadas as condições previstas na Cláusula IX deste Contrato;
- (g) manter seus bens operacionais relevantes adequadamente segurados, de acordo com as práticas do setor, junto a seguradoras de primeira linha;
- (h) informar, imediatamente e por escrito, ao Custodiante e à Administradora, qualquer alteração ocorrida em seu padrão de originação ou pagamento de direitos creditórios oriundos do fornecimento de energia elétrica aos Consumidores, que possa afetar o cumprimento de suas obrigações previstas no presente Contrato;
- (i) incluir em suas demonstrações financeiras, sob a forma de nota explicativa, informação detalhada sobre a operação de cessão de Direitos Creditórios FIDC II realizada por meio do presente Contrato;
- (j) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes da Administradora (ou de auditor independente por esta contratado às suas expensas) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Cedente;
- (k) notificar imediatamente a Administradora sobre qualquer alteração substancial, ou qualquer indício de alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Cedente que: (i) possa impossibilitar ou dificultar ou ter impacto negativo no cumprimento, pela Cedente, de suas obrigações decorrentes dos Documentos da Operação ou do seu Contrato de

- (ii) faça com que suas demonstrações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira;
- (l) fornecer, em até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento de solicitação nesse sentido, todas as informações necessárias para que a Administradora possa verificar se a Cedente está cumprindo com suas obrigações previstas no presente Contrato;
 - (m) informar imediatamente à Administradora acerca da ocorrência de qualquer inadimplemento com relação aos Documentos da Operação;
 - (n) adotar todas as providências para manter válidas e eficazes as declarações contidas no presente Contrato, mantendo a Administradora informada de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de qualquer das referidas declarações e adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a invalidade da declaração;
 - (o) transferir ao Cessionário e comunicar ao Custodiante, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da verificação do seu recebimento, quaisquer valores que venha a receber com relação aos Direitos Creditórios FIDC II de titularidade do Cessionário, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título, sendo certo que a Cedente aceita sua nomeação como fiel depositária dos referidos valores até a sua efetiva transferência;
 - (p) entregar à Administradora, na data de assinatura do presente Contrato, cópias: (i) do seu Estatuto Social; (ii) de todas as autorizações e aprovações necessárias, incluindo, mas não se limitando, às aprovações societárias e da ANEEL, à celebração e cumprimento do presente Contrato e dos demais Documentos da Operação dos quais a Cedente é parte; e (iii) dos eventuais mandatos outorgados a seus representantes para a assinatura do presente Contrato e dos demais Documentos da Operação dos quais a Cedente é parte;
 - (q) encaminhar à Administradora, no prazo de 3 (três) dias úteis contados, no caso das companhias de capital aberto, da data em que estiverem disponíveis ao público, e, no caso das companhias fechadas, da data da deliberação, quaisquer deliberações societárias que possam, em qualquer medida, afetar o cumprimento de qualquer de suas obrigações assumidas nos termos do presente Contrato;
 - (r) encaminhar à Administradora, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da data do recebimento da citação, cópia de pedido de falência contra a Cedente apresentado por terceiros;
 - (s) encaminhar à Administradora, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o protocolo da respectiva ata no registro do comércio, cópia de qualquer proposta de pedido de autofalência, dissolução, liquidação e/ou procedimento similar, de ajuizamento de pedido de processamento de recuperação judicial ou de homologação de plano de recuperação extrajudicial, aprovada por seus órgãos societários;
 - (t) encaminhar, diariamente, ao Custodiante, os arquivos previstos na alínea (a) da Cláusula 7.2 acima, de acordo com os modelos constantes do Anexo V deste Contrato;

- (u) manter vigentes, após o encerramento do FIDC I, os Convênios de Arrecadação e as Contas de Conciliação FIDC II, bem como todos os procedimentos necessários para o fiel cumprimento deste Contrato de Cessão;
- (v) realizar todos os atos necessários para a celebração e formalização dos Aditamentos aos Convênios de Arrecadação, até a Data de Encerramento, no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação nesse sentido, conforme os modelos constantes do Anexo I deste Contrato; e
- (x) efetuar, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade geralmente aceitos no Brasil, os respectivos lançamentos contábeis necessários à caracterização da cessão dos Direitos Creditórios FIDC II, em até 30 (trinta) dias das datas de cada uma das cessões realizadas nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA XV EVENTOS DE REVISÃO

15.1 Serão considerados eventos de revisão (os “Eventos de Revisão”) a ocorrência das seguintes hipóteses:

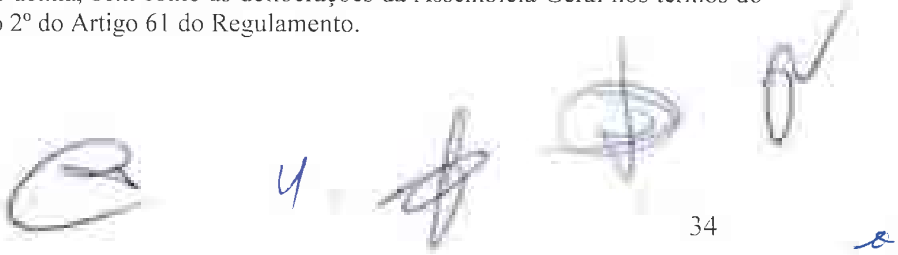
- (a) descumprimento, por qualquer Cedente, de qualquer obrigação de fazer e/ou não fazer prevista nas alíneas (c), (d) ou (e) da Cláusula 13.1 deste Contrato, e alíneas (d), (f), (i), (j), (k), (l), (m), (n), (p), (q), (r), (s), (t), (u) ou (x) da Cláusula 14.1 deste Contrato, desde que a respectiva Cedente tenha sido notificada para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 10 (dez) dias úteis, observado que tal prazo de 10 (dez) dias úteis não se aplicará nos casos em que as Cláusulas 13.1 e 14.1 estabelecerem prazos específicos para a regularização das obrigações de fazer e/ou não fazer ali previstas, devendo-se aplicar, nestas hipóteses, os prazos de regularização específicos ali previstos;
- (b) descumprimento, por qualquer Cedente, de qualquer obrigação de fazer e/ou não fazer prevista nas alíneas (a) ou (b) da Cláusula 13.1 deste Contrato, e alíneas (a), (b), (c), (e), (g), (h), (o) ou (v) da Cláusula 14.1 deste Contrato;
- (c) penhora de quaisquer ativos (inclusive, mas não se limitando, a participações societárias e direitos creditórios) de qualquer das Cedentes, em valor igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) com relação a cada Cedente do Grupo 1, e a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) com relação às Cedentes do Grupo 2, desde que não suspensa, cancelada ou garantida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados a partir de sua intimação;
- (d) protesto de títulos contra qualquer das Cedentes, cujo valor individual ou total seja igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) com relação a cada Cedente do Grupo 1, ou a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) com relação a cada Cedente do Grupo 2, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela respectiva Cedente, ou se for suspenso ou cancelado pelo próprio cartório e/ou determinação judicial, ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que a Cedente for comunicada pelo Cartório de Protestos competente para regularização do protesto;

- (e) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida de qualquer das Cedentes, de valor em aberto individual ou total igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) com relação a cada Cedente do Grupo 1, ou a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) com relação a cada Cedente do Grupo 2;
- (f) trânsito em julgado de uma ou mais decisões judiciais contra qualquer das Cedentes que resulte(m), individualmente ou em conjunto, em obrigação de pagamento de valor igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) com relação a cada Cedente do Grupo 1, e a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) com relação a cada Cedente do Grupo 2, exceto se essa obrigação for suspensão, garantida ou paga nos termos e prazos estabelecidos na(s) decisão(ões) judicial(is) ou devidamente suspensão;
- (g) a existência de evidências razoáveis de que qualquer das Cedentes tenha cedido ao Cessionário Direitos Creditórios FIDC II sobre os quais recaiam quaisquer ônus, encargos ou gravames, que tenham sido constituídos prévia ou concomitantemente à cessão de quaisquer Direitos Creditórios FIDC II, exceto pelo FIDC I e, eventualmente, pelo FIDC NP Energia Elétrica;
- (h) intervenção na concessão de qualquer das Cedentes, nos termos do respectivo Contrato de Concessão;
- (i) ajuizamento por qualquer Cedente de pedido de recuperação judicial ou de homologação de plano de recuperação extrajudicial;
- (j) verificação da inveracidade de qualquer declaração de qualquer Cedente nos termos deste Contrato, exceto se tal inveracidade for sanada no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que a Cedente for comunicada da inveracidade;
- (k) caso ocorra qualquer dos Eventos de Avaliação FIDC II, nos termos do Regulamento; e/ou
- (l) caso ocorra qualquer dos Eventos de Revisão previstos na Cláusula 15.1 do Contrato de Cessão FIDC I.

15.2 Ocorrendo qualquer um dos Eventos de Revisão, aplicar-se-á o previsto na Cláusula XVI abaixo.

CLÁUSULA XVI IMPLEMENTAÇÃO DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

16.1 A ocorrência de qualquer um dos Eventos de Revisão ou Eventos de Liquidação FIDC II caracterizará a implementação da Condição Suspensiva FIDC II, passando os Direitos Creditórios FIDC II Objeto de Cessão Com Condição Suspensiva de cada uma das Cedentes automaticamente ao patrimônio do Cessionário em cada um dos Períodos de Originação FIDC II remanescentes, inclusive no Período de Originação FIDC II em que o Evento de Revisão ou Evento de Liquidação FIDC II ocorrer, observadas as preferências e prioridades do FIDC I, nos termos da Cláusula 3.1.1 acima, bem como as deliberações da Assembléia Geral nos termos do Artigo 60 e no Parágrafo 2º do Artigo 61 do Regulamento.



CLÁUSULA XVII RESCISÃO E RESTITUIÇÃO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO

17.1 Ocorrendo um Evento de Liquidação FIDC II nos termos do Regulamento, o presente Contrato poderá ser rescindido com relação à(s) Cedente(s) inadimplente(s), mediante simples notificação pela Administradora à Cedente Líder, com cópia para a respectiva Cedente inadimplente, nos termos da Cláusula XXI abaixo, ficando todas as Cedentes, ou a(s) Cedente(s) com relação à(s) qual(ais) o Contrato foi rescindido, conforme o caso, obrigada(s) a restituir ao Cessionário, imediatamente, em moeda corrente nacional, o saldo correspondente à diferença entre o valor total do(s) Preço(s) de Aquisição por ela(s) recebido(s) e o valor equivalente aos Direitos Creditórios FIDC II efetivamente originados e formalizados até a data da rescisão, devendo tais valores serem ajustados pelo parâmetro de remuneração das respectivas Quotas Seniores de cada série até a data da rescisão. O saldo apurado conforme acima previsto, será atualizado anualmente pela variação do IGPM, ou em menor periodicidade se admitido por lei, e acrescido de juros de mora de 1% ao mês, ou fração, desde a data da rescisão até a sua efetiva restituição ao Cessionário.

17.1.1 A decisão de rescisão deste Contrato nas hipóteses previstas na Cláusula 17.1 acima caberá exclusivamente à Assembléia Geral, nos termos do Regulamento.

CLÁUSULA XVIII PENALIDADES E MULTAS

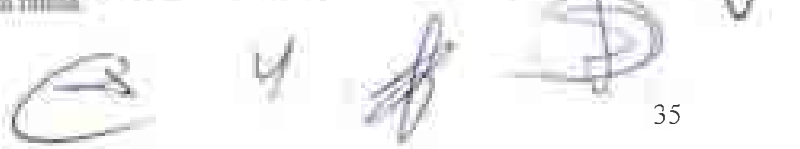
18.1 O inadimplemento por qualquer Cedente de quaisquer de suas obrigações assumidas nos termos do presente Contrato, desde que o Custodiante, a Administradora e/ou o Agente de Centralização de Recebimentos não tenham concorrido de qualquer forma com o inadimplemento, sujeitará a(s) Cedente(s) inadimplente(s) ao pagamento de uma multa, de caráter não compensatório, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por dia de atraso no cumprimento da respectiva obrigação (observado o disposto na Cláusula 18.1.1 abaixo), sem prejuízo das perdas e danos devidos ao Cessionário.

18.1.1 O descumprimento por qualquer Cedente de suas obrigações previstas nas alíneas (a), (b), (c) da Cláusula 13.1, alíneas (a), (d), (e), (f), (o) e (v) da Cláusula 14.1, e na Cláusula 17.1 deste Contrato, sujeitará a(s) Cedente(s) inadimplente(s) ao pagamento de uma multa moratória, de caráter não compensatório, de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por dia de atraso no cumprimento da respectiva obrigação, sem prejuízo das perdas e danos devidos ao Cessionário.

18.1.2 Caso o inadimplemento seja causado por mais de uma Cedente, o valor total da multa será devido por cada Cedente na proporção do Percentual de Obrigação de cada Cedente na ocasião do inadimplemento.

18.1.3 Sem prejuízo dos direitos do Cessionário previstos na Cláusula XVII acima, sobre a qual não se aplica a presente disposição, a aplicação da multa ficará sujeita ao período de carência de 15 (quinze) dias úteis em favor da(s) Cedente(s) inadimplente(s), passando a ser automaticamente devida mediante o decurso do referido prazo caso o inadimplemento não tenha sido sanado de forma satisfatória ao Cessionário.

18.1.4 Os valores das multas estabelecidos nas Cláusulas 18.1 e 18.1.1 acima serão corrigíveis anualmente pela variação do IGPM, ou em menor periodicidade se admitido por lei, a partir da data de assinatura deste Contrato, sendo a multa aplicada pelo seu valor vigente na data do inadimplemento. O valor da multa aplicada à(s) respectiva(s) Cedente(s) será atualizado pela variação do IGPM desde a data do inadimplemento até a data de liquidação da multa.



CLÁUSULA XIX PRAZO DE VIGÊNCIA

19.1 O presente Contrato começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até a liquidação integral das Obrigações do FIDC II.

CLÁUSULA XX CONFIDENCIALIDADE

20.1 Cada uma das Partes e os Intervinentes (em conjunto, as “Partes Obrigadas” e, individualmente, a “Parte Obrigada”) obrigam-se a manter confidenciais todos os dados e informações, verbais ou escritas a que a referida Parte Obrigada tiver acesso em virtude do presente Contrato (as “Informações Confidenciais”), ficando desde já estabelecido que: (i) as Informações Confidenciais somente poderão ser divulgadas a seus sócios, administradores, procuradores, consultores, prepostos e empregados, presentes ou futuros, que precisem ter acesso às Informações Confidenciais em virtude do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato (os “Representantes”); e (ii) que a divulgação a terceiros, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente, no Brasil ou no exterior, por qualquer meio, de quaisquer Informações Confidenciais dependerá de prévia autorização, por escrito, das demais Partes Obrigadas.

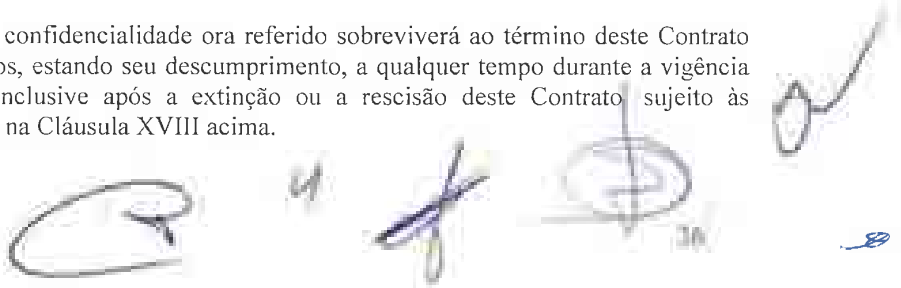
20.2. As Partes Obrigadas comprometem-se a não utilizar qualquer das Informações Confidenciais em proveito próprio ou de quaisquer terceiros e responsabilizam-se pela violação das obrigações previstas nesta Cláusula XX por parte de quaisquer dos Representantes.

20.3. Caso qualquer das Partes Obrigadas ou qualquer de seus Representantes seja obrigado, em virtude de lei, de decisão judicial ou por determinação de qualquer autoridade governamental, a divulgar quaisquer das Informações Confidenciais, tal Parte Obrigada deverá comunicar imediatamente as outras Partes Obrigadas a respeito dessa obrigação, de modo que as Partes Obrigadas, em mútua cooperação, possam intentar as medidas cabíveis, inclusive judiciais, para preservar as Informações Confidenciais. Caso as medidas tomadas para preservar as Informações Confidenciais não tenham êxito, deverá ser divulgada somente a parcela das Informações Confidenciais necessária à satisfação do dever legal de divulgação das informações.

20.4. Excluem-se do compromisso de confidencialidade aqui previsto as informações: (i) disponíveis para o público de outra forma que não pela divulgação das mesmas por qualquer das Partes Obrigadas ou por qualquer de seus Representantes; (ii) que comprovadamente já eram do conhecimento, obtido de forma lícita, de uma ou de todas as Partes Obrigadas ou de qualquer de seus Representantes antes da referida Parte Obrigada ou seus Representantes terem acesso em função deste Contrato; e (iii) cuja divulgação seja exigida nos termos da regulamentação aplicável ao Cedente e/ou ao Cessionário.

20.5. O dever de confidencialidade a que se refere esta Cláusula XX não se aplicará à utilização, pelo Cessionário, de Informações Confidenciais para: (i) a elaboração dos documentos necessários à concretização da emissão e distribuição pública das Quotas; e (ii) a execução de qualquer Documento da Operação e de quaisquer obrigações dali decorrentes.

20.6. O dever de confidencialidade ora referido sobreviverá ao término deste Contrato pelo prazo de 3 (três) anos, estando seu descumprimento, a qualquer tempo durante a vigência do dever ora referido, inclusive após a extinção ou a rescisão deste Contrato, sujeito às penalidades estabelecidas na Cláusula XVIII acima.

The image shows several handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page. From left to right, there is a large, stylized signature, followed by a smaller signature, then a signature with a large 'X' or 'J' shape, and finally a signature that looks like a cursive 'O' or 'A'. There are also some smaller, less distinct marks and initials scattered around.

CLÁUSULA XXI
MANDATO E COMUNICAÇÕES

21.1 As Cedentes nomeiam, em caráter irrevogável e irretratável na forma do Artigo 684 do Código Civil, a Cedente Líder, como sua representante (a “Representante”) para o recebimento e envio de toda e qualquer notificação ou comunicação prevista ou decorrente deste Contrato.

21.2. Todos os documentos e as comunicações a serem enviados por qualquer das Partes e pelos Intervenientes nos termos deste Contrato deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, e deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

(a) se para as Cedentes:

Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina - CFLCL
Avenida Presidente Vargas, 463 – 4º andar
Rio de Janeiro, RJ
CEP 20086-900

At.: Sr. Cláudio Brandão Silveira
Telefone: (21) 2122-6934
Fac-símile: (21) 2122-6931
e-mail: claudiobrandao@energisa.com.br

b) se para o Cessionário:

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa
INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa
São Paulo, Estado de São Paulo

At.: Srs. João Estanislau Façanha de Castro/ Rogério Sussumu Aoki
Telefone: (11) 5029-1345 / 5029-4693
Fac-símile: (11) 5029-1394
intrag@itau.com.br

c) se para a Administradora:

INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa São Paulo, Estado de São Paulo

At.: Srs. João Estanislau Façanha de Castro / Rogério Sussumu Aoki
Telefone: (11) 5029-1345 / 5029-4693
Fac-símile: (11) 5029-1394
intrag@itau.com.br

d) se para o Banco Itaú, na qualidade de Custodiante:

Banco Itaú S.A.
Avenida Eng. Armando de Arruda Pereira, 707 – 9º andar, Torre Eudoro Villela
São Paulo – SP, CEP 04344-902

At.: Sra. Rosa de Fátima F. C. Machado
Telefone: (11) 5029-1760
Fac-símile: (11) 5029-4554

e-mail: rosa.machado@itau.com.br

c/c para: Sr. José Aparecido Camilo
Telefone: (11) 6097-3617
Fac-símile: (11) 6097-4574
e-mail: jose.camilo@itau.com.br

e) se para o Banco Itaú, na qualidade de Agente de Centralização de Recebimentos:

Banco Itaú S.A.

R. Jundiaí, 125 - 3º andar - CEP 04001-140 - Jd Paulista – São Paulo - SP

Fax: (011) 3882.5053

Nome: Rosilde Serra Simões
Telefone: (011) 3882.5892
E-mail: rosilde.simoes@itau.com.br

Nome: José Manuel Canosa
Telefone: (011) 3882.5565
E-mail: jose.monteiro@itau.com.br

Nome: Rosemeire Pires Araujo Sciacca
Telefone: (011) 3882.5407
E-mail: rosemeire.sciacca@itau.com.br

Nome: Luiz Carlos Nunes da Silva
Telefone: (011) 3882.5403
E-mail: luiz.silva@itau.com.br

Nome: Antonio Carlos F Murbach
Telefone: (011) 3882.5403/07/5107
E-mail: antonio-carlos.murbach@itau.com.br

Nome: Gilberto Cesar Guimarães
Telefone: (011) 3882.5403/07/5107
E-mail: gilberto.guimaraes@itau.com.br

21.3 Todas as comunicações, cartas ou notificações enviadas ao FIDC II nos termos deste Contrato deverão ser emitidas com cópia para o Custodiante.

21.4 Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante “Aviso de Recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile, via e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica.

21.4.1 Para os fins da Cláusula 21.4 acima, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile ou via e-mail ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que o mesmo contenha informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.



CLÁUSULA XXII
LIMITE DE RESPONSABILIDADE DAS CEDENTES

22.1 Este Contrato não cria solidariedade, de qualquer natureza, entre as Cedentes, ficando cada uma delas obrigada ao cumprimento de suas obrigações com o Cessionário na proporção do Percentual de Obrigação de cada Cedente.

CLÁUSULA XXIII
DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato somente será válido se feito por instrumento escrito, assinado por todas as Partes e pelos Intervenientes.

23.2 As Partes celebram este Contrato em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

23.2.1 Ocorrendo a liquidação antecipada do Cessionário, nos termos do Regulamento, o condomínio constituído pela comunhão dos quotistas remanescentes, e o representante do referido condomínio, sucederão, de pleno direito, respectivamente, o Cessionário e a Administradora, em todos os direitos e obrigações a eles conferidos nos termos deste Contrato, permanecendo o presente Contrato válido e eficaz em todos os seus termos e condições.

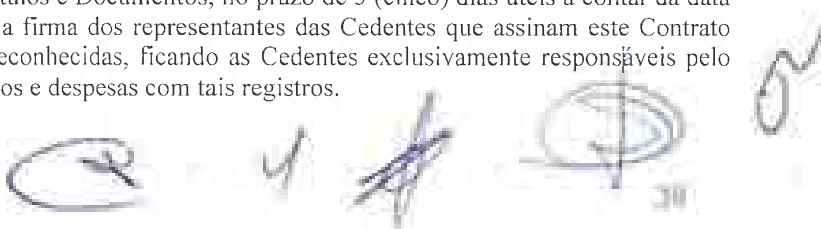
23.3 Os Anexos a este Contrato, e todos os Termos de Cessão celebrados nos termos deste Contrato, constituem parte integrante e inseparável do presente Contrato. Em caso de divergência entre o previsto neste Contrato e em seus Anexos ou nos Termos de Cessão FIDC II, prevalecerão as disposições deste Contrato. Não obstante, reconhecem as Partes a unicidade e incindibilidade das disposições deste Contrato e de seus Anexos e dos Termos de Cessão FIDC II, que deverão ser interpretados de forma harmônica e sistemática, tendo como parâmetro a natureza do negócio celebrado entre as Partes.

23.4 A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remição, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Contrato, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato.

23.5 O presente Contrato constitui o único e integral acordo entre as Partes, com relação ao objeto deste Contrato, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.

23.6 Salvo disposição em contrário prevista neste Contrato, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações nele previstos.

23.7 O presente Contrato, seus aditamentos, se houver, e os Termos de Cessão FIDC II celebrados nos termos deste Contrato, serão registrados pela Administradora nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data em que foram firmados, e a firma dos representantes das Cedentes que assinam este Contrato deverão ser devidamente reconhecidas, ficando as Cedentes exclusivamente responsáveis pelo pagamento de todos os custos e despesas com tais registros.

The image shows several handwritten signatures and stamps at the bottom of the page. From left to right, there is a circular stamp with a signature inside, followed by a simple checkmark, then a signature that appears to be 'A', and finally a circular stamp with a signature inside. To the far right, there is another signature that looks like 'O'.

23.8. Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força deste Contrato poderá ser cobrada via processo de execução visto que as Partes desde já reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

23.9 As Cedentes e o Cessionário reconhecem, desde já, que suas obrigações assumidas nos termos deste Contrato estão sujeitas à execução específica nos termos do artigo 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

23.9.1 Salvo se a obrigação estiver sujeita a prazo específico nos termos deste Contrato, as obrigações de fazer e não fazer previstas neste Contrato serão exigíveis no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento, pelas Cedentes ou pelo Cessionário, da notificação que constituir a respectiva Parte em mora, ficando facultada à Parte credora a adoção das medidas judiciais necessárias: (i) à tutela específica; ou (ii) à obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o § 5º do art. 461 do Código de Processo Civil.

23.9.2 As Partes desde já expressamente reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação mencionada na Cláusula 23.9.1 acima, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, será bastante para instruir o pedido de tutela específica da obrigação.

23.9.3 Todas as disposições contidas neste Contrato, que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Cessionário, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

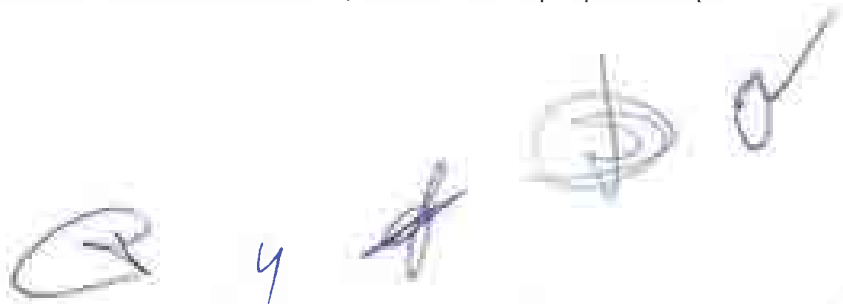
23.10 Para os efeitos do disposto neste Contrato, entende-se por “dia útil” segunda-feira a sexta-feira, exceto: (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na Cidade de São Paulo; ou (ii) feriados de âmbito nacional.

23.11 Se, em decorrência de qualquer decisão judicial irrecorrível, qualquer disposição ou termo deste Contrato for declarada nula ou for anulada, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais cláusulas deste Contrato não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulação.

23.12 O presente Contrato não constitui um contrato aleatório para os fins dos Artigos 458 a 461 do Código Civil.

CLÁUSULA XXIV FORO


24.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 10 (dez) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.


Rio de Janeiro, 05 de novembro de 2007.

COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA - CFLCL




Por: Maurício Perez Botelho
Cargo: Diretor Financeiro

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE NOVA FRIBURGO - CENF




Por: Maurício Perez Botelho
Cargo: Diretor Financeiro

COMPANHIA ENERGÉTICA DA BORBOREMA - CELB



Por: Maurício Perez Botelho
Cargo: Diretor Financeiro

EMPRESA ENERGÉTICA DE SERGIPE S.A. - ENERGIZE



Por: Maurício Perez Botelho
Cargo: Diretor Financeiro

SOCIEDADE ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAÍBA - SAELPA



Por: Maurício Perez Botelho
Cargo: Diretor Financeiro

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ENERGISA



Por: João Francisco F. de Castro
Cargo: Diretor Financeiro

4

Esta Lauda é parte integrante do Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças.

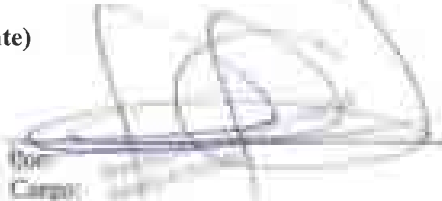
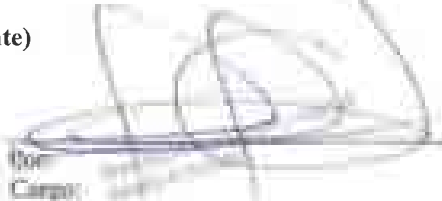
INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.


Por: **F. de Castro**
Cargo: **Diretor**
INTRAG DTVM LTDA.



Por: **Cássia Augusta Sampaio**
Cargo: **INTRAG DTVM LTDA**
CPF: 911.393.887-09
RG: 98809841

BANCO ITAU S.A. (na qualidade de Custodiante)


Por: 
Cargo:


Por: 
Cargo:

BANCO ITAU S.A. (na qualidade de Agente de Centralização de Recebimentos)


Por: **LUIZ CARLOS R. SILVA**
Cargo: **CPF: 001.977.551/A**


Por: **J. Moreira**
Cargo: **CPF: 001.977.551/A**

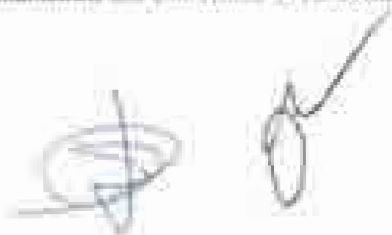
Testemunha:

Nome: **Fabio Siroda**
RG: **CPF: 234.818.188-08**
CPF: **RG: 26.332.717-6**

2.
Nome: **Daniel Petrine G. dos Santos**
RG: **CPF: 010.745.888-40**
CPF: **RG: 010.745.888-40**

ANEXO I

Modelo de Aditamento aos Convênios de Arrecadação



4



1º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RECEBIMENTO, NO CAIXA, CORRESPONDENTE BANCÁRIO, E MEIOS ELETRÔNICOS DE NOTAS FISCAIS/FATURAS DE ENERGIA ELÉTRICA ENTRE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (“CONTRATANTE”) E XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (“AGENTE ARRECADADOR”) DATADO DE XXXXXXXXXXXX (“CONTRATO”).

1. A CONTRATANTE cedeu ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Sistema Cataguazes-Leopoldina (“FIDC”), parte dos direitos de créditos, de sua titularidade, oriundos do fornecimento de energia elétrica pela CONTRATANTE aos seus consumidores do Grupo B nos termos da Resolução ANEEL nº 456/00 (e suas posteriores alterações), que sejam representados por faturas de energia elétrica cuja arrecadação é objeto do CONTRATO (“FATURAS”).

2. Em função da estruturação do FIDC, a CONTRATANTE comprometeu-se a assegurar que os recursos provenientes da arrecadação das FATURAS sejam repassados a uma conta de centralização de recebimento no Banco Itaú S/A – AG.XXXXXXXXXX CONTA XXXXXXXX, CNPJ 60.701.190/0001-04 (“CONTA DE CENTRALIZAÇÃO DE RECEBIMENTO”).

3. Dessa forma, serve a presente para, XXXXXXXXX, a realizar o repasse dos valores arrecadados nos termos do CONTRATO da seguinte forma:

RECEBIMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS, NO CAIXA E CANAIS ALTERNATIVOS.

(i) A CONTRATANTE agrupou e segregou as FATURAS das demais faturas de emissão da CONTRATANTE cadastrando-as em Código de Identificação de Empresa específico, sob o nº XXXXX.

(ii) O produto da arrecadação das FATURAS, identificadas e cadastradas conforme o item (i) acima, deverá ser diretamente transferido pelo AGENTE ARRECADADOR para a CONTA DE CENTRALIZAÇÃO DE RECEBIMENTO através de TED no prazo estabelecido na cláusula QUARTA do CONTRATO.

4. Não obstante qualquer disposição em contrário no CONTRATO (conforme ora aditado), as transferências dos valores resultantes da arrecadação das FATURAS (conforme identificadas acima) deverão ser feitas para a CONTA DE CENTRALIZAÇÃO DE RECEBIMENTO sem qualquer retenção, dedução e/ou compensação de qualquer espécie.

5. Este documento constitui aditamento ao CONTRATO, e na hipótese de qualquer conflito entre as disposições previstas neste documento e no CONTRATO, as disposições deste documento prevalecerão. O AGENTE ARRECADADOR concorda que, como condição para o término antecipado do CONTRATO (conforme ora aditado), deverá comunicar à XXXXXXXXXXXXXXXX e a INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. ("INTRAG") na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº 100 Torre Itaúsa São Paulo SP -Cep: 04.344-030 na qualidade de instituição administradora do FIDC sua intenção de terminar, resilir e/ou rescindir o CONTRATO, com antecedência mínima de 15 (quinze dias) em relação à data pretendida para o término, resilição ou rescisão.

6. O FIDC e a INTRAG não terão qualquer responsabilidade pelo pagamento de qualquer valor devido em decorrência do CONTRATO (conforme ora aditado), incluindo, mas não se limitando, a remuneração do AGENTE ARRECADADOR e quaisquer custos e despesas com a arrecadação e o cumprimento das demais obrigações pelo AGENTE ARRECADADOR nos termos do CONTRATO (conforme ora aditado).

7. Caso ocorra a liquidação antecipada do FIDC, o condomínio constituído pela comunhão dos quotistas que vier a sucedê-lo nos termos do regulamento do FIDC, e o representante do referido condomínio, sucederão, de pleno direito, respectivamente, o FIDC e a INTRAG em todos os direitos e obrigações a eles conferidos nos termos do CONTRATO (conforme ora aditado), permanecendo o CONTRATO (conforme ora aditado) válido e eficaz em todos os seus termos e condições.

8. As instruções contidas no presente documento terão validade a partir da presente data (sendo certo que os valores correspondentes às FATURAS deverão ser transferidos para a CONTA DE CENTRALIZAÇÃO E RECEBIMENTO apenas a partir da data mencionada no item 3 acima) e vigorarão em caráter irretratável e irrevogável, até instrução

em contrário e por escrito da INTRAG ao AGENTE ARRECADADOR, independentemente de qualquer instrução ou comunicação em contrário da CONTRATANTE. É vedada qualquer alteração ao CONTRATO (conforme ora aditado), salvo mediante autorização expressa da INTRAG em documento formalizado e subscrito pelos seus representantes.

Atenciosamente,

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

Ciente e de Acordo em XXXXXXXXXXXXXXX:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunhas:

1. _____

Nome: José Carlos Cândido

CPF: 180.631.606-49 / RG M-261.297

2. _____

Nome:

1º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RECEBIMENTO, ATRAVÉS DE DÉBITO AUTOMÁTICO, DE NOTAS FISCAIS/FATURAS DE ENERGIA ELÉTRICA ENTRE XXXXXX (“CONTRATANTE”) E XXXXXXXXXX (“AGENTE ARRECADADOR”) DATADO DE XXXXXXXXXXXXXXX (“CONTRATO”).

1. A CONTRATANTE cedeu ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Sistema Cataguazes-Leopoldina (“FIDC”), parte dos direitos de créditos, de sua titularidade, oriundos do fornecimento de energia elétrica pela CONTRATANTE aos seus consumidores do Grupo B nos termos da Resolução ANEEL nº 456/00 (e suas posteriores alterações), que sejam representados por faturas de energia elétrica cuja arrecadação é objeto do CONTRATO (“FATURAS”).
2. Em função da estruturação do FIDC, a CONTRATANTE comprometeu-se a assegurar que os recursos provenientes da arrecadação das FATURAS sejam repassados a uma conta de centralização de recebimento no Banco Itaú S/A, Ag.XXX Conta XXX, CNPJ 60.701.190/0001-04 (“CONTA DE CENTRALIZAÇÃO DE RECEBIMENTO”).
3. Dessa forma, serve a presente para, em caráter irrevogável e irretratável, instruir o AGENTE ARRECADADOR, a realizar o repasse dos valores arrecadados nos termos do CONTRATO da seguinte forma:

RECEBIMENTO ATRAVÉS DE DÉBITO AUTOMÁTICO

- (i) A CONTRATANTE deverá encaminhar ao AGENTE ARRECADADOR, diariamente e por escrito, até às 9:00 horas do 2º dia contado do recebimento dos valores oriundos da liquidação das FATURAS, cuja arrecadação é realizada através de débito automático junto ao AGENTE ARRECADADOR, relação identificando cada uma dessas FATURAS pelos municípios de residência dos respectivos consumidores, e o valor total liquidado com relação a cada FATURA no respectivo dia.
- (ii) O produto da arrecadação das FATURAS, identificadas e cadastradas conforme o item (i) acima, deverá ser diretamente transferido pelo AGENTE ARRECADADOR para a

CONTA DE CENTRALIZAÇÃO DE RECEBIMENTO, através de TED, no 2º dia contado do recebimento dos recursos oriundos da liquidação das respectivas FATURAS.

(iii) Os valores que não sejam referentes à liquidação das FATURAS, identificadas e cadastradas conforme o item (i) acima, deverão ser depositados diretamente na conta da CONTRATANTE, nos termos do CONTRATO.

4. Não obstante, qualquer disposição em contrário no CONTRATO (conforme ora aditado), as transferências dos valores resultantes da arrecadação das FATURAS (conforme identificadas acima) deverão ser feitas para a CONTA DE CENTRALIZAÇÃO DE RECEBIMENTO, sem qualquer retenção, dedução e/ou compensação de qualquer espécie.

5. Este documento constitui aditamento ao CONTRATO, e na hipótese de qualquer conflito entre as disposições previstas neste documento e no CONTRATO, as disposições deste documento prevalecerão. O AGENTE ARRECADADOR concorda que, como condição para o término antecipado do CONTRATO (conforme ora aditado), deverá comunicar à XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX e a INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. ("INTRAG") na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº 100 Torre Itaúsa São Paulo SP -Cep: 04.344-030 na qualidade de instituição administradora do FIDC sua intenção de terminar, resilir e/ou rescindir o CONTRATO, com antecedência mínima de 15 (quinze dias) em relação à data pretendida para o término, rescisão ou rescisão.

6. O FIDC e a INTRAG não terão qualquer responsabilidade pelo pagamento de qualquer valor devido em decorrência do CONTRATO (conforme ora aditado), incluindo, mas não se limitando, a remuneração do AGENTE ARRECADADOR e quaisquer custos e despesas com a arrecadação e o cumprimento das demais obrigações pelo AGENTE ARRECADADOR nos termos do CONTRATO (conforme ora aditado).

7. Caso ocorra a liquidação antecipada do FIDC, o condomínio constituído pela comunhão dos quotistas que vier a sucedê-lo nos termos do regulamento do FIDC, e o representante do referido condomínio, sucederão, de pleno direito, respectivamente, o FIDC e a INTRAG em todos os direitos e obrigações a eles conferidos nos termos do

CONTRATO (conforme ora aditado), permanecendo o CONTRATO (conforme ora aditado) válido e eficaz em todos os seus termos e condições.

8. As instruções contidas no presente documento terão validade a partir da presente data (sendo certo que os valores correspondentes às FATURAS deverão ser transferidos para a CONTA DE CENTRALIZAÇÃO DE RECEBIMENTO apenas a partir da data mencionada no item 3 acima) e vigorarão em caráter irrevogável e irretratável, até instrução em contrário e por escrito da INTRAG ao AGENTE ARRECADADOR, independentemente de qualquer instrução ou comunicação em contrário da CONTRATANTE. É vedada qualquer alteração ao CONTRATO (conforme ora aditado), salvo mediante autorização expressa da INTRAG em documento formalizado e subscrito pelos seus representantes.

Atenciosamente,

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

Ciente e de Acordo em XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunhas:

1. _____

Nome: José Carlos Cândido

CPF: 180.631.606-49 / RG M-261.297

2. _____

Nome:

ANEXO II

Lista de Agentes Arrecadadores e Convênios de Arrecadação



4



[illegible]

Fernando José do Lima Cda Ltda

Brasileiro de Descontos S/A
Bank Brasil S/A
Bank Brasil S/A

Contrato de prestação de serviços para recebimento através de débito automático, de notas fiscais/aturas da energia elétrica

Convênio de Prestação de Serviços a/receb De Contas da Energia Elétrica através de Caixa Bancários
Convênio de Prestação de Serviços a/receb De Contas da Energia Elétrica através de Caixa Bancários

Controlo do prestáculo do Serviços através do débito automático, de notas Fiscais/Faturas de Energia Elétrica

Caixa e outros meios (Internet, ATMs e via celular) a correspondente bancário

da Crédito Rural de Leocoldina - CREDILEO
de Crédito - UNICRED Leocoldina Ltda (nova);

de Bancos Brasileiros S/A - UNIBANCO
de Bancos Brasileiros S/A - UNIBANCO
Mercantil do Brasil S/A

Contribuição de prestação de Serviços para recebimento de Contas de Energia Elétrica através do cartão automático

Convênio de Prestação de Serviços oferec. De Contas de Energia Elétrica através de Caixa Bancários
 Controle de prestação de Serviços oferec. no caixa do notas Fiscais Faturas de Energia Elétrica

Controlo de prestação de Serviços *préceb*, no caixa, de notas Fiscais-Fran-

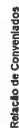
Controlo de prestação de Serviços *préceb*, através de débito automático de notas Fis-

Controlo de prestação de Serviços de arrecadação de contas de energia Elétrica

Caixa Automático/Auto atendimento/Internet/Caixa eletrônico
Débito Automático/Auto atendimento/Correspondente bancário
Caixa outros meios (Internet, ATMs e via celular) e correspondente bancário

[illegible]

Relação de Conveniados



COMPANHIA ENERGÉTICA DA BORBOREMA
RELAÇÃO DE BANCOS, AGENTES PRÓPRIOS E TERCEIRIZADOS
CONVÊNIOS VIGENTES

377

Relação de Conveniados

Pague Fácil Ltda
 MULTIBANK S A
 Banco do Brasil S/A
 Banco Brasileiro de Descontos S/A
 Caixa Econômica Federal S/A
 Caixa Econômica Federal S/A
 União de Bancos Brasileiros - UNIBANCO
 União de Bancos Brasileiros - UNIBANCO
 Banco do Estado de Sergipe S/A
 Banco do Estado de Sergipe S/A
 Banco Mercantil do Brasil S/A
 Banco Mercantil do Brasil S/A
 ABN Amro Real S/A
 Banco Itaú S/A
 HSBC Brasil S/A

[illegible]AGENTE TERCEIRIZADO
AGENTE TERCEIRIZADO20/06/01
01/06/03[illegible]

ANEXO III(A)
Modelo de Termo de Cessão FIDC II
(Cláusulas II e V)

Termo de Cessão FIDC II nº [--] (ref. a [--] série de Quotas Seniores)

Pelo presente Termo de Cessão FIDC II, e observada a prioridade do FIDC I, prevista na Cláusula 3.1.1 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios FIDC II e Outras Avenças, firmado em [•] de 2007, entre as Cedentes, o Cessionário, o Custodiante e o Agente de Centralização de Recebimentos (“Contrato de Cessão”), a(s) Cedente(s) abaixo identificada(s) cede(m) e transfere(m), ao Cessionário, [os Direitos Creditórios FIDC II previstos na Cláusula 2.1 do Contrato de Cessão (termo abaixo definido) / os Direitos Creditórios FIDC II Adicionais (termo abaixo definido) conforme previsto na Cláusula V do Contrato de Cessão] contra Consumidores domiciliados nos Municípios Selecionados, no valor total de R\$ [--] (--), de acordo com o(s) respectivo(s) Percentual(is) de Cessão abaixo indicado(s), fazendo-o nos termos do Contrato de Cessão.

Cedente	Percentual de Cessão
[--]	[--]

Pela presente cessão, o Cessionário pagará a cada Cedente os Preços de Aquisição FIDC II previstos no quadro abaixo, mediante depósito na(s) conta(s) corrente(s) identificada(s) no referido quadro, de acordo com as demais condições estabelecidas na Cláusula IV do Contrato de Cessão.

Cedente	Preço de Aquisição FIDC II	Dados de Depósito
[--]	R\$ [--] (--)	Banco: [--] Agência: [--] Conta: [--]

A(s) Cedente(s) declara(m) que tem conhecimento do conteúdo do Suplemento relativo à emissão da série de Quotas Seniores acima referida.

Os termos utilizados neste Termo de Cessão FIDC II, incluindo em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Contrato de Cessão.



Este Termo de Cessão FIDC II é parte integrante do Contrato de Cessão para todos os fins e efeitos.

São Paulo, [--] de [--] de [--].

COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA - CFLCL

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE NOVA FRIBURGO - CENF

Por:

Cargo:

Por:

Cargo:

COMPANHIA ENERGÉTICA DA BORBOREMA - CELB

Por:

Cargo:

Por:

Cargo:

EMPRESA ENERGÉTICA DE SERGIPE S.A. - ENERGEIPE

Por:

Cargo:

Por:

Cargo:

SOCIEDADE ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAÍBA - SAELPA

Por:

Cargo:

Por:

Cargo:



FUNDO DE INVESTIMENTO EM DEBITOS CREDITÓRIOS ENERGISA

Por: _____
Cargo:

Por: _____
Cargo:

INTRAC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Por: _____
Cargo:

Por: _____
Cargo:

BANCO ITAU S.A. (na qualidade de Custodiante)

Por: _____
Cargo:

Por: _____
Cargo:

BANCO ITAU S.A. (na qualidade de Agente de Centralização de Recebimentos)

Por: _____
Cargo:

Por: _____
Cargo:

Testemunhas:

Nome: _____
RG:

Nome: _____
RG:

9



ANEXO III(B)
Modelo de Termo de Cessão FIDC II
(Cláusula VI)

Termo de Cessão FIDC II nº [--]

Pelo presente Termo de Cessão FIDC II, e observada a prioridade do FIDC I, prevista na Cláusula 3.1.1 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios FIDC II e Outras Avenças, firmado em [•] de 2007, entre as Cedentes, o Cessionário, o Custodiante e o Agente de Centralização de Recebimentos (“Contrato de Cessão”), a(s) Cedente(s) abaixo identificada(s) cede(m) e transfere(m), ao Cessionário, Direitos Creditórios FIDC II de sua titularidade contra Consumidores domiciliados nos Municípios Adicionados em Razão de Inadimplemento indicados no quadro abaixo, no valor total de R\$ [--] (--), de acordo com o(s) respectivo(s) Percentual(is) de Cessão abaixo indicado(s), nos termos da Cláusula VI do Contrato de Cessão.

Cedente	Municípios Adicionados em Razão de Inadimplemento
[--]	[--]

Conforme previsto na Cláusula 6.3 do Contrato de Cessão, nenhum pagamento é devido pelo Cessionário à(s) Cedente(s) acima identificada(s) a título da presente cessão.

A(s) Cedente(s) e o Agente de Centralização de Recebimentos celebraram com os respectivos Agentes Arrecadores dos Municípios Adicionados em Razão de Inadimplemento listados no quadro acima os Aditamentos aos Convênios de Arrecadação, cuja lista constante do Anexo I a este Termo de Cessão FIDC II altera e passa a integrar o Anexo I do Contrato de Cessão para todos os efeitos.

Os termos utilizados neste Termo de Cessão FIDC II, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Contrato de Cessão.

Este Termo de Cessão FIDC II é parte integrante do Contrato de Cessão para todos os fins e efeitos.

São Paulo, [--] de [--] de [--].



COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAYAS-LIBPOLDONA - EFLAZ

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE NOVA FRIBURGO - CENF

Por: _____
Cargo: _____

Por: _____
Cargo: _____

COMPANHIA ENERGÉTICA DA BORBOREMA - CELB

Por: _____
Cargo: _____

Por: _____
Cargo: _____

EMPRESA ENERGÉTICA DE SERGIPE S.A. - ENERGIFE

Por: _____
Cargo: _____

Por: _____
Cargo: _____

SOCIEDADE ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAIBA - SAEPA

Por: _____
Cargo: _____

Por: _____
Cargo: _____

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ENERGISA

Por: _____
Cargo: _____

Por: _____
Cargo: _____









INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Por: _____

Cargo: _____

Por: _____

Cargo: _____

BANCO ITAÚ S.A. (na qualidade de Custodiante)

Por: _____

Cargo: _____

Por: _____

Cargo: _____

BANCO ITAÚ S.A. (na qualidade de Agente de Centralização de Recebimentos)

Por: _____

Cargo: _____

Por: _____

Cargo: _____

Testemunhas:

Nome: _____

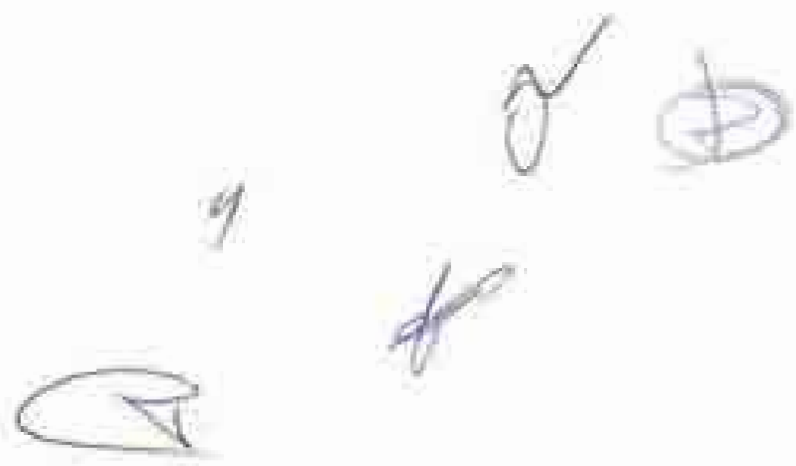
RG: _____

Nome: _____

RG: _____

[ANEXO II]

Lista de Aditamentos aos Convênios de Arrecadação dos Municípios Adicionados em Razão de Inadimplemento

The block contains several handwritten signatures and initials in blue ink. There are four distinct marks: a stylized 'G' at the bottom left, a small 'y' or '9' in the center, a signature at the top right, and a circled 'D' at the top right.

ANEXO IV
Modelo de Fatura de Energia



1

2

3

Atendimento ao Cliente SAELPA
 Agilizar, simplificar sempre em relação à conta

0800 83 0196

LIGACÃO GRATUITA

Acesso: www.saelpa.com.br

RESERVAÇÃO AO FISCO

INDICADORES DE QUALIDADE

LIMITES
DA ANEEL

APURADO

LIMITE DE TENSÃO (V)

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR



CANAL DE CONTATO

ODD é uma sigla utilizada para a identificação dos pontos de entrega de energia. ODD é uma sigla utilizada para a identificação dos pontos de entrega de energia. ODD é uma sigla utilizada para a identificação dos pontos de entrega de energia.

DADOS DO CLIENTE

Conta referente a

Apresentação

Data da próxima leitura

HISTÓRICO DE CONSUMO KWh

FATURAS EM ATRASO

CÁLCULO DE CONSUMO

ANTERIOR		ATUAL		Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura		

DEMONSTRATIVO

COMPOSIÇÃO DO VALOR TOTAL DA SUA CONTA

ATENÇÃO

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR



0 NOV/2007

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

→ 4/29328-2

CANAL DE CONTAIO

DEM, horas de energia que são em forma de energia EEE, vazas de energia que são a: ficou sem energia DUE = de horas que não houve ficou sem energia DUC = de energia que o sistema ficou sem energia DMSU, duração sem horas de energia DMSU = duração sem energia de 10 minutos para 60 minutos, valores expressos DUE, DMSU e DUC, em um intervalo que se a primeira

Apresentação

26/11/2007

Data da próxima leitura

19/12/2007

GATURAS EN ATRASO

**FATURAS
VENCIDAS ATÉ DIA
22/11/2007 PAGAS.
OBRIGADO!**

134 KWh

DISCRIMINACAO	VALOR (R\$)	%
SERVICO DE DISTRIBUICAO DA CELB	24,35	31,13
COMPRA DE ENERGIA	20,01	26,74
SERVICO DE TRANSMISSAO	3,64	4,65
ENCARGOS SETORIAIS	3,40	4,35
IMPOSTOS DIRETOS E ENCARGOS	25,91	33,13
OUTROS SERVICOS	0,01	0,00
TOTAL	78,21	100,00

SEGUNDA VIA DE CONTA

Leitura Informada pelo Cliente

CALCULO DE CONSUMO

22/10/07	8853	21/11/07	9037	184	30
----------	------	----------	------	-----	----

DEMONSTRATION

FORNECIMENTO DE ENERGIA

184 X 0,28426

Valor (R\$)

52.30

IMPOSTOS / ENCARGOS

PIS:

COFINS:

CONTRIB ILUM PUBLICA

JUIROS DE MORA 09/2007

JUIROS DE MORA 10/2007

MULTA 09/2007

MULTA 10/2007

ICMS (Base de Cálculo R\$ 69,93 | Aliquota 20,00%)

13,98

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

03/12/2007

R\$ 78,21



CELBI
Toll-free 1-800-368-2222

JOSE LEONARDO SILVA
 Telefone: 11-401-015-1160

> CONTA VÁLIDA SOMENTE PARA CONFERÊNCIA <<<

PERCUMENTO	TUTA A PAGAR	MATRÍCULA
------------	--------------	-----------

03/12/2007

RS 78 21

29328-2007- 11-2

WAGNER PINHEIRO
R ALBERTINO OLIVEIRA CADA 50
NOVA FRIBURGO (RJ) (AO. 250)

Classe: COMERCIAL MONOFÁSICA
Roteiro: 11-250-419-8100
Nº do Medidor: 406261

Referência: NOV/2007
Emissão: 20/11/2007



Parâmetros de Medição de Energia Elétrica
1.000 Wh = 1 kWh
1 kWh = 1000 Wh
1 kWh = 1000 Wh
1 kWh = 1000 Wh

Atendimento ao Cliente CENF
0800 32 0196 LIGACAO GRATUITA
www.cenf.com.br

RECEBIMOS DO FISCAL: RECEBIMOS ESPECIAL - PROCESSO ELETRICIDADE

RECEBIMOS DO FISCAL: RECEBIMOS ESPECIAL - PROCESSO ELETRICIDADE

306a.e35d.5902:dc0e.79b2:1247:0575:7dac

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

2/268741-6

CANAL DE CONTATO

RECEBIMOS DO FISCAL: RECEBIMOS ESPECIAL - PROCESSO ELETRICIDADE

	LIMITES DA ANEEL	APURADO	LIMITE DE TENSÃO (V)	
DEC	5,4	0,82	NOMINAL	220
FEC	6,0	0,47	CONTRATADA	
DIC	25,0	2,78	LIMITE INFERIOR	201
FIG	15,0	1,00	LIMITE SUPERIOR	231
DMIC	13,0	2,78		

DEC: Tensão, em Volts, que a rede elétrica pode fornecer. FEC: Tensão, em Volts, que a rede elétrica pode fornecer. DIC: Tensão, em Volts, que a rede elétrica pode fornecer. FIG: Tensão, em Volts, que a rede elétrica pode fornecer. DMIC: Tensão, em Volts, que a rede elétrica pode fornecer.

DADOS DO CLIENTE
Nome: Wagner Pinheiro
Data de referência: NOV/2007
Data de validade: 23/11/2007

Endereço: Rua Albertino Oliveira, 50

Assinatura: Wagner Pinheiro

Data da próxima leitura: 17/12/2007

HISTÓRICO DE CONSUMO - kWh

FATURAS EM ATRASO

Consumo	Valor	Data	Valor
01/11/2007	308,43		
02/11/2007	308,43		
03/11/2007	308,43		
04/11/2007	308,43		
05/11/2007	308,43		
06/11/2007	308,43		
07/11/2007	308,43		
08/11/2007	308,43		
09/11/2007	308,43		
10/11/2007	308,43		

CÁLCULO DE CONSUMO

Anterior	Atual	Consumo	Valor
18/10/07	22167	19/11/07	22965
			1
			798
			32

DEMONSTRATIVO

	Valor (R\$)
CONTRIBUIÇÃO ILUM PÚBLICA	13,21
ICMS (Base de Cálculo R\$ 350,51 Alíquota 30,00%)	105,15

CONTRIBUIÇÃO DO VÁCUO DA TENSÃO DA BOMBA D'ÁGUA

	Valor (R\$)
CONTRIBUIÇÃO DO VÁCUO DA TENSÃO DA BOMBA D'ÁGUA	13,21
ICMS (Base de Cálculo R\$ 350,51 Alíquota 30,00%)	105,15

ATENÇÃO

REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) acima relacionada(s) permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 08/12/2007. Conforme Resolução 456 da ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a possibilidade da dívida suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso já tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsidere esta mensagem.

VENCIMENTO

03/12/2007

TOTAL A PAGAR

R\$ 363,72



WAGNER PINHEIRO

Roteiro: 11-250-419-8100

604-0004 VALUADAMENTE PARA CONFIRMAÇÃO

RECEBIMOS

TOTAL A PAGAR

R\$ 363,72

MATRÍCULA

258741-2007-11-6

Atendimento ao Cliente CENF.
Ao ligar, tenha sempre em mãos a conta.

0800 32 0196

LIGAÇÃO GRATUITA

Acesse: www.cenf.com.br

RESERVADO AO FISCO

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

INDICADORES DE QUALIDADE -

LIMITES DA ANEEL	APURADO	LIMITE DE TENSÃO (V)
---------------------	---------	----------------------

CANAL DE CONTATO

DEC: horas, em média, que a região ficou sem energia. FEC: vezes, em média, que a região ficou sem energia. DIC: nº, de horas que o cliente ficou sem energia. FIC: nº, de vezes que o cliente ficou sem energia. DMIC: duração, em horas, da maior interrupção de energia no período. Possíveis valores individuais apurados acima dos padrões nesta unidade consumidora implicarão direito a compensação.

DADOS DO CLIENTE Conta referente a Apresentação

Data da próxima leitura

HISTÓRICO DE CONSUMO KWh

FATURAS EM ATRASO

CÁLCULO DE CONSUMO

ANTERIOR		ATUAL		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			

DEMONSTRATIVO

COMPOSIÇÃO DO VALOR TOTAL DA SUA CONTA

ATENÇÃO

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR



**COMPANHIA FORÇA E LUZ
CATAGUASES-LEOPOLDINA**
Trabalhando para o seu conforto

Endereço: Rua 10 de Abril, 1000 - Cataguases, SP, 13.040-000
Fone: (19) 3333-1000 - Fax: (19) 3333-1001
E-mail: atendimento@cfcl.com.br

Endereço: Rua 10 de Abril, 1000 - Leopoldina, SP, 13.040-000
Fone: (19) 3333-1000 - Fax: (19) 3333-1001
E-mail: atendimento@cfcl.com.br

Atendimento ao Cliente CFCL
Ao ligar, tenha sempre em mãos a conta.

0800 32 0196

ligação gratuita

Acesse: www.cfcl.com.br

RESERVADO AO FISCO

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

INDICADORES DE QUALIDADE -

LIMITES
DA ANEEL

APURADO

LIMITE DE TENSÃO (V)

CANAL DE CONTATO

DEC: horas, em média, que a rede ficou sem energia. FIC: horas, de média, que a rede ficou sem energia. DIC: n°. de horas que a rede ficou sem energia. DMIC: duração, em horas, da maior interrupção de energia no período. Faturado valores individuais apurados acima das tarifas para energia distribuída. Imposto sobre a energia.

DADOS DO CLIENTE

Conta referente a

Apresentação

Data da próxima leitura

HISTÓRICO DE CONSUMO kWh

FATURAS EM ATRASO

CÁLCULO DE CONSUMO

ANTERIOR		ATUAL		Consumo Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	

DEMONSTRATIVO

COMPOSIÇÃO DO VALOR TOTAL DA SUA CONTA

ATENÇÃO

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR



**COMPANHIA FORÇA E LUZ
CATAGUASES-LEOPOLDINA**
Trabalhando para o seu conforto

SEXTA-FEIRA 08/01

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

MATRÍCULA

392

ANEXO V
Modelos de Arquivos (item 7.2 (a))



9



HEADER																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
--------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

DESCRIÇÃO	TIPO	QUANTIDADE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
HEADER				
CÓDIGO REGISTRO HEADER	A	1	01 A 01	01 - HEADER
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	A	26	02 A 26	'LIQUIDAÇÕES CATAGUAZES
LITERAL DO SERVIÇO	A	5	27 A 41	'FUNDO RECEBIVEL'
ALÍNEA / CONTINUAÇÃO	A	2	42 A 53	AAAACCCCCDD
DATA DE GERAÇÃO DO ARQUIVO	A	1	54 A 61	AAAAAMDD
NÚMERO DO ARQUIVO	N	1	62 A 68	
BRANCOS	A	13	69 A 81	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL	N	1	82 A 90	SEQUENCIAL DENTRO DO ARQUIVO (INÍCIO C/ 1)
DETALHES				
CÓDIGO REGISTRO DETALHE	A	1	01 A 01	11 - DETALHE
TIPO DO ARQUIVO	A	1	02 A 02	2
ALÍNEA / CONTINUAÇÃO	A	12	03 A 14	AAAACCCCCDD
CÓDIGO DO MUNICÍPIO	N	3	15 A 17	
IDENTIFICAÇÃO DO CLIENTE	N	11	18 A 28	
DATA DE INSCRIÇÃO EM C/TA	A	8	29 A 36	AAAAAMDD
VALOR DA C/TA	N	13,2	37 A 51	alinhado à direita
DATA DE PAGAMENTO	A	8	52 A 59	AAAAAMDD
CÓDIGO DO PAGAMENTO	A	2	60 A 61	
BRANCOS	A	20	62 A 81	
NÚMERO SEQUENCIAL	N	9	82 A 90	SEQUENCIAL DENTRO DO ARQUIVO
TRAILER				
CÓDIGO REGISTRO TRAILER	A	1	01 A 01	9 - TRAILER
QUANTIDADE DE REGISTROS DETALHE	N	9	02 A 10	sem contar o Header e Trailer - alinhado à direita com zeros a esquerda
VALOR TOTAL DA C/TA	N	13,2	11 A 25	alinhado à direita com zeros a esquerda
BRANCOS	A	56	26 A 81	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL	N	9	82 A 90	SEQUENCIAL DENTRO DO ARQUIVO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO V

CONTRATO DE CESSÃO FIDC I

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO
DE DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS

entre

COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA – CFLCL

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE NOVA FRIBURGO – CENF

COMPANHIA ENERGÉTICA DA BORBOREMA – CELB

EMPRESA ENERGÉTICA DE SERGIPE S.A. – ENERGEPE

e

SOCIEDADE ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAÍBA – SAELPA
como Cedentes,

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
SISTEMA CATAGUAZES-LEOPOLDINA
como Cessionário,

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
como Administradora,

e

BANCO ITAÚ S.A.
como Custodiante e Agente de Centralização de Recebimentos

Data

11 de julho de 2005



**CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO
DE DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente instrumento particular,

(a) **COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA - CFLCL**, sociedade por ações com sede na Praça Rui Barbosa nº 80 - centro, na Cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.527.639/0001-58, neste ato representada na forma de seu estatuto social (a "CFLCL");

(b) **COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE NOVA FRIBURGO - CENF**, sociedade por ações com sede na Avenida Euterpe Friburguense, 111/113 - centro, na Cidade de Nova Friburgo, Estado de Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.249.046/0001-06, neste ato representada na forma de seu estatuto social (a "CENF");

(c) **COMPANHIA ENERGÉTICA DA BORBOREMA - CELB**, sociedade por ações com sede na Avenida Elpidio de Almeida nº 1.111, na Cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.826.596/0001-95, neste ato representada na forma de seu estatuto social (a "CELB");

(d) **EMPRESA ENERGÉTICA DE SERGIPE S.A. - ENERGIPE**, sociedade por ações com sede na Rua Ministro Apolônio Sales nº 81, na Cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.017.462/0001-63, neste ato representada na forma de seu estatuto social (a "ENERGIPE"); e

(e) **SOCIEDADE ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAÍBA - SAELPA**, sociedade por ações com sede na BR 230, Km 25, Bairro do Cristo Redentor, na Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.095.183/0001-40, neste ato representada na forma de seu estatuto social (a "SAELPA" e em conjunto com CFLCL, CENF, CELB e ENERGIPE, as "Cedentes");

(f) **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS SISTEMA CATAGUAZES-LEOPOLDINA**, fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, neste ato representado na forma do seu Regulamento pela INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., abaixo qualificada (o "Cessionário" ou o "Fundo", e em conjunto com as Cedentes, as "Partes" e, individualmente, a "Parte");

e como intervenientes (os "Intervenientes"), (i) na qualidade de instituição administradora do Fundo;

(g) **INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.418.140/0001-31, neste ato representada na forma de seu contrato social (a "Administradora");

e (ii) na qualidade de Custodiante e Agente de Centralização de Recebimentos:

(h) **BANCO ITAÚ S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social;



CONSIDERANDO QUE, o Cessionário é um fundo de investimento em direitos creditórios nos termos da Resolução CMN 2.907 e da Instrução CVM 356, cujo funcionamento encontra-se pendente de registro na CVM;

CONSIDERANDO QUE, as Cedentes são titulares de concessões de prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nos termos dos respectivos Contratos de Concessão de que são partes, sendo as Cedentes capazes de originar periodicamente direitos de crédito contra seus consumidores por meio da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica;

CONSIDERANDO QUE, o Regulamento prevê a distribuição de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas;

CONSIDERANDO QUE, os recursos a serem captados com a emissão e colocação das Quotas serão utilizados pelo Cessionário para aquisição de direitos de crédito de titularidade das Cedentes originados da distribuição, preponderantemente futura, de energia elétrica pelas Cedentes a seus Consumidores;

CONSIDERANDO QUE, o Banco Itaú S.A. foi contratado para prestação dos serviços de custódia de que trata o artigo 38 da Instrução CVM 356, e de centralização de recebimentos e transferência de recursos referentes às Faturas de Energia emitidas pelas Cedentes contra seus Consumidores.

ISTO POSTO, resolvem as Partes e os Intervenientes celebrar o presente Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças (o "Contrato"), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir dispostas.

CLÁUSULA I DEFINIÇÕES

1.1 Os termos iniciados em letras maiúsculas e utilizados neste Contrato (estejam no singular ou no plural), que não sejam diversamente definidos neste Contrato, terão os seguintes significados:

Ações:

é qualquer ação de uma sociedade por ações ou quotas de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, conforme o caso, de titularidade direta ou indireta de qualquer uma das Cedentes na data de celebração do presente Contrato, ou ações ou quotas de qualquer sociedade resultante da fusão ou incorporação de uma sociedade;

Aditamentos dos Convênios de Arrecadação:

são todos os aditamentos dos Convênios de Arrecadação celebrados entre os Agentes Arrecadores, as Cedentes e o Fundo, conforme os modelos constantes do Anexo I deste Contrato, para prever o depósito pelos Agentes Arrecadores da totalidade dos recursos oriundos da liquidação das Faturas de Energia diretamente nas Contas de Centralização de Recebimentos;

Agentes Arrecadadores:

são os bancos e demais pessoas jurídicas, listados no Anexo II ao presente Contrato, que foram contratados pelas Cedentes, nos termos dos Convênios de Arrecadação, para a realização dos serviços de arrecadação dos direitos de crédito oriundos da prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica pelas Cedentes aos Consumidores nos Municípios Selecionados;

Ativo Imobilizado:

é qualquer ativo de titularidade de qualquer uma das Cedentes que esteja ou venha a ser incluído e classificado no balanço de qualquer uma delas como ativo imobilizado, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos no Brasil;

Ativo Imobilizado Relevante:

é qualquer Ativo Imobilizado usado para transmissão ou distribuição de energia elétrica por qualquer uma das Cedentes ou por suas controladas (diretas ou indiretas), que represente no mínimo 5% (cinco por cento) da receita anual da respectiva Cedente e/ou de suas controladas (diretas ou indiretas) concessionárias de serviços de distribuição de energia elétrica;

Banco Oficial:

é (a) qualquer instituição financeira, órgão ou banco de desenvolvimento pertencente ao governo brasileiro ou qualquer outro banco brasileiro ou instituição financeira que represente ou atue como agente de um órgão governamental (incluindo o Banco do Nordeste do Brasil S.A., o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES") e as empresas integrantes do sistema BNDES); e (b) qualquer instituição financeira, agência ou banco de desenvolvimento multilateral ou de governo estrangeiro, incluindo o Banco Mundial, o International Finance Corporation - IFC, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Deutsche Investitions-und Entwicklungsgesellschaft - DEG;

Capital de Giro:

é qualquer Dívida utilizada no financiamento das operações das Cedentes que não tenha sido contraída para o financiamento de investimentos das Cedentes;

Cedentes do Grupo 1:

são as seguintes Cedentes consideradas em conjunto: CFLCL, ENERGEPE e SAEIPA;

Cedentes do Grupo 2:

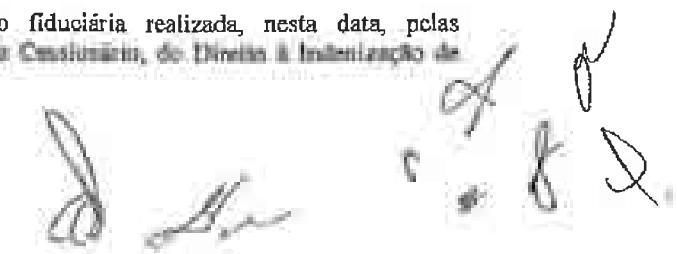
são as seguintes Cedentes consideradas em conjunto: CENF e CELB;

Cedente Líder:

é a CFLCL;

Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Concessão:

é a cessão fiduciária realizada, nesta data, pelas Cedentes ao Concessionário, de Direitos à Indenização de



	titularidade de cada Cedente nos termos dos respectivos Contratos de Cessão Fiduciária em Garantia;
<u>Condição Suspensiva:</u>	é o advento de qualquer um dos Eventos de Revisão ou Eventos de Liquidação, com os efeitos que lhes são atribuídos nos termos da Cláusula XVI deste Contrato;
<u>Consumidores:</u>	são todos os consumidores das Cedentes, classificados como consumidores do Grupo B nos termos da Resolução ANEEL nº 456/00 e suas posteriores alterações, domiciliados nos Municípios Selecionados;
<u>Contratos de Cessão Fiduciária em Garantia:</u>	são os 5 (cinco) Contratos de Cessão Fiduciária em Garantia, cada qual firmado, nesta data, por cada uma das Cedentes e o Fundo, por meio dos quais cada Cedente realizou a cessão fiduciária em garantia ao Cessionário do seu respectivo Direito à Indenização;
<u>Convênios de Arrecadação:</u>	são todos os contratos, instrumentos ou acordos escritos, celebrados ou que venham a ser celebrados, por cada Cedente e os respectivos Agentes Arrecadadores, conforme identificados no Anexo II deste Contrato;
<u>Data de Início de Originação:</u>	é o primeiro dia útil após o pagamento pelo Cessionário às Cedentes do Preço de Aquisição devido a cada uma delas, com relação a cada cessão realizada nos termos deste Contrato;
<u>Direito à Indenização:</u>	é o direito à indenização a que faz jus cada Cedente contra o Poder Concedente, nas hipóteses previstas nos respectivos Contratos de Concessão;
<u>Direitos de Crédito:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item 2.1 deste Contrato;
<u>Direitos de Crédito Adicionais:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item 5.1 deste Contrato;
<u>Direitos de Crédito Cedidos em Permuta:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item 8.2 deste Contrato;
<u>Direitos de Crédito dos Novos Municípios:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item 6.1 deste Contrato;
<u>Direitos de Crédito Objeto de Cessão Condicional:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no subitem 3.1.3 deste Contrato;
<u>Direitos de Crédito Objeto de Cessão Definitiva:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no subitem 3.1.2 deste Contrato;

Dívidas de Crédito
Promissórias

Dívidas

tem o significado que lhe é atribuído no item 8.1 deste Contrato;

é (a) qualquer obrigação, de qualquer uma das Cedentes e de suas controladas (diretas ou indiretas), contingente ou de qualquer forma exigível em virtude (i) de empréstimos ou financiamentos de qualquer natureza contraídos (independentemente de garantia do credor contra todos os ativos das Cedentes e/ou de suas controladas (diretas ou indiretas) ou somente parte dos mesmos), seja na forma de antecipação de recursos, conta corrente a descoberto, linhas de crédito ou outros, ou (ii) de notas promissórias (emitidas no Brasil ou no exterior), debêntures ou instrumentos de natureza similar, cartas de crédito (incluindo a obrigação de compra de moeda), ou (iii) de contratos de proteção contra variação das taxas de juros, contratos de câmbio, contratos de proteção contra variações cambiais ou quaisquer outros contratos de natureza similar; (b) qualquer obrigação de terceiros de natureza similar às obrigações descritas em "i" acima, com relação às quais qualquer uma das Cedentes e/ou qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas) tenham prestado garantia ou que de outra forma venham a tornar-se obrigações legais das Cedentes e/ou de qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas); e (c) outra obrigação garantida por ônus ou gravame sobre os bens ou ativos de qualquer uma das Cedentes e/ou de qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas), independentemente de ditas obrigações garantidas terem sido assumidas pelas Cedentes e/ou por qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas);

Dívida Bruta Total:

é a soma das Dívidas, sendo desconsideradas todas as dívidas contraídas pelas Cedentes ou qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas) junto a sociedades de economia mista ou públicas (incluindo, mas não se limitando, ao BNDES, ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. e às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás), que tenham contrapartida em ativos, direitos de crédito, receitas ou subvenção derivadas de ato do poder público concedente, para observância de determinação regulatória, tais como o financiamento das perdas do racionamento (RTE), financiamento junto a Eletrobrás para a implantação da nova classificação dos usuários da Sub-classe Residencial Baixa Renda, financiamento da Conta de Variação da Parcela A (CVA) e financiamento para implantação do Programa Luz para Todos (programa de universalização). Também deverão ser expurgadas do cálculo da Dívida Total Bruta parcelamentos e/ou refinanciamentos de débitos fiscais e com fornecedores, contingências civis, trabalhistas e previdenciárias existentes em 31 de

dezembro de 2004, até o montante total aproximado de R\$ 168.000.000,00 (cento e sessenta e oito milhões de reais) reais com relação às Cedentes;

Documentos Comprobatórios: tem o significado que lhe é atribuído no item 2.3 deste Contrato;

EBITDA: é o somatório (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação e amortização, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, e (iv) do resultado não operacional;

Exercício do Período: tem o significado que lhe é atribuído no item 15.1 deste Contrato;

Faturas de Energia: são todas as contas de consumo de energia elétrica emitidas periodicamente, em cada Período de Originação, por cada Cedente contra seus Consumidores domiciliados nos Municípios Seleccionados, em razão da distribuição de energia elétrica pela respectiva Cedente;

Gipar: é a Gipar S.A.;

Informações Confidenciais: tem o significado que lhe é atribuído no item 22.1 deste Contrato;

Municípios Seleccionados: tem o significado que lhe é atribuído no item 2.1 deste Contrato;

Nova Sociedade: tem o significado que lhe é atribuído na alínea (c) do item 20.1 deste Contrato;

Novos Municípios: tem o significado que lhe é atribuído no item 6.1 deste Contrato;

Novos Convênios de Associação: tem o significado que lhe é atribuído na alínea (a) do item 13.1 deste Contrato;

Ônus: é qualquer hipoteca, penhor, caução, alienação ou cessão fiduciária, garantia flutuante ou qualquer outro ônus ou gravame de qualquer natureza ou espécie, inclusive aqueles criados pelos Contratos de Cessão Fiduciária em Garantia.

Ônus Permitidos: é qualquer Ônus:

(a) constituído sobre um Ativo Imobilizado ou Ações adquiridos após a data de celebração do presente Contrato por qualquer uma das Cedentes ou suas controladas (diretas ou indiretas), ou constituído sobre um Ativo Imobilizado ou Ações relacionados à

aquisição de qualquer Ativo Imobilizado ou Ações adquiridas após a data de celebração do presente Contrato por qualquer uma das Cedentes ou suas controladas (diretas ou indiretas), em cada caso para garantir a aquisição de tais Ativos Imobilizados ou Ações ou para garantir a Dívida contraída com a finalidade de adquirir tal Ativo Imobilizado ou Ações, incluindo qualquer Ônus existente à época da aquisição de tal Ativo Imobilizado ou Ações, contanto que o valor máximo do principal e juros garantidos por tal Ônus não exceda a 90% (noventa por cento) do valor individual de tal Ativo Imobilizado ou Ações, observado que o valor do Ônus deve ser notificado à Administradora quando for superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

(b) constituído em relação a qualquer Dívida contraída por qualquer uma das Cedentes ou suas controladas (diretas ou indiretas) junto a um Banco Oficial para financiar a aquisição, desenvolvimento, construção ou expansão de qualquer Ativo Imobilizado Relevante ou qualquer prorrogação, renovação ou renegociação dessa Dívida, desde que o valor total do principal de qualquer prorrogação, renovação ou renegociação não exceda o valor (incluindo juros, comissões e correção monetária, se houver) a ser prorrogado, renovado ou renegociado;

(c) que garanta Dívida tomada para o financiamento de projeto (*project finance*) de qualquer uma das Cedentes ou de qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas), desde que: (i) essa Dívida não seja garantida por instalações ou projetos já existentes na data do presente Contrato, exceto se oferecida por qualquer controlador, direto ou indireto; (ii) o respectivo Ônus somente se aplique a (A) propriedades objeto do financiamento do projeto ou (B) receitas ou direitos de crédito decorrentes do projeto a ser financiado; e (iii) qualquer Ônus constituído para garantir qualquer Dívida resultante da prorrogação, renovação ou renegociação de qualquer Dívida anteriormente garantida de acordo com esta alínea (c), desde que não exceda o valor da Dívida originalmente garantida (incluindo juros, comissões e correção monetária, se houver) e que os ativos objeto da garantia sejam decorrentes do financiamento do projeto;

(d) existente na data de celebração do presente Contrato ou que venha a garantir qualquer prorrogação, renovação ou renegociação da Dívida originalmente garantida por Ônus, desde que o valor total do principal dessa Dívida prorrogada, renovada ou renegociada não exceda o valor garantido (incluindo juros, comissões e correção monetária, se houver) na data do presente

Contrato;

(e) decorrente do curso normal dos negócios para garantir Dívidas de cada Cedente ou de suas controladas (diretas ou indiretas) na forma de Capital de Giro, desde que o valor máximo, individual ou total, da garantia, não exceda R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) por mês para cada Cedente ou suas controladas (diretas ou indiretas);

(f) constituído em favor de instituições financeiras públicas ou privadas, no valor individual ou total máximo de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), em razão de financiamentos que essas instituições financeiras venham a conceder a qualquer uma das Cedentes ou a suas controladas (diretas ou indiretas) a partir da data de celebração do presente Contrato, na forma de vinculação de receitas, penhor e/ou cessão fiduciária de recebíveis;

(g) constituído em favor de instituições financeiras públicas ou privadas sobre contas reserva de titularidade de qualquer uma das Cedentes, em razão de financiamentos que essas instituições financeiras venham a conceder a qualquer uma das Cedentes, desde que até o valor do saldo devedor do respectivo financiamento; e

(h) constituído em favor do Fundo sobre os Direitos à Indenização de titularidade de cada Cedente, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão Fiduciária em Garantia;

Partes Relevantes:

são as seguintes sociedades: CAT-LEO Construções, Indústria e Serviços de Energia S.A., Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A., Energisa S.A., CFLCL, ENERGIPE, SABLPA, CENF, CELB, PBPART Ltda., PBPART SE 1 S.A., PBPART SE 2 Ltda;

Termo Obrigatório:

tem o significado que lhe é atribuído no item 22.1 deste Contrato;

Percentual de Cessão:

é o percentual de Direitos de Crédito cedidos por cada Cedente, calculado sobre o respectivo valor total de cessão, com relação a cada cessão realizada nos termos deste Contrato, que será fixado nos respectivos Termos de Cessão, observada a Variação Permitida do Percentual de Cessão aplicável a cada Cedente;

Percentual de Cessão da 1ª Série:

é o Percentual de Cessão de cada Cedente, relativo à cessão realizada nos termos da Cláusula II deste Contrato, conforme segue: (i) CFLCL: 23,82%; (ii) CENF: 4,76%; (iii) CELB: 7,14%; (iv) ENERGIPE: 10,95%; e (v) SABLPA: 31,33%;

<u>Percentual de Obrigação:</u>	é o percentual de obrigações de cada Cedente sobre a totalidade das Obrigações do Fundo, que será ajustado e fixado no respectivo Termo de Cessão sempre que houver uma cessão nos termos deste Contrato (com exceção da cessão realizada nos termos da Cláusula II deste Contrato, cujos respectivos Percentuais de Obrigação são equivalentes aos Percentuais de Cessão da 1ª Série), de acordo com a fórmula prevista no item 5.6 do presente Contrato;
<u>Período de Originação:</u>	é cada um dos meses calendários, a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao mês de pagamento do Preço de Aquisição, até a integral liquidação das Obrigações do Fundo, com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo Fundo;
<u>Preço de Aquisição:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item 4.1 deste Contrato;
<u>Regulamento:</u>	é o Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Sistema Cataguazes-Leopoldina;
<u>Representantes:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item 22.1 deste Contrato;
<u>Resultado Financeiro:</u>	é a somatória de todas as receitas financeiras de cada uma das Cedentes, excluídas as despesas financeiras, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas das Cedentes;
<u>Taxa DI:</u>	é a variação da taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, "over" extra-grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP;
<u>Taxa DI Futura:</u>	é a cotação da Taxa DI referente a contratos negociados na BM&F, com prazo de vencimento mais próximo ao prazo utilizado no cálculo em questão, sendo interpolada quando necessário para ajustar o prazo dos contratos ao prazo do referido cálculo;
<u>Termo de Cessão:</u>	é o documento celebrado pelas Partes e os Intervenientes com relação a cada cessão de Direitos de Crédito realizada nos termos deste Contrato, compreendendo a cessão realizada nos termos da Cláusula II deste Contrato e quaisquer cessões realizadas nos termos das Cláusulas V e VI abaixo, de acordo com os modelos previstos nos Anexo III(A) e III(B) a este Contrato;
<u>Valor Mensal da Cessão:</u>	é o valor correspondente, conforme o caso, (i) ao somatório do VDCC' e do VCCC' de cada uma das Cedentes em cada um dos Períodos de Originação

durante o Período de Carência, e (ii) ao somatório do VDCC e do VCCC de cada uma das Cedentes em cada um dos Períodos de Originação, exceto no Período de Carência;

Valor Mensal da Cessão Condicional:

é o valor correspondente, conforme o caso, (i) ao somatório do VCCC' de cada uma das Cedentes em cada um dos Períodos de Originação durante o Período de Carência, e (ii) ao somatório do VCCC de cada uma das Cedentes em cada um dos Períodos de Originação, exceto no Período de Carência;

Valor Mensal da Cessão Definitiva:

é o valor correspondente, conforme o caso, (i) ao somatório do VDCC' de cada uma das Cedentes em cada um dos Períodos de Originação durante o Período de Carência, e (ii) ao somatório do VDCC de cada uma das Cedentes em cada um dos Períodos de Originação, exceto no Período de Carência;

Variação Permitida do Percentual de Cessão:

é o acréscimo ou decréscimo permitido aos Percentuais de Cessão da 1ª Série de cada Cedente, com relação a cada cessão ocorrida nos termos deste Contrato (exceto a cessão prevista na Cláusula II deste Contrato, cujos percentuais aplicáveis são os próprios Percentuais de Cessão da 1ª Série): (i) Cedentes do Grupo 1: até 10 pontos percentuais em relação ao respectivo Percentual de Cessão da 1ª Série de cada Cedente do Grupo 1; e (ii) Cedentes do Grupo 2: até 5 pontos percentuais em relação ao respectivo Percentual de Cessão da 1ª Série de cada Cedente do Grupo 2;

VCCC:

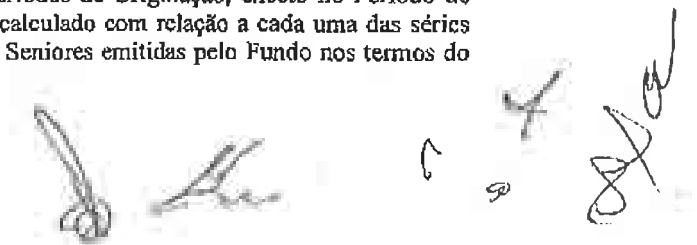
é o valor da cessão por cada Cedente sujeito à Condição Suspensiva em cada um dos Períodos de Originação, exceto no Período de Carência, calculado com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo Fundo nos termos do Regulamento, de acordo com a fórmula prevista no subitem 3.5.3 deste Contrato;

VCCC':

é o valor da cessão por cada Cedente sujeito à Condição Suspensiva em cada um dos Períodos de Originação dentro do Período de Carência, calculado com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo Fundo nos termos do Regulamento, de acordo com a fórmula prevista no subitem 3.5.4 deste Contrato;

VDCC:

é o valor da cessão definitiva por cada Cedente em cada um dos Períodos de Originação, exceto no Período de Carência, calculado com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo Fundo nos termos do



Regulamento, de acordo com a fórmula prevista no subitem 3.5.1 deste Contrato;

VDCC:

é o valor da cessão definitiva por cada Cedente em cada um dos Períodos de Originação dentro do Período de Carência, calculado com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo Fundo nos termos do Regulamento, de acordo com a fórmula prevista no subitem 3.5.2 deste Contrato.

1.2 Os demais termos iniciados com letras maiúsculas e utilizados neste Contrato, no singular ou plural, terão os mesmos significados a eles atribuídos no Regulamento.

CLÁUSULA II OBJETO E QUALIFICAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO CEDIDOS

2.1 Cada uma das Cedentes cede e transfere, nos termos do Termo de Cessão que é celebrado pelas Partes e os Intervenientes concomitantemente com a assinatura deste Contrato (de acordo com o modelo constante do Anexo III(A) deste Contrato), ao Cessionário, que adquire de acordo com os termos, condições e limitações desta Cláusula II e da Cláusula III abaixo, direitos de crédito de titularidade das Cedentes, oriundos da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica por essas distribuidoras aos Consumidores domiciliados nas seguintes áreas de concessão de cada Cedente (os "Direitos de Crédito"): (a) com relação à CFLCL, municípios de Cataguases, Leopoldina, Manhuaçu e Muriaé; (b) com relação à CENF, município de Nova Friburgo; (c) com relação à CELB, município de Campina Grande; (d) com relação à ENERGEPE, município de Aracajú; e (e) com relação à SAEI.PA, município de João Pessoa (os "Municípios Selecionados").

2.2 Por meio da presente cessão, a partir da Data de Aquisição e Pagamento, o Cessionário adquire a titularidade dos Direitos de Crédito, na forma e até os limites estabelecidos nesta Cláusula II e na Cláusula III abaixo, sendo: (i) parte dos Direitos de Crédito referidos neste item 2.2 cedidos de forma definitiva; e (ii) a parte remanescente dos Direitos de Crédito cedida sob Condição Suspensiva.

2.2.1 A cessão compreende os Direitos de Crédito vincendos existentes na Data de Início de Originação, mesmo que tenham sido originados e formalizados antes de tal data, e os Direitos de Crédito a serem originados pelas Cedentes a partir da Data de Início de Originação até a integral liquidação das Obrigações do Fundo, observadas as condições previstas na Cláusula III abaixo.

2.3 Os Direitos de Crédito serão originados nos termos dos contratos de distribuição de energia elétrica existentes entre as Cedentes e os Consumidores e deverão ser periodicamente formalizados por meio de Faturas de Energia, cujo modelo constitui Anexo IV a este Contrato, as quais, em conjunto com os contratos de distribuição de energia elétrica, constituem os documentos comprobatórios da existência dos Direitos de Crédito (os "Documentos Comprobatórios").

2.4. A cessão de Direitos de Crédito objeto deste Contrato é irrevogável e irretratável, transferindo para o Cessionário, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos de Crédito cedidos, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, ~~exceto (i) pelos Direitos de Crédito~~ Objeto de Cessão Condicional, que dependem da implementação da Condição Suspensiva para

se tornarem de titularidade do Cessionário; e (ii) pelos Direitos de Crédito Permutáveis nas hipóteses previstas no item 8.1 abaixo.

2.5 As Cedentes se responsabilizam pela origemação, existência e correta formalização dos Direitos de Crédito, bem como pela liquidez e certeza dos valores a eles referentes.

CLÁUSULA III CESSÃO DEFINITIVA E CESSÃO CONDICIONAL

3.1 Para todas as cessões realizadas nos termos deste Contrato, compreendendo a cessão prevista na Cláusula II acima e nas Cláusulas V e VI abaixo, as Cedentes se obrigam, de forma irrevogável e irretratável, em cada Período de Originação, a partir da Data de Início de Originação, a originar e formalizar os respectivos Direitos de Crédito cedidos, de forma definitiva e sob condição suspensiva, de acordo com o Valor Mensal da Cessão aplicável ao respectivo Período de Originação, de forma a permitir ao Cessionário o recebimento dos recursos necessários à integral liquidação das Obrigações do Fundo.

3.1.2 Em cada Período de Originação até a integral liquidação das Obrigações do Fundo, são de titularidade do Fundo os primeiros Direitos de Crédito vincendos por ordem cronológica de vencimento, que atendam aos Critérios de Elegibilidade, até que seja atingido o Valor Mensal da Cessão Definitiva (os "Direitos de Crédito Objeto de Cessão Definitiva"), observado o previsto no item 3.3 abaixo.

3.1.3 Uma vez atingido o valor dos Direitos de Crédito Objeto de Cessão Definitiva em cada Período de Originação, os próximos Direitos de Crédito vincendos por ordem cronológica de vencimento, que atendam aos Critérios de Elegibilidade, até o Valor Mensal da Cessão Condicional, estarão sujeitos à cessão sob Condição Suspensiva (os "Direitos de Crédito Objeto de Cessão Condicional"). O valor dos Direitos de Crédito Objeto de Cessão Condicional somado ao valor dos Direitos de Crédito Objeto de Cessão Definitiva deverão atingir o Valor Mensal da Cessão em cada Período de Originação, observado o previsto no item 3.3 abaixo.

3.2 Verificando-se o advento de uma Condição Suspensiva, a qualquer tempo, o Cessionário passará automaticamente a ser titular dos Direitos de Crédito Objeto de Cessão Condicional durante o respectivo Período de Originação em curso e nos Períodos de Originação subsequentes na forma da Cláusula XVI deste Contrato, observados os limites estabelecidos nos itens 3.3 e 3.4 abaixo.

3.2.1 Caso o advento da Condição Suspensiva se dê após a liquidação parcial ou total dos Direitos de Crédito Objeto da Cessão Condicional no respectivo Período de Originação, tendo sido os referidos valores creditados para as Cedentes, o Cessionário passará a ser titular incondicionalmente dos primeiros Direitos de Crédito vincendos, por ordem cronológica de vencimento, que atendam aos Critérios de Elegibilidade, durante o respectivo Período de Originação, até o Valor Mensal da Cessão, observados os limites estabelecidos nos itens 3.3 e 3.4 abaixo.

3.3 Cada uma das Cedentes será responsável pela origemação e formalização, em cada Período de Originação, dos Direitos de Crédito correspondentes ao seu respectivo VDCC, VDCC', VCCC ou VCCC', conforme o caso, observado ainda o previsto na Cláusula XXIV deste Contrato.

3.4 A cessão prevista no presente Contrato está limitada ao montante de Direitos de Crédito que, compreendendo os Direitos de Crédito Objeto de Cessão Definitiva somados a Direitos de Crédito Objeto de Cessão Condicional que vierem a ser de titularidade do Cessionário em decorrência do advento de uma Condição Suspensiva, sejam suficientes à integral liquidação das Obrigações do Fundo, observado sempre o Percentual de Obrigação de cada Cedente.

3.5 O VDCC, o VDCC', o VCCC e o VCCC' serão calculados pela Administradora, com relação a cada Cedente, em cada Período de Originação, com base nas seguintes fórmulas:

$$3.5.1 \quad VDCC = \text{Percentual de Obrigação} \times \left[\left(\sum_{i=1}^n VAP_i \right) + DEF + RR \right]$$

onde,

Percentual de Obrigação: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula I deste Contrato;

VAP_i: corresponde ao valor estimado da próxima parcela de Amortização Periódica da série "I" de Quotas Seniores, calculado de acordo com o Artigo 46 do Regulamento, considerando para o cálculo do SDI a Taxa DI Futura;

DEF: corresponde aos Encargos do Fundo previstos para o Período de Originação subsequente, conforme estabelecidos no Artigo 32 do Regulamento; e

RR: corresponde ao valor necessário à recomposição da Reserva de Recursos, calculado de acordo com o disposto no Artigo 48 do Regulamento.

$$3.5.2 \quad VDCC' = \text{Percentual de Obrigação} \times \left[\left(\sum_{i=1}^n VAP'_i \right) + DEF + RR \right] \text{ onde,}$$

Percentual de Obrigação: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula I deste Contrato;

VAP'_i: corresponde ao valor estimado da primeira parcela de Amortização Periódica da série "I" de Quotas Seniores após o término do Período de Carência, calculado de acordo com o Artigo 46 do Regulamento, considerando para o cálculo do SDI a Taxa DI Futura;

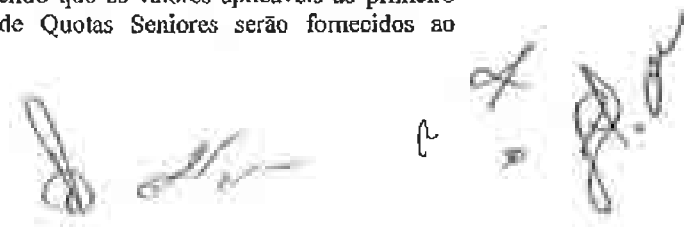
DEF: tem o significado que lhe é atribuído no subitem 3.5.1 acima; e

RR: tem o significado que lhe é atribuído no subitem 3.5.1 acima.

$$3.5.3 \quad VCCC = 1,5 \times VDCC.$$

$$3.5.4 \quad VCCC' = 1,5 \times VDCC'.$$

3.6 O valor do VDCC e VCCC ou VDCC' e VCCC', conforme o caso, juntamente com sua respectiva memória de cálculo, será fornecido pela Administradora ao Custodiante, com cópia para a Cedente Líder, em cada Período de Originação, até o último dia útil do Período de Originação anterior ao Período de Originação a que se refere o respectivo VDCC e VCCC ou VDCC' e VCCC' (conforme o caso), sendo que os valores aplicáveis ao primeiro Período de Originação referente a cada série de Quotas Seniores serão fornecidos ao



Custodiante, com cópia para a Cedente Líder, até o último dia útil do mês de pagamento do respectivo Preço de Aquisição.

CLÁUSULA IV PAGAMENTO DA CESSÃO

4.1 Para cada uma das cessões realizadas nos termos deste Contrato, compreendendo a cessão realizada nos termos da Cláusula II acima e quaisquer cessões realizadas nos termos das Cláusulas V e VI abaixo, as Partes e os Intervenientes celebrarão um Termo de Cessão que estabelecerá o valor a ser pago pelo Cessionário para cada uma das Cedentes em razão da respectiva cessão de Direitos de Crédito (o "Preço de Aquisição"), e as demais condições de pagamento não previstas nesta Cláusula IV.

4.1.1 O Preço de Aquisição será pago a cada Cedente, em moeda corrente nacional, no 1º (primeiro) dia útil após a respectiva Data de Integralização das Quotas Seniores.

4.2 Os comprovantes de depósito do Preço de Aquisição nas contas das Cedentes, indicadas em cada um dos Termos de Cessão, servirão como comprovante de quitação em favor do Cessionário de sua obrigação de pagamento do Preço de Aquisição, nada mais sendo devido pelo Cessionário a qualquer Cedente a esse título.

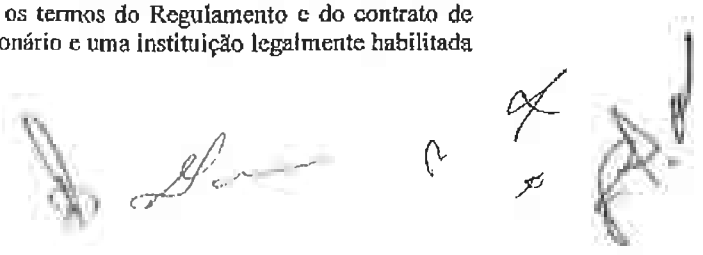
CLÁUSULA V CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO ADICIONAIS

5.1 Caso as Cedentes pretendam ceder ao Cessionário novos direitos de crédito de sua titularidade contra Consumidores domiciliados nos Municípios Selecionados, a Cedente Líder deverá notificar a Administradora de tal pretensão, informando o volume adicional de direitos de crédito que as Cedentes pretendem ceder ao Cessionário (os "Direitos de Crédito Adicionais"), o prazo e o parâmetro máximo para definição do Fator Multiplicador da série de Quotas Seniores a ser emitida.

5.2 Cada cessão de Direitos de Crédito Adicionais estará sujeita ao cumprimento, cumulativamente, das seguintes condições:

- (a) os Direitos de Crédito Adicionais deverão atender aos Critérios de Elegibilidade;
- (b) emissão pelo Cessionário de novas séries de Quotas Seniores na forma do Regulamento;
- (c) o volume de Direitos de Crédito Adicionais a ser cedido por cada uma das Cedentes ao Cessionário deverá obedecer ao Percentual de Cessão de cada Cedente; e
- (d) para cada cessão de Direitos de Crédito Adicionais deverá ser celebrado um Termo de Cessão de acordo com o modelo constante do Anexo III(A) deste Contrato.

5.3 No prazo de 15 (quinze) dias após o recebimento da notificação referida no item 5.1 acima, a Administradora deverá, observados os termos do Regulamento e do contrato de distribuição que vier a ser celebrado entre o Cessionário e uma instituição legalmente habilitada



a executar o serviço de distribuição de Quotas, informar à Cedente Líder a quantidade de Direitos de Crédito Adicionais que o Cessionário está apto a adquirir e em quais condições.

5.4 O valor a ser pago pelo Cessionário a cada uma das Cedentes em razão de uma cessão de Direitos de Crédito Adicionais será equivalente ao valor total da emissão da nova série de Quotas Seniores, efetivamente integralizado, multiplicado pelo Percentual de Cessão de cada Cedente na respectiva cessão, aplicando-se ao pagamento as disposições da Cláusula IV acima,

5.5 Cada Direito de Crédito Adicional cedido nos termos desta Cláusula V será considerado um Direito de Crédito para os fins dos Documentos da Operação.

5.5.1 Aplicar-se-ão *mutatis mutandis* às cessões realizadas nos termos desta Cláusula V todas as disposições deste Contrato, em especial as disposições das Cláusulas II e III acima.

5.6 Sempre que houver uma cessão de Direitos de Crédito Adicionais, o Percentual de Obrigação de cada Cedente será recalculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Percentual de Obrigação} = \frac{\sum_{i=1}^n (\text{Percentual de Cessão}_i \times \text{VQSC}_i)}{\sum_{i=1}^n \text{VQSC}_i}$$

onde,

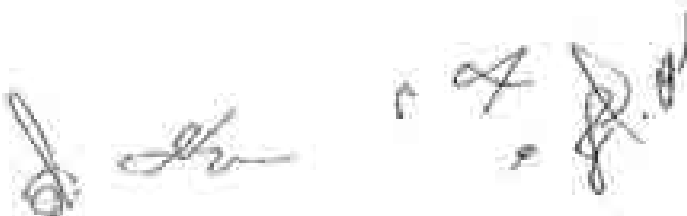
Percentual de Cessão: é o Percentual de Cessão da respectiva Cedente na série “i” de Quotas Seniores; e

VQSC_i: é o valor das Quotas Seniores da série “i” em circulação, calculado de acordo com o previsto no Regulamento.

CLÁUSULA VI INCLUSÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS

6.1 Cada uma das Cedentes poderá ceder ao Cessionário, mediante notificação à Administradora, direitos de crédito de sua titularidade contra Consumidores domiciliados em municípios diversos dos Municípios Selecionados (os “Novos Municípios”), a qualquer tempo até a liquidação integral das Obrigações do Fundo (os “Direitos de Crédito dos Novos Municípios”), desde que sejam observadas, cumulativamente, as seguintes condições:

- (a) a Cedente deverá estar inadimplente com relação às suas obrigações assumidas nos termos deste Contrato, ou deverá comprovar a real possibilidade de inadimplimento e a necessidade da nova cessão como forma de sanar ou evitar o inadimplimento, conforme o caso;
- (b) cada cessão de Direitos de Crédito dos Novos Municípios deverá ser previamente aprovada pela Assembleia Geral nos termos do Regulamento;
- (c) os Direitos de Crédito dos Novos Municípios deverão atender aos Critérios de Elegibilidade;



- (d) todos os Convênios de Arrecadação relativos aos Novos Municípios, que estejam em vigor na data da celebração do respectivo Termo de Cessão, deverão ter sido objeto de Aditamentos dos Convênios de Arrecadação; e
- (e) a Administradora deve ter recebido confirmação do Custodiante e do Agente de Centralização de Recebimentos de que estão aptos a prestar ao Cessionário todos os serviços que lhe são atribuídos nos termos dos Documentos da Operação de que sejam partes, e a cumprir com todas as obrigações dali decorrentes, com relação aos Direitos de Crédito dos Novos Municípios ofertados pela(s) respectiva(s) Cedente(s).

6.1.1 A Administradora deverá comunicar o Custodiante, em até 5 (cinco) dias corridos da data de recebimento da notificação prevista no item 6.1 acima, sobre a cessão dos Direitos de Crédito dos Novos Municípios.

6.1.2 A confirmação do Custodiante prevista na alínea (d) do item 6.1 acima deverá ser enviada à Administradora em até 10 (dez) dias corridos da data do recebimento pelo Custodiante da comunicação prevista no subitem 6.1.1 acima.

6.2 Cada Direito de Crédito dos Novos Municípios cedido nos termos do item 6.1 acima será considerado um Direito de Crédito, e cada Novo Município será considerado um Município Selecionado, para todos os fins e efeitos dos Documentos da Operação, a partir da realização da respectiva cessão.

6.2.1 Aplicar-se-ão *mutatis mutandis* às cessões realizadas nos termos desta Cláusula VI todas as disposições deste Contrato, em especial as disposições das Cláusulas II e III acima.

6.3 Nenhum pagamento será devido pelo Cessionário a qualquer uma das Cedentes em razão de qualquer cessão nos termos desta Cláusula VI, e não haverá alteração do Valor Mensal da Cessão, tendo em vista a finalidade prevista na alínea (a) do item 6.1 acima.

6.4 Observado o previsto no item 6.3 acima, sempre que houver uma cessão de Direitos de Crédito dos Novos Municípios deverá ser celebrado um Termo de Cessão de acordo com o modelo constante do Anexo III(B) deste Contrato, inclusive para o fim de aditar o Anexo II deste Contrato com a nova lista de Convênios de Arrecadação devidamente aditados mediante a celebração dos Aditamentos dos Convênios de Arrecadação pela(s) respectiva(s) Cedente(s), os Agentes Arrecadadores e o Fundo.

CLÁUSULA VII VERIFICAÇÃO DA ORIGINAÇÃO, FORMALIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

7.1 O recebimento e a análise dos arquivos eletrônicos que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito de titularidade do Cessionário será de responsabilidade do Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia.

7.2 O Custodiante será responsável:

- (a) pela recepção de arquivos a serem fornecidos pelas Cedentes, de acordo com os modelos constantes do Anexo V a este Contrato, contendo informações sobre (i) os direitos de crédito originados pelas Cedentes contra os Consumidores em



cada Período de Originação, e (ii) os pagamentos das Faturas de Energia pelos Consumidores;

- (b) pela verificação do atendimento dos direitos de crédito ofertados à cessão aos Critérios de Elegibilidade com base nos arquivos previstos em (a) acima;
- (c) pela conciliação dos valores depositados nas Contas de Conciliação;
- (d) pelo controle e transferência de recursos que sejam oriundos da liquidação de Direitos de Crédito das Contas de Conciliação para a Conta de Movimentação, conforme previsto neste Contrato e no Contrato de Custódia; e
- (e) pela disponibilização de relatório, na rede mundial de computadores, ao Agente de Centralização de Recebimentos, com os valores relativos à liquidação dos Direitos de Crédito, para fins de direcionamento dos recursos depositados nas Contas de Centralização de Recebimentos para as respectivas Contas de Conciliação.

7.3 A partir da data de celebração deste Contrato (ou no caso de qualquer cessão nos termos da Cláusula VI do presente Contrato, a partir da data de celebração do respectivo Termo de Cessão), até a integral liquidação das Obrigações do Fundo, todo o produto decorrente do pagamento das Faturas de Energia serão direcionados pelos Agentes Arrecadadores para as Contas de Centralização de Recebimentos, exceto os pagamentos efetuados por meio de cheques nos Agentes Arrecadadores que não sejam instituições financeiras (tendo em vista o previsto na alínea (a) do item 8.1 abaixo), os quais serão direcionados diretamente para as Contas das Cedentes.

7.3.1 O Agente de Centralização de Recebimentos se obriga a estabelecer e manter as Contas de Centralização de Recebimentos, que serão exclusivamente por ele movimentadas de acordo com os termos, condições e procedimentos estabelecidos neste Contrato e no Contrato de Serviços de Centralização.

7.3.2 A transferência, pelos Agentes Arrecadadores, dos recursos oriundos dos pagamentos a que se refere o item 7.3 acima para as Contas de Centralização de Recebimentos será realizada nos termos dos Convênios de Arrecadação, conforme adotados pelos respectivos Adilamentos dos Convênios de Arrecadação.

7.3.3 As Cedentes e o Cessionário constituíram o Banco Itaú como Agente de Centralização de Recebimentos nos termos do Contrato de Serviços de Centralização, para o recebimento dos valores oriundos dos pagamentos a que se refere o item 7.3 acima nas Contas de Centralização de Recebimentos, durante o período de vigência do Contrato de Serviços de Centralização.

7.3.4 A totalidade dos recursos recebidos nas Contas de Centralização de Recebimentos será transferida e creditada, em fundos disponíveis, pelo Agente de Centralização de Recebimentos, na mesma data de seu recebimento, nas Contas de Conciliação e/ou nas Contas das Cedentes, de acordo com o previsto no Contrato de Serviços de Centralização e no Regulamento.

7.3.5 Para fins das transferências previstas no subitem 7.3.4 acima, as Cedentes enviarão diariamente ao Custodiante, em até 2 (dois) dias úteis após a respectiva liquidação das Faturas de Energia, o arquivo previsto na alínea (a) do item 7.2. Na mesma data do recebimento desse arquivo, após o processamento das informações, o Custodiante informará, por meio de relatório disponibilizado na rede mundial de computadores, ao Agente de Centralização de Recebimentos, os valores relativos à

liquidação dos Direitos de Crédito. Com base nesse relatório, o Agente de Centralização de Recebimentos transferirá das Contas de Centralização de Recebimentos (i) para as respectivas Contas de Conciliação, os recursos de titularidade do Fundo; e (ii) para as respectivas Contas das Cedentes, os demais valores relativos à liquidação das Faturas de Energia.

7.3.6 O Custodiante e o Agente de Centralização de Recebimentos não terão qualquer responsabilidade pelo cumprimento das obrigações dos Agentes Arrecadadores decorrentes dos Convênios de Arrecadação, conforme aditados pelos Aditamentos dos Convênios de Arrecadação.

CLÁUSULA VIII PERMUTA OBRIGATÓRIA DE DIREITOS DE CRÉDITO

8.1 Até a integral liquidação das Obrigações do Fundo, e limitado ao Percentual de Obrigação de cada Cedente, cada Cedente se obriga a permutar Direitos de Crédito de titularidade do Cessionário nas hipóteses abaixo previstas (os "Direitos de Crédito Permutáveis"), e, para tanto, autoriza, de forma irrevogável e irretroatável, o Custodiante a realizar a permuta em favor do Cessionário:

- (a) caso o Direito de Crédito tenha sido pago total ou parcialmente em cheques, excluindo-se aqueles pagos em cheques nos Agentes Arrecadadores que sejam instituições financeiras;
- (b) caso o Direito de Crédito não tenha sido pago pelo Consumidor, por qualquer motivo, nos Agentes Arrecadadores, na sua respectiva data de vencimento; ou
- (c) caso o Direito de Crédito tenha sua respectiva Fatura de Energia cancelada pela respectiva Cedente.

8.2 Sempre que se verificar qualquer das hipóteses previstas no item 8.1 acima, o Custodiante acessará os arquivos de direitos de crédito a ele fornecidos pelas Cedentes nos termos do item 14.1 (y) abaixo, e realizará imediatamente a permuta do Direito de Crédito Permutável por um ou mais direitos de crédito com datas de vencimento mais próximas da data de vencimento do respectivo Direito de Crédito Permutável e que, individualmente ou em conjunto, tenham, no mínimo, o mesmo valor nominal do Direito de Crédito Permutável (os "Direitos de Crédito Cedidos em Permuta").

8.2.1 Excluem-se dos Direitos de Crédito Cedidos em Permuta quaisquer Direitos de Crédito Objeto de Cessão Definitiva.

8.2.2 A permuta será realizada entre Direitos de Crédito Permutáveis e Direitos de Crédito Cedidos em Permuta com data de vencimento em um mesmo Período de Originação.

8.2.3 Em qualquer hipótese, a permuta somente poderá ser realizada entre Direitos de Crédito Permutáveis e Direitos de Crédito Cedidos em Permuta de titularidade de uma mesma Cedente.

8.3 Observado o previsto no item 8.4 abaixo, a permuta realizada nos termos desta Cláusula VIII transfere à respectiva Cedente e ao Cessionário, em caráter definitivo, a titularidade dos Direitos de Crédito Permutáveis e dos Direitos de Crédito Cedidos em Permuta,

respectivamente, juntamente com todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a esses relacionados.

8.4 As permutas previstas nesta Cláusula VIII serão realizadas sob condição resolutiva, extinguindo-se cada permuta, para todos os fins deste Contrato, caso o Direito de Crédito Permutável seja pago antes do pagamento do correspondente Direito de Crédito Cedido em Permuta com data de vencimento mais próxima da data de vencimento do referido Direito de Crédito Permutável.

8.5 Cada Direito de Crédito Cedido em Permuta, cedido nos termos desta Cláusula VIII, será considerado um Direito de Crédito para os fins dos Documentos da Operação.

CLÁUSULA IX COBRANÇA DE DIREITOS DE CRÉDITO NÃO PERMUTADOS E INADIMPLIDOS

9.1 O Cessionário, por meio deste Contrato, contrata cada Cedente para atuar como seu agente de cobrança relativamente aos Direitos de Crédito por ela originados, que não sejam pagos nas datas de seus vencimentos e não tenham sido permutados, por qualquer motivo, nos termos da Cláusula VIII.

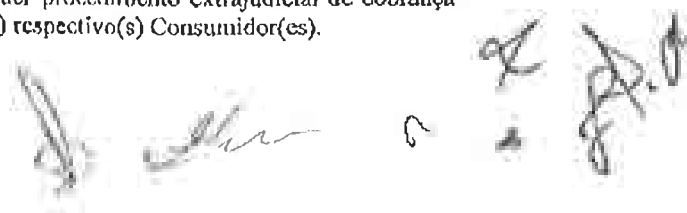
9.2 Tendo em vista o benefício econômico auferido pelas Cedentes por meio deste Contrato, as Cedentes não serão remuneradas pela prestação dos serviços de cobrança objeto desta Cláusula IX.

9.3 A partir do 1º (primeiro) dia útil do Período de Originação subsequente ao Período de Originação em que se verificar o vencimento e não pagamento de qualquer Direito de Crédito, desde que não tenha havido a permuta conforme previsto na Cláusula VIII acima, o Cessionário acionará a respectiva Cedente para iniciar o processo de cobrança dos Direitos de Crédito por ela originados e inadimplidos, de acordo com a Política de Cobrança adotada pela referida Cedente constante do Anexo II do Regulamento. A fim de possibilitar que cada Cedente adote os procedimentos de cobrança, o Custodiante deverá fornecer à respectiva Cedente, no 1º (primeiro) dia útil de cada Período de Originação, a relação dos Direitos de Crédito inadimplidos que não tenham sido objeto de permuta no Período de Originação imediatamente anterior.

9.4 As Cedentes se comprometem a emvidar os melhores esforços para recuperar os Direitos de Crédito mencionados no item 9.1 acima, obrigando-se a informar imediatamente à Administradora sempre que houver qualquer alteração na Política de Cobrança de qualquer uma das Cedentes.

9.5 Sem prejuízo do disposto nesta Cláusula IX, o Cessionário poderá adotar outros procedimentos ou medidas de cobrança, judiciais ou extrajudiciais, necessários à salvaguarda a cobrança de seus direitos e prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito, sendo certo que, nesta hipótese, as Cedentes não serão responsáveis por quaisquer despesas que porventura venham a ser incorridas pelo Cessionário com vistas à adoção de tais procedimentos ou medidas, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos.

9.5.1 Na hipótese prevista no item 9.5 acima, o Cessionário deverá notificar a respectiva Cedente por escrito para interromper ou suspender, conforme o caso, no prazo estabelecido pelo Cessionário, qualquer procedimento extrajudicial de cobrança que esteja em curso pela Cedente contra o(s) respectivo(s) Consumidor(es).



CLÁUSULA X
DEPÓSITO DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

10.1 Cada Cedente (individualmente e de forma não solidária entre elas) se obriga, solidariamente com as pessoas abaixo identificadas, a manter, em meio eletrônico, ao menos uma via original dos Documentos Comprobatórios sob sua custódia, aceitando sua nomeação como depositárias, nos termos e para os efeitos do Artigo 627 e ss. do Código Civil Brasileiro, responsabilizando-se pela guarda de tais Documentos Comprobatórios em nome do Custodiante e do Fundo até o pagamento integral das Obrigações do Fundo.

CFLCL e CENF

Gioreli de Sousa Filho
Endereço: Praça Rui Barbosa, 80 - Centro
33.770-901, Cataguases - MG
CPF/MF: 478.673.706/25

CELB e SAELPA

Marcos Aurélio Madureira da Silva
Endereço: Br 230 Km 25 - Cristo Redentor
58.071-680, João Pessoa - PB
CPF/MF: 154.695.816-91

ENERGIPE

Eduardo Alves Mantovani
Endereço: Rua Ministro Apolônio Sales, 80 - Inácio Barbosa
49.040-230, Aracaju - SE
CPF/MF: 236.859.996-72

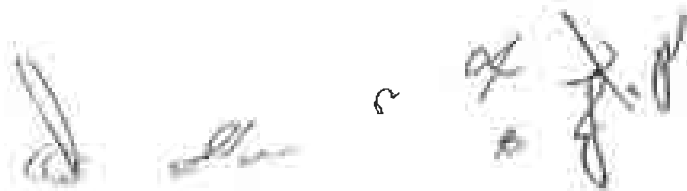
10.1.1 As pessoas indicadas acima aceitaram a nomeação prevista no item 10.1 acima por meio da celebração, nesta data, de declarações em favor do Cessionário.

10.1.2 Na hipótese de qualquer das pessoas acima indicadas deixar de manter qualquer espécie de relação empregatícia ou acionária com a(s) respectiva(s) Cedente(s), a(s) Cedente(s) se obriga(m) a nomear um novo representante, que deve ser um diretor, acionista ou administrador da(s) Cedente(s), como fiel depositário dos Documentos Comprobatórios nos termos e para os fins desta Cláusula X, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data em que tal pessoa deixou de pertencer ao quadro de empregados ou de acionistas da(s) Cedente(s), conforme o caso.

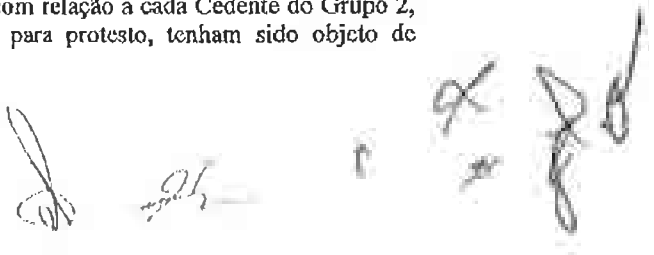
10.2 As Cedentes neste ato expressamente autorizam o acesso irrestrito do Cessionário e do Custodiante, ou de qualquer pessoa que esses indicarem formalmente, aos Documentos Comprobatórios, nos endereços indicados no preâmbulo deste Contrato para cada uma das Cedentes, com o fim exclusivo de atendimento ao disposto neste Contrato.

CLÁUSULA XI
DECLARAÇÕES DAS CEDENTES

11.1 Cada uma das Cedentes, declara e garante (de forma não solidária), neste ato, ao Cessionário, ao Custodiante e ao Agente de Centralização de Recebimentos que:



- (a) é uma companhia validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação das sociedades por ações em vigor e, nos casos cabíveis, com as normas da CVM em vigor aplicáveis às companhias de capital aberto;
- (b) possui todas as concessões, autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas; não recebeu qualquer notificação, comunicação ou interpelação, judicial ou extrajudicial, de qualquer autoridade, relativa à modificação ou revogação de tais concessões, autorizações e licenças, que possa culminar na revogação ou cancelamento dessas concessões, autorizações e licenças;
- (c) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (d) todas as autorizações e aprovações necessárias à celebração do presente Contrato e dos demais Documentos da Operação, à assunção e ao cumprimento de todas as obrigações ali previstas, foram obtidas e se encontram em pleno vigor na data de assinatura de tais contratos e documentos, inclusive, mas não se limitando, à autorização da ANEEL;
- (e) foram obtidas todas as autorizações dos acionistas ou órgãos deliberativos e executivos da Cedente, inclusive aquelas exigíveis por força de acordos de acionistas ou de voto arquivados ou não em sua sede, necessárias para a celebração do presente Contrato e dos demais Documentos da Operação, e para a assunção e o cumprimento das obrigações ali previstas;
- (f) os representantes legais que assinam o presente Contrato e os demais Documentos da Operação têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações neles estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros nos termos ali definidos e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (g) o presente Contrato e os demais Documentos da Operação constituem obrigações lícitas, válidas e exequíveis em conformidade com seus termos contra a Cedente (observadas as leis de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, insolvência, e leis similares aplicáveis que afetem direitos de credores de modo geral);
- (h) sua situação econômica, financeira e patrimonial, refletida nas demonstrações financeiras exigíveis pela legislação societária e/ou pelas normas regulamentares da CVM, conforme aplicável, até a data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira negativa o cumprimento de suas obrigações decorrentes do presente Contrato;
- (i) não há quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra cada uma delas que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) com relação a cada Cedente do Grupo 1, ou a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) com relação a cada Cedente do Grupo 2, excetuados aqueles que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de



pedido judicial de sustação cautelar de protesto, com razoáveis fundamentos de direito, seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal;

- (j) todos os direitos de crédito oriundos da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica pelas Cedentes aos Consumidores domiciliados nos Municípios Selecionados são de sua titularidade e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- (k) todos os Direitos de Crédito têm e terão origem na prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica aos Consumidores domiciliados nos Municípios Selecionados, conforme o caso, realizada nos termos dos Contratos de Concessão, e são de sua legítima e exclusiva titularidade, estando livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que, de qualquer modo, possam obstar a cessão e o pleno exercício, pelo Cessionário, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito;
- (l) não existe nenhum impedimento, em qualquer contrato, instrumento ou documento de que seja parte, que: (i) vede a cessão dos Direitos de Crédito nos termos do presente Contrato; ou (ii) impeça ou restrinja a realização da Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Concessão em favor do Cessionário;
- (m) seus sistemas eletrônicos dispõem de controles que não permitem a emissão de Faturas de Energia sem lastro e/ou em duplicidade;
- (n) os arquivos por ela preparados de acordo com o modelo constante do Anexo V a este Contrato, e enviados por meio eletrônico ou magnético ao Custodiante, não são e não serão emitidos sem o correspondente fornecimento de energia subjacente e não são e não serão passíveis de envio em duplicidade para o Custodiante;
- (o) os arquivos por ela preparados de acordo com o modelo constante do Anexo V a este Contrato, e enviados por meio eletrônico ou magnético ao Custodiante, contêm informações precisas e corretas sobre a liquidação das Faturas de Energia, e os valores depositados na respectiva Conta de Centralização de Recebimentos abrangem o produto da liquidação dos Direitos de Crédito;
- (p) todas as Faturas de Energia emitidas pela Cedente contarão com códigos de barra apropriados ao direcionamento da totalidade dos recursos oriundos de sua liquidação para a respectiva Conta de Centralização de Recebimentos;
- (q) a celebração do presente Contrato e dos demais Documentos da Operação, e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam ou acarretarão, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, de (i) quaisquer contratos, de qualquer natureza, incluindo os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, dos quais seja parte ou aos quais esteja vinculado, a qualquer título, qualquer dos bens de sua propriedade; (ii) qualquer norma legal ou regulamentar a que esteja sujeita ou a que qualquer dos direitos ou bens de sua propriedade esteja sujeito; e (iii) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial, administrativa ou arbitral que lhe afete ou que afete qualquer dos direitos ou bens de sua propriedade;
- (r) a cessão de Direitos de Crédito nos termos do presente Contrato não estabelece, direta ou indiretamente, qualquer relação de consumo entre as Cedentes e o Cessionário e entre as Cedentes e o Banco Itaú, seja na qualidade de

Custodiante ou Agente de Centralização de Recebimentos, assim como entre o Cessionário e os Consumidores;

- (s) o Anexo II ao presente Contrato contém lista identificando todos os Agentes Arrecadadores e os respectivos Convênios de Arrecadação em pleno vigor, tendo sido todos esses Convênios de Arrecadação devidamente aditados pelos respectivos Aditamentos dos Convênios de Arrecadação, não havendo nenhum outro contrato, instrumento ou acordo, verbal ou escrito celebrado com qualquer outra pessoa física ou jurídica referente à arrecadação de Faturas de Energia nos Municípios Seleccionados;
- (t) a cessão dos Direitos de Crédito, na forma prevista neste Contrato, não compromete a operacionalização e a continuidade da prestação de seus serviços de distribuição de energia elétrica;
- (u) está cumprindo rigorosamente as obrigações de seus respectivos Contratos de Concessão, bem como a legislação, as normas administrativas e determinações da ANEEL aplicáveis à condução de seus negócios;
- (v) não há nenhum Evento de Revisão ou Evento de Liquidação com relação à Cedente em curso;
- (w) qualquer Evento de Revisão ou Evento de Liquidação com relação à Cedente, ocorrido anteriormente à data em que esta declaração é prestada ou confirmada, encontra-se devidamente sanado;
- (x) exceto pelas contingências informadas no Prospecto (especialmente no Capítulo "Pendências Judiciais"), não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Cedente, em suas condições financeiras, operacionais ou em suas atividades; e
- (y) as pessoas físicas indicadas no item 10.1 deste Contrato são empregados ou acionistas de pelo menos uma das Cedentes.

11.2 As declarações aqui prestadas pelas Cedentes subsistirão até a integral liquidação das Obrigações do Fundo.

11.3 As Cedentes serão responsáveis por todos e quaisquer danos e prejuízos causados ao Fundo decorrentes da inveracidade ou inexatidão das declarações acima prestadas.

CLÁUSULA XII

DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRADORA

12.1 A Administradora, devidamente autorizada na forma do Regulamento, declara e garante, em nome do Fundo e, conforme o caso, devidamente autorizada na forma de seus atos constitutivos, em seu próprio nome, neste ato, que:

- (a) é uma instituição financeira, validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente habilitada e autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a administrar fundos de investimento, possuindo todas as condições técnicas e operacionais para prestar os serviços de administração do Fundo;

- (b) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao seu funcionamento foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados e seus livros contábeis estão regularmente abertos e registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, estando, também, devidamente atualizados;
- (c) a celebração deste Contrato e dos demais Documentos da Operação, e a assunção e o cumprimento das obrigações destes decorrentes, estão devidamente autorizados pelo Regulamento, e/ou pelos atos constitutivos da Administradora, conforme o caso;
- (d) os representantes legais que assinam o presente Contrato e os demais Documentos da Operação têm poderes estatutários e/ou legitimamente outorgados para assumir, em seu próprio nome ou por conta e ordem do Cessionário conforme o caso, as obrigações neles estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros nos termos do presente Contrato; e
- (e) o Cessionário é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, e estará validamente em funcionamento mediante o seu registro na CVM de acordo com a legislação e regulamentação em vigor.

12.2 A Administradora se obriga a obter e manter atualizadas, durante o prazo deste Contrato, todas as autorizações ou aprovações necessárias, nos termos da regulamentação aplicável, à constituição e ao funcionamento do Cessionário como um fundo de investimento em direitos creditórios.

12.3 As declarações aqui prestadas pela Administradora, em nome próprio e em nome do Fundo, subsistirão até a integral liquidação das Obrigações do Fundo.

CLÁUSULA XIII OBRIGAÇÕES DE NÃO FAZER DAS CEDENTES

13.1 A partir da assinatura deste Contrato até que as Obrigações do Fundo tenham sido integralmente liquidadas, cada uma das Cedentes se compromete, de forma não solidária, a não:

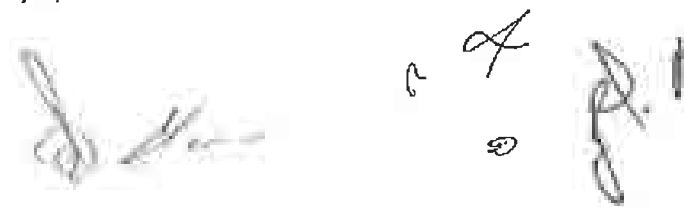
- (a) celebrar contratos, convênios ou acordos de arrecadação, verbais ou escritos, com qualquer pessoa física ou jurídica com relação aos Municípios Selecionados, exceto (i) pelos Convênios de Arrecadação já celebrados com os Agentes Arrecadores, conforme aditados pelos respectivos Aditamentos dos Convênios de Arrecadação, e (ii) por novos convênios que venham a ser celebrados por qualquer Cedente com novos agentes de arrecadação (os "Novos Convênios de Arrecadação"), desde que cada Novo Convênio de Arrecadação seja firmado concomitantemente com a celebração de um Aditamento do Convênio de Arrecadação. Os Novos Convênios de Arrecadação, celebrados na forma prevista nesta alínea (a), serão considerados como Convênios de Arrecadação para todos os fins dos Documentos da Operação;
- (b) alterar qualquer dos Convênios de Arrecadação ou qualquer dos códigos de barra das Faturas de Energia para o fim de modificar ou prejudicar o direcionamento dos recursos oriundos da liquidação das Faturas de Energia para a respectiva Conta de Centralização de Recebimentos, exceto mediante prévia e expressa autorização da Administradora;

- (c) constituir qualquer Ônus, exceto pelos Ônus Permitidos, sobre seus ativos ou suas receitas, presentes ou futuras, em garantia de qualquer Dívida, e a fazer com que suas controladas (diretas ou indiretas) não constituam qualquer Ônus, exceto pelos Ônus Permitidos, sobre seus ativos, direitos, bens móveis ou imóveis, receitas, presentes ou futuras, em garantia de qualquer Dívida;
- (d) sem o prévio e expresso consentimento da ANEEL e da Administradora nos termos do Regulamento: (i) prestar qualquer garantia pessoal (incluindo, mas não se limitando, a fiança e aval) em benefício de quaisquer terceiros, exceto quando a sociedade a ser garantida for qualquer uma das Partes Relevantes; e/ou (ii) conceder qualquer empréstimo ou financiamento a qualquer sociedade, exceto se (A) a sociedade a ser financiada for uma Parte Relevante ou (B) o valor individual ou total a ser financiado for inferior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (e) onerar, ceder ou alienar quaisquer dos respectivos direitos de crédito oriundos do fornecimento de energia elétrica aos Consumidores dos Municípios Selecionados, exceto conforme previsto neste Contrato;
- (f) realizar operações fora do seu objeto social; e
- (g) praticar quaisquer atos em desacordo com seu estatuto social e os Documentos da Operação, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela respectiva Cedente perante o Cessionário, nos termos dos Documentos da Operação.

CLÁUSULA XIV OBRIGAÇÕES DE FAZER DAS CEDENTES

14.1. A partir da assinatura deste Contrato até que as Obrigações do Fundo tenham sido integralmente liquidadas, cada uma das Cedentes se compromete, de forma não solidária, a:

- (a) preservar todos os respectivos direitos de crédito oriundos do fornecimento de energia elétrica aos Consumidores livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, de qualquer natureza;
- (b) comunicar imediatamente à Administradora a ocorrência de quaisquer Eventos de Revisão ou Eventos de Liquidação de que venha a tomar conhecimento;
- (c) permitir ao Cessionário e Custodiante, ou a quem for por esses indicados, por escrito, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento de solicitação nesse sentido (prazo este que poderá ser estendido por mais 5 (cinco) dias úteis mediante apresentação de justificativa razoável pela Cedente), acesso a todos os dados e informações relacionados aos Direitos de Crédito cedidos, bem como fornecer, sem qualquer custo adicional, todos os meios e documentos a estes relacionados, inclusive os Documentos Comprobatórios;
- (d) praticar todos os atos que estiverem ao seu alcance para que os Consumidores honrem as obrigações relacionadas aos Direitos de Crédito e para que os recursos oriundos da liquidação das Faturas de Energia sejam depositados na respectiva Conta de Centralização de Recebimentos nos termos deste Contrato e do Contrato de Serviços de Centralização;



- (e) emitir, ou fazer com que sejam emitidas, as Faturas de Energia com os códigos de barra apropriados ao direcionamento da totalidade dos recursos oriundos de sua liquidação para a respectiva Conta de Centralização de Recebimentos;
- (f) realizar a cobrança dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, que não tenham sido objeto de permuta nos termos da Cláusula VIII, de acordo com sua respectiva Política de Cobrança, observadas as condições previstas na Cláusula IX;
- (g) manter seus bens operacionais relevantes adequadamente segurados, de acordo com as práticas do setor, junto a seguradoras de primeira linha;
- (h) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos ambientais, durante o prazo de vigência do presente Contrato;
- (i) informar, imediatamente e por escrito, ao Custodiante e à Administradora, qualquer alteração ocorrida em seu padrão de originação ou pagamento de direitos de crédito oriundos do fornecimento de energia elétrica aos Consumidores, que possa afetar o cumprimento de suas obrigações previstas no presente Contrato;
- (j) incluir em suas demonstrações financeiras, sob a forma de nota explicativa, informação detalhada sobre a operação de cessão de Direitos de Crédito realizada por meio do presente Contrato;
- (k) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras anuais;
- (l) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes da Administradora (ou de auditor independente por esta contratado às suas expensas) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Cedente;
- (m) notificar imediatamente a Administradora sobre qualquer alteração substancial, ou qualquer indício de alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Cedente que: (i) possa impossibilitar ou dificultar ou ter impacto negativo no cumprimento, pela Cedente, de suas obrigações decorrentes dos Documentos da Operação ou do seu Contrato de Concessão; ou (ii) faça com que suas demonstrações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira;
- (n) com relação à Cedente Líder, fazer com que o seu auditor independente prepare e forneça à Administradora, em até 5 (cinco) dias após o prazo legal para a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas trimestrais, relatório contendo memória de cálculo dos índices financeiros estabelecidos no item 14.2 abaixo;
- (o) fornecer, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento de solicitação nesse sentido, todas as informações necessárias para que a Administradora possa verificar se a Cedente está cumprindo com suas obrigações previstas no presente Contrato;



- (p) notificar a Administradora, imediatamente após tomar ciência de qualquer evento, fato ou ato, que possa resultar em: (i) violação pela Cedente ou por qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas), de qualquer lei, decreto ou regulamento, que possa, direta ou indiretamente, afetar seus negócios, seus resultados ou sua condição financeira ou operacional; ou (ii) violação de qualquer contrato ou acordo que vincule a Cedente, ou qualquer de suas controladas (diretas ou indiretas), incluindo, sem limitação, o respectivo Contrato de Concessão, que possa afetar, direta ou indiretamente, seus negócios, seus resultados ou sua condição financeira ou operacional;
- (q) informar imediatamente à Administradora acerca da ocorrência de qualquer inadimplemento com relação aos Documentos da Operação;
- (r) proceder ao registro do Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de que é parte nos competentes cartórios de registro, no prazo estabelecido em tal contrato;
- (s) adotar todas as providências para manter válidas e eficazes as declarações contidas no presente Contrato, mantendo a Administradora informada de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de qualquer das referidas declarações e adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a invalidade da declaração;
- (t) transferir ao Cessionário e comunicar ao Custodiante, no prazo de até 2 (dois) dias úteis da verificação do seu recebimento, quaisquer valores que venha a receber com relação aos Direitos de Crédito de titularidade do Cessionário, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título, sendo certo que a Cedente aceita sua nomeação como fiel depositária dos referidos valores até a sua efetiva transferência;
- (u) entregar à Administradora, na data de assinatura do presente Contrato, cópias: (i) do seu Estatuto Social; (ii) de todas as autorizações e aprovações necessárias, incluindo, mas não se limitando, às aprovações societárias e da ANEEL, à celebração e cumprimento do presente Contrato e dos demais Documentos da Operação dos quais a Cedente é parte; e (iii) dos eventuais mandatos outorgados a seus representantes para a assinatura do presente Contrato e dos demais Documentos da Operação dos quais a Cedente é parte;
- (v) encaminhar à Administradora, no prazo de 3 (três) dias úteis contados, no caso das companhias de capital aberto, da data em que estiverem disponíveis ao público, e, no caso das companhias fechadas, da data da deliberação, quaisquer deliberações societárias que possam, em qualquer medida, afetar o cumprimento de qualquer de suas obrigações assumidas nos termos do presente Contrato;
- (w) encaminhar à Administradora, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da data do recebimento da citação, cópia de pedido de falência contra a Cedente apresentado por terceiros;
- (x) encaminhar à Administradora, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o protocolo da respectiva ata no registro do comércio, cópia de qualquer proposta de pedido de autofalência, concordata, dissolução e/ou liquidação, de ajuizamento de pedido de processamento de recuperação judicial ou de homologação de plano de recuperação extrajudicial, aprovada por seus órgãos societários;



- (y) encaminhar, diariamente, ao Custodiante, os arquivos previstos na alínea (a) do item 7.2 acima, de acordo com os modelos constantes do Anexo V deste Contrato; e
- (z) efetuar, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade geralmente aceitos no Brasil, os respectivos lançamentos contábeis necessários à caracterização da cessão dos Direitos de Crédito, em até 15 (quinze) dias úteis das datas de cada uma das cessões realizadas nos termos deste Contrato.

14.2. Adicionalmente, enquanto as Obrigações do Fundo não forem integralmente liquidadas, a CFLCL e a ENERGIPE, em suas demonstrações financeiras consolidadas, e a CENF, a CELB e a SAELPA, se obrigam a observar os seguintes índices financeiros, apurados com base em suas demonstrações financeiras:

- (a) Dívida Bruta Total/EBITDA: 3,5 (máximo); e
- (b) EBITDA/Resultado Financeiro: 2,0 (mínimo).

14.2.1 A apuração dos índices financeiros mencionados acima deverá ocorrer, a partir de 01 de julho de 2005, semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, com base no período correspondente aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do respectivo semestre.

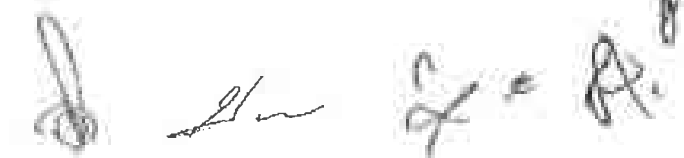
CLÁUSULA XV EVENTOS DE REVISÃO

15.1 Serão considerados eventos de revisão (os "Eventos de Revisão") a ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) descumprimento, por qualquer Cedente, de qualquer obrigação de fazer c/ou não fazer previstas nas Cláusulas XIII e XIV deste Contrato, desde que a respectiva Cedente tenha sido notificada para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) dias úteis, exceto com relação (i) às obrigações previstas nas alíneas (g), (h) e (s) do item 14.1 acima, cujo prazo de regularização será de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da respectiva notificação, e (ii) à obrigação prevista no item 14.2 acima, cujo prazo de regularização será de 180 (cento e oitenta), independentemente de notificação;
- (b) modificações estatutárias que alterem o objeto social principal de qualquer das Cedentes;
- (c) concessão de opção de compra, cessão, oneração, gravame, cessão de direitos de subscrição ou qualquer outra forma de alienação, direta ou indireta, gratuita ou onerosa que acarrete a transferência ou a alteração, incluindo compartilhamento, da atual estrutura de controle acionário de qualquer das Cedentes, conforme definido no Artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se mantido o atual controle acionário das Cedentes, de forma indireta, conforme informado nas Informações Anuais (IAN) da CFLCL e da ENERGIPE de 31 de dezembro de 2004;
- (d) penhora de quaisquer ativos (inclusive, mas não se limitando, a participações societárias e direitos de crédito) de qualquer das Cedentes, em valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) com relação a cada Cedente

do Grupo 1, e a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) com relação às Cedentes do Grupo 2, desde que não cancelada no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua intimação;

- (e) protesto de títulos contra qualquer das Cedentes, cujo valor individual ou total seja igual ou superior a R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) com relação a cada Cedente do Grupo 1, ou a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) com relação a cada Cedente do Grupo 2, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela respectiva Cedente, ou se for cancelado ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) dias de sua ocorrência;
- (f) declaração de vencimento antecipado de qualquer Dívida de qualquer das Cedentes, de valor individual ou total igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) com relação a cada Cedente do Grupo 1, ou a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) com relação a cada Cedente do Grupo 2;
- (g) se qualquer das Cedentes deixar de pagar, ou não tomar as medidas administrativas, legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer Dívida ou qualquer outra obrigação devida pela respectiva Cedente segundo qualquer acordo ou contrato do qual ela seja parte financiada, envolvendo valor individual ou total igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) com relação a cada Cedente do Grupo 1, ou a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) com relação a cada Cedente do Grupo 2, no prazo de 5 (cinco) dias úteis no caso de Dívida e de 30 (trinta) dias corridos no caso das demais obrigações acima citadas;
- (h) início de execução de quaisquer garantias prestadas por qualquer das Cedentes de valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) com relação a cada Cedente do Grupo 1, ou a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) com relação a cada Cedente do Grupo 2, salvo se a execução tiver sido proposta por comprovado erro ou má fé, ou se for suspensa ou extinta em até 30 (trinta) dias contados da citação da respectiva Cedente;
- (i) trânsito em julgado de uma ou mais decisões judiciais contra qualquer das Cedentes que resulte(m) ou possa(m) resultar, individualmente ou em conjunto, em obrigação de pagamento de valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) com relação a cada Cedente do Grupo 1, e a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) com relação a cada Cedente do Grupo 2, exceto se essa obrigação for paga nos termos e prazos estabelecidos na(s) decisão(ões) judicial(is);
- (j) laudos arbitrais definitivos contra qualquer das Cedentes que resulte(m) ou possa(m) resultar, em conjunto, em obrigação de pagamento de valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) com relação às Cedentes do Grupo 1, ou R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) com relação às Cedentes do Grupo 2, exceto: (i) se essa obrigação (1) for paga nos termos e prazos estabelecidos no(s) laudo(s) arbitral(is), (2) for suspensa por decisão judicial ou garantida para eventual discussão judicial no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do respectivo laudo arbitral definitivo, ou ainda (3) estiver subordinada às Obrigações do Fundo em razão de acordo homologado por decisão arbitral ou judicial, enquanto tal decisão estiver em vigor; e (ii) no caso do procedimento arbitral no. 13355/KGA em curso perante a ICC - International Court of Arbitration;



- (k) ocorrência de qualquer incorporação, fusão, cisão, transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária de qualquer das Cedentes, exceto pela alienação do controle da Teleserv S.A. e Usina Termelétrica de Juiz de Fora, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos, desde que comprometa, de qualquer forma, a capacidade das Cedentes de cumprimento de suas obrigações oriundas deste Contrato, observado o previsto na Cláusula XX deste Contrato;
- (l) existência de evidências razoáveis de que qualquer das Cedentes tenha cedido ao Cessionário Direitos de Crédito sobre os quais recaiam quaisquer ônus, encargos ou gravames, que tenham sido constituídos prévia ou concomitantemente à cessão;
- (m) intervenção na concessão de qualquer das Cedentes, nos termos do respectivo Contrato de Concessão;
- (n) ajuizamento por qualquer Cedente de pedido de concordata, de processamento de recuperação judicial ou de homologação de plano de recuperação extrajudicial;
- (o) descumprimento e respectivo saneamento reiterado por qualquer Cedente de suas obrigações de não fazer e/ou de fazer previstas nas alíneas (a) e (b) do item 13.1 deste Contrato, e alíneas (a), (b), (c), (e), (g), (h), (i), (q), (l) e (y) do item 14.1 acima;
- (p) verificação da inveracidade de qualquer declaração de qualquer Cedente nos termos deste Contrato;
- (q) caso ocorra qualquer dos Eventos de Avaliação nos termos do Regulamento.

15.2 Ocorrendo qualquer um dos Eventos de Revisão, aplicar-se-á o previsto na Cláusula XVI abaixo.

CLÁUSULA XVI IMPLEMENTAÇÃO DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

16.1 A ocorrência de qualquer um dos Eventos de Revisão ou Eventos de Liquidação caracterizará a implementação da Condição Suspensiva, passando os Direitos de Crédito Objeto de Cessão Condicional de cada uma das Cedentes automaticamente ao patrimônio do Cessionário em cada um dos Períodos de Originação remanescentes, inclusive no Período de Originação em que o Evento de Revisão ou Evento de Liquidação ocorrer, observadas as deliberações da Assembleia Geral nos termos do Artigo 60 e no Parágrafo 2º do Artigo 61 do Regulamento.

CLÁUSULA XVII RESCISÃO E RESTITUIÇÃO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO

17.1 Ocorrendo um Evento de Liquidação nos termos do Regulamento, o presente Contrato poderá ser rescindido com relação à(s) Cedente(s) inadimplente(s), mediante simples notificação pela Administradora à Cedente Líder, com cópia para a respectiva Cedente inadimplente, nos termos da Cláusula XXIII abaixo, ficando todas as Cedentes, ou a(s)

Cedente(s) com relação à(s) qual(is) o Contrato foi rescindido, conforme o caso, obrigada(s) a restituir ao Cessionário, imediatamente, em moeda corrente nacional, o saldo correspondente à diferença entre o valor total do(s) Preço(s) de Aquisição por cla(s) recebido(s) e o valor equivalente aos Direitos de Crédito efetivamente originados e formalizados até a data da rescisão, devendo tais valores serem ajustados pelo parâmetro de remuneração das respectivas Quotas Seniores de cada série até a data da rescisão. O saldo apurado conforme acima previsto, será atualizado anualmente pela variação do IGPM, ou em menor periodicidade se admitido por lei, e acrescido de juros de mora de 1% ao mês, ou fração, desde a data da rescisão até a sua efetiva restituição ao Cessionário.

17.1.1 A decisão de rescisão deste Contrato nas hipóteses previstas no item 17.1 acima caberá exclusivamente à Assembléia Geral, nos termos do Regulamento.

17.1.2 Ocorrendo a rescisão deste Contrato na forma prevista nesta Cláusula XVII, e desde que haja Direito à Indenização pela(s) Cedente(s) com relação à(s) qual(is) o Contrato foi rescindido, o Cessionário terá o direito de excluir a garantia prevista na Cláusula XVIII abaixo contra a(s) referida(s) Cedente(s).

CLÁUSULA XVIII CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS EMERGENTES DA CONCESSÃO

18.1 Cada Cedente cedeu fiduciariamente ao Cessionário seu Direito à Indenização, no caso de extinção antecipada de suas respectivas concessões de distribuição de energia elétrica nos termos dos Contratos de Concessão, mediante a celebração dos Contratos de Cessão Fiduciária em Garantia, a fim de garantir a sua respectiva obrigação de restituição do Preço de Aquisição nos termos do item 17.1 acima.

CLÁUSULA XIX PENALIDADES E MULTAS

19.1 O inadimplemento por qualquer Cedente de quaisquer de suas obrigações assumidas nos termos do presente Contrato, desde que o Custodiante, a Administradora e/ou o Agente de Centralização de Recebimentos não tenham concorrido de qualquer forma com o inadimplemento, sujeitará a(s) Cedente(s) inadimplente(s) ao pagamento de uma multa, de caráter não compensatório, de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por dia de atraso no cumprimento da respectiva obrigação (observado o disposto no subitem 19.1.1 abaixo), sem prejuízo das perdas e danos devidos ao Cessionário.

19.1.1 O descumprimento por qualquer Cedente de suas obrigações previstas nas alíneas (a), (b), (e) do item 13.1, alíneas (a), (d), (e), (f), (t) e (z) do item 14.1, e no item 17.1 deste Contrato, sujeitará a(s) Cedente(s) inadimplente(s) ao pagamento de uma multa moratória, de caráter não compensatório, de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por dia de atraso no cumprimento da respectiva obrigação, sem prejuízo das perdas e danos devidos ao Cessionário.

19.1.2 Caso o inadimplemento seja causado por mais de uma Cedente, o valor total da multa será devido por cada Cedente na proporção do Percentual de Obrigação de cada Cedente na ocasião do inadimplemento.

19.1.3 Sem prejuízo dos direitos do Cessionário previstos na Cláusula XVII acima, a aplicação da multa ficará sujeita ao período de carência de 5 (cinco) dias úteis em favor da(s) Cedente(s) inadimplente(s), passando a ser automaticamente devida mediante o

decurso do referido prazo caso o inadimplemento não tenha sido sanado de forma satisfatória ao Cessionário. O prazo de carência acima previsto não se aplica na hipótese de rescisão deste Contrato nos termos do item 17.1.

19.1.4 Os valores das multas estabelecidos no item 19.1 e no subitem 19.1.1 acima serão corrigidos anualmente pela variação do IGPM, ou em menor periodicidade se admitido por lei, a partir da data de assinatura deste Contrato, sendo a multa aplicada pelo seu valor vigente na data do inadimplemento. O valor da multa aplicada à(s) respectiva(s) Cedente(s) será atualizado pela variação do IGPM desde a data do inadimplemento até a data da liquidação da multa.

CLÁUSULA XX

REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA E SUCESSÃO CONTRATUAL

20.1 A CFLCL fica desde já autorizada a realizar operações de cisão, redução de capital, fusão, dissolução, transformação e/ou qualquer outra forma de reorganização societária, para o fim exclusivo de implementação do processo de Desverticalização exigido pela Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, desde que respeitadas, cumulativamente, as condições abaixo:

- (a) a CFLCL tenha obtido todas as autorizações e consentimentos necessários à efetiva implementação do processo de Desverticalização, incluindo, mas não se limitando, aos consentimentos dos credores financeiros da CFLCL;
- (b) nenhum Evento de Revisão ou Evento de Liquidação esteja em curso;
- (c) a pessoa jurídica que resulte desse processo de Desverticalização seja controlada, direta ou indiretamente, pela Gipar e/ou pela CFLCL, sendo que a Gipar e/ou a CFLCL detenha(m), direta ou indiretamente, pelo menos 50,1% do capital votante (a "Nova Sociedade");
- (d) a Nova Sociedade seja constituída sob a forma de sociedade por ações, devidamente existente e organizada de acordo com as leis do Brasil, e seu principal objeto social seja a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica originalmente prestado pela CFLCL, em decorrência da Desverticalização;
- (e) a Nova Sociedade tenha sua constituição vinculada unicamente à Desverticalização e estritamente de acordo com as regras aplicáveis ao processo de Desverticalização;
- (f) sejam transferidos, pela CFLCL à Nova Sociedade, a totalidade dos ativos operacionais e não operacionais da CFLCL relacionados à atividade de distribuição de energia elétrica, e a Nova Sociedade detenha todos os direitos e obrigações relacionadas à atividade de distribuição de energia elétrica da CFLCL, incluindo, mas sem limitação, todos os contratos de compra de energia, todos os contratos de distribuição de energia a clientes, assim como todos os contratos com os consumidores que sejam, na época da transferência, atendidos pelo sistema de distribuição da CFLCL, de modo que, imediatamente após a transferência desses ativos, direitos e obrigações, a totalidade das receitas da CFLCL decorrentes da sua atividade de distribuição de energia elétrica passe a ser auferida exclusivamente pela Nova Sociedade;
- (g) a Nova Sociedade tenha, à sua disposição, os profissionais necessários para o desenvolvimento e exploração de sua atividade de distribuição de energia



elétrica nos mesmos moldes e padrões anteriormente adotados pela CFLCL, de modo que, imediatamente após as transferências mencionadas na alínea (f) acima, a Nova Sociedade esteja desempenhando plenamente suas atividades de distribuição de energia;

- (h) a Nova Sociedade tenha obtido (diretamente ou por cessão pela CFLCL) todas as licenças, concessões, permissões e autorizações necessárias para o pleno desenvolvimento de suas atividades de distribuição de energia elétrica, incluindo, sem limitação, a concessão para distribuição de energia elétrica nas áreas originalmente atendidas pela atividade de distribuição de energia elétrica da CFLCL; e
- (i) a Nova Sociedade observe os índices financeiros previstos no item 14.2 deste Contrato, apurados com base em suas demonstrações financeiras iniciais.

20.1.1 A Nova Sociedade deverá suceder a CFLCL em todos os direitos e obrigações decorrentes do presente Contrato e dos demais Documentos da Operação dos quais a CFLCL for parte, sob os mesmos termos e condições dos respectivos Documentos da Operação aplicáveis à CFLCL, sem solução de continuidade no cumprimento das obrigações da CFLCL para com as respectivas contrapartes, incluindo, sem limitação, o Cessionário, a Administradora, o Custodiante e o Agente de Centralização de Recebimentos.

20.1.2 A Nova Sociedade deverá firmar aditamentos a este Contrato e a todos os demais Documentos da Operação dos quais a CFLCL for parte, de forma a incluir a Nova Sociedade como parte dos referidos documentos e formalizar a sucessão da CFLCL nos termos do subitem 20.1.1 acima.

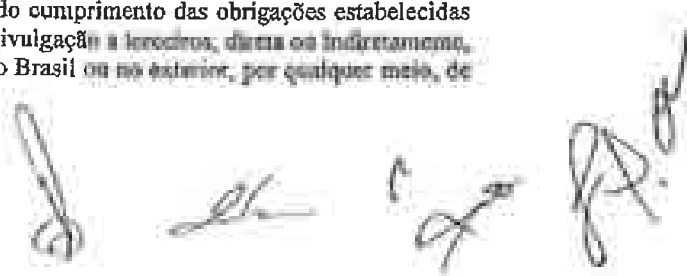
20.1.3 Ocorrendo a sucessão prevista nesta Cláusula XX, a Nova Sociedade passará automaticamente a ser considerada uma Cedente para todos os fins deste Contrato e dos demais Documentos da Operação objeto dos aditamentos previstos no subitem 20.1.2 acima.

CLÁUSULA XXI PRAZO DE VIGÊNCIA

21.1 O presente Contrato começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até a liquidação integral das Obrigações do Fundo.

CLÁUSULA XXII CONFIDENCIALIDADE

22.1 Cada uma das Partes e o interveniente deste Contrato (em conjunto, as "Partes Obrigadas") e, individualmente, a "Parte Obrigada") obrigam-se a manter confidenciais todos os dados e informações, verbais ou escritas a que a referida Parte Obrigada tiver acesso em virtude do presente Contrato (as "Informações Confidenciais"), ficando desde já estabelecido que (i) as Informações Confidenciais somente poderão ser divulgadas a seus sócios, administradores, procuradores, consultores, prepostos e empregados, presentes ou futuros, que precisem ter acesso às Informações Confidenciais em virtude do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato (os "Representantes") e (ii) que a divulgação a terceiros, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente, no Brasil ou no exterior, por qualquer meio, de



quaisquer Informações Confidenciais dependerá de prévia autorização, por escrito, das demais Partes Obrigadas.

22.2. As Partes Obrigadas comprometem-se a não utilizar qualquer das Informações Confidenciais em proveito próprio ou de quaisquer terceiros e responsabilizam-se pela violação das obrigações previstas nesta Cláusula XXII por parte de quaisquer dos Representantes.

22.3. Caso qualquer das Partes Obrigadas ou qualquer de seus Representantes seja obrigado, em virtude de lei, de decisão judicial ou por determinação de qualquer autoridade governamental, a divulgar quaisquer das Informações Confidenciais, tal Parte Obrigada deverá comunicar imediatamente as outras Partes Obrigadas a respeito dessa obrigação, de modo que as Partes Obrigadas, em mútua cooperação, possam intentar as medidas cabíveis, inclusive judiciais, para preservar as Informações Confidenciais. Caso as medidas tomadas para preservar as Informações Confidenciais não tenham êxito, será divulgada somente a parcela das Informações Confidenciais necessária à satisfação do dever legal de divulgação das informações.

22.4. Excluem-se do compromisso de confidencialidade aqui previsto as informações: (i) disponíveis para o público de outra forma que não pela divulgação das mesmas por qualquer das Partes Obrigadas ou por qualquer de seus Representantes; (ii) que comprovadamente já eram do conhecimento, obtido de forma lícita, de uma ou de todas as Partes Obrigadas ou de qualquer de seus Representantes antes da referida Parte Obrigada ou seus Representantes terem acesso em função deste Contrato; e (iii) cuja divulgação seja exigida nos termos da regulamentação aplicável ao Cedente e/ou ao Cessionário.

22.5. O dever de confidencialidade a que se refere esta Cláusula XXII não se aplicará à utilização, pelo Cessionário, de Informações Confidenciais para (i) a elaboração dos documentos necessários à concretização da emissão e distribuição pública das Quotas, e (ii) a execução de qualquer Documento da Operação e de quaisquer obrigações dali decorrentes.

22.6. O dever de confidencialidade ora referido sobreviverá ao término deste Contrato pelo prazo de 3 (três) anos, estando seu descumprimento, a qualquer tempo durante a vigência do dever ora referido, inclusive após a extinção ou a rescisão deste Contrato, sujeito às penalidades estabelecidas na Cláusula XIX acima.

CLÁUSULA XXIII MANDATO E COMUNICAÇÕES

23.1 As Cedentes nomeiam, em caráter irrevogável e irretratável na forma do Artigo 684 do Código Civil, a Cedente Lider, como sua representante para o recebimento e envio de toda e qualquer notificação ou comunicação prevista ou decorrente deste Contrato.

23.2. Todos os documentos e as comunicações a serem enviados por qualquer das Partes e pelos Intervinentes nos termos deste Contrato deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, e deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

(a) se para as Cedentes:
Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina - CFLCL
Avenida Presidente Vargas, 463 - 4º andar
Rio de Janeiro, RJ
CEP 20086-900
At.: Sr. Cláudio Brandão Silveira
Telefone: (21) 2122-6934



Fac-símile: (21) 2122-6931
e-mail: claudiobrandao@cataguazes.com.br

b) se para o Cessionário:

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Sistema Cataguazes-Leopoldina
Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100
São Paulo, Estado de São Paulo
At.: Sr. João Estanislau Façanha de Castro; Sr. Rogério S. Aoki; Sr. Odilon F. Teixeira
Telefone: (11) 5029-4693 / 5029-1985 / 5029-1987
Fac-símile: (11) 5029-1394
joao.castro@itau.com.br
rogerio.aoki@itau.com.br
odilon.teixeira@itau.com.br

c) se para a Administradora:

Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100
São Paulo, Estado de São Paulo
At.: Sr. João Estanislau Façanha de Castro; Sr. Rogério S. Aoki; Sr. Odilon F. Teixeira
Telefone: (11) 5029-4693 / 5029-1985 / 5029-1987
Fac-símile: (11) 5029-1394
joao.castro@itau.com.br
rogerio.aoki@itau.com.br
odilon.teixeira@itau.com.br

d) se para o Banco Itaú, na qualidade de Custodiante:

Banco Itaú S.A.
Avenida Eng. Armando de Arruda Pereira, 707 – 9º andar, Torre Eudoro Villela
São Paulo – SP, CEP 04344-902
At.: Sra. Rosa de Fátima F. C. Machado
Telefone: (11) 5029-1760
Fac-símile: (11) 5029-4554
e-mail: rosa.machado@itau.com.br

c/c para: Sr. Roberto Bittencourt Rocha

Telefone: (11) 5029-1893
Fac-símile: (11) 5029-4554
e-mail: roberto.rocha@itau.com.br

e) se para o Banco Itaú, na qualidade de Agente de Centralização de Recebimentos:

Banco Itaú S.A.
R. Jundiaí, 125 - 3º andar - CEP 04001-140 - Jd Paulista – São Paulo - SP
Fax: (011) 3882.5053

Nome: Rosilde Serra Simões
Telefone: (011) 3882.5892
E-mail: rosilde.simoes@itau.com.br

Nome: José Manuel Canosa
Telefone: (011) 3882.5565
E-mail: jose.monteiro@itau.com.br

Nome: Rosemeire Pires Araujo Sciacca
Telefone: (011) 3882.5407

E-mail: rosemeire.sciacca@itau.com.br

Nome: Luiz Carlos Nunes da Silva
Telefone: (011) 3882.5403
E-mail: luiz.silva@itau.com.br

Nome: Antonio Carlos F Murbach
Telefone: (011) 3882.5403/07/5107
E-mail: antonio-carlos.murbach@itau.com.br

Nome: Gilberto Cesar Guimarães
Telefone: (011) 3882.5403/07/5107
E-mail: gilberto.guimaraes@itau.com.br

23.3 Todas as comunicações, cartas ou notificações enviadas ao Fundo nos termos deste Contrato deverão ser emitidas com cópia para o Custodiante.

23.4 Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile, via e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica.

23.4.1 Para os fins do subitem 23.4 acima, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile ou via e-mail ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

CLÁUSULA XXIV LIMITE DE RESPONSABILIDADE DAS CEDENTES

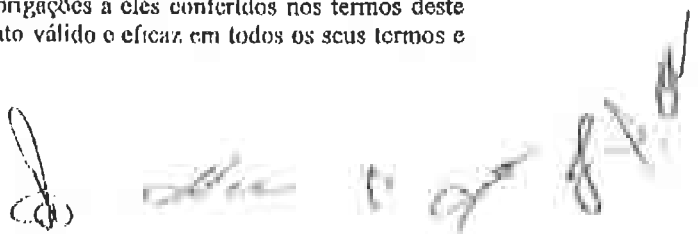
24.1 Este Contrato não cria solidariedade, de qualquer natureza, entre as Cedentes, ficando cada uma delas obrigada ao cumprimento de suas obrigações com o Cessionário na proporção do Percentual de Obrigação de cada Cedente.

CLÁUSULA XXV DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1 Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato somente será válido se feito por instrumento escrito, assinado por todas as Partes e pelos Intervinentes.

25.2 As Partes celebram este Contrato em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

25.2.1 Ocorrendo a liquidação antecipada do Cessionário, nos termos do Regulamento, o condomínio constituído pela comunhão dos quotistas remanescentes, e o representante do referido condomínio, sucederão, de pleno direito, respectivamente, o Cessionário e a Administradora, em todos os direitos e obrigações a eles conferidos nos termos deste Contrato, permanecendo o presente Contrato válido e eficaz em todos os seus termos e condições.



25.3 Os Anexos a este Contrato, e todos os Termos de Cessão celebrados nos termos deste Contrato, constituem parte integrante e inseparável do presente Contrato. Em caso de divergência entre o previsto neste Contrato e em seus Anexos ou nos Termos de Cessão, prevalecerão as disposições deste Contrato. Não obstante, reconhecem as Partes a unicidade e incidibilidade das disposições deste Contrato e de seus Anexos e dos Termos de Cessão, que deverão ser interpretados de forma harmônica e sistemática, tendo como parâmetro a natureza do negócio celebrado entre as Partes.

25.4 A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Contrato, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato.

25.5 O presente Contrato constitui o único e integral acordo entre as Partes, com relação ao objeto deste Contrato, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.

25.6 Salvo disposição em contrário prevista neste Contrato, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações nele previstos.

25.7 O presente Contrato, seus aditamentos, e os Termos de Cessão celebrados nos termos deste Contrato, serão registrados pela Administradora no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos, e a firma dos representantes das Cedentes que assinam este Contrato deverão ser devidamente reconhecidas, ficando as Cedentes exclusivamente responsáveis pelo pagamento de todos os custos e despesas com tais registros.

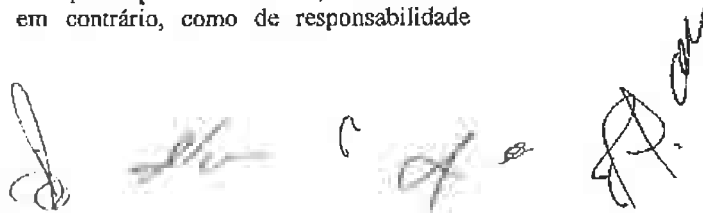
25.8 Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força deste Contrato poderá ser cobrada via processo de execução visto que as Partes desde já reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

25.9 As Cedentes e o Cessionário reconhecem, desde já, que suas obrigações assumidas nos termos deste Contrato estão sujeitas à execução específica nos termos do artigo 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

25.9.1 Salvo se a obrigação estiver sujeita a prazo específico nos termos deste Contrato, as obrigações de fazer e não fazer previstas neste Contrato serão exigíveis no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento, pelas Cedentes ou pelo Cessionário, da notificação que constituir a respectiva Parte em mora, ficando facultada à Parte credora a adoção das medidas judiciais necessárias (i) à tutela específica, ou (ii) à obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o § 5º do art. 461 do Código de Processo Civil.

25.9.2 As Partes desde já expressamente reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação mencionada no subitem 25.9.1 acima, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, será bastante para instruir o pedido de tutela específica da obrigação.

25.9.3 Todas as disposições contidas neste Contrato, que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Cessionário, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.



25.10 Para os efeitos do disposto neste Contrato, entende-se por "dia útil" segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na Cidade de São Paulo; e (ii) feriados de âmbito nacional.

25.11 Se, em decorrência de qualquer decisão judicial irreversível, qualquer disposição ou termo deste Contrato for declarada nula ou for anulada, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais cláusulas deste Contrato não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulação.

25.12 O presente Contrato não constitui um contrato aleatório para os fins dos Artigos 458 a 461 do Código Civil.

CLÁUSULA XXVI FORO

26.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 9 (nove) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 11 de julho de 2005.

COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA

Por: 
Cargo:

Por: _____
Cargo: _____

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE NOVA FRIBURGO - CENF


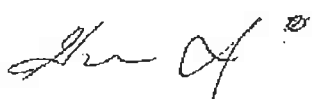

Por: 
Cargo:

Por: 
Cargo: _____

COMPANHIA ENERGÉTICA DA BORBOREMA - CELB

Por: 
Cargo:

Por: _____
Cargo: _____

[Página de assinatura do Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças]

TESTEMUNIAS:

2 _____

References

CTF

References

100-



D. M.

ANEXO I
Modelo de Aditamentos dos Convênios de Arrecadação

[Handwritten signature] *[Handwritten signature]*

(Minuta para Agentes Arrecadores Não Bancos)

[***CIDADE***], [***DATA***]

A

[***BANCO***]

[***ENDEREÇO***]

[***CIDADE***] – [***ESTADO***]

At.: [***REPRESENTANTE***]

REF.: [***CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO***]
ENTRE [***SOCIEDADE DO GRUPO CATAGUAZES***] (“CONTRATANTE”) E
[***BANCO***] (“AGENTE ARRECADADOR”) DATADO DE XX/XX/XXXX
(“CONTRATO”).

Prezados Senhores,

1. A CONTRATANTE pretende ceder ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Sistema Cataguazes Leopoldina (atualmente em fase de constituição) (“FIDC”), parte dos direitos de créditos, de sua titularidade, oriundos do fornecimento de energia elétrica pela CONTRATANTE aos seus consumidores do Grupo B nos termos da Resolução ANEEL nº 456/00 (e suas posteriores alterações), que sejam representados por faturas de energia elétrica emitidas pela CONTRATANTE contra tais consumidores, cuja arrecadação é objeto do CONTRATO (“FATURAS”).

2. Em função da estruturação do FIDC, a CONTRATANTE comprometeu-se a assegurar que os recursos provenientes da arrecadação de todas as FATURAS, com exceção daquelas pagas com cheque, sejam repassados a uma conta de centralização de recebimento – [***IDENTIFICAR A CONTA***] (“CONTA DE CENTRALIZAÇÃO DE RECEBIMENTO”).

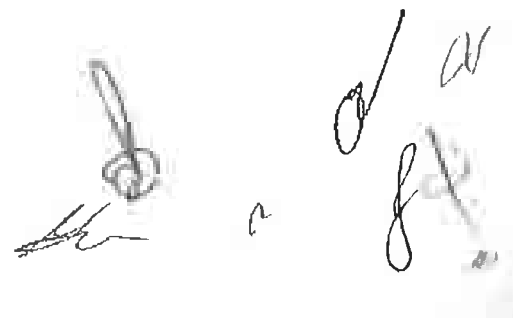
3. Dessa forma, serve a presente para, em caráter irrevogável e irretratável, instruir os AGENTE ARRECADADOR, a partir do dia [***/**/****], a realizar o depósito dos valores arrecadados nos termos do CONTRATO (ressalvado os pagamentos realizados através de cheque) exclusivamente através de depósito na CONTA DE CENTRALIZAÇÃO DE RECEBIMENTO.

4. É vedado o depósito de cheques na CONTA DE CENTRALIZAÇÃO E RECEBIMENTOS. Quaisquer cheques utilizados para o pagamento das FATURAS deverão ser depositados na seguinte conta de titularidade da CONTRATANTE:

(Identificar Conta)

5. O produto da arrecadação das FATURAS deverá ser diretamente depositado pelo AGENTE ARRECADADOR na CONTA DE CENTRALIZAÇÃO E RECEBIMENTO no prazo estabelecido na cláusula do CONTRATO.

6. Não obstante qualquer disposição em contrário no CONTRATO, o repasse dos valores resultantes da arrecadação das FATURAS (conforme identificadas acima) deverá ser realizado para a CONTA DE CENTRALIZAÇÃO E RECEBIMENTO sem qualquer retenção, dedução e/ou compensação de qualquer espécie.



7. Este documento constitui aditamento ao CONTRATO, e na hipótese de qualquer conflito entre as disposições previstas neste documento e no CONTRATO, as disposições deste documento prevalecerão. O AGENTE ARRECADADOR concorda que, como condição para o término antecipado do CONTRATO (conforme ora aditado), deverá comunicar à INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. ("INTRAG") na qualidade de instituição administradora do FIDC sua intenção de terminar, resilar e/ou rescindir o CONTRATO, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em relação à data pretendida para o término, resilição ou rescisão.

8. O FIDC e a INTRAG não terão qualquer responsabilidade pelo pagamento de qualquer valor devido em decorrência do CONTRATO (conforme ora aditado), incluindo, mas não se limitando, a remuneração do AGENTE ARRECADADOR e quaisquer custos e despesas com a arrecadação e o cumprimento das demais obrigações pelo AGENTE ARRECADADOR nos termos do CONTRATO (conforme ora aditado).

9. Caso ocorra a liquidação antecipada do FIDC, o condomínio constituído pela comunhão dos quotistas que vier a sucedê-lo nos termos do regulamento do FIDC, e o representante do referido condomínio, sucederão, de pleno direito, respectivamente, o FIDC e a INTRAG em todos os direitos e obrigações a eles conferidos nos termos do CONTRATO (conforme ora aditado), permanecendo o CONTRATO (conforme ora aditado) válido e eficaz em todos os seus termos e condições.

10. As instruções contidas no presente documento terão validade a partir da presente data (sendo certo que os valores correspondentes às FATURAS deverão ser transferidos para a CONTA DE CENTRALIZAÇÃO E RECEBIMENTO apenas a partir da data mencionada no item 3 acima) e vigorarão em caráter irrevogável e irretratável, até instrução em contrário e por escrito da INTRAG ao AGENTE ARRECADADOR, independentemente de qualquer instrução ou comunicação em contrário da CONTRATANTE. É vedada qualquer alteração ao CONTRATO (conforme ora aditado), salvo mediante autorização expressa da INTRAG em documento formalizado e subscrito pelos seus representantes.

Atenciosamente,

[***Empresa Contratante***]

[***INTRAG***]

Ciente e de Acordo em XX/XX/XXXX:

[***AGENTE ARRECADADOR***]

Testemunhas:

1.

2.

Handwritten signatures of two witnesses, one on the left and one on the right, in dark ink.

(Minuta para Bancos com recebimento no Caixa e Débito Automático)

[***CIDADE***], [***DATA***]

A

[***BANCO***]

[***ENDEREÇO***]

[***CIDADE***] – [***ESTADO***]

At.: [***REPRESENTANTE***]

REF.: [***CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO***]
ENTRE [***SOCIEDADE DO GRUPO CATAGUAZES***] (“CONTRATANTE”) E
[***BANCO***] (“AGENTE ARRECADADOR”) DATADO DE XX/XX/XXXX
[***CONTRATO***].

Prezados Senhores,

1. A CONTRATANTE pretende ceder ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Sistema Cataguazes Leopoldina (atualmente em fase de constituição) (“FIDC”), parte dos direitos de créditos, de sua titularidade, oriundos do fornecimento de energia elétrica pela CONTRATANTE aos seus consumidores do Grupo B nos termos da Resolução ANEEL nº 456/00 (e suas posteriores alterações), que sejam representados por faturas de energia elétrica cuja arrecadação é objeto do CONTRATO (“FATURAS”).

2. Em função da estruturação do FIDC, a CONTRATANTE comprometeu-se a assegurar que os recursos provenientes da arrecadação das FATURAS sejam repassados a uma conta de centralização de recebimento – [***IDENTIFICAR A CONTA***] (“CONTA DE CENTRALIZAÇÃO DE RECEBIMENTO”).

3. Dessa forma, serve a presente para, em caráter Irrevogável e irrevogável, instruir o AGENTE ARRECADADOR, a partir do dia [***/**/****], a realizar o repasse dos valores arrecadados nos termos do CONTRATO da seguinte forma:

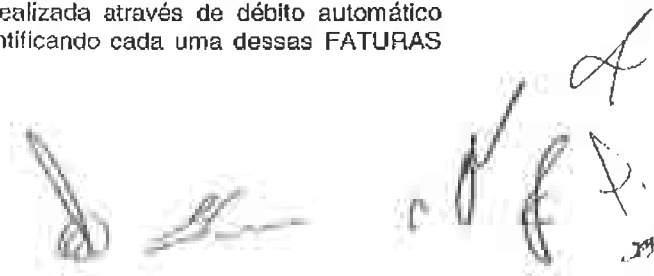
A - RECEBIMENTOS COM CÓDIGOS DE BARRAS, NO CAIXA E CANAIS ALTERNATIVOS.

(i) A CONTRATANTE agrupou e segregou as FATURAS das demais faturas de emissão da CONTRATANTE cadastrando-as em Código de Identificação de Empresa específico, sob o nº _____.

(ii) O produto da arrecadação das FATURAS, identificadas e cadastradas conforme o item (i) acima, deverá ser diretamente transferido pelo AGENTE ARRECADADOR para a CONTA DE CENTRALIZAÇÃO DE RECEBIMENTO através de TED no prazo estabelecido na cláusula _____ do CONTRATO.

B - RECEBIMENTO ATRAVÉS DE DÉBITO AUTOMÁTICO

(i) A CONTRATANTE deverá encaminhar ao AGENTE ARRECADADOR, diariamente e por escrito, até às 9:00 horas do 2º dia contado do recebimento dos valores oriundos da liquidação das FATURAS, cuja arrecadação é realizada através de débito automático junto ao AGENTE ARRECADADOR, relação identificando cada uma dessas FATURAS



pelos municípios de residência dos respectivos consumidores, e o valor total liquidado com relação a cada FATURA no respectivo dia.

(ii) O produto da arrecadação das FATURAS, identificadas e cadastradas conforme o item (i) acima, deverá ser diretamente transferido pelo AGENTE ARRECADADOR para a CONTA DE CENTRALIZAÇÃO DE RECEBIMENTO, através de TED, no 2º dia contado do recebimento dos recursos oriundos da liquidação das respectivas FATURAS.

(iii) Os valores que não sejam referentes à liquidação das FATURAS, identificadas e cadastradas conforme o item (i) acima, deverão ser depositados diretamente na conta da CONTRATANTE, nos termos do CONTRATO.

4. Não obstante, qualquer disposição em contrário no CONTRATO (conforme ora aditado), as transferências dos valores resultantes da arrecadação das FATURAS (conforme identificadas acima) deverão ser feitas para a CONTA DE CENTRALIZAÇÃO DE RECEBIMENTO, sem qualquer retenção, dedução e/ou compensação de qualquer espécie.

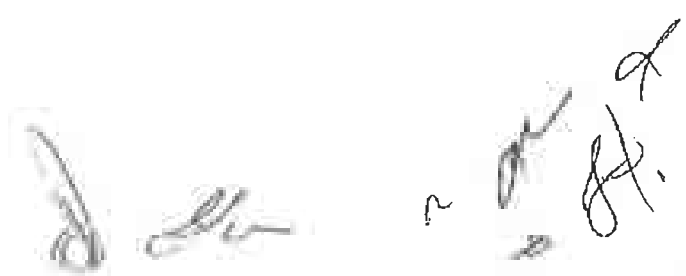
5. Este documento constitui aditamento ao CONTRATO, e na hipótese de qualquer conflito entre as disposições previstas neste documento e no CONTRATO, as disposições deste documento prevalecerão. O AGENTE ARRECADADOR concorda que, como condição para o término antecipado do CONTRATO (conforme ora aditado), deverá comunicar à INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. ("INTRAG") na qualidade de instituição administradora do FIDC sua intenção de terminar, resiliir e/ou rescindir o CONTRATO, com antecedência mínima de 15 (quinze dias) em relação à data pretendida para o término, resilição ou rescisão.

6. O FIDC e a INTRAG não terão qualquer responsabilidade pelo pagamento de qualquer valor devido em decorrência do CONTRATO (conforme ora aditado), incluindo, mas não se limitando, a remuneração do AGENTE ARRECADADOR e quaisquer custos e despesas com a arrecadação e o cumprimento das demais obrigações pelo AGENTE ARRECADADOR nos termos do CONTRATO (conforme ora aditado).

7. Caso ocorra a liquidação antecipada do FIDC, o condomínio constituído pela comunhão dos quotistas que vier a sucedê-lo nos termos do regulamento do FIDC, e o representante do referido condomínio, sucederão, de pleno direito, respectivamente, o FIDC e a INTRAG em todos os direitos e obrigações a eles conferidos nos termos do CONTRATO (conforme ora aditado), permanecendo o CONTRATO (conforme ora aditado) válido e eficaz em todos os seus termos e condições.

8. As instruções contidas no presente documento terão validade a partir da presente data (sendo certo que os valores correspondentes às FATURAS deverão ser transferidos para a CONTA DE CENTRALIZAÇÃO DE RECEBIMENTO apenas a partir da data mencionada no item 3 acima) e vigorarão em caráter irrevogável e irretratável, até instrução em contrário e por escrito da INTRAG ao AGENTE ARRECADADOR, independentemente de qualquer instrução ou comunicação em contrário da CONTRATANTE. É vedada qualquer alteração ao CONTRATO (conforme ora aditado), salvo mediante autorização expressa da INTRAG em documento formalizado e assinado pelos seus representantes.

Atenciosamente,



[**Empresa Contratante**]

[**EXTRAS**]

Ciente e de Acordo em XX/XX/XXXX:

[**AGENTE ARRECADADOR**]

Testemunhas:

- 1.
- 2.

Handwritten signatures and initials in dark ink, located at the bottom right of the page. There are several distinct marks, including what appears to be a signature and some initials.

ANEXO II
Lista de Agentes Arrecadores e Convênios de Arrecadação

[Handwritten signatures and initials]

COMPANHIA DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES
 FUNDOS DE INVESTIMENTO EM VALORES MOBILIÁRIOS E IMOBILIÁRIOS

Em 31 de março de 2009

1. DADOS GERAIS

Nome da Companhia: FUNDOS DE INVESTIMENTO EM VALORES MOBILIÁRIOS E IMOBILIÁRIOS
 CNPJ: 07.093.888/0001-90
 Endereço: Rua da Assembleia, 150 - Centro - São Paulo - SP
 CEP: 01318-900
 Telefone: (11) 3063-1000
 E-mail: atendimento@fundosinvestimentos.com.br

Nome do Presidente: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA

Nome do Diretor Presidente: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA
 Nome do Diretor Financeiro: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA
 Nome do Diretor de Administração: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA
 Nome do Diretor de Marketing: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA

Forma de Constituição: Sociedade Anônima
 Data de Constituição: 07/09/2007
 Capital Social: R\$ 100.000.000,00
 Capital Subscrito: R\$ 100.000.000,00
 Capital Pago: R\$ 100.000.000,00

Objeto Social: Administração e gestão de fundos de investimento em valores mobiliários e imobiliários.

Atividade Econômica Principal: Administração e gestão de fundos de investimento em valores mobiliários e imobiliários.

Nome do Presidente: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA

Forma de Constituição: Sociedade Anônima
 Data de Constituição: 07/09/2007
 Capital Social: R\$ 100.000.000,00
 Capital Subscrito: R\$ 100.000.000,00
 Capital Pago: R\$ 100.000.000,00

Objeto Social: Administração e gestão de fundos de investimento em valores mobiliários e imobiliários.

Atividade Econômica Principal: Administração e gestão de fundos de investimento em valores mobiliários e imobiliários.

Forma de Constituição: Sociedade Anônima
 Data de Constituição: 07/09/2007
 Capital Social: R\$ 100.000.000,00
 Capital Subscrito: R\$ 100.000.000,00
 Capital Pago: R\$ 100.000.000,00

Objeto Social: Administração e gestão de fundos de investimento em valores mobiliários e imobiliários.

Atividade Econômica Principal: Administração e gestão de fundos de investimento em valores mobiliários e imobiliários.

Forma de Constituição: Sociedade Anônima
 Data de Constituição: 07/09/2007
 Capital Social: R\$ 100.000.000,00
 Capital Subscrito: R\$ 100.000.000,00
 Capital Pago: R\$ 100.000.000,00

Objeto Social: Administração e gestão de fundos de investimento em valores mobiliários e imobiliários.

Atividade Econômica Principal: Administração e gestão de fundos de investimento em valores mobiliários e imobiliários.

[illegible]

W665.1673 (U8807)M654

1. **Compte rendu de la séance** : Le 15 mars 2023, la séance a été présidée par le Président de la Commission, M. le Docteur X. Elle a débuté à 14h00 et a duré 1h30. Les participants ont discuté de l'ordre du jour et ont adopté les conclusions de la séance précédente.

2. **Ordre du jour** : L'ordre du jour a été fixé par le Président de la Commission. Il comprend les points suivants :

1. **Présentation de la situation** : Le Président de la Commission a présenté la situation de la Commission et a souligné l'importance de la mission confiée à la Commission.
2. **Discussion des points à l'ordre du jour** : Les participants ont discuté des points à l'ordre du jour et ont adopté les conclusions de la séance précédente.
3. **Conclusion de la séance** : La séance a été conclue par le Président de la Commission, qui a remercié les participants pour leur présence et leur contribution.

3. **Conclusion** : La séance a été productive et a permis de discuter des points à l'ordre du jour et d'adopter les conclusions de la séance précédente.

A.

٨

9

19
f.p.

ANEXO III(A)
Modelo de Termo de Cessão
(Cláusulas II e V)

Termo de Cessão nº [--] (ref. a [--] série de Quotas Seniores)

Pelo presente Termo de Cessão, a(s) Cedente(s) abaixo identificada(s) cede(m) e transfere(m), ao Cessionário, [os Direitos de Crédito previstos no item 2.1 do Contrato de Cessão (termo abaixo definido) / os Direitos de Crédito Adicionais conforme previsto na Cláusula V do Contrato de Cessão (termo abaixo definido)] contra Consumidores domiciliados nos Municípios Selecionados, no valor total de R\$ [--] (--), de acordo com o(s) respectivo(s) Percentual(is) de Cessão abaixo indicado(s), nos termos do Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças, firmado em 11 de julho de 2005, entre as Cedentes, o Cessionário, o Custodiante e o Agente de Centralização de Recebimentos (o "Contrato de Cessão").

Cedente	Percentual de Cessão
[--]	[--]

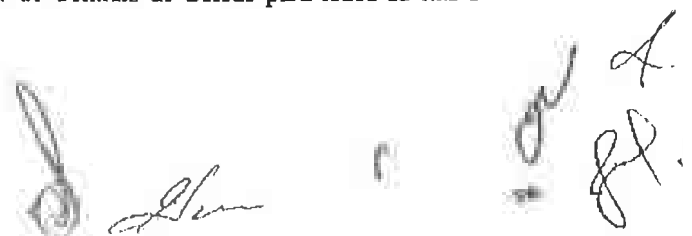
Pela presente cessão, o Cessionário pagará a cada Cedente os Preços de Aquisição previstos no quadro abaixo, mediante depósito na(s) conta(s) corrente(s) identificada(s) no referido quadro, de acordo com as demais condições estabelecidas na Cláusula IV do Contrato de Cessão.

Cedente	Preço de Aquisição	Dados de Depósito
[--]	R\$ [--] (--)	Banco: [--] Agência: [--] Conta: [--]

A(s) Cedente(s) declara(m) que tem conhecimento do conteúdo do Suplemento relativo à emissão da série de Quotas Seniores acima referida.

Os termos utilizados neste Termo de Cessão, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Contrato de Cessão.

Este Termo de Cessão é parte integrante do Contrato de Cessão para todos os fins e efeitos.



São Paulo, [--] de [--] de [--].

[CEDENTES]

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS SISTEMA CATAGUAZES-
LEOPOLDINA

Por: _____
Cargo: _____

Por: _____
Cargo: _____

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Por: _____
Cargo: _____

Por: _____
Cargo: _____

BANCO ITAÚ S.A. (na qualidade de Custodiante)

Por: _____
Cargo: _____

Por: _____
Cargo: _____

BANCO ITAÚ S.A. (na qualidade de Agente de Centralização de Recebimentos)

Por: _____
Cargo: _____

Por: _____
Cargo: _____

Testemunhas:

Nome: _____
RG: _____

Nome: _____
RG: _____



ANEXO III(B)
Modelo de Termo de Cessão
(Cláusula VI)

Termo de Cessão nº [--]

Pelo presente Termo de Cessão, a(s) Cedente(s) abaixo identificada(s) cede(m) e transfere(m), ao Cessionário, direitos de crédito de sua titularidade contra Consumidores domiciliados nos Novos Municípios indicados no quadro abaixo, no valor total de R\$ [--] (--), de acordo com o(s) respectivo(s) Percentual(is) de Cessão abaixo indicado(s), nos termos da Cláusula VI do Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avencas, firmado em 11 de julho de 2005, entre as Cedentes, o Cessionário, o Custodiante e o Agente de Centralização de Recebimentos (o "Contrato de Cessão").

Cedente	Novos Municípios
[--]	[--]

Conforme previsto no item 6.3 do Contrato de Cessão, nenhum pagamento é devido pelo Cessionário à(s) Cedente(s) acima identificada(s) a título da presente cessão.

A(s) Cedente(s) e o Agente de Centralização de Recebimentos celebraram com os respectivos Agentes Arrecadadores dos Novos Municípios listados no quadro acima os Aditamentos dos Convênios de Arrecadação, cuja lista constante do Anexo I a este Termo de Cessão altera e passa a integrar o Anexo I do Contrato de Cessão para todos os efeitos.

Os termos utilizados neste Termo de Cessão, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Contrato de Cessão.

Este Termo de Cessão é parte integrante do Contrato de Cessão para todos os fins e efeitos.

São Paulo, [--] de [--] de [--].

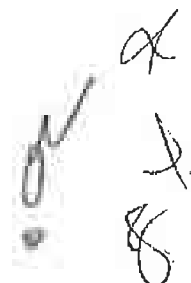
[CEDENTES]

Nome: _____
Cargo: _____

Nome: _____
Cargo: _____



C



FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS SISTEMA CATAGUAZES-
LEOPOLDINA

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

BANCO ITAÚ S.A. (na qualidade de Custodiante)

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

BANCO ITAÚ S.A. (na qualidade de Agente de Centralização de Recebimentos)

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:
RG:

Nome:
RG:

[ANEXO II]

Lista de Aditamentos dos Convênios de Arrecadação dos Novos Municípios



ANEXO IV
Modelo de Fatura de Energia

A collection of handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom right of the page. There are approximately six distinct marks, including a large stylized signature, a smaller signature, and several sets of initials.

GILBERTO CARLOS FERREIRA
R MANOEL FERREIRA ESPINDOLA 91
DONA EUZEBIA / MG

Classe: COMERCIO Monofásica
Relatório: 10-005-010-1810
Nº do Medidor: 379200

Referência: MAR/2005



CNPJ: 06.940.888/0001-01
Nota Fiscal e Conta de Energia Elétrica
Nº 1302342 2º Via

1500 32 0190

IMPORTANTE

PAGANDO SUA CONTA EM DIA, VOCÊ ENHA:

- ECONOMIA DE MULTA DE 2% MAIS JUROS DE 1% AO MÊS
- CORTA NO FORNECIMENTO DE ENERGIA
- CUSTO DA REGULAÇÃO NORMAL DE R\$ 3,00
- TRANSFERÊNCIAS

RESERVAÇÃO DO PISO: 7205 1.10 8.77 2800 0000 4321 0502 0001

INFORMAÇÕES DE QUALIDADE (continua)			DONA EUZEBIA	
	LIMITES DA ANEEL	AFURADO	LIMITE DE TENSÃO (V)	
DEC	4.2	1.09	NOMINAL	127
FEC	4.5	2.13	CONTRATADA	
DEC	20.0	0.37	LIMITE INFERIOR	113
FEC	24.0	1.03	LIMITE SUPERIOR	139
DEC	10.0	0.18		

DEC: varia a tensão que chega em sua casa com energia FEC: varia a tensão que a rede leva para a sua casa. O valor que aparece aqui é o limite de variação da tensão que chega em sua casa. O valor que aparece aqui é o limite de variação da tensão que chega em sua casa.

DADOS DO CLIENTE

Conta referente a

Apresentação

GILBERTO CARLOS FERREIRA

MAR/2005

21/03/2005

R MANOEL FERREIRA ESPINDOLA 91

Data da próxima leitura

DONA EUZEBIA

15/04/2005

HISTÓRICO DE CONSUMO KWh

FATURAS EM ATRASO

FEV/2005	211
JAN/2005	281
DEZ/2004	203
NOV/2004	213
OCT/2004	212
SET/2004	159
AGO/2004	152
JUL/2004	143
JUN/2004	96
MAY/2004	172
ABR/2004	123
MAR/2004	235
MÉDIA DOS 12 MESES ANTERIORES	
203 KWh	

FATURAS
VENCIDAS PAGAS,
OBRIGADO!

ATENÇÃO

SEGUNDA VIA DE CONTA

LEITURA CONFIRMADA

CÁLCULO DE CONSUMO

ANTERIOR		ATUAL		Consumo Dia
DATA	LEITURA	DATA	LEITURA	
16/02/05	9304	16/03/05	9594	1
				210,28

DEMONSTRATIVO

Valor (R\$)

FORNECIMENTO DE ENERGIA		71,81
210 X 0,34174		
IMPOSTOS E ENCARGOS		
EDF 210 X 0,00670		1,40
CONTRIBUIÇÃO ILUM PÚBLICA		0,16
JULHAS DE AGORA 02/2005		0,05
MULTA 02/2005		1,37
MULTA ENERGIADA 02/2005		0,03
TOTAL (Base de Cálculo R\$ 99,50 Adicional 18,00%)		16,23

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

11/04/2005

R\$ 101,89



VENCIMENTO: 11/04/2005
TOTAL A PAGAR: R\$ 101,89
MATERIAL: 3200 2000 00 00

GILBERTO CARLOS FERREIRA
R MANOEL FERREIRA ESPINDOLA 91
DONA EUZEBIA / MG



PAULO CESAR DE ABREU DIAS
RUA BARBOSA MOREIRA 322
NOVA FRIBURGO / RJ

Classe: INDUSTRIAL Típica
Roteiro: 10-250-764-6080
Nº do Medidor: 52148

Referência: MAR/2005



CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA
Nº da Conta: 0000 32 0190
Data de Emissão: 15/04/2005

IMPORTANTE

- CONTRIBUIÇÃO DE MULTA DE 2% MAIS JUROS DE 1% AO MÊS
- CORTES NO FORNECIMENTO DE ENERGIA
- CUSTO DA REGULAÇÃO NORMAL DE 1% AO MÊS
- TRANSFERÊNCIAS

RESERVAÇÃO AO FISCAL
0545.0826.0405 6041.1017.8751 4582 6131

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

→ 2/105515-1

CANAL DE CONTATO

LIMITES DA AMPLA	AMPLADO	LIMITE DE TENSÃO (V)
REC	0.0	NOMINAL
PEC	2.5	CONTRATADA
RIC	20.0	LIMITE INFERIOR
FIC	18.0	LIMITE SUPERIOR
DMC	11.0	231

REC: Limite de tensão de rede elétrica em relação ao ponto de entrega da energia elétrica. REC: Limite de tensão de rede elétrica em relação ao ponto de entrega da energia elétrica. REC: Limite de tensão de rede elétrica em relação ao ponto de entrega da energia elétrica.

DADOS DO CLIENTE

PAULO CESAR DE ABREU DIAS

Conta referente a

MAR/2005

Apresentação

22/03/2005

RUA BARBOSA MOREIRA 322

Data da próxima fatura

15/04/2005

NOVA FRIBURGO

CNPJ 0094518917977

HISTÓRICO DE CONSUMO - kWh

Período	Consumo (kWh)
01/01/05	1.50
02/01/05	1.50
03/01/05	1.50
04/01/05	1.50
05/01/05	1.50
06/01/05	1.50
07/01/05	1.50
08/01/05	1.50
09/01/05	1.50
10/01/05	1.50
11/01/05	1.50
12/01/05	1.50
01/02/05	1.50
02/02/05	1.50
03/02/05	1.50
04/02/05	1.50
05/02/05	1.50
06/02/05	1.50
07/02/05	1.50
08/02/05	1.50
09/02/05	1.50
10/02/05	1.50
11/02/05	1.50
12/02/05	1.50
01/03/05	1.50
02/03/05	1.50
03/03/05	1.50
04/03/05	1.50
05/03/05	1.50
06/03/05	1.50
07/03/05	1.50
08/03/05	1.50
09/03/05	1.50
10/03/05	1.50
11/03/05	1.50
12/03/05	1.50
01/04/05	1.50

FATURAS EM ATRASO

FATURAS
VENCIDAS PAGAS.
OBRIGADO!

CÁLCULO DE CONSUMO

ANTERIOR	ATUAL
Data	Leitura
16/02/05	71603
15/03/05	71829
	226

DEMONSTRATIVO

Valor (R\$)
FORNECIMENTO DE ENERGIA
75 X 0.31784
71.51
ECF: 225 X 0.0070
1.58
CONTRIBUIÇÃO LUM. PÚBLICA
3.73
JUROS DE MORA 02/2005
0.31
MULTA 02/2005
1.76
IMPOSTO DE RENDAS (IR)
0.03
TOTAL (Base de Cálculo R\$ 80.12 Alíquota 18.06%)
17.12

ATENÇÃO

- LIGAR PARA 115

SEGUIR VIA DE CONTATO

VENCIMENTO

04/04/2005

TOTAL A PAGAR

R\$ 100,90



PAULO CESAR DE ABREU DIAS

Roteiro: 10-250-764-6080

83680007001-6 00900010000-3 01055152005-8 09202500019-4



VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR	DATA DE PAGAMENTO
04/04/05	R\$ 100,90	10/04/05 00:00

[illegible]

1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 26

© 2004 Blackwell Publishing Ltd *Journal of Internal Medicine* 255: 105–112

→ 4/97815-5

- ## CANAL DE CONTATO

Environ Biol Fish (2015) 98:1011–1020

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

ಇದರಲ್ಲಿ ಇನ್ನೂ ಉಳಿದಿರುವ ೩ ಗ್ರಂಥಗಳ ಪರಿಶೋಧನೆಗೆ ಓದೋದರೂ ಬ

සමස්ත: 25 ප්‍රවෘත්ති/විවරණයන් සහිත 00'45" දිග 6" ඡායාරූපය.

የጥያቄው ስራ ለማጠናቀቅ የሚያስፈልጉትን ሰነዶች ይጻፉ፡

የፌዴራል ፖሊስ ማህተም ማረጋገጫ ማረጋገጫ ማረጋገጫ

မုလဒ်အကျဉ်းချုပ်

Amplification & Sequencing of cDNA Libraries

Արտօրուհի

1970-2005

Data da próxima leitura

18/CV/2005

PATUNAS EM ATRASO

FATURAS
VENÇIDAS PAGAS,
OBRIGADO!

CÁLCULO DE CONSUMO

DEMONSTRATIVO

Value :P3;

FORNECIMENTO DE ENERGIA

2010 10 27

NOTES AND CORRECTIONS

CONTRIBUTOR GUIDELINES

ANOS DE M2,9A 017205

የሚሰጠው የጥራት ምርመራ

1515 (Euzer de Caspale RF 43,77 / Algodon 17.00%)

TOTAL: A NAGAR

B\$ 15.79

M^a ANUCIADA DE A. SABINO SILVA

Kontakt, 11-043-300-8300

83650000000-2 15790007000 2 00978152005-2 03S00005019-4



Companhia Saneamento de Pernambuco
 S/A
 Avenida da Liberdade, 1111
 Recife, PE 50050-000



Endereço: Rua da Liberdade, 1111
 Recife, PE 50050-000
 Telefone: (0800) 79 0100

Endereço: Rua da Liberdade, 1111
 Recife, PE 50050-000
 Telefone: (0800) 79 0100

0800 79 0100

IMPORTANTE

- PAGANDO SUA CONTA EM DIA, VOCE EVITA:**
- CONTAGEM DE MULTA DE 2% MAIS JUROS DE 1% AO MÊS
 - DORTES NO FORNECIMENTO DE ENERGIA
 - CUSTO DA REGULAÇÃO NORMAL DE R\$ 2,00
 - TRANSTORNOS

Nº DE CONTADOR DO FISCAL 740669733042 6102b n142.0008 2ad8

NOMINAIS DE TENSÃO - CONTINUA			Sinalado	
	LIMITE NA ANEEL	APURADO	LIMITE DE TENSÃO EM	
DEC	52	3,25	NOMINAL	127
100	52	3,25	100	127
150	52	3,25	150	127
200	52	3,25	200	127

Indicação para Data Estimada:

31/03/2005

31/03/2005

31/03/2005

31/03/2005

31/03/2005

31/03/2005

31/03/2005

31/03/2005

DADOS DO CLIENTE

EDIVALDO PINTO DA FONSECA

TV RAO JOSE 170

540020

Conta referente a

EDIVALDO PINTO DA FONSECA

RESUMO DA CONTA

DATA	VALOR	DEBITO	CREDITO	Saldo
31/03/2005	2621	1	704	26

Valor (R\$)

HISTÓRICO DE CONSUMO - KWh

PERÍODO	CONSUMO
01/01/2005	12,11
01/02/2005	12,11
01/03/2005	12,11
01/04/2005	12,11
01/05/2005	12,11
01/06/2005	12,11
01/07/2005	12,11
01/08/2005	12,11
01/09/2005	12,11
01/10/2005	12,11
01/11/2005	12,11
01/12/2005	12,11
01/01/2006	12,11

DATA DE VENCIMENTO
31/03/2005

VENCIMENTO TOTAL A PAGAR

31/03/2005 R\$ 21,54



EDIVALDO PINTO DA FONSECA

Roteiro: 10-195-530-3370

83610000000-0 215-10040000-3 0426992005-5 0300000018-7

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR	VALOR A PAGAR
31/03/2005	R\$ 21,54	R\$ 21,54



[Handwritten signatures and marks]

MOISES RODRIGUES DOS SANTOS
RUA IVANEZ ROCHA 18
CAJAZEIRAS - AG. CAJAZEIRAS - PB

Classe: RESIDENCIAL BR Monofase
Roteiro: 01-212-210-3505
Nº do Medidor: 03670000003-0
Referência: MAR/2005



0800 83 0196

IMPORTANTE

- PAGANDO SUA CONTA EM DIA, VOCE EVITA:
- COBRANÇA DE MULTA DE 2% MAIS JUROS DE 1% AO MES
 - CORTE NO FORNECIMENTO DE ENERGIA
 - CUSTO DA RECONEXÃO NORMAL DE R\$ 2,00
 - TRANSFERÊNCIAS

RESERVADO AO FISCO

DECE 17/03 11061,00-6 815e 27ec dcbx 7775

APRESENTAÇÃO DE QUALIDADE - URBANO CAJAZEIRAS URBANO

	1 SAELPA DA REDE	APURAÇÃO	LIMITE DE TENSÃO (V)
DEC	9,9	1,75	NORMAL
FEC	8,7	1,22	CONTRATADA 220
DIC	22,0	0,55	LIMITE INFERIOR 201
FIC	12,0	1,00	LIMITE SUPERIOR 226
DMC	11,0	0,65	

De acordo com a Resolução Normativa nº 11, de 15/03/2004, que dispõe sobre a qualidade da energia elétrica fornecida ao consumidor, a SAELPA, em conformidade com a Resolução Normativa nº 11, de 15/03/2004, apresenta os dados de qualidade da energia elétrica fornecida ao consumidor, conforme apresentado no quadro abaixo.

DADOS DO CLIENTE	Conta referente a	Apresentação
MOISES RODRIGUES DOS SANTOS	MAR/2005	28/03/2005

RUA IVANEZ ROCHA 18

Data da próxima leitura

CAJAZEIRAS - AG. CAJAZEIRAS
CONSUMIDOR 03670000003-0

18/04/2005

HISTÓRICO DE CONSUMO KWh FATURAS EM ATRASO

FEB/2005	15		
MAR/2005	15		
ABR/2005	48		
MAY/2005	36		
JUN/2005	30		
JUL/2005	34	04/04/2005	12,50
AGO/2005	10		
SET/2005	2		
OCT/2005	1		
NOV/2005	5		
DEZ/2005	5		
JAN/2006	25		
JULIA DOS 3 MESES ANTERIORES	31 KWh		

ATENÇÃO

A SAELPA, em conformidade com a Resolução Normativa nº 11, de 15/03/2004, que dispõe sobre a qualidade da energia elétrica fornecida ao consumidor, apresenta os dados de qualidade da energia elétrica fornecida ao consumidor, conforme apresentado no quadro abaixo.

5/1133079-2

CANAL DE CONTATO

Prezados(as) Consumidor(es),

Informamos que o SERVIÇO PAGUE DO BRASIL LIGAÇÃO MAIS RÁPIDA E FÁCIL DE PAGAR A CONTA DA SAELPA, através da utilização das contas de crédito e débito da SAELPA.

Cabe a todos os consumidores pagar a sua conta de energia elétrica, no prazo de 10 dias, para o pagamento.

Atenciosamente, a SAELPA e a concessionária

CÁLCULO DE CONSUMO

ANTERIOR	ATUAL	Constante	Consumo (Kwh)
Data	Leitura	Data	Leitura
18/02/05	506	17/03/05	526
			1
			18 29

DEMONSTRATIVO

FURNECIMENTO DE ENERGIA
CUSTO DE 0,5000 KWh/KWh

IMPOSTOS E ENCARGOS

MULTA 02/2005	0,00
MULTA 01/2005	0,00
JUROS DE MORA 02/2005	0,01
JUROS DE MORA 01/2005	0,00
JUROS DE MORA 01/2005	0,00

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

04/04/2005

R\$ 3,08



MOISES RODRIGUES DOS SANTOS

Roteiro: 01-212-210-3505

03670000003-0 03060054000-4 11330792005-9 03400000003-1

TOTAL A PAGAR

RECEBUELA

R\$ 3,08

11/04/2005 02:12



ANEXO V
Modelos de Arquivos (item 7.2 (a))



DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	FLUXOGRAMA	POSICIONAMENTO	CONTENÚDO
HEADER				
CODIGO REGISTRO HEADER	A	1	01 A 01	'0' - HEADER
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	A	25	02 A 26	'FATURAMENTO CATAGUAZES'
LITERAL DO SERVIÇO	A	15	27 A 41	'FUNDO RECEBIVEL'
AGÊNCIA / CONTA / DAC	A	12	42 A 53	AAAACCCCCCCC
DATA DE GERAÇÃO DO ARQUIVO	A	8	54 A 61	AAAAAMDD
NÚMERO DO ARQUIVO	N	7	62 A 68	alinhado à direita com zeros a esquerda
BRANCOS	A	13	69 A 81	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL	N	9	82 A 90	SEQUENCIAL DENTRO DO ARQUIVO (INÍCIO C/ 1)
DETALHES				
CODIGO REGISTRO DETALHE	A	1	01 A 01	'1' - DETALHE
TIPO DO ARQUIVO	A	1	02 A 02	'1'
AGÊNCIA / CONTA / DAC	A	12	03 A 14	AAAACCCCCCCC
CODIGO DO MUNICÍPIO	N	3	15 A 17	
IDENTIFICAÇÃO DO CLIENTE	N	11	18 A 28	
DATA DE VENCIMENTO DA CONTA	A	8	29 A 36	AAAAAMDD
VALOR DA CONTA	N	13,2	37 A 51	alinhado à direita com zeros a esquerda
DATA DE EMISSÃO DA CONTA	A	8	52 A 59	AAAAAMDD
BRANCOS	A	22	60 A 81	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL	N	9	82 A 90	SEQUENCIAL DENTRO DO ARQUIVO
TRAILER				
CODIGO REGISTRO TRAILER	A	1	01 A 01	'9' - TRAILER
QUANTIDADE DE REGISTROS DETALHE	N	9	02 A 10	contar o Header e Trailer + alinhado à direita com zeros a esquerda
VALOR TOTAL DA AGÊNCIA/CONTA	N	13,2	11 A 25	alinhado à direita com zeros a esquerda
BRANCOS	A	56	26 A 81	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL	N	9	82 A 90	SEQUENCIAL DENTRO DO ARQUIVO

DESCRIÇÃO	FORMATO	TAMANHO	POSICÃO INÍCIO	POSICÃO FIM
HEADER				
CODIGO REGISTRO HEADER	A	1	01 A 01	'0' - HEADER
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	A	25	02 A 26	'1' LQUIDACOES CATAGUAZES'
LITERAL DO SERVIÇO	A	15	27 A 41	'FUNDO RECEBIVEL
AGENCIA / CONTA / DAC	A	12	42 A 53	AAAAACCCCCC
DATA DE GERAÇÃO DO ARQUIVO	A	8	54 A 61	AAAAAMDD
NUMERO DO ARQUIVO	N	7	62 A 68	
BRANCOS	A	13	69 A 81	BRANCOS
NUMERO SEQUENCIAL	N	9	82 A 90	SEQUENCIAL DENTRO DO ARQUIVO (INÍCIO C/ 1)
DETALHES				
CODIGO REGISTRO DETALHE	A		01 A 01	'1' - DETALHE
TIPO DO ARQUIVO	A	1	02 A 02	2
AGENCIA / CONTA / DAC	A	12	03 A 14	AAAAACCCCCC
CÓDIGO DO MUNICIPIO	N	3	15 A 17	
IDENTIFICAÇÃO DO CLIENTE	N	11	18 A 28	
DATA DE VENCIMENTO DA CONTA	A	8	29 A 36	
VALOR DA CONTA	N	13,2	37 A 51	alinhado à direita com zeros a esquerda
DATA DE PAGAMENTO	A	8	52 A 59	AAAAAMDD
CÓDIGO DO PAGAMENTO	A	2	60 A 61	
BRANCOS	A	20	62 A 81	
NUMERO SEQUENCIAL	N	9	82 A 90	SEQUENCIAL DENTRO DO ARQUIVO
TRAILER				
CODIGO REGISTRO TRAILER	A	1	01 A 01	'9' - TRAILER
QUANTIDADE DE REGISTROS DETALHE	N	9	02 A 10	sem contar o Header e Trailer - alinhado à direita com zeros a esquerda
VALOR TOTAL DA AGENCIA/CONTA	N	13,2	11 A 25	alinhado à direita com zeros a esquerda
BRANCOS	A	58	26 A 81	BRANCOS
NUMERO SEQUENCIAL	N	9	82 A 90	SEQUENCIAL DENTRO DO ARQUIVO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VI

SÚMULA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Data de Publicação: 10 de outubro de 2007

Relatório de Rating Preliminar

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa

Analistas: Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo, 55 (11) 3039-9743, jp_gil@standardandpoors.com; Leandro de Albuquerque, São Paulo, 55 (11) 3039-9729, leandro_albuquerque@standardandpoors.com

Este relatório preliminar baseia-se em informações obtidas até 10 de outubro de 2007 e não constitui uma recomendação de compra, manutenção ou venda de títulos. O rating atribuído é preliminar, uma vez que a documentação final, com seus respectivos suplementos, ainda não está disponível. A atribuição de um rating final está condicionada ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's. Quaisquer informações subseqüentes poderão resultar na atribuição de um rating diferente do preliminar. Até a data deste relatório, a Standard & Poor's ainda não havia recebido confirmação da anuência da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) com relação à cessão dos direitos creditórios subjacentes. Portanto, a confirmação do rating depende, entre outros, da obtenção de documento que comprove a anuência da ANEEL para o fluxo de recebíveis a ser cedido ao FIDC Energisa, bem como a confirmação de que o fluxo aprovado pela ANEEL está em compasso com o fluxo definido no termo de cessão do Fundo. Tal evento não invalida o contrato de cessão vinculado ao Fundo, mas pode permitir questionamentos por parte do órgão regulador que poderiam resultar em uma redução dos fluxos cedidos ao Fundo ou, até mesmo, em sua liquidação antecipada.

Ratings preliminares em 10 de outubro de 2007

Instrumento	Rating preliminar*	Montante preliminar (em milhões de R\$)	Vencimento final legal**
Cotas Seniores	brAAAf	150 (95%)	5 anos (60 meses) após a emissão
Cotas Subordinadas	Não Classificadas	7,9 (5%)	Não aplicável

* Os ratings atribuídos são preliminares e estão sujeitos a mudanças a qualquer momento.

**Como o veículo é um fundo, não há promessa de resgate de cotas no período de tempo especificado.

Perfil

Fundo: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa (FIDC Energisa)

Data prevista para o fechamento: Outubro de 2007

Garantia Subjacente: Direitos creditórios oriundos da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica a consumidores domiciliados em municípios selecionados.

Originador dos Direitos Creditórios: Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina (CFLCL), Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo (CENF), Companhia Energética da Borborema (CELB), Empresa Energética de Sergipe S.A. (ENERGIPE) e Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba (SAELPA)

Administrador do Fundo: INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

Custodiante, Agente de Centralização de Recebimentos e Agente Pagador: Banco Itaú S.A.

Fundamentos

A Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar 'brAAAf', em sua Escala Nacional Brasil, ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa (FIDC Energisa). Os ativos subjacentes (lastro) do Fundo são direitos creditórios cedidos pelas empresas (Cedentes) Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina (CFLCL; sem rating da S&P), Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo (CENF; sem rating da S&P), Companhia Energética da Borborema (CELB; sem rating da S&P), Empresa Energética de Sergipe S.A. (ENERGIPE; 'B+/Positiva/--') e Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba (SAELPA; 'B+/Positiva/--'), oriundos da prestação de serviços de

distribuição de energia elétrica a consumidores domiciliados em municípios selecionados, caixa e outros investimentos específicos.

O rating preliminar 'brAAAF' atribuído ao FIDC Energisa na Escala Nacional Brasil de classificação de fundos, expressa a qualidade geral de crédito do Fundo e baseia-se na abordagem de matriz de crédito derivada do histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's. O rating preliminar 'brAAAF' atribuído ao Fundo indica que os títulos em sua carteira fornecem proteção extremamente forte contra perdas advindas de inadimplência. O rating preliminar também reflete a qualidade dos recebíveis subjacentes, a proteção de crédito proporcionada pela sobrecolateralização (*overcollateralization*), subordinação das cotas e a adequação dos mecanismos de reforço de crédito ("*credit enhancement*") em diferentes cenários de estresse.

As amortizações das cotas seniores do FIDC Energisa permanecerão subordinadas à amortização final das cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Sistema Cataguazes-Leopoldina (FIDC I; rating preliminar 'brAAAF' atribuído pela Standard & Poor's às cotas seniores do Fundo), que está prevista para julho de 2008. Apesar da força do fluxo, uma possível liquidação antecipada do FIDC I resultaria na retenção de até 2,5x o Valor da Cessão Subordinada por Cada Cedente (VDCC – equivalente à soma da amortização do período, das despesas e encargos do Fundo e dos montantes necessários para se recompor a Reserva de Recursos) até a amortização total do FIDC I. O fluxo de amortização do FIDC Energisa prevê uma carência de 24 meses na amortização de principal do Fundo, de forma a permitir a manutenção de índices de sobrecolateralização adequados a sua categoria de rating durante sua coexistência com o FIDC I.

O FIDC Energisa será um condomínio fechado com prazo indeterminado. A primeira série de cotas terá um prazo de duração de cinco anos. O administrador do Fundo permitirá a aquisição de direitos creditórios com base em critérios de elegibilidade, conforme definido no regulamento do Fundo. O rendimento-alvo e o valor de face das cotas seniores serão pagos com o fluxo de caixa gerado pelos direitos creditórios, e por outros investimentos permitidos. As cotas subordinadas do Fundo, não classificadas pela Standard & Poor's, somente poderão ser amortizadas ou resgatadas após a amortização total das cotas seniores.

A Energisa S.A. (Energisa; sem rating da S&P) é uma empresa holding prestadora de serviços corporativos com participações em cinco distribuidoras de energia elétrica (Cedentes do Fundo). A Energisa encontra-se em processo de alienação de seus ativos de geração. O grupo atende a uma população de 6,5 milhões de pessoas, nos estados da Paraíba e Sergipe e em algumas regiões do Rio de Janeiro e Minas Gerais. A receita consolidada do grupo atingiu R\$ 2,3 bilhões em 2006, amparada por uma demanda consolidada de energia de aproximadamente 7.000 GWh.

A Standard & Poor's considera que o Poder Concedente, nas hipóteses de término antecipado da concessão das Cedentes, provavelmente deverá transferir as obrigações especificadas pela documentação da transação para qualquer concessionária futura que assuma as operações hoje conduzidas pelas Cedentes sob o regime da lei de concessões (inclusive na hipótese de o Poder Concedente assumir a responsabilidade direta pela prestação dos referidos serviços).

Nossa opinião é amparada pela estrutura de cessão dos direitos creditórios, aperfeiçoada por um "*true sale*", e pelo fato de que os recursos obtidos por meio dessa cessão deverão ser utilizados em benefício da concessão, sem comprometer a prestação dos serviços. É importante ressaltar-se que (i) não há norma legal expressa sobre a transferência dessas obrigações e (ii) não há manifestação da ANEEL a respeito da transferência dessas obrigações. Assim, em razão do exposto acima, a Standard & Poor's considera que a transação não dependerá da análise de performance das Cedentes, como normalmente acontece em transações similares de fluxo futuro, mas da força do fluxo de caixa e da garantia legal de continuidade do fornecimento de energia elétrica.

Pelo fato de as Cedentes operarem sob regime de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica, serviço este de titularidade do Governo Federal Brasileiro, na hipótese de término antecipado da concessão, observados os procedimentos definidos na legislação específica, o Poder Concedente (o Governo Federal), ou uma nova concessionária, assumiria a prestação do serviço público que era prestado pelas Cedentes, garantindo a continuidade do fornecimento de energia elétrica aos clientes das Cedentes. A Standard & Poor's acredita que, no caso de insolvência das Cedentes, a lei garantiria a continuidade do serviço público de energia prestado sob regime de concessão, seja por meio de uma outra concessionária ou diretamente pelo Poder Concedente.

Comparados aos títulos de renda fixa, os fundos de investimento não prometem pagamentos específicos de juros ou de principal aos investidores (cotistas do Fundo). Portanto, cada cotista

espera receber apenas um retorno previsto sobre o investimento. As cotas seniores do FIDC Energisa terão uma rentabilidade-alvo equivalente a Taxa DI Over acrescida de um *spread* máximo de 1,4% (a ser definido em processo de *bookbuilding*). As cotas seniores emitidas pelo FIDC Energisa poderão ser vendidas para investidores qualificados, incluindo empresas, clientes de *private banking*, fundos de pensão, seguradoras, fundos de investimentos e instituições financeiras.

O rating de qualidade de crédito atribuído a um fundo avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira. Os ratings de qualidade de crédito, que variam de 'brAAAF' (nível mais elevado de proteção) a 'brCCCf' (nível mais baixo de proteção), baseiam-se na análise de fatores como a qualidade geral de crédito da carteira; os riscos relacionados às taxas de juros, à qualidade de crédito, à liquidez e à concentração, bem como ao risco cambial apresentados pelo fundo.

A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's é aplicada a emissores, seguradoras, contrapartes, intermediários e investidores que operam nos mercados financeiros brasileiros. Seus ratings de crédito e de emissão podem ser atribuídos a um emissor ou a um instrumento de crédito específico, respectivamente. Os ratings de crédito da Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos globais de rating da Standard & Poor's que, no entanto, são precedidos pelo prefixo 'br', indicando 'Brasil'. A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's apresenta uma estrutura exclusiva, desenvolvida para atender as necessidades dos mercados financeiros brasileiros e, portanto, não pode ser diretamente comparada com a escala global da Standard & Poor's ou com qualquer outra de suas escalas nacionais ou com aquelas de suas coligadas. Além disso, a Standard & Poor's atribui ratings de qualidade de crédito e de volatilidade a fundos de renda fixa e a outros tipos de carteiras de ativos de renda fixa.

Os serviços analíticos prestados pela Standard & Poor's Ratings Services são o resultado de atividades separadas, desenvolvidas de forma a preservar a independência e a objetividade das opiniões de rating. Os ratings representam uma opinião e não são declarações de fatos ou recomendações para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos para manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas durante o processo de atribuição de rating. Os ratings da Standard & Poor's baseiam-se em informações recebidas dos emissores ou obtidas de outras fontes de informações confiáveis. A Standard & Poor's não realiza processos de *due diligence* nem de auditoria e pode, eventualmente, utilizar informações financeiras não auditadas.

Principais Pontos Fortes, Fragilidades e Fatores Atenuantes

Pontos Fortes

Os principais pontos fortes observados na análise de crédito da estrutura são:

- A forte estrutura de fluxo de caixa e o excelente nível de sobrecolateralização (*overcollateralization*) calculado como a razão entre recebíveis futuros originados por meio da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica e as amortizações das cotas seniores. De acordo com a análise da Standard & Poor's, a média esperada dessa razão durante a vida do Fundo é de 8,9x em um cenário conservador. A Standard & Poor's considera esse nível suficiente para suportar diversos cenários de estresse, inclusive o de uma crise severa do setor de energia elétrica no País. Em um dos cenários de estresse aplicados, seria necessária uma queda 58% do fluxo de recebíveis cedidos antes que houvesse a necessidade de se utilizar a reserva de amortização do Fundo;
- A legislação brasileira que rege as concessões possui disposições adequadas para resguardar legalmente as distribuidoras nos casos de término antecipado da concessão. A Standard & Poor's acredita que a lei garante a continuidade da prestação do serviço público de energia elétrica por meio de outra concessionária ou mesmo pela prestação direta do serviço pelo Poder Concedente, no caso de insolvência das Cedentes;
- A opinião da Standard & Poor's de que a cessão dos direitos creditórios subjacentes, aperfeiçoada por um "*true sale*", e as obrigações especificadas pela documentação da transação deverão ser válidas não somente para as Cedentes, mas também para qualquer concessionária futura que assuma as operações administradas pelas Cedentes sob o regime da lei de concessões (inclusive na hipótese do Poder Concedente assumir a responsabilidade direta pela prestação dos referidos serviços);
- O mecanismo de reforço de crédito adicional por meio da subordinação de cotas no nível mínimo de 5% ("Razão de Garantia" de 105%) e a disponibilidade de uma conta reserva (Reserva de Recursos) cobrindo o pagamento de amortizações de cotas seniores somadas aos custos previstos para os próximos três meses de vida do Fundo;

- A boa qualidade da carteira de ativos subjacentes, amparada por uma base bastante diversificada de usuários de energia;
- Outros pontos fortes da estrutura, como a existência de Contas de Centralização de Recebimento (CCR) separadas, a venda perfeita e acabada dos direitos creditórios ao Fundo, e a possibilidade de o custodiante determinar ao agente de recebimento a retenção de dos fluxos provenientes dos direitos creditórios até 2,5x o valor do VDCC em determinados eventos de avaliação ou liquidação;
- A capacidade do administrador, do custodiante e do agente de recebimento como provedores desses serviços para o Fundo.

Fragilidade e Fatores Atenuantes

As principais fragilidades e os fatores atenuantes observados na análise de crédito da estrutura são:

- As amortizações das cotas seniores do FIDC Energisa permanecerão subordinadas às amortizações das cotas seniores do FIDC I até que este seja resgatado integralmente (o que está previsto para julho de 2008). O fluxo de amortização do FIDC Energisa prevê uma carência de 24 meses na amortização de principal do Fundo, de forma a permitir a manutenção de índices de sobrecolateralização adequados a sua categoria de rating durante sua coexistência com o FIDC I. Além disso, a posição de subordinação dos cotistas do FIDC Energisa em relação aos cotistas do FIDC I está claramente descrita na documentação da operação, destacando a possibilidade de mudanças no cronograma de amortização e resgate das cotas seniores do FIDC Energisa;
- Potencial de distração da receita. Entendemos que esse risco é bastante remoto, pois seria necessário que os habitantes dos municípios selecionados interrompessem o uso de energia elétrica. Como o Governo Federal detém a concessão exclusiva do serviço de distribuição de energia no Brasil, os usuários não têm escolha quanto ao uso dos serviços dos Cedentes;
- Um potencial ajuste negativo das contas de energia para o próximo calendário de revisão em 2008, relativo ao fator de produtividade determinado pela ANEEL, poderia reduzir o fluxo de recebíveis para a transação; Esse evento foi incorporado nos cenários de estresse aplicados ao fluxo de caixa do Fundo;
- A possibilidade de um novo racionamento generalizado de energia no Brasil e um ambiente regulatório ainda em evolução. De acordo com as previsões hidrológicas e de demanda preparadas pelo ONS ("Operador Nacional do Sistema Elétrico"), o Brasil necessita atrair investimentos médios da ordem de R\$ 10 bilhões por ano para adicionar 3,000 MW/ano de capacidade de geração de energia para evitar problemas na oferta de energia elétrica entre 2010 e 2012. As mudanças na estrutura regulatória efetuadas em 2004 surgiram para garantir um ambiente mais estável, que propiciasse investimentos e melhorasse a posição financeira de geradoras e de distribuidoras. A percepção da Standard & Poor's sobre o novo modelo é positiva. Acreditamos que as distribuidoras são mais reguladas, porém menos arriscadas, bem como que o ambiente comercial para as geradoras permanece justo, já que elas podem optar por vender sua energia no mercado regulado ou no mercado competitivo para Consumidores Livres (em acordos bilaterais). O principal risco, na visão da Standard & Poor's, seria o de uma diminuição no volume de energia gerada e consumida imposta pelo ONS a todos os agentes como consequência da previsão de um balanço energético – oferta versus demanda – muito apertado em um determinado ano. Acreditamos que os níveis de cobertura proporcionados pela sobrecolateralização no Fundo seriam suficientes para suportar uma possível redução de volume em um cenário de racionamento: nosso cenário de descontinuidade ("breakeven") indica que o FIDC Energisa poderia suportar uma diminuição de cerca de 60% em seu fluxo de direitos creditórios durante toda a vida da transação.

Descrição do FIDC Energisa

Características Gerais

O FIDC Energisa será um condomínio fechado com prazo indeterminado. A primeira série de cotas terá um prazo de duração de 60 meses. O Fundo comprará recebíveis originados pelas Cedentes oriundos da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica a consumidores de baixa tensão – grupo B – agrupamento de unidades consumidoras com fornecimento em tensão inferior a 2,3 quilovolts (kV) – domiciliados nos municípios selecionados.

O Fundo emitirá cotas em reais que receberão o suporte de: (a) direitos creditórios oriundos da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica a consumidores de baixa tensão domiciliados em municípios selecionados, e/ou; (b) outros instrumentos de renda fixa e caixa. O rendimento e o valor de face das cotas serão pagos pelo fluxo de caixa proveniente dos ativos subjacentes.

As cotas seniores serão amortizadas em 60 prestações mensais após a emissão das cotas do Fundo e um período de carência inicial de 24 meses para amortização de principal. As cotas subordinadas somente serão resgatadas após a amortização da totalidade das cotas seniores. Caso a razão entre o patrimônio líquido do Fundo e as cotas seniores (Razão de Garantia) exceda 105%, poderá ser solicitada a amortização parcial das cotas subordinadas por parte das cedentes, até o limite do volume excedente. A administradora deverá realizar o resgate desde que isso não acarrete o desenquadramento da Reserva de Recursos, e desde que não tenha ocorrido, nem esteja em curso, nenhum evento de avaliação ou liquidação do Fundo.

A tabela abaixo lista as empresas que fazem parte do grupo de Cedentes, seus respectivos municípios selecionados e a participação de cada um na emissão de cotas. É importante notar que não há solidariedade entre as Cedentes, cada uma delas é unicamente responsável por seu percentual de cessão.

Tabela 1 - Distribuidoras Cedidas e Municípios

Distribuidora	Municípios	Montante Emitted Cota Senior (R\$ MIL)	Montante Emitted Cota Sub. (R\$ MIL)	%
CFLCL	Cataguases Leopoldina Manhuaçu Muriaé	68,0	26	33,3%
CENF	Nova Friburgo	20,0	1,1	13,3%
CELO	Campina Grande	20,0	1,1	13,3%
Energipo	Araçaju	40,0	2,0	26,7%
Sualpa	Jatá Passoa	20,0	1,1	13,3%

O conjunto inicial de consumidores dos municípios selecionados representa os direitos creditórios que são vendidos ao FIDC I e ao FIDC Energisa (incondicionalmente e sob condição suspensiva).

Veja a Figura abaixo para uma descrição da estrutura do Fundo durante sua vida.

- Obtenção prévia de autorização da ANEEL para a cessão;
- Devem ser subordinados às obrigações do FIDC I.

Análise de Fluxo de Caixa do FIDC Energisa

Revisão Creditícia

O fluxo proveniente das Cedentes será utilizado para compor o VDCC. O VDCC será calculado pelo administrador do FIDC Energisa, e deverá ser igual à soma da amortização do período, das despesas e encargos do Fundo e dos montantes necessários para se recompor a Reserva de Recursos. Essa distribuição de recursos segue o uso e a destinação dos recursos da emissão das cotas seniores.

A Standard & Poor's realizou uma análise de fluxo de caixa baseada em um montante total de emissão de R\$ 150 milhões de cotas seniores. Como o Fundo terá uma remuneração alvo igual à taxa DI acrescida de um *spread* máximo de 1,4% a.a. (a ser definido em processo de *bookbuilding*), esse índice foi apropriadamente submetido a testes de estresse. Dentro dos cenários de estresse foram consideradas também despesas adicionais.

A análise de fluxo de caixa foi baseada nos seguintes fatores: (a) estresse de volume da energia elétrica vendida para os consumidores-alvo (b) congelamento de preços e (c) racionamento de energia durante a vida do Fundo.

A Standard & Poor's considerou diversos cenários de estresse o fluxo de caixa da transação, entre eles:

Análise de Cenários – Fluxo de receitas de geração

Cenário	Preço	Volume	Outras Premissas/ Comentários
Base	Preços (sem correção pelo IPCA)	Volume médio	5% de redução de volume por sazonalidade, 5% de redução de volume por perda de participação de mercado. Redução total de 10%.
Estresse 1	Igual ao cenário base	Volume ligeiramente menor	10% de redução de volume por sazonalidade, 10% de redução de volume por perda de participação de mercado. Redução total de 20%.
Estresse 2	Igual ao cenário base	Volume menor	10% de redução de volume por sazonalidade, 10% de redução de volume por perda de participação de mercado, e 10% de redução de volume em função do racionamento do sistema. Redução total de 30%.
Cenário de Descontinuidade	Igual ao cenário base	Volume mínimo	Fluxo mínimo necessário para o pagamento de todas as despesas do Fundo, com utilização das reservas. Redução total de 59,4%.

Risco de Descasamento de Taxas

Como há um descasamento entre o índice de reajuste das faturas e a taxa de rentabilidade-alvo do FIDC Energisa (CDI + taxa máxima de 1,4% a.a. a ser definida em processo de *bookbuilding*), o fluxo de caixa dos ativos do Fundo deve considerar esse risco. A análise de fluxo de caixa da Standard & Poor's conservadoramente não incorpora a correção dos fluxos pela inflação, portanto, acreditamos que a proteção creditícia fornecida pela sobrecolateralização (*overcollateralization*), subordinação e a Reserva de Recursos são suficientes para atenuar esse risco.

É importante destacar que, ao contrário do que acontece em instrumentos de dívida, um fundo não promete aos seus investidores (cotistas) o pagamento de principal ou juros em nenhuma data específica. Assim, cada cotista espera apenas receber uma remuneração alvo, que é somente uma meta e não uma promessa. Conseqüentemente, o rating atribuído pela Standard & Poor's ao FIDC Energisa avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira, e baseia-se na abordagem de matriz de crédito derivada do histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's, mas não avalia a capacidade do Fundo de pagar juros ou principal a seus cotistas nem riscos de mercado, como o risco de amortização antecipada de cotas aos investidores.

Fungibilidade

O risco de fungibilidade refere-se à possibilidade de os recebimentos serem fungíveis aos de outros recebíveis das Cedentes. Como todos os pagamentos das Distribuidoras Ceditas serão

recebidos diretamente pelo agente de recebimento e pagador (Banco Itaú) e, então, transferidos para o Fundo ou para as Cedentes (originadores), o risco de fungibilidade será efetivamente mitigado nessa transação.

Risco Cambial

Não há risco cambial para os cotistas, uma vez que as cotas são emitidas em reais e garantidas por recebíveis de crédito denominados em reais.

Eventos de Avaliação do FIDC Energisa

Qualquer um dos seguintes eventos será considerado um evento de avaliação, que, por sua vez, obrigará o Fundo a realizar uma Assembléia Geral de Cotistas para deliberar se o evento deve se transformar em um Evento de Liquidação e, portanto, se os procedimentos de liquidação do Fundo devem ou não ser iniciados. Ambos os Eventos de Avaliação e Liquidação permitem ao Fundo reter até 2,5x o VDCC nas CCRs (a menos que este seja retido no FIDC I, o que poderia gerar atrasos no fluxo de amortização do FIDC Energisa).

Os Eventos de Avaliação mais relevantes são:

- Caso a Razão de Garantia fique abaixo de 105% por mais de 2 dias úteis após qualquer Data de Verificação;
- Caso não sejam depositados pelas Cedentes nas respectivas CCRs os valores equivalentes ao VDCC por dois meses consecutivos ou quatro meses alternados;
- Caso o rating atribuído às cotas seniores do Fundo seja rebaixado mais de dois degraus;
- Caso ocorra qualquer evento de avaliação do FIDC I;
- Caso ocorra qualquer evento de revisão do Contrato de Cessão;
- Caso a Reserva de Recursos seja utilizada e não seja recomposta por um período superior a 30 dias.

Eventos de Liquidação do FIDC Energisa

Qualquer um dos seguintes eventos será considerado um evento de liquidação, que, por sua vez, obrigará o Fundo a: (1) informar os cotistas; (2) iniciar os procedimentos de liquidação do Fundo; e (3) convocar uma Assembléia Geral de Cotistas para que eles possam decidir se os procedimentos para liquidação antecipada devem ou não continuar.

Os Eventos de Liquidação mais relevantes são:

- Caso ocorra um evento de liquidação antecipada do FIDC I;
- Caso não sejam depositados nas CCRs de cada Cedente, em qualquer Período de Originação, valores que correspondam ao VDCC da respectiva Cedente;
- Caso qualquer empresa do grupo de Cedentes perca a concessão pública para distribuição de energia elétrica;
- Caso se inicie procedimento para dissolução e/ou liquidação, decretação de falência ou apresentação de pedido de autofalência por qualquer Cedente;
- Violação ou término de qualquer documento referente à transação;
- Decisão dos cotistas em Assembléia Geral de que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2007 pela The McGraw-Hill Companies, Inc. A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

ANEXO VII

RELATÓRIO DOS AUDITORES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



RISK ADVISORY SERVICES

Grupo Energisa

Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados
31 de Agosto de 2007

ADVISORY

AUDIT • TAX • ADVISORY

Este relatório foi elaborado a partir da base de dados e das demais informações fornecidas pelas Empresas integrantes do Grupo Energisa. É importante ressaltar que o comportamento passado da carteira de direitos creditórios cedidos ao Fundo não constitui garantia de que este venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. Este relatório não constitui garantia por parte da KPMG quanto a solvência, adimplemento, pontualidade ou qualidade da carteira de direitos creditórios cedidos ao Fundo. Nenhuma decisão de adquirir as quotas deverá ser tomada somente com base nas informações contidas no relatório. O conteúdo deste relatório deve ser cuidadosamente analisado, levando-se em consideração todas as informações contidas no Prospecto. Todos os termos utilizados neste relatório iniciados em maiúscula que não tenham sido aqui definidos terão o significado que lhes é atribuído no Prospecto de Distribuição Pública de Quotas Seniores do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Energisa.





KPMG Risk Advisory Services Ltda.
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Ao
Grupo Energisa
Rio de Janeiro - RJ

22 de outubro de 2007

Atenção: Sr. Cláudio Brandão Silveira

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para prestação de serviços, datada de 12 de fevereiro de 2007, apresentamos nossas constatações relativas à revisão especial da carteira de recebíveis das Empresas integrantes do Grupo Energisa, sendo estas: (i) Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina - CFLCL, (ii) Empresa Energética de Sergipe - ENERGEPIE, (iii) Sociedade Anônima de Eletrificação da Paralba - SAEPLA, (iv) Companhia Energética de Borborema - CELB e (v) Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF (em conjunto, as "Originadoras"). Tais recebíveis são representados por contratos de distribuição de energia elétrica entre as Originadoras e os Consumidores.

Nossos trabalhos foram efetuados em duas fases distintas:

A 1ª fase dos trabalhos compreendeu o período de 1º de março de 2004 a 28 de fevereiro de 2007, tendo como objetivo apresentar nossas constatações sobre a *performance* dos pagamentos dos consumidores dos municípios eleitos, bem como levantar informações sobre procedimentos operacionais e respectivos controles relacionados a faturamento, arrecadação e cobrança dos recebíveis.

A 2ª fase dos trabalhos compreendeu a atualização de nosso estudo, para o período de 1º de março a 31 de agosto de 2007, com o objetivo exclusivo de confirmar a manutenção das características de *performance* dos consumidores pertencentes aos municípios eleitos, observados na 1ª fase dos trabalhos.

KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça.

As informações apresentadas neste relatório para a 1ª e 2ª fase dos trabalhos foram elaboradas a partir da leitura de uma base de dados gerada pelas Originadoras, para o período compreendido entre 1º de março de 2004 e 28 de fevereiro de 2007 (1ª fase) e entre 1º de março e 31 de agosto de 2007 (2ª fase). Indicamos ainda neste relatório as fontes das demais informações apresentadas.

Não empreendemos nenhum trabalho adicional para estabelecer a confiabilidade nos dados disponibilizados, além dos procedimentos indicados neste relatório. Nossos trabalhos foram executados no período de 5 de março a 17 de outubro de 2007 e basearam-se no sistema de controles internos vigente durante a execução de nossos trabalhos. Conforme acordado com V.Sas., não foi julgada necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório.

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria, executada conforme normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Os procedimentos por nós realizados foram definidos com representantes do Grupo Energisa e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às suas necessidades.

Agradecemos o apoio da gerência das Empresas integrantes do Grupo Energisa no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,


Ricardo Anhesini Souza
Sócio

KPMG Risk Advisory Services Ltda. is a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International, a Swiss cooperative.


Pedro Vitor Zago
Diretor

Conteúdo

Os contatos na KPMG em relação a este relatório são:

Ricardo Anhesini Souza
Sócio
Tel.: 55 (11) 2183-3141
Fax: 55 (11) 2183-3001
rsouza@kpmg.com.br

Pedro Vitor Zago
Diretor
Tel.: 55 (11) 2183-3290
Fax: 55 (11) 2183-3001
pzago@kpmg.com.br

Descrição	Página
Objetivos do Trabalho e Base para Preparação das Informações	4
Descrição dos Procedimentos Realizados - 1ª Fase	5
Descrição dos Procedimentos Realizados - 2ª Fase	5
Apresentação da Carteira de Recebíveis - 1ª fase	7
Apresentação da Carteira de Recebíveis - 2ª fase	24
Conciliação da Base de Dados	38
Descrição dos Procedimentos para Faturamento e Cobrança dos Recebíveis	40
Anexos	44



Objetivos do Trabalho e Base para Preparação das Informações

Objetivos do Trabalho

De acordo com informações fornecidas por representantes do Grupo Energisa, a execução dos procedimentos pré-acordados, objeto de nossa contratação, atenderá aos seguintes principais objetivos:

- Confirmar, por meio de recálculo e verificação, os dados relativos à distribuição e à *performance* de pagamentos por parte dos Consumidores Eleitos, conforme definido adiante, das Originadoras.
- Levantar os fluxos de originação e cobrança desses recebíveis e identificar os respectivos controles e sua aderência às políticas estabelecidas internamente por meio de testes por amostragem.

Base para Preparação

- As informações contidas neste relatório, relativas às características demográficas dos recebíveis e de sua *performance* de pagamentos, foram executadas em duas fases distintas, por meio da leitura e da compilação de bases de dados fornecidas pela área de Tecnologia do Grupo Energisa. A primeira fase dos trabalhos – Fase 1 – compreendeu os recebíveis gerados no período de 36 meses, entre 1º de março de 2004 e 28 de fevereiro de 2007. A segunda fase dos trabalhos – Fase 2 – compreendeu o período de 1º de março a 31 de agosto de 2007, e teve como objetivo evidenciar a manutenção das características dos recebíveis, observadas na Fase 1 dos trabalhos.
- Para mensurar a *performance* de pagamentos por parte dos Consumidores eleitos, foram definidos, em comum acordo com representantes das Originadoras, critérios para a apuração dos percentuais de inadimplência no pagamento de Faturas de Energia por parte dos Consumidores, que representariam indicativos de desempenho, sendo estes:
 - *Aging* de pagamentos: o *aging* de pagamentos apresenta os recebimentos ocorridos, bem como os volumes financeiros vencidos e não liquidados, ambos segregados por faixas de prazos. Esse prazo de recebimento considera a diferença entre a data de vencimento da fatura e a data de pagamento pelo Consumidor.
 - Matriz Triangular: apresenta o percentual de inadimplência da carteira de recebíveis em ciclos quinzenais, considerando-se as faturas vencidas em cada ciclo e o seu efetivo pagamento dentro do respectivo ciclo.
- Conforme solicitação de representantes das Originadoras, foram elaboradas informações sobre os volumes financeiros arrecadados relativas ao período de competência do valor arrecadado aos meios de pagamento utilizados pelos Consumidores e aos principais agentes arrecadadores para as Faturas de Energia originadas no período sob análise para os municípios eleitos.
- As informações contidas neste relatório, relativas às políticas, aos procedimentos e controles de contratação de serviços, faturamento e cobrança dos recebíveis, foram obtidas por meio de procedimentos de investigação aos responsáveis pelas áreas de Faturamento, Arrecadação e Cobrança das Originadoras, bem como de observação dos fluxos de originação executados com base em testes por amostragem, e tomaram por base os controles vigentes durante a realização de nossos trabalhos.



Descrição dos Procedimentos Realizados

Os procedimentos pré-acordados que constituíram o escopo de nossos trabalhos e as referências para as devidas informações apresentadas neste relatório estão apresentados a seguir:

Descrição do Procedimento	Referência Interna
1ª fase dos trabalhos	Tabela 2.1
<ul style="list-style-type: none">Identificação do Faturamento sujeito à Securitização para o período compreendido entre 1º de março de 2004 e 31 de agosto de 2007.	
2ª fase dos trabalhos	
<ul style="list-style-type: none">Recálculo das seguintes informações relativas aos Consumidores com as características acima elencadas:<ul style="list-style-type: none">Distribuição mensal do volume financeiro faturado e quantidade de Faturas de Energia emitidas.Distribuição mensal do volume financeiro faturado por município.Representação gráfica do volume financeiro faturado por classe de consumo.Média de faturamento mensal por Consumidor para os municípios eleitos.Distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos em prazos, na data-base 28 de fevereiro de 2007.Matriz triangular apresentando o percentual de inadimplência da carteira em ciclos quinzenais, considerando-se as parcelas vincendas em cada ciclo e o seu efetivo pagamento.Apuração dos pagamentos mensais por meio de pagamento utilizado.Apuração dos pagamentos mensais para os principais agentes arrecadores.Identificação do fluxo de recebimentos mensais para os últimos 12 meses contendo os respectivos períodos de competência dos faturamentos.Comparativo do faturamento unitário com aumentos tarifários.	<div>Tabela 2.2</div> <div>Tabela 2.3 e Gráfico 2.1 e Gráfico 2.2</div> <div>Gráfico 2.3</div> <div>Tabela 2.4 e Tabela 2.5</div> <div>Tabela 2.6</div> <div>Tabela 2.7, Gráfico 2.4, Gráfico 2.5 e Gráfico 2.6</div> <div>Tabela 2.8</div> <div>Tabela 2.9</div> <div>Tabela 2.10</div> <div>Tabela 2.11</div>
2ª fase dos trabalhos	
<ul style="list-style-type: none">Recálculo das seguintes informações relativas aos Consumidores com as características acima elencadas:<ul style="list-style-type: none">Distribuição mensal do volume financeiro faturado e quantidade de Faturas de Energia emitidas.Distribuição mensal do volume financeiro faturado por município.Representação gráfica do volume financeiro faturado por classe de consumo.Média de faturamento mensal por Consumidor para os municípios eleitos.Distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos em prazos, na data-base 31 de agosto de 2007.Matriz triangular apresentando o percentual de inadimplência da carteira em ciclos quinzenais, considerando-se as parcelas vincendas em cada ciclo e o seu efetivo pagamento.Apuração dos pagamentos mensais por meio de pagamento utilizado.Apuração dos pagamentos mensais para os principais agentes arrecadores.Reconciliação dos arquivos fornecidos pela área de Tecnologia das Originadoras, com os respectivos saldos contábeis de cada uma das Originadoras, realizada com base em amostragens.Levantamento dos procedimentos para contratação e faturamento com os Consumidores das Originadoras e levantamento dos procedimentos para cobrança de Consumidores inadimplentes.	<div>Tabela 3.2</div> <div>Tabela 3.3 e Gráfico 3.1 e Gráfico 3.2</div> <div>Gráfico 3.3</div> <div>Tabela 3.4 e Tabela 3.5</div> <div>Tabela 3.6</div> <div>Tabela 3.7, Gráfico 3.4, Gráfico 3.5 e Gráfico 3.6</div> <div>Tabela 3.8</div> <div>Tabela 3.9</div> <div>Tabela 3.12</div> <div>Seção 3</div>



Apresentação da Carteira de Recebíveis

Tabela 2.1 - Segmentação por Originadoras e Município Eleito

Descrição	Fase 1		Fase 2		Total	
	R\$(000)	%	R\$(000)	%	R\$(000)	%
Total da Base de Dados disponibilizada	5.340.336	100,0%	1.114.448	100,0%	6.454.784	100,0%
Consumidores excluídos para fins de nossas análises *	3.440.549	64,4%	771.878	69,3%	4.212.427	65,3%
Distribuição por Município Eleito	1.899.787	35,6%	342.569	30,7%	2.242.356	34,7%
João Pessoa	566.057	29,8%	119.825	35,0%	685.882	30,6%
Aracajú	540.762	28,5%	90.712	26,5%	631.474	28,2%
Nova Friburgo	274.516	14,4%	43.456	12,7%	317.972	14,2%
Campina Grande	230.177	12,1%	35.472	10,4%	265.649	11,8%
Muriae	101.477	5,3%	19.447	5,7%	120.924	5,4%
Cataguazes	81.292	4,3%	13.156	3,8%	94.448	4,2%
Manhuaçu	57.876	3,0%	11.398	3,3%	69.274	3,1%
Leopoldina	47.631	2,5%	9.104	2,7%	56.735	2,5%
Consumidores Eleitos **	1.899.788	100,0%	342.569	100,0%	2.242.357	100,0%
Período sob Análise	01/03/2004 a 28/02/2007		01/03/2007 a 31/08/2007			
Quantidade Total de Clientes	728.442		709.992			
Quantidade Total de Faturas de Energia	23.538.525		4.175.101			
Ticket Médio Mensal das Faturas de Energia	R\$ 80,71		R\$ 82,05			

• De acordo com critérios definidos pelo Grupo Estruturador da operação, foram selecionados para análise: (i) consumidores pertencentes aos "Município Eleitos" acima listados; (ii) não pertencentes à classe de consumo "Rural", de acordo com critérios internos da Originadoras; (iii) não usuário de tarifa "Alta Tensão", também de acordo com critérios internos das Originadoras e do Regulador. Os consumidores não identificados com tais características, foram excluídos desta base de dados, para fins das análises apresentadas a seguir. Compreende o faturamento (i) dos demais municípios atendidos pelas Originadoras; (ii) Consumidores usuários de Tarifa de "Alta Tensão"; e (iii) Consumidores classificados como segmento de consumo "Rural".

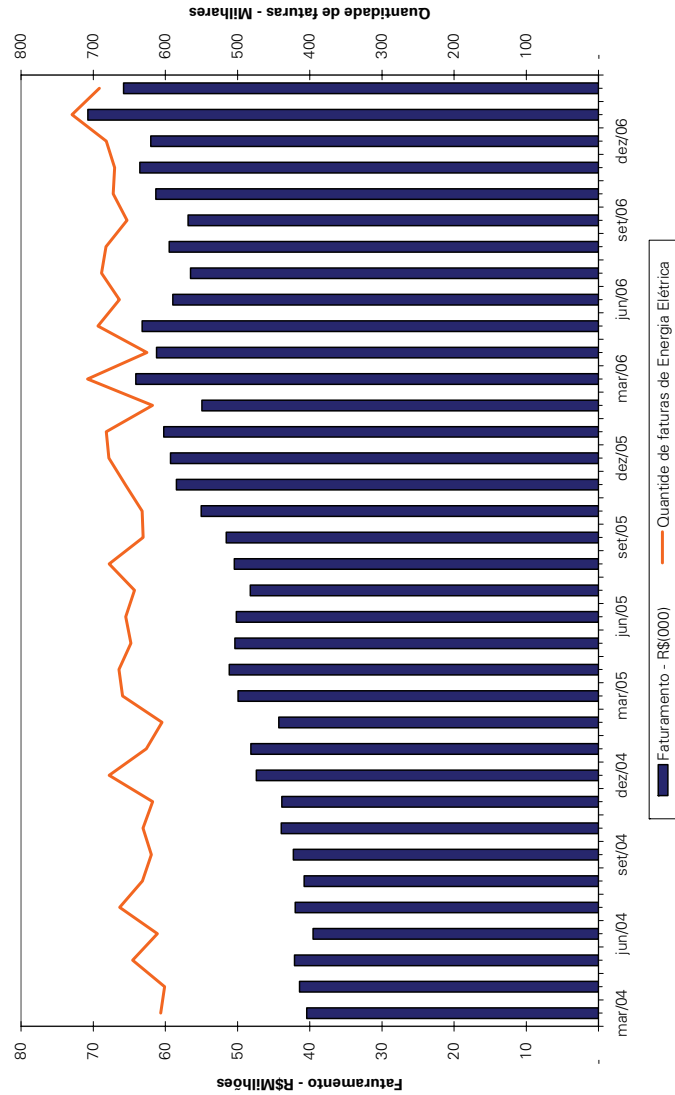
** O saldo relativo a consumidores eleitos inclui consumidores com pagamentos via "Boleto Bancário" e faturamento decorrente de "Consumo Próprio". Tais recebíveis representam 5,2% do Total do Faturamento sob análise na Fase 1. Adicionalmente, os consumidores pertencentes à classe de consumo "Rural", de acordo com a leitura da base de dados, representam 1,5% do faturamento sob análise, também apurada para a Fase 1



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 1ª Fase

Tabela 2.2 - Faturamento Mensal Analisado e Quantidade de Faturas de Energia Emitidas

Período	Faturamento - R\$(000)	Quantidade de Faturas de Energia Elétrica
mar/04	40.415	606.548
abr/04	41.410	601.139
mai/04	42.111	645.387
jun/04	39.541	611.079
jul/04	42.005	663.240
ago/04	40.768	631.758
set/04	42.261	619.469
out/04	43.950	630.877
nov/04	43.860	617.487
dez/04	47.416	678.018
jan/05	48.155	626.296
fev/05	44.281	604.554
mar/05	49.945	659.370
abr/05	51.136	664.223
mai/05	50.381	647.632
jun/05	50.166	654.979
jul/05	48.239	642.745
ago/05	50.450	677.945
set/05	51.573	630.766
out/05	55.041	632.288
nov/05	58.475	655.356
dez/05	59.290	678.322
jan/06	60.241	681.875
fev/06	54.951	617.807
mar/06	64.096	707.883
abr/06	61.213	625.597
mai/06	63.230	693.409
jun/06	58.974	663.640
jul/06	56.524	688.588
ago/06	59.453	682.262
set/06	56.864	653.064
out/06	61.303	672.211
nov/06	63.538	670.272
dez/06	62.020	681.814
jan/07	70.730	729.229
fev/07	65.780	691.396
Total	1.899.787	23.538.525



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 24788 KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 1ª Fase

Tabela 2.3 - Evolução Mensal do Faturamento por Município Eleito

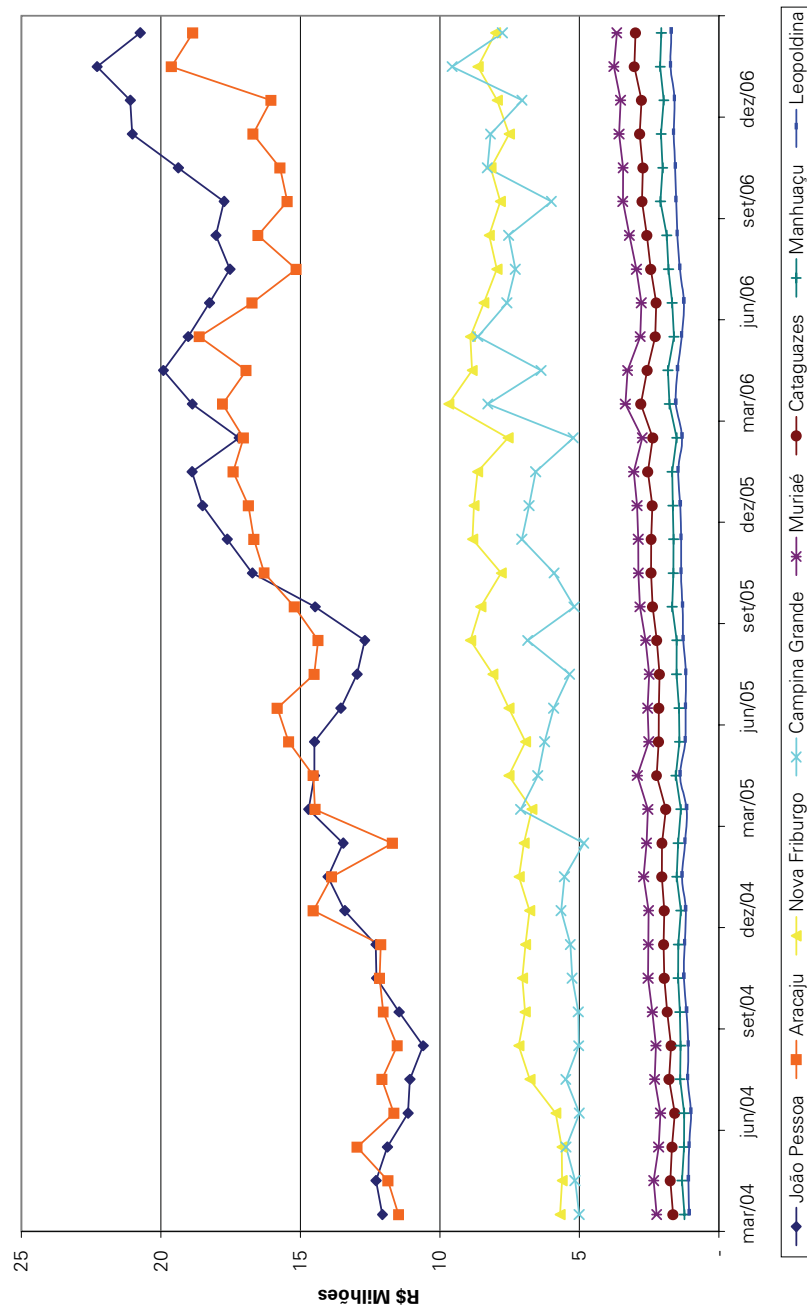
Período	João Pessoa			Aracaju			Nova Friburgo			Campina Grande			Muriaé			Cataguazes			Manhuaçu			Leopoldina		
	R\$(000)	Qtde. de Faturas de Energia Elétrica	R\$(000)	Qtde. de Faturas de Energia Elétrica	R\$(000)	Qtde. de Faturas de Energia Elétrica	R\$(000)	Qtde. de Faturas de Energia Elétrica	R\$(000)	Qtde. de Faturas de Energia Elétrica	R\$(000)	Qtde. de Faturas de Energia Elétrica	R\$(000)	Qtde. de Faturas de Energia Elétrica	R\$(000)	Qtde. de Faturas de Energia Elétrica	R\$(000)	Qtde. de Faturas de Energia Elétrica	R\$(000)	Qtde. de Faturas de Energia Elétrica	R\$(000)	Qtde. de Faturas de Energia Elétrica	R\$(000)	Qtde. de Faturas de Energia Elétrica
mar/04	12.056	186.400	11.480	151.759	5.687	79.976	5.015	97.529	2.230	31.523	1.645	22.934	1.240	20.491	1.062	15.936								
abr/04	12.284	186.290	11.859	148.508	5.619	76.465	5.155	98.557	2.334	31.790	1.741	22.909	1.325	20.931	1.092	15.689								
mai/04	11.880	203.928	12.965	157.203	5.622	80.245	5.480	109.824	2.160	32.682	1.681	23.856	1.255	21.029	1.068	16.620								
jun/04	11.136	187.542	11.644	149.250	5.843	80.460	5.004	99.329	2.092	32.827	1.573	23.905	1.243	21.120	1.005	16.646								
jul/04	11.075	212.758	12.072	157.876	6.776	80.715	5.489	117.176	2.305	32.898	1.785	23.962	1.388	21.201	1.114	16.654								
ago/04	10.600	196.698	11.529	153.930	7.169	80.868	5.030	105.342	2.252	32.957	1.713	23.980	1.376	21.292	1.099	16.691								
set/04	11.460	189.603	12.026	154.714	6.945	80.990	5.040	99.038	2.387	33.026	1.848	24.040	1.402	21.347	1.152	16.711								
out/04	12.269	197.966	12.160	150.743	7.042	81.079	5.266	105.717	2.539	33.098	1.958	24.118	1.464	21.428	1.252	16.728								
nov/04	12.294	189.987	12.120	144.912	6.930	81.338	5.328	105.936	2.532	33.106	1.978	24.117	1.451	21.443	1.226	16.748								
dez/04	13.411	215.954	14.532	172.134	6.782	81.412	5.657	112.865	2.521	33.232	1.955	24.163	1.370	21.472	1.187	16.786								
jan/05	14.006	191.901	13.874	156.979	7.160	81.547	5.538	99.950	2.701	33.356	2.047	24.187	1.509	21.575	1.320	16.801								
fev/05	13.469	191.569	11.694	133.788	6.980	81.868	4.839	101.222	2.592	33.405	2.036	24.255	1.462	21.629	1.210	16.818								
mar/05	14.700	210.252	14.479	165.330	6.703	78.446	7.104	112.787	2.547	31.824	1.896	23.277	1.365	21.628	1.152	15.826								
abr/05	14.491	201.750	14.535	169.211	7.526	85.556	6.491	107.490	2.929	35.124	2.230	28.401	1.544	21.866	1.391	17.835								
mai/05	14.492	202.415	15.421	158.620	6.930	82.087	6.248	107.961	2.518	33.536	2.156	24.338	1.416	21.821	1.201	16.854								
jun/05	13.544	202.892	15.830	158.633	7.526	85.998	5.927	108.126	2.556	34.388	2.153	25.277	1.431	21.869	1.199	17.796								
jul/05	12.965	202.991	14.504	158.793	8.101	78.615	5.352	108.278	2.494	32.698	2.125	23.504	1.521	21.954	1.177	16.012								
ago/05	12.689	211.441	14.361	164.679	8.898	86.582	6.852	115.440	2.628	34.494	2.227	25.376	1.515	22.082	1.280	17.851								
set/05	14.464	195.270	15.214	159.710	8.532	79.147	5.186	101.870	2.829	32.895	2.375	23.572	1.670	22.212	1.303	16.090								
out/05	16.723	194.174	16.295	154.385	7.801	82.634	5.908	103.322	2.887	33.875	2.433	24.543	1.635	22.281	1.359	17.074								
nov/05	17.620	204.188	16.668	160.437	8.822	83.396	7.063	109.330	2.896	33.981	2.422	24.553	1.623	22.388	1.361	17.083								
dez/05	18.502	214.450	16.857	167.096	8.782	83.249	6.809	115.246	2.933	34.067	2.382	24.595	1.647	22.472	1.379	17.147								
jan/06	18.877	214.432	17.411	161.980	8.647	87.317	6.572	116.990	3.057	34.960	2.546	25.584	1.671	22.520	1.459	18.092								
fev/06	17.193	188.765	17.037	156.288	7.553	79.552	5.222	97.289	2.747	33.308	2.370	23.744	1.509	22.572	1.319	16.289								
mar/06	18.872	225.827	17.787	169.415	9.684	87.640	8.283	123.241	3.353	35.169	2.797	25.695	1.774	22.674	1.547	18.222								
abr/06	19.905	200.059	16.945	145.295	8.842	80.123	6.377	103.537	3.272	33.566	2.570	23.869	1.824	22.733	1.479	16.415								
mai/06	19.021	209.347	18.621	182.677	8.904	88.077	8.638	111.171	2.821	35.346	2.278	25.723	1.611	22.786	1.336	18.282								
jun/06	18.262	209.972	16.734	164.889	8.426	80.524	7.600	111.337	2.784	33.670	2.244	23.901	1.670	22.900	1.254	16.447								
jul/06	17.526	219.328	15.151	165.636	7.956	84.645	7.297	119.024	2.957	34.639	2.440	24.942	1.799	23.017	1.397	17.357								
ago/06	18.022	211.757	16.518	166.080	8.225	88.728	7.533	112.536	3.210	35.666	2.581	25.946	1.866	23.174	1.499	18.375								
set/06	17.730	201.967	15.468	166.638	7.835	80.967	6.009	105.558	3.439	33.993	2.754	24.087	2.090	23.280	1.538	16.574								
out/06	19.378	212.583	15.731	166.940	8.169	85.057	8.302	106.606	3.437	34.956	2.720	25.094	2.009	23.420	1.557	17.555								
nov/06	21.022	202.460	16.701	167.403	7.513	85.194	8.188	113.941	3.584	35.058	2.835	25.142	2.070	23.477	1.626	17.597								
dez/06	21.092	224.668	16.053	149.030	7.948	85.350	7.054	121.289	3.528	35.118	2.776	25.162	1.973	23.557	1.596	17.640								
jan/07	22.281	224.931	19.629	187.619	8.634	89.638	9.560	122.410	3.766	36.148	3.028	26.197	2.103	23.623	1.729	18.663								
fev/07	20.744	215.118	18.857	170.020	8.002	85.799	7.759	115.193	3.663	36.587	2.992	26.203	2.057	24.068	1.707	18.408								
Total	566.057	7.351.433	540.762	5.768.600	274.516	2.981.284	230.177	3.922.457	101.477	1.218.966	81.292	982.151	57.876	799.322	47.631	614.312								



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 24788
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

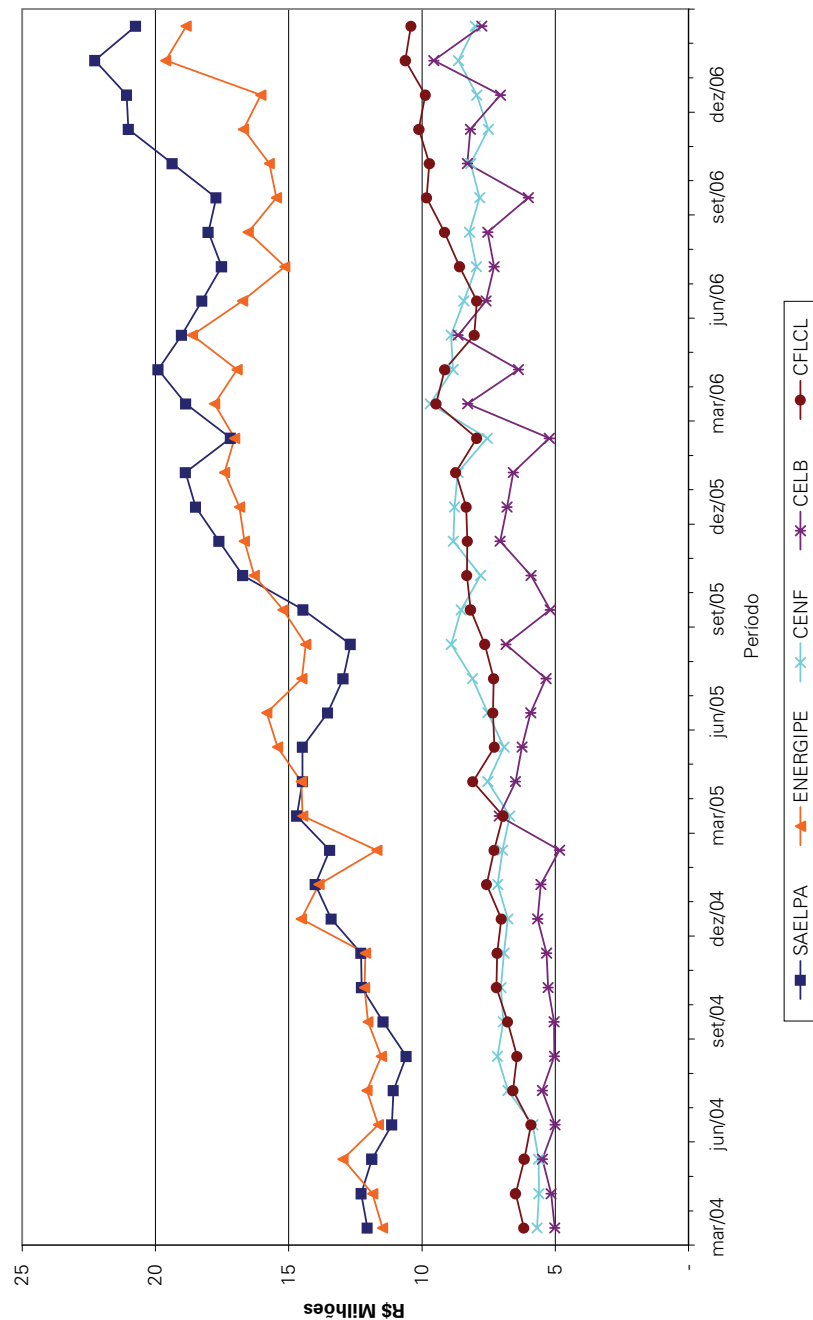
Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 1ª Fase

Gráfico 2.1 - Faturamento Mensal por Município Eleito



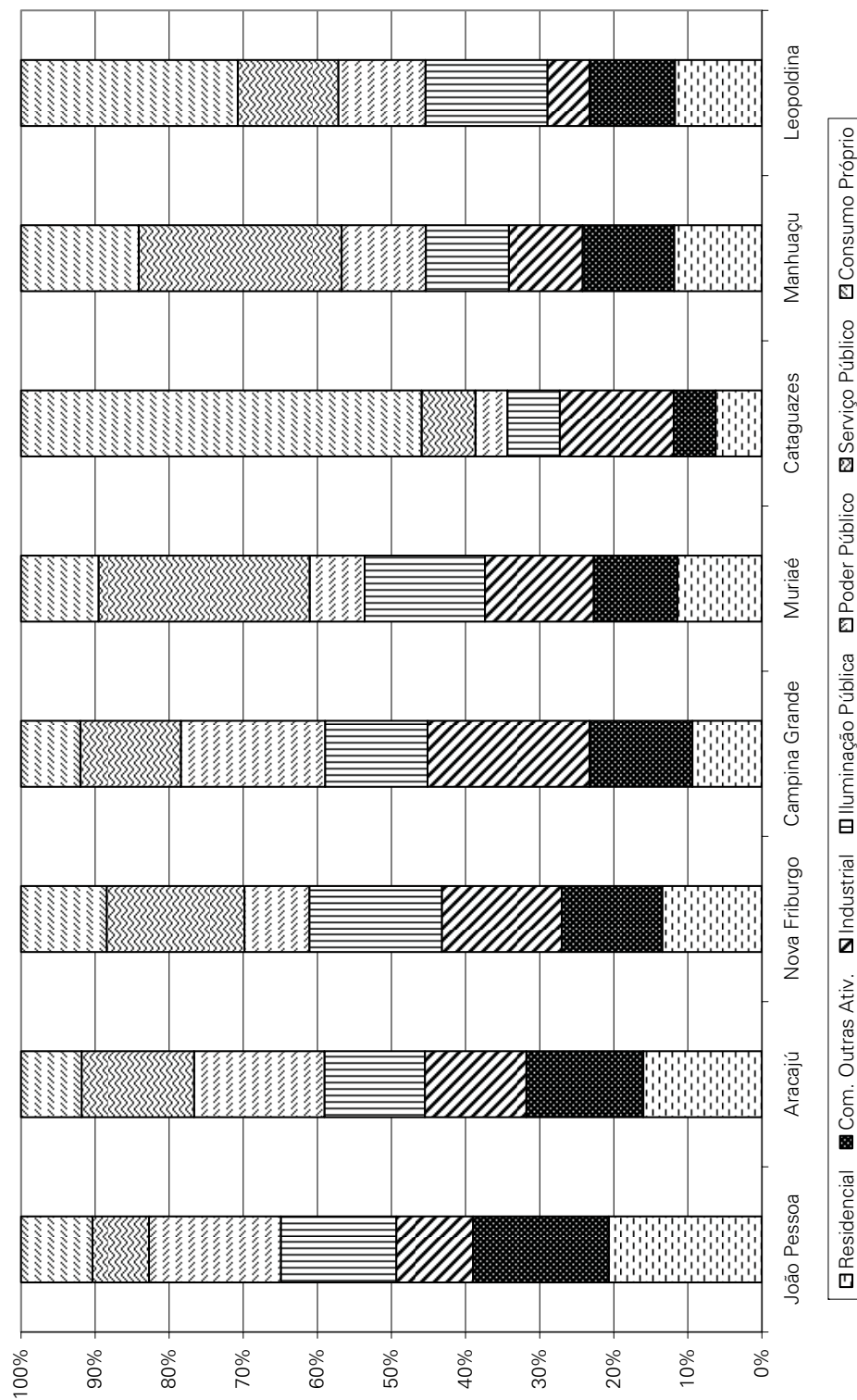
Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 1ª Fase

Gráfico 2.2 - Faturamento Mensal por Originadora



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 1ª Fase

Gráfico 2.3 - Representação Gráfica das Classes de Consumo por Município Eleito



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 1ª Fase

Tabela 2.4 - Valor Médio das Faturas de Energia por Município Eleito

Período	R\$							
	João Pessoa	Aracaju	Nova Friburgo	Campina Grande	Muriae	Cataguazes	Manhuaçu	Leopoldina
mar/04	64,7	75,6	71,1	51,4	70,7	71,7	60,5	66,7
abr/04	65,9	79,9	73,5	52,3	73,4	76,0	63,3	69,6
mai/04	58,3	82,5	70,1	49,9	66,1	70,4	59,7	64,3
jun/04	59,4	78,0	72,6	50,4	63,7	65,8	58,8	60,3
jul/04	52,1	76,5	84,0	46,8	70,1	74,5	65,5	66,9
ago/04	53,9	74,9	88,6	47,7	68,3	71,5	64,6	65,8
set/04	60,4	77,7	85,8	50,9	72,3	76,9	65,7	69,0
out/04	62,0	80,7	86,9	49,8	76,7	81,2	68,3	74,8
nov/04	64,7	83,6	85,2	50,3	76,5	82,0	67,7	73,2
dez/04	62,1	84,4	83,3	50,1	75,9	80,9	63,8	70,7
jan/05	73,0	88,4	87,8	55,4	81,0	84,6	69,9	78,6
fev/05	70,3	87,4	85,3	47,8	77,6	83,9	67,6	71,9
mar/05	69,9	87,6	85,4	63,0	80,0	81,4	63,1	72,8
abr/05	71,8	85,9	88,0	60,4	83,4	87,8	70,6	78,0
mai/05	71,6	97,2	84,4	57,9	75,1	88,6	64,9	71,2
jun/05	66,8	99,8	87,5	54,8	74,3	85,2	65,4	67,4
jul/05	63,9	91,3	103,0	49,4	76,3	90,4	69,3	73,5
ago/05	60,0	87,2	102,8	59,4	76,2	87,7	68,6	71,7
set/05	74,1	95,3	107,8	50,9	86,0	100,8	75,2	81,0
out/05	86,1	105,5	94,4	57,2	85,2	99,1	73,4	79,6
nov/05	86,3	103,9	105,8	64,6	85,2	98,7	72,5	79,6
dez/05	86,3	100,9	105,5	59,1	86,1	96,9	73,3	80,4
jan/06	88,0	107,5	99,0	56,2	87,5	99,5	74,2	80,6
fev/06	91,1	109,0	95,0	53,7	82,5	99,8	66,8	81,0
mar/06	83,6	105,0	110,5	67,2	95,3	108,8	78,2	84,9
abr/06	99,5	116,6	110,4	61,6	97,5	107,7	80,2	90,1
mai/06	90,9	101,9	101,1	77,7	79,8	88,6	70,7	73,1
jun/06	87,0	101,5	104,6	68,3	82,7	93,9	72,9	76,2
jul/06	79,9	91,5	94,0	61,3	85,4	97,8	78,2	80,5
ago/06	85,1	99,5	92,7	66,9	90,0	99,5	80,5	81,6
set/06	87,8	92,8	96,8	56,9	101,2	114,3	89,8	92,8
out/06	91,2	94,2	96,0	77,9	98,3	108,4	85,8	88,7
nov/06	103,8	99,8	88,2	71,9	102,2	112,8	88,2	92,4
dez/06	93,9	107,7	93,1	58,2	100,5	110,3	83,8	90,5
jan/07	99,1	104,6	96,3	78,1	104,2	115,6	89,0	92,6
fev/07	96,4	110,9	93,3	67,4	100,1	114,2	85,5	92,7
Média	77,0	93,7	92,1	58,7	83,2	92,2	72,4	77,5

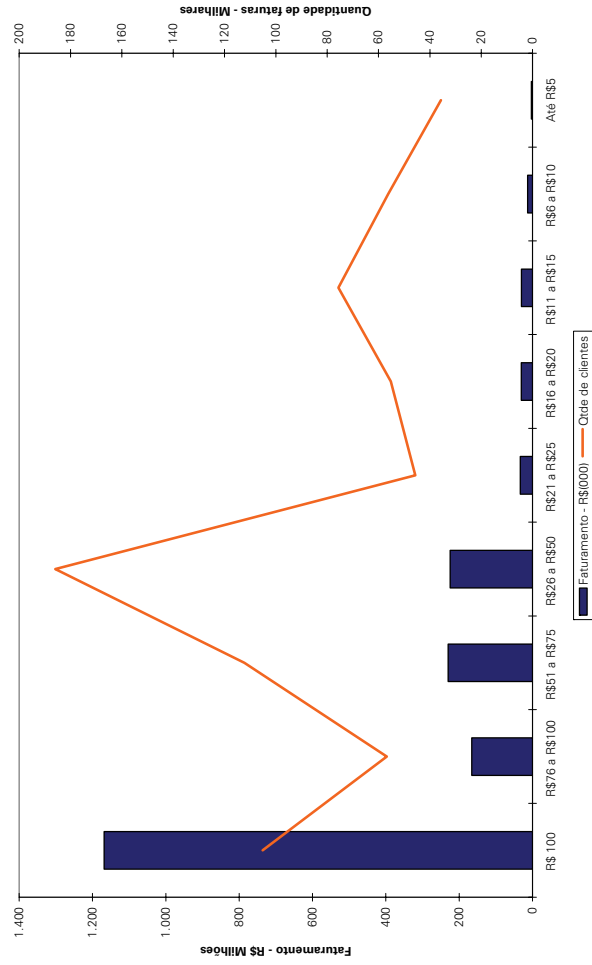


© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 24788
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 1ª Fase

Tabela 2.5 - Média de Faturamento Mensal

Média de Faturamento Mensal por Cliente	Faturamento - R\$(000)	%	Quantidade de Clientes	%
R\$ 100	1.168.527	61,5	105.120	14,4
R\$ 76 a R\$ 100	165.574	8,7	56.803	7,8
R\$ 51 a R\$ 75	229.930	12,1	112.252	15,4
R\$ 26 a R\$ 50	224.925	11,8	185.885	25,5
R\$ 21 a R\$ 25	33.249	1,8	45.671	6,3
R\$ 16 a R\$ 20	30.740	1,6	55.199	7,6
R\$ 11 a R\$ 15	30.166	1,6	75.614	10,4
R\$ 6 a R\$ 10	13.447	0,7	56.241	7,7
Até R\$ 5	3.229	0,2	35.657	4,9
Total	1.899.787	100,00	728.442	100,00



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 1ª Fase

Tabela 2.6 - Distribuição dos Prazos de Pagamento das Faturas sob Análise para o Consolidado dos Municípios Eleitos

Faixas	Consolidado	
	R\$(000)	% Acum.
Total	1.899.787	
A vencer	40.178	
Saldo vencido	1.859.609	100,0
Liquidadas antecipadamente		
1 a 5 dias	261.432	14,1
6 a 10 dias	63.895	3,4
Acima de 10 dias	18.322	1,0
		18,5
Liquidadas no vencimento	517.701	27,8
		46,3
Liquidadas com atraso		
1 a 5 dias	184.756	9,9
6 a 10 dias	116.398	6,3
11 a 15 dias	97.398	5,2
16 a 30 dias	254.952	13,7
31 a 60 dias	227.471	12,2
61 a 90 dias	23.485	1,3
91 a 120 dias	7.317	0,4
121 a 150 dias	3.614	0,2
151 a 180 dias	2.657	0,1
Acima de 180 dias	8.233	0,4
		96,1
Vencidas e não liquidadas		
1 a 5 dias	4.951	0,3
6 a 10 dias	4.425	0,2
11 a 15 dias	4.093	0,2
16 a 30 dias	7.715	0,4
31 a 60 dias	5.603	0,3
61 a 90 dias	2.310	0,1
91 a 120 dias	1.794	0,1
121 a 150 dias	1.498	0,1
151 a 180 dias	1.533	0,1
Acima de 180 dias	38.060	2,0
		100,0

A distribuição dos prazos de pagamento das Faturas de Energia por município e por classe de consumo é apresentada nos Anexos I e II deste relatório, respectivamente.



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 1ª Fase

Tabela 2.7 – Média dos de Recebimentos Acumulada por Quinzena

Quinzena	% de Recebimento por Quinzena de Vencimento									
	Muriae	Cataguazes	Leopoldina	Manhuaçu	Aracaju	Campina Grande	Nova Friburgo	João Pessoa		
1	64,7	67,1	57,3	60,4	62,3	56,0	64,6	54,4		
2	83,7	83,0	76,1	81,1	74,8	73,2	78,6	69,2		
3	97,0	94,4	92,1	95,6	86,3	86,6	90,8	85,0		
4	98,9	96,4	95,6	98,1	91,6	94,3	95,2	93,1		
5	99,0	97,0	96,6	98,6	93,4	95,9	96,2	95,2		
6	99,1	97,4	97,9	98,8	94,2	96,3	96,6	95,8		
7	99,1	97,7	98,0	98,8	94,6	96,7	96,8	96,3		
8	99,2	97,9	98,1	98,9	95,0	96,8	96,9	96,5		
9	99,2	98,1	98,1	98,9	95,1	97,0	97,0	96,7		
10	99,2	98,2	98,2	99,0	95,2	97,0	97,0	96,8		
11	99,2	98,3	98,5	99,0	95,3	97,2	97,0	97,0		
12	99,2	98,3	98,5	99,0	95,4	97,2	97,1	97,1		
13	99,2	98,4	98,5	99,0	95,4	97,3	97,1	97,3		
14	99,2	98,4	98,6	99,0	95,5	97,4	97,1	97,3		
15	99,2	98,5	98,6	99,0	95,6	97,4	97,1	97,5		
16	99,2	98,5	98,6	99,0	95,7	97,4	97,0	97,5		
17	99,2	98,5	98,6	99,0	95,6	97,4	97,0	97,7		
18	99,2	98,5	98,6	99,0	95,6	97,4	97,0	97,7		
19	99,2	98,5	98,6	99,0	95,6	97,5	97,0	97,8		
20	99,2	98,5	98,7	99,0	95,6	97,5	97,0	97,8		
21	99,2	98,5	98,7	99,0	95,5	97,5	97,0	97,8		
22	99,2	98,5	98,7	99,0	95,5	97,5	97,0	97,8		
23	99,2	98,5	98,7	99,1	95,5	97,5	97,0	97,9		
24	99,2	98,5	98,8	99,1	95,5	97,7	96,9	97,9		
25	99,2	98,5	98,8	99,0	95,5	97,7	96,9	97,9		
26	99,2	98,5	99,0	99,1	95,7	97,9	96,9	97,9		
27	99,2	98,5	99,0	99,0	95,6	97,9	96,9	97,9		
28	99,2	98,5	99,0	99,1	95,7	97,9	96,8	97,9		
29	99,2	98,5	99,0	99,0	95,7	97,9	96,9	97,9		
30	99,2	98,5	99,1	99,0	95,8	97,9	96,8	97,9		
31	99,3	98,5	99,0	99,0	95,8	97,9	96,8	98,0		
32	99,3	98,5	99,0	99,2	96,0	97,9	96,8	98,0		
33	99,2	98,5	99,1	99,2	96,1	97,9	96,7	98,0		
34	99,2	98,5	99,1	99,2	96,1	97,9	97,0	98,0		
35	99,2	98,5	99,0	99,2	96,1	97,9	96,9	98,0		
36	99,2	98,5	99,0	99,2	96,2	97,9	97,2	98,0		

© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 24788
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 1ª Fase

Tabela 2.7 - Média dos de Recebimentos Acumulada por Quinzena (cont.)

Quinzena	% de Recebimento por Quinzena de Vencimento							
	Muriae	Cataguazes	Leopoldina	Manhuaçu	Aracaju	Campina Grande	Nova Friburgo	João Pessoa
37	99,3	98,5	99,1	99,2	96,1	97,9	97,2	98,1
38	99,3	98,5	99,1	99,2	96,2	97,9	97,2	98,1
39	99,3	98,4	99,1	99,2	96,2	97,9	97,2	98,1
40	99,3	98,4	99,1	99,1	96,3	97,9	97,1	98,1
41	99,3	98,4	99,1	99,1	96,2	97,9	97,1	98,1
42	99,2	98,4	99,1	99,1	96,2	97,8	97,1	98,1
43	99,2	98,4	99,1	99,2	96,1	97,8	97,0	98,1
44	99,2	99,0	99,1	99,2	96,1	97,8	97,0	98,2
45	99,2	99,0	99,1	99,2	96,0	97,8	97,0	98,2
46	99,3	99,1	99,1	99,3	95,9	97,8	96,9	98,2
47	99,3	99,1	99,1	99,3	95,8	97,8	96,8	98,2
48	99,2	99,1	99,1	99,3	95,6	97,8	96,7	98,2
49	99,3	99,1	99,1	99,3	95,6	97,9	96,6	98,2
50	99,3	99,1	99,1	99,3	95,7	97,9	97,1	98,2
51	99,3	99,1	99,1	99,4	95,6	97,9	97,1	98,2
52	99,3	99,2	99,0	99,4	95,6	97,9	97,5	98,1
53	99,3	99,2	99,0	99,4	95,6	97,9	97,6	98,2
54	99,3	99,3	99,0	99,4	95,8	97,9	97,5	98,1
55	99,3	99,3	99,0	99,4	95,6	98,0	97,4	98,1
56	99,3	99,2	98,9	99,5	95,4	98,0	97,3	98,1
57	99,3	99,4	98,9	99,5	95,2	98,0	97,2	98,1
58	99,3	99,4	98,8	99,5	94,9	98,0	97,2	98,1
59	99,2	99,4	98,8	99,5	94,7	98,1	97,0	98,1
60	99,2	99,4	98,8	99,5	94,8	98,2	97,7	98,1
61	99,2	99,4	98,7	99,5	96,2	98,2	97,7	98,2
62	99,1	99,6	99,5	99,5	97,1	98,1	98,7	98,1
63	99,0	99,6	99,5	99,5	97,4	98,2	98,7	98,2
64	99,0	99,5	99,4	99,5	97,3	98,1	98,8	98,1
65	99,0	99,5	99,4	99,5	97,2	98,2	98,7	98,3
66	99,2	99,5	99,3	99,5	97,7	98,1	98,7	98,3
67	99,1	99,5	99,4	99,6	97,9	98,3	98,9	98,6
68	99,0	99,6	99,4	99,6	97,7	98,1	98,9	98,4
69	99,1	99,6	99,3	99,8	97,8	98,3	99,2	98,7
70	99,6	99,5	99,1	99,8	99,1	98,2	99,2	98,4
71	99,7	99,7	99,2	99,8	99,6	99,0	99,8	99,1
72	99,7	99,7	98,5	100,0	100,0		100,0	

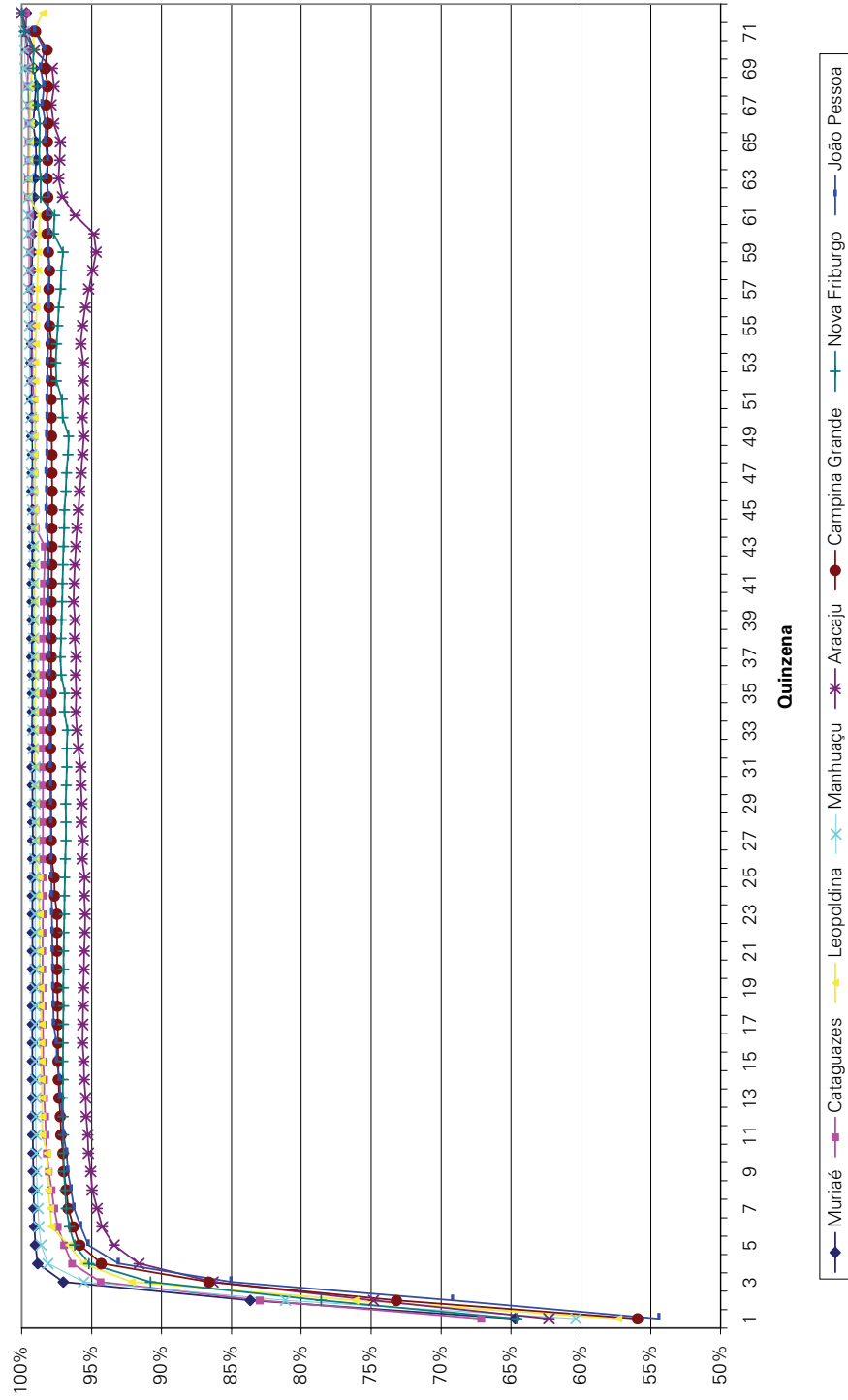
© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 24788
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 1ª Fase

Nos Anexos III a X São Apresentadas as Matrizes Triangulares por Município Eleito

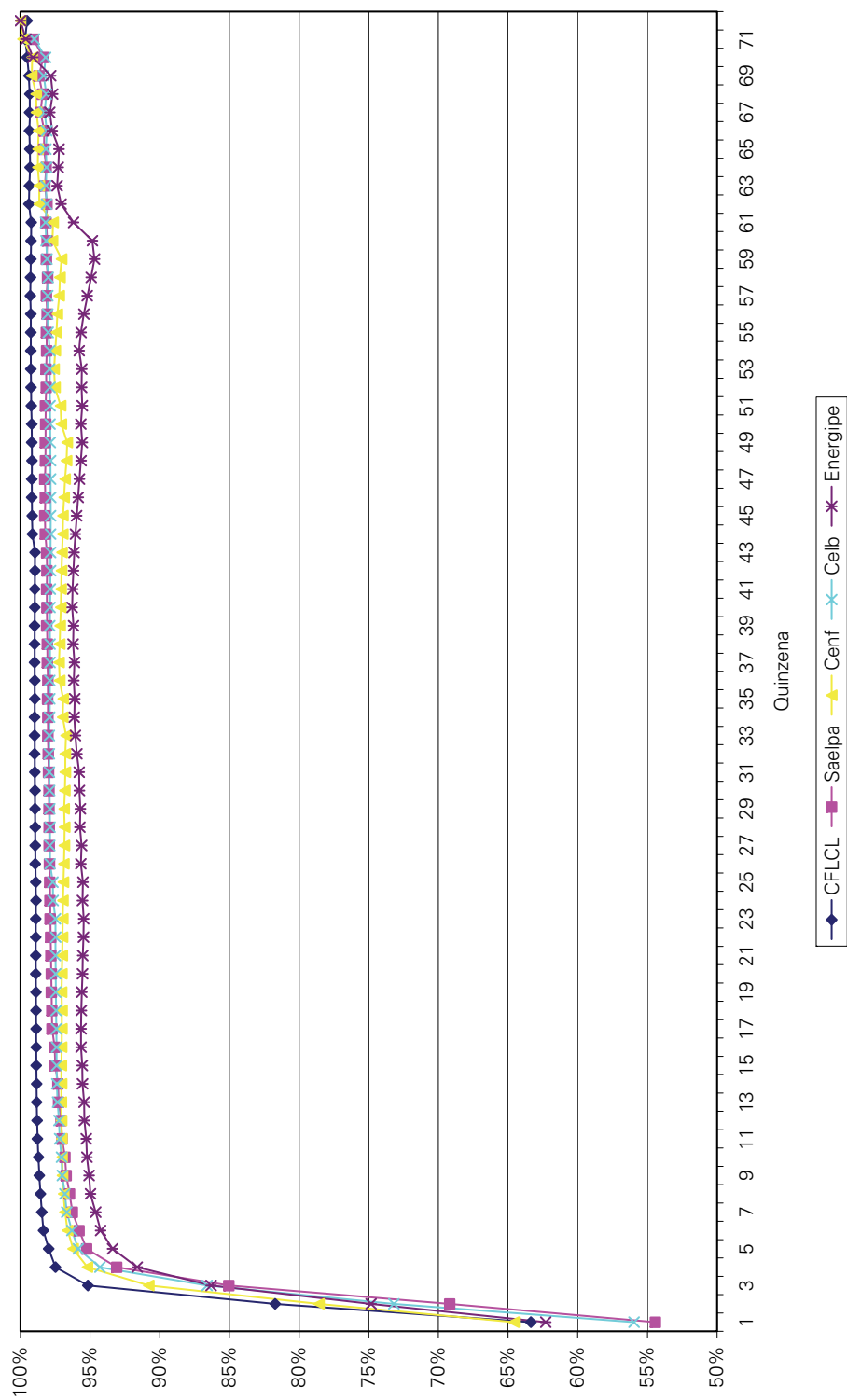
Gráfico 2.4 - Segmentação por Município Eleito



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 24788
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

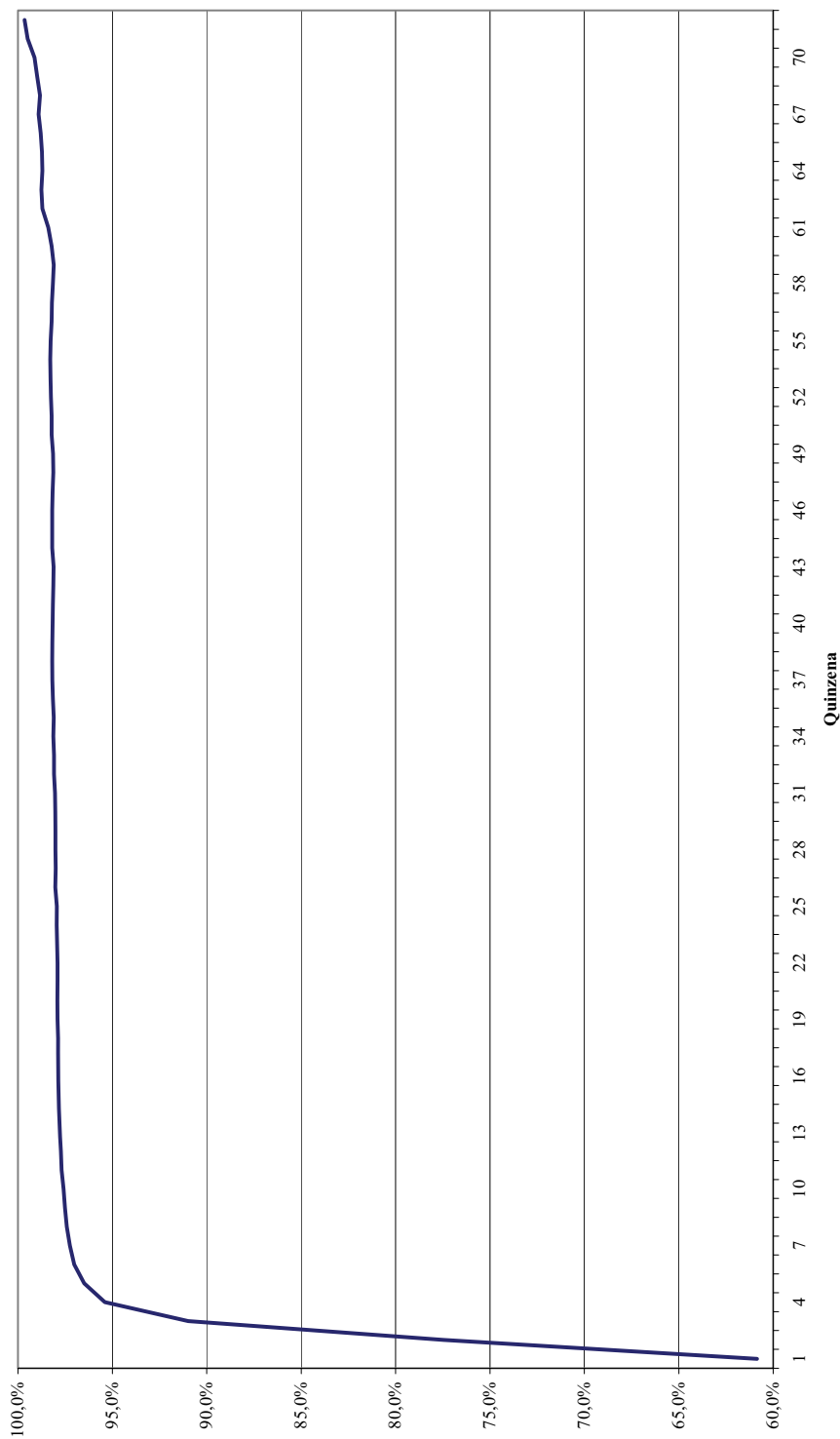
Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 1ª Fase

Gráfico 2.5 - Segmentação por Originadora



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 1ª Fase

Gráfico 2.6 - Segmentação Consolidada



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 1ª Fase

Tabela 2.8 - Distribuição dos Volumes Arrecadados Por Forma de Pagamento Utilizado - Em milhares de Reais

Origem	Boca de Caixa	Farmácias, correis, etc	Débito Automático	Boleto Bancário	Crédito em conta	Encontro de contas	Internet	Outros *	Total Arrecadado
mar/04	23.116	7.559	3.151	1.531	921	3.174	101	1.069	40.622
abr/04	23.636	7.511	3.490	1.927	950	3.167	118	1.103	41.902
mai/04	23.941	7.310	3.526	1.885	976	3.263	163	1.110	42.174
jun/04	21.943	7.083	3.513	2.196	1.009	2.959	197	1.052	39.952
jul/04	22.566	8.287	3.588	2.019	1.085	2.897	257	1.100	41.801
ago/04	19.872	8.131	3.498	2.295	1.010	2.447	274	1.015	38.542
set/04	18.491	8.288	3.197	2.129	883	2.904	277	978	37.146
out/04	21.472	8.463	2.833	1.819	1.054	3.451	268	1.064	40.424
nov/04	24.214	8.334	4.028	2.295	1.050	3.079	252	1.169	44.423
dez/04	27.282	7.959	4.021	2.153	1.692	2.287	275	1.235	46.903
jan/05	27.357	8.438	4.204	2.020	1.897	1.975	359	1.250	47.500
fev/05	25.441	7.919	3.983	2.141	1.642	2.171	410	1.182	44.888
mar/05	29.723	7.306	4.205	3.114	2.694	1.780	445	1.332	50.600
abr/05	31.066	7.628	4.477	2.591	2.365	1.837	534	1.365	51.864
mai/05	30.799	6.125	4.238	2.754	2.763	1.878	494	1.326	50.378
jun/05	29.763	6.369	4.334	2.791	2.971	2.164	514	1.322	50.229
jul/05	28.259	6.554	4.206	2.391	3.099	2.005	417	1.269	48.200
ago/05	28.814	7.084	4.029	3.436	2.972	1.840	480	1.315	49.971
set/05	30.648	6.822	4.243	2.438	3.695	1.494	588	1.350	51.279
out/05	33.388	6.622	4.379	3.076	3.497	1.977	648	1.449	55.036
nov/05	34.571	6.578	4.784	3.295	3.573	2.760	758	1.523	57.841
dez/05	36.331	6.399	4.785	3.147	3.502	3.018	794	1.567	59.543
jan/06	36.616	6.489	5.147	3.201	3.218	2.560	883	1.571	59.685
fev/06	33.904	6.010	4.853	1.962	2.911	2.151	907	1.425	54.123
mar/06	38.907	6.587	5.574	4.765	3.492	2.595	1.106	1.704	64.731
abr/06	37.314	6.479	5.295	2.915	3.518	3.708	1.197	1.634	62.059
mai/06	38.308	6.274	5.320	4.411	3.440	3.233	1.222	1.682	63.891
jun/06	35.475	5.970	5.039	3.659	3.469	2.509	1.286	1.552	58.959
jul/06	34.307	5.757	4.822	3.512	3.797	1.928	1.369	1.500	56.992
ago/06	34.969	6.101	5.046	4.021	3.671	2.012	1.503	1.550	58.872
set/06	34.140	5.949	4.960	2.864	3.442	2.498	1.569	1.498	56.923
out/06	35.843	5.988	5.214	4.626	3.497	2.661	1.692	1.609	61.130
nov/06	38.738	5.954	5.415	3.824	3.557	1.991	1.860	1.658	62.997
dez/06	37.698	5.694	5.471	3.015	3.435	1.998	1.843	1.599	60.753
jan/07	34.597	4.830	5.959	5.044	2.174	1.791	1.601	1.514	57.511
fev/07	11.372	1.256	2.630	1.087	236	426	485	473	17.965
Total	1.074.883	242.106	157.457	102.350	89.157	86.590	27.149	48.116	1.827.808
%	58,8%	13,2%	8,6%	5,6%	4,9%	4,7%	1,5%	2,6%	100,0%

* Referem-se a operações cujas faturas estão em aberto ou cuja forma de pagamento não foi identificada



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 24788
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 1ª Fase

Tabela 2.9 - Descrição dos Principais Agentes Arrecadores - Em milhares de Reais

Origem	CEF	Multibank	Banco do Brasil	Banese	Bradesco	Unibanco	Outros *	Total Arrecado
mar/04	9.552	6.785	4.285	3.503	2.101	282	14.295	40.803
abr/04	9.649	6.926	4.692	3.538	2.584	298	14.369	42.056
mai/04	9.600	6.838	4.696	3.953	2.583	366	14.277	42.314
jun/04	8.903	6.206	4.538	3.402	3.026	401	13.616	40.092
jul/04	9.233	6.580	4.485	3.355	2.914	462	14.982	42.011
ago/04	8.092	5.928	4.128	2.745	3.244	459	14.172	38.767
set/04	7.441	6.288	3.656	1.734	2.984	452	14.919	37.474
out/04	8.931	6.657	3.865	2.350	2.728	555	15.644	40.729
nov/04	9.917	6.751	5.023	3.649	3.247	616	15.398	44.601
dez/04	11.057	7.611	5.960	4.241	3.163	690	14.189	46.910
jan/05	10.980	7.732	6.254	4.043	2.427	1.451	14.646	47.532
fev/05	10.257	7.361	5.747	3.611	2.656	1.173	14.137	44.944
mar/05	11.523	8.434	7.106	5.123	2.845	2.026	13.382	50.439
abr/05	12.327	8.518	6.671	4.671	2.872	1.695	15.063	51.817
mai/05	11.908	8.020	6.324	5.437	2.731	1.705	14.166	50.291
jun/05	11.794	7.772	6.179	4.638	2.634	1.734	15.514	50.264
jul/05	10.838	7.448	5.600	4.700	2.643	1.531	15.530	48.290
ago/05	11.106	8.141	5.524	4.392	2.574	2.145	16.190	50.072
set/05	11.471	8.252	5.722	5.037	2.851	1.401	16.653	51.386
out/05	12.465	9.097	6.405	5.205	3.304	1.958	16.606	55.041
nov/05	13.119	9.343	6.913	5.224	3.680	2.446	17.090	57.814
dez/05	14.091	9.625	6.657	5.469	3.721	2.060	17.921	59.544
jan/06	14.011	9.712	6.508	5.549	4.028	2.246	17.599	59.654
fev/06	13.117	8.471	6.113	5.248	3.176	1.914	16.066	54.104
mar/06	15.091	10.065	7.722	5.927	4.987	3.073	17.712	64.577
abr/06	13.916	9.892	8.041	5.389	4.295	1.996	18.519	62.046
mai/06	13.914	10.405	7.964	6.245	4.412	3.217	17.591	63.748
jun/06	12.406	10.120	7.386	5.600	4.395	2.538	16.397	58.842
jul/06	11.893	9.937	7.571	5.377	4.440	2.268	15.351	56.836
ago/06	12.378	9.749	7.646	5.538	5.073	2.548	15.770	58.703
set/06	12.295	9.353	6.955	5.136	4.851	1.768	16.512	56.869
out/06	12.783	9.939	7.578	5.163	5.471	3.306	16.747	60.986
nov/06	13.693	10.722	8.215	5.581	5.323	2.861	16.377	62.772
dez/06	13.734	10.470	8.174	5.069	5.384	2.116	15.571	60.517
jan/07	12.795	8.473	8.037	5.343	5.952	3.584	12.946	57.130
fev/07	4.118	2.455	3.051	1.666	1.914	748	3.880	17.832
Total	410.397	296.075	221.390	162.850	127.211	60.089	549.796	1.827.808
%	22,5%	16,2%	12,1%	8,9%	7,0%	3,3%	30,1%	100,0%

* Referem-se a operações cujas faturas estão em aberto ou cuja forma de pagamento não foi identificada.



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 24788
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 1ª Fase

Tabela 2.10 - Identificação do Fluxo de Recebimentos Mensal para os Últimos 12 Meses Contendo os Respetivos Períodos de Competência dos Faturamentos

Esta tabela apresenta o percentual de arrecadação do faturamento por mês de arrecadação.

Vencimento	Pagamento - %													
	jan/06	fev/06	mar/06	abr/06	mai/06	jun/06	jul/06	ago/06	set/06	out/06	nov/06	dez/06	jan/07	fev/07
Até Jun/05	0,2	0,2		0,1	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3	0,0
jul/05	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
ago/05	0,0	0,2		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
set/05	0,1	0,3		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
out/05	0,4	0,4		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
nov/05	3,1	0,7		0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
dez/05	19,3	2,9		0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
jan/06	66,8	20,8	4,8	0,4	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
fev/06	7,4	65,3	21,2	2,8	0,4	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
mar/06	1,9	7,5	65,0	18,3	3,3	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
abr/06	0,3	1,0	6,5	68,6	20,3	3,5	0,4	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0
mai/06	0,1	0,3	1,3	7,9	66,7	20,9	3,4	0,3	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0
jun/06	0,0	0,1	0,1	1,0	7,2	66,1	21,0	3,1	0,3	0,2	0,1	0,0	0,1	0,0
jul/06	0,0	0,0	0,2	0,3	1,2	7,1	65,9	21,5	2,7	0,3	0,2	0,2	0,1	0,0
ago/06	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	1,2	7,3	66,0	19,3	2,9	0,3	0,1	0,1	0,0
set/06	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,9	6,8	68,7	20,5	3,3	0,2	0,1	0,1
out/06	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,5	1,2	7,0	67,8	19,4	4,3	0,2	0,2
nov/06	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	1,0	6,7	68,1	21,2	3,5	0,3
dez/06	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,3	1,0	6,7	66,2	20,2	2,6
jan/07	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	1,6	6,8	67,8	22,3
fev/07	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,7	7,3	72,8
mar/07	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5
Total - %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total - R\$(000)	58.436	50.461	60.892	58.489	62.837	58.428	57.946	56.895	54.895	57.666	59.136	63.725	63.395	56.033
Média de entradas de caixa - base últimos 12 meses - R\$(000)														
58.517														

Média de entradas de caixa - base últimos 12 meses - R\$(000) 58.517



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 1ª Fase

Tabela 2.11 - Comparativo do Faturamento Unitário com Aumentos Tarifários - Base 100

O percentual de aumento tarifário foi obtido com representantes da Energia.

Período	SAELPA		ENERGIPE		CENF		CELB		CFCLCL	
	Tarifa	Fat. Unit.	Tarifa	Fat. Unit.	Tarifa	Fat. Unit.	Tarifa	Fat. Unit.	Tarifa	Fat. Unit.
mar/04	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
abr/04	1,00	1,02	1,00	1,06	1,00	1,03	1,00	1,02	1,00	1,05
mai/04	1,00	0,90	1,00	1,09	1,00	0,99	1,00	0,97	1,00	0,96
jun/04	1,11	0,92	1,14	1,03	1,22	1,02	1,18	0,98	1,17	0,92
jul/04	1,11	0,80	1,14	1,01	1,22	1,18	1,18	0,91	1,17	1,02
ago/04	1,11	0,83	1,14	0,99	1,22	1,25	1,18	0,93	1,17	1,00
set/04	1,11	0,93	1,14	1,03	1,22	1,21	1,18	0,99	1,17	1,05
out/04	1,11	0,96	1,14	1,07	1,22	1,22	1,18	0,97	1,17	1,11
nov/04	1,11	1,00	1,14	1,11	1,22	1,20	1,18	0,98	1,17	1,11
dez/04	1,11	0,96	1,14	1,12	1,22	1,17	1,18	0,97	1,17	1,08
jan/05	1,11	1,13	1,14	1,17	1,22	1,23	1,18	1,08	1,17	1,16
fev/05	1,11	1,09	1,14	1,16	1,22	1,20	1,18	0,93	1,17	1,12
mar/05	1,11	1,08	1,14	1,16	1,22	1,20	1,18	1,22	1,17	1,11
abr/05	1,11	1,11	1,14	1,14	1,22	1,24	1,18	1,17	1,17	1,19
mai/05	1,11	1,11	1,14	1,29	1,22	1,19	1,18	1,13	1,17	1,11
jun/05	1,27	1,03	1,28	1,32	1,33	1,23	1,29	1,07	1,22	1,09
jul/05	1,27	0,99	1,28	1,21	1,33	1,45	1,29	0,96	1,22	1,14
ago/05	1,27	0,93	1,28	1,15	1,33	1,45	1,29	1,15	1,22	1,13
set/05	1,27	1,15	1,28	1,26	1,33	1,52	1,29	0,99	1,22	1,27
out/05	1,27	1,33	1,28	1,40	1,33	1,33	1,29	1,11	1,22	1,25
nov/05	1,27	1,33	1,28	1,37	1,33	1,49	1,29	1,26	1,22	1,25
dez/05	1,27	1,33	1,28	1,33	1,33	1,48	1,29	1,15	1,22	1,25
jan/06	1,27	1,36	1,28	1,42	1,33	1,39	1,29	1,09	1,22	1,27
fev/06	1,27	1,41	1,28	1,44	1,33	1,34	1,29	1,04	1,22	1,22
mar/06	1,27	1,29	1,28	1,39	1,33	1,55	1,29	1,31	1,22	1,37
abr/06	1,27	1,54	1,28	1,54	1,33	1,55	1,29	1,20	1,22	1,39
mai/06	1,27	1,40	1,28	1,35	1,33	1,42	1,29	1,51	1,22	1,16
jun/06	1,44	1,34	1,37	1,34	1,43	1,47	1,40	1,33	1,46	1,21
jul/06	1,44	1,24	1,37	1,21	1,43	1,32	1,40	1,19	1,46	1,26
ago/06	1,44	1,32	1,37	1,31	1,43	1,30	1,40	1,30	1,46	1,31
set/06	1,44	1,36	1,37	1,23	1,43	1,36	1,40	1,11	1,46	1,48
out/06	1,44	1,41	1,37	1,25	1,43	1,35	1,40	1,40	1,46	1,42
nov/06	1,44	1,61	1,37	1,32	1,43	1,24	1,40	1,40	1,46	1,47
dez/06	1,44	1,45	1,37	1,42	1,43	1,31	1,40	1,13	1,46	1,43
jan/07	1,44	1,53	1,37	1,38	1,43	1,35	1,40	1,52	1,46	1,49
fev/07	1,44	1,49	1,37	1,47	1,43	1,31	1,40	1,31	1,46	1,46

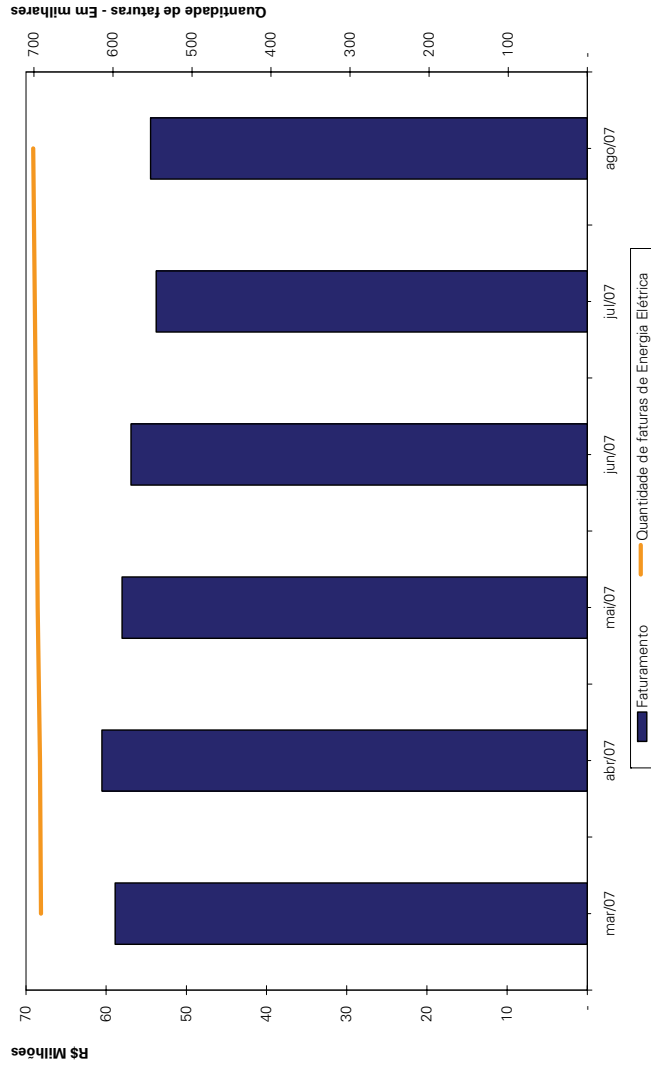
© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 24788
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 2ª Fase

Tabela 3.2 - Faturamento Mensal Analisado e Quantidade de Faturas de Energia Emitidas

Período	Faturamento - R\$(000)	Quantidade de Faturas de Energia Elétrica
mar/07	58.889	690.960
abr/07	60.526	692.305
mai/07	58.026	695.228
jun/07	56.908	696.722
jul/07	53.756	698.883
ago/07	54.465	700.912
Total	342.569	4.175.010



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 2ª Fase

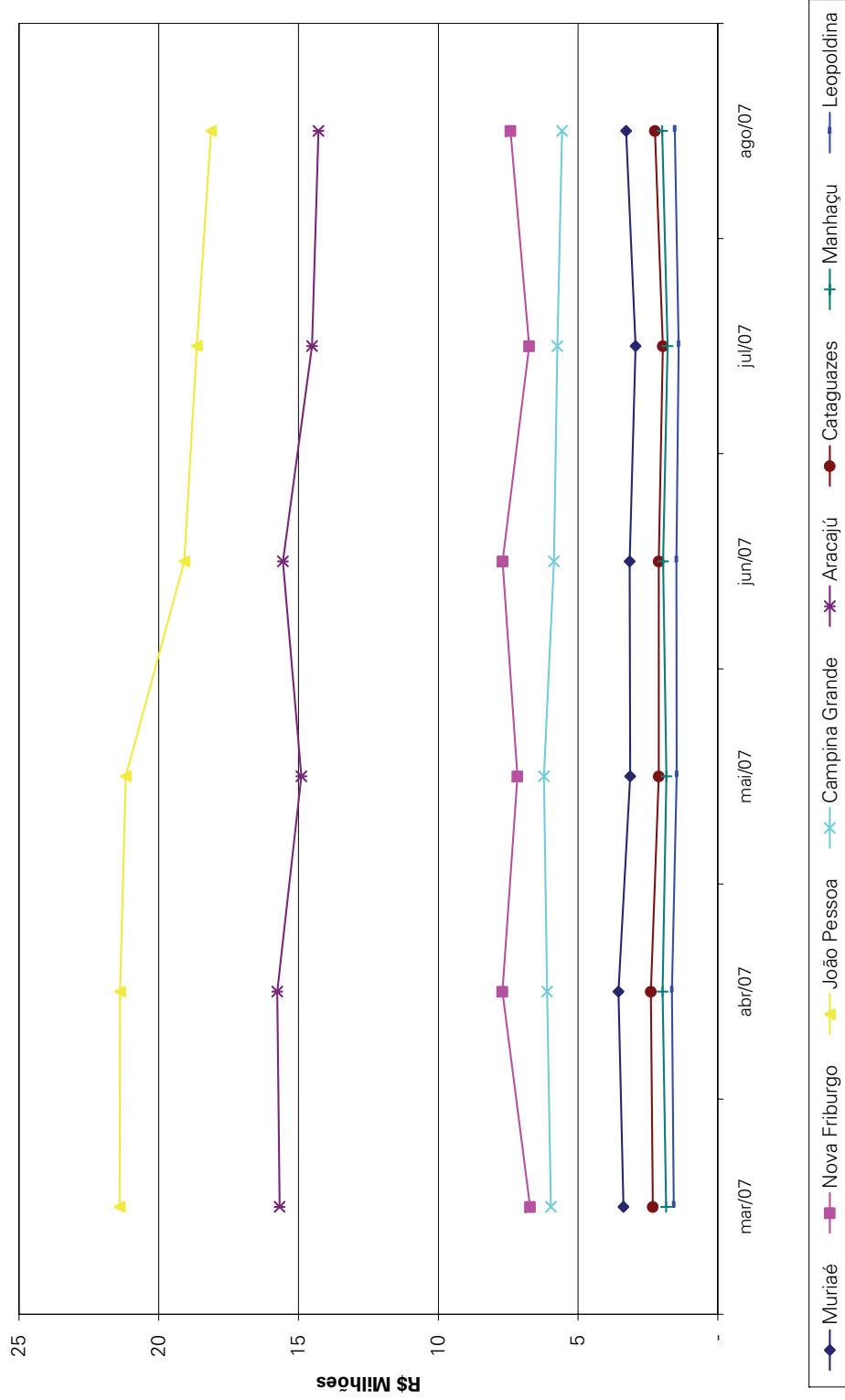
Tabela 3.3 - Evolução Mensal do Faturamento por Município Eleito

Período	João Pessoa		Aracaju		Nova Friburgo		Campina Grande		Muriaé		Cataguazes		Manhuaçu		Leopoldina	
	RS(000)	Qtde. de Faturas de Energia Elétrica	RS(000)	Qtde. de Faturas de Energia Elétrica	RS(000)	Qtde. de Faturas de Energia Elétrica	RS(000)	Qtde. de Faturas de Energia Elétrica	RS(000)	Qtde. de Faturas de Energia Elétrica	RS(000)	Qtde. de Faturas de Energia Elétrica	RS(000)	Qtde. de Faturas de Energia Elétrica	RS(000)	Qtde. de Faturas de Energia Elétrica
mar/07	21.400	216.553	15.680	171.212	6.716	85.157	5.972	115.508	3.379	35.537	2.328	25.391	1.844	23.817	1.570	17.785
abr/07	21.387	216.861	15.768	171.762	7.706	85.232	6.107	115.813	3.554	35.596	2.393	25.337	1.972	23.921	1.640	17.783
mai/07	21.183	218.125	14.902	172.436	7.165	85.408	6.224	116.379	3.133	35.639	2.109	25.375	1.837	24.039	1.473	17.827
jun/07	19.087	218.482	15.555	173.266	7.700	85.464	5.859	116.398	3.155	35.730	2.112	25.371	1.960	24.127	1.480	17.884
jul/07	18.642	219.359	14.519	174.125	6.754	85.453	5.742	116.577	2.943	35.843	1.964	25.387	1.793	24.212	1.401	17.927
ago/07	18.127	219.933	14.288	174.708	7.415	85.652	5.568	116.971	3.283	35.969	2.250	25.420	1.993	24.296	1.540	17.963
Total	119.825	1.309.313	90.712	1.037.509	43.456	512.366	35.472	697.646	19.447	214.314	13.156	152.281	11.398	144.412	9.104	107.169



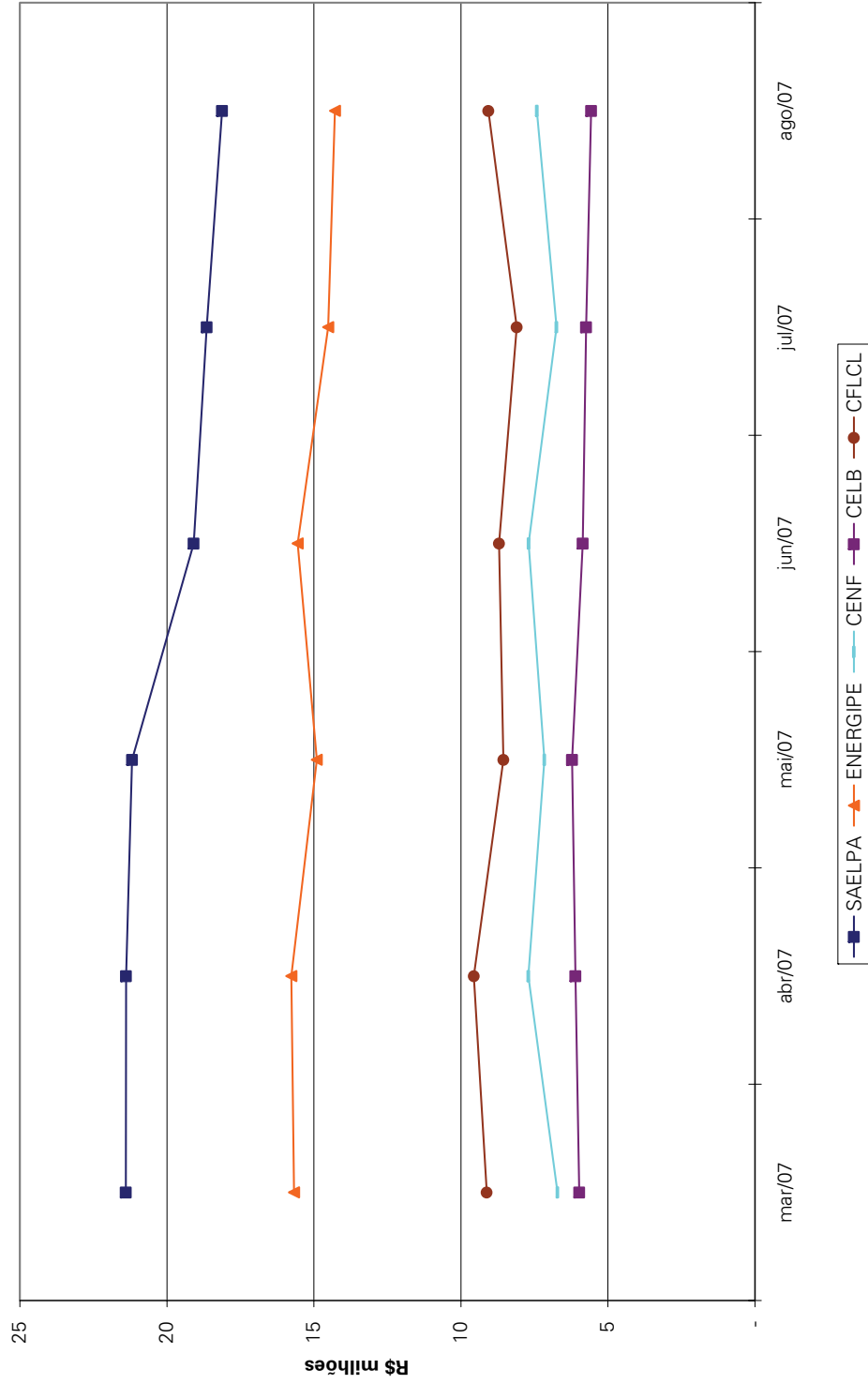
Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 2ª Fase

Gráfico 3.1 - Faturamento Mensal por Município Eleito



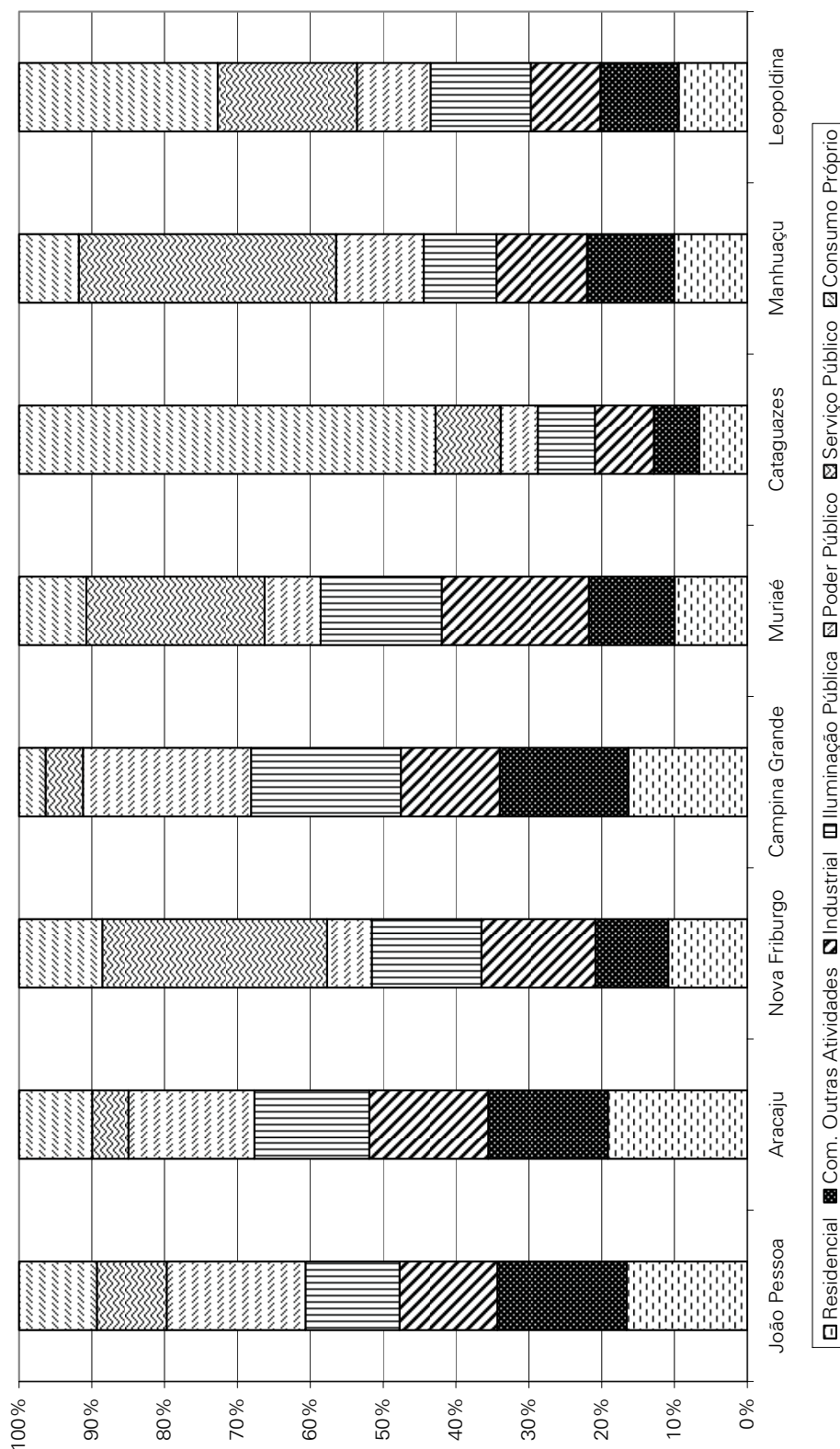
Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 2ª Fase

Gráfico 3.2 - Faturamento Mensal por Originadora



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 2ª Fase

Gráfico 3.3 - Representação Gráfica das Classes de Consumo por Município Eleito



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 2ª Fase

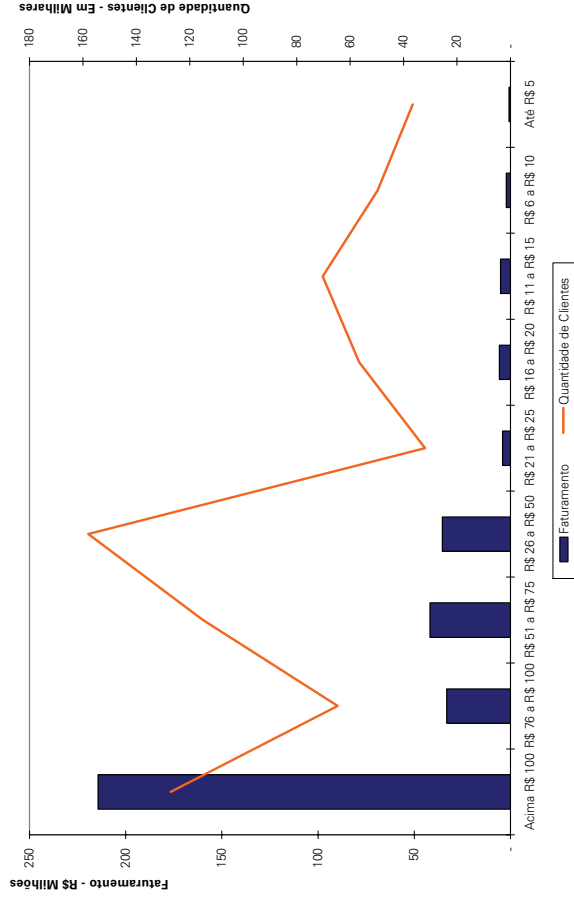
Tabela 3. 4 - Valor Médio das Faturas de Energia por Município Eleito

Período	R\$							
	João Pessoa	Aracaju	Nova Friburgo	Campina Grande	Muriae	Cataguazes	Manhuaçu	Leopoldina
mar/07	98,8	91,6	78,9	51,7	95,1	91,7	77,4	88,3
abr/07	98,6	91,8	90,4	52,7	99,8	94,4	82,4	92,2
mai/07	97,1	86,4	83,9	53,5	87,9	83,1	76,4	82,6
jun/07	87,4	89,8	90,1	50,3	88,3	83,3	81,2	82,7
jul/07	85,0	83,4	79,0	49,3	82,1	77,3	74,0	78,2
ago/07	82,4	81,8	86,6	47,6	91,3	88,5	82,0	85,7
Média	91,5	87,4	84,8	50,8	90,7	86,4	78,9	85,0

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 2ª Fase

Tabela 3.5 - Média de Faturamento Mensal por Consumidor por Município Eleito

Média de Faturamento Mensal por Cliente	Faturamento - R\$ (000)	%	Quantidade de Clientes	%
Acima R\$ 100	214.330	62,6	127.155	17,9
R\$ 76 a R\$ 100	33.132	9,7	64.686	9,1
R\$ 51 a R\$ 75	41.816	12,2	115.083	16,2
R\$ 26 a R\$ 50	35.388	10,3	158.000	22,3
R\$ 21 a R\$ 25	4.124	1,2	31.953	4,5
R\$ 16 a R\$ 20	5.705	1,7	56.637	8,0
R\$ 11 a R\$ 15	5.135	1,5	70.226	9,9
R\$ 6 a R\$ 10	2.176	0,6	49.707	7,0
Até R\$ 5	763	0,2	36.545	5,1
Total	342.569	100,0	709.992	100,0



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 2ª Fase

Tabela 3.6 - Distribuição dos Prazos de Pagamento das Faturas sob Análise para o Consolidado dos Municípios Eleitos

Faixas	Consolidado	
	R\$ (000)	% acum.
Total	342.569	
A vencer	31.780	
Saldo vencido	310.789	100
Liquidadas antecipadamente		
1 a 5 dias	48.331	15,6
6 a 10 dias	11.166	3,6
Acima de 10 dias	3.379	1,1
		20,2
Liquidadas no vencimento	81.839	26,3
		46,6
Liquidadas com atraso		
1 a 5 dias	31.449	10,1
6 a 10 dias	19.716	6,3
11 a 15 dias	15.650	5,0
16 a 30 dias	40.634	13,1
31 a 60 dias	30.384	9,8
61 a 90 dias	2.214	0,7
91 a 120 dias	942	0,3
121 a 150 dias	79	0,0
151 a 180 dias	7	0,0
Acima de 180 dias	-	-
		92,0
Vencidas e não liquidadas		
1 a 5 dias	1.990	0,6
6 a 10 dias	4.446	1,4
11 a 15 dias	3.691	1,2
16 a 30 dias	6.542	2,1
31 a 60 dias	3.858	1,2
61 a 90 dias	1.628	0,5
91 a 120 dias	1.026	0,3
121 a 150 dias	1.397	0,4
151 a 180 dias	421	0,1
Acima de 180 dias	-	-
		100,0

A distribuição dos prazos de pagamento das Faturas de Energia por município e por classe de consumo é apresentada nos Anexos I e II deste relatório, respectivamente.



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 2ª Fase

Tabela 3.7 - Média de Recebimentos Acumulada por Quinzena

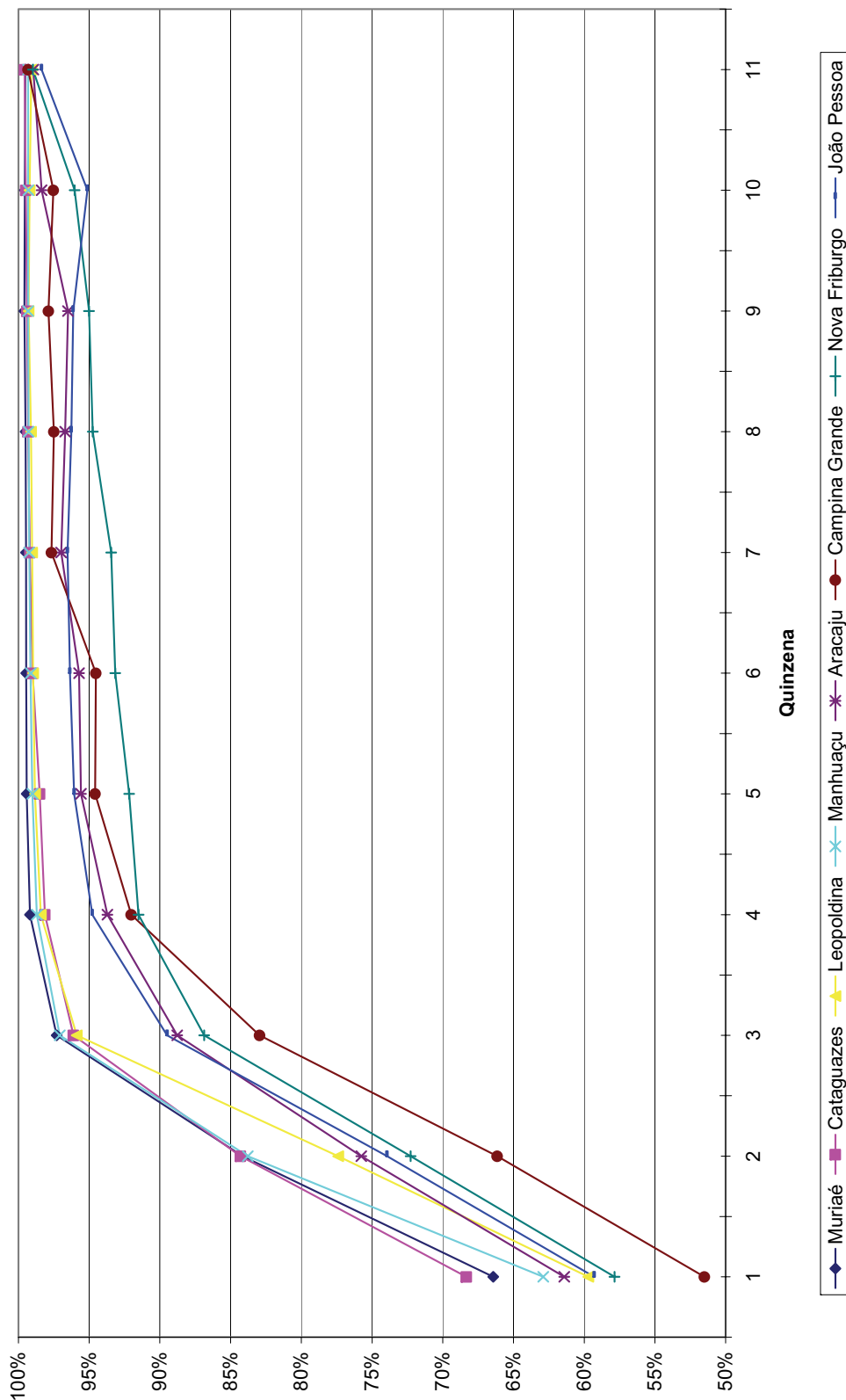
Quinzena	% de Recebimentos por Quinzena de Vencimento							
	Muriae	Cataguazes	Leopoldina	Manhuaçu	Aracaju	Campina Grande	Nova Friburgo	João Pessoa
1	66,4	68,3	59,7	62,9	61,4	51,5	57,9	59,3
2	84,2	84,3	77,4	83,8	75,8	66,2	72,3	73,9
3	97,3	96,1	95,9	97,1	88,8	82,9	86,9	89,5
4	99,2	98,1	98,4	98,7	93,7	92,0	91,5	94,8
5	99,4	98,5	98,8	99,0	95,6	94,6	92,2	96,1
6	99,5	99,0	99,0	99,1	95,7	94,5	93,2	96,4
7	99,5	99,2	99,0	99,3	97,0	97,7	93,5	96,5
8	99,5	99,3	99,1	99,3	96,7	97,5	94,7	96,3
9	99,6	99,4	99,3	99,3	96,5	97,9	95,0	96,1
10	99,5	99,5	99,2	99,3	98,4	97,5	96,0	95,1
11	99,5	99,6	99,1	99,3	99,0	99,3	99,0	98,4



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 2ª Fase

Nos Anexos III a X São Apresentadas as Matrizes Triangulares por Município Eleito

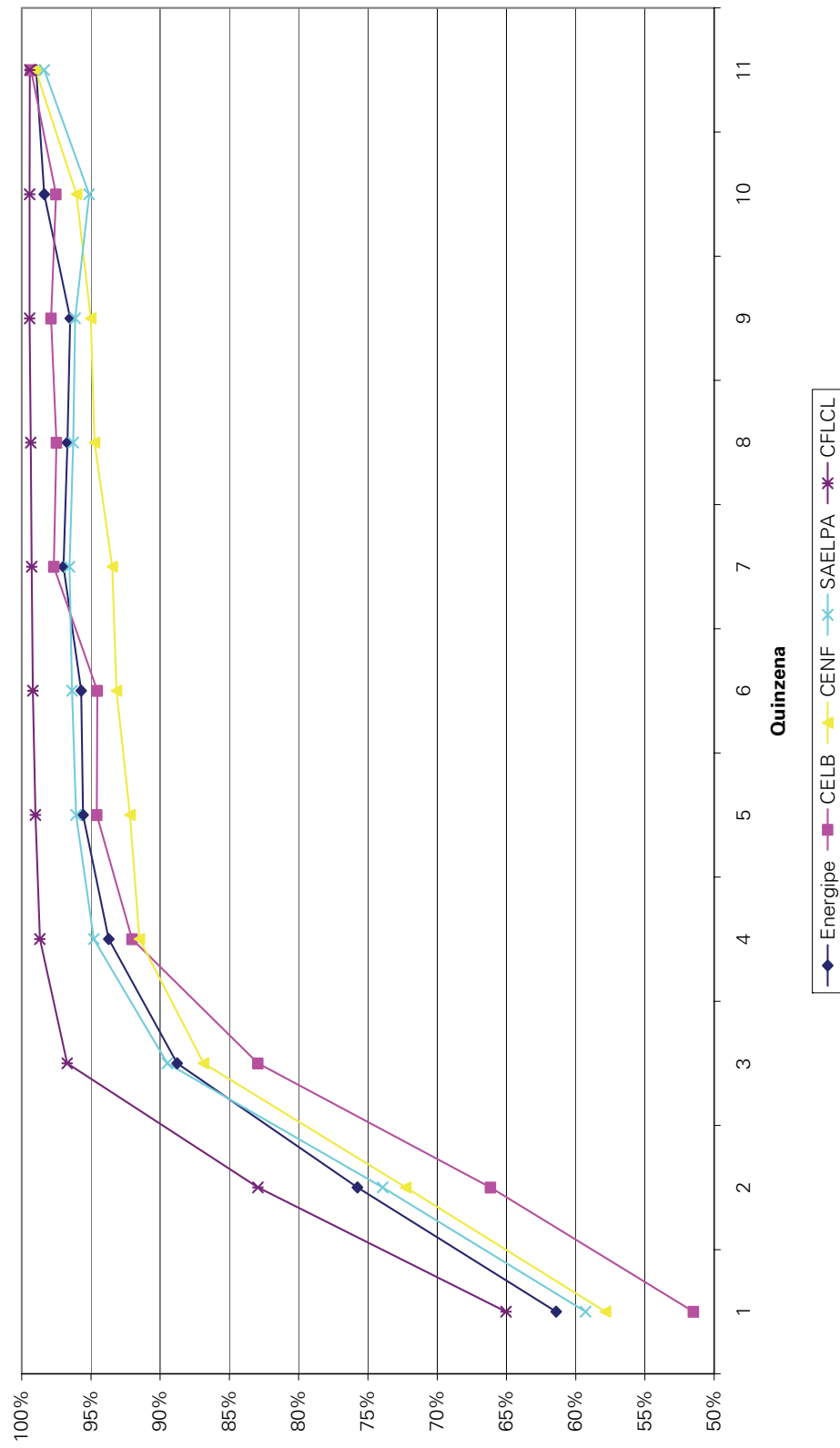
Gráfico 3.4 - Segmentação por Município Eleito



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 24788
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

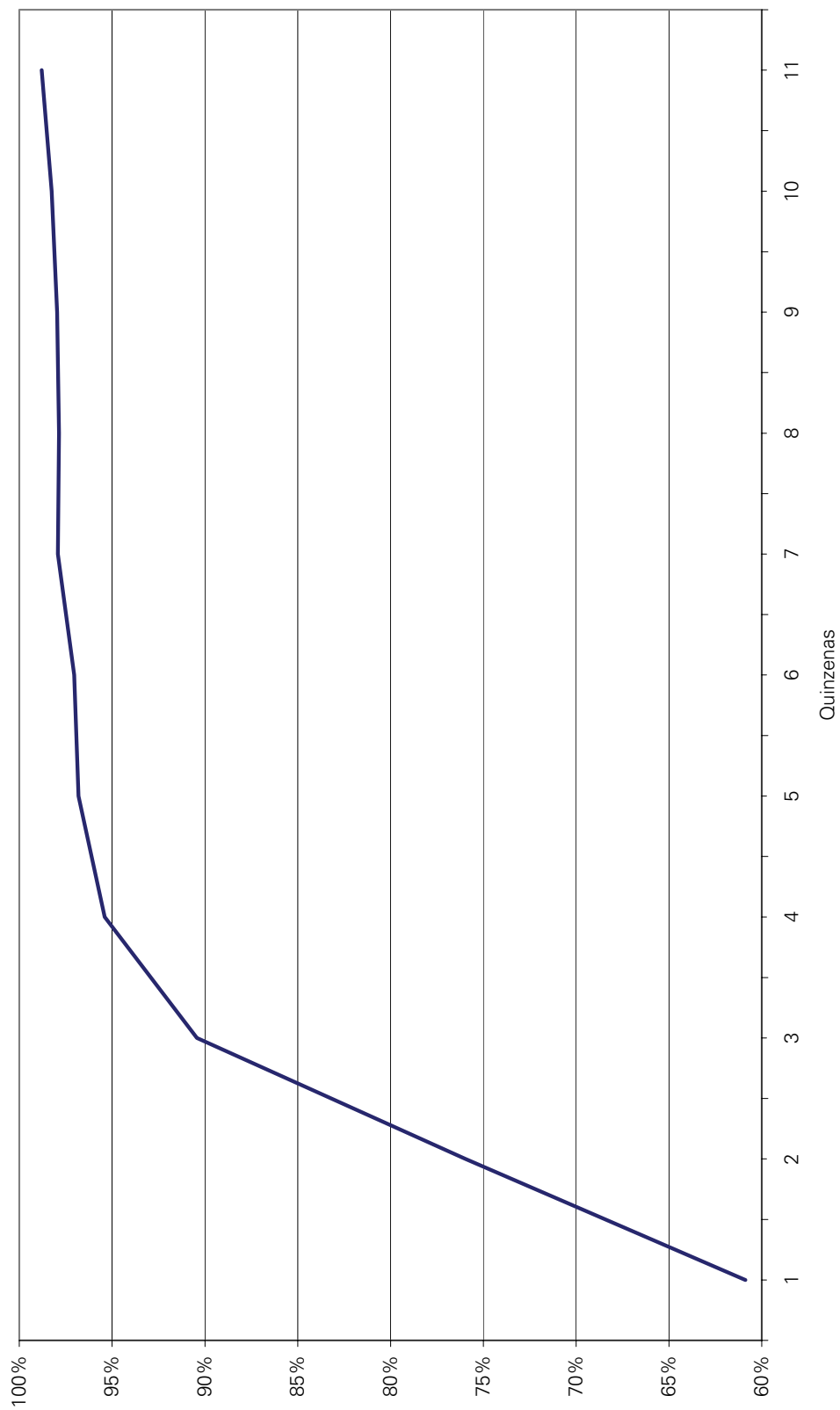
Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 2ª Fase

Gráfico 3.5 - Segmentação por Originadora



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 2ª Fase

Gráfico 3.6 - Segmentação Consolidada



Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 2ª Fase

Tabela 3.8 - Distribuição dos Volumes Arrecadados Por forma de Pagamento Utilizado - Em milhares de Reais

Período	Boca de Caixa	Farmácias, Correios, etc	Débito Automático	Boleto Bancário	Crédito em Conta	Encontro de Contas	Internet	Outros*	Total Arrecadado
mar/07	40.488	5.799	4.827	344	2.522	1.691	1.759		57.430
abr/07	41.199	6.563	4.912	329	2.579	1.596	1.899	-	59.079
mai/07	39.449	5.950	4.677	316	2.549	1.625	1.835		56.401
jun/07	37.704	6.122	4.583	291	1.981	1.610	1.864	0	54.156
jul/07	30.608	4.415	4.266	123	1.733	1.326	1.538	952	44.961
ago/07	14.482	3.973	3.207	88	225	1.027	1.268	21.273	45.544
Total	203.929	32.823	26.472	1.491	11.589	8.875	10.165	22.225	317.570
%	64,2%	10,3%	8,3%	0,5%	3,6%	2,8%	3,2%	7,0%	100,0%

* Referem-se a operações cuja forma de pagamento não foi identificada.



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 24788
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Apresentação da Carteira de Recebíveis (cont.) – 2ª Fase

Tabela 3.9 - Descrição dos Principais Agentes Arrecadores - Em milhares de Reais

Origem	CEF	Multibank	Banco do Brasil	Banese	Bradesco	Unibanco	Outros*	Total Arrecadado
mar/07	14.956	10.465	8.426	6.014	2.005	1.605	13.959	57.430
abr/07	15.836	9.999	7.605	5.933	2.111	1.833	15.761	59.079
mai/07	15.498	9.255	7.379	5.557	2.042	1.819	14.852	56.401
jun/07	14.603	8.850	6.669	5.579	2.061	1.806	14.589	54.156
jul/07	11.724	6.839	6.004	4.635	1.770	1.545	12.444	44.961
ago/07	5.746	2.436	3.288	1.952	1.173	1.122	29.828	45.544
Total	78.362	47.844	39.371	29.670	11.162	9.729	101.433	317.570
%	24,7%	15,1%	12,4%	9,3%	3,5%	3,1%	31,9%	100,0%

* Referem-se a operações cujas faturas estão em aberto ou cuja forma de pagamento não foi identificada.



© 2007 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 24788
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça.

Conciliação da Base de Dados com os Registros Contábeis

Base de Dados Sujeita à Análise

A base de dados sujeita à análise foi-nos fornecida pela área de Tecnologia das Originadoras, contemplando todo o faturamento dessas Originadoras correspondente ao período de 1º de março de 2004 a 31 de agosto de 2007. Essa base de dados sofreu algumas eliminações, a fim de se identificar o volume de faturamento a ser cedido, conforme descrito a seguir.

Conciliação da Base de Dados

Com o intuito de conciliar a base de dados, aplicamos procedimentos de comparação dos saldos dos arquivos fornecidos pela área de Tecnologia das Originadoras com os respectivos saldos contábeis de cada uma das Originadoras. Apresentamos abaixo o resultado da aplicação desses procedimentos, incluindo as representações fornecidas pela gerência das Originadoras.

Foram selecionados para fins de reconciliação com os saldos contábeis os faturamentos dos exercícios de 2005 e 2006, conforme demonstrado na Tabela 3.12 abaixo:

Tabela 3.12 - Conciliação da Base de Dados com os Saldos Contábeis

Período	R\$ (000)			Total	Demais períodos *	Total das Bases de Dados
	2005	2006				
Faturamento dos consumidores dos municípios eleitos	617.133	722.408		1.339.541	902.815	2.242.356
Faturamento dos demais consumidores	1.105.831	1.306.757		2.412.587	3.699.627	6.112.214
Total - Base de Dados	1.722.964	2.029.165		3.752.129	4.602.442	
Total do Faturamento - Saldos contábeis	1.751.858	1.997.617		3.749.475		
Diferença				2.654		
Diferença (%)				0,07%		

* Correspondem ao faturamento dos meses de março a dezembro de 2004 e janeiro a agosto de 2007, excluídos para fins desse exercício.



Conciliação da Base de Dados com os Registros Contábeis (cont.)

De acordo com as informações obtidas com a gerência das Originadoras, as divergências apresentadas decorrem do critério de “corte” para a geração da base de dados, que considera a data para apresentação das Faturas de Energia aos Consumidores, enquanto os saldos contábeis consideram o período de competência do faturamento.

A aplicação dos procedimentos descritos nesta seção objetivou estabelecer uma base de confiança na qualidade das informações processadas. O resultado desses procedimentos indicou a existência de certas divergências, que foram consideradas imateriais na avaliação do Grupo Estruturador (Citibank e Itaú BBA), no contexto da avaliação do perfil da carteira e seu desempenho no período sob análise.

Descrição dos Procedimentos para Faturamento e Cobrança dos Recebíveis

Seção 3 - Levantamento dos Procedimentos de Contratação e Faturamento

A fim de cumprir os objetivos descritos neste relatório, relacionados aos processos de contratação, faturamento e cobrança dos recebíveis analisados, revisamos a estrutura envolvida nesses respectivos processos, por meio de discussão com representantes das Originadoras. Para fins de levantamento desses fluxos foram observados os processos vigentes na Empresa Energética de Sergipe - ENERGEIPE, vigentes durante a execução de nossos trabalhos.

Políticas de Contratação de Energia pelos Consumidores

Conforme normas e regulamentos da ANEEL, o Consumidor é uma pessoa física ou jurídica que solicita à Originadora o fornecimento de energia elétrica, assumindo responsabilidades pelo pagamento das Faturas de Energia e por demais obrigações, vinculando-se, assim, aos contratos de fornecimento ou de adesão, conforme o caso.

Para que os Consumidores de baixa tensão ("Grupo B") sejam conectados ao sistema de distribuição e transmissão das Originadoras, depois de cumpridas determinadas exigências técnicas, a ANEEL definiu um Contrato de Adesão-padrão, válido para todas as classes de Consumidores, de todas as distribuidoras de energia elétrica do País.

Ciclo de Faturamento e Cobrança

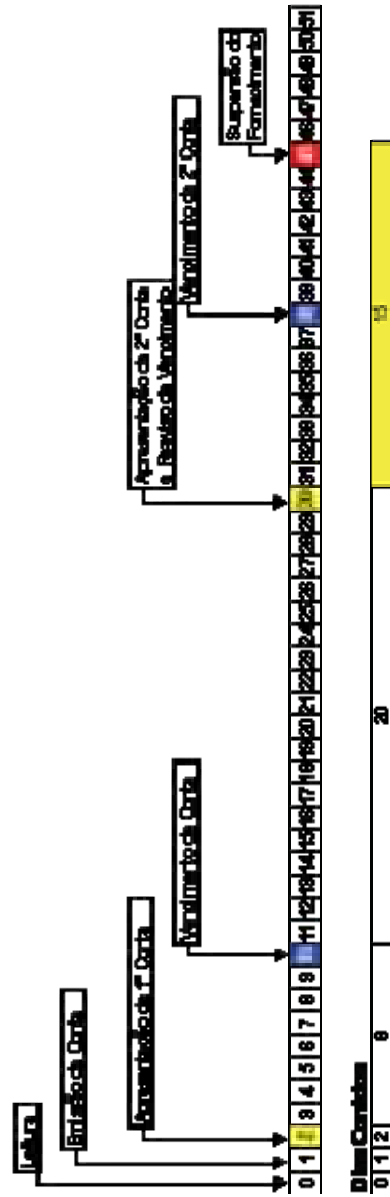
O ciclo de faturamento dos Consumidores pode ser resumido da seguinte forma:

- Apuração da energia consumida através da leitura do medidor
- Emissão da Fatura de Energia
- Apresentação da Fatura de Energia ao Consumidor
- Vencimento da Fatura de Energia
- Apresentação do reaviso das Faturas de Energia vencidas e não pagas
- Suspensão (corte) das unidades inadimplentes
- Outras formas de cobrança, envolvendo, inclusive, terceiros

O sistema computacional das Originadoras disponibiliza, automaticamente, os Consumidores para corte depois de cumprido o período definido na legislação aplicável, conforme apresentado no esquema a seguir. A legislação aplicável determina que a distribuidora de energia elétrica somente possa suspender o fornecimento de energia elétrica a um Consumidor inadimplente após 15 dias, contados a partir da data da apresentação do reaviso. O reaviso para os Consumidores objeto dessa revisão é efetuado na apresentação da Fatura de Energia do mês seguinte à Fatura de Energia vencida.



Descrição dos Procedimentos para Faturamento e Cobrança dos Recebíveis



Ações de Cobrança

É política das Originadoras, por questões operacionais, antes de utilizarem o direito de suspender o fornecimento aos Consumidores inadimplentes, procurar negociar o pagamento dos débitos com estes.

Além da suspensão do fornecimento aos Consumidores inadimplentes, as Originadoras utilizam outros métodos visando ao recebimento de débitos vencidos:

- **Terceirização:** Os Consumidores que foram desligados e que tenham débitos vencidos há mais de 90 dias estão sendo cobrados por meio de terceiros.
- **Parcelamento:** Para alguns casos específicos, o Consumidor negocia um parcelamento de seus débitos, mediante o pagamento de uma entrada (30% a 40% do débito), estando incluídos nos valores cobrados os montantes relativos à atualização monetária, juros e multas.

Descrição da Estrutura de Atendimento para Relação de Consumidores à Rede Elétrica

Sendo eficaz a ação de cobrança com os Consumidores, estes podem solicitar a reconexão ao sistema elétrico. A solicitação é feita acessando-se uma central de atendimento, sendo identificada pelo atendente a natureza do serviço ou a informação desejada pelo Consumidor.

Descrição dos Procedimentos para Faturamento e Cobrança dos Recebíveis (cont.)

Caso a natureza da chamada seja relacionada a serviços operacionais, abrangendo serviços de: (i) falta de energia, (ii) fio partido, (iii) iluminação pública ou (iv) queda de tensão, tais ocorrências são direcionadas à área Operacional (COD), que faz o gerenciamento das prioridades de atendimento utilizando o Sistema de Gerenciamento de Operação (SIGCOD) e aciona as equipes de apoio.

Caso a natureza das chamadas seja relacionada a serviços comerciais, estas são direcionadas pelo *Call Center* a uma área responsável pelo processo que usa um dos sistemas abaixo para o atendimento:

- SIATE: Efetua os serviços de atendimento a Consumidores relacionados a: (i) aferição e substituição de medidor, (ii) alteração cadastral, (iii) aumento de carga de energia, (iv) emissão de segunda via de Faturas de Energia, (v) refaturamento de contas, (vi) ligações novas e (vii) religação de energia.
- SIAIF: Atende a denúncias de fraude e ligações clandestinas na rede elétrica etc.
- SINED: Efetua a negociação e o parcelamento de débitos em atraso.

A partir dessa solicitação de religação de energia é acionada uma equipe técnica para atendimento, a qual se dirige ao local indicado. Esse técnico solicita, então, o comprovante de pagamento dos débitos em atraso - Conta de luz contendo a autenticação bancária. Verificando-se o pagamento dos débitos atrasados é feito o religamento à rede elétrica.



Anexo I - Aging List por Município Eleito - 1a Fase

Faixas	Atrasado		Cumprida Grande		Cumpridas		Jana Pessoa		L. Especial		Muita		Nova Fátima		Consolidado	
	RS mil	% acum.	RS mil	% acum.	RS mil	%	RS mil	%	RS mil	% acum.	RS mil	%	RS mil	%	RS mil	% acum.
Total	540.762		230.177		81.292		566.057		47.631		57.876		274.516		1.899.787	
A vencer	12.166		5.308		1.907		10.291		1.154		1.220		5.821		40.178	
Saldo vencido	528.596	100,0%	224.869	100,0%	79.384	100,0%	555.766	100,0%	46.477	100,0%	56.656	100,0%	268.695	100,0%	1.859.609	100,0%
Liquidadas antecipadamente																
1 a 5 dias	71.899	14%	28.229	12,6%	11.206	14,1%	82.090	14,9%	6.608	14,2%	7.579	13,4%	36.959	13,8%	261.432	14,1%
6 a 10 dias	12.883	2%	7.402	3,2%	4.103	5,2%	22.466	4,0%	1.431	3,1%	2.059	3,6%	10.554	3,9%	63.895	3,4%
+ de 10 dias	3.994	1%	2.071	0,9%	1.111	1,4%	4.358	0,8%	512	1,1%	636	1,1%	4.473	1,7%	18.322	1,0%
Liquidadas no vencimento	166.927	32%	56.003	24,9%	26.065	32,8%	127.348	22,9%	11.825	25,4%	15.122	26,7%	84.510	31,5%	517.701	27,8%
Liquidadas com atraso																
1 a 5 dias	54.138	10%	19.816	8,8%	9.516	12,0%	51.327	9,3%	4.965	10,7%	6.701	11,8%	27.547	10,3%	184.756	9,9%
6 a 10 dias	30.380	6%	17.555	7,8%	3.778	4,8%	38.675	7,0%	2.518	5,4%	3.553	6,3%	14.348	5,3%	116.398	6,3%
11 a 15 dias	25.537	4%	13.747	6,1%	3.871	4,9%	31.361	5,6%	2.802	6,0%	3.726	6,6%	12.610	4,7%	97.398	5,2%
16 a 30 dias	58.213	11%	33.702	15,0%	12.428	15,7%	76.867	13,8%	8.758	18,8%	11.123	19,6%	34.598	12,9%	254.952	13,7%
31 a 60 dias	62.048	12%	32.096	14,3%	3.732	4,7%	85.548	15,4%	4.698	10,1%	4.709	8,3%	29.014	10,8%	227.471	12,2%
61 a 90 dias	8.810	2%	3.166	1,4%	535	0,7%	7.449	1,3%	709	1,5%	188	0,3%	2.500	0,9%	23.485	1,3%
91 a 120 dias	2.770	1%	808	0,4%	221	0,3%	2.616	0,5%	56	0,1%	59	0,1%	733	0,3%	7.317	0,4%
121 a 150 dias	1.057	0%	438	0,2%	176	0,2%	1.457	0,3%	65	0,1%	34	0,1%	342	0,1%	3.614	0,2%
151 a 180 dias	613	0%	325	0,1%	84	0,1%	1.231	0,2%	155	0,3%	23	0,0%	203	0,1%	2.657	0,1%
+ de 180 dias	1.935	0%	1.115	0,5%	124	0,2%	4.175	0,8%	125	0,3%	80	0,1%	591	0,2%	8.233	0,4%
Vencidas e não liquidadas																
1 a 5 dias	766	0%	812	0,4%	170	0,2%	2.101	0,4%	98	0,2%	99	0,2%	696	0,3%	4.951	0,3%
6 a 10 dias	1.189	0%	876	0,4%	137	0,2%	1.421	0,3%	85	0,2%	157	0,3%	358	0,1%	4.425	0,2%
11 a 15 dias	1.071	0%	406	0,2%	141	0,2%	1.485	0,3%	234	0,5%	178	0,3%	325	0,1%	4.093	0,2%
16 a 30 dias	2.339	0%	1.031	0,5%	303	0,4%	2.481	0,4%	178	0,4%	159	0,3%	920	0,3%	4.715	0,2%
31 a 60 dias	1.834	0%	1.134	0,5%	111	0,1%	1.522	0,3%	132	0,3%	38	0,1%	500	0,2%	5.105	0,3%
61 a 90 dias	1.609	0%	251	0,1%	144	0,2%	1.382	0,3%	52	0,1%	13	0,0%	103	0,0%	2.310	0,1%
91 a 120 dias	903	0%	206	0,1%	102	0,1%	376	0,1%	46	0,1%	13	0,0%	127	0,0%	1.794	0,1%
121 a 150 dias	758	0%	223	0,1%	57	0,1%	313	0,1%	14	0,0%	11	0,0%	107	0,0%	1.498	0,1%
151 a 180 dias	844	0%	172	0,1%	52	0,1%	350	0,1%	9	0,0%	8	0,0%	91	0,0%	1.533	0,1%
+ de 180 dias	18.569	4%	3.024	1,6%	918	1,2%	7.394	1,3%	433	0,9%	367	0,6%	6.241	2,3%	38.060	2,0%

Anexo II - Aging list por Segmento de Consumo - 1a Fase

Fluxo	Residencial		Industrial		Com. Outras Ativ.		Poder Público		Iluminação Pública		Serviço Público		Consumo Próprio		Outros		Consolidado	
	RS(000)	% acum.	RS(000)	%	RS(000)	% acum.	RS(000)	%	RS(000)	% acum.	RS(000)	%	RS(000)	% acum.	RS(000)	%	RS(000)	%
Total	1.116.877		107.684		493.580		73.051		79.039		22.800		3.883		2.873		1.899.787	
A vencer	22.413		2.974		9.098		2.414		2.157		965		127		31		40.178	
Saldo vencido	1.094.464	100,0%	104.711	100,0%	484.482	100,0%	70.638	100,0%	76.881	100,0%	21.835	100,0%	3.756	100,0%	2.842	100,0%	1.859.609	100,0%
Liquidadas antecipadamente																		
1 a 5 dias	178.155	16,3%	7.417	7,1%	52.988	10,9%	11.172	15,8%	8.501	11,1%	2.640	12,1%	20	0,5%	540	19,0%	261.432	14,1%
6 a 10 dias	50.079	4,6%	861	0,8%	7.740	1,6%	3.409	4,8%	1.555	2,0%	165	0,8%	0	0,0%	87	3,0%	63.895	3,4%
+ de 10 dias	12.764	1,2%	331	0,3%	2.803	0,6%	1.862	2,6%	438	0,6%	90	0,4%	15	0,4%	19	0,7%	18.322	1,0%
Liquidadas no vencimento																		
1 a 5 dias	234.571	21,4%	47.206	45,1%	195.565	40,4%	6.857	9,7%	22.602	29,4%	6.350	29,1%	3.699	98,5%	850	29,9%	517.701	27,8%
Liquidadas com atraso																		
1 a 5 dias	109.031	10,0%	9.463	9,0%	51.137	10,6%	6.493	9,2%	1.872	2,4%	6.346	29,1%	4	0,1%	410	14,4%	184.756	9,9%
6 a 10 dias	72.415	6,6%	3.902	3,7%	21.021	4,3%	8.002	11,3%	10.117	13,2%	739	3,4%	7	0,2%	195	6,9%	116.398	6,3%
11 a 15 dias	66.277	6,1%	4.060	3,9%	20.059	4,1%	4.697	6,6%	1.637	2,1%	511	2,3%	-	0,0%	158	5,5%	97.398	5,2%
16 a 30 dias	168.747	15,4%	16.881	16,1%	58.734	12,1%	7.120	10,1%	2.134	2,8%	1.072	4,9%	-	0,0%	263	9,3%	254.952	13,7%
31 a 60 dias	151.896	13,9%	8.771	8,4%	50.798	10,5%	8.148	11,5%	5.718	7,4%	1.949	8,9%	-	0,0%	191	6,7%	227.471	12,2%
61 a 90 dias	12.773	1,1%	670	0,6%	95.131	2,0%	3.519	5,0%	1.931	2,5%	632	2,9%	-	0,0%	24	0,8%	23.485	1,3%
91 a 120 dias	3.014	0,3%	167	0,2%	1.255	0,3%	1.543	2,2%	1.004	1,3%	328	1,5%	-	0,0%	6	0,2%	7.317	0,4%
121 a 150 dias	1.450	0,1%	96,9%	0,1%	649	0,1%	722	1,0%	446	0,6%	248	1,1%	-	0,0%	2	0,1%	3.614	0,2%
151 a 180 dias	910	0,1%	97,0%	0,1%	397	0,1%	524	0,7%	616	0,8%	148	0,7%	-	0,0%	1	0,0%	2.657	0,1%
+ de 180 dias	3.594	0,3%	216	0,2%	1.650	0,3%	1.163	1,6%	1.517	2,0%	86	0,4%	-	0,0%	7	0,2%	8.233	0,4%
Vencidas e não liquidadas																		
1 a 5 dias	2.893	0,3%	234	0,2%	1.409	0,3%	397	0,6%	9	0,0%	0	0,0%	-	0,0%	10	0,3%	4.951	0,3%
6 a 10 dias	1.957	0,2%	141	0,1%	784	0,2%	624	0,9%	872	1,1%	44	0,2%	-	0,0%	2	0,1%	4.425	0,2%
11 a 15 dias	2.664	0,2%	121	0,1%	1.041	0,2%	97,5%	0,1%	91	0,1%	11	0,1%	-	0,0%	2	0,1%	4.093	0,2%
16 a 30 dias	5.552	0,5%	98,6%	0,4%	1.213	0,3%	1.002	1,4%	158	0,2%	64	0,3%	-	0,0%	13	0,5%	7.715	0,4%
31 a 60 dias	2.803	0,2%	98,8%	0,4%	1.113	0,2%	1.002	1,4%	558	0,7%	22	0,1%	-	0,0%	39	1,4%	5.603	0,3%
61 a 90 dias	731	0,1%	98,8%	0,1%	537	0,1%	386	0,5%	523	0,7%	11	0,0%	0	0,0%	5	0,2%	2.310	0,1%
91 a 120 dias	553	0,1%	98,9%	0,1%	340	0,1%	276	0,4%	510	0,7%	20	0,1%	-	0,0%	1	0,0%	1.794	0,1%
121 a 150 dias	459	0,0%	98,9%	0,1%	268	0,1%	124	0,2%	509	0,7%	-	0,0%	-	0,0%	3	0,1%	1.498	0,1%
151 a 180 dias	516	0,0%	99,0%	0,1%	277	0,1%	139	0,2%	534	0,7%	6	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1.533	0,1%
+ de 180 dias	11.161	1,0%	2.838	2,7%	8.359	1,7%	2.149	3,0%	13.174	17,1%	352	1,6%	12	0,3%	15	0,5%	38.060	2,0%

Anexo IIIa - Muriaé - 1a Fase

46



Anexo IIIa - Muriaé

Grupo Energia
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimento Pre-acordado

Vencimento	Set06-1ºQ	Set06-2ºQ	Out06-1ºQ	Out06-2ºQ	Nov06-1ºQ	Nov06-2ºQ	Dez06-1ºQ	Dez06-2ºQ	Jan07-1ºQ	Jan07-2ºQ	Fev07-1ºQ	Fev07-2ºQ	Em aberto	Total
Mar-04-1ºQ	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	286,45	87.123,89
Mar-04-1ºQ	99,81%	99,81%	99,81%	99,81%	99,81%	99,81%	99,81%	99,81%	99,81%	99,81%	99,81%	99,81%	2.160,61	113.36.278,45
Abr-04-1ºQ	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	5.576,54	820.046,21
Abr-04-1ºQ	97,68%	97,68%	97,68%	97,68%	97,68%	97,68%	97,68%	97,68%	97,68%	97,68%	97,68%	97,68%	32.948,55	1.420.480,64
Mai-04-1ºQ	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	16.776,22	1.017.973,18
Mai-04-1ºQ	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	4.987,05	1.312.637,96
Jun-04-1ºQ	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	2.425,83	886.527,64
Jun-04-1ºQ	97,90%	97,90%	97,90%	97,90%	97,90%	97,90%	97,90%	97,90%	97,91%	97,91%	97,91%	97,91%	24.913,48	1.189.847,54
Jul-04-1ºQ	98,47%	98,47%	98,47%	98,47%	98,47%	98,47%	98,47%	98,47%	98,47%	98,47%	98,47%	98,47%	13.632,29	901.943,35
Jul-04-1ºQ	99,88%	99,88%	99,88%	99,88%	99,88%	99,88%	99,88%	99,88%	99,88%	99,88%	99,88%	99,88%	1.041,12	1.298.198,94
Ago-04-1ºQ	99,77%	99,77%	99,77%	99,77%	99,77%	99,77%	99,77%	99,77%	99,77%	99,77%	99,77%	99,77%	1.947,16	873.729,50
Ago-04-2ºQ	99,74%	99,74%	99,74%	99,74%	99,74%	99,74%	99,74%	99,74%	99,75%	99,75%	99,78%	99,78%	3.071,26	1.392.870,38
Set-04-1ºQ	99,70%	99,70%	99,71%	99,71%	99,71%	99,71%	99,71%	99,71%	99,71%	99,71%	99,71%	99,71%	2.784,99	945.410,45
Set-04-2ºQ	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	4.299,45	1.338.675,19
Out-04-1ºQ	99,80%	99,80%	99,81%	99,81%	99,81%	99,81%	99,81%	99,81%	99,81%	99,81%	99,81%	99,81%	1.996,75	1.034.627,61
Out-04-2ºQ	99,76%	99,76%	99,76%	99,76%	99,76%	99,76%	99,76%	99,76%	99,78%	99,78%	99,78%	99,78%	3.028,83	1.393.818,36
Nov-04-1ºQ	98,89%	98,89%	98,89%	98,89%	98,89%	98,89%	98,89%	98,89%	98,89%	98,89%	98,89%	98,89%	10.767,54	972.349,57
Nov-04-1ºQ	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,24%	99,24%	99,24%	99,24%	11.761,36	1.539.582,11
Dez-04-1ºQ	99,37%	99,37%	99,38%	99,38%	99,38%	99,38%	99,38%	99,38%	99,39%	99,39%	99,39%	99,39%	4.918,16	1.207.999,16
Dez-04-2ºQ	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,81%	99,81%	99,81%	99,81%	2.394,76	1.281.610,77
Jan-05-1ºQ	98,35%	98,35%	98,36%	98,36%	98,36%	98,36%	98,36%	98,36%	98,38%	98,38%	98,38%	98,38%	18.543,92	1.146.263,76
Jan-05-2ºQ	99,55%	99,55%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	6.680,86	1.523.337,97
Fev-05-1ºQ	99,06%	99,06%	99,06%	99,06%	99,06%	99,06%	99,06%	99,06%	99,07%	99,07%	99,07%	99,07%	10.456,70	1.21.069,44
Fev-05-2ºQ	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,24%	99,24%	99,24%	99,24%	11.287,90	1.483.956,97
Mar-05-1ºQ	98,37%	98,37%	98,37%	98,37%	98,37%	98,37%	98,37%	98,37%	98,39%	98,39%	98,39%	98,39%	19.904,48	1.239.034,06
Mar-05-2ºQ	99,82%	99,82%	99,82%	99,82%	99,82%	99,82%	99,82%	99,82%	99,83%	99,83%	99,83%	99,83%	2.171,08	1.288.667,22
Abr-05-1ºQ	99,77%	99,78%	99,78%	99,78%	99,78%	99,78%	99,78%	99,78%	99,81%	99,81%	99,81%	99,81%	2.734,97	1.460.786,03
Abr-05-2ºQ	98,59%	98,59%	98,59%	98,59%	98,59%	98,59%	98,59%	98,59%	98,60%	98,60%	98,60%	98,60%	18.334,83	1.460.786,03
Mai-05-1ºQ	98,85%	98,85%	98,85%	98,85%	98,85%	98,85%	98,85%	98,85%	98,87%	98,87%	98,87%	98,87%	15.646,41	1.390.693,36
Mai-05-2ºQ	99,71%	99,71%	99,71%	99,71%	99,71%	99,71%	99,71%	99,71%	99,71%	99,71%	99,71%	99,71%	3.928,24	1.357.272,95
Jun-05-1ºQ	98,86%	98,86%	98,86%	98,86%	98,86%	98,86%	98,86%	98,86%	98,87%	98,87%	98,87%	98,87%	14.293,89	1.267.753,60
Jun-05-2ºQ	99,76%	99,76%	99,76%	99,76%	99,76%	99,76%	99,76%	99,76%	99,76%	99,76%	99,76%	99,76%	2.870,23	1.201.993,65
Jul-05-1ºQ	99,78%	99,78%	99,78%	99,78%	99,78%	99,78%	99,78%	99,78%	99,79%	99,79%	99,79%	99,79%	2.680,83	1.291.721,02
Jul-05-2ºQ	99,63%	99,63%	99,63%	99,63%	99,63%	99,63%	99,63%	99,63%	99,64%	99,64%	99,64%	99,64%	4.454,66	1.227.690,95
Ago-05-1ºQ	99,13%	99,17%	99,17%	99,17%	99,17%	99,17%	99,17%	99,17%	99,17%	99,17%	99,17%	99,17%	9.824,03	1.189,811,85
Ago-05-2ºQ	99,28%	99,28%	99,28%	99,28%	99,28%	99,28%	99,28%	99,28%	99,29%	99,29%	99,29%	99,29%	9.348,45	1.325.274,36
Set-05-1ºQ	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,09%	97,09%	97,09%	97,09%	2.514,91	1.284.932,37
Set-05-2ºQ	99,18%	99,18%	99,18%	99,18%	99,18%	99,18%	99,18%	99,18%	99,19%	99,19%	99,19%	99,19%	11.445,98	1.439.272,92
Out-05-1ºQ	99,72%	99,72%	99,72%	99,72%	99,72%	99,72%	99,72%	99,72%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	3.442,84	1.316.740,61
Out-05-2ºQ	99,72%	99,72%	99,72%	99,72%	99,72%	99,72%	99,72%	99,72%	99,72%	99,72%	99,72%	99,72%	4.248,26	1.541.335,10
Nov-05-1ºQ	99,66%	99,66%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,69%	99,69%	99,69%	99,69%	4.204,04	1.345.021,48
Nov-05-2ºQ	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,25%	99,25%	99,25%	99,25%	11.931,27	1.595.282,58
Dez-05-1ºQ	98,51%	98,51%	98,51%	98,51%	98,51%	98,51%	98,51%	98,51%	98,53%	98,53%	98,54%	98,54%	20.770,32	1.418.090,38
Dez-05-2ºQ	99,02%	99,02%	99,02%	99,02%	99,02%	99,02%	99,02%	99,02%	99,03%	99,03%	99,03%	99,03%	13.975,98	1.465.344,88
Jan-06-1ºQ	98,70%	98,70%	98,71%	98,72%	98,72%	98,72%	98,73%	98,73%	98,73%	98,73%	98,75%	98,75%	17.740,87	1.417.184,89
Jan-06-2ºQ	99,53%	99,53%	99,53%	99,53%	99,53%	99,53%	99,53%	99,53%	99,54%	99,54%	99,54%	99,54%	8.669,54	1.497.325,74
Fev-06-1ºQ	99,79%	99,79%	99,79%	99,79%	99,79%	99,79%	99,79%	99,79%	99,79%	99,79%	99,79%	99,79%	6.172,03	1.706.486,26
Fev-06-2ºQ	99,08%	99,08%	99,08%	99,08%	99,08%	99,08%	99,08%	99,08%	99,09%	99,09%	99,09%	99,09%	2.018,88	1.652.846,52
Mar-06-1ºQ	99,79%	99,79%	99,79%	99,79%	99,79%	99,79%	99,79%	99,79%	99,81%	99,81%	99,81%	99,81%	13.995,55	1.664.109,70
Mar-06-2ºQ	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,63%	99,63%	99,63%	99,63%	2.376,27	1.445.721,16
Abr-06-1ºQ	99,80%	99,81%	99,81%	99,81%	99,81%	99,81%	99,81%	99,81%	99,82%	99,82%	99,84%	99,84%	4.240,00	1.519.806,32
Abr-06-2ºQ	98,82%	98,82%	98,82%	98,82%	98,82%	98,82%	98,82%	98,82%	98,83%	98,83%	98,84%	98,84%	2.809,99	1.781.334,42
Mai-06-1ºQ	98,81%	98,81%	98,81%	98,81%	98,81%	98,81%	98,81%	98,81%	98,82%	98,82%	98,87%	98,87%	18.230,46	1.615.266,78
Mai-06-2ºQ	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,81%	99,81%	99,87%	99,87%	1.892,77	1.451.596,59
Jun-06-1ºQ	99,78%	99,79%	99,79%	99,79%	99,79%	99,79%	99,79%	99,79%	99,80%	99,80%	99,87%	99,87%	1.747,59	1.349.922,72
Jun-06-2ºQ	99,14%	99,14%	99,14%	99,14%	99,14%	99,14%	99,14%	99,14%	99,15%	99,15%	99,15%	99,15%	10.418,35	1.380.289,56
Jul-06-1ºQ	99,70%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,74%	99,74%	99,74%	99,74%	2.089,73	1.441.733,38
Jul-06-2ºQ	99,51%	99,51%	99,51%	99,51%	99,51%	99,51%	99,51%	99,51%	99,51%	99,51%	99,51%	99,51%	4.157,18	1.481.218,41
Ago-06-1ºQ	97,06%	98,80%	98,96%	99,04%	99,05%	99,05%	99,08%	99,08%	99,11%	99,11%	99,16%	99,16%	12.322,78	1.514.469,74
Ago-06-2ºQ	98,76%	97,99%	99,53%	99,62%	99,64%	99,64%	99,72%	99,72%	99,73%	99,73%	99,79%	99,79%	3.905,52	1.509.949,04
Set-06-1ºQ	83,03%	83,03%	84,63%	84,63%	84,63%	84,63%	84,63%	84,63%	84,63%	84,63%	84,63%	84,63%	4.503,38	1.592.757,43
Set-06-2ºQ	66,73%	66,73%	66,18%	66,18%	66,18%	66,18%	66,18%	66,18%	66,18%	66,18%	66,18%	66,18%	11.236,63	1.698.436,38
Out-06-1ºQ	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	4.188,20	1.555.196,09
Out-06-2ºQ	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,36%	98,36%	98,38%	98,38%	8.332,85	1.578.676,51
Nov-06-1ºQ	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	12.256,33	1.897.515,56
Dez-06-1ºQ	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	9.232,07	1.982.264,88
Dez-06-2ºQ	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	15.787,42	1.688.248,09
Jan-07-1ºQ	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	20.147,05	1.766.476,08
Jan-07-2ºQ	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	80.736,18	1.832.861,70
Fev-07-1ºQ	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	433.459,49	1.971.795,25
Outros vencimentos													63,75%	533.230,70
Total													66,33%	101.477,43,03



Anexo IIIb - Muriae - 1a Fase

Quintzena		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Vencimento		40,7%	63,7%	94,3%	98,7%	98,8%	97,4%	99,0%	99,1%	99,1%	99,2%	99,2%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,4%	99,5%	99,5%
Mar/04-1Q		62,8%	82,2%	96,5%	99,2%	99,4%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%
Abr/04-1Q		64,8%	80,1%	97,9%	98,6%	98,8%	98,9%	99,0%	99,0%	99,0%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%
Mai/04-1Q		62,8%	81,8%	94,8%	97,2%	97,3%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,5%	97,5%	97,5%	97,5%	97,5%	97,5%	97,5%	97,5%	97,5%	97,5%	97,5%
Jun/04-1Q		61,1%	78,9%	96,5%	97,6%	97,8%	97,9%	97,9%	98,0%	98,0%	98,1%	98,1%	98,1%	98,1%	98,1%	98,1%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%
Jul/04-1Q		63,5%	84,7%	97,2%	99,1%	99,2%	99,3%	99,3%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%
Ago/04-1Q		63,3%	80,1%	97,8%	99,2%	99,2%	99,3%	99,4%	99,4%	99,4%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%
Set/04-1Q		64,1%	84,0%	95,6%	97,2%	97,3%	97,4%	97,4%	97,5%	97,5%	97,5%	97,7%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%
Out/04-1Q		64,2%	81,4%	96,2%	97,8%	98,0%	98,2%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%
Nov/04-1Q		64,7%	83,2%	97,8%	99,1%	99,3%	99,4%	99,4%	99,5%	99,5%	99,5%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%
Dez/04-1Q		66,0%	87,9%	97,7%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%
Jan/05-1Q		63,3%	81,2%	97,1%	98,9%	99,0%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%
Fev/05-1Q		63,3%	85,6%	98,8%	99,1%	99,3%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%
Mar/05-1Q		62,9%	80,5%	94,7%	98,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%
Abr/05-1Q		64,7%	82,2%	96,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%
Mai/05-1Q		63,8%	81,6%	96,0%	97,7%	98,6%	98,9%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%
Jun/05-1Q		66,9%	88,1%	97,9%	99,5%	99,5%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%
Jul/05-1Q		61,3%	79,7%	96,4%	99,2%	99,4%	99,4%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%
Ago/05-1Q		64,0%	83,2%	96,7%	98,2%	98,2%	98,3%	98,3%	98,4%	98,4%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%
Set/05-1Q		61,8%	81,7%	96,7%	98,3%	98,5%	98,5%	98,6%	98,6%	98,6%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%
Out/05-1Q		68,0%	89,1%	98,0%	99,4%	99,4%	99,5%	99,5%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%
Nov/05-1Q		62,2%	80,2%	96,5%	98,8%	98,5%	98,6%	98,6%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%
Dez/05-1Q		68,1%	88,4%	97,9%	99,5%	99,6%	99,6%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%
Jan/06-1Q		63,3%	81,3%	97,9%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%
Fev/06-1Q		64,3%	85,0%	97,1%	98,7%	98,9%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%
Mar/06-1Q		63,8%	80,6%	97,7%	99,0%	99,1%	99,2%	99,2%	99,2%	99,2%	99,2%	99,2%	99,2%	99,2%	99,2%	99,2%	99,2%	99,2%	99,2%	99,2%	99,2%
Abr/06-1Q		64,1%	80,1%	95,3%	97,6%	97,6%	97,8%	97,8%	97,9%	97,9%	97,9%	97,9%	97,9%	97,9%	97,9%	97,9%	97,9%	97,9%	97,9%	97,9%	97,9%
Mai/06-1Q		66,3%	86,1%	97,5%	98,9%	99,0%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%
Jun/06-1Q		64,8%	84,2%	97,0%	98,8%	98,9%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%
Jul/06-1Q		65,2%	85,2%	97,7%	99,4%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%
Ago/06-1Q		65,8%	84,8%	98,1%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%
Set/06-1Q		64,4%	87,2%	96,8%	98,9%	99,0%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%
Out/06-1Q		64,7%	81,4%	95,7%	98,1%	98,3%	98,3%	98,4%	98,4%	98,4%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%
Nov/06-1Q		66,2%	84,7%	96,2%	98,8%	98,8%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%
Dez/06-1Q		64,4%	82,1%	96,2%	98,2%	98,2%	98,3%	98,3%	98,4%	98,4%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%
Jan/07-1Q		67,2%	89,0%	97,0%	99,1%	99,2%	99,2%	99,2%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%
Fev/07-1Q		64,4%	75,6%	96,6%	99,1%	99,2%	99,3%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%
Mar/07-1Q		57,2%	84,5%	97,3%	99,2%	99,5%	99,6%	99,6%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%
Abr/07-1Q		66,0%	81,8%	95,8%	98,5%	98,8%	98,9%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%
Mai/07-1Q		68,3%	86,2%	97,5%	99,4%	99,6%	99,6%	99,7%	99,7%	99,7%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%
Jun/07-1Q		66,9%	82,2%	98,0%	99,3%	99,4%	99,5%	99,5%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%
Jul/07-1Q		62,3%	85,1%	98,4%	99,5%	99,6%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%
Ago/07-1Q		63,7%	81,3%	96,3%	98,5%	98,7%	98,7%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%
Set/07-1Q		61,7%	88,1%	98,1%	99,5%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%
Out/07-1Q		67,4%	82,7%	98,4%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%
Nov/07-1Q		65,9%	84,1%	97,8%	99,6%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%
Dez/07-1Q		65,9%	88,9%	98,4%	99,5%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%
Jan/08-1Q		68,0%	84,0%	97,1%	98,8%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%
Fev/08-1Q		67,0%	88,8%	97,0%	99,5%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%
Mar/08-1Q		67,0%	88,8%	97,0%	99,5%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%
Abr/08-1Q		67,0%	88,8%	97,0%	99,5%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%
Mai/08-1Q		67,0%	88,8%	97,0%	99,5%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%
Jun/08-1Q		67,0%	88,8%	97,0%	99,5%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%
Jul/08-1Q		67,0%	88,8%	97,0%	99,5%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%
Ago/08-1Q		67,0%	88,8%	97,0%	99,5%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%
Set/08-1Q		67,0%	88,8%	97,0%	99,5%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%
Out/08-1Q		67,0%	88,8%	97,0%	99,5%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%
Nov/08-1Q		67,0%	88,8%	97,0%	99,5%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%
Dez/08-1Q		67,0%	88,8%	97,0%	99,5%	999															



Anexo IV a - Cataguazes - 1a Fase

Vencimento	Quinzena											
	Mar/04-1ºQ	Mar/04-2ºQ	Abr/04-1ºQ	Abr/04-2ºQ	Mai/04-1ºQ	Mai/04-2ºQ	Jun/04-1ºQ	Jun/04-2ºQ	Jul/04-1ºQ	Jul/04-2ºQ	Ago/04-1ºQ	Ago/04-2ºQ
Mar/04-1ºQ	49,30%											
Abr/04-1ºQ		55,50%										
Mai/04-1ºQ			66,29%									
Jun/04-1ºQ				59,86%								
Jul/04-1ºQ					64,63%							
Ago/04-1ºQ						60,17%						
Set/04-1ºQ							67,16%					
Out/04-1ºQ								80,00%				
Nov/04-1ºQ									80,00%			
Dez/04-1ºQ										59,33%		
Jan/05-1ºQ											68,10%	
Feb/05-1ºQ												58,87%
Mar/05-1ºQ												
Abr/05-1ºQ												
Mai/05-1ºQ												
Jun/05-1ºQ												
Jul/05-1ºQ												
Ago/05-1ºQ												
Set/05-1ºQ												
Out/05-1ºQ												
Nov/05-1ºQ												
Dez/05-1ºQ												
Jan/06-1ºQ												
Feb/06-1ºQ												
Mar/06-1ºQ												
Abr/06-1ºQ												
Mai/06-1ºQ												
Jun/06-1ºQ												
Jul/06-1ºQ												
Ago/06-1ºQ												
Set/06-1ºQ												
Out/06-1ºQ												
Nov/06-1ºQ												
Dez/06-1ºQ												
Jan/07-1ºQ												
Feb/07-1ºQ												
Outros vencimentos												
Total												



Anexo IV a - Cataguay

Vencimento	Jan/05-1Q	Fev/05-1Q	Mar/05-1Q	Abr/05-1Q	Mai/05-1Q	Jun/05-1Q	Jul/05-1Q	Agosto-1Q	Sep/05-1Q	Out/05-1Q	Nov/05-1Q	Dez/05-1Q
Jan/04-1Q	99,67%	99,67%	99,67%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%
Mar/04-1Q	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%
Abr/04-1Q	99,65%	99,66%	99,66%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%
Mai/04-1Q	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%
Jun/04-1Q	99,48%	99,48%	99,49%	99,50%	99,51%	99,51%	99,51%	99,51%	99,51%	99,51%	99,51%	99,51%
Jul/04-1Q	99,50%	99,57%	99,58%	99,60%	99,60%	99,60%	99,61%	99,61%	99,61%	99,61%	99,61%	99,61%
Out/04-1Q	99,79%	99,62%	99,63%	99,64%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%
Nov/04-1Q	99,41%	99,80%	99,81%	99,81%	99,82%	99,82%	99,82%	99,83%	99,83%	99,83%	99,83%	99,83%
Dez/04-1Q	99,38%	99,42%	99,43%	99,44%	99,44%	99,45%	99,45%	99,46%	99,46%	99,46%	99,46%	99,46%
Jan/04-1Q	99,53%	99,53%	99,55%	99,55%	99,55%	99,55%	99,55%	99,55%	99,55%	99,55%	99,55%	99,55%
Mar/04-1Q	99,76%	99,76%	99,77%	99,79%	99,79%	99,79%	99,79%	99,79%	99,79%	99,79%	99,79%	99,79%
Ago/04-1Q	97,45%	97,45%	97,48%	97,49%	97,49%	97,49%	97,49%	97,49%	97,49%	97,49%	97,49%	97,49%
Sep/04-1Q	98,23%	98,27%	98,30%	98,30%	98,31%	98,31%	98,31%	98,31%	98,31%	98,31%	98,31%	98,31%
Out/04-1Q	98,20%	99,68%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%
Nov/04-1Q	98,15%	98,21%	98,23%	98,23%	98,23%	98,23%	98,23%	98,23%	98,23%	98,23%	98,23%	98,23%
Dez/04-1Q	98,15%	98,21%	98,23%	98,23%	98,23%	98,23%	98,23%	98,23%	98,23%	98,23%	98,23%	98,23%
Jan/05-1Q	95,88%	95,95%	96,06%	96,09%	96,12%	96,17%	96,21%	96,23%	96,24%	96,25%	96,25%	96,26%
Mar/05-1Q	98,80%	98,91%	99,03%	99,09%	99,14%	99,16%	99,16%	99,16%	99,16%	99,16%	99,16%	99,16%
Ago/05-1Q	96,42%	96,83%	97,02%	97,11%	97,11%	97,11%	97,11%	97,11%	97,11%	97,11%	97,11%	97,11%
Dez/05-1Q	95,67%	96,77%	97,90%	98,04%	98,16%	98,21%	98,21%	98,21%	98,21%	98,21%	98,21%	98,21%
Jan/05-1Q	82,92%	94,98%	96,62%	97,39%	98,39%	98,49%	98,50%	98,50%	98,50%	98,50%	98,50%	98,50%
Mar/05-1Q	66,02%	84,11%	92,78%	94,54%	95,40%	95,40%	95,40%	95,40%	95,40%	95,40%	95,40%	95,40%
Fev/05-1Q	81,66%	70,49%	95,28%	96,54%	97,39%	98,68%	98,79%	98,84%	98,84%	98,84%	98,84%	98,84%
Mar/05-1Q	95,88%	95,95%	96,06%	96,09%	96,12%	96,17%	96,21%	96,23%	96,24%	96,25%	96,25%	96,26%
Nov/05-1Q	98,80%	98,91%	99,03%	99,09%	99,14%	99,16%	99,16%	99,16%	99,16%	99,16%	99,16%	99,16%
Dez/05-1Q	96,42%	96,83%	97,02%	97,11%	97,11%	97,11%	97,11%	97,11%	97,11%	97,11%	97,11%	97,11%
Jan/06-1Q	82,92%	94,98%	96,62%	97,39%	98,39%	98,49%	98,50%	98,50%	98,50%	98,50%	98,50%	98,50%
Mar/06-1Q	66,02%	84,11%	92,78%	94,54%	95,40%	95,40%	95,40%	95,40%	95,40%	95,40%	95,40%	95,40%
Fev/06-1Q	81,66%	70,49%	95,28%	96,54%	97,39%	98,68%	98,79%	98,84%	98,84%	98,84%	98,84%	98,84%
Mar/06-1Q	95,88%	95,95%	96,06%	96,09%	96,12%	96,17%	96,21%	96,23%	96,24%	96,25%	96,25%	96,26%
Nov/06-1Q	98,80%	98,91%	99,03%	99,09%	99,14%	99,16%	99,16%	99,16%	99,16%	99,16%	99,16%	99,16%
Dez/06-1Q	96,42%	96,83%	97,02%	97,11%	97,11%	97,11%	97,11%	97,11%	97,11%	97,11%	97,11%	97,11%
Jan/07-1Q	82,92%	94,98%	96,62%	97,39%	98,39%	98,49%	98,50%	98,50%	98,50%	98,50%	98,50%	98,50%
Mar/07-1Q	66,02%	84,11%	92,78%	94,54%	95,40%	95,40%	95,40%	95,40%	95,40%	95,40%	95,40%	95,40%
Fev/07-1Q	81,66%	70,49%	95,28%	96,54%	97,39%	98,68%	98,79%	98,84%	98,84%	98,84%	98,84%	98,84%
Mar/07-1Q	95,88%	95,95%	96,06%	96,09%	96,12%	96,17%	96,21%	96,23%	96,24%	96,25%	96,25%	96,26%
Outros vencimentos												
Total												

Quintel-2Q	Nov/06-1Q	Dic/06-1Q	Jan/07-2Q	Feb/07-2Q	Mar/07-2Q	Jun/07-2Q	Jul/07-2Q	Agosto-2Q	Sep/07-2Q	Oct/07-2Q	Nov/07-2Q	Dic/07-2Q	Jan/08-2Q	Feb/08-2Q	Mar/08-2Q	Jun/08-2Q	Jul/08-2Q	Agosto-08	Sep/08-2Q	Oct/08-2Q	Nov/08-2Q	Dic/08-2Q	Jan/09-2Q	Feb/09-2Q	Mar/09-2Q	Jun/09-2Q	Jul/09-2Q	Agosto-09	Sep/09-2Q	Oct/09-2Q	Nov/09-2Q	Dic/09-2Q	Jan/10-2Q	Feb/10-2Q	Mar/10-2Q	Jun/10-2Q	Jul/10-2Q	Agosto-10	Sep/10-2Q	Oct/10-2Q	Nov/10-2Q	Dic/10-2Q	Jan/11-2Q	Feb/11-2Q	Mar/11-2Q	Jun/11-2Q	Jul/11-2Q	Agosto-11	Sep/11-2Q	Oct/11-2Q	Nov/11-2Q	Dic/11-2Q	Jan/12-2Q	Feb/12-2Q	Mar/12-2Q	Jun/12-2Q	Jul/12-2Q	Agosto-12	Sep/12-2Q	Oct/12-2Q	Nov/12-2Q	Dic/12-2Q	Jan/13-2Q	Feb/13-2Q	Mar/13-2Q	Jun/13-2Q	Jul/13-2Q	Agosto-13	Sep/13-2Q	Oct/13-2Q	Nov/13-2Q	Dic/13-2Q	Jan/14-2Q	Feb/14-2Q	Mar/14-2Q	Jun/14-2Q	Jul/14-2Q	Agosto-14	Sep/14-2Q	Oct/14-2Q	Nov/14-2Q	Dic/14-2Q	Jan/15-2Q	Feb/15-2Q	Mar/15-2Q	Jun/15-2Q	Jul/15-2Q	Agosto-15	Sep/15-2Q	Oct/15-2Q	Nov/15-2Q	Dic/15-2Q	Jan/16-2Q	Feb/16-2Q	Mar/16-2Q	Jun/16-2Q	Jul/16-2Q	Agosto-16	Sep/16-2Q	Oct/16-2Q	Nov/16-2Q	Dic/16-2Q	Jan/17-2Q	Feb/17-2Q	Mar/17-2Q	Jun/17-2Q	Jul/17-2Q	Agosto-17	Sep/17-2Q	Oct/17-2Q	Nov/17-2Q	Dic/17-2Q	Jan/18-2Q	Feb/18-2Q	Mar/18-2Q	Jun/18-2Q	Jul/18-2Q	Agosto-18	Sep/18-2Q	Oct/18-2Q	Nov/18-2Q	Dic/18-2Q	Jan/19-2Q	Feb/19-2Q	Mar/19-2Q	Jun/19-2Q	Jul/19-2Q	Agosto-19	Sep/19-2Q	Oct/19-2Q	Nov/19-2Q	Dic/19-2Q	Jan/20-2Q	Feb/20-2Q	Mar/20-2Q	Jun/20-2Q	Jul/20-2Q	Agosto-20	Sep/20-2Q	Oct/20-2Q	Nov/20-2Q	Dic/20-2Q	Jan/21-2Q	Feb/21-2Q	Mar/21-2Q	Jun/21-2Q	Jul/21-2Q	Agosto-21	Sep/21-2Q	Oct/21-2Q	Nov/21-2Q	Dic/21-2Q	Jan/22-2Q	Feb/22-2Q	Mar/22-2Q	Jun/22-2Q	Jul/22-2Q	Agosto-22	Sep/22-2Q	Oct/22-2Q	Nov/22-2Q	Dic/22-2Q	Jan/23-2Q	Feb/23-2Q	Mar/23-2Q	Jun/23-2Q	Jul/23-2Q	Agosto-23	Sep/23-2Q	Oct/23-2Q	Nov/23-2Q	Dic/23-2Q	Jan/24-2Q	Feb/24-2Q	Mar/24-2Q	Jun/24-2Q	Jul/24-2Q	Agosto-24	Sep/24-2Q	Oct/24-2Q	Nov/24-2Q	Dic/24-2Q	Jan/25-2Q	Feb/25-2Q	Mar/25-2Q	Jun/25-2Q	Jul/25-2Q	Agosto-25	Sep/25-2Q	Oct/25-2Q	Nov/25-2Q	Dic/25-2Q	Jan/26-2Q	Feb/26-2Q	Mar/26-2Q	Jun/26-2Q	Jul/26-2Q	Agosto-26	Sep/26-2Q	Oct/26-2Q	Nov/26-2Q	Dic/26-2Q	Jan/27-2Q	Feb/27-2Q	Mar/27-2Q	Jun/27-2Q	Jul/27-2Q	Agosto-27	Sep/27-2Q	Oct/27-2Q	Nov/27-2Q	Dic/27-2Q	Jan/28-2Q	Feb/28-2Q	Mar/28-2Q	Jun/28-2Q	Jul/28-2Q	Agosto-28	Sep/28-2Q	Oct/28-2Q	Nov/28-2Q	Dic/28-2Q	Jan/29-2Q	Feb/29-2Q	Mar/29-2Q	Jun/29-2Q	Jul/29-2Q	Agosto-29	Sep/29-2Q	Oct/29-2Q	Nov/29-2Q	Dic/29-2Q	Jan/30-2Q	Feb/30-2Q	Mar/30-2Q	Jun/30-2Q	Jul/30-2Q	Agosto-30	Sep/30-2Q	Oct/30-2Q	Nov/30-2Q	Dic/30-2Q	Jan/31-2Q	Feb/31-2Q	Mar/31-2Q	Jun/31-2Q	Jul/31-2Q	Agosto-31	Sep/31-2Q	Oct/31-2Q	Nov/31-2Q	Dic/31-2Q	Jan/32-2Q	Feb/32-2Q	Mar/32-2Q	Jun/32-2Q	Jul/32-2Q	Agosto-32	Sep/32-2Q	Oct/32-2Q	Nov/32-2Q	Dic/32-2Q	Jan/33-2Q	Feb/33-2Q	Mar/33-2Q	Jun/33-2Q	Jul/33-2Q	Agosto-33	Sep/33-2Q	Oct/33-2Q	Nov/33-2Q	Dic/33-2Q	Jan/34-2Q	Feb/34-2Q	Mar/34-2Q	Jun/34-2Q	Jul/34-2Q	Agosto-34	Sep/34-2Q	Oct/34-2Q	Nov/34-2Q	Dic/34-2Q	Jan/35-2Q	Feb/35-2Q	Mar/35-2Q	Jun/35-2Q	Jul/35-2Q	Agosto-35	Sep/35-2Q	Oct/35-2Q	Nov/35-2Q	Dic/35-2Q	Jan/36-2Q	Feb/36-2Q	Mar/36-2Q	Jun/36-2Q	Jul/36-2Q	Agosto-36	Sep/36-2Q	Oct/36-2Q	Nov/36-2Q	Dic/36-2Q	Jan/37-2Q	Feb/37-2Q	Mar/37-2Q	Jun/37-2Q	Jul/37-2Q	Agosto-37	Sep/37-2Q	Oct/37-2Q	Nov/37-2Q	Dic/37-2Q	Jan/38-2Q	Feb/38-2Q	Mar/38-2Q	Jun/38-2Q	Jul/38-2Q	Agosto-38	Sep/38-2Q	Oct/38-2Q	Nov/38-2Q	Dic/38-2Q	Jan/39-2Q	Feb/39-2Q	Mar/39-2Q	Jun/39-2Q	Jul/39-2Q	Agosto-39	Sep/39-2Q	Oct/39-2Q	Nov/39-2Q	Dic/39-2Q	Jan/40-2Q	Feb/40-2Q	Mar/40-2Q	Jun/40-2Q	Jul/40-2Q	Agosto-40	Sep/40-2Q	Oct/40-2Q	Nov/40-2Q	Dic/40-2Q	Jan/41-2Q	Feb/41-2Q	Mar/41-2Q	Jun/41-2Q
------------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------



Anexo IVb - Cataguazes - 1a Fase

Vencimento	Quinzena										17	18	19	20
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10				
Mar/04-1Q	40,3%	72,1%	97,8%	99,2%	99,4%	99,4%	99,4%	99,5%	99,5%	99,5%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%
Mar/04-2Q	55,5%	86,0%	95,4%	97,4%	98,0%	98,4%	98,4%	98,5%	98,4%	98,4%	99,5%	99,5%	99,5%	99,6%
Abr/04-1Q	66,3%	77,1%	91,1%	94,1%	94,6%	94,8%	95,0%	95,0%	96,8%	97,7%	97,7%	97,8%	97,8%	97,8%
Abr/04-2Q	59,9%	79,8%	95,4%	97,6%	97,7%	97,6%	97,5%	97,9%	98,3%	99,3%	99,4%	99,4%	99,5%	99,5%
Mai/04-1Q	64,6%	78,6%	93,3%	96,3%	96,5%	96,5%	96,6%	98,5%	98,6%	98,6%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%
Mai/04-2Q	60,2%	87,1%	94,5%	95,9%	96,2%	96,2%	97,8%	98,5%	98,5%	98,5%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%
Jun/04-1Q	67,2%	80,0%	94,6%	96,1%	96,6%	97,1%	97,8%	99,0%	99,1%	99,1%	99,2%	99,2%	99,8%	99,8%
Jun/04-2Q	59,3%	79,1%	95,0%	96,3%	97,1%	97,7%	98,4%	98,4%	99,1%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,5%
Jul/04-1Q	68,7%	80,0%	93,7%	95,8%	96,2%	97,2%	98,2%	98,6%	98,6%	98,7%	98,8%	99,4%	99,4%	99,4%
Jul/04-2Q	58,9%	77,4%	95,2%	98,0%	98,2%	98,7%	98,8%	99,0%	99,0%	99,7%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%
Ago/04-1Q	67,9%	81,0%	93,5%	96,0%	96,3%	98,5%	98,6%	98,7%	98,9%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%
Ago/04-2Q	58,2%	86,2%	93,3%	97,4%	96,1%	96,2%	96,6%	96,9%	97,4%	97,4%	97,4%	97,5%	97,5%	97,5%
Set/04-1Q	66,6%	79,9%	93,4%	97,3%	97,7%	97,9%	98,2%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,4%	98,5%	98,5%
Set/04-2Q	57,9%	78,1%	96,8%	98,4%	98,9%	99,1%	99,4%	99,6%	99,6%	99,7%	99,7%	99,8%	99,8%	99,8%
Out/04-1Q	64,9%	79,1%	93,8%	96,4%	97,1%	98,1%	98,2%	98,2%	98,3%	98,3%	98,4%	98,5%	98,5%	98,5%
Out/04-2Q	59,2%	77,1%	95,8%	97,4%	98,0%	98,1%	98,2%	98,3%	98,3%	98,6%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%
Nov/04-1Q	64,3%	79,4%	91,0%	95,3%	95,6%	95,9%	95,9%	96,0%	96,1%	96,1%	96,1%	96,2%	96,2%	96,2%
Nov/04-2Q	59,6%	80,1%	97,3%	98,5%	98,8%	98,9%	99,2%	99,5%	99,6%	99,6%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%
Dez/04-1Q	66,3%	81,2%	93,2%	96,4%	96,8%	96,9%	98,2%	98,3%	98,3%	98,4%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%
Dez/04-2Q	61,2%	78,5%	95,7%	97,8%	98,0%	98,0%	98,1%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,6%	98,6%	98,6%
Jan/05-1Q	69,2%	82,1%	92,9%	96,4%	96,8%	97,0%	98,4%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,6%	98,6%	98,6%
Jan/05-2Q	60,7%	81,0%	92,9%	96,2%	96,4%	96,4%	98,3%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%
Fev/05-1Q	70,5%	81,1%	95,3%	96,9%	97,4%	97,8%	98,7%	98,8%	98,9%	99,0%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%
Fev/05-2Q	65,2%	86,5%	97,7%	97,8%	97,7%	97,8%	97,9%	98,0%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%
Mar/05-1Q	69,9%	82,8%	95,6%	97,4%	98,0%	98,8%	98,9%	99,0%	99,1%	99,1%	99,2%	99,2%	99,3%	99,3%
Mar/05-2Q	69,2%	89,3%	97,3%	98,7%	98,7%	98,7%	99,2%	99,2%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%
Abr/05-1Q	67,5%	78,6%	94,8%	97,4%	97,7%	99,2%	99,3%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%
Abr/05-2Q	66,6%	86,9%	94,3%	95,7%	95,9%	96,0%	96,5%	96,6%	96,6%	96,6%	96,6%	96,6%	96,7%	96,7%
Mai/05-1Q	66,5%	82,0%	94,4%	96,5%	96,5%	98,2%	98,3%	98,4%	98,4%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%
Mai/05-2Q	55,9%	72,2%	77,6%	78,9%	79,1%	79,2%	79,2%	79,3%	79,3%	79,3%	79,3%	79,4%	79,4%	79,4%
Jun/05-1Q	67,5%	80,0%	94,1%	95,9%	97,1%	98,9%	98,9%	99,0%	99,0%	99,0%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%
Jun/05-2Q	76,9%	92,4%	98,1%	99,2%	99,4%	99,4%	99,4%	99,5%	99,5%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%
Jul/05-1Q	66,9%	79,1%	94,6%	95,9%	96,1%	97,7%	98,2%	98,3%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%
Jul/05-2Q	73,5%	90,5%	97,5%	98,4%	98,7%	98,4%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%
Ago/05-1Q	71,1%	85,8%	96,4%	98,1%	98,3%	98,4%	98,9%	98,9%	99,0%	99,0%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%
Ago/05-2Q	74,0%	90,8%	97,1%	98,0%	98,1%	98,1%	98,1%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%
Set/05-1Q	73,5%	79,8%	91,6%	94,2%	97,3%	97,6%	97,6%	98,0%	98,2%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%
Set/05-2Q	67,2%	89,8%	92,3%	96,6%	97,5%	98,2%	98,2%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%
Out/05-1Q	72,7%	80,0%	92,3%	96,6%	97,5%	98,2%	98,2%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%
Out/05-2Q	71,5%	88,9%	97,4%	98,3%	99,2%	99,4%	99,4%	99,4%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%
Nov/05-1Q	61,1%	81,2%	93,0%	97,8%	98,2%	98,5%	98,8%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%
Nov/05-2Q	72,6%	90,2%	97,7%	98,7%	98,9%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%
Dez/05-1Q	64,4%	80,1%	92,7%	97,6%	97,8%	98,0%	98,1%	98,1%	98,1%	98,1%	98,1%	98,1%	98,1%	98,1%
Dez/05-2Q	68,0%	88,5%	98,3%	99,3%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%
Jan/06-1Q	68,0%	84,3%	95,3%	97,0%	97,8%	97,5%	97,5%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%
Jan/06-2Q	74,0%	91,5%	97,8%	99,3%	99,7%	99,7%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%	99,8%
Fev/06-1Q	66,4%	77,7%	94,3%	96,9%	97,2%	97,3%	97,4%	97,5%	97,5%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%
Fev/06-2Q	48,2%	89,7%	97,3%	98,1%	98,4%	98,5%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%
Mar/06-1Q	68,8%	81,1%	93,0%	95,6%	96,4%	98,1%	98,2%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,4%	98,4%	98,4%
Mar/06-2Q	75,1%	88,2%	96,7%	98,4%	98,6%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%
Abr/06-1Q	68,9%	81,8%	94,4%	95,9%	97,1%	99,0%	99,0%	99,1%	99,1%	99,1%	99,2%	99,2%	99,2%	99,2%
Abr/06-2Q	71,6%	89,8%	97,9%	99,0%	99,2%	99,3%	99,3%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%
Mai/06-1Q	68,4%	81,5%	93,7%	96,2%	96,8%	97,0%	97,1%	97,1%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%
Mai/06-2Q	75,7%	91,3%	97,4%	98,8%	98,9%	99,0%	99,0%	99,1%	99,1%	99,1%	99,2%	99,2%	99,2%	99,2%
Jun/06-1Q	66,7%	77,8%	92,9%	95,4%	95,7%	96,4%	96,5%	96,6%	98,3%	98,3%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%
Jun/06-2Q	75,1%	90,7%	98,0%	99,2%	99,3%	99,3%	99,3%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%
Jul/06-1Q	66,1%	78,2%	93,3%	94,6%	95,6%	96,2%	96,2%	96,6%	96,6%	96,6%	96,6%	96,6%	96,6%	96,6%
Jul/06-2Q	75,4%	91,2%	97,8%	98,8%	98,7%	98,8%	98,9%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%
Ago/06-1Q	67,3%	78,8%	90,8%	91,9%	92,0%	93,1%	93,7%	93,7%	93,8%	93,8%	93,8%	93,8%	93,8%	93,8%
Ago/06-2Q	76,0%	92,2%	97,8%	98,8%	99,2%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%
Set/06-1Q	68,8%	78,8%	90,1%	92,8%	93,0%	93,8%	93,9%	93,9%	93,9%	93,9%	93,9%	93,9%	93,9%	93,9%
Set/06-2Q	75,4%	90,0%	97,6%	98,5%	98,9%	99,0%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%
Out/06-1Q	66,6%	80,0%	91,2%	92,8%	94,0%	94,1%	94,8%	94,8%	94,8%	94,8%	94,8%	94,8%	94,8%	94,8%
Out/06-2Q	75,3%	89,7%	95,8%	97,2%	97,5%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%
Nov/06-1Q	66,1%	78,5%	91,6%	93,5%	93,8%	93,8%	93,8%	93,8%	93,8%	93,8%	93,8%	93,8%	93,8%	93,8%
Nov/06-2Q	73,2%	89,7%	97,4%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%
Dez/06-1Q	66,2%	77,6%	90,8%	93,0%	93,6%	94,1%	94,1%	94,1%	94,1%	94,1%	94,1%	94,1%	94,1%	94,1%
Dez/06-2Q	73,2%	88,8%	94,2%	95,4%	95,7%	95,7%	95,7%	95,7%	95,7%	95,7%	95,7%	95,7%	95,7%	95,7%
Jan/07-1Q	66,5%	77,7%	89,9%	92,4%	92,6%	92,6%	92,6%	92,6%	92,6%	92,6%	92,6%	92,6%	92,6%	92,6%
Jan/07-2Q	59,1%	74,5%	79,5%											
Fev/07-1Q	66,2%	74,9%												
Fev/07-2Q	70,7%													

Média	67,1%	83,0%	94,4%	96,4%	97,0%	97,4%	97,7%	97,9%	98,1%	98,2%	98,3%	98,4%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%
Desvio Padrão	6,1%	5,8%	3,5%	2,8%	2,7%	2,7%	2,7%	2,7%	2,7%	2,7%	2,7%	2,7%	2,7%	2,8%	2,8%	2,8%



Anexo Va - Leopoldina - 1a Fase

Quilômetros		Mar/04-1ºQ	Mar/04-2ºQ	Abr/04-1ºQ	Abr/04-2ºQ	Mai/04-1ºQ	Mai/04-2ºQ	Jun/04-1ºQ	Jun/04-2ºQ	Jul/04-1ºQ	Jul/04-2ºQ	Ago/04-1ºQ	Ago/04-2ºQ	Set/04-1ºQ	Set/04-2ºQ	Out/04-1ºQ	Out/04-2ºQ	Nov/04-1ºQ	Nov/04-2ºQ	Dez/04-1ºQ	Dez/04-2ºQ	Jan/05-1ºQ
Vencimento		31,06%		63,25%		62,41%		66,41%		67,33%		67,09%		66,54%		67,08%		67,88%		68,16%		68,20%
Mar/04-1ºQ						96,38%		96,43%		97,32%		97,43%		97,60%		97,68%		97,88%		98,20%		98,20%
Mar/04-2ºQ						96,51%		96,42%		97,32%		97,40%		97,46%		97,62%		97,69%		98,20%		98,20%
Abr/04-1ºQ		65,83%				99,09%		99,09%		98,27%		98,15%		98,26%		98,46%		98,62%		98,67%		98,67%
Abr/04-2ºQ				58,96%		74,30%		94,37%		98,45%		98,14%		98,40%		98,99%		99,11%		99,13%		99,13%
Mai/04-1ºQ						64,93%		54,97%		72,31%		94,53%		96,14%		99,06%		99,27%		99,31%		99,31%
Mai/04-2ºQ								65,73%		66,83%		86,83%		97,63%		99,03%		99,43%		99,44%		99,44%
Jun/04-1ºQ										55,82%		75,48%		66,37%		85,80%		98,37%		98,45%		98,45%
Jun/04-2ºQ												97,67%		97,65%		98,16%		98,37%		98,40%		98,40%
Jul/04-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Jul/04-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Ago/04-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Ago/04-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Set/04-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Set/04-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Out/04-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Out/04-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Nov/04-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Nov/04-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Dez/04-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Dez/04-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Jan/05-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Jan/05-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Fev/05-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Fev/05-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Mar/05-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Mar/05-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Abr/05-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Abr/05-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Mai/05-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Mai/05-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Jun/05-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Jun/05-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Jul/05-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Jul/05-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Ago/05-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Ago/05-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Set/05-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Set/05-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Out/05-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Out/05-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Nov/05-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Nov/05-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Dez/05-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Dez/05-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Jan/06-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Jan/06-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Fev/06-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Fev/06-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Mar/06-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Mar/06-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Abr/06-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Abr/06-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Mai/06-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Mai/06-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Jun/06-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Jun/06-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Jul/06-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Jul/06-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Ago/06-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Ago/06-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Set/06-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Set/06-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Out/06-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Out/06-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Nov/06-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Nov/06-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Dez/06-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Dez/06-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Jan/07-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Jan/07-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Fev/07-1ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Fev/07-2ºQ												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Outros vencimentos												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%
Total												99,37%		99,60%		99,68%		99,73%		99,75%		99,75%



Anexo Va - Leopold

Vencimento	Jan/05-1Q	Fev/05-1Q	Mar/05-1Q	Abr/05-1Q	Mai/05-1Q	Jun/05-1Q	Jul/05-1Q	Agos/05-1Q	Set/05-1Q	Out/05-1Q	Nov/05-1Q	Dez/05-1Q
Jan/04-1Q	98,203%	98,300%	98,270%	98,270%	98,320%	98,320%	98,320%	98,320%	98,320%	98,320%	98,320%	98,320%
Feb/04-1Q	99,700%	99,700%	99,700%	99,740%	99,760%	99,780%	99,780%	99,800%	99,800%	99,800%	99,800%	99,820%
Mar/04-1Q	98,821%	98,845%	98,890%	98,900%	98,911%	98,911%	98,911%	98,911%	98,911%	98,911%	98,911%	99,220%
Abr/04-1Q	99,165%	99,165%	99,170%	99,170%	99,170%	99,180%	99,180%	99,190%	99,190%	99,200%	99,200%	99,220%
Mai/04-1Q	99,300%	99,300%	99,420%	99,430%	99,430%	99,460%	99,470%	99,480%	99,490%	99,510%	99,520%	99,540%
Jun/04-1Q	99,480%	99,485%	99,500%	99,530%	99,530%	99,550%	99,550%	99,560%	99,570%	99,580%	99,580%	99,590%
Jul/04-1Q	98,533%	98,560%	98,580%	98,580%	98,580%	98,740%	98,740%	98,770%	98,770%	98,770%	98,770%	98,780%
Aug/04-1Q	99,240%	99,240%	99,240%	99,240%	99,240%	99,240%	99,240%	99,240%	99,240%	99,240%	99,240%	99,240%
Set/04-1Q	99,190%	99,190%	99,190%	99,190%	99,190%	99,190%	99,190%	99,190%	99,190%	99,190%	99,190%	99,190%
Out/04-1Q	99,680%	99,700%	99,730%	99,730%	99,730%	99,730%	99,730%	99,730%	99,730%	99,730%	99,730%	99,730%
Nov/04-1Q	99,220%	99,250%	99,270%	99,270%	99,270%	99,270%	99,270%	99,270%	99,270%	99,270%	99,270%	99,270%
Dez/04-1Q	98,490%	98,580%	98,650%	98,680%	98,740%	98,870%	98,870%	98,890%	99,230%	99,240%	99,240%	99,240%
Jan/05-1Q	84,111%	85,427%	98,390%	97,820%	98,030%	98,030%	98,030%	98,030%	98,030%	98,030%	98,030%	98,030%
Feb/05-1Q	56,133%	72,733%	86,950%	89,720%	98,680%	97,920%	98,680%	97,920%	98,680%	97,920%	98,680%	97,920%
Mar/05-1Q												
Abr/05-1Q												
Mai/05-1Q												
Jun/05-1Q												
Jul/05-1Q												
Agos/05-1Q												
Set/05-1Q												
Out/05-1Q												
Nov/05-1Q												
Dez/05-1Q												
Jan/06-1Q												
Feb/06-1Q												
Mar/06-1Q												
Abr/06-1Q												
Mai/06-1Q												
Jun/06-1Q												
Jul/06-1Q												
Agos/06-1Q												
Set/06-1Q												
Out/06-1Q												
Nov/06-1Q												
Dez/06-1Q												
Jan/07-1Q												
Fev/07-1Q												
Mar/07-1Q												
Outros vencimentos												
Total												



Anexo Va - Leopold

Vencimento	Dez/05-1ºQ	Jan/06-1ºQ	Jan/06-2ºQ	Fev/06-1ºQ	Mar/06-1ºQ	Mar/06-2ºQ	Abr/06-1ºQ	Abr/06-2ºQ	Mai/06-1ºQ	Mai/06-2ºQ	Jun/06-1ºQ	Jun/06-2ºQ	Jul/06-1ºQ	Jul/06-2ºQ	Ago/06-1ºQ	Ago/06-2ºQ	Set/06-1ºQ	Set/06-2ºQ	Out/06-1ºQ
Mar/04-1ºQ	98,33%	98,33%	98,32%	98,32%	98,33%	98,33%	98,33%	98,33%	98,33%	98,33%	98,33%	98,33%	98,33%	98,33%	98,38%	98,38%	98,38%	98,38%	98,38%
Mar/04-2ºQ	98,82%	98,82%	98,82%	98,82%	98,82%	98,82%	98,82%	98,82%	98,82%	98,82%	98,82%	98,82%	98,82%	98,82%	98,85%	98,85%	98,85%	98,85%	98,85%
Abr/04-1ºQ	99,00%	99,02%	99,02%	99,02%	99,02%	99,02%	99,03%	99,03%	99,03%	99,03%	99,03%	99,03%	99,03%	99,03%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%
Abr/04-2ºQ	99,24%	99,24%	99,24%	99,24%	99,24%	99,24%	99,24%	99,24%	99,24%	99,24%	99,24%	99,24%	99,24%	99,24%	99,28%	99,28%	99,28%	99,28%	99,28%
Mai/04-1ºQ	99,54%	99,54%	99,55%	99,55%	99,55%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%
Mai/04-2ºQ	99,59%	99,59%	99,59%	99,59%	99,59%	99,59%	99,59%	99,59%	99,61%	99,61%	99,61%	99,61%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%
Jun/04-1ºQ	98,78%	98,78%	98,79%	98,79%	98,79%	98,79%	98,79%	98,79%	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%	98,82%	98,82%	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%
Jun/04-2ºQ	99,87%	99,87%	99,87%	99,87%	99,87%	99,87%	99,87%	99,87%	99,87%	99,87%	99,87%	99,87%	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%
Jul/04-1ºQ	99,61%	99,61%	99,65%	99,65%	99,65%	99,66%	99,66%	99,66%	99,65%	99,65%	99,65%	99,65%	99,65%	99,65%	99,65%	99,65%	99,65%	99,65%	99,65%
Jul/04-2ºQ	99,84%	99,84%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%
Ago/04-1ºQ	99,47%	99,47%	99,47%	99,47%	99,47%	99,47%	99,47%	99,47%	99,47%	99,47%	99,47%	99,47%	99,47%	99,47%	99,47%	99,47%	99,47%	99,47%	99,47%
Ago/04-2ºQ	99,12%	99,12%	99,12%	99,12%	99,12%	99,12%	99,12%	99,12%	99,12%	99,12%	99,16%	99,16%	99,16%	99,16%	99,16%	99,16%	99,16%	99,16%	99,16%
Set/04-1ºQ	99,25%	99,26%	99,26%	99,27%	99,27%	99,27%	99,27%	99,27%	99,27%	99,27%	99,29%	99,29%	99,29%	99,29%	99,29%	99,29%	99,29%	99,29%	99,29%
Set/04-2ºQ	99,38%	99,38%	99,39%	99,39%	99,39%	99,39%	99,39%	99,39%	99,39%	99,39%	99,40%	99,40%	99,40%	99,40%	99,40%	99,40%	99,40%	99,40%	99,40%
Out/04-1ºQ	99,01%	99,01%	99,01%	99,01%	99,01%	99,01%	99,01%	99,01%	99,01%	99,01%	99,02%	99,02%	99,03%	99,03%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%
Out/04-2ºQ	99,83%	99,83%	99,84%	99,84%	99,84%	99,84%	99,84%	99,84%	99,84%	99,84%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,86%	99,86%	99,87%	99,87%	99,87%
Nov/04-1ºQ	99,62%	99,64%	99,64%	99,65%	99,65%	99,65%	99,65%	99,65%	99,65%	99,65%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%
Nov/04-2ºQ	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%
Dez/04-1ºQ	99,29%	99,30%	99,31%	99,32%	99,32%	99,32%	99,33%	99,33%	99,33%	99,33%	99,33%	99,33%	99,33%	99,33%	99,33%	99,33%	99,33%	99,33%	99,33%
Dez/04-2ºQ	98,89%	98,89%	98,90%	98,90%	98,90%	98,94%	98,94%	98,94%	98,94%	98,94%	98,97%	98,97%	98,97%	98,97%	99,06%	99,06%	99,06%	99,06%	99,06%
Jan/05-1ºQ	99,23%	99,25%	99,26%	99,27%	99,27%	99,27%	99,27%	99,27%	99,27%	99,27%	99,31%	99,31%	99,31%	99,31%	99,31%	99,31%	99,31%	99,31%	99,31%
Jan/05-2ºQ	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,75%	99,75%	99,75%	99,75%	99,75%	99,75%	99,75%	99,75%	99,75%
Fev/05-1ºQ	99,08%	99,10%	99,10%	99,11%	99,11%	99,11%	99,11%	99,11%	99,11%	99,11%	99,13%	99,13%	99,13%	99,13%	99,13%	99,13%	99,13%	99,13%	99,13%
Fev/05-2ºQ	98,98%	98,98%	99,00%	99,00%	99,00%	99,02%	99,02%	99,02%	99,02%	99,02%	99,05%	99,05%	99,05%	99,05%	99,05%	99,05%	99,05%	99,05%	99,05%
Mar/05-1ºQ	99,30%	99,33%	99,34%	99,35%	99,35%	99,35%	99,35%	99,35%	99,35%	99,35%	99,35%	99,35%	99,35%	99,35%	99,35%	99,35%	99,35%	99,35%	99,35%
Mar/05-2ºQ	99,08%	99,09%	99,09%	99,09%	99,09%	99,09%	99,09%	99,09%	99,09%	99,09%	99,11%	99,11%	99,11%	99,11%	99,11%	99,11%	99,11%	99,11%	99,11%
Abr/05-1ºQ	98,43%	98,43%	98,45%	98,45%	98,45%	98,45%	98,45%	98,45%	98,45%	98,45%	98,45%	98,45%	98,45%	98,45%	98,45%	98,45%	98,45%	98,45%	98,45%
Abr/05-2ºQ	99,25%	99,31%	99,31%	99,35%	99,35%	99,35%	99,35%	99,35%	99,35%	99,35%	99,37%	99,37%	99,37%	99,37%	99,37%	99,37%	99,37%	99,37%	99,37%
Mai/05-1ºQ	98,97%	98,98%	99,00%	99,00%	99,00%	99,03%	99,03%	99,03%	99,03%	99,03%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%
Mai/05-2ºQ	99,51%	99,54%	99,57%	99,58%	99,58%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%
Jun/05-1ºQ	98,73%	98,76%	98,76%	98,78%	98,78%	98,79%	98,79%	98,79%	98,79%	98,79%	98,80%	98,80%	98,80%	98,80%	98,80%	98,80%	98,80%	98,80%	98,80%
Jun/05-2ºQ	99,19%	99,22%	99,25%	99,25%	99,25%	99,30%	99,30%	99,30%	99,30%	99,30%	99,33%	99,33%	99,33%	99,33%	99,33%	99,33%	99,33%	99,33%	99,33%
Jul/05-1ºQ	98,53%	98,54%	98,54%	98,55%	98,55%	98,57%	98,57%	98,59%	98,59%	98,59%	98,60%	98,60%	98,60%	98,60%	98,60%	98,60%	98,60%	98,60%	98,60%
Ago/05-1ºQ	96,99%	97,00%	97,00%	97,02%	97,02%	97,02%	97,02%	97,02%	97,02%	97,02%	97,03%	97,03%	97,03%	97,03%	97,03%	97,03%	97,03%	97,03%	97,03%
Ago/05-2ºQ	97,79%	97,80%	97,80%	97,82%	97,82%	97,82%	97,82%	97,82%	97,82%	97,82%	97,82%	97,82%	97,82%	97,82%	97,82%	97,82%	97,82%	97,82%	97,82%
Set/05-1ºQ	98,17%	98,19%	98,20%	98,21%	98,21%	98,22%	98,22%	98,22%	98,22%	98,22%	98,23%	98,23%	98,23%	98,23%	98,23%	98,23%	98,23%	98,23%	98,23%
Set/05-2ºQ	99,10%	99,18%	99,23%	99,30%	99,30%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%
Out/05-1ºQ	88,18%	88,35%	97,52%	97,48%	97,52%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%
Nov/05-1ºQ	96,15%	97,91%	98,31%	98,41%	98,31%	98,52%	98,52%	98,52%	98,52%	98,52%	98,52%	98,52%	98,52%	98,52%	98,52%	98,52%	98,52%	98,52%	98,52%
Dez/05-1ºQ	76,86%	86,55%	88,82%	89,17%	97,66%	97,77%	97,77%	97,77%	97,77%	97,77%	97,77%	97,77%	97,77%	97,77%	97,77%	97,77%	97,77%	97,77%	97,77%
Dez/05-2ºQ	61,40%	64,08%	82,21%	98,45%	98,91%	99,06%	99,06%	99,06%	99,06%	99,06%	99,06%	99,06%	99,06%	99,06%	99,06%	99,06%	99,06%	99,06%	99,06%
Jan/06-1ºQ			59,68%	78,73%	95,35%	97,51%	97,51%	97,51%	97,51%	97,51%	97,51%	97,51%	97,51%	97,51%	97,51%	97,51%	97,51%	97,51%	97,51%
Jan/06-2ºQ			60,07%	75,16%	83,92%	88,26%	98,59%	98,69%	98,76%	98,82%	98,85%	98,85%	98,85%	98,85%	98,85%	98,85%	98,85%	98,85%	98,85%
Fev/06-1ºQ				71,44%	94,23%	98,46%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%
Fev/06-2ºQ				47,27%	73,43%	84,07%	85,75%	85,99%	86,23%	86,34%	86,44%	86,44%	86,44%	86,44%	86,44%	86,44%	86,44%	86,44%	86,44%
Mar/06-1ºQ					38,66%	76,63%	60,07%	60,07%	60,07%	60,07%	60,07%	60,07%	60,07%	60,07%	60,07%	60,07%	60,07%	60,07%	60,07%
Abr/06-1ºQ																			
Mai/06-1ºQ																			
Mai/06-2ºQ																			
Jun/06-1ºQ																			
Jun/06-2ºQ																			
Jul/06-1ºQ																			
Jul/06-2ºQ																			
Ago/06-1ºQ																			
Set/06-1ºQ																			
Set/06-2ºQ																			
Out/06-1ºQ																			
Nov/06-1ºQ																			
Dez/06-1ºQ																			
Dez/06-2ºQ																			
Jan/07-1ºQ																			
Fev/07-1ºQ																			
Outros vencimentos																			
Total																			



Anexo Va - Leopold

Vencimento	Out06-2Q	Nov06-1Q	Nov06-2Q	Dez06-1Q	Dez06-2Q	Jan07-1Q	Jan07-2Q	Fev07-1Q	Fev07-2Q	Em aberto	Total
Mar04-1Q	98,483%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	552,44	43.055,97
Mar04-1Q	99,851%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	537,168,71	537.168,71
Abr04-1Q	99,045%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%	377,829,66	377.829,66
Abr04-1Q	99,685%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	725.330,78	725.330,78
Mai04-1Q	99,665%	99,66%	99,66%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	451.978,47	451.978,47
Mai04-1Q	99,625%	99,62%	99,63%	99,63%	99,63%	99,63%	99,63%	99,63%	99,63%	669.262,65	669.262,65
Jun04-1Q	98,935%	98,93%	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	400.005,55	400.005,55
Jun04-1Q	99,915%	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%	607.453,23	607.453,23
Jul04-1Q	99,785%	99,78%	99,78%	99,78%	99,78%	99,78%	99,78%	99,78%	99,78%	401.439,40	401.439,40
Jul04-1Q	99,885%	99,88%	99,88%	99,88%	99,88%	99,88%	99,88%	99,88%	99,88%	662.567,06	662.567,06
Ago04-1Q	99,585%	99,58%	99,58%	99,58%	99,58%	99,58%	99,58%	99,58%	99,58%	403.918,32	403.918,32
Ago04-1Q	90,185%	90,18%	90,18%	90,18%	90,18%	90,18%	90,18%	90,18%	90,18%	715.074,25	715.074,25
Set04-1Q	99,385%	99,38%	99,38%	99,38%	99,38%	99,39%	99,39%	99,39%	99,39%	429.837,24	429.837,24
Set04-1Q	99,435%	99,43%	99,43%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	99,44%	679.976,28	679.976,28
Out04-1Q	99,045%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%	480.507,52	480.507,52
Out04-1Q	99,875%	99,87%	99,87%	99,88%	99,88%	99,88%	99,88%	99,88%	99,88%	712.631,44	712.631,44
Nov04-1Q	99,765%	99,76%	99,77%	99,77%	99,77%	99,77%	99,77%	99,77%	99,77%	419.643,88	419.643,88
Nov04-1Q	99,825%	99,82%	99,82%	99,82%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	99,85%	792.599,22	792.599,22
Dez04-1Q	99,395%	99,39%	99,39%	99,39%	99,39%	99,41%	99,41%	99,41%	99,41%	585.463,02	585.463,02
Dez04-1Q	99,065%	99,06%	99,06%	99,06%	99,08%	99,08%	99,08%	99,08%	99,08%	610.332,54	610.332,54
Jan05-1Q	99,395%	99,39%	99,39%	99,39%	99,39%	99,40%	99,40%	99,41%	99,41%	507.592,44	507.592,44
Jan05-1Q	99,885%	99,90%	99,90%	99,90%	99,90%	99,90%	99,90%	99,90%	99,90%	763.670,12	763.670,12
Fev05-1Q	99,255%	99,25%	99,25%	99,25%	99,25%	99,25%	99,25%	99,25%	99,25%	495.001,94	495.001,94
Fev05-1Q	99,075%	99,09%	99,09%	99,09%	99,09%	99,09%	99,09%	99,09%	99,09%	336.911,98	336.911,98
Mar05-1Q	99,595%	99,59%	99,60%	99,60%	99,65%	99,65%	99,65%	99,66%	99,66%	653.836,20	653.836,20
Mar05-1Q	98,845%	98,84%	98,84%	98,84%	98,84%	98,87%	98,87%	98,87%	98,87%	655.762,49	655.762,49
Abr05-1Q	98,535%	98,53%	98,53%	98,53%	98,53%	98,54%	98,54%	98,54%	98,54%	642.840,94	642.840,94
Mai05-1Q	99,515%	99,51%	99,51%	99,51%	99,51%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	591.980,27	591.980,27
Mai05-1Q	99,195%	99,19%	99,19%	99,19%	99,20%	99,20%	99,20%	99,20%	99,20%	680.269,95	680.269,95
Jun05-1Q	99,755%	99,75%	99,76%	99,76%	99,76%	99,76%	99,78%	99,78%	99,78%	593.214,22	593.214,22
Jun05-1Q	98,895%	98,89%	98,89%	98,89%	98,89%	98,89%	98,89%	98,89%	98,89%	580.050,33	580.050,33
Jul05-1Q	99,365%	99,37%	99,37%	99,37%	99,37%	99,38%	99,38%	99,38%	99,38%	606.386,41	606.386,41
Jul05-1Q	98,675%	98,67%	98,67%	98,67%	98,68%	98,68%	98,68%	98,68%	98,68%	7.667,07	7.667,07
Ago05-1Q	99,585%	99,59%	99,60%	99,60%	99,60%	99,60%	99,60%	99,60%	99,60%	543.329,85	543.329,85
Ago05-1Q	99,075%	99,07%	99,07%	99,07%	99,08%	99,08%	99,08%	99,08%	99,08%	6.099,06	6.099,06
Set05-1Q	98,195%	98,20%	98,20%	98,21%	98,21%	98,21%	98,21%	98,21%	98,21%	10.366,04	10.366,04
Set05-1Q	99,695%	99,69%	99,70%	99,70%	99,71%	99,71%	99,71%	99,72%	99,72%	2.036,94	2.036,94
Out05-1Q	99,735%	99,74%	99,74%	99,74%	99,77%	99,77%	99,77%	99,77%	99,77%	1.207,48	1.207,48
Out05-1Q	98,955%	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	8.098,36	8.098,36
Nov05-1Q	98,955%	98,96%	98,96%	98,96%	98,97%	98,97%	98,97%	98,97%	98,97%	5.841,11	5.841,11
Nov05-1Q	99,055%	99,05%	99,05%	99,05%	99,07%	99,07%	99,07%	99,07%	99,07%	7.555,78	7.555,78
Dez05-1Q	99,505%	99,51%	99,52%	99,52%	99,53%	99,53%	99,53%	99,53%	99,53%	2.880,27	2.880,27
Dez05-1Q	97,705%	97,70%	97,70%	97,72%	97,72%	97,72%	97,72%	97,72%	97,72%	14.424,34	14.424,34
Jan06-1Q	99,615%	99,63%	99,65%	99,65%	99,66%	99,66%	99,67%	99,67%	99,67%	2.028,10	2.028,10
Jan06-1Q	99,195%	99,19%	99,20%	99,20%	99,20%	99,20%	99,20%	99,20%	99,20%	6.071,90	6.071,90
Fev06-1Q	99,665%	99,69%	99,70%	99,70%	99,71%	99,71%	99,71%	99,71%	99,71%	2.058,50	2.058,50
Fev06-1Q	98,605%	98,60%	98,60%	98,60%	98,64%	98,64%	98,65%	98,65%	98,65%	83.067,75	83.067,75
Mar06-1Q	99,125%	99,13%	99,13%	99,13%	99,13%	99,13%	99,13%	99,13%	99,13%	4.466,02	4.466,02
Mar06-1Q	97,865%	97,86%	97,86%	97,86%	97,86%	97,86%	97,86%	97,86%	97,86%	9.712,23	9.712,23
Abr06-1Q	97,315%	97,31%	97,31%	97,31%	97,34%	97,34%	97,34%	97,34%	97,34%	3.710,35	3.710,35
Abr06-1Q	97,545%	97,54%	97,54%	97,54%	97,54%	97,54%	97,54%	97,54%	97,54%	2.890,06	2.890,06
Mai06-1Q	99,505%	99,51%	99,51%	99,51%	99,54%	99,54%	99,57%	99,57%	99,57%	2.890,06	2.890,06
Mai06-1Q	97,255%	97,25%	97,27%	97,27%	97,28%	97,28%	97,28%	97,28%	97,28%	20.092,30	20.092,30
Jun06-1Q	99,215%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	3.413,38	3.413,38
Jun06-1Q	98,015%	98,02%	98,03%	98,03%	98,05%	98,05%	98,05%	98,05%	98,05%	13.163,42	13.163,42
Jul06-1Q	99,435%	99,46%	99,49%	99,49%	99,57%	99,57%	99,60%	99,61%	99,61%	2.391,91	2.391,91
Ago06-1Q	99,735%	99,75%	99,76%	99,76%	99,78%	99,78%	99,78%	99,78%	99,78%	5.061,38	5.061,38
Ago06-1Q	99,085%	99,14%	99,20%	99,20%	99,24%	99,24%	99,29%	99,30%	99,30%	5.126,66	5.126,66
Set06-1Q	98,525%	98,96%	99,15%	99,21%	99,27%	99,33%	99,39%	99,40%	99,41%	4.085,52	4.085,52
Set06-1Q	95,875%	97,47%	99,08%	99,25%	99,29%	99,33%	99,35%	99,35%	99,35%	5.308,32	5.308,32
Out06-1Q	78,355%	93,22%	95,74%	97,87%	97,95%	98,07%	98,61%	98,64%	98,66%	8.986,54	8.986,54
Out06-1Q	57,415%	74,58%	93,72%	96,64%	96,78%	96,83%	97,51%	99,43%	99,46%	4.812,90	4.812,90
Nov06-1Q	60,51%	75,35%	94,47%	97,58%	97,88%	98,39%	99,05%	99,09%	99,11%	5.872,26	5.872,26
Dez06-1Q	52,59%	73,17%	91,60%	93,92%	94,97%	95,75%	98,13%	98,24%	98,24%	14.669,30	14.669,30
Dez06-1Q	60,93%	73,66%	93,31%	97,42%	97,42%	98,13%	98,24%	98,24%	98,24%	37.561,93	37.561,93
Jan07-1Q	99,215%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	28.778,71	28.778,71
Jan07-1Q	98,015%	98,02%	98,03%	98,03%	98,05%	98,05%	98,05%	98,05%	98,05%	93.31%	93.31%
Feb07-1Q	99,435%	99,46%	99,49%	99,49%	99,57%	99,57%	99,60%	99,61%	99,61%	74.153,36	74.153,36
Outros vencimentos										76,56%	76,56%
Total										61,72%	61,72%
										52,10%	52,10%
										353,792,17	353,792,17
										1.153,896,16	1.153,896,16
										47.630.753,45	47.630.753,45

[illegible]



Anexo VIa - Manhuaçu - 1a Fase

Ouro Preto		Mar/04-1ºQ	Mar/04-2ºQ	Abr/04-1ºQ	Abr/04-2ºQ	Mai/04-1ºQ	Mai/04-2ºQ	Jun/04-1ºQ	Jun/04-2ºQ	Jul/04-1ºQ	Jul/04-2ºQ	Ago/04-1ºQ	Ago/04-2ºQ	Set/04-1ºQ	Set/04-2ºQ	Out/04-1ºQ	Out/04-2ºQ	Nov/04-1ºQ	Nov/04-2ºQ	Dez/04-1ºQ
Vencimento		46,35%		69,86%	95,08%	49,83%	74,99%	59,50%												
Mar/04-1ºQ																				
Mar/04-2ºQ																				
Abr/04-1ºQ																				
Abr/04-2ºQ																				
Mai/04-1ºQ																				
Mai/04-2ºQ																				
Jun/04-1ºQ																				
Jun/04-2ºQ																				
Jul/04-1ºQ																				
Jul/04-2ºQ																				
Ago/04-1ºQ																				
Ago/04-2ºQ																				
Set/04-1ºQ																				
Set/04-2ºQ																				
Out/04-1ºQ																				
Out/04-2ºQ																				
Nov/04-1ºQ																				
Nov/04-2ºQ																				
Dez/04-1ºQ																				
Dez/04-2ºQ																				
Jan/05-1ºQ																				
Jan/05-2ºQ																				
Feb/05-1ºQ																				
Feb/05-2ºQ																				
Mar/05-1ºQ																				
Mar/05-2ºQ																				
Abr/05-1ºQ																				
Abr/05-2ºQ																				
Mai/05-1ºQ																				
Mai/05-2ºQ																				
Jun/05-1ºQ																				
Jun/05-2ºQ																				
Jul/05-1ºQ																				
Jul/05-2ºQ																				
Ago/05-1ºQ																				
Ago/05-2ºQ																				
Set/05-1ºQ																				
Set/05-2ºQ																				
Out/05-1ºQ																				
Out/05-2ºQ																				
Nov/05-1ºQ																				
Nov/05-2ºQ																				
Dez/05-1ºQ																				
Dez/05-2ºQ																				
Jan/06-1ºQ																				
Jan/06-2ºQ																				
Feb/06-1ºQ																				
Feb/06-2ºQ																				
Mar/06-1ºQ																				
Mar/06-2ºQ																				
Abr/06-1ºQ																				
Abr/06-2ºQ																				
Mai/06-1ºQ																				
Mai/06-2ºQ																				
Jun/06-1ºQ																				
Jun/06-2ºQ																				
Jul/06-1ºQ																				
Jul/06-2ºQ																				
Ago/06-1ºQ																				
Ago/06-2ºQ																				
Set/06-1ºQ																				
Set/06-2ºQ																				
Out/06-1ºQ																				
Out/06-2ºQ																				
Nov/06-1ºQ																				
Nov/06-2ºQ																				
Dez/06-1ºQ																				
Dez/06-2ºQ																				
Jan/07-1ºQ																				
Jan/07-2ºQ																				
Feb/07-1ºQ																				
Feb/07-2ºQ																				
Outros vencimentos																				
Total																				



Anexo VIa - Manhua

Vencimento	Dez/04-2Q	Jan/05-1Q	Jan/05-2Q	Feb/05-1Q	Feb/05-2Q	Mar/05-1Q	Mar/05-2Q	Abr/05-1Q	Abr/05-2Q	Mai/05-1Q	Mai/05-2Q	Jun/05-1Q	Jun/05-2Q	Jul/05-1Q	Jul/05-2Q	Ago/05-1Q	Ago/05-2Q	Ser/05-1Q	Ser/05-2Q
Mar/04-1Q	99,75%	99,75%	99,75%	99,75%	99,75%	99,75%	99,75%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%	99,80%
Mar/04-2Q	99,51%	99,55%	99,56%	99,56%	99,56%	99,58%	99,58%	99,59%	99,59%	99,59%	99,59%	99,59%	99,59%	99,61%	99,61%	99,62%	99,62%	99,63%	99,64%
Abr/04-1Q	99,57%	99,57%	99,59%	99,61%	99,61%	99,61%	99,61%	99,61%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,63%	99,63%	99,64%	99,64%	99,65%	99,65%
Abr/04-2Q	99,53%	99,55%	99,56%	99,56%	99,56%	99,57%	99,58%	99,58%	99,58%	99,60%	99,60%	99,60%	99,60%	99,62%	99,62%	99,63%	99,63%	99,64%	99,64%
Mai/04-1Q	98,65%	98,65%	98,68%	98,69%	98,69%	98,69%	98,69%	98,69%	98,70%	98,72%	98,72%	98,72%	98,72%	98,73%	98,73%	98,76%	98,76%	98,80%	98,80%
Mai/04-2Q	99,34%	99,35%	99,37%	99,37%	99,37%	99,39%	99,40%	99,42%	99,42%	99,43%	99,43%	99,43%	99,43%	99,44%	99,44%	99,45%	99,45%	99,50%	99,50%
Jun/04-1Q	98,63%	98,63%	98,64%	98,67%	98,67%	98,69%	98,70%	98,70%	98,71%	98,73%	98,73%	98,75%	98,75%	98,77%	98,77%	98,79%	98,79%	98,80%	98,82%
Jun/04-2Q	99,18%	99,19%	99,21%	99,21%	99,21%	99,23%	99,23%	99,23%	99,24%	99,25%	99,25%	99,27%	99,27%	99,27%	99,27%	99,27%	99,27%	99,30%	99,30%
Jul/04-1Q	99,43%	99,45%	99,45%	99,47%	99,47%	99,48%	99,48%	99,49%	99,49%	99,50%	99,50%	99,50%	99,50%	99,50%	99,50%	99,50%	99,50%	99,50%	99,50%
Jul/04-2Q	99,54%	99,54%	99,53%	99,53%	99,53%	99,54%	99,54%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%
Ago/04-1Q	99,27%	99,29%	99,29%	99,30%	99,30%	99,31%	99,31%	99,31%	99,31%	99,31%	99,31%	99,31%	99,31%	99,31%	99,31%	99,31%	99,31%	99,31%	99,31%
Ago/04-2Q	99,07%	99,08%	99,10%	99,14%	99,14%	99,15%	99,15%	99,18%	99,18%	99,18%	99,18%	99,18%	99,18%	99,18%	99,18%	99,18%	99,18%	99,18%	99,18%
Ser/04-1Q	98,45%	98,57%	98,61%	98,64%	98,64%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%
Ser/04-2Q	98,53%	98,57%	98,61%	98,64%	98,64%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%
Out/04-1Q	98,47%	98,60%	98,61%	98,64%	98,64%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%
Out/04-2Q	98,97%	99,07%	99,14%	99,18%	99,18%	99,20%	99,20%	99,22%	99,22%	99,22%	99,22%	99,22%	99,22%	99,22%	99,22%	99,22%	99,22%	99,23%	99,23%
Nov/04-1Q	98,12%	98,60%	98,75%	98,78%	98,78%	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%
Nov/04-2Q	94,73%	97,60%	97,92%	98,05%	98,05%	98,19%	98,19%	98,32%	98,32%	98,32%	98,32%	98,32%	98,32%	98,32%	98,32%	98,32%	98,32%	98,32%	98,32%
Dez/04-1Q	78,19%	94,99%	97,86%	98,21%	98,21%	98,48%	98,48%	98,59%	98,59%	98,59%	98,59%	98,59%	98,59%	98,59%	98,59%	98,59%	98,59%	98,59%	98,59%
Dez/04-2Q	64,85%	84,16%	96,07%	96,54%	96,54%	96,54%	96,54%	96,54%	96,54%	96,54%	96,54%	96,54%	96,54%	96,54%	96,54%	96,54%	96,54%	96,54%	96,54%
Jan/05-1Q		58,10%	60,82%	61,72%	61,72%	61,72%	61,72%	61,72%	61,72%	61,72%	61,72%	61,72%	61,72%	61,72%	61,72%	61,72%	61,72%	61,72%	61,72%
Jan/05-2Q																			
Feb/05-1Q																			
Feb/05-2Q																			
Mar/05-1Q																			
Mar/05-2Q																			
Abr/05-1Q																			
Abr/05-2Q																			
Mai/05-1Q																			
Mai/05-2Q																			
Jun/05-1Q																			
Jun/05-2Q																			
Jul/05-1Q																			
Jul/05-2Q																			
Ago/05-1Q																			
Ago/05-2Q																			
Ser/05-1Q																			
Ser/05-2Q																			
Out/05-1Q																			
Out/05-2Q																			
Nov/05-1Q																			
Nov/05-2Q																			
Dez/05-1Q																			
Dez/05-2Q																			
Jan/06-1Q																			
Jan/06-2Q																			
Feb/06-1Q																			
Feb/06-2Q																			
Mar/06-1Q																			
Mar/06-2Q																			
Abr/06-1Q																			
Abr/06-2Q																			
Mai/06-1Q																			
Mai/06-2Q																			
Jun/06-1Q																			
Jun/06-2Q																			
Jul/06-1Q																			
Jul/06-2Q																			
Ago/06-1Q																			
Ago/06-2Q																			
Ser/06-1Q																			
Ser/06-2Q																			
Out/06-1Q																			
Out/06-2Q																			
Nov/06-1Q																			
Nov/06-2Q																			
Dez/06-1Q																			
Dez/06-2Q																			
Jan/07-1Q																			
Jan/07-2Q																			
Feb/07-1Q																			
Feb/07-2Q																			
Outros vencimentos																			
Total																			

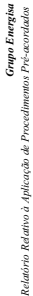
Anexo VIa - Manhwa

62



Anexo VIa - Manhua

Vencimento	Jul/06-2Q	Ago/06-1Q	Set/06-2Q	Set/06-1Q	Out/06-2Q	Out/06-1Q	Nov/06-2Q	Nov/06-1Q	Dez/06-2Q	Dez/06-1Q	Jan/07-1Q	Jan/07-2Q	Fev/07-1Q	Fev/07-2Q	Em aberto	Total
Mar/04-2Q	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%		51.111,78
Abr/04-2Q	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	2.290,67	693.113,16
Mai/04-2Q	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	1.105,49	344.990,07
Jun/04-2Q	99,70%	99,70%	99,70%	99,70%	99,70%	99,70%	99,70%	99,70%	99,70%	99,70%	99,70%	99,70%	99,70%	99,70%	2.774,27	934.426,17
Jul/04-2Q	98,84%	98,84%	98,84%	98,84%	98,84%	98,84%	98,84%	98,84%	98,84%	98,84%	98,84%	98,84%	98,84%	98,84%	4.940,77	425.371,19
Out/04-2Q	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,63%	99,63%	99,63%	99,63%	99,63%	99,63%	99,63%	99,63%	99,63%	99,63%	3.061,07	869.853,01
Nov/04-2Q	98,85%	98,85%	98,85%	98,85%	98,86%	98,86%	98,86%	98,86%	98,86%	98,86%	98,86%	98,86%	98,86%	98,86%	4.468,62	391.609,56
Jan/04-1Q	99,34%	99,34%	99,34%	99,34%	99,35%	99,35%	99,35%	99,35%	99,35%	99,35%	99,36%	99,36%	99,36%	99,36%	5.404,81	838.754,16
Jan/04-2Q	99,72%	99,72%	99,72%	99,72%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	1.131,31	412.328,98
Apr/04-2Q	99,64%	99,64%	99,64%	99,64%	99,64%	99,64%	99,64%	99,64%	99,64%	99,64%	99,66%	99,67%	99,67%	99,67%	3.031,71	396.181,99
Jun/04-2Q	99,77%	99,77%	99,77%	99,77%	99,77%	99,77%	99,77%	99,77%	99,77%	99,77%	99,77%	99,77%	99,77%	99,77%	905,28	396.181,99
Set/04-1Q	99,60%	99,60%	99,60%	99,60%	99,61%	99,61%	99,61%	99,61%	99,61%	99,61%	99,61%	99,62%	99,62%	99,62%	3.809,54	993.038,11
Set/04-2Q	99,40%	99,40%	99,40%	99,40%	99,40%	99,40%	99,40%	99,40%	99,40%	99,40%	99,40%	99,40%	99,40%	99,40%	2.459,40	450.925,01
Out/04-2Q	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%	99,05%	99,05%	99,05%	99,05%	99,05%	99,07%	99,07%	99,07%	99,07%	8.651,37	927.186,54
Out/04-1Q	99,26%	99,27%	99,27%	99,27%	99,28%	99,28%	99,28%	99,28%	99,28%	99,28%	99,31%	99,31%	99,31%	99,31%	2.926,10	467.650,23
Nov/04-2Q	99,31%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	99,32%	3.160,43	907.628,61
Nov/04-1Q	98,75%	98,75%	98,75%	98,75%	98,76%	98,76%	98,76%	98,76%	98,76%	98,76%	98,79%	98,79%	98,79%	98,79%	12.336,76	438.880,17
Dez/04-2Q	99,13%	99,13%	99,13%	99,13%	99,13%	99,13%	99,13%	99,13%	99,13%	99,13%	99,14%	99,14%	99,14%	99,14%	4.918,21	1.023.552,30
Jan/04-1Q	99,45%	99,45%	99,45%	99,45%	99,47%	99,47%	99,47%	99,47%	99,47%	99,49%	99,49%	99,49%	99,49%	99,49%	4.216,60	577.458,01
Jan/04-2Q	99,09%	99,09%	99,09%	99,09%	99,09%	99,09%	99,09%	99,09%	99,09%	99,09%	99,09%	99,09%	99,09%	99,09%	4.501,20	498.269,12
Feb/05-1Q	99,39%	99,39%	99,39%	99,39%	99,40%	99,40%	99,40%	99,41%	99,41%	99,41%	99,42%	99,42%	99,42%	99,42%	5.582,02	968.999,45
Fev/05-2Q	97,60%	97,61%	97,61%	97,61%	97,61%	97,61%	97,61%	97,61%	97,61%	97,61%	97,61%	97,61%	97,63%	97,63%	11.050,59	466.768,51
Fev/05-1Q	99,14%	99,14%	99,14%	99,14%	99,15%	99,15%	99,15%	99,15%	99,15%	99,15%	99,16%	99,16%	99,16%	99,16%	8.164,71	968.820,12
Mar/05-2Q	98,65%	98,66%	98,66%	98,66%	98,66%	98,66%	98,66%	98,66%	98,66%	98,66%	98,66%	98,66%	98,66%	98,66%	7.677,40	573.026,01
Mar/05-1Q	99,54%	99,55%	99,55%	99,55%	99,55%	99,55%	99,55%	99,55%	99,55%	99,55%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	3.755,13	848.889,98
Abr/05-2Q	98,43%	98,43%	98,43%	98,43%	98,43%	98,43%	98,43%	98,43%	98,43%	98,43%	98,45%	98,45%	98,47%	98,47%	9.694,73	634.539,00
Abr/05-1Q	98,47%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	98,50%	98,50%	98,50%	98,50%	98,50%	98,50%	98,50%	98,50%	12.344,50	825.129,37
Mai/05-2Q	97,41%	97,43%	97,43%	97,43%	97,43%	97,43%	97,44%	97,44%	97,44%	97,44%	97,45%	97,45%	97,45%	97,45%	14.758,14	579.676,84
Mai/05-1Q	98,95%	98,96%	99,01%	99,01%	99,01%	99,01%	99,03%	99,03%	99,03%	99,03%	99,03%	99,03%	99,03%	99,03%	8.635,64	892.139,50
Jun/05-2Q	98,01%	98,03%	98,03%	98,03%	98,03%	98,04%	98,04%	98,04%	98,05%	98,05%	98,06%	98,06%	98,06%	98,06%	11.596,33	597.064,01
Jun/05-1Q	99,37%	99,37%	99,37%	99,37%	99,37%	99,37%	99,37%	99,37%	99,37%	99,38%	99,38%	99,38%	99,38%	99,38%	5.102,37	817.722,38
Jul/05-2Q	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	99,68%	99,69%	99,69%	99,69%	99,69%	99,70%	99,70%	99,70%	99,70%	99,70%	1.888,77	638.372,97
Jul/05-1Q	99,51%	99,51%	99,51%	99,52%	99,52%	99,52%	99,52%	99,53%	99,53%	99,53%	99,53%	99,53%	99,53%	99,53%	3.947,95	839.353,64
Ago/05-2Q	99,37%	99,38%	99,38%	99,39%	99,39%	99,39%	99,39%	99,39%	99,43%	99,43%	99,43%	99,43%	99,43%	99,43%	3.423,72	597.982,42
Set/05-1Q	99,59%	99,59%	99,60%	99,60%	99,62%	99,62%	99,62%	99,63%	99,63%	99,63%	99,64%	99,64%	99,64%	99,64%	3.309,84	929.305,90
Set/05-2Q	98,78%	98,80%	98,81%	98,82%	98,82%	98,82%	98,82%	98,83%	98,83%	98,83%	98,86%	98,86%	98,86%	98,86%	7.1127,40	624.521,79
Out/05-2Q	99,63%	99,63%	99,64%	99,65%	99,65%	99,65%	99,65%	99,65%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%	3.182,45	949.792,50
Out/05-1Q	99,52%	99,52%	99,54%	99,55%	99,55%	99,55%	99,55%	99,55%	99,55%	99,55%	99,57%	99,57%	99,57%	99,57%	2.515,33	590.237,54
Nov/05-2Q	99,60%	99,61%	99,61%	99,61%	99,61%	99,61%	99,62%	99,62%	99,63%	99,63%	99,65%	99,65%	99,65%	99,65%	3.730,72	1.061.257,59
Nov/05-1Q	98,63%	98,63%	98,64%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,66%	98,66%	98,66%	98,66%	98,68%	98,68%	7.391,72	561.336,42
Dez/05-2Q	93,62%	93,63%	93,63%	93,63%	93,63%	93,64%	93,64%	93,65%	93,65%	93,65%	93,66%	93,66%	93,66%	93,66%	67.446,39	1.063.829,08
Dez/05-1Q	99,65%	99,67%	99,68%	99,68%	99,72%	99,72%	99,72%	99,72%	99,72%	99,72%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	1.719,75	634.320,76
Jan/06-1Q	98,86%	98,89%	99,68%	99,68%	99,68%	99,70%	99,70%	99,70%	99,72%	99,72%	99,72%	99,72%	99,75%	99,75%	1.567,93	625.002,28
Fev/06-1Q	99,47%	99,51%	99,54%	99,55%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	2.659,01	798.705,46
Fev/06-2Q	98,97%	99,03%	99,03%	99,03%	99,03%	99,03%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%	6.413,84	816.074,57
Mar/06-2Q	99,51%	99,55%	99,57%	99,59%	99,60%	99,60%	99,60%	99,60%	99,60%	99,60%	99,60%	99,60%	99,60%	99,60%	2.231,38	709.891,90
Mar/06-1Q	99,54%	99,57%	99,58%	99,58%	99,61%	99,61%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,67%	99,67%	99,67%	99,67%	2.994,33	921.645,09
Abr/06-2Q	97,87%	97,89%	97,89%	97,91%	97,94%	97,94%	97,94%	97,94%	97,94%	97,94%	98,06%	98,06%	98,06%	98,06%	11.929,60	613.716,64
Apr/06-1Q	99,41%	99,48%	99,51%	99,53%	99,56%	99,56%	99,57%	99,58%	99,58%	99,58%	99,61%	99,61%	99,62%	99,62%	4.413,19	1.154.863,20
Mai/06-2Q	99,42%	99,45%	99,52%	99,53%	99,59%	99,59%	99,59%	99,61%	99,61%	99,61%	99,66%	99,66%	99,67%	99,67%	2.316,95	707.772,64
Mai/06-1Q	99,34%	99,34%	99,49%	99,50%	99,52%	99,53%	99,53%	99,53%	99,53%	99,53%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	4.131,30	1.002.820,75
Jun/06-2Q	99,02%	99,11%	99,24%	99,27%	99,31%	99,32%	99,36%	99,38%	99,40%	99,41%	99,42%	99,43%	99,43%	99,43%	3.572,89	631.220,86
Jun/06-1Q	97,38%	99,25%	99,38%	99,45%	99,48%	99,49%	99,50%	99,50%	99,50%	99,50%	99,56%	99,56%	99,56%	99,56%	4.118,52	982.622,79
Jul/06-2Q	83,34%	96,57%	99,39%	99,49%	99,53%	99,58%	99,61%	99,61%	99,61%	99,61%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	1.766,33	694.897,10
Jul/06-1Q	64,95%	86,51%	97,82%	99,52%	99,64%	99,72%	99,72%	99,72%	99,72%	99,72%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	1.854,78	1.044.712,00
Ago/06-2Q															8.948,89	756.292,94
Ago/06-1Q															98,82%	8.948,89
Set/06-1Q															98,87%	2.117,11
Set/06-2Q															99,79%	99,79%
Out/06-1Q															99,62%	99,62%
Out/06-2Q															99,38%	99,38%
Nov/06-1Q															99,13%	99,13%
Nov/06-2Q															99,12%	99,12%
Dez/06-1Q															99,45%	99,45%
Dez/06-2Q															99,28%	99,28%
Jan/07-1Q															99,17%	99,17%
Jan/07-2Q															98,45%	98,45%
Fev/07-1Q															86,57%	86,57%
Fev/07-2Q															59,94%	59,94%
Outros vencimentos															1.156.642,63	1.156.642,63
Total																57.875.703,46



	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Quinzana	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
centimento	46.8%	69.9%	95.1%	97.8%	98.7%	98.7%	98.9%	99.5%	99.6%	99.7%	99.7%	99.7%	99.8%	99.8%	99.8%	99.8%	99.8%	99.8%	99.8%	99.8%	99.8%
tar04-2 Q	49.4%	75.0%	91.1%	97.1%	98.5%	98.7%	99.1%	99.2%	99.3%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.5%	99.5%	99.5%	99.5%	99.5%	99.5%	99.5%	99.5%
tar04-3 Q	56.6%	77.3%	91.9%	96.6%	97.7%	99.1%	99.2%	99.3%	99.4%	99.4%	99.5%	99.5%	99.5%	99.5%	99.5%	99.5%	99.5%	99.5%	99.5%	99.5%	99.5%
tar04-4 Q	56.6%	78.9%	94.2%	92.1%	97.1%	98.9%	99.1%	99.2%	99.3%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%
tar04-1 Q	53.7%	75.3%	91.9%	97.2%	98.2%	98.4%	99.4%	99.4%	99.6%	99.6%	99.6%	99.6%	99.6%	99.6%	99.6%	99.6%	99.6%	99.6%	99.6%	99.6%	99.6%
tar04-2 Q	57.4%	79.9%	94.2%	98.4%	98.8%	99.0%	99.4%	99.2%	99.3%	99.3%	99.3%	99.3%	99.3%	99.3%	99.3%	99.3%	99.3%	99.3%	99.3%	99.3%	99.3%
tar04-1 Q	57.4%	77.3%	95.0%	97.9%	98.2%	98.4%	99.4%	98.4%	98.5%	98.5%	98.6%	98.6%	98.6%	98.6%	98.6%	98.6%	98.6%	98.6%	98.6%	98.6%	98.6%
tar04-2 Q	61.1%	81.3%	93.8%	97.9%	98.6%	98.7%	98.8%	98.4%	98.8%	98.8%	99.2%	99.2%	99.2%	99.2%	99.2%	99.2%	99.2%	99.2%	99.2%	99.2%	99.2%
tar04-1 Q	60.8%	79.6%	94.1%	98.6%	99.1%	99.2%	99.2%	99.3%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%
tar04-2 Q	62.8%	84.1%	96.3%	98.3%	99.1%	99.2%	99.2%	99.3%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%	99.4%
tar04-1 Q	61.8%	81.5%	94.2%	98.8%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%
tar04-2 Q	60.4%	81.5%	95.1%	97.9%	98.8%	99.0%	99.0%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%
tar04-1 Q	60.2%	79.5%	95.5%	98.4%	98.7%	98.9%	99.0%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%
tar04-2 Q	59.6%	78.2%	94.3%	97.6%	98.3%	98.5%	98.6%	98.6%	98.6%	98.7%	98.7%	98.7%	98.7%	98.8%	98.8%	98.8%	98.8%	98.8%	98.8%	98.8%	98.8%
tar04-1 Q	58.8%	78.4%	94.6%	97.8%	98.3%	98.5%	98.8%	98.9%	98.9%	99.0%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%
tar04-2 Q	59.2%	82.0%	94.9%	98.1%	99.0%	98.7%	98.8%	99.2%	99.2%	99.3%	99.3%	99.3%	99.3%	99.3%	99.3%	99.3%	99.3%	99.3%	99.3%	99.3%	99.3%
tar05-1 Q	59.2%	78.1%	96.8%	98.1%	98.6%	98.7%	98.8%	98.8%	99.0%	99.0%	99.0%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%
tar05-2 Q	57.6%	81.7%	94.7%	97.6%	97.9%	98.2%	98.3%	98.7%	98.4%	98.4%	98.4%	98.4%	98.4%	98.4%	98.4%	98.5%	98.5%	98.5%	98.5%	98.5%	98.5%
tar05-1 Q	57.6%	78.2%	95.0%	97.9%	98.2%	98.5%	98.6%	98.6%	98.7%	98.7%	98.8%	98.8%	98.8%	98.9%	99.0%	99.0%	99.0%	99.1%	99.1%	99.1%	99.1%
tar05-2 Q	64.9%	84.2%	96.1%	97.4%	98.8%	99.1%	99.2%														

[illegible]



Anexo VIIa - Aracaju - 1a Fase

Quilômetro		Mar/04-1ºQ	Mar/04-2ºQ	Abr/04-1ºQ	Abr/04-2ºQ	Mai/04-1ºQ	Mai/04-2ºQ	Jun/04-1ºQ	Jun/04-2ºQ	Jul/04-1ºQ	Jul/04-2ºQ	Ago/04-1ºQ	Ago/04-2ºQ	Sep/04-1ºQ	Sep/04-2ºQ	Out/04-1ºQ
Vencimento	Mar/04-1ºQ	100,00%														
	Mar/04-1ºQ	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Mar/04-2ºQ		59,81%	78,00%	62,12%	87,64%	93,71%	96,11%	97,41%	98,36%	97,90%	98,67%	98,74%	98,80%	98,83%	98,83%
	Abr/04-1ºQ			73,84%	60,81%	73,84%	87,78%	92,33%	95,14%	96,04%	96,70%	97,02%	97,30%	97,35%	97,40%	97,40%
	Abr/04-2ºQ		59,81%	62,12%		60,81%	75,43%	84,78%	89,22%	90,87%	92,62%	92,98%	93,29%	93,36%	93,41%	93,41%
	Mai/04-1ºQ					60,29%	73,75%	87,17%	90,87%	91,26%	94,63%	95,59%	96,16%	96,29%	96,39%	96,39%
	Mai/04-2ºQ						64,63%	79,47%	88,13%	91,26%	94,57%	96,48%	97,27%	97,76%	97,83%	97,83%
	Jun/04-1ºQ							61,54%	71,75%	86,23%	91,39%	93,86%	94,89%	95,28%	95,48%	95,48%
	Jun/04-2ºQ								59,61%	74,43%	83,95%	87,23%	89,30%	91,41%	92,11%	92,37%
	Jul/04-1ºQ									61,92%	73,66%	87,23%	90,11%	92,44%	95,43%	96,42%
	Jul/04-2ºQ										65,54%	79,11%	90,11%	95,25%	96,73%	96,73%
	Ago/04-1ºQ											61,69%	73,50%	86,86%	91,96%	91,96%
	Ago/04-2ºQ												62,97%	74,83%	83,31%	83,31%
	Sep/04-1ºQ													58,49%	69,04%	73,73%
	Sep/04-2ºQ														66,27%	66,27%
	Out/04-1ºQ															56,79%
	Out/04-2ºQ															
	Nov/04-1ºQ															
	Nov/04-2ºQ															
	Dez/04-1ºQ															
	Dez/04-2ºQ															
	Jan/05-1ºQ															
	Jan/05-2ºQ															
	Fev/05-1ºQ															
	Fev/05-2ºQ															
	Mar/05-1ºQ															
	Mar/05-2ºQ															
	Abr/05-1ºQ															
	Abr/05-2ºQ															
	Mai/05-1ºQ															
	Mai/05-2ºQ															
	Jun/05-1ºQ															
	Jun/05-2ºQ															
	Jul/05-1ºQ															
	Jul/05-2ºQ															
	Ago/05-1ºQ															
	Ago/05-2ºQ															
	Sep/05-1ºQ															
	Sep/05-2ºQ															
	Out/05-1ºQ															
	Out/05-2ºQ															
	Nov/05-1ºQ															
	Nov/05-2ºQ															
	Dez/05-1ºQ															
	Dez/05-2ºQ															
	Jan/06-1ºQ															
	Jan/06-2ºQ															
	Fev/06-1ºQ															
	Fev/06-2ºQ															
	Mar/06-1ºQ															
	Mar/06-2ºQ															
	Abr/06-1ºQ															
	Abr/06-2ºQ															
	Mai/06-1ºQ															
	Mai/06-2ºQ															
	Jun/06-1ºQ															
	Jun/06-2ºQ															
	Jul/06-1ºQ															
	Jul/06-2ºQ															
	Ago/06-1ºQ															
	Ago/06-2ºQ															
	Sep/06-1ºQ															
	Sep/06-2ºQ															
	Out/06-1ºQ															
	Out/06-2ºQ															
	Nov/06-1ºQ															
	Nov/06-2ºQ															
	Dez/06-1ºQ															
	Dez/06-2ºQ															
	Jan/07-1ºQ															
	Jan/07-2ºQ															
	Fev/07-1ºQ															
	Fev/07-2ºQ															
	Outros Vencimentos															
	Total															

	Out/04-2°Q	Nov/04-1°Q	Nov/04-2°Q	Dez/04-1°Q	Dez/04-2°Q	Jan/05-1°Q	Jan/05-2°Q	Fev/05-1°Q	Fev/05-2°Q	Mart/05-1°Q	Mart/05-2°Q	Abr/05-1°Q	Abr/05-2°Q	Mai/05-1°Q	Mai/05-2°Q	100.00%	100.00%
Incremento	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%		
Mar/04-1°Q		98.83%	98.86%	98.88%	98.92%	98.94%	98.97%	98.98%	99.00%	99.01%	99.02%	99.03%	99.04%	99.05%	99.06%	99.06%	99.06%
Mar/04-2°Q		97.40%	97.44%	97.46%	97.54%	97.57%	97.60%	97.62%	97.63%	97.65%	97.67%	97.68%	97.70%	97.70%	97.71%	97.76%	97.76%
Abr/04-1°Q		93.41%	93.44%	93.46%	93.49%	93.53%	93.56%	93.57%	93.59%	93.60%	93.62%	93.63%	93.65%	93.69%	93.72%	93.72%	93.72%
Abr/04-2°Q		96.39%	96.43%	96.53%	96.58%	96.63%	96.66%	96.68%	96.70%	96.72%	96.75%	96.76%	96.78%	96.79%	96.83%	96.83%	96.83%
Mai/04-1°Q		97.83%	97.86%	97.96%	98.00%	98.52%	98.54%	98.56%	98.58%	98.60%	98.63%	98.65%	98.62%	98.63%	98.65%	98.65%	98.65%
Mai/04-2°Q		95.48%	95.50%	95.62%	95.68%	95.78%	95.84%	95.86%	95.89%	95.92%	95.95%	96.02%	96.04%	96.07%	96.09%	96.09%	96.09%
Jun/04-1°Q		92.17%	92.58%	92.72%	92.91%	93.58%	93.61%	93.63%	93.66%	93.69%	93.70%	93.70%	93.74%	93.75%	93.76%	93.76%	93.76%
Jun/04-2°Q		96.42%	96.57%	96.72%	96.90%	96.98%	97.02%	97.05%	97.09%	97.13%	97.16%	97.19%	97.21%	97.23%	97.25%	97.25%	97.25%
Jul/04-1°Q		91.74%	91.77%	91.80%	91.83%	91.86%	91.88%	91.90%	91.92%	91.94%	91.96%	91.97%	91.99%	92.00%	92.01%	92.01%	92.01%
Jul/04-2°Q		91.96%	92.39%	92.76%	92.88%	93.11%	93.26%	93.34%	93.41%	93.47%	93.51%	93.56%	93.58%	93.61%	93.62%	93.62%	93.62%
Ago/04-1°Q		83.11%	84.18%	85.55%	85.14%	85.55%	85.62%	85.71%	85.86%	85.88%	85.90%	85.92%	85.93%	85.97%	85.99%	85.99%	85.99%
Ago/04-2°Q		73.73%	76.05%	77.06%	77.50%	77.72%	77.84%	78.01%	78.07%	78.12%	78.17%	78.21%	78.24%	78.26%	78.32%	78.32%	78.32%
Set/04-1°Q		80.38%	87.60%	89.07%	91.05%	91.69%	91.92%	92.06%	92.11%	92.14%	92.19%	92.21%	92.24%	92.25%	92.27%	92.29%	92.29%
Set/04-2°Q		67.03%	85.47%	92.43%	95.37%	96.22%	96.66%	96.96%	97.32%	97.42%	97.51%	97.55%	97.62%	97.66%	97.77%	97.81%	97.81%
Out/04-1°Q		53.42%	65.57%	81.49%	88.13%	91.04%	91.64%	92.03%	98.46%	98.70%	98.80%	98.85%	98.89%	98.92%	98.96%	99.01%	99.01%
Out/04-2°Q			59.89%		88.23%	94.42%	96.61%	97.38%	97.68%	97.88%	98.07%	98.13%	98.24%	98.30%	98.37%	98.44%	98.44%
Nov/04-1°Q				75.11%	85.34%	89.00%	89.00%	90.39%	97.07%	97.27%	97.39%	97.44%	98.01%	98.15%	98.19%	98.19%	98.19%
Nov/04-2°Q				61.37%	77.07%	88.85%	88.85%	93.32%	95.22%	95.91%	96.79%	97.02%	97.27%	97.36%	97.45%	97.54%	97.54%
Dez/04-1°Q					62.65%	73.26%	73.26%	82.08%	86.82%	88.32%	89.70%	90.21%	90.86%	91.10%	91.25%	91.33%	91.33%
Dez/04-2°Q						61.83%	73.35%	85.95%	89.58%	89.68%	92.92%	93.92%	94.62%	94.89%	95.22%	95.23%	95.23%
Jan/05-1°Q							59.61%		72.75%	80.42%	87.12%	89.61%	91.49%	91.92%	92.24%	92.39%	92.3



Anexo VIIa - Arac

Vencimento	Jan/05-1ºQ	Jun/05-2ºQ	Jul/05-1ºQ	Jul/05-2ºQ	Ago/05-1ºQ	Ago/05-2ºQ	Set/05-1ºQ	Set/05-2ºQ	Out/05-1ºQ	Out/05-2ºQ	Nov/05-1ºQ	Nov/05-2ºQ	Dez/05-1ºQ	Dez/05-2ºQ	Jan/06-1ºQ
Mar/04-1ºQ	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Mar/04-2ºQ	99,06%	99,07%	99,08%	99,08%	99,08%	99,10%	99,11%	99,12%	99,13%	99,13%	99,13%	99,14%	99,15%	99,15%	99,16%
Abr/04-1ºQ	97,72%	97,78%	97,79%	97,79%	97,83%	97,83%	97,86%	97,86%	97,91%	97,92%	97,93%	97,94%	97,94%	97,94%	97,95%
Abr/04-2ºQ	93,73%	93,74%	93,74%	93,74%	93,76%	93,77%	93,78%	93,78%	93,81%	93,82%	93,82%	93,84%	93,84%	93,84%	93,84%
Mai/04-1ºQ	98,84%	98,85%	98,86%	98,86%	98,89%	98,89%	98,92%	98,92%	98,95%	98,96%	98,97%	98,99%	98,99%	98,99%	99,01%
Mai/04-2ºQ	98,65%	98,67%	98,67%	98,67%	98,68%	98,70%	98,71%	98,72%	98,72%	98,72%	98,77%	98,78%	98,78%	98,78%	98,78%
Jun/04-1ºQ	96,12%	96,15%	96,17%	96,17%	96,19%	96,24%	96,25%	96,29%	96,30%	96,31%	96,49%	96,55%	96,55%	96,61%	96,61%
Jun/04-2ºQ	93,39%	93,80%	93,81%	93,81%	93,82%	93,82%	93,83%	93,85%	93,85%	93,85%	93,86%	93,87%	93,87%	93,88%	93,88%
Jul/04-1ºQ	97,31%	97,33%	97,34%	97,34%	97,37%	97,39%	97,41%	97,45%	97,45%	97,46%	97,47%	97,48%	97,49%	97,51%	97,52%
Jul/04-2ºQ	97,97%	97,98%	97,99%	97,99%	98,00%	98,01%	98,02%	98,03%	98,03%	98,03%	98,04%	98,05%	98,06%	98,06%	98,07%
Ago/04-1ºQ	93,71%	93,73%	93,75%	93,75%	93,79%	93,81%	93,83%	93,87%	93,88%	93,89%	93,91%	93,94%	93,94%	93,96%	93,98%
Ago/04-2ºQ	86,01%	86,02%	86,04%	86,04%	86,07%	86,08%	86,10%	86,12%	86,12%	86,12%	86,14%	86,14%	86,15%	86,15%	86,15%
Set/04-1ºQ	78,31%	78,37%	78,40%	78,40%	78,42%	78,43%	78,46%	78,49%	78,50%	78,51%	78,53%	78,54%	78,54%	78,57%	78,58%
Set/04-2ºQ	92,31%	92,31%	92,33%	92,33%	92,36%	92,37%	92,38%	92,39%	92,40%	92,40%	92,41%	92,41%	92,43%	92,44%	92,44%
Out/04-1ºQ	97,86%	97,89%	97,91%	97,91%	98,03%	98,05%	98,09%	98,12%	98,13%	98,15%	98,16%	98,19%	98,20%	98,22%	98,22%
Out/04-2ºQ	99,03%	99,04%	99,06%	99,06%	99,09%	99,11%	99,13%	99,14%	99,15%	99,15%	99,17%	99,18%	99,20%	99,20%	99,21%
Nov/04-1ºQ	98,64%	98,67%	98,71%	98,71%	98,73%	98,76%	98,79%	98,83%	98,84%	98,85%	98,89%	98,91%	98,92%	98,93%	98,94%
Nov/04-2ºQ	98,30%	98,33%	98,36%	98,36%	98,39%	98,42%	98,44%	98,48%	98,47%	98,47%	98,68%	98,70%	98,71%	98,72%	98,72%
Dez/04-1ºQ	97,82%	97,85%	97,87%	97,87%	97,88%	97,89%	97,91%	97,92%	97,93%	97,93%	97,94%	97,95%	97,95%	97,96%	97,96%
Dez/04-2ºQ	91,58%	91,58%	91,58%	91,58%	91,58%	91,58%	91,58%	91,58%	91,58%	91,59%	91,58%	91,58%	91,58%	91,58%	91,58%
Jan/05-1ºQ	93,34%	93,34%	93,34%	93,34%	93,38%	93,38%	93,40%	93,42%	93,42%	93,42%	93,42%	93,42%	93,42%	93,42%	93,42%
Jan/05-2ºQ	93,37%	93,37%	93,37%	93,37%	93,38%	93,38%	93,39%	93,39%	93,39%	93,39%	93,39%	93,39%	93,39%	93,39%	93,39%
Fev/05-1ºQ	92,30%	92,30%	92,30%	92,30%	92,35%	92,35%	92,36%	92,36%	92,36%	92,36%	92,36%	92,36%	92,36%	92,36%	92,36%
Fev/05-2ºQ	96,56%	96,57%	96,57%	96,57%	96,58%	96,58%	96,59%	96,59%	96,59%	96,59%	96,59%	96,59%	96,59%	96,59%	96,59%
Mar/05-1ºQ	97,67%	97,67%	97,67%	97,67%	97,67%	97,67%	97,67%	97,67%	97,67%	97,67%	97,67%	97,67%	97,67%	97,67%	97,67%
Mar/05-2ºQ	96,35%	96,35%	96,35%	96,35%	96,35%	96,35%	96,35%	96,35%	96,35%	96,35%	96,35%	96,35%	96,35%	96,35%	96,35%
Abr/05-1ºQ	94,30%	94,30%	94,30%	94,30%	94,30%	94,30%	94,30%	94,30%	94,30%	94,30%	94,30%	94,30%	94,30%	94,30%	94,30%
Abr/05-2ºQ	88,70%	88,70%	88,70%	88,70%	88,70%	88,70%	88,70%	88,70%	88,70%	88,70%	88,70%	88,70%	88,70%	88,70%	88,70%
Mai/05-1ºQ	74,13%	74,13%	74,13%	74,13%	74,13%	74,13%	74,13%	74,13%	74,13%	74,13%	74,13%	74,13%	74,13%	74,13%	74,13%
Mai/05-2ºQ	61,83%	61,83%	61,83%	61,83%	61,83%	61,83%	61,83%	61,83%	61,83%	61,83%	61,83%	61,83%	61,83%	61,83%	61,83%
Jun/05-1ºQ	58,68%	58,68%	58,68%	58,68%	58,68%	58,68%	58,68%	58,68%	58,68%	58,68%	58,68%	58,68%	58,68%	58,68%	58,68%
Jun/05-2ºQ	60,22%	60,22%	60,22%	60,22%	60,22%	60,22%	60,22%	60,22%	60,22%	60,22%	60,22%	60,22%	60,22%	60,22%	60,22%
Jul/05-1ºQ	75,23%	75,23%	75,23%	75,23%	75,23%	75,23%	75,23%	75,23%	75,23%	75,23%	75,23%	75,23%	75,23%	75,23%	75,23%
Jul/05-2ºQ	62,34%	62,34%	62,34%	62,34%	62,34%	62,34%	62,34%	62,34%	62,34%	62,34%	62,34%	62,34%	62,34%	62,34%	62,34%
Ago/05-1ºQ	95,75%	95,75%	95,75%	95,75%	95,75%	95,75%	95,75%	95,75%	95,75%	95,75%	95,75%	95,75%	95,75%	95,75%	95,75%
Ago/05-2ºQ	62,45%	62,45%	62,45%	62,45%	62,45%	62,45%	62,45%	62,45%	62,45%	62,45%	62,45%	62,45%	62,45%	62,45%	62,45%
Set/05-1ºQ	76,37%	76,37%	76,37%	76,37%	76,37%	76,37%	76,37%	76,37%	76,37%	76,37%	76,37%	76,37%	76,37%	76,37%	76,37%
Set/05-2ºQ	63,03%	63,03%	63,03%	63,03%	63,03%	63,03%	63,03%	63,03%	63,03%	63,03%	63,03%	63,03%	63,03%	63,03%	63,03%
Out/05-1ºQ															
Out/05-2ºQ															
Nov/05-1ºQ															
Nov/05-2ºQ															
Dez/05-1ºQ															
Dez/05-2ºQ															
Jan/06-1ºQ															
Jan/06-2ºQ															
Fev/06-1ºQ															
Fev/06-2ºQ															
Mar/06-1ºQ															
Mar/06-2ºQ															
Abr/06-1ºQ															
Abr/06-2ºQ															
Mai/06-1ºQ															
Mai/06-2ºQ															
Jun/06-1ºQ															
Jun/06-2ºQ															
Jul/06-1ºQ															
Jul/06-2ºQ															
Ago/06-1ºQ															
Ago/06-2ºQ															
Set/06-1ºQ															
Set/06-2ºQ															
Out/06-1ºQ															
Out/06-2ºQ															
Nov/06-1ºQ															
Nov/06-2ºQ															
Dez/06-1ºQ															
Dez/06-2ºQ															
Jan/07-1ºQ															
Jan/07-2ºQ															
Fev/07-1ºQ															
Fev/07-2ºQ															
Outros Vencimentos															
Total															



Anexo VIIa - Arac

Vencimento	Jan/06-2Q	Fev/06-1Q	Fev/06-2Q	Mar/06-1Q	Mar/06-2Q	Abr/06-1Q	Abr/06-2Q	Mai/06-1Q	Mai/06-2Q	Jun/06-1Q	Jun/06-2Q	Jul/06-1Q	Jul/06-2Q	Ago/06-1Q	Ago/06-2Q
Jan/04-1Q	100,00%	100,00%		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Mar/04-1Q		99,17%	99,17%	99,17%	99,17%	99,18%	99,18%	99,18%	99,18%	99,18%	99,18%	99,19%	99,19%	99,19%	99,20%
Abr/04-1Q	99,16%	99,17%	99,17%	99,17%	99,17%	99,18%	99,18%	99,18%	99,18%	99,18%	99,18%	99,19%	99,19%	99,19%	99,20%
Mar/04-2Q		99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Abr/04-2Q	93,84%	93,85%	93,85%	93,85%	93,85%	93,85%	93,85%	93,85%	93,85%	93,86%	93,86%	93,87%	93,87%	93,87%	93,87%
Mai/04-1Q	97,01%	97,03%	97,03%	97,03%	97,03%	97,04%	97,04%	97,05%	97,05%	97,05%	97,05%	97,07%	97,07%	97,07%	97,08%
Mai/04-2Q	98,29%	98,79%	98,79%	98,79%	98,79%	98,80%	98,80%	98,80%	98,80%	98,85%	98,85%	98,86%	98,87%	98,87%	98,87%
Jun/04-1Q	96,61%	96,62%	96,62%	96,63%	96,63%	96,65%	96,65%	96,66%	96,66%	96,67%	96,67%	96,67%	96,67%	96,70%	96,70%
Jun/04-2Q	93,88%	93,88%	93,89%	93,89%	93,89%	93,89%	93,89%	93,89%	93,89%	93,89%	93,89%	93,90%	93,90%	93,91%	93,91%
Jul/04-1Q		97,53%	97,54%	97,54%	97,54%	97,55%	97,55%	97,56%	97,56%	97,56%	97,56%	97,58%	97,58%	97,60%	97,61%
Jul/04-2Q	98,08%	98,09%	98,09%	98,09%	98,09%	98,09%	98,09%	98,10%	98,10%	98,10%	98,10%	98,11%	98,11%	98,11%	98,12%
Ago/04-1Q		94,02%	94,04%	94,04%	94,04%	94,05%	94,05%	94,06%	94,06%	94,07%	94,07%	94,08%	94,09%	94,09%	94,10%
Ago/04-2Q	86,16%	86,17%	86,17%	86,17%	86,17%	86,18%	86,18%	86,18%	86,18%	86,18%	86,18%	86,19%	86,23%	86,23%	86,23%
Set/04-1Q	78,59%	78,60%	78,60%	78,60%	78,60%	78,61%	78,61%	78,61%	78,61%	78,62%	78,62%	78,62%	78,63%	78,63%	78,63%
Set/04-2Q	92,47%	92,47%	92,47%	92,47%	92,47%	92,48%	92,48%	92,49%	92,49%	92,49%	92,49%	92,50%	92,50%	92,50%	92,50%
Out/04-1Q	98,23%	98,23%	98,23%	98,23%	98,23%	98,25%	98,25%	98,25%	98,25%	98,27%	98,27%	98,28%	98,29%	98,29%	98,29%
Out/04-2Q	99,22%	99,22%	99,22%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,25%	99,25%	99,25%	99,25%	99,25%	99,25%
Nov/04-1Q	98,95%	98,97%	98,97%	98,98%	98,98%	98,99%	98,99%	99,01%	99,01%	99,01%	99,01%	99,02%	99,02%	99,04%	99,05%
Nov/04-2Q	98,72%	98,73%	98,74%	98,74%	98,74%	98,75%	98,75%	98,76%	98,76%	98,77%	98,77%	98,78%	98,82%	98,82%	98,82%
Dez/04-1Q	98,95%	98,96%	98,96%	98,96%	98,96%	98,97%	98,97%	98,98%	98,98%	98,98%	98,98%	98,98%	98,98%	98,98%	98,98%
Dez/04-2Q	91,02%	91,02%	91,02%	91,02%	91,02%	91,02%	91,02%	91,03%	91,03%	91,03%	91,03%	91,03%	91,03%	91,03%	91,03%
Jan/05-1Q	95,01%	95,02%	95,02%	95,02%	95,02%	95,02%	95,02%	95,03%	95,03%	95,03%	95,03%	95,03%	95,03%	95,03%	95,03%
Jan/05-2Q	94,11%	94,11%	94,11%	94,13%	94,13%	94,13%	94,13%	94,16%	94,16%	94,16%	94,16%	94,18%	94,22%	94,22%	94,22%
Fev/05-1Q		97,98%	97,98%	97,98%	97,98%	98,00%	98,00%	98,02%	98,02%	98,03%	98,03%	98,06%	98,08%	98,08%	98,09%
Fev/05-2Q	93,05%	93,05%	93,05%	93,07%	93,07%	93,07%	93,07%	93,09%	93,09%	93,09%	93,09%	93,09%	93,12%	93,12%	93,12%
Mar/05-1Q	98,85%	98,87%	98,87%	98,87%	98,87%	98,88%	98,88%	98,89%	98,89%	98,90%	98,90%	98,91%	98,92%	98,94%	98,95%
Mar/05-2Q	98,59%	98,30%	98,30%	98,36%	98,36%	98,37%	98,37%	98,39%	98,39%	98,40%	98,40%	98,41%	98,42%	98,43%	98,44%
Abr/05-1Q	99,08%	99,10%	99,10%	99,18%	99,19%	99,20%	99,20%	99,20%	99,20%	99,21%	99,21%	99,21%	99,22%	99,25%	99,25%
Abr/05-2Q	98,09%	98,51%	98,51%	98,61%	98,61%	98,62%	98,62%	98,63%	98,63%	98,66%	98,66%	98,70%	98,72%	98,72%	98,74%
Mai/05-1Q	98,90%	98,95%	98,95%	99,03%	99,03%	99,04%	99,04%	99,05%	99,05%	99,06%	99,06%	99,08%	99,11%	99,12%	99,13%
Mai/05-2Q	97,38%	97,30%	97,30%	97,35%	97,35%	97,36%	97,36%	97,38%	97,38%	97,39%	97,41%	97,42%	97,46%	97,46%	97,47%
Jun/05-1Q		98,16%	98,16%	98,26%	98,26%	98,26%	98,26%	98,28%	98,28%	98,28%	98,29%	98,30%	98,33%	98,34%	98,35%
Jun/05-2Q	97,67%	97,71%	97,71%	97,77%	97,77%	97,79%	97,79%	97,83%	97,83%	97,85%	97,88%	97,89%	97,91%	97,95%	97,96%
Jul/05-1Q	92,83%	92,85%	92,85%	92,98%	92,98%	92,99%	92,99%	93,01%	93,01%	93,01%	93,02%	93,03%	93,06%	93,07%	93,08%
Ago/05-1Q	96,80%	96,85%	96,85%	96,90%	96,90%	96,92%	96,94%	96,94%	96,94%	96,96%	96,97%	97,00%	97,11%	97,12%	97,16%
Ago/05-2Q	92,65%	92,67%	92,67%	92,78%	92,78%	92,87%	92,87%	92,88%	92,88%	92,91%	92,92%	92,94%	92,94%	93,01%	93,02%
Set/05-1Q	97,33%	97,42%	97,42%	97,45%	97,45%	97,52%	97,52%	97,59%	97,59%	97,62%	97,63%	97,69%	97,70%	97,70%	97,72%
Set/05-2Q	93,99%	93,65%	93,65%	93,77%	93,77%	93,79%	93,81%	93,85%	93,85%	93,85%	93,85%	93,87%	93,89%	93,90%	93,90%
Out/05-1Q	97,46%	97,57%	97,57%	97,69%	97,69%	97,80%	97,80%	97,85%	97,85%	97,87%	97,88%	97,89%	97,90%	98,02%	98,02%
Out/05-2Q	92,22%	92,83%	92,83%	92,91%	92,91%	92,98%	92,98%	93,00%	93,00%	93,03%	93,03%	93,07%	93,09%	93,11%	93,11%
Nov/05-1Q	91,38%	91,65%	91,65%	91,84%	91,84%	91,92%	91,92%	91,96%	91,96%	92,02%	92,02%	92,10%	92,20%	92,21%	92,22%
Nov/05-2Q	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%
Dez/05-1Q	97,29%	97,29%	97,29%	97,29%	97,29%	97,29%	97,29%	97,29%	97,29%	97,29%	97,29%	97,29%	97,29%	97,29%	97,29%
Dez/05-2Q	85,88%	90,77%	90,77%	91,58%	91,58%	92,24%	92,24%	92,46%	92,46%	92,92%	92,92%	93,06%	93,06%	93,06%	93,06%
Jan/06-1Q	78,40%	91,51%	91,51%	94,48%	94,48%	95,82%	95,82%	96,11%	96,11%	96,49%	96,49%	96,94%	97,04%	97,04%	97,04%
Jan/06-2Q	59,29%	72,46%	72,46%	80,14%	80,14%	88,26%	88,26%	89,58%	89,58%	89,71%	89,71%	89,74%	89,83%	89,83%	89,83%
Fev/06-1Q		76,09%	76,09%	90,92%	90,92%	95,94%	95,94%	97,06%	97,06%	98,00%	98,00%	98,24%	98,28%	98,31%	98,32%
Fev/06-2Q	66,13%			70,97%	70,97%	80,59%	80,59%	85,75%	85,75%	87,51%	87,51%	88,12%	88,17%	88,20%	88,22%
Mar/06-1Q		56,06%		63,48%	63,48%	77,05%	77,05%	89,52%	89,52%	96,22%	96,22%	97,18%	97,28%	97,37%	97,42%
Mar/06-2Q				84,47%	84,47%	84,16%	84,16%	82,41%	82,41%	88,03%	88,03%	90,18%	90,47%	91,49%	91,51%
Abr/06-1Q				64,16%	64,16%	74,28%	74,28%	75,12%	75,12%	89,73%	89,73%	96,50%	96,87%	97,32%	97,42%
Abr/06-2Q						63,45%	63,45%	66,83%	66,83%	79,36%	79,36%	91,45%	96,20%	97,84%	97,95%
Mai/06-1Q										61,30%	61,30%	94,78%	96,06%	96,66%	96,90%
Mai/06-2Q												90,90%	95,58%	97,40%	97,02%
Jun/06-1Q												89,82%	95,51%	96,75%	97,22%
Jun/06-2Q												79,24%	89,49%	94,22%	96,36%
Jul/06-1Q												64,30%	76,45%	90,73%	95,41%
Jul/06-2Q													64,12%	75,25%	84,46%
Ago/06-1Q														66,21%	77,12%
Ago/06-2Q															62,75%
Set/06-1Q															
Out/06-1Q															
Out/06-2Q															
Nov/06-1Q															
Nov/06-2Q															
Dez/06-1Q															
Dez/06-2Q															
Jan/07-1Q															
Jan/07-2Q															
Fev/07-1Q															
Fev/07-2Q															
Outros Vencimentos															
Total															

Anexo VIIa - Arac

Vencimento	Ser06-1ºQ	Ser06-2ºQ	Out06-1ºQ	Out06-2ºQ	Nov06-1ºQ	Nov06-2ºQ	Dez06-1ºQ	Dez06-2ºQ	Jan07-1ºQ	Jan07/06-2ºQ	Fev07-1ºQ	Fev07-2ºQ	Em Aberto	Total
Mar04-1ºQ	100,00%	99,20%	99,20%	99,20%	100,00%	100,00%	100,00%	99,20%	99,21%	100,00%	100,00%	99,21%	100,00%	2.366
Mar04-2ºQ	99,10%	99,20%	99,20%	99,20%	99,20%	99,20%	99,20%	99,20%	99,21%	100,00%	100,00%	99,21%	100,00%	6.031.817
Abr04-1ºQ	98,07%	98,07%	98,07%	98,07%	98,08%	98,08%	98,08%	98,08%	98,09%	98,10%	98,11%	98,11%	98,11%	4.297.605
Abr04-2ºQ	93,87%	93,87%	93,87%	93,87%	93,88%	93,88%	93,88%	93,88%	93,88%	93,89%	93,89%	93,89%	93,89%	7.260.830
Mai04-1ºQ	97,09%	97,09%	97,09%	97,09%	97,10%	97,10%	97,10%	97,10%	97,11%	97,14%	97,14%	97,15%	97,15%	5.213.968
Mai04-2ºQ	98,88%	98,88%	98,89%	98,89%	98,89%	98,89%	98,89%	98,89%	98,90%	98,90%	98,90%	98,90%	98,90%	8.070.838
Jun04-1ºQ	96,71%	96,71%	96,72%	96,72%	96,72%	96,72%	96,72%	96,72%	96,73%	96,73%	96,73%	96,75%	96,75%	4.235.917
Jun04-2ºQ	93,92%	93,92%	93,92%	93,92%	93,92%	93,92%	93,92%	93,92%	93,93%	93,93%	93,94%	93,94%	93,94%	8.014.101
Jul04-1ºQ	97,62%	97,64%	97,64%	97,64%	97,65%	97,65%	97,65%	97,65%	97,70%	97,70%	97,71%	97,71%	97,71%	4.267.554
Jul04-2ºQ	98,12%	98,13%	98,13%	98,13%	98,14%	98,14%	98,14%	98,14%	98,16%	98,16%	98,16%	98,16%	98,16%	7.852.429
Ago04-1ºQ	94,11%	94,12%	94,12%	94,12%	94,14%	94,14%	94,16%	94,16%	94,17%	94,17%	94,17%	94,17%	94,17%	4.014.013
Ago04-2ºQ	86,30%	86,30%	86,31%	86,31%	86,31%	86,31%	86,31%	86,31%	86,32%	86,32%	86,32%	86,32%	86,32%	6.791.122
Set04-1ºQ	78,68%	78,69%	78,70%	78,70%	78,70%	78,70%	78,70%	78,70%	78,71%	78,71%	78,72%	78,72%	78,72%	4.322.733
Set04-2ºQ	92,73%	92,73%	92,74%	92,74%	92,74%	92,74%	92,74%	92,74%	92,74%	92,74%	92,75%	92,75%	92,75%	5.571.611
Out04-1ºQ	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	4.246.281
Out04-2ºQ	99,59%	99,59%	99,60%	99,60%	99,60%	99,60%	99,60%	99,60%	99,61%	99,61%	99,61%	99,61%	99,61%	26.287
Nov04-1ºQ	99,05%	99,05%	99,05%	99,05%	99,05%	99,05%	99,05%	99,05%	99,10%	99,10%	99,10%	99,10%	99,10%	4.890.338
Nov04-2ºQ	99,05%	99,05%	99,05%	99,05%	99,05%	99,05%	99,05%	99,05%	99,11%	99,11%	99,12%	99,12%	99,12%	65.405
Dez04-1ºQ	99,05%	99,05%	99,05%	99,05%	99,05%	99,05%	99,05%	99,05%	99,11%	99,11%	99,12%	99,12%	99,12%	5.407.239
Dez04-2ºQ	92,23%	92,23%	92,23%	92,23%	92,23%	92,23%	92,23%	92,23%	92,23%	92,23%	92,23%	92,23%	92,23%	10.853.473
Jan05-1ºQ	96,07%	96,07%	96,08%	96,08%	96,08%	96,08%	96,08%	96,08%	96,10%	96,10%	96,12%	96,12%	96,12%	8.171.093
Jan05-2ºQ	94,43%	94,43%	94,44%	94,44%	94,44%	94,44%	94,44%	94,44%	94,45%	94,45%	94,46%	94,46%	94,46%	5.389.031
Fev05-1ºQ	98,10%	98,10%	98,13%	98,13%	98,14%	98,14%	98,14%	98,14%	98,15%	98,15%	98,15%	98,15%	98,15%	4.594.445
Fev05-2ºQ	93,14%	93,14%	93,14%	93,14%	93,14%	93,14%	93,14%	93,14%	93,15%	93,15%	93,16%	93,16%	93,16%	6.866.238
Mar05-1ºQ	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	98,96%	98,96%	98,96%	98,96%	98,97%	98,97%	98,97%	98,97%	98,97%	6.685.529
Mar05-2ºQ	98,47%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	98,49%	98,49%	98,49%	98,50%	98,50%	98,51%	98,51%	98,51%	8.198.743
Abr05-1ºQ	99,26%	99,26%	99,27%	99,27%	99,28%	99,28%	99,28%	99,28%	99,29%	99,29%	99,30%	99,31%	99,31%	6.511.969
Abr05-2ºQ	98,25%	98,25%	98,26%	98,26%	98,27%	98,27%	98,27%	98,27%	98,28%	98,28%	98,28%	98,28%	98,28%	7.462.443
Mai05-1ºQ	99,14%	99,14%	99,15%	99,15%	99,15%	99,15%	99,15%	99,15%	99,16%	99,16%	99,17%	99,18%	99,18%	5.595.680
Mai05-2ºQ	97,48%	97,48%	97,50%	97,50%	97,51%	97,51%	97,51%	97,51%	97,53%	97,53%	97,54%	97,54%	97,54%	8.712.826
Jun05-1ºQ	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,36%	98,36%	98,36%	98,36%	98,37%	98,37%	98,37%	98,38%	98,38%	6.380.063
Jun05-2ºQ	97,96%	97,97%	97,98%	97,98%	97,98%	97,98%	98,02%	98,02%	98,03%	98,03%	98,06%	98,06%	98,06%	10.156.173
Jul05-1ºQ	93,08%	93,08%	93,10%	93,10%	93,11%	93,11%	93,14%	93,14%	93,14%	93,14%	93,15%	93,15%	93,15%	5.311.805
Jul05-2ºQ	97,16%	97,16%	97,17%	97,17%	97,20%	97,20%	97,22%	97,22%	97,23%	97,23%	97,25%	97,25%	97,25%	8.849.054
Ago05-1ºQ	93,03%	93,03%	93,03%	93,03%	93,04%	93,04%	93,06%	93,06%	93,07%	93,07%	93,07%	93,07%	93,07%	5.895.689
Ago05-2ºQ	97,72%	97,72%	97,73%	97,73%	97,78%	97,78%	97,83%	97,83%	97,86%	97,86%	97,88%	97,88%	97,88%	9.489.938
Set05-1ºQ	93,91%	93,92%	93,92%	93,92%	93,94%	93,94%	93,96%	93,96%	93,97%	93,97%	93,98%	93,98%	93,98%	4.417.869
Set05-2ºQ	98,04%	98,04%	98,05%	98,05%	98,07%	98,07%	98,09%	98,09%	98,10%	98,10%	98,13%	98,13%	98,13%	9.679.533
Out05-1ºQ	93,12%	93,13%	93,13%	93,13%	93,14%	93,14%	93,15%	93,15%	93,15%	93,15%	93,16%	93,16%	93,16%	5.408.067
Out05-2ºQ	92,55%	92,55%	92,56%	92,56%	92,56%	92,56%	92,56%	92,56%	92,57%	92,57%	92,57%	92,57%	92,57%	9.725.199
Nov05-1ºQ	98,21%	98,21%	98,21%	98,21%	98,21%	98,21%	98,21%	98,21%	98,21%	98,21%	98,21%	98,21%	98,21%	7.292.747
Nov05-2ºQ	95,09%	95,09%	95,11%	95,11%	95,11%	95,11%	95,11%	95,11%	95,11%	95,11%	95,11%	95,11%	95,11%	9.044.618
Dez05-1ºQ	93,10%	93,11%	93,13%	93,13%	93,13%	93,13%	93,14%	93,14%	93,16%	93,16%	93,17%	93,17%	93,17%	6.914.194
Dez05-2ºQ	97,07%	97,08%	97,09%	97,09%	97,12%	97,12%	97,14%	97,14%	97,15%	97,15%	97,16%	97,16%	97,16%	10.864.458
Jan06-1ºQ	90,09%	90,11%	90,12%	90,12%	90,14%	90,14%	90,25%	90,25%	90,25%	90,25%	90,26%	90,26%	90,26%	6.059.304
Jan06-2ºQ	98,39%	98,41%	98,42%	98,42%	98,43%	98,43%	98,44%	98,44%	98,44%	98,44%	98,45%	98,45%	98,45%	11.778.052
Fev06-1ºQ	88,23%	88,23%	88,27%	88,27%	88,28%	88,28%	88,30%	88,30%	88,31%	88,32%	88,33%	88,33%	88,33%	8.225.674
Mar06-1ºQ	97,51%	97,56%	97,56%	97,56%	97,62%	97,62%	97,66%	97,66%	97,68%	97,70%	97,73%	97,73%	97,73%	6.521.366
Mar06-2ºQ	91,57%	91,58%	91,59%	91,59%	92,07%	92,07%	92,08%	92,08%	92,13%	92,14%	92,16%	92,17%	92,17%	8.735.548
Abr06-1ºQ	97,57%	97,62%	97,62%	97,62%	97,69%	97,69%	97,73%	97,73%	97,79%	97,80%	97,84%	97,84%	97,84%	8.292.204
Abr06-2ºQ	98,44%	98,44%	98,45%	98,45%	98,47%	98,47%	98,47%	98,47%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	8.552.835
Mai06-1ºQ	97,10%	97,10%	97,11%	97,11%	97,14%	97,14%	97,16%	97,16%	97,17%	97,17%	97,17%	97,17%	97,17%	9.420.795
Mai06-2ºQ	98,12%	98,12%	98,12%	98,12%	98,14%	98,14%	98,14%	98,14%	98,15%	98,15%	98,15%	98,15%	98,15%	8.468.265
Jun06-1ºQ	97,43%	97,52%	97,58%	97,58%	97,73%	97,73%	97,78%	97,78%	97,80%	97,80%	97,80%	97,80%	97,80%	9.402.930
Jun06-2ºQ	96,61%	96,91%	97,39%	97,39%	97,49%	97,49%	97,50%	97,50%	97,51%	97,51%	97,51%	97,51%	97,51%	8.876.178
Jul06-1ºQ	96,18%	96,18%	97,05%	97,05%	97,20%	97,20%	97,23%	97,23%	97,26%	97,26%	97,27%	97,27%	97,27%	7.772.787
Jul06-2ºQ	88,03%	88,03%	89,31%	89,31%	91,58%	91,58%	92,07%	92,07%	92,11%	92,11%	92,15%	92,15%	92,15%	8.030.665
Ago06-1ºQ	90,86%	90,86%	91,46%	91,46%	96,01%	96,01%	96,69%	96,69%	96,77%	96,77%	96,82%	96,82%	96,82%	670.168
Ago06-2ºQ	75,63%	75,63%	76,23%	76,23%	80,23%	80,23%	81,12%	81,12%	81,13%	81,13%	81,13%	81,13%	81,13%	7.389.850
Set06-1ºQ	65,94%	65,94%	65,94%	65,94%	65,94%	65,94%	65,94%	65,94%	65,94%	65,94%	65,94%	65,94%	65,94%	8.096.586
Set06-2ºQ	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%	8.571.531
Out06-1ºQ	72,02%	72,02%	72,02%	72,02%	72,02%	72,02%	72,02%	72,02%	72,02%	72,02%	72,02%	72,02%	72,02%	7.143.705
Out06-2ºQ	65,08%	65,08%	65,08%	65,08%	65,08%	65,08%	65,08%	65,08%	65,08%	65,08%	65,08%	65,08%	65,08%	7.520.908
Nov06-1ºQ	70,49%	70,49%	70,49%	70,49%	70,49%	70,49%	70,49%	70,49%	70,49%	70,49%	70,49%	70,49%	70,49%	7.045.614
Nov06-2ºQ	77,28%	77,28%	77,28%	77,28%	77,28%	77,28%	77,28%	77,28%	77,28%	77,28%	77,28%	77,28%	77,28%	7.980.047
Dez06-1ºQ	82,45%	82,45%	82,45%	82,45%	82,45%	82,45%	82,45%	82,45%	82,45%	82,45%	82,45%	82,45%	82,45%	8.900.945
Dez06-2ºQ	71,54%	71,54%	71,54%	71,54%	71,54%	71,54%	71,54%	71,54%	71,54%	71,54%	71,54%	71,54%	71,54%	8.224.523
Jan07-1ºQ	90,11%	90,11%	90,11%	90,11%	90,11%	90,11%	90,11%	90,11%	90,11%	90,11%	90,11%	90,11%	90,11%	8.429.533
Jan07-2ºQ	88,23%	88,23%	88,23%	88,23%	88,23%	88,23%	88,23%	88,23%	88,23%	88,23%	88,23%	88,23%	88,23%	9.531.946
Fev07-1ºQ	97,07-2ºQ	97,07-2ºQ	97,07-2ºQ	97,07-2ºQ	97,07-2ºQ	97,07-2ºQ	97,07-2ºQ	97,07-2ºQ	97,07-2ºQ	97,07-2ºQ	97,07-2ºQ	97,07-2ºQ	97,07-2ºQ	8.332.059
Fev07-2ºQ	97,07-2ºQ	97,07-2ºQ	97,07-2ºQ	97,07-2ºQ	97,07-2ºQ	97,07-2ºQ	97,07-2ºQ	97,07-2ºQ	97,07-2ºQ	97,07-2ºQ	97,07-2ºQ	97,07-2ºQ	97,07-2ºQ	11.784.629
Outros Vencimentos														5.671.350
Total														540.761.944

Anexo VIIb - Aracaju - 1a Fase

		Quintana																				
Vencimento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20		
Mar/04-1Q	59,8%	78,0%	87,6%	93,7%	96,1%	97,4%	97,9%	98,4%	98,6%	98,7%	98,7%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	99,0%		
Mar/04-2Q	62,1%	73,8%	87,8%	92,3%	95,1%	96,0%	96,7%	97,0%	97,3%	97,3%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,5%	97,5%	97,5%	97,6%	97,6%	97,6%		
Abr/04-1Q	60,8%	75,4%	84,8%	89,2%	90,9%	92,6%	93,0%	93,2%	93,3%	93,4%	93,4%	93,4%	93,4%	93,4%	93,5%	93,5%	93,6%	93,6%	93,6%	93,6%		
Mar/04-4Q	60,3%	73,8%	87,2%	91,3%	94,6%	95,6%	96,0%	96,2%	96,3%	96,4%	96,4%	96,4%	96,4%	96,5%	96,6%	96,6%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%		
Mar/04-1Q	64,6%	79,5%	88,1%	94,6%	96,5%	97,3%	97,5%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,9%	98,0%	98,0%	98,2%	98,5%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%		
Jun/04-1Q	61,5%	71,7%	86,3%	91,4%	93,9%	94,9%	95,3%	95,5%	95,5%	95,5%	95,6%	95,6%	95,6%	95,8%	95,9%	95,9%	95,9%	95,9%	96,0%	96,0%		
Jun/04-2Q	59,6%	74,4%	84,0%	89,3%	91,4%	92,1%	92,4%	92,4%	92,4%	92,6%	92,7%	92,9%	93,6%	93,6%	93,7%	93,7%	93,7%	93,7%	93,7%	93,7%		
Jun/04-3Q	61,9%	73,7%	87,2%	93,2%	95,5%	96,4%	96,4%	96,4%	96,6%	96,7%	96,9%	97,0%	97,0%	97,1%	97,1%	97,1%	97,2%	97,2%	97,2%	97,2%		
Jun/04-4Q	65,5%	79,1%	90,1%	95,2%	96,7%	96,7%	96,7%	96,9%	97,0%	97,2%	97,6%	97,6%	97,7%	97,9%	97,9%	97,9%	97,9%	97,9%	97,9%	97,9%		
Ago/04-1Q	61,7%	73,5%	86,9%	92,0%	92,0%	92,0%	92,4%	92,8%	93,0%	93,1%	93,2%	93,3%	93,4%	93,5%	93,6%	93,6%	93,6%	93,6%	93,6%	93,6%		
Ago/04-2Q	63,0%	74,8%	83,3%	83,3%	84,2%	84,6%	85,1%	85,6%	85,6%	85,7%	85,7%	85,9%	85,9%	85,9%	85,9%	86,0%	86,0%	86,0%	86,0%	86,0%		
Set/04-1Q	58,5%	69,0%	73,7%	73,7%	74,1%	74,7%	75,7%	77,7%	77,7%	78,0%	78,1%	78,1%	78,2%	78,2%	78,2%	78,3%	78,3%	78,3%	78,4%	78,4%		
Set/04-2Q	62,8%	66,3%	80,4%	87,6%	90,0%	91,1%	91,7%	91,9%	92,1%	92,1%	92,1%	92,2%	92,2%	92,2%	92,2%	92,3%	92,3%	92,3%	92,3%	92,3%		
Set/04-3Q	52,8%	67,0%	85,5%	92,4%	95,4%	96,2%	96,7%	97,0%	97,3%	97,4%	97,5%	97,6%	97,6%	97,7%	97,8%	97,8%	97,9%	97,9%	97,9%	97,9%		
Set/04-4Q	54,3%	63,6%	81,3%	88,1%	91,0%	91,6%	92,0%	92,3%	92,3%	92,3%	92,3%	92,3%	92,3%	92,3%	92,3%	92,3%	92,3%	92,3%	92,3%	92,3%		
Nov/04-1Q	60,3%	73,1%	88,8%	94,0%	96,0%	96,4%	96,7%	96,8%	96,8%	96,8%	96,8%	96,9%	96,9%	96,9%	96,9%	96,9%	96,9%	96,9%	96,9%	96,9%		
Nov/04-2Q	61,5%	74,8%	89,9%	95,0%	96,8%	97,1%	97,3%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,5%	97,5%	97,5%	97,5%	97,5%	97,5%	97,5%	97,5%	97,5%		
Nov/04-3Q	60,5%	72,1%	88,8%	93,3%	95,2%	95,9%	96,8%	97,0%	97,3%	97,4%	97,5%	97,5%	97,6%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%		
Nov/04-4Q	62,6%	73,3%	82,1%	86,8%	88,3%	89,7%	90,2%	90,9%	91,1%	91,3%	91,3%	91,3%	91,3%	91,6%	91,7%	91,7%	91,7%	91,7%	91,7%	91,7%		
Jan/05-1Q	61,8%	73,3%	85,9%	89,7%	92,9%	93,9%	94,6%	94,9%	95,1%	95,2%	95,3%	95,4%	95,5%	95,6%	95,6%	95,7%	95,7%	95,7%	95,7%	95,7%		
Jan/05-2Q	59,6%	72,7%	80,4%	87,1%	89,6%	91,5%	91,9%	92,2%	92,4%	92,5%	93,3%	93,4%	93,9%	93,9%	94,0%	94,0%	94,0%	94,0%	94,0%	94,1%		
Fev/05-1Q	60,8%	72,4%	87,1%	91,4%	95,0%	96,1%	96,7%	97,0%	97,2%	97,4%	97,5%	97,6%	97,6%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%		
Fev/05-2Q	61,0%	73,5%	81,6%	87,5%	89,1%	90,9%	91,8%	92,3%	92,4%	92,5%	92,9%	92,9%	92,9%	92,9%	92,9%	93,0%	93,0%	93,0%	93,0%	93,0%		
Mar/05-1Q	59,8%	72,4%	87,0%	91,9%	95,0%	96,0%	96,6%	96,7%	96,9%	97,0%	97,1%	97,1%	97,1%	97,2%	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%		
Mar/05-2Q	58,4%	74,1%	82,1%	88,1%	96,0%	97,7%	97,9%	98,1%	98,2%	98,3%	98,6%	98,6%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%		
Abr/05-1Q	60,3%	71,9%	86,4%	93,5%	96,4%	97,1%	97,4%	97,6%	97,8%	97,9%	98,0%	98,1%	98,1%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%		
Abr/05-2Q	57,3%	71,4%	81,7%	94,7%	96,9%	97,9%	98,2%	98,4%	98,5%	98,6%	98,9%	98,9%	99,0%	99,0%	99,0%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%		
Maio/05-1Q	60,3%	73,9%	88,9%	93,9%	96,6%	97,2%	97,6%	97,9%	98,0%	98,1%	98,2%	98,2%	98,2%	98,3%	98,4%	98,4%	98,5%	98,5%	98,5%	98,6%		
Maio/05-2Q	58,7%	74,1%	82,9%	95,3%	97,3%	98,0%	98,2%	98,3%	98,4%	98,5%	98,7%	98,7%	98,8%	98,8%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	99,0%	99,0%		
Jun/05-1Q	61,8%	73,9%	88,2%	93,4%	95,6%	96,3%	96,7%	96,8%	96,9%	97,0%	97,0%	97,1%	97,1%	97,2%	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%		
Jun/05-2Q	58,7%	73,2%	83,2%	94,3%	96,3%	97,4%	97,7%	97,9%	97,9%	98,0%	98,0%	98,1%	98,1%	98,1%	98,2%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%		
Jul/05-1Q	60,2%	73,0%	88,0%	94,0%	96,1%	96,7%	96,9%	97,1%	97,2%	97,3%	97,4%	97,6%	97,6%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%		
Jul/05-2Q	62,3%	75,2%	84,0%	88,9%	90,7%	91,2%	92,1%	92,6%	92,6%	92,7%	92,8%	92,8%	92,8%	92,9%	93,0%	93,0%	93,0%	93,0%	93,0%	93,0%		
Ago/05-1Q	62,4%	76,4%	89,8%	94,6%	95,8%	96,2%	96,4%	96,3%	96,6%	96,7%	96,8%	96,8%	96,8%	96,9%	96,9%	96,9%	96,9%	96,9%	96,9%	96,9%		
Ago/05-2Q	59,3%	73,2%	82,9%	88,9%	90,2%	91,9%	92,1%	92,2%	92,3%	92,6%	92,6%	92,7%	92,8%	92,8%	92,9%	92,9%	92,9%	92,9%	92,9%	92,9%		
Set/05-1Q	63,0%	76,7%	89,3%	94,6%	94,6%	94,6%	94,6%	94,6%	94,6%	94,6%	94,6%	94,6%	94,6%	94,6%	94,6%	94,6%	94,6%	94,6%	94,6%	94,6%		
Set/05-2Q	61,7%	73,9%	89,3%	94,3%	96,1%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%		
Out/05-1Q	61,0%	73,4%	88,8%	94,4%	96,1%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%		
Out/05-2Q	56,9%	70,6%	80,5%	90,9%	91,4%	91,6%	91,6%	91,7%	91,8%	91,9%	92,0%	92,0%	92,0%	92,1%	92,1%	92,1%	92,1%	92,1%	92,1%	92,1%		
Nov/05-1Q	57,8%	71,9%	87,0%	88,2%	88,6%	88,7%	88,8%	88,8%	89,0%	89,0%	89,1%	89,1%	89,1%	89,1%	89,1%	89,2%	89,2%	89,2%	89,2%	89,2%		
Nov/05-2Q	61,2%	74,3%	87,9%	92,7%	93,9%	94,2%	94,4%	94,6%	94,7%	94,8%	94,8%	94,9%	94,9%	95,0%	95,0%	95,1%	95,1%	95,1%	95,1%	95,1%		
Dez/05-1Q	60,0%	74,9%	85,3%	94,5%	95,8%	96,3%	96,5%	96,6%	96,7%	96,8%	96,9%	96,9%	96,9%	97,0%	97,0%	97,1%	97,1%	97,1%	97,1%	97,1%		
Dez/05-2Q	59,3%	73,0%	80,1%	87,1%	88,3%	88,7%	89,1%	89,6%	89,6%	89,7%	89,7%	89,8%	89,8%	89,7%	89,7%	90,1%	90,1%	90,2%	90,2%	90,2%		
Jan/06-2Q	66,1%	76,1%	90,9%	95,9%	97,1%	97,7%	97,9%	98,0%	98,1%	98,2%	98,2%	98,3%	98,3%	98,4%	98,4%	98,5%	98,5%	98,6%	98,6%	98,6%		
Fev/06-2Q	56,1%	71,0%	80,6%	84,7%	85,8%	86,9%	87,5%	88,0%	88,1%	88,1%	88,2%	88,2%	88,2%	88,2%	88,3%	88,3%	88,3%	88,3%	88,3%	88,3%		
Mar/06-1Q	63,5%	77,0%	89,5%	94,6%	96,2%	96,9%	97,1%	97,2%	97,3%	97,4%	97,4%	97,5%	97,5%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%		
Mar/06-2Q	64,4%	74,3%	82,4%	88,0%	89,8%	90,2%	90,4%	90,5%	91,5%	91,5%	91,5%	91,6%	91,9%	92,0%	92,1%	92,1%	92,1%	92,1%	92,1%	92,1%		
Abr/06-1Q	63,5%	75,1%	89,7%	95,2%	96,5%	96,9%	97,2%	97,3%	97,4%	97,5%	97,6%	97,6%	97,6%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%		
Abr/06-2Q	66,8%	79,4%	91,4%	95,2%	96,2%	96,7%	97,8%	97,9%	98,2%	98,2%	98,5%	98,7%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%		
Maio/06-1Q	61,3%	75,0%	90,2%	94,8%	96,1%	96,7%	96,9%	97,0%	97,1%	97,2%	97,2%	97,3%	97,3%	97,3%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%		
Maio/06-2Q	71,3%	81,6%	90,9%	95,6%	97,4%	97,8%	98,4%	98,4%	98,7%	98,8%	98,9%	99,0%	99,2%	99,2%	99,3%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%		
Jun/06-1Q	64,1%	76,1%	89,8%	95,5%	96,8%	97,1%	97,4%	97,5%	97,6%	97,7%	97,8%	97,8%	97,8%	97,9%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%		
Jun/06-2Q	68,5%	79,2%	89,5%	94,2%	96,4%	96,9%	97,1%	97,4%	97,5%	97,5%	97,6%	97,6%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%		
Jul/06-1Q	64,3%	76,4%	90,7%	95,4%	96,4%	96,9%	97,1%	97,2%	97,3%	97,3%	97,6%	97,7%	97,7%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	</		



Anexo VIIIa - Campina Grande - 1a Fase

Quinzena														
Vencimento	Mar/04-2ºQ	Abr/04-1ºQ	Abr/04-2ºQ	Mai/04-1ºQ	Mai/04-2ºQ	Jun/04-1ºQ	Jun/04-2ºQ	Jul/04-1ºQ	Jul/04-2ºQ	Ago/04-1ºQ	Ago/04-2ºQ	Set/04-1ºQ	Set/04-2ºQ	Out/04-1ºQ
Mar/04-2ºQ		56,50%	74,85%	86,53%	96,44%	97,83%	98,05%	98,31%	98,37%	98,31%	98,47%	98,41%	98,51%	98,52%
Abr/04-1ºQ			55,76%	69,29%	85,96%	95,26%	95,62%	96,38%	96,44%	96,48%	96,53%	96,49%	96,59%	96,61%
Abr/04-2ºQ				56,80%	71,22%	84,66%	96,72%	97,01%	97,12%	97,70%	97,72%	97,79%	97,79%	98,28%
Mai/04-1ºQ					57,82%	86,39%	91,75%	95,48%	95,06%	95,22%	95,43%	95,43%	95,56%	95,61%
Mai/04-2ºQ						78,78%	87,34%	96,51%	96,51%	97,310%	97,94%	97,87%	98,07%	98,16%
Jun/04-1ºQ						57,68%	72,74%	85,96%	92,97%	94,27%	95,24%	95,41%	95,54%	95,58%
Jun/04-2ºQ							56,73%	72,62%	81,85%	89,04%	92,82%	93,25%	95,17%	97,89%
Jul/04-1ºQ								72,70%	72,70%	85,74%	93,47%	95,08%	96,26%	96,31%
Jul/04-2ºQ									58,46%	71,89%	83,96%	90,86%	96,58%	97,59%
Ago/04-1ºQ										57,03%		87,44%	93,39%	94,99%
Ago/04-2ºQ											60,16%	73,58%	85,56%	92,18%
Set/04-1ºQ												57,91%	74,44%	86,54%
Set/04-2ºQ													85,99%	94,78%
Out/04-1ºQ														70,67%
Out/04-2ºQ														59,83%
Nov/04-1ºQ														
Nov/04-2ºQ														
Dez/04-1ºQ														
Dez/04-2ºQ														
Jan/05-1ºQ														
Jan/05-2ºQ														
Feb/05-1ºQ														
Feb/05-2ºQ														
Mar/05-1ºQ														
Mar/05-2ºQ														
Abr/05-1ºQ														
Abr/05-2ºQ														
Mai/05-1ºQ														
Mai/05-2ºQ														
Jun/05-1ºQ														
Jun/05-2ºQ														
Jul/05-1ºQ														
Jul/05-2ºQ														
Ago/05-1ºQ														
Ago/05-2ºQ														
Set/05-1ºQ														
Set/05-2ºQ														
Out/05-1ºQ														
Out/05-2ºQ														
Nov/05-1ºQ														
Nov/05-2ºQ														
Dez/05-1ºQ														
Dez/05-2ºQ														
Jan/06-1ºQ														
Jan/06-2ºQ														
Feb/06-1ºQ														
Feb/06-2ºQ														
Mar/06-1ºQ														
Mar/06-2ºQ														
Abr/06-1ºQ														
Abr/06-2ºQ														
Mai/06-1ºQ														
Mai/06-2ºQ														
Jun/06-1ºQ														
Jun/06-2ºQ														
Jul/06-1ºQ														
Jul/06-2ºQ														
Ago/06-1ºQ														
Ago/06-2ºQ														
Set/06-1ºQ														
Set/06-2ºQ														
Out/06-1ºQ														
Out/06-2ºQ														
Nov/06-1ºQ														
Nov/06-2ºQ														
Dez/06-1ºQ														
Dez/06-2ºQ														
Jan/07-1ºQ														
Jan/07-2ºQ														
Feb/07-1ºQ														
Feb/07-2ºQ														
Outros Vencimentos														
Total														



Anexo VIIIa - Cam

Vencimento	Nov/04-1ºQ	Nov/04-2ºQ	Dez/04-1ºQ	Dez/04-2ºQ	Jan/05-1ºQ	Jan/05-2ºQ	Fev/05-1ºQ	Fev/05-2ºQ	Mar/05-1ºQ	Mar/05-2ºQ	Abr/05-1ºQ	Abr/05-2ºQ	Mai/05-1ºQ	Mai/05-2ºQ	Jun/05-1ºQ
Mar/04-2ºQ	98,55%	98,57%	98,61%	98,64%	98,66%	98,67%	98,68%	98,69%	98,69%	98,70%	98,72%	98,73%	98,74%	98,74%	98,74%
Abr/04-1ºQ	96,66%	96,68%	96,72%	96,75%	96,78%	96,78%	96,82%	96,82%	96,84%	96,87%	96,88%	96,92%	96,94%	96,94%	96,98%
Abr/04-2ºQ	98,32%	98,34%	98,37%	98,38%	98,40%	98,40%	98,41%	98,41%	98,42%	98,43%	98,44%	98,46%	98,47%	98,47%	98,48%
Mai/04-1ºQ	95,69%	96,45%	96,51%	96,53%	96,61%	96,65%	96,65%	96,66%	96,70%	96,73%	96,77%	96,78%	96,82%	96,83%	96,87%
Mai/04-2ºQ	98,23%	98,24%	98,27%	98,32%	98,35%	98,37%	98,37%	98,37%	98,38%	98,40%	98,42%	98,44%	98,45%	98,47%	98,47%
Jun/04-1ºQ	95,68%	96,49%	96,53%	96,56%	96,61%	96,65%	96,65%	96,65%	96,70%	96,73%	96,73%	96,74%	96,77%	96,79%	96,84%
Jun/04-2ºQ	97,92%	97,95%	98,00%	98,05%	98,09%	98,10%	98,10%	98,11%	98,12%	98,16%	98,17%	98,19%	98,20%	98,21%	98,23%
Jul/04-1ºQ	96,83%	96,91%	96,97%	97,02%	97,13%	97,18%	97,18%	97,19%	97,20%	97,23%	97,25%	97,27%	97,29%	97,32%	97,36%
Jul/04-2ºQ	97,66%	97,75%	97,81%	97,89%	97,92%	97,97%	97,98%	97,98%	98,00%	98,00%	98,02%	98,04%	98,06%	98,12%	98,13%
Ago/04-1ºQ	95,62%	95,73%	95,84%	96,00%	96,14%	96,19%	96,19%	96,21%	96,23%	96,37%	96,41%	96,47%	96,53%	96,54%	96,59%
Ago/04-2ºQ	96,90%	97,62%	97,74%	97,89%	97,89%	97,97%	97,99%	97,99%	98,30%	98,33%	98,34%	98,38%	98,39%	98,45%	98,47%
Set/04-1ºQ	95,78%	96,28%	96,49%	96,77%	96,95%	97,02%	97,02%	97,04%	97,07%	97,10%	97,12%	97,16%	97,19%	97,22%	97,26%
Set/04-2ºQ	94,74%	96,03%	96,45%	96,69%	96,73%	96,79%	96,79%	96,82%	97,17%	97,20%	97,21%	97,29%	97,31%	97,35%	97,46%
Out/04-1ºQ	84,43%	93,60%	94,80%	95,19%	95,43%	96,08%	96,08%	96,12%	96,13%	96,30%	96,41%	96,44%	96,48%	96,51%	96,54%
Out/04-2ºQ	72,43%	88,53%	92,58%	94,72%	95,18%	96,32%	96,32%	97,40%	97,74%	97,80%	97,84%	97,90%	97,96%	98,00%	98,06%
Nov/04-1ºQ	94,33%	95,46%	96,11%	96,54%	96,57%	96,64%	96,64%	96,64%	96,67%	96,70%	96,71%	96,72%	96,73%	96,74%	96,75%
Nov/04-2ºQ	94,33%	95,46%	96,11%	96,54%	96,57%	96,64%	96,64%	96,64%	96,67%	96,70%	96,71%	96,72%	96,73%	96,74%	96,75%
Dez/04-1ºQ	55,34%	71,06%	81,58%	87,58%	95,32%	96,09%	96,09%	96,16%	96,59%	96,79%	96,85%	96,96%	97,01%	97,03%	97,15%
Dez/04-2ºQ	54,97%	71,29%	85,72%	93,29%	95,32%	93,59%	94,08%	94,38%	94,61%	94,61%	94,67%	94,77%	94,80%	94,91%	94,95%
Jan/05-1ºQ															
Jan/05-2ºQ															
Feb/05-1ºQ															
Feb/05-2ºQ															
Mar/05-1ºQ															
Mar/05-2ºQ															
Abr/05-1ºQ															
Abr/05-2ºQ															
Mai/05-1ºQ															
Mai/05-2ºQ															
Jun/05-1ºQ															
Jun/05-2ºQ															
Jul/05-1ºQ															
Jul/05-2ºQ															
Ago/05-1ºQ															
Ago/05-2ºQ															
Set/05-1ºQ															
Set/05-2ºQ															
Out/05-1ºQ															
Out/05-2ºQ															
Nov/05-1ºQ															
Nov/05-2ºQ															
Dez/05-1ºQ															
Dez/05-2ºQ															
Jan/06-1ºQ															
Jan/06-2ºQ															
Feb/06-1ºQ															
Feb/06-2ºQ															
Mar/06-1ºQ															
Mar/06-2ºQ															
Mai/06-1ºQ															
Mai/06-2ºQ															
Jun/06-1ºQ															
Jun/06-2ºQ															
Jul/06-1ºQ															
Jul/06-2ºQ															
Ago/06-1ºQ															
Ago/06-2ºQ															
Set/06-1ºQ															
Set/06-2ºQ															
Out/06-1ºQ															
Out/06-2ºQ															
Nov/06-1ºQ															
Nov/06-2ºQ															
Dez/06-1ºQ															
Dez/06-2ºQ															
Jan/07-1ºQ															
Jan/07-2ºQ															
Feb/07-1ºQ															
Feb/07-2ºQ															
Outros Vencimentos															
Total															



Anexo VIIIa - Cam

Vencimento	Jun/05-2ºQ	Jul/05-1ºQ	Jul/05-2ºQ	Agô/05-1ºQ	Agô/05-2ºQ	Set/05-1ºQ	Set/05-2ºQ	Out/05-1ºQ	Out/05-2ºQ	Nov/05-1ºQ	Nov/05-2ºQ	Dez/05-1ºQ	Dez/05-2ºQ	Jan/06-1ºQ	Jan/06-2ºQ
Mar/04-2ºQ	98,755%	98,755%	98,755%	98,755%	98,760%	98,777%	98,787%	98,799%	98,799%	98,799%	98,807%	98,807%	98,833%	98,833%	98,833%
Abr/04-1ºQ	96,985%	97,199%	97,199%	97,199%	97,200%	97,222%	97,222%	97,222%	97,222%	97,222%	97,244%	97,244%	97,244%	97,244%	97,244%
Abr/04-2ºQ	98,485%	98,495%	98,495%	98,495%	98,500%	98,500%	98,500%	98,511%	98,511%	98,521%	98,521%	98,521%	98,555%	98,555%	98,555%
Mai/04-1ºQ	96,875%	97,125%	97,125%	97,125%	97,140%	97,140%	97,155%	97,155%	97,155%	97,155%	97,185%	97,185%	97,185%	97,185%	97,185%
Mai/04-2ºQ	98,485%	98,495%	98,495%	98,495%	98,500%	98,511%	98,511%	98,521%	98,521%	98,521%	98,555%	98,555%	98,555%	98,555%	98,555%
Jun/04-1ºQ	96,855%	97,105%	97,105%	97,105%	97,115%	97,115%	97,155%	97,155%	97,155%	97,155%	97,205%	97,205%	97,205%	97,205%	97,205%
Jun/04-2ºQ	98,235%	98,245%	98,245%	98,245%	98,246%	98,260%	98,275%	98,275%	98,285%	98,285%	98,295%	98,311%	98,325%	98,325%	98,335%
Jul/04-1ºQ	97,375%	97,595%	97,595%	97,595%	97,606%	97,616%	97,625%	97,635%	97,635%	97,645%	97,655%	97,675%	97,675%	97,725%	97,745%
Jul/04-2ºQ	98,145%	98,145%	98,145%	98,145%	98,166%	98,166%	98,175%	98,175%	98,195%	98,195%	98,205%	98,235%	98,235%	98,245%	98,245%
Ago/04-1ºQ	96,595%	96,865%	96,865%	96,865%	96,890%	96,890%	96,900%	96,911%	96,911%	96,925%	96,925%	96,945%	96,945%	97,005%	97,015%
Ago/04-2ºQ	98,485%	98,495%	98,495%	98,495%	98,500%	98,511%	98,525%	98,525%	98,535%	98,535%	98,545%	98,545%	98,545%	98,545%	98,545%
Set/04-1ºQ	97,295%	97,525%	97,525%	97,525%	97,535%	97,535%	97,565%	97,565%	97,565%	97,595%	97,605%	97,615%	97,615%	97,695%	97,705%
Set/04-2ºQ	97,385%	97,385%	97,385%	97,385%	97,400%	97,411%	97,435%	97,435%	97,435%	97,435%	97,435%	97,435%	97,435%	97,435%	97,435%
Out/04-1ºQ	96,535%	96,745%	96,745%	96,745%	96,775%	96,785%	96,795%	96,805%	96,815%	96,825%	96,825%	96,835%	96,835%	96,835%	96,845%
Out/04-2ºQ	98,025%	98,035%	98,035%	98,035%	98,045%	98,055%	98,065%	98,075%	98,085%	98,085%	98,095%	98,105%	98,105%	98,105%	98,105%
Nov/04-1ºQ	97,285%	97,285%	97,285%	97,285%	97,295%	97,335%	97,335%	97,335%	97,335%	97,335%	97,335%	97,335%	97,335%	97,335%	97,335%
Nov/04-2ºQ	97,075%	97,075%	97,075%	97,075%	97,115%	97,115%	97,175%	97,175%	97,175%	97,175%	97,205%	97,205%	97,205%	97,205%	97,205%
Dez/04-1ºQ	94,985%	94,985%	94,985%	94,985%	95,025%	95,045%	95,075%	95,095%	95,105%	95,115%	95,145%	95,145%	95,145%	95,145%	95,225%
Dez/04-2ºQ	97,605%	97,625%	97,625%	97,625%	97,655%	97,665%	97,685%	97,685%	97,725%	97,745%	97,745%	97,795%	97,795%	98,085%	98,095%
Jan/05-1ºQ	96,365%	96,405%	96,405%	96,435%	96,435%	96,445%	96,485%	96,485%	96,505%	96,535%	96,555%	96,565%	96,565%	96,565%	96,565%
Jan/05-2ºQ	98,105%	98,145%	98,145%	98,165%	98,185%	98,195%	98,235%	98,235%	98,305%	98,315%	98,325%	98,335%	98,335%	98,335%	98,335%
Fev/05-1ºQ	96,675%	96,705%	96,705%	96,725%	96,735%	96,775%	96,805%	96,845%	96,845%	96,885%	96,905%	96,925%	96,925%	96,965%	96,985%
Fev/05-2ºQ	97,245%	97,285%	97,285%	97,305%	97,325%	97,335%	97,355%	97,415%	97,415%	97,455%	97,455%	97,455%	97,455%	97,455%	97,455%
Mar/05-1ºQ	96,595%	96,675%	96,675%	96,715%	96,725%	96,795%	96,975%	96,975%	97,025%	97,025%	97,085%	97,105%	97,105%	97,105%	97,105%
Mar/05-2ºQ	97,635%	97,715%	97,715%	97,735%	97,805%	97,825%	97,835%	97,805%	97,805%	97,805%	97,805%	97,805%	97,805%	97,805%	97,805%
Abr/05-1ºQ	95,705%	95,985%	96,205%	96,305%	96,475%	96,705%	96,705%	96,705%	96,705%	96,815%	96,825%	96,845%	96,845%	96,845%	96,845%
Abr/05-2ºQ	96,235%	96,515%	96,515%	96,595%	96,985%	97,015%	97,065%	97,155%	97,155%	97,205%	97,205%	97,205%	97,205%	97,205%	97,205%
Mai/05-1ºQ	94,135%	95,325%	95,325%	95,845%	96,455%	96,665%	96,995%	97,065%	97,065%	97,125%	97,205%	97,225%	97,225%	97,225%	97,225%
Mai/05-2ºQ	85,495%	96,075%	96,575%	96,575%	96,915%	97,215%	97,305%	97,385%	97,435%	98,075%	98,075%	98,245%	98,245%	98,445%	98,455%
Jun/05-1ºQ	71,145%	87,465%	94,695%	96,455%	96,925%	96,925%	97,095%	97,205%	97,255%	97,315%	97,365%	97,395%	97,395%	97,475%	97,475%
Jun/05-2ºQ	48,815%	77,005%	85,445%	93,665%	96,925%	96,925%	97,175%	97,445%	97,625%	98,375%	98,725%	98,795%	98,795%	98,835%	98,845%
Jul/05-1ºQ	56,465%	56,465%	56,465%	56,465%	56,465%	56,465%	56,465%	56,465%	56,465%	56,465%	56,465%	56,465%	56,465%	56,465%	56,465%
Jul/05-2ºQ															
Agô/05-1ºQ															
Agô/05-2ºQ															
Set/05-1ºQ															
Set/05-2ºQ															
Out/05-1ºQ															
Out/05-2ºQ															
Nov/05-1ºQ															
Nov/05-2ºQ															
Dez/05-1ºQ															
Dez/05-2ºQ															
Jan/06-1ºQ															
Jan/06-2ºQ															
Fev/06-1ºQ															
Fev/06-2ºQ															
Mar/06-1ºQ															
Mar/06-2ºQ															
Abr/06-1ºQ															
Abr/06-2ºQ															
Mai/06-1ºQ															
Mai/06-2ºQ															
Jun/06-1ºQ															
Jun/06-2ºQ															
Jul/06-1ºQ															
Jul/06-2ºQ															
Agô/06-1ºQ															
Agô/06-2ºQ															
Set/06-1ºQ															
Set/06-2ºQ															
Out/06-1ºQ															
Out/06-2ºQ															
Nov/06-1ºQ															
Nov/06-2ºQ															
Dez/06-1ºQ															
Dez/06-2ºQ															
Jan/07-1ºQ															
Jan/07-2ºQ															
Fev/07-1ºQ															
Fev/07-2ºQ															
Outros Vencimentos															
Total															



Anexo VIIIa - Cam

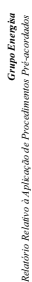
Vencimento	Fev/06-1ºQ	Fev/06-2ºQ	Mar/06-1ºQ	Mar/06-2ºQ	Abr/06-1ºQ	Abr/06-2ºQ	Mai/06-1ºQ	Mai/06-2ºQ	Jun/06-1ºQ	Jun/06-2ºQ	Jul/06-1ºQ	Jul/06-2ºQ	Ago/06-1ºQ	Ago/06-2ºQ	Sep/06-1ºQ
Mar/04-2ºQ	98,833%	98,833%	98,844%	98,844%	98,888%	98,888%	98,899%	98,899%	98,899%	98,899%	98,900%	98,900%	98,900%	98,900%	98,999%
Abr/04-1ºQ	97,303%	97,311%	97,311%	97,311%	97,316%	97,316%	97,326%	97,326%	97,326%	97,326%	97,333%	97,333%	97,333%	97,366%	97,466%
Abr/04-2ºQ	98,555%	98,555%	98,555%	98,555%	98,566%	98,566%	98,566%	98,566%	98,577%	98,577%	98,577%	98,588%	98,588%	98,611%	98,611%
Mai/04-1ºQ	97,515%	97,522%	97,544%	97,544%	97,544%	97,544%	97,566%	97,566%	97,566%	97,566%	97,577%	97,577%	97,577%	97,577%	97,777%
Mai/04-2ºQ	98,599%	98,599%	98,600%	98,600%	98,633%	98,633%	98,633%	98,633%	98,655%	98,655%	98,655%	98,655%	98,655%	98,700%	98,700%
Jun/04-1ºQ	97,333%	97,333%	97,339%	97,339%	97,339%	97,339%	97,400%	97,400%	97,411%	97,411%	97,422%	97,422%	97,422%	97,433%	97,433%
Jun/04-2ºQ	98,333%	98,333%	98,344%	98,344%	98,344%	98,344%	98,355%	98,355%	98,355%	98,355%	98,366%	98,366%	98,366%	98,422%	98,433%
Jul/04-1ºQ	97,744%	97,744%	97,755%	97,755%	97,766%	97,766%	97,766%	97,766%	97,777%	97,777%	97,788%	97,788%	97,788%	97,800%	97,811%
Jul/04-2ºQ	98,555%	98,555%	98,555%	98,555%	98,566%	98,566%	98,566%	98,577%	98,577%	98,577%	98,577%	98,577%	98,577%	98,600%	98,600%
Ago/04-1ºQ	97,022%	97,022%	97,022%	97,022%	97,033%	97,033%	97,033%	97,033%	97,033%	97,033%	97,033%	97,033%	97,033%	97,066%	97,066%
Ago/04-2ºQ	98,855%	98,855%	98,855%	98,855%	98,866%	98,866%	98,877%	98,877%	98,877%	98,877%	98,877%	98,877%	98,877%	98,933%	98,933%
Sep/04-1ºQ	97,700%	97,700%	97,711%	97,711%	97,722%	97,722%	97,722%	97,722%	97,733%	97,733%	97,744%	97,744%	97,744%	97,744%	97,744%
Sep/04-2ºQ	97,755%	97,755%	97,766%	97,766%	97,777%	97,777%	97,777%	97,777%	97,788%	97,788%	97,799%	97,799%	97,800%	97,833%	97,833%
Out/04-1ºQ	96,944%	96,944%	96,955%	96,955%	96,966%	96,966%	96,966%	96,966%	96,977%	96,977%	96,988%	96,988%	96,988%	96,988%	96,988%
Out/04-2ºQ	98,044%	98,044%	98,055%	98,055%	98,066%	98,066%	98,066%	98,066%	98,077%	98,077%	98,088%	98,088%	98,088%	98,144%	98,144%
Nov/04-1ºQ	98,011%	98,011%	98,022%	98,022%	98,033%	98,033%	98,044%	98,044%	98,055%	98,055%	98,066%	98,066%	98,066%	98,155%	98,155%
Nov/04-2ºQ	97,477%	97,477%	97,488%	97,488%	97,499%	97,499%	97,500%	97,500%	97,511%	97,511%	97,522%	97,522%	97,522%	97,588%	97,588%
Dez/04-1ºQ	95,233%	95,233%	95,244%	95,244%	95,244%	95,244%	95,255%	95,255%	95,266%	95,266%	95,277%	95,277%	95,277%	95,277%	95,277%
Dez/04-2ºQ	98,099%	98,099%	98,133%	98,133%	98,144%	98,144%	98,155%	98,155%	98,166%	98,166%	98,177%	98,177%	98,177%	98,200%	98,211%
Jan/05-1ºQ	96,922%	96,922%	96,933%	96,933%	96,933%	96,933%	96,944%	96,944%	96,966%	96,966%	96,977%	96,977%	96,988%	96,999%	96,999%
Jan/05-2ºQ	98,366%	98,366%	98,399%	98,399%	98,400%	98,400%	98,411%	98,411%	98,422%	98,422%	98,422%	98,422%	98,433%	98,477%	98,477%
Feb/05-1ºQ	96,988%	96,999%	96,999%	96,999%	97,000%	97,000%	97,011%	97,011%	97,033%	97,033%	97,044%	97,044%	97,066%	97,066%	97,066%
Feb/05-2ºQ	97,933%	97,933%	97,966%	97,966%	97,977%	97,977%	97,988%	97,988%	97,999%	97,999%	97,999%	97,999%	98,011%	98,033%	98,033%
Mar/05-1ºQ	97,199%	97,200%	97,211%	97,211%	97,233%	97,233%	97,244%	97,244%	97,255%	97,255%	97,266%	97,266%	97,288%	97,300%	97,300%
Mar/05-2ºQ	98,311%	98,344%	98,344%	98,344%	98,355%	98,355%	98,366%	98,366%	98,399%	98,399%	98,400%	98,400%	98,444%	98,444%	98,444%
Abr/05-1ºQ	96,999%	97,000%	97,000%	97,000%	97,011%	97,011%	97,022%	97,022%	97,044%	97,044%	97,044%	97,044%	97,066%	97,066%	97,066%
Abr/05-2ºQ	98,188%	98,211%	98,211%	98,211%	98,222%	98,222%	98,244%	98,244%	98,266%	98,266%	98,266%	98,266%	98,277%	98,322%	98,322%
Mai/05-1ºQ	97,344%	97,344%	97,366%	97,366%	97,388%	97,388%	97,400%	97,400%	97,411%	97,411%	97,433%	97,433%	97,444%	97,455%	97,455%
Mai/05-2ºQ	98,477%	98,477%	98,477%	98,477%	98,500%	98,500%	98,511%	98,511%	98,533%	98,533%	98,533%	98,533%	98,544%	98,599%	98,599%
Jun/05-1ºQ	97,555%	97,555%	97,577%	97,577%	97,588%	97,588%	97,600%	97,600%	97,622%	97,622%	97,655%	97,655%	97,666%	97,677%	97,677%
Jun/05-2ºQ	98,855%	98,866%	98,866%	98,866%	98,888%	98,888%	98,900%	98,900%	98,922%	98,922%	98,933%	98,933%	98,955%	98,988%	98,988%
Jul/05-1ºQ	97,988%	97,999%	98,022%	98,022%	98,033%	98,033%	98,044%	98,044%	98,066%	98,066%	98,111%	98,111%	98,133%	98,166%	98,177%
Jul/05-2ºQ	98,644%	98,677%	98,677%	98,677%	98,744%	98,744%	98,788%	98,788%	98,800%	98,800%	98,811%	98,811%	98,822%	98,888%	98,888%
Ago/05-1ºQ	96,722%	96,733%	96,744%	96,744%	96,777%	96,777%	96,800%	96,800%	96,822%	96,822%	96,844%	96,844%	96,855%	96,877%	96,877%
Ago/05-2ºQ	96,266%	96,266%	96,266%	96,266%	96,288%	96,288%	96,300%	96,300%	96,333%	96,333%	96,355%	96,355%	96,377%	96,411%	96,411%
Sep/05-1ºQ	97,622%	97,622%	97,666%	97,666%	97,688%	97,688%	97,722%	97,722%	97,766%	97,766%	97,788%	97,788%	97,800%	97,811%	97,811%
Sep/05-2ºQ	98,622%	98,644%	98,644%	98,644%	98,700%	98,700%	98,744%	98,744%	98,777%	98,777%	98,800%	98,800%	98,811%	98,833%	98,833%
Out/05-1ºQ	97,177%	97,177%	97,177%	97,177%	97,188%	97,188%	97,188%	97,188%	97,199%	97,199%	97,211%	97,211%	97,222%	97,233%	97,233%
Out/05-2ºQ	96,622%	96,622%	96,622%	96,622%	96,644%	96,644%	96,666%	96,666%	96,688%	96,688%	96,711%	96,711%	96,722%	96,733%	96,733%
Nov/05-1ºQ	97,577%	97,577%	97,600%	97,600%	97,700%	97,700%	97,722%	97,722%	97,744%	97,744%	97,788%	97,788%	97,800%	97,800%	97,800%
Nov/05-2ºQ	96,333%	96,333%	96,333%	96,333%	96,388%	96,388%	96,411%	96,411%	96,444%	96,444%	96,455%	96,455%	96,466%	96,466%	96,466%
Dez/05-1ºQ	96,188%	96,400%	96,488%	96,488%	96,555%	96,555%	96,655%	96,655%	96,688%	96,688%	96,711%	96,711%	96,733%	96,733%	96,733%
Dez/05-2ºQ	97,077%	97,155%	97,155%	97,155%	97,177%	97,177%	97,199%	97,199%	97,233%	97,233%	97,266%	97,266%	97,288%	97,300%	97,300%
Jan/06-1ºQ	90,433%	95,633%	96,511%	96,511%	96,866%	96,866%	97,100%	97,100%	97,333%	97,333%	97,366%	97,366%	97,388%	97,411%	97,411%
Jan/06-2ºQ	97,700%	97,700%	97,700%	97,700%	97,733%	97,733%	97,744%	97,744%	97,777%	97,777%	97,800%	97,800%	97,833%	97,866%	97,866%
Feb/06-1ºQ	56,155%	67,411%	86,633%	95,577%	80,222%	87,366%	88,099%	88,533%	88,611%	88,777%	88,900%	88,900%	88,977%	89,022%	89,022%
Feb/06-2ºQ	41,288%	41,288%	66,544%	66,544%	71,233%	76,533%	82,822%	85,999%	96,600%	96,655%	96,688%	96,688%	96,744%	96,744%	96,744%
Mar/06-1ºQ															
Mar/06-2ºQ															
Abr/06-1ºQ															
Abr/06-2ºQ															
Mai/06-1ºQ															
Mai/06-2ºQ															
Jun/06-1ºQ															
Jun/06-2ºQ															
Jul/06-1ºQ															
Jul/06-2ºQ															
Ago/06-1ºQ															
Ago/06-2ºQ															
Sep/06-1ºQ															
Sep/06-2ºQ															
Out/06-1ºQ															
Out/06-2ºQ															
Nov/06-1ºQ															
Nov/06-2ºQ															
Dez/06-1ºQ															
Dez/06-2ºQ															
Jan/07-1ºQ															
Jan/07-2ºQ															
Feb/07-1ºQ															
Feb/07-2ºQ															
Outros Vencimentos															
Total															



Anexo VIIIa - Cam

Vencimento	Ser/06-2ºQ	Out/06-1ºQ	Out/06-2ºQ	Nov/06-1ºQ	Nov/06-2ºQ	Dez/06-1ºQ	Dez/06-2ºQ	Jan/07-1ºQ	Jan/07/06-2ºQ	Jan/07-1ºQ	Fev/07-1ºQ	Fev/07-2ºQ	Em Aberto	Total
Mar/04-2ºQ	98,99%	98,99%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	19,636	1,966,232
Abr/04-2ºQ	97,37%	97,37%	97,37%	97,37%	97,37%	97,37%	97,37%	97,37%	97,37%	97,37%	97,37%	97,37%	70,910	2,698,461
Abr/04-2ºQ	98,61%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	35,615	2,586,744
Mai/04-1ºQ	97,57%	97,57%	97,57%	97,57%	97,58%	97,58%	97,58%	97,58%	97,58%	97,58%	97,58%	97,58%	58,866	2,438,714
Mai/04-2ºQ	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	38,102	2,967,409
Jun/04-1ºQ	97,43%	97,43%	97,43%	97,43%	97,43%	97,43%	97,43%	97,43%	97,43%	97,43%	97,43%	97,43%	59,388	2,314,895
Jun/04-2ºQ	98,43%	98,43%	98,43%	98,43%	98,43%	98,43%	98,43%	98,43%	98,43%	98,43%	98,43%	98,43%	43,246	2,855,617
Jul/04-1ºQ	97,81%	97,81%	97,81%	97,81%	97,81%	97,81%	97,81%	97,81%	97,81%	97,81%	97,81%	97,81%	58,394	2,680,828
Jul/04-2ºQ	98,60%	98,60%	98,60%	98,60%	98,60%	98,60%	98,60%	98,60%	98,60%	98,60%	98,60%	98,60%	35,219	2,525,231
Ago/04-1ºQ	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	52,947	2,232,178
Ago/04-2ºQ	98,94%	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	28,840	2,771,438
Ser/04-1ºQ	97,44%	97,44%	97,44%	97,44%	97,44%	97,44%	97,44%	97,44%	97,44%	97,44%	97,44%	97,44%	50,288	2,249,335
Ser/04-2ºQ	97,85%	97,85%	97,85%	97,85%	97,85%	97,85%	97,85%	97,85%	97,85%	97,85%	97,85%	97,85%	60,065	2,819,520
Out/04-1ºQ	96,38%	96,38%	96,38%	96,38%	96,39%	96,39%	96,39%	96,39%	96,39%	96,39%	96,39%	96,39%	72,449	2,413,913
Out/04-2ºQ	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	41,379	2,833,161
Nov/04-1ºQ	98,05%	98,05%	98,05%	98,05%	98,05%	98,05%	98,05%	98,05%	98,05%	98,05%	98,05%	98,05%	41,379	2,833,161
Nov/04-2ºQ	97,60%	97,60%	97,60%	97,60%	97,60%	97,61%	97,61%	97,61%	97,61%	97,61%	97,61%	97,61%	70,611	3,129,990
Dez/04-1ºQ	95,27%	95,27%	95,28%	95,28%	95,28%	95,28%	95,28%	95,28%	95,28%	95,28%	95,28%	95,28%	100,610	2,429,464
Dez/04-2ºQ	98,21%	98,21%	98,22%	98,22%	98,22%	98,22%	98,22%	98,22%	98,22%	98,22%	98,22%	98,22%	53,119	3,005,448
Jan/05-1ºQ	98,47%	98,47%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	48,051	3,181,758
Jan/05-2ºQ	97,06%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	57,035	2,496,877
Feb/05-1ºQ	98,05%	98,05%	98,05%	98,05%	98,05%	98,05%	98,05%	98,05%	98,05%	98,05%	98,05%	98,05%	59,121	3,074,669
Mar/05-1ºQ	97,30%	97,32%	97,32%	97,32%	97,32%	97,32%	97,32%	97,32%	97,32%	97,32%	97,32%	97,32%	61,286	2,646,666
Mar/05-2ºQ	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	49,342	3,265,504
Abr/05-1ºQ	97,07%	97,08%	97,08%	97,08%	97,08%	97,08%	97,08%	97,08%	97,08%	97,08%	97,08%	97,08%	78,365	3,284,907
Abr/05-2ºQ	98,34%	98,34%	98,34%	98,34%	98,34%	98,34%	98,34%	98,34%	98,34%	98,34%	98,34%	98,34%	51,046	3,140,552
Mai/05-1ºQ	97,46%	97,46%	97,46%	97,47%	97,47%	97,48%	97,48%	97,48%	97,48%	97,48%	97,48%	97,48%	54,529	2,881,264
Mai/05-2ºQ	98,63%	98,64%	98,64%	98,64%	98,64%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	98,65%	46,935	3,491,357
Jun/05-1ºQ	99,02%	99,03%	99,03%	99,03%	99,03%	99,03%	99,03%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%	99,04%	28,444	2,986,268
Jun/05-2ºQ	98,17%	98,18%	98,18%	98,18%	98,18%	98,19%	98,19%	98,19%	98,19%	98,19%	98,19%	98,19%	43,900	3,117,701
Jul/05-1ºQ	98,91%	98,91%	98,92%	98,92%	98,92%	98,92%	98,92%	98,92%	98,92%	98,92%	98,92%	98,92%	30,794	2,911,272
Jul/05-2ºQ	96,87%	96,88%	96,88%	96,88%	96,88%	96,89%	96,89%	96,89%	96,89%	96,89%	96,89%	96,89%	69,776	2,700,213
Ago/05-1ºQ	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	98,95%	32,458	3,183,893
Ago/05-2ºQ	97,83%	97,83%	97,84%	97,84%	97,84%	97,84%	97,84%	97,84%	97,84%	97,84%	97,84%	97,84%	44,451	2,687,560
Ser/05-1ºQ	97,88%	97,88%	97,88%	97,88%	97,88%	97,88%	97,88%	97,88%	97,88%	97,88%	97,88%	97,88%	33,924	3,328,485
Ser/05-2ºQ	97,88%	97,88%	97,88%	97,88%	97,88%	97,88%	97,88%	97,88%	97,88%	97,88%	97,88%	97,88%	33,924	3,328,485
Out/05-1ºQ	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	99,23%	24,668	3,301,766
Out/05-2ºQ	97,91%	97,91%	97,91%	97,91%	97,91%	97,91%	97,91%	97,91%	97,91%	97,91%	97,91%	97,91%	33,632	2,490,657
Nov/05-1ºQ	99,07%	99,07%	99,07%	99,07%	99,07%	99,07%	99,07%	99,07%	99,07%	99,07%	99,07%	99,07%	74,302	2,894,680
Dez/05-1ºQ	96,83%	96,83%	96,84%	96,84%	96,84%	96,84%	96,84%	96,84%	96,84%	96,84%	96,84%	96,84%	51,312	3,648,015
Jan/06-1ºQ	98,44%	98,44%	98,47%	98,47%	98,47%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	98,48%	54,767	2,851,278
Jan/06-2ºQ	97,42%	97,45%	97,45%	97,46%	97,46%	97,46%	97,46%	97,46%	97,46%	97,46%	97,46%	97,46%	42,127	3,892,615
Feb/06-1ºQ	97,95%	97,97%	97,97%	98,00%	98,00%	98,01%	98,01%	98,01%	98,01%	98,01%	98,01%	98,01%	48,142	3,179,159
Feb/06-2ºQ	89,34%	89,35%	89,37%	89,37%	89,37%	89,37%	89,37%	89,37%	89,37%	89,37%	89,37%	89,37%	292,023	2,758,684
Mar/06-1ºQ	96,95%	97,00%	97,00%	97,02%	97,02%	97,04%	97,04%	97,04%	97,04%	97,04%	97,04%	97,04%	83,664	3,506,500
Mar/06-2ºQ	89,72%	89,78%	89,81%	89,82%	89,82%	89,82%	89,82%	89,82%	89,82%	89,82%	89,82%	89,82%	327,763	3,262,621
Abr/06-1ºQ	97,57%	97,63%	97,63%	97,69%	97,69%	97,70%	97,70%	97,70%	97,70%	97,70%	97,70%	97,70%	51,446	3,158,074
Abr/06-2ºQ	98,78%	98,84%	98,89%	98,89%	98,89%	98,91%	98,92%	98,94%	98,94%	98,94%	98,94%	98,94%	41,474	4,003,777
Mai/06-1ºQ	97,43%	97,49%	97,53%	97,54%	97,54%	97,57%	97,57%	97,57%	97,57%	97,57%	97,57%	97,57%	59,417	3,437,275
Mai/06-2ºQ	98,49%	98,57%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	51,688	4,152,650
Jun/06-1ºQ	96,01%	96,07%	96,12%	96,12%	96,13%	96,16%	96,16%	96,16%	96,16%	96,16%	96,16%	96,16%	113,640	3,598,990
Jun/06-2ºQ	98,33%	98,41%	98,50%	98,50%	98,50%	98,55%	98,55%	98,55%	98,55%	98,55%	98,55%	98,55%	55,143	4,125,033
Jul/06-1ºQ	96,92%	97,07%	97,15%	97,15%	97,15%	97,25%	97,25%	97,25%	97,25%	97,25%	97,25%	97,25%	73,208	3,440,889
Jul/06-2ºQ	98,18%	98,41%	98,62%	98,62%	98,62%	98,80%	98,83%	98,85%	98,85%	98,85%	98,85%	98,85%	44,081	4,019,562
Ago/06-1ºQ	95,39%	96,20%	96,62%	96,62%	96,62%	96,90%	96,96%	97,13%	97,13%	97,13%	97,13%	97,13%	69,914	3,162,114
Ago/06-2ºQ	97,73%	97,73%	97,73%	97,73%	97,73%	97,73%	97,73%	97,73%	97,73%	97,73%	97,73%	97,73%	51,118	3,920,448
Ser/06-1ºQ	94,42%	94,42%	94,42%	94,42%	94,42%	94,42%	94,42%	94,42%	94,42%	94,42%	94,42%	94,42%	42,891	3,430,280
Ser/06-2ºQ	95,38%	95,38%	95,38%	95,38%	95,38%	95,38%	95,38%	95,38%	95,38%	95,38%	95,38%	95,38%	161,148	3,323,650
Out/06-1ºQ	50,14%	50,14%	50,14%	50,14%	50,14%	50,14%	50,14%	50,14%	50,14%	50,14%	50,14%	50,14%	63,083	3,962,290
Out/06-2ºQ	96,83%	96,83%	96,83%	96,83%	96,83%	96,83%	96,83%	96,83%	96,83%	96,83%	96,83%	96,83%	118,480	3,337,692
Nov/06-1ºQ	97,26%	97,26%	97,26%	97,26%	97,26%	97,26%	97,26%	97,26%	97,26%	97,26%	97,26%	97,26%	88,227	4,582,343
Dez/06-1ºQ	98,06%	98,06%	98,06%	98,06%	98,06%	98,06%	98,06%	98,06%	98,06%	98,06%	98,06%	98,06%	118,779	3,786,630
Dez/06-2ºQ	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	126,422	4,276,781
Jan/07-1ºQ	98,31%	98,31%	98,31%	98,31%	98,31%	98,31%	98,31%	98,31%	98,31%	98,31%	98,31%	98,31%	194,992	3,574,666
Jan/07-2ºQ	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	742,121	4,395,181
Feb/07-1ºQ	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	1,211,452	4,207,372
Fev/07-2ºQ	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	97,07%	1,872,787	3,566,234
Outros Vencimentos													5,308,347	230,177,887
Total														

[illegible][illegible]

[illegible]



Anexo IXa - Nov

Vencimento	Nov/04-1ºQ	Nov/04-2ºQ	Dez/04-1ºQ	Dez/04-2ºQ	Jan/05-1ºQ	Jan/05-2ºQ	Fev/05-1ºQ	Fev/05-2ºQ	Mar/05-1ºQ	Mar/05-2ºQ	Abr/05-1ºQ	Abr/05-2ºQ	Mai/05-1ºQ	Mai/05-2ºQ	Jun/05-1ºQ	Jun/05-2ºQ	Jul/05-1ºQ	Jul/05-2ºQ
Mar/04-1ºQ	100,00%		100,00%		100,00%		100,00%		100,00%		100,00%		100,00%		100,00%		100,00%	
Mar/04-2ºQ	99,38%		99,41%		99,43%		99,45%		99,47%		99,48%		99,49%		99,49%		99,49%	
Abr/04-1ºQ	99,40%		99,42%		99,43%		99,44%		99,45%		99,46%		99,47%		99,47%		99,47%	
Abr/04-2ºQ	99,15%		99,07%		99,09%		99,10%		99,11%		99,12%		99,13%		99,13%		99,13%	
Mai/04-1ºQ	97,31%		97,33%		97,34%		97,35%		97,36%		97,37%		97,38%		97,38%		97,39%	
Mai/04-2ºQ	98,48%		98,49%		98,51%		98,52%		98,53%		98,56%		98,57%		98,60%		98,69%	
Jun/04-1ºQ	97,26%		97,29%		97,30%		97,32%		97,34%		97,36%		97,37%		97,38%		97,38%	
Jun/04-2ºQ	98,65%		98,66%		98,69%		98,72%		98,72%		98,76%		98,78%		98,90%		98,90%	
Jul/04-1ºQ	98,48%		98,49%		98,69%		98,70%		98,72%		98,76%		98,78%		98,79%		98,80%	
Jul/04-2ºQ	97,25%		97,30%		97,38%		97,42%		97,46%		97,49%		97,49%		97,62%		97,62%	
Ago/04-1ºQ	98,10%		98,13%		98,27%		98,35%		98,35%		98,38%		98,40%		98,43%		98,43%	
Ago/04-2ºQ	98,10%		98,13%		98,27%		98,35%		98,35%		98,38%		98,40%		98,43%		98,43%	
Set/04-1ºQ	96,57%		96,71%		97,16%		97,23%		97,30%		97,36%		97,40%		97,43%		97,43%	
Set/04-2ºQ	85,13%		87,00%		87,25%		87,85%		87,94%		87,99%		88,02%		88,24%		88,25%	
Out/04-1ºQ	92,36%		96,95%		98,19%		98,25%		98,44%		98,53%		98,57%		98,58%		98,60%	
Out/04-2ºQ	79,29%		89,96%		96,99%		97,27%		97,45%		97,56%		97,57%		97,77%		97,77%	
Nov/04-1ºQ	64,75%		79,44%		97,91%		98,68%		98,82%		99,06%		99,08%		99,12%		99,14%	
Nov/04-2ºQ			82,08%		97,40%		97,45%		98,04%		98,17%		98,23%		98,39%		98,41%	
Dez/04-1ºQ			66,54%		95,64%		97,16%		98,16%		98,64%		98,80%		98,85%		98,96%	
Dez/04-2ºQ					67,07%		90,89%		97,18%		98,09%		98,23%		98,28%		98,39%	
Jan/05-1ºQ					81,29%		95,85%		95,10%		98,43%		98,80%		98,85%		98,87%	
Jan/05-2ºQ					65,06%		70,42%		80,38%		87,28%		87,40%		88,14%		88,14%	
Feb/05-1ºQ							54,65%		69,62%		84,93%		95,32%		95,62%		95,68%	
Feb/05-2ºQ																		
Mar/05-1ºQ																		
Mar/05-2ºQ																		
Abr/05-1ºQ																		
Abr/05-2ºQ																		
Mai/05-1ºQ																		
Mai/05-2ºQ																		
Jun/05-1ºQ																		
Jun/05-2ºQ																		
Jul/05-1ºQ																		
Jul/05-2ºQ																		
Ago/05-1ºQ																		
Ago/05-2ºQ																		
Set/05-1ºQ																		
Set/05-2ºQ																		
Out/05-1ºQ																		
Out/05-2ºQ																		
Nov/05-1ºQ																		
Nov/05-2ºQ																		
Dez/05-1ºQ																		
Dez/05-2ºQ																		
Jan/06-1ºQ																		
Jan/06-2ºQ																		
Feb/06-1ºQ																		
Feb/06-2ºQ																		
Mar/06-1ºQ																		
Mar/06-2ºQ																		
Abr/06-1ºQ																		
Abr/06-2ºQ																		
Mai/06-1ºQ																		
Mai/06-2ºQ																		
Jun/06-1ºQ																		
Jun/06-2ºQ																		
Jul/06-1ºQ																		
Jul/06-2ºQ																		
Ago/06-1ºQ																		
Ago/06-2ºQ																		
Set/06-1ºQ																		
Set/06-2ºQ																		
Out/06-1ºQ																		
Out/06-2ºQ																		
Nov/06-1ºQ																		
Nov/06-2ºQ																		
Dez/06-1ºQ																		
Dez/06-2ºQ																		
Jan/07-1ºQ																		
Jan/07-2ºQ																		
Feb/07-1ºQ																		
Feb/07-2ºQ																		
Outros Vencimentos																		
Total																		



Anexo IXa - Nov

Vencimento	Jul05-1Q	Jul05-2Q	Set05-1Q	Set05-2Q	Out05-1Q	Out05-2Q	Nov05-1Q	Nov05-2Q	Dez05-1Q	Dez05-2Q	Jan06-1Q	Jan06-2Q	Fev06-1Q	Fev06-2Q
Mai04-1Q	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Mai04-2Q	97,50%	97,51%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%
Jun04-1Q	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%
Jun04-2Q	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%
Jul04-1Q	97,40%	97,40%	97,41%	97,42%	97,42%	97,42%	97,43%	97,43%	97,43%	97,43%	97,43%	97,43%	97,43%	97,43%
Jul04-2Q	98,69%	98,73%	98,73%	98,74%	98,74%	98,74%	98,74%	98,75%	98,76%	98,77%	98,77%	98,77%	98,78%	98,78%
Aug04-1Q	97,38%	97,38%	97,39%	97,40%	97,40%	97,40%	97,41%	97,41%	97,41%	97,41%	97,41%	97,41%	97,41%	97,41%
Aug04-2Q	98,90%	98,90%	98,90%	98,90%	98,91%	98,91%	98,91%	98,92%	98,93%	98,93%	98,93%	98,93%	98,93%	98,93%
Sep04-1Q	98,80%	98,80%	98,82%	98,82%	98,83%	98,83%	98,84%	98,84%	98,85%	98,85%	98,86%	98,87%	98,87%	98,87%
Sep04-2Q	97,62%	97,62%	97,63%	97,63%	97,64%	97,64%	97,65%	97,65%	97,65%	97,65%	97,65%	97,65%	97,65%	97,65%
Out04-1Q	98,43%	98,43%	98,46%	98,46%	98,47%	98,47%	98,48%	98,48%	98,49%	98,49%	98,51%	98,52%	98,52%	98,52%
Out04-2Q	97,62%	97,62%	97,63%	97,63%	97,64%	97,64%	97,65%	97,65%	97,65%	97,65%	97,65%	97,65%	97,65%	97,65%
Nov04-1Q	97,91%	97,91%	97,94%	97,94%	97,94%	97,94%	97,95%	97,95%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%
Nov04-2Q	88,25%	88,25%	88,27%	88,28%	88,29%	88,29%	88,30%	88,30%	88,31%	88,31%	88,36%	88,36%	88,37%	88,37%
Dez04-1Q	98,62%	98,62%	98,64%	98,64%	98,65%	98,65%	98,68%	98,68%	98,69%	98,69%	98,74%	98,74%	98,75%	98,75%
Dez04-2Q	97,78%	97,78%	97,80%	97,80%	97,82%	97,82%	97,82%	97,84%	97,84%	97,84%	97,91%	97,91%	97,91%	97,92%
Jan05-1Q	99,16%	99,17%	99,19%	99,20%	99,21%	99,22%	99,22%	99,23%	99,23%	99,23%	99,31%	99,32%	99,33%	99,33%
Jan05-2Q	98,41%	98,45%	98,46%	98,47%	98,48%	98,48%	98,49%	98,49%	98,51%	98,51%	98,53%	98,53%	98,54%	98,54%
Fev05-1Q	98,99%	99,01%	99,03%	99,05%	99,07%	99,09%	99,09%	99,10%	99,10%	99,10%	99,15%	99,16%	99,17%	99,17%
Fev05-2Q	98,75%	98,77%	98,80%	98,81%	98,83%	98,83%	98,84%	98,85%	98,87%	98,87%	98,89%	98,90%	98,90%	98,91%
Mar05-1Q	98,53%	98,53%	98,55%	98,55%	98,56%	98,56%	98,57%	98,57%	98,60%	98,60%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%
Mar05-2Q	98,22%	98,22%	98,24%	98,24%	98,25%	98,25%	98,26%	98,26%	98,27%	98,27%	98,28%	98,28%	98,28%	98,28%
Abr05-1Q	86,61%	86,61%	86,62%	86,62%	86,63%	86,63%	86,72%	86,72%	86,72%	86,72%	86,81%	86,82%	86,83%	86,83%
Abr05-2Q	97,57%	97,59%	97,64%	97,64%	97,65%	97,65%	97,78%	97,78%	97,79%	97,79%	97,83%	97,83%	97,85%	97,85%
Mai05-1Q	99,24%	99,24%	99,25%	99,25%	99,25%	99,25%	99,25%	99,25%	99,25%	99,25%	99,31%	99,32%	99,33%	99,33%
Mai05-2Q	97,81%	97,82%	98,09%	98,15%	98,17%	98,20%	98,22%	98,22%	98,24%	98,24%	98,29%	98,30%	98,31%	98,31%
Jun05-1Q	98,84%	99,12%	99,32%	99,37%	99,39%	99,41%	99,43%	99,43%	99,43%	99,43%	99,51%	99,51%	99,52%	99,52%
Jun05-2Q	96,21%	96,44%	97,13%	97,18%	97,22%	97,26%	97,30%	97,32%	97,33%	97,33%	97,39%	97,39%	97,41%	97,42%
Jul05-1Q	95,27%	96,66%	97,43%	97,48%	97,51%	97,51%	97,59%	97,60%	97,60%	97,60%	98,22%	98,22%	98,23%	98,23%
Jul05-2Q	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%	97,50%
Aug05-1Q	80,11%	80,06%	94,88%	96,31%	96,88%	96,88%	97,24%	97,24%	97,24%	97,24%	97,88%	97,88%	97,88%	97,88%
Aug05-2Q	65,02%	75,29%	94,42%	96,37%	96,88%	96,88%	96,97%	97,02%	97,10%	97,10%	97,34%	97,34%	97,40%	97,43%
Sep05-1Q	65,36%	65,36%	91,91%	96,54%	97,63%	97,63%	98,15%	98,20%	98,28%	98,28%	99,03%	99,03%	99,07%	99,08%
Sep05-2Q	65,62%	65,62%	77,90%	82,72%	96,37%	97,03%	97,61%	97,61%	97,82%	97,82%	97,87%	97,87%	97,92%	97,96%
Out05-1Q	92,08%	92,08%	92,08%	92,08%	92,08%	92,08%	92,08%	92,08%	92,08%	92,08%	92,08%	92,08%	92,08%	92,08%
Out05-2Q	63,29%	63,29%	63,29%	63,29%	63,29%	63,29%	63,29%	63,29%	63,29%	63,29%	63,29%	63,29%	63,29%	63,29%
Nov05-1Q	53,14%	53,14%	53,14%	53,14%	53,14%	53,14%	53,14%	53,14%	53,14%	53,14%	53,14%	53,14%	53,14%	53,14%
Nov05-2Q	61,91%	61,91%	61,91%	61,91%	61,91%	61,91%	61,91%	61,91%	61,91%	61,91%	61,91%	61,91%	61,91%	61,91%
Dez05-1Q	74,82%	74,82%	74,82%	74,82%	74,82%	74,82%	74,82%	74,82%	74,82%	74,82%	74,82%	74,82%	74,82%	74,82%
Dez05-2Q	51,52%	51,52%	51,52%	51,52%	51,52%	51,52%	51,52%	51,52%	51,52%	51,52%	51,52%	51,52%	51,52%	51,52%
Jan06-1Q	64,49%	64,49%	64,49%	64,49%	64,49%	64,49%	64,49%	64,49%	64,49%	64,49%	64,49%	64,49%	64,49%	64,49%
Jan06-2Q	78,35%	78,35%	78,35%	78,35%	78,35%	78,35%	78,35%	78,35%	78,35%	78,35%	78,35%	78,35%	78,35%	78,35%
Fev06-1Q	81,63%	81,63%	81,63%	81,63%	81,63%	81,63%	81,63%	81,63%	81,63%	81,63%	81,63%	81,63%	81,63%	81,63%
Fev06-2Q	60,41%	60,41%	60,41%	60,41%	60,41%	60,41%	60,41%	60,41%	60,41%	60,41%	60,41%	60,41%	60,41%	60,41%
Mar06-1Q	66,58%	66,58%	66,58%	66,58%	66,58%	66,58%	66,58%	66,58%	66,58%	66,58%	66,58%	66,58%	66,58%	66,58%
Mar06-2Q	73,41%	73,41%	73,41%	73,41%	73,41%	73,41%	73,41%	73,41%	73,41%	73,41%	73,41%	73,41%	73,41%	73,41%
Abr06-1Q	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%
Abr06-2Q	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%
Mai06-1Q	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%
Mai06-2Q	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%
Jun06-1Q	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%
Jun06-2Q	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%
Jul06-1Q	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%
Jul06-2Q	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%
Ag06-1Q	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%
Ag06-2Q	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%
Set06-1Q	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%
Set06-2Q	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%
Out06-1Q	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%
Out06-2Q	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%
Nov06-1Q	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%
Nov06-2Q	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%
Dez06-1Q	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%
Dez06-2Q	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%
Jan07-1Q	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%
Jan07-2Q	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%
Fev07-1Q	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%
Fev07-2Q	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%	61,81%
Outros Vencimentos														
Total														



Anexo IXa - Nov

Vencimento	Mar/06-1Q	Mar/06-2Q	Abr/06-1Q	Abr/06-2Q	Mai/06-1Q	Mai/06-2Q	Jun/06-1Q	Jun/06-2Q	Jul/06-1Q	Jul/06-2Q	Ago/06-1Q	Ago/06-2Q	Set/06-1Q	Set/06-2Q	Out/06-1Q	Out/06-2Q
Mar/04-1Q	100,00%		100,00%		100,00%		100,00%		100,00%		100,00%		100,00%		100,00%	
Mar/04-2Q	99,58%		99,58%		99,58%		99,58%		99,60%		99,60%		99,61%		99,62%	
Abr/04-1Q	99,59%		99,59%		99,59%		99,59%		99,60%		99,60%		99,61%		99,62%	
Abr/04-2Q	99,59%		99,59%		99,59%		99,59%		99,60%		99,60%		99,61%		99,62%	
Mai/04-1Q	99,30%		99,30%		99,31%		99,32%		99,33%		99,33%		99,33%		99,33%	
Mai/04-2Q	97,47%		97,47%		97,48%		97,48%		97,53%		97,53%		97,53%		97,54%	
Jun/04-1Q	98,78%		98,78%		98,78%		98,79%		98,79%		98,80%		98,83%		98,84%	
Jun/04-2Q	97,67%		97,68%		97,68%		97,69%		97,69%		97,70%		97,70%		97,71%	
Jul/04-1Q	99,01%		99,01%		99,01%		99,02%		99,02%		99,02%		99,02%		99,03%	
Jul/04-2Q	98,87%		98,87%		98,88%		98,88%		98,89%		98,89%		98,89%		98,89%	
Ago/04-1Q	97,75%		97,75%		97,75%		97,76%		97,76%		97,76%		97,77%		97,77%	
Ago/04-2Q	98,52%		98,53%		98,53%		98,60%		98,63%		98,63%		98,63%		98,63%	
Set/04-1Q	98,75%		98,75%		98,75%		98,75%		98,75%		98,75%		98,75%		98,75%	
Set/04-2Q	98,27%		98,28%		98,28%		98,33%		98,37%		98,38%		98,38%		98,39%	
Out/04-1Q	88,38%		88,39%		88,40%		88,40%		88,41%		88,41%		88,46%		88,46%	
Out/04-2Q	98,75%		98,75%		98,76%		98,81%		98,81%		98,82%		98,83%		98,83%	
Nov/04-1Q	97,93%		97,94%		97,94%		97,95%		97,95%		97,97%		97,98%		97,98%	
Nov/04-2Q	99,33%		99,33%		99,34%		99,35%		99,37%		99,38%		99,38%		99,38%	
Dez/04-1Q	98,55%		98,56%		98,56%		98,57%		98,57%		98,61%		98,61%		98,61%	
Dez/04-2Q	99,17%		99,18%		99,19%		99,20%		99,20%		99,21%		99,21%		99,21%	
Jan/05-1Q	98,92%		98,92%		98,92%		98,93%		98,94%		98,98%		98,98%		98,98%	
Jan/05-2Q	98,43%		98,43%		98,43%		98,43%		98,43%		98,43%		98,43%		98,43%	
Fev/05-1Q	98,92%		98,92%		98,92%		98,92%		98,92%		98,92%		98,92%		98,92%	
Fev/05-2Q	95,33%		95,33%		95,33%		95,33%		95,33%		96,02%		96,02%		96,03%	
Mar/05-1Q	86,84%		86,85%		86,86%		86,87%		86,87%		86,88%		86,89%		86,89%	
Mar/05-2Q	97,86%		97,87%		97,87%		97,88%		97,88%		97,91%		97,91%		97,91%	
Abr/05-1Q	99,45%		99,45%		99,45%		99,46%		99,47%		99,48%		99,48%		99,49%	
Abr/05-2Q	98,33%		98,33%		98,36%		98,37%		98,38%		98,38%		98,40%		98,40%	
Mai/05-1Q	99,54%		99,54%		99,55%		99,55%		99,56%		99,56%		99,57%		99,58%	
Mai/05-2Q	97,44%		97,45%		97,45%		97,48%		97,49%		97,53%		97,53%		97,53%	
Jun/05-1Q	98,43%		98,43%		98,43%		98,43%		98,43%		98,43%		98,43%		98,43%	
Jun/05-2Q	97,85%		97,85%		97,85%		97,85%		97,85%		97,85%		97,85%		97,85%	
Jul/05-1Q	97,45%		97,45%		97,46%		97,46%		97,46%		97,46%		97,46%		97,46%	
Jul/05-2Q	99,09%		99,10%		99,10%		99,13%		99,15%		99,17%		99,18%		99,19%	
Ago/05-1Q	97,98%		98,01%		98,02%		98,07%		98,13%		98,14%		98,16%		98,17%	
Ago/05-2Q	99,36%		99,37%		99,40%		99,43%		99,45%		99,47%		99,51%		99,52%	
Set/05-1Q	94,09%		95,01%		95,06%		95,08%		95,13%		95,16%		95,18%		95,18%	
Set/05-2Q	87,98%		87,99%		88,05%		88,06%		88,09%		88,11%		88,15%		88,16%	
Out/05-1Q	97,63%		97,63%		97,71%		97,73%		97,81%		97,86%		97,87%		97,89%	
Out/05-2Q	87,14%		87,15%		87,16%		87,16%		87,16%		87,16%		87,16%		87,16%	
Nov/05-1Q	97,46%		97,46%		97,46%		97,46%		97,46%		97,46%		97,46%		97,46%	
Nov/05-2Q	97,37%		97,37%		97,37%		97,37%		97,37%		97,37%		97,37%		97,37%	
Dez/05-1Q	98,17%		98,17%		98,26%		98,26%		98,26%		98,26%		98,26%		98,26%	
Dez/05-2Q	97,87%		98,22%		98,38%		98,38%		98,38%		98,38%		98,38%		98,38%	
Jan/06-1Q	94,15%		94,22%		95,13%		95,13%		95,13%		95,13%		95,13%		95,13%	
Fev/06-1Q	96,78%		97,14%		97,65%		97,89%		98,03%		98,18%		98,27%		98,25%	
Mar/06-1Q	91,49%		96,07%		97,81%		98,08%		98,14%		98,25%		98,32%		98,32%	
Mar/06-2Q	80,94%		95,05%		97,55%		98,40%		98,26%		98,46%		98,52%		98,55%	
Abr/06-1Q	64,20%		81,21%		96,83%		97,28%		98,31%		98,45%		98,53%		98,53%	
Abr/06-2Q			66,30%		80,82%		97,07%		98,31%		98,40%		98,53%		98,53%	
Mai/06-1Q			63,67%		79,34%		97,72%		97,72%		98,31%		98,32%		98,32%	
Mai/06-2Q					63,32%		90,46%		96,87%		97,86%		97,89%		97,92%	
Jun/06-1Q					64,01%		76,23%		96,20%		98,21%		98,40%		98,65%	
Jun/06-2Q					67,19%				91,30%		97,73%		97,73%		97,75%	
Jul/06-1Q							80,34%		95,52%		96,96%		96,40%		96,40%	
Jul/06-2Q							64,68%		80,48%		96,24%		97,27%		97,42%	
Ago/06-1Q									91,08%		96,06%		97,82%		97,82%	
Ago/06-2Q									76,60%		96,48%		97,39%		97,40%	
Set/06-1Q									83,20%		96,48%		97,29%		97,29%	
Set/06-2Q									66,61%		93,13%		97,18%		97,18%	
Out/06-1Q											65,23%		78,62%		92,37%	
Out/06-2Q													65,88%		79,81%	
Nov/06-1Q															61,86%	
Nov/06-2Q															77,99%	
Dez/06-1Q															66,41%	
Dez/06-2Q																
Jan/07-1Q																
Jan/07-2Q																
Fev/07-1Q																
Fev/07-2Q																
Outros Vencimentos																



Anexo IXa - No1

Vencimento	Nov/06-1ºQ	Nov/06-2ºQ	Dez/06-1ºQ	Dez/06-2ºQ	Jan/07-1ºQ	Jan/07/06-2ºQ	Fev/07-1ºQ	Fev/07-2ºQ	Em Aberto	Total
Mai/04-1ºQ	100,00%		100,00%		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	8,75%	2.433,314
Mai/04-2ºQ	97,52%		97,52%		97,52%	97,52%	97,52%	97,52%	49,14	2.155,066
Abr/04-1ºQ	97,52%		97,52%		97,52%	97,52%	97,52%	97,52%	49,14	2.155,066
Abr/04-2ºQ	99,33%	99,33%	99,33%	99,33%	99,33%	99,33%	99,34%	99,34%	21,968	3.104,649
Mai/04-1ºQ	97,54%	97,54%	97,54%	97,54%	97,54%	97,55%	97,55%	97,55%	62,529	2.550,135
Mai/04-2ºQ	98,84%	98,84%	98,84%	98,84%	98,84%	98,84%	98,84%	98,84%	38,004	3.285,117
Jun/04-1ºQ	97,71%	97,71%	97,72%	97,72%	97,72%	97,72%	97,72%	97,72%	54,451	2.391,838
Jun/04-2ºQ	99,03%	99,03%	99,03%	99,03%	99,03%	99,03%	99,03%	99,03%	30,587	3.158,949
Jul/04-1ºQ	98,90%	98,90%	98,90%	98,90%	98,90%	98,90%	98,90%	98,90%	28,359	2.774,740
Jul/04-2ºQ	97,77%	97,77%	97,78%	97,78%	97,78%	97,78%	97,78%	97,78%	78,147	3.317,342
Ago/04-1ºQ	98,63%	98,63%	98,63%	98,63%	98,63%	98,63%	98,64%	98,64%	44,482	3.260,514
Ago/04-2ºQ	98,63%	98,63%	98,63%	98,63%	98,63%	98,63%	98,63%	98,63%	59,000	3.260,514
Set/04-1ºQ	98,40%	98,40%	98,40%	98,40%	98,40%	98,40%	98,40%	98,40%	52,724	3.357,923
Set/04-2ºQ	88,47%	88,48%	88,48%	88,48%	88,48%	88,48%	88,48%	88,48%	452,320	3.926,988
Out/04-1ºQ	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%	98,84%	98,84%	98,84%	35,187	3.024,509
Out/04-2ºQ	97,99%	97,99%	97,99%	97,99%	97,99%	97,99%	97,99%	97,99%	76,012	3.784,053
Nov/04-1ºQ	99,39%	99,39%	99,40%	99,40%	99,40%	99,42%	99,42%	99,42%	17,512	3.001,990
Nov/04-2ºQ	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	54,026	3.921,594
Dez/04-1ºQ	99,22%	99,22%	99,23%	99,23%	99,23%	99,24%	99,24%	99,24%	2,6488	3.491,387
Dez/04-2ºQ	98,98%	98,98%	98,98%	98,98%	98,98%	98,98%	98,98%	98,98%	11,548	3.608,159
Jan/05-1ºQ	98,70%	98,70%	98,70%	98,70%	98,70%	98,72%	98,72%	98,72%	465,167	4.124,065
Jan/05-2ºQ	96,03%	96,03%	96,04%	96,04%	96,04%	96,04%	96,04%	96,04%	122,915	3.103,968
Fev/05-1ºQ	86,90%	86,90%	86,90%	86,90%	86,90%	86,91%	86,92%	86,92%	460,309	3.518,422
Fev/05-2ºQ	97,92%	97,92%	97,93%	97,93%	97,93%	97,94%	97,94%	97,94%	69,341	3.358,261
Mai/05-1ºQ	99,59%	99,59%	99,60%	99,60%	99,60%	99,60%	99,60%	99,60%	13,042	3.286,749
Mai/05-2ºQ	98,41%	98,41%	98,42%	98,42%	98,42%	98,43%	98,43%	98,43%	60,305	3.833,560
Abr/05-1ºQ	99,59%	99,59%	99,59%	99,59%	99,59%	99,60%	99,60%	99,60%	13,338	3.353,036
Abr/05-2ºQ	97,54%	97,54%	97,55%	97,55%	97,55%	97,57%	97,57%	97,57%	88,761	3.646,406
Mai/05-1ºQ	97,54%	97,54%	97,55%	97,55%	97,55%	97,57%	97,57%	97,57%	88,761	3.646,406
Mai/05-2ºQ	98,44%	98,44%	98,44%	98,44%	98,44%	98,46%	98,46%	98,46%	56,977	3.711,957
Jun/05-1ºQ	98,03%	98,03%	98,03%	98,03%	98,06%	98,06%	98,07%	98,07%	63,355	3.286,546
Jun/05-2ºQ	97,57%	97,57%	97,58%	97,58%	97,59%	97,59%	97,59%	97,59%	97,432	4.039,675
Jul/05-1ºQ	99,23%	99,23%	99,24%	99,24%	99,24%	99,25%	99,25%	99,25%	27,034	3.622,938
Agosto-1ºQ	98,18%	98,19%	98,19%	98,19%	98,20%	98,21%	98,21%	98,21%	75,729	4.226,121
Agosto-2ºQ	99,53%	99,53%	99,54%	99,54%	99,55%	99,55%	99,55%	99,55%	18,707	4.191,257
Set/05-1ºQ	95,19%	95,19%	95,22%	95,22%	95,22%	95,24%	95,24%	95,24%	203,028	4.265,238
Set/05-2ºQ	88,16%	88,17%	88,17%	88,17%	88,17%	88,20%	88,20%	88,20%	511,989	4.339,440
Out/05-1ºQ	97,92%	97,92%	97,92%	97,92%	97,94%	97,94%	97,94%	97,94%	552,433	4.866,471
Out/05-2ºQ	98,77%	98,77%	98,78%	98,78%	98,78%	98,80%	98,80%	98,80%	47,579	3.960,239
Nov/05-1ºQ	97,67%	97,67%	97,68%	97,68%	97,68%	97,69%	97,69%	97,69%	98,024	4.249,815
Nov/05-2ºQ	98,52%	98,53%	98,54%	98,54%	98,55%	98,56%	98,56%	98,56%	60,642	4.216,665
Dez/05-1ºQ	98,72%	98,72%	98,73%	98,73%	98,74%	98,75%	98,77%	98,77%	52,417	4.271,427
Dez/05-2ºQ	95,62%	95,63%	95,64%	95,64%	95,64%	95,66%	95,67%	95,67%	181,277	4.188,599
Jan/06-1ºQ	98,27%	98,27%	98,28%	98,28%	98,35%	98,35%	98,37%	98,37%	68,102	4.169,501
Jan/06-2ºQ	98,42%	98,44%	98,46%	98,47%	98,47%	98,47%	98,48%	98,48%	73,054	4.414,206
Fev/06-1ºQ	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	3,700	3.942,881
Fev/06-2ºQ	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	98,62%	55,561	4.124,389
Mai/06-1ºQ	98,03%	98,03%	98,03%	98,03%	98,08%	98,10%	98,10%	98,10%	75,349	3.974,304
Abr/06-1ºQ	98,43%	98,44%	98,45%	98,45%	98,52%	98,53%	98,56%	98,56%	63,540	4.397,952
Abr/06-2ºQ	98,27%	98,29%	98,31%	98,31%	98,36%	98,37%	98,38%	98,38%	73,520	4.525,108
Mai/06-1ºQ	98,78%	98,79%	98,84%	98,84%	98,88%	98,89%	98,92%	98,92%	49,101	4.528,693
Mai/06-2ºQ	96,74%	96,74%	96,78%	96,78%	96,80%	96,81%	96,85%	96,85%	62,121	4.369,454
Jun/06-1ºQ	98,13%	98,13%	98,13%	98,13%	98,14%	98,14%	98,15%	98,15%	136,053	4.321,418
Jun/06-2ºQ	98,25%	98,25%	98,25%	98,25%	98,25%	98,25%	98,25%	98,25%	64,368	4.326,388
Jul/06-1ºQ	98,85%	98,85%	98,85%	98,85%	98,85%	98,85%	98,85%	98,85%	3,700	3.942,881
Jul/06-2ºQ	98,85%	98,85%	98,85%	98,85%	98,85%	98,85%	98,85%	98,85%	34,100	3.942,881
Ago/06-1ºQ	97,92%	97,92%	98,04%	98,04%	98,24%	98,28%	98,28%	98,28%	72,120	4.201,641
Ago/06-2ºQ	98,47%	98,47%	98,50%	98,50%	98,73%	98,75%	98,77%	98,77%	44,945	3.682,148
Set/06-1ºQ	98,20%	98,20%	98,63%	98,63%	98,89%	98,90%	98,94%	98,95%	41,504	3.974,686
Set/06-2ºQ	97,07%	97,07%	98,47%	98,47%	98,69%	98,73%	98,76%	98,76%	48,805	4.006,905
Out/06-1ºQ	96,59%	96,59%	97,71%	97,71%	98,23%	98,30%	98,35%	98,37%	66,566	4.069,582
Out/06-2ºQ	92,55%	92,55%	97,69%	97,69%	98,59%	98,62%	98,65%	98,65%	40,692	3.989,984
Nov/06-1ºQ	80,25%	80,25%	94,10%	94,10%	97,93%	98,24%	98,49%	98,49%	62,276	4.136,046
Nov/06-2ºQ	65,44%	65,44%	78,47%	78,47%	91,96%	97,28%	97,44%	97,44%	108,729	4.344,243
Dez/06-1ºQ	66,19%	66,19%	78,24%	78,24%	91,33%	96,39%	97,25%	97,25%	91,011	3.303,710
Jan/07-1ºQ					65,36%	93,37%	95,47%	95,37%	182,939	3.948,508
Jan/07-2ºQ					77,91%	92,47%	92,47%	92,47%	470,397	4.150,678
Fev/07-1ºQ					65,59%	79,90%	88,67%	88,67%	1.032,801	4.351,497
Fev/07-2ºQ						67,44%	67,44%	67,44%	1.262,359	3.999,583
Outros Vencimentos									5,667,023	5.821,287
Total										274.515,897

Anexo IXb - Nova Friburgo - 1a Fase

Vencimento		Quinquena																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20		
Mar/04-1Q	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Mar/04-2Q	57,9%	78,0%	89,7%	97,4%	98,5%	98,7%	99,1%	99,2%	99,2%	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	
Mar/04-1Q	66,8%	79,8%	93,0%	97,4%	96,9%	97,3%	97,5%	97,5%	97,5%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,7%	97,7%	97,7%	
Mar/04-2Q	53,6%	82,1%	93,0%	97,6%	98,5%	98,7%	98,7%	98,9%	98,9%	99,0%	99,0%	99,0%	99,0%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	
Mar/04-1Q	66,4%	80,2%	93,1%	96,4%	96,9%	97,1%	97,2%	97,2%	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%	97,4%	97,4%	97,4%	
Mar/04-2Q	64,8%	82,0%	92,2%	97,1%	97,8%	98,1%	98,1%	98,2%	98,4%	98,4%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	
Jun/04-1Q	67,3%	80,2%	93,8%	96,5%	97,0%	97,1%	97,2%	97,2%	97,2%	97,2%	97,2%	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%	97,4%	97,4%	97,4%	
Jun/04-2Q	63,8%	83,0%	92,9%	97,4%	98,3%	98,4%	98,5%	98,6%	98,6%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,8%	98,8%	98,8%	
Jul/04-1Q	69,2%	82,6%	94,6%	97,8%	98,2%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	
Jul/04-2Q	63,8%	80,8%	91,4%	96,0%	96,8%	97,0%	97,2%	97,2%	97,3%	97,3%	97,4%	97,4%	97,4%	97,5%	97,5%	97,5%	97,5%	97,5%	97,5%	97,5%	
Agosto-1Q	67,7%	81,8%	94,7%	97,4%	97,8%	98,0%	98,1%	98,2%	98,2%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,4%	98,4%	98,4%	
Agosto-2Q	52,3%	69,0%	78,4%	83,2%	84,7%	85,0%	85,3%	85,5%	86,1%	86,2%	86,2%	86,2%	86,2%	86,2%	86,2%	86,2%	86,3%	86,4%	86,4%	86,4%	
Set/04-1Q	61,9%	78,8%	92,2%	95,9%	96,5%	97,0%	97,2%	97,6%	97,7%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,9%	97,9%	97,9%	97,9%	
Set/04-2Q	51,2%	70,8%	80,3%	85,1%	87,4%	87,7%	87,9%	87,9%	87,9%	87,9%	88,0%	88,0%	88,0%	88,0%	88,1%	88,2%	88,2%	88,3%	88,3%	88,3%	
Out/04-1Q	61,2%	79,8%	92,4%	95,9%	96,4%	96,7%	96,8%	96,8%	96,8%	96,8%	96,8%	96,8%	96,8%	96,8%	96,8%	96,8%	96,8%	96,8%	96,8%	96,8%	
Out/04-2Q	50,3%	69,8%	79,3%	84,1%	86,4%	86,7%	86,8%	86,8%	86,8%	86,8%	86,8%	86,8%	86,8%	86,8%	86,8%	86,8%	86,8%	86,8%	86,8%	86,8%	
Nov/04-1Q	64,8%	79,2%	94,4%	97,9%	98,4%	98,7%	98,8%	98,8%	98,9%	99,0%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,2%	99,2%	99,2%	
Nov/04-2Q	64,1%	82,0%	92,4%	97,0%	97,7%	97,9%	98,0%	98,1%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	
Dez/04-1Q	66,5%	80,0%	93,6%	97,2%	97,9%	98,4%	98,6%	98,7%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	
Dez/04-2Q	67,1%	81,3%	90,9%	95,9%	97,2%	97,8%	98,1%	98,2%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	
Jan/05-1Q	65,1%	76,7%	90,4%	93,9%	95,1%	95,5%	95,7%	95,7%	95,8%	95,8%	95,9%	95,9%	96,0%	96,0%	96,0%	96,0%	96,1%	96,1%	96,1%	96,1%	
Jan/05-2Q	54,9%	70,2%	79,3%	85,7%	87,0%	87,7%	87,8%	87,8%	88,1%	88,2%	88,4%	88,4%	88,4%	88,4%	88,4%	88,5%	88,5%	88,5%	88,6%	88,6%	
Fev/05-1Q	64,4%	75,0%	90,2%	93,7%	94,9%	95,3%	95,6%	95,7%	95,7%	95,7%	95,7%	95,8%	95,8%	95,8%	95,8%	95,8%	95,9%	95,9%	95,9%	95,9%	
Fev/05-2Q	53,9%	69,0%	80,2%	84,7%	85,5%	85,9%	86,3%	86,4%	86,5%	86,6%	86,6%	86,7%	86,7%	86,7%	86,7%	86,8%	86,8%	86,8%	86,8%	86,8%	
Mar/05-1Q	66,5%	77,6%	91,9%	95,6%	96,7%	97,2%	97,4%	97,4%	97,6%	97,6%	97,6%	97,7%	97,7%	97,7%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	
Mar/05-2Q	69,0%	83,0%	92,6%	97,0%	98,4%	98,9%	99,0%	99,2%	99,3%	99,3%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	
Abr/05-1Q	64,6%	76,2%	91,3%	96,0%	97,0%	97,5%	97,8%	98,0%	98,1%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	
Abr/05-2Q	67,6%	81,7%	92,5%	97,4%	98,2%	98,8%	99,1%	99,2%	99,3%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	
Mai/05-1Q	64,5%	76,4%	91,8%	95,3%	96,2%	96,6%	97,0%	97,1%	97,2%	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	
Mai/05-2Q	68,1%	82,8%	91,3%	95,6%	96,7%	97,2%	97,6%	97,7%	97,9%	97,9%	97,9%	98,0%	98,0%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	
Jun/05-1Q	67,3%	78,2%	92,4%	96,0%	97,0%	97,5%	97,7%	97,8%	97,9%	98,0%	98,0%	98,1%	98,1%	98,1%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	
Jun/05-2Q	65,7%	80,1%	90,1%	94,9%	96,3%	96,7%	96,9%	97,2%	97,3%	97,3%	97,6%	97,6%	97,9%	97,9%	97,9%	97,9%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	
Jul/05-1Q	65,0%	75,8%	90,7%	95,4%	96,4%	96,9%	97,0%	97,0%	97,1%	97,1%	97,3%	97,3%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,5%	97,5%	97,5%	
Jul/05-2Q	65,4%	81,0%	91,9%	96,3%	97,6%	97,9%	98,2%	98,3%	98,8%	99,0%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	99,1%	
Agosto-1Q	65,6%	77,9%	92,7%	96,4%	97,0%	97,4%	97,6%	97,7%	97,9%	97,9%	97,9%	97,9%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	
Agosto-2Q	66,8%	82,0%	92,0%	96,4%	97,1%	97,9%	98,3%	98,6%	99,1%	99,3%	99,3%	99,3%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	99,4%	
Set/05-1Q	63,3%	73,8%	88,4%	92,6%	93,6%	94,1%	94,7%	94,8%	94,9%	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	95,0%	95,1%	95,1%	95,1%	95,1%	95,1%	
Set/05-2Q	53,1%	68,8%	80,4%	85,1%	86,2%	87,4%	87,8%	87,8%	87,9%	87,9%	88,0%	88,0%	88,0%	88,0%	88,0%	88,1%	88,1%	88,1%	88,1%	88,1%	
Out/05-1Q	61,5%	74,8%	90,4%	95,7%	96,6%	97,1%	97,4%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	
Out/05-2Q	51,8%	66,1%	77,3%	83,6%	85,1%	86,3%	87,3%	87,3%	87,6%	87,6%	87,7%	87,7%	87,7%	87,7%	87,7%	87,7%	87,7%	87,7%	87,7%	87,7%	
Nov/05-1Q	61,5%	75,5%	91,9%	96,2%	97,2%	97,9%	98,0%	98,4%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	
Nov/05-2Q	64,5%	79,6%	90,7%	95,1%	96,0%	97,1%	97,1%	97,4%	97,5%	97,5%	97,5%	97,5%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	
Dez/05-1Q	65,0%	78,3%	91,8%	96,5%	97,3%	97,5%	98,2%	98,2%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	
Dez/05-2Q	68,4%	81,6%	96,8%	97,4%	97,9%	98,2%	98,3%	98,4%	98,4%	98,5%	98,5%	98,5%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	
Jan/06-1Q	60,5%	74,1%	89,6%	92,5%	94,2%	94,9%	95,1%	95,2%	95,3%	95,3%	95,4%	95,4%	95,5%	95,6%	95,6%	95,6%	95,6%	95,6%	95,6%	95,6%	
Jan/06-2Q	66,6%	80,4%	89,2%	94,8%	96,8%	97,1%	97,7%	97,8%	97,8%	98,0%	98,0%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	
Fev/06-1Q	64,8%	73,4%	91,1%	96,1%	97,3%	97,6%	97,8%	98,0%	98,1%	98,2%	98,3%	98,3%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%	
Fev/06-2Q	61,8%	80,2%	91,2%	95,9%	97,2%	97,6%	98,0%	98,1%	98,3%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	
Mar/06-1Q	64,2%	77,2%	91,7%	95,8%	97,1%	97,8%	98,2%	98,3%	98,3%	98,5%	98,5%	98,5%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	
Mar/06-2Q	66,2%	80,3%	88,9%	94,9%	96,5%	97,0%	97,1%	97,2%	97,6%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	
Abr/06-1Q	63,3%	75,3%	90,9%	96,0%	97,1%	97,8%	98,1%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	
Abr/06-2Q	63,3%	79,3%	90,5%	95,8%	96,9%	97,2%	97,7%	97,8%	97,8%	97,9%	97,9%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	
Mai/06-1Q	67,2%	80,8%	90,3%	95,5%	97,0%	97,5%	97,6%	97,7%	97,8%	98,0%	98,1%	98,2%	98,2%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	
Mai/06-2Q	63,1%	74,8%	89,6%	94,7%	96,0%	96,4%	96,5%	96,5%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%			



Anexo Xa - João Pessoa - 1ª Fase

Quinzena		Mar/04-2ºQ	Abr/04-1ºQ	Abr/04-2ºQ	Mai/04-1ºQ	Mai/04-2ºQ	Jun/04-1ºQ	Jun/04-2ºQ	Jul/04-1ºQ	Jul/04-2ºQ	Ago/04-1ºQ	Ago/04-2ºQ	Set/04-1ºQ	Set/04-2ºQ	Out/04-1ºQ	Out/04-2ºQ
Vencimento		56,03%	72,29%	48,65%	81,98%	59,00%	77,06%	92,47%	95,85%	96,96%	97,36%	97,70%	97,89%	97,98%	98,14%	98,19%
Mar/04-2ºQ																
Abr/04-1ºQ																
Abr/04-2ºQ																
Mai/04-1ºQ																
Mai/04-2ºQ																
Jun/04-1ºQ																
Jun/04-2ºQ																
Jul/04-1ºQ																
Jul/04-2ºQ																
Ago/04-1ºQ																
Ago/04-2ºQ																
Set/04-1ºQ																
Set/04-2ºQ																
Out/04-1ºQ																
Out/04-2ºQ																
Nov/04-1ºQ																
Nov/04-2ºQ																
Dez/04-1ºQ																
Dez/04-2ºQ																
Jan/05-1ºQ																
Jan/05-2ºQ																
Fev/05-1ºQ																
Fev/05-2ºQ																
Mar/05-1ºQ																
Mar/05-2ºQ																
Abr/05-1ºQ																
Abr/05-2ºQ																
Mai/05-1ºQ																
Mai/05-2ºQ																
Jun/05-1ºQ																
Jun/05-2ºQ																
Jul/05-1ºQ																
Jul/05-2ºQ																
Ago/05-1ºQ																
Ago/05-2ºQ																
Set/05-1ºQ																
Set/05-2ºQ																
Out/05-1ºQ																
Out/05-2ºQ																
Nov/05-1ºQ																
Nov/05-2ºQ																
Dez/05-1ºQ																
Dez/05-2ºQ																
Jan/06-1ºQ																
Jan/06-2ºQ																
Fev/06-1ºQ																
Fev/06-2ºQ																
Mar/06-1ºQ																
Mar/06-2ºQ																
Abr/06-1ºQ																
Abr/06-2ºQ																
Mai/06-1ºQ																
Mai/06-2ºQ																
Jun/06-1ºQ																
Jun/06-2ºQ																
Jul/06-1ºQ																
Jul/06-2ºQ																
Ago/06-1ºQ																
Ago/06-2ºQ																
Set/06-1ºQ																
Set/06-2ºQ																
Out/06-1ºQ																
Out/06-2ºQ																
Nov/06-1ºQ																
Nov/06-2ºQ																
Dez/06-1ºQ																
Dez/06-2ºQ																
Jan/07-1ºQ																
Jan/07-2ºQ																
Fev/07-1ºQ																
Fev/07-2ºQ																
Outros Vencimentos																
Total																



Anexo Xa - João Pe

Vencimento	Nov/04-1ºQ	Nov/04-2ºQ	Dez/04-1ºQ	Dez/04-2ºQ	Jan/05-1ºQ	Jan/05-2ºQ	Fev/05-1ºQ	Fev/05-2ºQ	Mar/05-1ºQ	Mar/05-2ºQ	Abr/05-1ºQ	Abr/05-2ºQ	Mai/05-1ºQ	Mai/05-2ºQ	Jun/05-1ºQ
Mar/04-2ºQ	98,35%	98,42%	98,49%	98,55%	98,58%	98,62%	98,65%	98,67%	98,71%	98,74%	98,75%	98,75%	98,77%	98,79%	98,83%
Abr/04-1ºQ	95,99%	95,99%	96,09%	96,19%	96,26%	96,33%	96,37%	96,47%	96,55%	96,60%	96,67%	96,73%	96,71%	96,79%	96,88%
Abr/04-2ºQ	91,27%	91,33%	91,46%	91,62%	91,67%	91,71%	91,74%	91,77%	91,81%	91,83%	91,85%	91,85%	91,86%	91,88%	91,92%
Mai/04-1ºQ	95,65%	95,76%	95,86%	96,09%	96,18%	96,25%	96,29%	96,42%	96,50%	96,56%	96,62%	96,69%	96,72%	96,77%	96,82%
Mai/04-2ºQ	89,87%	89,96%	90,13%	90,30%	90,55%	90,60%	90,63%	90,65%	90,68%	90,70%	90,72%	90,73%	90,73%	90,77%	90,79%
Jun/04-1ºQ	94,59%	94,75%	94,91%	95,13%	95,23%	95,34%	95,39%	95,47%	95,55%	95,62%	95,74%	95,77%	95,85%	95,92%	96,05%
Jun/04-2ºQ	89,44%	89,57%	89,83%	90,47%	90,54%	90,61%	90,65%	90,68%	90,73%	90,79%	90,83%	90,85%	90,86%	90,89%	90,91%
Jul/04-1ºQ	94,55%	94,77%	94,97%	95,26%	95,37%	95,44%	95,49%	95,61%	95,72%	95,78%	95,91%	95,95%	96,07%	96,11%	96,16%
Jul/04-2ºQ	89,21%	89,40%	89,66%	90,18%	90,27%	90,34%	90,38%	90,42%	90,47%	90,51%	90,53%	90,59%	90,62%	90,67%	90,67%
Ago/04-1ºQ	93,48%	93,87%	94,17%	94,36%	94,55%	94,66%	94,74%	94,85%	94,91%	94,97%	95,06%	95,11%	95,17%	95,24%	95,33%
Ago/04-2ºQ	89,44%	89,57%	89,83%	90,47%	90,54%	90,61%	90,65%	90,68%	90,73%	90,79%	90,83%	90,85%	90,86%	90,89%	90,91%
Set/04-1ºQ	93,48%	93,87%	94,17%	94,36%	94,55%	94,66%	94,74%	94,85%	94,91%	94,97%	95,06%	95,11%	95,17%	95,24%	95,33%
Set/04-2ºQ	86,15%	86,37%	86,33%	86,33%	86,33%	86,33%	86,33%	86,33%	86,33%	86,33%	86,33%	86,33%	86,33%	86,33%	86,33%
Out/04-1ºQ	89,98%	89,98%	93,49%	94,53%	94,97%	95,33%	95,44%	95,62%	95,76%	95,84%	95,93%	95,96%	96,07%	96,13%	96,20%
Out/04-2ºQ	77,65%	77,65%	87,93%	89,12%	90,77%	91,81%	92,23%	92,33%	92,44%	92,54%	92,64%	92,74%	92,84%	92,94%	93,04%
Nov/04-1ºQ	61,24%	61,24%	81,44%	85,82%	94,85%	95,54%	95,79%	95,99%	96,17%	96,26%	96,35%	96,41%	96,51%	96,56%	96,70%
Nov/04-2ºQ	46,73%	48,74%	65,84%	68,88%	84,52%	86,12%	93,35%	95,80%	97,80%	97,94%	98,00%	98,08%	98,15%	98,20%	98,23%
Dez/04-1ºQ			51,07%	60,84%	75,72%	81,64%	95,25%	97,28%	97,77%	98,20%	98,49%	98,57%	98,72%	98,81%	98,91%
Dez/04-2ºQ															
Jan/05-1ºQ					51,71%		92,72%	92,72%	95,88%	96,25%	98,06%	98,14%	98,40%	98,22%	98,29%
Jan/05-2ºQ						53,93%	67,70%	83,67%	95,63%	96,15%	98,31%	98,12%	98,57%	98,68%	96,85%
Fev/05-1ºQ							51,78%	63,10%	83,92%	93,54%	95,73%	97,06%	96,43%	96,62%	96,80%
Fev/05-2ºQ								49,85%	72,78%	84,33%	84,07%	92,16%	97,47%	97,67%	97,99%
Mar/05-1ºQ									50,73%	63,18%	74,21%	86,68%	95,40%	95,94%	96,32%
Mar/05-2ºQ										57,60%	50,18%	61,40%	81,30%	97,80%	98,13%
Abr/05-1ºQ													61,40%	93,09%	95,43%
Abr/05-2ºQ													75,06%	87,75%	96,63%
Mai/05-1ºQ														49,80%	63,23%
Mai/05-2ºQ															73,26%
Jun/05-1ºQ															50,81%
Jun/05-2ºQ															
Jul/05-1ºQ															
Jul/05-2ºQ															
Ago/05-1ºQ															
Ago/05-2ºQ															
Set/05-1ºQ															
Set/05-2ºQ															
Out/05-1ºQ															
Out/05-2ºQ															
Nov/05-1ºQ															
Nov/05-2ºQ															
Dez/05-1ºQ															
Dez/05-2ºQ															
Jan/06-1ºQ															
Jan/06-2ºQ															
Feb/06-1ºQ															
Feb/06-2ºQ															
Mar/06-1ºQ															
Mar/06-2ºQ															
Abr/06-1ºQ															
Abr/06-2ºQ															
Mai/06-1ºQ															
Mai/06-2ºQ															
Jun/06-1ºQ															
Jun/06-2ºQ															
Jul/06-1ºQ															
Jul/06-2ºQ															
Ago/06-1ºQ															
Ago/06-2ºQ															
Set/06-1ºQ															
Set/06-2ºQ															
Out/06-1ºQ															
Out/06-2ºQ															
Nov/06-1ºQ															
Nov/06-2ºQ															
Dez/06-1ºQ															
Dez/06-2ºQ															
Jan/07-1ºQ															
Jan/07-2ºQ															
Fev/07-1ºQ															
Fev/07-2ºQ															
Outros Vencimentos															
Total															

Grupo Energia
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados

Grupo Energia
Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados



Anexo Xa - João Pe

Vencimento	Fev/06-1ºQ	Mar/06-1ºQ	Mar/06-2ºQ	Abr/06-1ºQ	Abr/06-2ºQ	Mai/06-1ºQ	Mai/06-2ºQ	Jun/06-1ºQ	Jun/06-2ºQ	Jul/06-1ºQ	Jul/06-2ºQ	Ago/06-1ºQ	Ago/06-2ºQ	Set/06-1ºQ
Mar/04-2ºQ	99,00%	99,00%		99,02%		99,02%		99,03%		99,04%		99,05%		99,05%
Abr/04-1ºQ	97,44%	97,45%	97,46%	97,48%		97,50%		97,51%		97,52%		97,53%		97,55%
Abr/04-2ºQ	99,19%	99,20%	99,20%	99,21%		99,21%		99,22%		99,22%		99,23%		99,23%
Mai/04-1ºQ	97,39%	97,40%	97,42%	97,44%		97,45%		97,47%		97,48%		97,50%		97,50%
Mai/04-2ºQ	99,08%	99,09%	99,09%	99,10%		99,11%		99,11%		99,12%		99,13%		99,13%
Jun/04-1ºQ	96,66%	96,67%	96,69%	96,72%		96,73%		96,76%		96,78%		96,80%		96,83%
Jun/04-2ºQ	99,28%	99,29%	99,30%	99,30%		99,30%		99,31%		99,33%		99,33%		99,33%
Jul/04-1ºQ	96,77%	96,78%	96,80%	96,83%		96,85%		96,91%		96,93%		96,93%		96,94%
Jul/04-2ºQ	99,00%	99,00%	99,01%	99,01%		99,02%		99,03%		99,03%		99,04%		99,04%
Ago/04-1ºQ	96,39%	96,40%	96,43%	96,48%		96,51%		96,53%		96,56%		96,58%		96,60%
Ago/04-2ºQ	99,04%	99,05%	99,06%	99,07%		99,08%		99,09%		99,10%		99,11%		99,12%
Set/04-1ºQ	96,57%	96,58%	96,61%	96,66%		96,68%		96,70%		96,70%		96,71%		96,72%
Set/04-2ºQ	98,78%	98,79%	98,81%	98,81%		98,82%		98,84%		98,84%		98,85%		98,85%
Out/04-1ºQ	96,88%	96,89%	96,91%	96,94%		96,95%		97,01%		97,06%		97,07%		97,10%
Out/04-2ºQ	99,11%	99,12%	99,13%	99,13%		99,13%		99,14%		99,15%		99,15%		99,16%
Nov/04-1ºQ	97,43%	97,45%	97,47%	97,49%		97,51%		97,53%		97,55%		97,58%		97,64%
Nov/04-2ºQ	98,81%	98,83%	98,84%	98,84%		98,85%		98,87%		98,88%		98,89%		98,89%
Dez/04-1ºQ	97,66%	97,67%	97,70%	97,72%		97,73%		97,77%		97,78%		97,80%		97,81%
Dez/04-2ºQ	99,02%	99,03%	99,05%	99,05%		99,06%		99,08%		99,09%		99,10%		99,11%
Jan/05-1ºQ	97,70%	97,71%	97,74%	97,76%		97,79%		97,83%		97,85%		97,86%		97,88%
Jan/05-2ºQ	99,31%	99,32%	99,32%	99,33%		99,34%		99,38%		99,38%		99,39%		99,39%
Fev/05-1ºQ	97,70%	97,71%	97,75%	97,78%		97,80%		97,84%		97,87%		97,91%		97,92%
Fev/05-2ºQ	98,91%	98,92%	98,93%	98,94%		98,95%		99,01%		99,02%		99,03%		99,04%
Mar/05-1ºQ	97,55%	97,57%	97,59%	97,61%		97,64%		97,70%		97,71%		97,74%		97,77%
Mar/05-2ºQ	99,29%	99,30%	99,31%	99,32%		99,33%		99,35%		99,36%		99,37%		99,37%
Abr/05-1ºQ	97,46%	97,48%	97,51%	97,54%		97,56%		97,64%		97,67%		97,69%		97,72%
Abr/05-2ºQ	99,13%	99,14%	99,15%	99,16%		99,16%		99,19%		99,20%		99,21%		99,21%
Mai/05-1ºQ	97,12%	97,14%	97,18%	97,21%		97,24%		97,30%		97,32%		97,35%		97,38%
Mai/05-2ºQ	95,23%	95,24%	95,25%	95,26%		95,28%		95,30%		95,31%		95,32%		95,33%
Jun/05-1ºQ	97,30%	97,32%	97,34%	97,37%		97,40%		97,48%		97,51%		97,54%		97,57%
Jun/05-2ºQ	99,12%	99,13%	99,14%	99,15%		99,16%		99,19%		99,20%		99,21%		99,24%
Jul/05-1ºQ	97,46%	97,48%	97,52%	97,56%		97,58%		97,68%		97,70%		97,74%		97,76%
Jul/05-2ºQ	96,20%	96,21%	96,22%	96,23%		96,24%		96,28%		96,30%		96,32%		96,34%
Ago/05-1ºQ	98,33%	98,34%	98,35%	98,36%		98,37%		98,40%		98,41%		98,43%		98,44%
Ago/05-2ºQ	96,21%	96,22%	96,23%	96,24%		96,25%		96,28%		96,29%		96,31%		96,32%
Set/05-1ºQ	98,33%	98,36%	98,37%	98,39%		98,41%		98,43%		98,48%		98,50%		98,51%
Set/05-2ºQ	97,03%	97,03%	97,08%	97,13%		97,16%		97,33%		97,37%		97,41%		97,43%
Out/05-1ºQ	98,02%	98,03%	98,05%	98,07%		98,09%		99,03%		99,05%		99,07%		99,08%
Out/05-2ºQ	97,22%	97,27%	97,27%	97,33%		97,39%		97,53%		97,63%		97,65%		97,68%
Nov/05-1ºQ	98,20%	98,23%	98,25%	98,29%		98,32%		98,42%		98,43%		98,45%		98,48%
Nov/05-2ºQ	95,29%	96,57%	96,57%	96,64%		96,75%		96,85%		96,90%		96,93%		96,98%
Dez/05-1ºQ	97,61%	97,97%	97,97%	98,08%		98,13%		98,27%		98,29%		98,32%		98,34%
Dez/05-2ºQ	94,38%	95,89%	95,89%	96,02%		96,10%		96,27%		96,48%		96,57%		96,63%
Jan/06-1ºQ	97,34%	97,82%	98,15%	98,33%		98,54%		98,73%		98,78%		98,80%		98,86%
Jan/06-2ºQ	88,21%	93,66%	95,76%	97,02%		97,23%		97,48%		97,65%		97,74%		97,77%
Fev/06-1ºQ	80,45%	88,36%	96,35%	97,43%		97,92%		98,28%		98,34%		98,40%		98,42%
Fev/06-2ºQ	63,53%	85,75%	94,79%	96,33%		96,88%		97,42%		97,71%		97,79%		97,85%
Mar/06-1ºQ	55,29%	78,08%	89,48%	95,80%		97,04%		97,58%		98,03%		98,22%		98,29%
Mar/06-2ºQ	68,20%	86,52%	93,73%	95,89%		96,67%		96,92%		97,11%		97,42%		97,50%
Abr/06-1ºQ			63,13%	78,83%		96,58%		97,89%		98,02%		98,32%		98,42%
Abr/06-2ºQ				51,72%		85,53%		95,24%		95,99%		96,63%		96,80%
Mai/06-1ºQ						91,13%		97,74%		98,20%		98,51%		98,60%
Mai/06-2ºQ						85,91%		96,00%		96,82%		97,12%		97,43%
Jun/06-1ºQ						61,71%		91,35%		93,42%		96,22%		98,39%
Jun/06-2ºQ						79,75%		91,35%		96,87%		97,33%		97,33%
Jul/06-1ºQ						51,26%		66,87%		86,72%		93,18%		97,07%
Jul/06-2ºQ								60,72%		79,33%		90,85%		97,10%
Ago/06-1ºQ								35,33%		64,88%		87,66%		95,21%
Ago/06-2ºQ								56,72%		78,60%		91,12%		97,24%
Set/06-1ºQ								55,99%		67,58%		88,71%		97,86%
Set/06-2ºQ										63,29%				55,91%
Out/06-1ºQ														
Out/06-2ºQ														
Nov/06-1ºQ														
Nov/06-2ºQ														
Dez/06-1ºQ														
Dez/06-2ºQ														
Jan/07-1ºQ														
Jan/07-2ºQ														
Fev/07-1ºQ														
Fev/07-2ºQ														
Outros Vencimentos														
Total														

Anexo Xa - João Pe

Vencimento	Set/06-2º Q	Out/06-1º Q	Out/06-2º Q	Nov/06-1º Q	Nov/06-2º Q	Dez/06-1º Q	Dez/06-2º Q	Jan/07-1º Q	Jan/07/06-2º Q	Fev/07-1º Q	Fev/07-2º Q	Em Aberto	Total
Mar/04-2º Q	99,05%	99,05%	99,06%	99,06%	99,06%	99,06%	99,06%	99,07%	99,07%	99,07%	99,07%	63,32	6.823,412
Abr/04-1º Q	97,55%	97,56%	97,58%	97,58%	97,58%	97,61%	97,63%	97,64%	97,65%	97,65%	97,67%	98,103	4.209,415
Abr/04-2º Q	99,23%	99,24%	99,25%	99,25%	99,25%	99,25%	99,25%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	60,882	8.250,385
Mai/04-1º Q	97,51%	97,52%	97,53%	97,53%	97,53%	97,59%	97,62%	97,63%	97,64%	97,64%	97,65%	93,083	3.956,222
Mai/04-2º Q	99,13%	99,13%	99,14%	99,14%	99,14%	99,14%	99,14%	99,15%	99,15%	99,15%	99,15%	59,509	7.031,928
Jun/04-1º Q	96,83%	96,84%	96,86%	96,86%	96,87%	96,91%	96,93%	96,94%	96,94%	97,02%	97,02%	148,290	4.971,131
Jun/04-2º Q	98,34%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,36%	98,37%	98,37%	98,37%	98,42%	98,42%	119,916	7.605,130
Jul/04-1º Q	96,94%	96,96%	96,98%	96,98%	96,99%	97,01%	97,04%	97,05%	97,05%	97,07%	97,07%	110,020	3.759,727
Jul/04-2º Q	99,03%	99,03%	99,06%	99,06%	99,06%	99,06%	99,06%	99,06%	99,06%	99,16%	99,16%	59,449	7.097,555
Ago/04-1º Q	96,04%	96,05%	96,05%	96,05%	96,05%	96,08%	96,08%	96,09%	96,09%	96,11%	96,11%	17,987	3.380,401
Ago/04-2º Q	96,81%	96,81%	96,81%	96,81%	96,81%	96,81%	96,81%	96,81%	96,81%	96,81%	96,81%	4,787	6.466,861
Set/04-1º Q	96,84%	96,84%	96,84%	96,84%	96,84%	96,85%	96,85%	96,86%	96,86%	97,00%	97,00%	104,381	3.582,754
Set/04-2º Q	98,86%	98,86%	98,87%	98,87%	98,87%	98,87%	98,87%	98,88%	98,88%	98,88%	98,88%	82,676	7.397,859
Out/04-1º Q	97,11%	97,12%	97,14%	97,14%	97,15%	97,18%	97,22%	97,23%	97,24%	97,25%	97,25%	114,885	4.175,502
Out/04-2º Q	99,16%	99,17%	99,17%	99,17%	99,17%	99,17%	99,17%	99,18%	99,18%	99,18%	99,18%	65,714	8.046,879
Nov/04-1º Q	98,69%	97,66%	97,67%	97,67%	97,66%	97,69%	97,72%	97,73%	97,73%	97,74%	97,74%	81,691	3.621,296
Nov/04-2º Q	98,90%	98,90%	98,90%	98,90%	98,90%	98,91%	98,93%	98,93%	98,93%	98,93%	98,93%	93,519	8.781,017
Dez/04-1º Q	97,82%	97,82%	97,83%	97,83%	97,84%	97,86%	97,87%	97,87%	97,88%	97,89%	97,89%	79,449	3.780,052
Dez/04-2º Q	99,11%	99,11%	99,12%	99,12%	99,12%	99,14%	99,14%	99,14%	99,14%	99,15%	99,15%	76,589	8.998,365
Jan/05-1º Q	97,89%	97,89%	97,91%	97,91%	97,91%	97,92%	97,97%	97,98%	97,98%	98,00%	98,01%	87,638	4.395,822
Jan/05-2º Q	99,39%	99,40%	99,40%	99,40%	99,40%	99,41%	99,41%	99,41%	99,42%	99,42%	99,42%	55,195	9.512,250
Fev/05-1º Q	97,93%	97,94%	97,95%	97,95%	97,96%	97,99%	98,00%	98,01%	98,01%	98,02%	98,03%	88,236	4.483,714
Fev/05-2º Q	99,04%	99,04%	99,05%	99,05%	99,05%	99,05%	99,05%	99,06%	99,06%	99,07%	99,07%	86,875	9.308,421
Mar/05-1º Q	97,78%	97,79%	97,81%	97,81%	97,84%	97,85%	97,87%	97,87%	97,88%	99,40%	99,40%	100,499	4.754,448
Mar/05-2º Q	99,38%	99,38%	99,38%	99,38%	99,38%	99,39%	99,39%	99,40%	99,40%	99,40%	99,40%	56,321	9.404,942
Abr/05-1º Q	97,73%	97,73%	97,76%	97,76%	97,77%	97,78%	97,79%	97,80%	97,80%	97,82%	97,83%	106,012	4.879,983
Abr/05-2º Q	99,21%	99,22%	99,22%	99,22%	99,23%	99,23%	99,23%	99,24%	99,24%	99,24%	99,24%	73,716	9.735,122
Mai/05-1º Q	97,40%	97,40%	97,42%	97,42%	97,42%	97,45%	97,47%	97,48%	97,48%	97,50%	97,51%	117,138	4.701,887
Mai/05-2º Q	95,33%	95,34%	95,35%	95,35%	95,35%	95,35%	95,35%	95,36%	95,36%	95,36%	95,36%	453,497	9.783,645
Jun/05-1º Q	97,59%	97,59%	97,62%	97,62%	97,65%	97,66%	97,67%	97,68%	97,69%	97,71%	97,72%	108,704	4.758,246
Jun/05-2º Q	99,25%	99,25%	99,26%	99,26%	99,26%	99,26%	99,27%	99,27%	99,28%	99,28%	99,28%	64,234	8.886,838
Jul/05-1º Q	97,78%	97,78%	97,79%	97,79%	97,83%	97,84%	97,86%	97,87%	97,88%	97,91%	97,91%	46,605	4.657,605
Jul/05-2º Q	96,57%	96,57%	96,57%	96,57%	96,57%	96,57%	96,57%	96,57%	96,57%	96,57%	96,57%	8,431	10.463,816
Ago/05-1º Q	98,53%	98,53%	98,53%	98,53%	98,53%	98,54%	98,54%	98,54%	98,54%	98,54%	98,54%	148,631	4.515,165
Ago/05-2º Q	98,51%	98,51%	98,52%	98,52%	98,52%	98,54%	98,54%	98,55%	98,55%	98,56%	98,56%	119,137	8.254,546
Set/05-1º Q	97,44%	97,44%	97,46%	97,46%	97,48%	97,50%	97,50%	97,51%	97,51%	97,64%	97,64%	106,520	4.520,285
Set/05-2º Q	99,09%	99,10%	99,11%	99,11%	99,11%	99,13%	99,13%	99,13%	99,13%	99,15%	99,15%	75,355	8.874,259
Out/05-1º Q	97,68%	97,68%	97,70%	97,70%	97,72%	97,73%	97,74%	97,75%	97,75%	97,78%	97,78%	108,759	4.933,074
Out/05-2º Q	98,51%	98,51%	98,52%	98,52%	98,52%	98,54%	98,54%	98,54%	98,54%	98,56%	98,56%	161,326	11.097,929
Nov/05-1º Q	96,98%	97,00%	97,01%	97,01%	97,04%	97,05%	97,06%	97,07%	97,07%	97,10%	97,11%	154,310	5.331,186
Nov/05-2º Q	98,39%	98,39%	98,41%	98,41%	98,42%	98,43%	98,44%	98,44%	98,45%	98,46%	98,46%	182,793	12.179,588
Dez/05-1º Q	96,64%	96,66%	96,69%	96,69%	96,70%	96,72%	96,77%	96,81%	96,82%	96,84%	96,85%	182,148	5.782,081
Dez/05-2º Q	98,91%	98,91%	98,95%	98,95%	98,95%	98,97%	98,97%	98,98%	98,98%	99,00%	99,00%	122,542	12.257,544
Jan/06-1º Q	97,83%	97,84%	97,87%	97,89%	97,89%	97,92%	97,98%	98,00%	98,01%	98,04%	98,05%	121,907	6.249,930
Jan/06-2º Q	98,55%	98,56%	98,59%	98,59%	98,61%	98,63%	98,63%	98,64%	98,64%	98,66%	98,66%	171,097	12.732,968
Fev/06-1º Q	97,92%	97,94%	97,98%	97,98%	98,00%	98,02%	98,05%	98,07%	98,08%	98,13%	98,14%	123,736	6.660,032
Fev/06-2º Q	98,33%	98,35%	98,39%	98,39%	98,41%	98,44%	98,45%	98,46%	98,46%	98,50%	98,51%	159,699	10.718,374
Mar/06-1º Q	97,57%	97,59%	97,64%	97,64%	97,67%	97,70%	97,73%	97,75%	97,76%	97,80%	97,82%	128,407	5.894,862
Mar/06-2º Q	98,47%	98,49%	98,51%	98,51%	98,54%	98,57%	98,59%	98,61%	98,62%	98,65%	98,65%	167,220	12.566,808
Abr/06-1º Q	96,92%	96,96%	97,01%	97,05%	97,05%	97,10%	97,15%	97,17%	97,19%	97,24%	97,27%	175,447	6.430,721
Abr/06-2º Q	98,75%	98,75%	98,78%	98,78%	98,80%	98,84%	98,85%	98,87%	98,87%	98,91%	98,92%	139,878	12.943,215
Mai/06-1º Q	97,38%	97,38%	97,66%	97,66%	97,70%	97,79%	97,79%	97,81%	97,83%	97,89%	97,91%	142,500	6.825,639
Mai/06-2º Q	98,75%	98,75%	98,81%	98,81%	98,83%	98,85%	98,89%	98,92%	98,94%	98,97%	98,98%	126,488	12.361,348
Jun/06-1º Q	97,62%	97,62%	97,70%	97,70%	97,78%	97,82%	97,90%	97,94%	97,98%	98,03%	98,05%	151,475	7.775,204
Jun/06-2º Q	98,33%	98,33%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	98,35%	10,471	10.463,816
Jul/06-1º Q	95,70%	95,69%	95,70%	95,70%	95,70%	95,70%	95,70%	95,70%	95,70%	95,70%	95,70%	210,141	4.705,470
Jul/06-2º Q	97,93%	98,12%	98,29%	98,29%	98,36%	98,44%	98,47%	98,50%	98,52%	98,58%	98,60%	159,479	11.406,460
Ago/06-1º Q	94,56%	94,56%	94,67%	94,67%	94,75%	94,90%	97,08%	97,13%	97,16%	97,29%	97,29%	159,457	5.886,951
Ago/06-2º Q	89,93%	96,01%	97,07%	97,07%	97,74%	97,69%	97,67%	97,69%	97,70%	97,77%	97,77%	255,770	11.478,173
Set/06-1º Q	66,50%	84,85%	94,94%	94,94%	96,30%	96,84%	97,24%	97,56%	97,63%	97,63%	97,65%	147,551	6.275,526
Set/06-2º Q	74,62%	89,25%	89,25%	89,25%	90,16%	94,20%	96,75%	97,05%	97,58%	98,20%	98,26%	202,446	11.659,573
Out/06-1º Q	52,21%	66,68%	61,69%	61,69%	76,05%	88,11%	97,15%	97,41%	97,53%	97,61%	97,61%	155,458	6.507,317
Out/06-2º Q	96,06%	96,06%	96,06%	96,06%	96,06%	96,06%	96,06%	96,06%	96,06%	96,06%	96,06%	161,459	12.344,099
Nov/06-1º Q	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	200,120	6.909,566
Nov/06-2º Q	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	98,71%	177,093	13.690,566
Dez/06-1º Q	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	97,06%	231,416	7.697,934
Dez/06-2º Q	98,55%	98,55%	98,55%	98,55%	98,55%	98,55%	98,55%	98,55%	98,55%	98,55%	98,55%	277,992	13.362,238
Jan/07-1º Q	97,92%	97,92%	97,92%	97,92%	97,92%	97,92%	97,92%	97,92%	97,92%	97,92%	97,92%	485,679	7.312,049
Jan/07-2º Q	93,36%	93,36%	93,36%	93,36%	93,36%	93,36%	93,36%	93,36%	93,36%	93,36%	93,36%	1.107,413	13.968,105
Fev/07-1º Q	92,07%	92,07%	92,07%	92,07%	92,07%	92,07%	92,07%	92,07%	92,07%	92,07%	92,07%	3.227,568	9.889,423
Fev/07-2º Q	62,70%	62,70%	62,70%	62,70%	62,70%	62,70%	62,70%	62,70%	62,70%	62,70%	62,70%	4.112,681	10.291,374
Outros Vencimentos												9.895,843	566,057,046

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
Verincimento	56,0%	72,3%	82,0%	92,5%	95,8%	97,0%	97,4%	97,7%	97,9%	98,0%	98,1%	98,2%	98,2%	98,3%	98,3%	98,4%	98,5%	98,6%	98,6%
Mar/04-2-Q	48,6%	50,0%	77,1%	87,5%	92,8%	93,3%	94,6%	94,9%	95,3%	95,4%	95,5%	95,7%	95,8%	95,9%	96,0%	96,1%	96,2%	96,3%	96,3%
Abr/04-2-Q	40,0%	64,7%	77,1%	86,1%	88,6%	89,8%	90,3%	90,6%	90,8%	91,0%	91,1%	91,2%	91,3%	91,3%	91,3%	91,4%	91,5%	91,6%	91,7%
Maio/04-2-Q	48,2%	50,2%	78,7%	87,2%	92,2%	94,0%	94,7%	95,2%	95,2%	95,3%	95,4%	95,5%	95,7%	95,8%	95,9%	96,1%	96,2%	96,3%	96,3%
Jun/04-2-Q	53,6%	68,2%	76,8%	85,4%	87,9%	88,6%	89,1%	89,5%	89,4%	89,7%	89,8%	89,9%	90,0%	90,1%	90,2%	90,3%	90,4%	90,5%	90,6%
Jul/04-2-Q	51,3%	61,0%	80,1%	88,4%	92,0%	93,3%	93,8%	94,0%	94,3%	94,4%	94,6%	94,8%	94,9%	95,1%	95,2%	95,3%	95,4%	95,5%	95,6%
ago/04-2-Q	47,6%	63,0%	73,4%	81,9%	84,4%	85,6%	86,9%	87,1%	87,3%	87,4%	87,6%	87,8%	87,9%	88,0%	88,1%	88,2%	88,3%	88,4%	88,5%
set/04-2-Q	48,7%	59,8%	78,1%	88,4%	92,0%	93,3%	94,0%	94,3%	94,5%	94,7%	95,0%	95,3%	95,4%	95,6%	95,7%	95,8%	95,9%	96,0%	96,1%
out/04-2-Q	40,9%	62,9%	81,8%	87,8%	92,7%	93,6%	94,1%	94,3%	94,5%	94,7%	94,8%	94,9%	95,0%	95,1%	95,2%	95,3%	95,4%	95,5%	95,6%
nov/04-2-Q	48,9%	69,7%	73,6%	81,4%	87,7%	88,6%	89,0%	89,2%	89,4%	89,6%	89,8%	90,0%	90,1%	90,2%	90,3%	90,4%	90,5%	90,6%	90,7%

Yacimiento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
Mar04-02-ZQ	56,0%	72,3%	82,0%	92,2%	95,8%	97,0%	97,4%	97,7%	97,9%	98,0%	98,1%	98,2%	98,2%	98,3%	98,3%	98,3%	98,4%	98,5%	98,6%
Mar04-03-ZQ	48,6%	60,0%	77,1%	87,5%	92,8%	93,8%	94,6%	94,9%	95,3%	95,4%	95,5%	95,7%	95,8%	95,8%	95,9%	96,0%	96,1%	96,2%	96,3%
Ab04-04-ZQ	40,0%	54,0%	71,3%	86,1%	88,6%	89,8%	90,3%	90,6%	90,8%	91,0%	91,1%	91,2%	91,3%	91,3%	91,3%	91,5%	91,6%	91,7%	91,8%
Ma04-04-ZQ	48,2%	59,2%	78,7%	87,3%	92,7%	94,0%	94,7%	95,0%	95,2%	95,3%	95,4%	95,5%	95,5%	95,8%	95,9%	96,1%	96,2%	96,3%	96,4%
Ma04-05-ZQ	53,6%	68,2%	76,8%	85,4%	87,9%	88,6%	89,1%	89,3%	89,4%	89,7%	89,8%	89,9%	90,0%	90,1%	90,8%	90,8%	90,8%	90,8%	90,8%
Jun04-04-ZQ	51,3%	61,0%	80,1%	88,4%	92,0%	93,3%	93,8%	94,0%	94,3%	94,4%	94,6%	94,8%	94,9%	95,1%	95,2%	95,3%	95,4%	95,5%	95,6%
Jun04-05-ZQ	47,6%	63,0%	73,4%	81,9%	84,7%	85,6%	88,9%	89,1%	89,3%	89,4%	89,6%	89,8%	90,0%	90,2%	90,7%	90,7%	90,7%	90,7%	90,7%
Jun04-06-ZQ	48,7%	59,8%	73,6%	88,4%	92,0%	93,3%	94,0%	94,3%	94,5%	94,7%	95,0%	95,3%	95,4%	95,4%	95,5%	95,6%	95,7%	95,8%	95,9%
Jun04-07-ZQ	40,9%	62,9%	71,8%	81,8%	87,7%	88,6%	89,0%	89,2%	89,4%	89,7%	90,0%	90,2%	90,4%	90,6%	90,8%	90,8%	90,8%	90,8%	90,8%
Ag04-04-ZQ	48,3%	61,3%	79,4%	87,4%	91,6%	92,9%	93,5%	93,9%	94,2%	94,4%	94,5%	94,7%	94,7%	94,9%	95,1%	95,2%	95,3%	95,4%	95,5%
Ag04-05-ZQ	51,9%	65,1%	76,4%	84,8%	88,8%	89,7%	90,2%	90,6%	90,9%	91,2%	91,5%	91,8%	92,0%	92,3%	92,5%	92,8%	93,0%	93,2%	93,5%
Set04-01-ZQ	50,3%	60,5%	78,3%	88,9%	92,2%	93,5%	94,0%	94,6%	94,8%	95,0%	95,1%	95,2%	95,4%	95,5%	95,6%	95,8%	95,9%	96,0%	96,1%
Set04-02-ZQ	50,2%	66,0%	76,3%	86,1%	89,4%	90,1%	90,7%	90,8%	91,2%	91,5%	91,8%	92,2%	92,5%	92,8%	93,3%	93,6%	93,8%	94,0%	94,2%
Dic04-01-ZQ	47,4%	59,9%	76,1%	90,0%	93,3%	94,5%	95,0%	95,3%	95,4%	95,6%	95,8%	95,8%	95,9%	96,0%	96,1%	96,1%	96,2%	96,3%	96,4%
Dic04-02-ZQ	50,8%	64,8%	77,7%	87,0%	92,6%	94,8%	95,8%	98,1%	98,2%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,7%	98,7%	98,7%	98,8%	98,8%	98,8%
Nov04-01-ZQ	46,7%	61,2%	81,4%	92,6%	94,8%	95,5%	95,8%	96,0%	96,2%	96,3%	96,4%	96,6%	96,6%	96,6%	96,7%	96,8%	96,9%	96,9%	96,9%
Nov04-02-ZQ	48,7%	65,8%	83,9%	95,4%	97,0%	97,4%	97,9%	97,9%	98,0%	98,1%	98,1%	98,2%	98,2%	98,3%	98,3%	98,3%	98,4%	98,4%	98,4%
Nov04-03-ZQ	61,8%	64,9%	84,5%	93,6%	95,2%	95,8%	96,2%	96,3%	96,5%	96,6%	96,7%	96,8%	96,9%	97,0%	97,0%	97,1%	97,2%	97,2%	97,3%
Des04-01-ZQ	50,0%	75,7%	86,1%	95,3%	97,3%	97,8%	97,9%	98,1%	98,1%	98,2%	98,3%	98,4%	98,4%	98,4%	98,5%	98,5%	98,6%	98,6%	98,7%
Des04-02-ZQ	51,7%	64,1%	83,0%	92,7%	95,3%	95,9%	96,3%	96,4%	96,6%	96,7%	96,8%	97,0%	97,0%	97,2%	97,2%	97,2%	97,3%	97,4%	97,4%
Jan05-01-ZQ	53,9%	67,7%	83,7%	94,1%	95,6%	96,2%	96,3%	96,4%	96,6%	96,7%	96,8%	97,0%	97,0%	97,1%	97,2%	97,2%	97,3%	97,4%	97,4%
Jan05-02-ZQ	49,8%	72,8%	83,9%	93,3%	97,1%	97,5%	97,6%	96,8%	96,8%	96,9%	97,0%	97,1%	97,2%	97,3%	97,3%	97,3%	97,4%	97,5%	97,5%
Feb05-01-ZQ	41,8%	63,1%	84,3%	93,3%	95,8%	95,9%	96,3%	96,5%	96,6%	96,7%	96,8%	97,0%	97,0%	97,1%	97,2%	97,3%	97,4%	97,5%	97,5%
Mar05-01-ZQ	50,7%	74,2%	86,1%	92,8%	95,8%	96,3%	96,5%	96,6%	96,7%	96,8%	96,9%	97,0%	97,1%	97,2%	97,3%	97,3%	97,4%	97,5%	97,5%
Mar05-02-ZQ	57,6%	84,1%	96,8%	96,8%	98,1%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%
Ab05-01-ZQ	50,2%	61,4%	81,3%	95,8%	95,9%	96,3%	96,5%	96,6%	96,7%	96,8%	96,9%	97,0%	97,1%	97,2%	97,3%	97,3%	97,4%	97,4%	97,4%
Ab05-02-ZQ	56,4%	75,1%	87,7%	96,6%	97,5%	98,0%	98,4%	98,6%	98,7%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,9%	99,0%	99,1%	99,1%	99,1%
Ma05-01-ZQ	49,8%	63,3%	85,0%	93,3%	95,8%	96,2%	96,3%	96,4%	96,5%	96,6%	96,7%	96,8%	96,9%	96,9%	96,9%	97,0%	97,1%	97,1%	97,1%
Ma05-02-ZQ	54,1%	73,3%	84,8%	92,8%	93,7%	94,0%	94,4%	94,6%	94,7%	94,7%	94,7%	94,7%	94,7%	94,7%	94,7%	94,7%	94,7%	94,7%	94,7%
Jun05-01-ZQ	50,8%	63,6%	85,3%	93,9%	95,6%	96,0%	96,3%	96,6%	96,7%	96,8%	96,9%	97,0%	97,1%	97,2%	97,2%	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%
Jun05-02-ZQ	60,1%	77,3%	87,5%	95,9%	97,2%	97,5%	98,3%	98,4%	98,5%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%	98,6%
Jun05-03-ZQ	52,0%	69,5%	85,4%	94,7%	95,1%	95,6%	96,8%	96,9%	97,1%	97,3%	97,3%	97,4%	97,4%	97,4%	97,5%	97,5%	97,6%	97,6%	97,6%
Jul05-01-ZQ	61,2%	77,8%	89,8%	96,0%	97,2%	97,5%	97,8%	97,9%	98,0%	98,1%	98,1%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%
Jul05-02-ZQ	52,4%	78,5%	89,4%	96,3%	97,2%	97,5%	98,0%	98,1%	98,2%	98,2%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%
Ag05-01-ZQ	61,0%	78,5%	89,4%	96,3%	97,2%	97,5%	98,0%	98,1%	98,2%	98,2%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%
Ag05-02-ZQ	53,5%	65,9%	84,8%	94,0%	95,2%	95,3%	95,8%	95,8%	95,9%	96,0%	96,0%	96,0%	96,0%	96,0%	96,0%	96,0%	96,0%	96,0%	96,0%
Set05-01-ZQ	59,6%	75,5%	90,0%	96,8%	98,0%	98,3%	98,5%	98,6%	98,6%	98,7%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%
Dic05-01-ZQ	52,6%	65,0%	84,6%	93,7%	95,3%	95,8%	96,0%	96,1%	96,2%	96,2%	96,3%	96,3%	96,3%	96,3%	96,3%	96,3%	96,3%	96,3%	96,3%
Dic05-02-ZQ	58,3%	74,9%	89,0%	96,7%	97,9%	98,1%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%
Nov05-01-ZQ	50,3%	64,9%	80,0%	91,3%	94,8%	95,1%	95,6%	96,3%	96,5%	96,6%	96,7%	96,8%	96,8%	96,8%	96,8%	96,8%	96,8%	96,8%	96,8%
Nov05-02-ZQ	57,8%	78,2%	90,0%	97,0%	98,2%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%
Dic05-01-ZQ	60,9%	77,2%	92,3%	97,3%	97,8%	98,2%	98,4%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%
Jan06-01-ZQ	53,1%	64,5%	88,2%	93,7%	95,8%	96,2%	97,0%	97,2%	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%
Jan06-02-ZQ	62,2%	80,5%	88,4%	96,3%	97,6%	97,7%	98,1%	98,1%	98,2%	98,2%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%
Feb06-01-ZQ	53,3%	68,1%	85,5%	93,8%	94,8%	96,3%	96,9%	97,2%	97,4%	97,5%	97,6%	97,7%	97,8%	97,8%	97,9%	97,9%	97,9%	97,9%	97,9%
Feb06-02-ZQ	55,3%	78,1%	86,5%	93,7%	95,9%	96,7%	97,0%	97,3%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%
Mar06-01-ZQ	53,8%	68,2%	86,5%	93,7%	95,9%	96,7%	97,0%	97,3%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%	97,4%
Mar06-02-ZQ	61,7%	78,8%	89,8%	96,6%	97,6%	98,0%	98,4%	98,6%	98,7%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%
Ab06-01-ZQ	51,1%	64,5%	85,5%	93,5%	95,2%	96,0%	96,4%	96,6%	96,7%	96,8%	96,9%	97,0%	97,0%	97,0%	97,0%	97,0%	97,0%	97,0%	97,0%
Ab06-02-ZQ	60,0%	78,7%	91,1%	96,6%	97,7%	98,0%	98,4%	98,5%	98,6%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%
Ma06-01-ZQ	51,2%	66,8%	85,9%	93,4%	96,1%	96,8%	97,1%	97,3%	97,4%	97,5%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%
Ma06-02-ZQ	61,3%	70,8%	91,4%	96,7%	98,0%	98,3%	98,6%	98,6%	98,7%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%	98,8%
Dic06-01-ZQ	51,3%	66,9%	86,7%	94,0%	96,3%	97,1%	97,3%	97,5%	97,6%	97,7%	97,8%	97,8%	97,8%	97,9%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%	98,0%
Jun06-02-ZQ	60,5%	70,1%	90,4%	96,8%	97,5%	97,9%	98,1%	98,2%	98,3%	98,3%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%	98,4%
Jun06-03-ZQ	53,5%	67,5%	87,1%	93,3%	95,2%	95,8%	96,0%	96,1%	96,3%	96,3%	96,4%	96,5%	96,5%	96,5%	96,5%	96,5%	96,5%	96,5%	96,5%
Jul06-01-ZQ	56,0%	72,7%	82,1%	92,2%	97,0%	98,1%	98,3%	98,4%	98,4%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%	98,5%
Jul06-02-ZQ	56,7%	73,6%	89,1%	94,6%	95,9%	96,5%	96,7%	96,9%	97,1%	97,1%	97,2%	97,2%	97,2%	97,2%	97,2%	97,2%	97,2%	97,2%	97,2%
Ag06-01-ZQ	63,3%	70,9%	89,9%	96,0%	97,1%	97,3%	97,5%	97,6%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%	97,7%
Set06-01-ZQ	55,9%	66,5%	84,9%	94,9%	96,3%	96,8%	97,2%	97,4%	97,5%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%	97,6%
Set06-02-ZQ	60,8%	74,6%	89,2%	96,6%	97,2%	97,6%	98,1%	98,1%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%	98,2%
Dic06-01-ZQ	52,2%	66,7%	85,3%	94,2%	96,8%	97,2%	97,6%	97,7%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%	97,8%
Dic06-02-ZQ	61,7%	76,1%	88,1%	97,3%	98,1%	98,2%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%	98,3%
Nov06-01-ZQ	52,0%	64,5%	85,8%	95,2%	96,3%	96,5%	96,7%	96,8%	96,9%	97,0%	97,0%	97,0%	97,0%	97,0%	97,0%	97,0%	97,0%	97,0%	97,0%
Nov06-02-ZQ	59,6%	77,0%	89,5%	97,7%	98,6%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%
Des06-01-ZQ	54,2%	67,3%	89,5%	96,0%	98,0%	98,6%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%	98,7%
Jan07-01-ZQ	55,0%	6																	

Anexo I (2) - Aging List por Município Eletor - 2a Fase

	Atrevido		Camélia Grande		Catacumbas		João Pessoa		Lorelaynia		Muitaheca		Nudge		Nova Friburgo		Ribeirão Preto		Total	
	R\$ mil	% acum.	R\$ mil	% acum.	R\$ mil	% acum.	R\$ mil	% acum.	R\$ mil	% acum.	R\$ mil	% acum.	R\$ mil	% acum.	R\$ mil	% acum.	R\$ mil	% acum.	R\$ mil	% acum.
Folhas																				
Folha	90.712		33.472		13.186		119.825		9.104		1.138		19.447		43.456		342.569		82.783	12.619 8.594 10.828 16.631 40.969
A vencer	8.938		3.129		1.456		8.934		1.046		1.147		2.000		5.130		31.780			
Saldo devido	81.773	100,0%	32.342	100,0%	11.742	100,0%	110.891	100,0%	8.058	100,0%	10.231	100,0%	17.446	100,0%	38.326	100,0%	310.789	100,0%		
Liquidadas antecipadamente																				
1 a 5 dias	13.263	16,2%	4.484	13,9%	1.742	14,9%	18.275	16,5%	1.131	14,0%	1.323	12,9%	2.582	14,8%	5.531	14,4%	48.331	15,6%		
6 a 10 dias	2.466	3,0%	1.386	4,0%	519	4,4%	2.866	2,6%	1.046	13,1%	1.046	10,3%	1.046	6,0%	1.046	2,7%	1.046	0,3%		
+ de 10 dias	514	0,6%	628	1,9%	184	1,7%	1.088	1,0%	109	1,4%	169	1,7%	195	1,1%	484	1,3%	3.379	1,1%		
Liquidadas no vencimento	23.089	28,2%	6.107	18,9%	3.738	32,0%	27.057	24,4%	2.036	25,3%	2.617	25,5%	5.622	32,2%	11.572	30,2%	81.839	26,3%		
Liquidadas com atraso																				
1 a 5 dias	8.607	9,9%	3.017	9,3%	1.201	10,3%	11.483	10,4%	858	10,7%	1.201	12,6%	1.739	10,0%	3.790	9,9%	31.449	10,1%		
6 a 10 dias	4.983	6,1%	1.611	6,5%	557	4,8%	8.191	7,4%	409	5,1%	650	6,3%	929	5,3%	1.885	4,9%	19.716	6,3%		
11 a 15 dias	3.961	4,8%	1.647	5,1%	529	4,5%	5.830	5,3%	404	5,1%	634	6,2%	890	5,1%	1.665	4,3%	15.680	5,0%		
16 a 30 dias	9.513	11,6%	4.027	12,5%	1.783	15,2%	14.231	12,8%	1.330	16,5%	1.831	18,1%	2.999	17,2%	4.899	12,8%	40.634	13,1%		
31 a 60 dias	7.982	9,9%	3.406	10,2%	1.456	12,4%	11.760	10,7%	1.046	13,1%	1.046	10,3%	1.046	6,0%	1.046	2,7%	1.046	0,3%		
61 a 90 dias	592	0,6%	669	2,1%	63	0,5%	1.261	1,1%	17	0,2%	94	0,9%	20	0,1%	164	0,4%	2.214	0,7%		
91 a 120 dias	87	0,1%	632	2,0%	17	0,1%	158	0,1%	7	0,0%	5	0,0%	7	0,0%	30	0,1%	942	0,3%		
121 a 150 dias	19	0,0%	5	0,0%	2	0,0%	44	0,0%	1	0,0%	1	0,0%	1	0,0%	7	0,0%	79	0,0%		
151 a 180 dias	2	0,0%	1	0,0%	0	0,0%	3	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%		
+ de 180 dias	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
Vencidas e não liquidadas																				
1 a 5 dias	973	1,2%	161	0,5%	50	0,4%	396	0,4%	41	0,5%	60	0,6%	92	0,5%	215	0,6%	1.990	0,6%		
6 a 10 dias	783	1,0%	647	2,0%	127	1,1%	1.938	1,7%	87	1,1%	124	1,2%	203	1,2%	538	1,4%	4.446	1,4%		
11 a 15 dias	2.064	2,3%	729	2,2%	163	1,4%	2.322	2,1%	140	1,7%	146	1,4%	237	1,4%	745	1,9%	6.542	2,1%		
16 a 30 dias	1.455	1,8%	664	2,1%	30	0,3%	1.328	1,2%	32	0,4%	33	0,3%	42	0,2%	275	0,7%	3.858	1,2%		
31 a 60 dias	875	1,1%	141	0,4%	14	0,1%	436	0,4%	14	0,2%	18	0,2%	11	0,1%	117	0,3%	1.628	0,5%		
61 a 90 dias	316	0,4%	129	0,4%	19	0,2%	441	0,4%	16	0,2%	12	0,1%	19	0,1%	72	0,2%	1.026	0,3%		
91 a 120 dias	185	0,2%	89	0,3%	5	0,0%	250	0,2%	5	0,0%	12	0,1%	12	0,1%	35	0,1%	1.026	0,3%		
121 a 150 dias	86	0,1%	23	0,1%	4	0,0%	29	0,0%	6	0,1%	100,0%	100,0%	6	0,1%	100,0%	100,0%	421	0,1%		
151 a 180 dias	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		

Anexo II (2) - Aging list por Segmento de Consumo - 2a Fase

Faixas	Residencial		Industrial		Com. Outras Ativ.		Poder Público		Iluminação Pública		Serviço Público		Consumo Próprio		Outros		Consolidado	
	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%	RS(000)	%
Total	224.287		10.136		78.984		11.311		14.938		2.202		712				342.569	
A vencer	20.301		992		5.383		1.869		2.729		395		112				31.780	
Saldo vencido	203.986	100,0%	9.144	100,0%	73.602	100,0%	9.442	100,0%	12.209	100,0%	1.806	100,0%	600	100,0%		0,0%	310.789	100,0%
Liquidades antecipadamente																		
1 a 5 dias	33.944	16,6%	886	9,7%	8.972	12,2%	2.281	24,2%	2.072	17,0%	177	9,8%	-	0,0%		0,0%	48.331	15,6%
6 a 10 dias	9.106	4,8%	96	1,1%	1.233	1,7%	680	7,2%	45	0,4%	5	0,3%	-	0,0%		0,0%	11.166	3,6%
+ de 10 dias	2.529	1,2%	48	0,5%	377	0,5%	391	4,1%	7	0,1%	25	1,4%	1	0,2%		0,0%	3.379	1,1%
Liquidades no vencimento	43.175	21,2%	3.180	34,8%	28.034	38,1%	957	10,1%	5.068	41,5%	840	46,5%	586	97,7%		0,0%	81.839	26,3%
Liquidades com atraso																		
1 a 5 dias	20.652	10,1%	964	10,5%	7.575	10,3%	1.612	17,1%	206	1,7%	440	24,4%	-	0,0%		0,0%	31.449	10,1%
6 a 10 dias	13.524	6,6%	499	5,5%	3.761	5,1%	1.198	12,7%	726	5,9%	8	0,4%	-	0,0%		0,0%	19.716	6,3%
11 a 15 dias	11.851	5,8%	479	5,2%	3.073	4,2%	200	2,1%	23	0,2%	24	1,3%	-	0,0%		0,0%	15.650	5,0%
16 a 30 dias	29.235	14,3%	1.528	16,7%	9.393	12,8%	400	4,2%	84,8%	0,7%	48	2,7%	-	0,0%		0,0%	40.634	13,1%
31 a 60 dias	22.654	11,1%	740	8,1%	5.093	8,1%	487	5,2%	360	2,9%	151	8,3%	-	0,0%		0,0%	30.384	9,8%
61 a 90 dias	1.215	0,6%	51	0,6%	323	0,4%	205	2,2%	342	2,8%	78	4,3%	-	0,0%		0,0%	2.214	0,7%
91 a 120 dias	214	0,1%	10	0,1%	61	0,1%	71	0,7%	582	4,8%	5	0,3%	-	0,0%		0,0%	942	0,3%
121 a 150 dias	50	0,0%	2	0,0%	14	0,0%	9	0,1%	3	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		0,0%	79	0,0%
151 a 180 dias	5	0,0%	0	0,0%	2	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		0,0%	7	0,0%
+ de 180 dias	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		0,0%	-	0,0%
Vencidas e não liquidadas																		
1 a 5 dias	1.445	0,7%	66	0,7%	419	0,6%	55	0,6%	5	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		0,0%	1.990	0,6%
6 a 10 dias	2.958	1,4%	121	1,3%	1.072	1,5%	276	2,9%	19	0,2%	-	0,0%	-	0,0%		0,0%	4.446	1,4%
11 a 15 dias	2.565	1,1%	76	0,8%	95,6%	1,1%	56	0,6%	373	3,1%	-	0,0%	-	0,0%		0,0%	3.691	1,2%
16 a 30 dias	4.951	2,4%	148	1,6%	97,3%	1,1%	93	1,0%	519	4,3%	3	0,2%	-	0,0%		0,0%	6.542	2,1%
31 a 60 dias	2.087	1,0%	80	0,9%	614	0,8%	268	2,8%	809	6,6%	0	0,0%	-	0,0%		0,0%	3.858	1,2%
61 a 90 dias	644	0,4%	28	0,3%	277	0,4%	73	0,8%	503	4,1%	-	0,0%	-	0,0%		0,0%	1.628	0,5%
91 a 120 dias	509	0,3%	40	0,4%	253	0,3%	63	0,7%	15	0,1%	2	0,1%	10	1,6%		0,0%	1.026	0,3%
121 a 150 dias	228	0,2%	82	0,9%	99,8%	0,2%	57	0,6%	503	4,1%	0	0,0%	3	0,5%		0,0%	1.397	0,4%
151 a 180 dias	0	0,0%	21	0,2%	163	0,2%	9	0,1%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%		0,0%	421	0,1%
+ de 180 dias	0	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		0,0%	0	0,0%



Anexo III a2 - Muriaé - 2a Fase

Vencimento	Quinzena													Total
	Mar/07-2ºQ	Abr/07-1ºQ	Abr/07-2ºQ	Mai/07-1ºQ	Mai/07-2ºQ	Jun/07-1ºQ	Jun/07-2ºQ	Jul/07-1ºQ	Jul/07-2ºQ	Ago/07-1ºQ	Ago/07-2ºQ	Em aberto		
Mar/07-2ºQ	65,3%	83,4%	97,2%	98,9%	99,3%	99,4%	99,4%	99,4%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%	6	1.340
Abr/07-1ºQ		65,9%	82,2%	96,7%	99,1%	99,3%	99,4%	99,4%	99,4%	99,6%	99,6%	99,6%	6	1.531
Abr/07-2ºQ			65,0%	85,7%	98,0%	99,3%	99,5%	99,5%	99,6%	99,6%	99,7%	99,7%	7	1.923
Mai/07-1ºQ				64,7%	81,1%	96,3%	99,2%	99,0%	99,3%	99,4%	99,4%	99,4%	11	1.765
Mai/07-2ºQ					68,4%	87,0%	97,4%	99,2%	99,4%	99,5%	99,5%	99,5%	8	1.590
Jun/07-1ºQ						65,0%	79,1%	95,9%	99,4%	99,6%	99,6%	99,6%	6	1.583
Jun/07-2ºQ						66,0%	86,4%	98,8%	99,5%	99,6%	99,6%	99,6%	7	1.585
Jul/07-1ºQ								63,8%	82,0%	97,2%	99,0%	99,0%	16	1.569
Jul/07-2ºQ									70,6%	90,8%	98,2%	98,2%	26	1.484
Ago/07-1ºQ										66,3%	83,9%	83,9%	237	1.472
Ago/07-2ºQ											66,3%	69,7%	486	1.604
Outros Vencimentos														2.000
Total														19.447



Anexo III b2 - Muriaé - 2a Fase

Vencimento	Quinzena										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Mar/07-2ºQ	65,3%	83,4%	97,2%	98,9%	99,3%	99,4%	99,4%	99,5%	99,5%	99,5%	99,5%
Abr/07-1ºQ	65,9%	82,2%	96,7%	99,1%	99,3%	99,4%	99,4%	99,5%	99,6%	99,6%	
Abr/07-2ºQ	65,0%	85,7%	98,0%	99,3%	99,5%	99,5%	99,6%	99,6%	99,7%		
Mai/07-1ºQ	64,7%	81,1%	96,3%	99,0%	99,2%	99,3%	99,4%	99,4%			
Mai/07-2ºQ	68,4%	87,0%	97,4%	99,2%	99,4%	99,5%	99,5%				
Jun/07-1ºQ	65,0%	79,1%	95,9%	99,4%	99,6%	99,6%					
Jun/07-2ºQ	66,0%	86,4%	98,8%	99,5%	99,6%						
Jul/07-1ºQ	63,8%	82,0%	97,2%	99,0%							
Jul/07-2ºQ	70,6%	90,8%	98,2%								
Ago/07-1ºQ	66,3%	83,9%									
Ago/07-2ºQ	69,7%										

Média	66,43%	84,16%	97,29%	99,18%	99,41%	99,46%	99,46%	99,50%	99,58%	99,55%	99,52%
Desvio padrão	2,17%	3,38%	0,92%	0,21%	0,14%	0,12%	0,09%	0,10%	0,08%	0,06%	0,00%



Anexo IV a2 - Cataguazes - 2a Fase

Vencimento	Quinzena														Total
	Mar/07-2ºQ	Abr/07-1ºQ	Abr/07-2ºQ	Mai/07-1ºQ	Mai/07-2ºQ	Jun/07-1ºQ	Jun/07-2ºQ	Jul/07-1ºQ	Jul/07-2ºQ	Ago/07-1ºQ	Ago/07-2ºQ	Em aberto			
Mar/07-2ºQ	65,6%	85,1%	67,4%	96,5%	98,5%	98,9%	99,1%	99,1%	99,4%	99,5%	99,5%	99,6%	4	847	
Abr/07-1ºQ				79,6%	94,1%	95,8%	96,3%	98,3%	99,2%	99,4%	99,4%	99,4%	6	1.017	
Abr/07-2ºQ				66,1%	87,4%	96,0%	97,5%	98,0%	99,2%	99,3%	99,3%	99,3%	9	1.346	
Mai/07-1ºQ					69,1%	80,5%	94,2%	97,9%	98,7%	99,0%	99,1%	99,2%	10	1.237	
Mai/07-2ºQ						66,4%	87,2%	96,4%	98,6%	99,0%	99,2%	99,2%	8	1.025	
Jun/07-1ºQ							69,4%	79,0%	95,9%	98,7%	99,1%	99,3%	8	1.122	
Jun/07-2ºQ								66,4%	86,4%	97,3%	99,0%	99,3%	7	1.008	
Jul/07-1ºQ									68,0%	82,8%	96,7%	99,0%	12	1.106	
Jul/07-2ºQ										69,9%	90,7%	98,0%	18	934	
Ago/07-1ºQ											72,3%	84,4%	163	1.048	
Ago/07-2ºQ										69,9%	90,7%	71,1%	292	1.010	
Outros Vencimentos														1.456	
Total														13.156	

Anexo IV b2 - Cataguazes - 2a Fase

Vencimento	Quinzena										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Mar/07-2ºQ	65,6%	85,1%	96,5%	98,5%	98,9%	99,1%	99,1%	99,4%	99,5%	99,5%	99,6%
Abr/07-1ºQ	67,4%	79,6%	94,1%	95,8%	96,3%	98,3%	99,2%	99,4%	99,4%	99,4%	
Abr/07-2ºQ	66,1%	87,4%	96,0%	97,5%	98,0%	99,2%	99,2%	99,3%	99,3%		
Mai/07-1ºQ	69,1%	80,5%	94,2%	97,9%	98,7%	99,0%	99,1%	99,2%			
Mai/07-2ºQ	66,4%	87,2%	96,4%	98,6%	99,0%	99,2%	99,2%				
Jun/07-1ºQ	69,4%	79,0%	95,9%	98,7%	99,1%	99,3%					
Jun/07-2ºQ	66,4%	86,4%	97,3%	99,0%	99,3%						
Jul/07-1ºQ	68,0%	82,8%	96,7%	99,0%							
Jul/07-2ºQ	69,9%	90,7%	98,0%								
Ago/07-1ºQ	72,3%	84,4%									
Ago/07-2ºQ	71,1%										

Média	68,34%	84,31%	96,12%	98,13%	98,50%	98,99%	99,18%	99,31%	99,40%	99,48%	99,56%
Desvio padrão	2,21%	3,81%	1,30%	1,07%	1,04%	0,34%	0,07%	0,11%	0,09%	0,08%	0,00%



Anexo V a2 - Leopoldina - 2a Fase

Vencimento	Quinzena														Total
	Mar/07-2ºQ	Abr/07-1ºQ	Abr/07-2ºQ	Mai/07-1ºQ	Mai/07-2ºQ	Jun/07-1ºQ	Jun/07-2ºQ	Jul/07-1ºQ	Jul/07-2ºQ	Ago/07-1ºQ	Ago/07-2ºQ	Em aberto			
Mar/07-2ºQ	60,5%	80,4%	80,4%	95,1%	98,4%	98,8%	98,9%	99,0%	99,0%	99,1%	99,1%	99,1%	5	541	
Abr/07-1ºQ		59,6%	77,1%	95,6%	97,8%	97,8%	98,5%	98,6%	98,7%	99,3%	99,3%	99,4%	4	636	
Abr/07-2ºQ			55,9%	76,8%	97,2%	98,3%	98,9%	99,2%	99,3%	99,5%	99,5%	99,5%	5	950	
Mai/07-1ºQ				58,6%	76,0%	94,6%	97,4%	98,3%	98,5%	98,6%	98,6%	98,7%	10	773	
Mai/07-2ºQ					60,7%	77,6%	96,1%	99,0%	99,2%	99,4%	99,4%	99,4%	5	778	
Jun/07-1ºQ						60,9%	73,7%	94,0%	98,5%	99,0%	99,1%	99,1%	6	708	
Jun/07-2ºQ							58,8%	75,9%	97,2%	98,6%	98,8%	98,8%	9	775	
Jul/07-1ºQ								60,4%	78,5%	96,1%	98,5%	98,5%	10	712	
Jul/07-2ºQ									57,5%	78,4%	97,0%	97,0%	22	731	
Ago/07-1ºQ										61,7%	79,5%	79,5%	140	680	
Ago/07-2ºQ											62,1%	62,1%	294	775	
Outros Vencimentos															
Total														9.104	



Anexo V b2 - Leopoldina - 2a Fase

Vencimento	Quinzena										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Mar/07-2ºQ	60,5%	80,4%	95,1%	98,4%	98,8%	98,9%	99,0%	99,0%	99,0%	99,1%	99,1%
Abr/07-1ºQ	59,6%	77,1%	95,6%	97,8%	98,5%	98,6%	98,7%	99,3%	99,3%	99,4%	
Abr/07-2ºQ	55,9%	76,8%	97,2%	98,9%	99,2%	99,3%	99,4%	99,5%	99,5%		
Mai/07-1ºQ	58,6%	76,0%	94,6%	97,4%	98,3%	98,5%	98,6%	98,7%			
Mai/07-2ºQ	60,7%	77,6%	96,1%	99,0%	99,2%	99,4%	99,4%				
Jun/07-1ºQ	60,9%	73,7%	94,0%	98,5%	99,0%	99,1%					
Jun/07-2ºQ	58,8%	75,9%	97,2%	98,6%	98,8%						
Jul/07-1ºQ	60,4%	78,5%	96,1%	98,5%							
Jul/07-2ºQ	57,5%	78,4%	97,0%								
Ago/07-1ºQ	61,7%	79,5%									
Ago/07-2ºQ	62,1%										

Média	59,70%	77,39%	95,88%	98,41%	98,84%	98,97%	99,03%	99,11%	99,29%	99,21%	99,09%
Desvio padrão	1,86%	1,93%	1,15%	0,54%	0,36%	0,35%	0,37%	0,36%	0,25%	0,20%	0,00%



Anexo VI a2 - Manhuaçu - 2a Fase

Vencimento	Quinzena												Total
	Mar/07-2ºQ	Abr/07-1ºQ	Abr/07-2ºQ	Mai/07-1ºQ	Mai/07-2ºQ	Jun/07-1ºQ	Jun/07-2ºQ	Jul/07-1ºQ	Jul/07-2ºQ	Ago/07-1ºQ	Ago/07-2ºQ	Em aberto	
Mar/07-2ºQ	59,1%	81,9%	96,2%	98,6%	99,0%	99,1%	99,1%	99,2%	99,3%	99,3%	99,3%	5	789
Abr/07-1ºQ		59,2%	80,6%	96,6%	98,8%	99,1%	99,0%	99,2%	99,3%	99,3%	99,3%	5	726
Abr/07-2ºQ			63,3%	85,6%	97,7%	98,9%	99,1%	99,2%	99,2%	99,3%	99,4%	7	1.174
Mai/07-1ºQ				61,3%	82,2%	97,0%	98,8%	99,1%	99,2%	99,2%	99,3%	7	902
Mai/07-2ºQ					67,2%	87,6%	97,2%	99,0%	99,2%	99,4%	99,4%	6	995
Jun/07-1ºQ						61,8%	80,4%	96,4%	98,5%	98,7%	98,9%	10	860
Jun/07-2ºQ							64,3%	85,7%	97,7%	98,7%	98,9%	11	1.038
Jul/07-1ºQ								59,0%	82,2%	96,6%	98,2%	16	904
Jul/07-2ºQ									67,6%	88,9%	98,3%	16	972
Ago/07-1ºQ										61,7%	82,7%	146	843
Ago/07-2ºQ											67,6%	340	1.047
Outros Vencimentos													1.147
Total													11.398



Anexo VI b2 - Manhauaqu - 2a Fase

Vencimento	Quinzena										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Mar/07-2ºQ	59,1%	81,9%	96,2%	98,6%	99,0%	99,1%	99,1%	99,2%	99,3%	99,3%	99,3%
Abr/07-1ºQ	59,2%	80,6%	96,6%	98,8%	99,0%	99,1%	99,2%	99,3%	99,3%	99,3%	
Abr/07-2ºQ	63,3%	85,6%	97,7%	98,9%	99,1%	99,2%	99,2%	99,3%	99,4%		
Mai/07-1ºQ	61,3%	82,2%	97,0%	98,8%	99,1%	99,2%	99,2%	99,3%			
Mai/07-2ºQ	67,2%	87,6%	97,2%	99,0%	99,2%	99,4%	99,4%				
Jun/07-1ºQ	61,8%	80,4%	96,4%	98,5%	98,7%	98,9%					
Jun/07-2ºQ	64,3%	85,7%	97,7%	98,7%	98,9%						
Jul/07-1ºQ	59,0%	82,2%	96,6%	98,2%							
Jul/07-2ºQ	67,6%	88,9%	98,3%								
Ago/07-1ºQ	61,7%	82,7%									
Ago/07-2ºQ	67,6%										

Média	62,90%	83,78%	97,03%	98,70%	99,02%	99,13%	99,25%	99,28%	99,31%	99,29%	99,32%
Desvio padrão	3,36%	2,96%	0,72%	0,26%	0,16%	0,16%	0,10%	0,05%	0,05%	0,01%	0,00%



Anexo VII a2 - Aracaju - 2a Fase

Vencimento	Quinzena												Total
	Mar/07-2ºQ	Abr/07-1ºQ	Abr/07-2ºQ	Mai/07-1ºQ	Mai/07-2ºQ	Jun/07-1ºQ	Jun/07-2ºQ	Jul/07-1ºQ	Jul/07-2ºQ	Ago/07-1ºQ	Ago/07-2ºQ	Em aberto	
Mar/07-2ºQ	61,8%	77,4%	90,0%	96,8%	98,1%	98,5%	98,7%	98,8%	98,9%	98,9%	99,0%	72	6.875
Abr/07-1ºQ		61,0%	75,2%	91,1%	95,7%	96,8%	97,2%	97,5%	97,7%	97,7%	97,8%	154	7.017
Abr/07-2ºQ			58,4%	74,5%	85,4%	90,9%	91,9%	92,5%	92,7%	92,8%	92,9%	587	8.250
Mai/07-1ºQ				61,1%	76,1%	91,1%	95,3%	96,6%	97,1%	97,4%	97,5%	184	7.454
Mai/07-2ºQ					66,2%	81,9%	91,2%	96,7%	98,0%	98,5%	98,7%	100	7.554
Jun/07-1ºQ						59,0%	69,5%	83,2%	89,1%	90,0%	90,3%	722	7.483
Jun/07-2ºQ							60,9%	78,9%	90,4%	96,4%	97,4%	193	7.552
Jul/07-1ºQ								56,7%	70,9%	84,5%	89,0%	872	7.914
Jul/07-2ºQ									65,4%	81,3%	92,1%	584	7.358
Ago/07-1ºQ										59,2%	71,8%	2.064	7.308
Ago/07-2ºQ											65,8%	2.397	7.008
Outros Vencimentos													8.938
Total													90.712



Anexo VII b2 - Aracaju - 2a Fase

Vencimento	Quinzena										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Mar/07-2ºQ	61,8%	77,4%	90,0%	96,8%	98,1%	98,5%	98,7%	98,8%	98,9%	98,9%	99,0%
Abr/07-1ºQ	61,0%	75,2%	91,1%	95,7%	96,8%	97,2%	97,5%	97,7%	97,7%	97,8%	
Abr/07-2ºQ	58,4%	74,5%	85,4%	90,9%	91,9%	92,5%	92,7%	92,8%	92,9%		
Mai/07-1ºQ	61,1%	76,1%	91,1%	95,3%	96,6%	97,1%	97,4%	97,5%			
Mai/07-2ºQ	66,2%	81,9%	91,2%	96,7%	98,0%	98,5%	98,7%				
Jun/07-1ºQ	59,0%	69,5%	83,2%	89,1%	90,0%	90,3%					
Jun/07-2ºQ	60,9%	78,9%	90,4%	96,4%	97,4%						
Jul/07-1ºQ	56,7%	70,9%	84,5%	89,0%							
Jul/07-2ºQ	65,4%	81,3%	92,1%								
Ago/07-1ºQ	59,2%	71,8%									
Ago/07-2ºQ	65,8%										

Média	61,42%	75,75%	88,78%	93,71%	95,57%	95,71%	96,98%	96,70%	96,49%	98,36%	98,96%
Desvio padrão	3,17%	4,23%	3,40%	3,46%	3,24%	3,45%	2,48%	2,66%	3,18%	0,77%	0,00%



Anexo VIII a2 - Campina Grande - 2ª Fase

Vencimento	Quinzena												Total
	Mar/07-2ºQ	Abr/07-1ºQ	Abr/07-2ºQ	Mai/07-1ºQ	Mai/07-2ºQ	Jun/07-1ºQ	Jun/07-2ºQ	Jul/07-1ºQ	Jul/07-2ºQ	Ago/07-1ºQ	Ago/07-2ºQ	Em aberto	
Mar/07-2ºQ	54,72%	72,16%	84,86%	97,03%	98,26%	98,91%	99,08%	99,16%	99,20%	99,28%	99,32%	19	2.749
Abr/07-1ºQ		48,19%	61,67%	83,51%	93,32%	94,71%	95,26%	95,50%	95,64%	95,72%	95,77%	92	2.182
Abr/07-2ºQ			52,32%	67,22%	79,53%	86,90%	89,20%	89,69%	98,54%	98,65%	98,71%	48	3.714
Mai/07-1ºQ				49,81%	62,38%	82,70%	93,20%	95,20%	96,20%	96,42%	96,53%	83	2.378
Mai/07-2ºQ					51,45%	67,45%	80,42%	87,92%	90,75%	91,24%	98,79%	46	3.829
Jun/07-1ºQ						49,04%	61,27%	81,93%	93,75%	95,25%	95,90%	97	2.371
Jun/07-2ºQ							51,52%	69,03%	82,90%	88,71%	98,68%	49	3.693
Jul/07-1ºQ								49,34%	65,44%	86,41%	95,34%	103	2.211
Jul/07-2ºQ									50,41%	67,95%	84,27%	562	3.571
Ago/07-1ºQ										53,62%	66,95%	726	2.195
Ago/07-2ºQ											56,13%	1.513	3.450
Outros Vencimentos													3.129
Total													35.472



Anexo VIII b2 - Campina Grande - 2a Fase

Vencimento	Quinzena										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Mar/07-2ºQ	54,72%	72,16%	84,86%	97,03%	98,26%	98,91%	99,08%	99,16%	99,20%	99,28%	99,32%
Abr/07-1ºQ	48,19%	61,67%	83,51%	93,32%	94,71%	95,26%	95,50%	95,64%	95,72%	95,77%	
Abr/07-2ºQ	52,32%	67,22%	79,53%	86,90%	89,20%	89,69%	98,54%	98,65%	98,71%		
Mai/07-1ºQ	49,81%	62,38%	82,70%	93,20%	95,20%	96,20%	96,42%	96,53%			
Mai/07-2ºQ	51,45%	67,45%	80,42%	87,92%	90,75%	91,24%	98,79%				
Jun/07-1ºQ	49,04%	61,27%	81,93%	93,75%	95,25%	95,90%					
Jun/07-2ºQ	51,52%	69,03%	82,90%	88,71%	98,68%						
Jul/07-1ºQ	49,34%	65,44%	86,41%	95,34%							
Jul/07-2ºQ	50,41%	67,95%	84,27%								
Ago/07-1ºQ	53,62%	66,95%									
Ago/07-2ºQ	56,13%										

Média	51,51%	66,15%	82,95%	92,02%	94,58%	94,53%	97,67%	97,49%	97,88%	97,52%	99,32%
Desvio padrão	2,50%	3,49%	2,15%	3,71%	3,53%	3,43%	1,60%	1,68%	1,88%	2,49%	0,00%



Anexo IX a2 - Nova Friburgo - 2a Fase

Vencimento	Quinzena												Total
	Mar/07-2ºQ	Abr/07-1ºQ	Abr/07-2ºQ	Mai/07-1ºQ	Mai/07-2ºQ	Jun/07-1ºQ	Jun/07-2ºQ	Jul/07-1ºQ	Jul/07-2ºQ	Ago/07-1ºQ	Ago/07-2ºQ	Em aberto	
Mar/07-2ºQ	59,4%	76,7%		90,5%	97,3%	98,3%	98,7%	98,8%	98,9%	99,0%	99,0%	22	2.150
Abr/07-1ºQ		56,6%		69,3%	86,8%	91,4%	92,4%	92,7%	92,9%	93,0%	93,0%	45	3.024
Abr/07-2ºQ				58,5%	75,0%	87,3%	91,4%	92,2%	92,5%	93,0%	93,1%	33	3.967
Mai/07-1ºQ					58,4%	70,4%	88,3%	92,8%	93,6%	94,0%	94,1%	35	3.796
Mai/07-2ºQ						57,3%	72,0%	82,3%	88,2%	88,4%	88,7%	30	3.592
Jun/07-1ºQ							56,9%	68,8%	86,5%	91,8%	92,4%	60	3.619
Jun/07-2ºQ								55,2%	71,3%	83,8%	87,5%	71	3.868
Jul/07-1ºQ									57,1%	71,7%	89,3%	95	3.782
Jul/07-2ºQ										60,5%	76,4%	180	3.565
Ago/07-1ºQ											57,9%	745	3.329
Ago/07-2ºQ												1.170	3.634
Outros Vencimentos													5.130
Total													43.456

Anexo IX b2 - Nova Friburgo - 2a Fase

	Quinzena										
Vencimento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Mar/07-2ºQ	59,4%	76,7%	90,5%	97,3%	98,3%	98,7%	98,8%	98,9%	98,9%	99,0%	99,0%
Abr/07-1ºQ	56,6%	69,3%	86,8%	91,4%	92,4%	92,7%	92,9%	93,0%	93,0%	93,1%	
Abr/07-2ºQ	58,5%	75,0%	87,3%	91,4%	92,2%	92,5%	92,9%	93,0%	93,1%		
Mai/07-1ºQ	58,4%	70,4%	88,3%	92,8%	93,6%	93,9%	94,0%	94,1%			
Mai/07-2ºQ	57,3%	72,0%	82,3%	87,1%	88,2%	88,4%	88,7%				
Jun/07-1ºQ	56,9%	68,8%	86,5%	91,8%	92,4%	92,7%					
Jun/07-2ºQ	55,2%	71,3%	83,8%	87,5%	88,1%						
Jul/07-1ºQ	57,1%	71,7%	89,3%	92,8%							
Jul/07-2ºQ	60,5%	76,4%	86,8%								
Ago/07-1ºQ	57,9%	71,2%									
Ago/07-2ºQ	58,7%										

Média	57,86%	72,26%	86,87%	91,51%	92,17%	93,16%	93,45%	94,74%	95,01%	96,03%	98,98%
Desvio padrão	1,46%	2,79%	2,55%	3,21%	3,49%	3,30%	3,63%	2,79%	3,39%	4,14%	0,00%



Anexo X a2 - João Pessoa - 2a Fase

Vencimento	Quinzena													Total
	Mar/07-2ºQ	Abr/07-1ºQ	Abr/07-2ºQ	Mai/07-1ºQ	Mai/07-2ºQ	Jun/07-1ºQ	Jun/07-2ºQ	Jul/07-1ºQ	Jul/07-2ºQ	Ago/07-1ºQ	Ago/07-2ºQ	Em aberto		
Mar/07-2ºQ	60,0%	77,7%		90,8%	96,9%	97,6%	97,9%	98,0%	98,3%	98,3%	98,4%	188		11.523
Abr/07-1ºQ		47,7%		60,8%	82,4%	88,5%	89,8%	91,0%	91,7%	91,9%	91,9%	208		7.137
Abr/07-2ºQ				63,1%	80,5%	91,5%	96,4%	97,4%	98,0%	98,1%	98,3%	196		13.449
Mai/07-1ºQ					54,5%	67,3%	86,6%	93,8%	96,6%	96,9%	97,1%	220		7.498
Mai/07-2ºQ						63,2%	81,6%	91,7%	97,9%	98,3%	98,4%	217		13.795
Jun/07-1ºQ							55,8%	88,1%	94,4%	96,1%	96,6%	247		7.361
Jun/07-2ºQ								88,2%	92,7%	97,2%	98,0%	251		12.761
Jul/07-1ºQ								65,1%	69,5%	89,5%	94,2%	381		6.524
Jul/07-2ºQ									64,6%	82,2%	92,2%	948		12.149
Ago/07-1ºQ										56,6%	70,0%	2.322		7.739
Ago/07-2ºQ											65,6%	3.634		10.555
Outros Vencimentos														8.934
Total														119.025

Anexo X b2 - João Pessoa - 2a Fase

	Quinzena										
Vencimento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Mar/07-2ºQ	60,0%	77,7%	90,8%	96,9%	97,6%	97,9%	98,0%	98,2%	98,3%	98,3%	98,4%
Abr/07-1ºQ	47,7%	60,8%	82,4%	88,5%	89,8%	91,0%	91,4%	91,7%	91,9%	91,9%	
Abr/07-2ºQ	63,1%	80,5%	91,5%	96,4%	97,4%	97,8%	98,0%	98,1%	98,3%		
Mai/07-1ºQ	54,5%	67,3%	86,6%	93,8%	95,7%	96,6%	96,9%	97,1%			
Mai/07-2ºQ	63,2%	81,6%	91,7%	96,9%	97,9%	98,3%	98,4%				
Jun/07-1ºQ	55,8%	68,2%	88,1%	94,4%	96,1%	96,6%					
Jun/07-2ºQ	65,1%	81,6%	92,7%	97,2%	98,0%						
Jul/07-1ºQ	55,9%	69,5%	89,5%	94,2%							
Jul/07-2ºQ	64,6%	82,2%	92,2%								
Ago/07-1ºQ	56,6%	70,0%									
Ago/07-2ºQ	65,6%										

Média	59,29%	73,94%	89,48%	94,78%	96,07%	96,36%	96,54%	96,27%	96,14%	95,13%	98,36%
Desvio padrão	5,65%	7,65%	3,31%	2,87%	2,91%	2,70%	2,95%	3,07%	3,71%	4,51%	0,00%

CEDENTES

Companhia Força e Luz Cataguazes –Leopoldina - CFLCL
Praça Rui Barbosa, 80
Cataguases, MG

Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba - SAELPA
BR 230, Km 25 -.Bairro do Cristo Redentor
João Pessoa, PB

Empresa Energética de Sergipe S.A. – ENERGIPE
Rua Ministro Apolônio Sales, 81
Aracaju, SE

Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF
Av. Presidente Vargas, 463 – 4º andar (parte)
Rio de Janeiro, RJ

Companhia Energética da Borborema – CELB
Av. Elpidio de Almeida, 1.111
Campina Grande, PB

ADMINISTRADORA

INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa
São Paulo, SP

COORDENADORES

Banco Itaú BBA S.A.
Coordenador Líder
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 4º andar – parte
São Paulo, SP

Banco Citibank S.A.
Coordenador
Avenida Paulista, nº 1111, 10º andar – parte
São Paulo, SP

CONSULTORES JURÍDICOS

Souza, Cescon Avedissian, Barriau e Flesch Advogados
Rua Funchal, 418, 11º andar
São Paulo, SP

AUDITORES

KPMG Auditores Independentes
Rua Renato Paes de Barros, 33
São Paulo, SP